

REVISÃO DO
**PLANO—
DIRETOR**

| Nova Trento | SC



Diagnóstico |

DIAGNÓSTICO

Revisão do Plano Diretor

EQUIPE TÉCNICA

Bruna Talita Borgmann
Engenheira Florestal
CREA-SC 156579-4

Clarissa Anrain
Arquiteta e Urbanista
CAU A 63814-5

Franciele Verginia Civiero
Arquiteta e Urbanista
CAU A 112527-3

Gesiane Heusser Lermen
Arquiteta e Urbanista.
CAU A 149454-6

Guilherme Müller
Biólogo
CRBio03 053021/03-D

Gustavo Marcondes
Bel. Em Direito e Corretor
CRECI 31961F

Luís Felipe Braga Kronbauer
Advogado
OAB-SC 46772

Luiz Gustavo Pavelski
Engenheiro Florestal
CREA-SC 104797-2

Maurício de Jesus
Engenheiro Sanit. e Ambiental
CREA-SC 147737-1

Mauricio Perazzoli
Engenheiro Ambiental
CREA-SC 98322-7

Mayara Zago
Engenheira Civil
CREA-SC 147796-6

Raphaella Menezes
Geóloga
CREA-SC 138824-3

Raquel Gomes de Almeida
Engenheira Ambiental
CREA-SC 118868-3

Stella Stefanie Silveira
Arquiteta e Urbanista
CAU A 190893-6

Thaís Shuts Millack
Engenheira Civil
CREA-SC 129621-0

Vitor Moretzsohn R. Cesarino
Engenheiro Civil.
CREA-SC 118236-6

APOIO OPERACIONAL

Celso Afonso Palhares Madrid Filho
Estagiário de Geografia

Karoline da Silva Ribeiro
Estagiária de Administração

Letícia Geniqueli Reichardt
Estagiária de Engenharia Sanit. e Ambiental

Lucca Dias da Silva
Estagiário de Arquitetura e Urbanismo

Morgana Ogliari da Silva
Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Tainara Aparecida Xavier
Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Moisés Diersmann
Presidente do Consórcio CINCATARINA
Prefeito de Luzerna/SC

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal de Nova Trento

Milena Andersen Lopes Becher
Vice-Presidente do Consórcio CINCATARINA
Prefeita de Vargem/SC

Jaison Moacir Marchiori
Vice-Prefeito Municipal de Nova Trento

Elói Rönnau
Diretor Executivo do Consórcio CINCATARINA

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO
SANTA CATARINA**

Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar,
Sala 1305, Bairro Canto, CEP 88.070-800,
Florianópolis - SC

**MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO**

Praça del Comune, 126 - Centro
CEP: 88270-000

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Emigrantes tirolezes construindo as primeiras choupanas – 1875.	33
Figura 2 - Centro de Nova Trento por volta do ano de 1940.	34
Figura 3 - Santuário Santa Paulina.	35
Figura 4 - Mapa de inserção do Município de Nova Trento no Estado de Santa Catarina.....	36
Figura 5 - Mapa de inserção do Município de Nova Trento na Microrregião de Tijucas.	37
Figura 6 - Município de Nova Trento e municípios limítrofes.....	37
Figura 7 – Divisão municipal de Nova Trento.....	38
Figura 8 - Bacia Hidrográfica do Rio Tijucas.	40
Figura 9 - Bacias Hidrográficas - Nova Trento-SC.	41
Figura 10 - Hidrografia de Nova Trento – SC.....	42
Figura 11 - Trechos de drenagem de Nova Trento.	44
Figura 12 – Poços perfurados em Nova Trento.....	45
Figura 13 - Demarcação de áreas de risco hidrológico em Nova Trento-SC.	48
Figura 14 - Mapa de declividade do município de Nova Trento.	52
Figura 15 - Mapa de Hipsometria do município de Nova Trento.	54
Figura 16 - Classificação Geológica de Nova Trento.	55
Figura 17 - Jazidas Minerais em Nova Trento.....	60
Figura 18 - Demarcação de áreas de risco geológico em Nova Trento-SC.	62
Figura 19: Regiões Fitoecológicas de Nova Trento.....	65
Figura 20 - Mapa de usos de solo da SDR de Brusque.	68
Figura 21 - Áreas de preservação permanente em Nova Trento.	70
Figura 22 - Unidades de Conservação Estaduais - Reserva Biológica Estadual da Canela Preta.	72
Figura 23 - Classificação Climática de Nova Trento.....	82
Figura 24 - Mapa de Precipitação do município de Nova Trento.....	84
Figura 25 - Mapa da Temperatura Média de Nova Trento.	85
Figura 26 - Mapa da Umidade Relativa Anual de Nova Trento.	86
Figura 27 - Orientação solar de Nova Trento.	87
Figura 28 - Ventos predominantes de Nova Trento.....	88

Figura 29 - Velocidade média do vento nos meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019.	88
Figura 30 - Propriedade das Irmãzinhas da Imaculada Conceição em 1886.	90
Figura 31 - Igreja Sagrado Coração de Jesus antes de sua demolição.	91
Figura 32 - Centro de Nova Trento em 1925.	92
Figura 33 - Construção da Ponte Nicolau Brando em 1927.	92
Figura 34 - Filial da fábrica de tecido Renaux, Cascata, Nova Trento 1924-1972. ...	93
Figura 35 - Mapa de Nova Trento, 1938.	94
Figura 36 - Homenagem cívica na atual Praça Getúlio Vargas na década de 1940. 95	
Figura 37 - Mapa da Sede de Nova Trento, 1944.	96
Figura 38 - Construção da Igreja Matriz São Virgílio em Nova Trento.	97
Figura 39 - Igreja Matriz São Virgílio em Nova Trento finalizada.	98
Figura 40 - Capela de Baixo Pitanga.	99
Figura 41 - Igreja de Nossa Senhora de Lourdes na década de 1940.	100
Figura 42 - Hospitalzinho de Santa Paulina no Vígolo na década de 1940.	100
Figura 43 – Engenho da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição no Vígolo na década de 1940.	101
Figura 44 - Centro da sede de Nova Trento na década de 1940.	102
Figura 45 - Salão Paroquial de Nova Trento em 1950.	103
Figura 46 - Centro de Nova Trento em 1960.	104
Figura 47 - Registro da antiga Prefeitura, sem data definida.	105
Figura 48 - Comício político na Praça Getúlio Vargas na década de 1960.	106
Figura 49 - Escola Reunida Professor Francisco João Valle, no Bairro Trinta Réis.	106
Figura 50 - Edifício do Ginásio Pio XII em Nova Trento.	107
Figura 51 - Edifício do antigo seminário em Nova Trento.	108
Figura 52 - Edifício da panificadora Vargas em Nova Trento.	109
Figura 53 - Santuário de Santa Paulina em 2016.	110
Figura 54 - Vista da área central da sede de Nova Trento em 2007.	111
Figura 55 - Evolução urbana da Sede Nova Trento em 2005-2017 – A1.	112
Figura 56 - Evolução urbana da Sede Nova Trento em 2005-2017 – B1.	112
Figura 57 - Evolução urbana do Distrito de Claraíba em 2005-2017.	113
Figura 58 - Evolução urbana do Distrito de Aguti em 2007-2017.	114
Figura 59 - Anexo 4 da LC nº 266/2009 de Nova Trento-SC.	116

Figura 60 - Anexo 6 da LC nº 266/2009 de Nova Trento-SC.	119
Figura 61 – Anexo 7 da LC nº 266/2009 de Nova Trento -SC.....	121
Figura 62 - Anexo 5 da LC nº 266/2009 de Nova Trento -SC.	123
Figura 63 – Tabelas do Anexo 1 da LC nº 266/2009 de Nova Trento -SC.....	131
Figura 64 – Tabelas do Anexo 1 da LC nº 266/2009 de Nova Trento -SC.....	132
Figura 65 – Tabelas do Anexo 1 da LC nº 266/2009 de Nova Trento -SC.....	133
Figura 66 - Cheios e vazios do Distrito do Aguti.....	134
Figura 67 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.	135
Figura 68 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.	135
Figura 69 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.	136
Figura 70 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.	136
Figura 71 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.	137
Figura 72 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.	137
Figura 73 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.	138
Figura 74 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.	138
Figura 75 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.	139
Figura 76 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.	139
Figura 77 - Cheios e vazios da Sede.	141
Figura 78 - Cheios e vazios da Sede.	141
Figura 79 - Cheios e vazios da Sede.	142
Figura 80 - Cheios e vazios da Sede.	142
Figura 81 - Cheios e vazios da Sede.	143
Figura 82 - Cheios e vazios da Sede.	143
Figura 83 - Cheios e vazios da Sede.	144
Figura 84 - Cheios e vazios da Sede.	144
Figura 85 - Cheios e vazios da Sede.	145
Figura 86 - Cheios e vazios da Sede.	145
Figura 87 - Cheios e vazios da Sede.	146
Figura 88 - Cheios e vazios da Sede.	146
Figura 89 - Cheios e vazios da Sede.	147
Figura 90 - Cheios e vazios da Sede.	147
Figura 91 - Cheios e vazios da Sede.	148
Figura 92 - Cheios e vazios da Sede.	148
Figura 93 - Cheios e vazios da Sede.	149

Figura 94 - Cheios e vazios da Sede.	149
Figura 95 - Cheios e vazios da Sede.	150
Figura 96 - Cheios e vazios da Sede.	150
Figura 97 - Cheios e vazios da Sede.	151
Figura 98 - Cheios e vazios da Sede.	151
Figura 99 – Rua Vicente Piva na Sede.....	155
Figura 100 - Rua Clemente Demonti.....	155
Figura 101 - Uso e ocupação do solo da Sede.	156
Figura 102 - Uso e ocupação do solo da Sede.	156
Figura 103 - Uso e ocupação do solo da Sede.	157
Figura 104 - Uso e ocupação do solo da Sede.	157
Figura 105 - Uso e ocupação do solo da Sede.	158
Figura 106 - Uso e ocupação do solo da Sede.	158
Figura 107 - Uso e ocupação do solo da Sede.	159
Figura 108 - Uso e ocupação do solo da Sede.	159
Figura 109 - Uso e ocupação do solo da Sede.	160
Figura 110 - Uso e ocupação do solo da Sede.	160
Figura 111 - Uso e ocupação do solo da Sede.	161
Figura 112 - Uso e ocupação do solo da Sede.	161
Figura 113 - Uso e ocupação do solo da Sede.	162
Figura 114 - Uso e ocupação do solo da Sede.	162
Figura 115 - Uso e ocupação do solo da Sede.	163
Figura 116 - Uso e ocupação do solo da Sede.	163
Figura 117 - Uso e ocupação do solo da Sede.	164
Figura 118 - Uso e ocupação do solo da Sede.	164
Figura 119 - Uso e ocupação do solo da Sede.	165
Figura 120 - Uso e ocupação do solo da Sede.	165
Figura 121 - Uso e ocupação do solo da Sede.	166
Figura 122 - Uso e ocupação do solo da Sede.	166
Figura 123 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Aguti.....	167
Figura 124 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.	167
Figura 125 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.	168
Figura 126 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.	168
Figura 127 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.	169

Figura 128 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.	169
Figura 129 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.	170
Figura 130 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.	170
Figura 131 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.	171
Figura 132 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.	171
Figura 133 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.	172
Figura 134 - Estrutura fundiária do Distrito do Claraíba.	174
Figura 135 - Estrutura fundiária do Distrito do Aguti.	175
Figura 136 - Estrutura fundiária da Sede.	177
Figura 137 - Estrutura fundiária da Sede.	177
Figura 138 - Unidade sanitária, Distrito do Aguti.	179
Figura 139 - mercearia, Distrito do Aguti.	180
Figura 140 - Cemitério, Distrito do Aguti.	180
Figura 141 – Oficina mecânica, Distrito do Aguti.	181
Figura 142 - CERREJ - Cooperativa de Eletrificação Rural, Distrito do Aguti.	181
Figura 143 – Fábrica, Estrada Lombardia, Distrito do Claraíba.	182
Figura 144 – Barracão, via sem nome, próxima a SC-410, saída para Brusque.	183
Figura 145 – Supermercado, SC-410, Distrito do Claraíba.	183
Figura 146 - Igreja do Claraíba, SC-410, Distrito do Claraíba.	184
Figura 147 – Sede recreativa, SC-410, Distrito do Claraíba.	185
Figura 148 – Confeitaria e padaria, SC-410, Distrito do Claraíba.	185
Figura 149 – Farmácia, SC-410, Distrito do Claraíba.	186
Figura 150 - Martha Frehner Confeitaria, SC-410, Distrito do Claraíba.	186
Figura 151 – Loja de móveis rústicos, SC-410, Distrito do Claraíba.	187
Figura 152 – Vinícola Castel, SC-410, Distrito do Claraíba.	187
Figura 153 – Via sem nome paralela a SC-410, Distrito do Claraíba.	188
Figura 154 – Edificações em via sem infraestrutura de pavimentação e passeios, Distrito do Claraíba.	188
Figura 155 – Edificação no cruzamento Estrada Geral Salto Baixo e Estrada Geral do Ribeirão Mosquito, Zona Rural.	189
Figura 156 - Capela Santo Antônio, Estrada Geral Baixo Salto, Bairro Alto Salto, Zona Rural.	190
Figura 157 - Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian, Estrada Geral Baixo Salto, Zona Rural.	191

Figura 158 - Edificação residencial em madeira, Estrada Geral Ribeirão do Mosquito, Zona Rural.....	191
Figura 159 – Rua Santo Inácio, Sede.	192
Figura 160 – Rua Santo Inácio, Sede.	193
Figura 161 – Rua Santo Inácio, Sede.	193
Figura 162 – Rua Santo Inácio, Sede.	194
Figura 163 - Rua Santo Inácio, Sede.	194
Figura 164 – Rua Santo Inácio, Sede.	195
Figura 165 – Rua dos Imigrantes, Sede.....	196
Figura 166 – Rua Nereu Ramos, Sede.	196
Figura 167 - Rua Florianópolis, Sede.....	197
Figura 168 - Rua Cecília Dadam Daros, Sede.	198
Figura 169 – Rua Vicente Piva, Sede.....	198
Figura 170 – Rua Joaquim Sgrott, Sede.	199
Figura 171 – Lotes na Rua Santana Andriolli Franzói, Sede.....	199
Figura 172 - Rua José Daicampi, Espraiado, Sede.....	200
Figura 173 – Museu da Cultura Italiana e Mercado de Pulgas, Rua Nossa Senhora do Bom Socorro, Sede.	201
Figura 174 - Santuário de Nossa de Senhora do Socorro no Morro da Cruz, Sede.	201
Figura 175 – Santuário Madre Paulina, Acesso ao Santuário Santa Paulina, Vígolo, Sede.....	202
Figura 176 – Rua Estanislau Darli, Vígolo, Sede.	203
Figura 177 – Casas geminadas, na Rua José e Josefina Darós, Trinta Réis, Sede.	204
Figura 178 – Rua Augusto Minatti Voltolini, Trinta Réis, Sede.	204
Figura 179 – Rua Valentim Motta, Trinta Réis, Sede.	205
Figura 180 – Loteamento irregulares, Trinta Réis, Sede.....	205
Figura 181 - Trecho da SC-410 no Distrito do Claraíba.	207
Figura 182 – Trecho da Estrada Geral do Distrito do Aguti.	208
Figura 183 - Trecho da Rua dos Imigrantes na Sede.....	209
Figura 184 - Trecho da Rua Santo Inácio na Sede.	210
Figura 185 - Trecho da Rua Luiz Zandonai na Sede.....	210
Figura 186 - Altura das edificações do Distrito do Aguti.....	212

Figura 187 – Volumetria de Distrito do Aguti.....	212
Figura 188 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba A1.	213
Figura 189 - Volumetria do Distrito do Claraíba A1.	213
Figura 190 - Volumetria do Distrito do Claraíba A1.	214
Figura 191 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba B1.	214
Figura 192 - Volumetria do Distrito do Claraíba B1.	215
Figura 193 - Volumetria do Distrito do Claraíba B1.	215
Figura 194 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba B2.	216
Figura 195 - Volumetria do Distrito do Claraíba B2.	216
Figura 196 - Volumetria do Distrito do Claraíba B2.	217
Figura 197 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba C1.	217
Figura 198 - Volumetria do Distrito do Claraíba C1.	218
Figura 199 - Volumetria do Distrito do Claraíba C1.	218
Figura 200 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba C2.	219
Figura 201 - Volumetria do Distrito do Claraíba C2.	219
Figura 202 - Volumetria do Distrito do Claraíba C2.	220
Figura 203 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba D1.	220
Figura 204 - Volumetria do Distrito do Claraíba D1.	221
Figura 205 - Volumetria do Distrito do Claraíba D1.	221
Figura 206 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba D2.	222
Figura 207 - Volumetria do Distrito do Claraíba D2.	222
Figura 208 - Volumetria do Distrito do Claraíba D2.	223
Figura 209 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba D3.	223
Figura 210 - Volumetria do Distrito do Claraíba D3.	224
Figura 211 - Volumetria do Distrito do Claraíba D3.	224
Figura 212 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba E1.	225
Figura 213 - Volumetria do Distrito do Claraíba E1.	225
Figura 214 - Volumetria do Distrito do Claraíba E1.	226
Figura 215 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba E2.	226
Figura 216 - Volumetria do Distrito do Claraíba E2.	227
Figura 217 - Volumetria do Distrito do Claraíba E2.	227
Figura 218 - Altura das edificações da Sede F1.....	229
Figura 219 - Volumetria da Sede F1.	229
Figura 220 - Volumetria da Sede F1.	230

Figura 221 - Altura das edificações da Sede F2.....	230
Figura 222 - Volumetria da Sede F2.	231
Figura 223 - Volumetria da Sede F2.	231
Figura 224 - Altura das edificações da Sede G1.	232
Figura 225 - Volumetria da Sede G1.....	232
Figura 226 - Volumetria da Sede G1.....	233
Figura 227 - Altura das edificações da Sede G2.....	233
Figura 228 - Volumetria da Sede G2.....	234
Figura 229 - Volumetria da Sede G2.....	234
Figura 230 - Altura das edificações da Sede H1.	235
Figura 231 - Volumetria da Sede H1.	235
Figura 232 - Volumetria da Sede H1.	236
Figura 233 - Altura das edificações da Sede H2.	236
Figura 234 - Volumetria da Sede H2.	237
Figura 235 - Volumetria da Sede H2.	237
Figura 236 - Altura das edificações da Sede H3.	238
Figura 237 - Volumetria da Sede H3.	238
Figura 238 - Volumetria da Sede H3.	239
Figura 239 - Altura das edificações da Sede I1.....	239
Figura 240 - Volumetria da Sede I1.....	240
Figura 241 - Volumetria da Sede I2.....	240
Figura 242 - Altura das edificações da Sede I2.....	241
Figura 243 - Volumetria da Sede I2.....	241
Figura 244 - Volumetria da Sede I2.....	242
Figura 245 - Altura das edificações da Sede I3.....	242
Figura 246 - Volumetria da Sede I3.....	243
Figura 247 - Volumetria da Sede I3.....	243
Figura 248 - Altura das edificações da Sede J1.	244
Figura 249 - Volumetria da Sede J1.....	244
Figura 250 - Volumetria da Sede J1.....	245
Figura 251 - Altura das edificações da Sede J2.	245
Figura 252 - Volumetria da Sede J2.....	246
Figura 253 - Volumetria da Sede J2.....	246
Figura 254 - Altura das edificações da Sede J3.....	247

Figura 255 - Volumetria da Sede J3.....	247
Figura 256 - Volumetria da Sede J3.....	248
Figura 257 - Altura das edificações da Sede J4.....	248
Figura 258 - Volumetria da Sede J4.....	249
Figura 259 - Volumetria da Sede J4.....	249
Figura 260 - Altura das edificações da Sede K1.....	250
Figura 261 - Volumetria da Sede K1.....	250
Figura 262 - Volumetria da Sede K1.....	251
Figura 263 - Altura das edificações da Sede K2.....	251
Figura 264 - Volumetria da Sede K2.....	252
Figura 265 - Volumetria da Sede K2.....	252
Figura 266 - Altura das edificações da Sede K3.....	253
Figura 267 - Volumetria da Sede K3.....	253
Figura 268 - Volumetria da Sede K3.....	254
Figura 269 - Altura das edificações da Sede K4.....	254
Figura 270 - Volumetria da Sede K4.....	255
Figura 271 - Volumetria da Sede K4.....	255
Figura 272 - Altura das edificações da Sede L1.....	256
Figura 273 - Volumetria da Sede L1.....	256
Figura 274 - Volumetria da Sede L1.....	257
Figura 275 - Altura das edificações da Sede L2.....	257
Figura 276 - Volumetria da Sede L2.....	258
Figura 277 - Volumetria da Sede L2.....	258
Figura 278 - Altura das edificações da Sede L3.....	259
Figura 279 - Volumetria da Sede L3.....	259
Figura 280 - Volumetria da Sede L3.....	260
Figura 281 - Altura das edificações da Sede M1.....	260
Figura 282 - Volumetria da Sede M1.....	261
Figura 283 - Volumetria da Sede M1.....	261
Figura 284 - Vista do Morro da Cruz.....	262
Figura 285 - Ocupações irregulares no Distrito do Claraíba.....	263
Figura 286 - Ocupações irregulares no Distrito do Claraíba.....	264
Figura 287 - Ocupações irregulares no Distrito do Claraíba.....	264
Figura 288 - Ocupações irregulares no Distrito do Claraíba.....	265

Figura 289 - Ocupações irregulares da Sede.....	266
Figura 290 - Ocupações irregulares da Sede.....	266
Figura 291 - Ocupações irregulares da Sede.....	267
Figura 292 - Ocupações irregulares da Sede.....	267
Figura 293 - Ocupações irregulares da Sede.....	268
Figura 294 - Ocupações irregulares da Sede.....	268
Figura 295 - Ocupações irregulares da Sede.....	269
Figura 296 - Ocupações irregulares da Sede.....	269
Figura 297 - Ocupações irregulares da Sede.....	270
Figura 298 - Ocupações irregulares da Sede.....	270
Figura 299 - Ocupações irregulares da Sede.....	271
Figura 300 - Ocupações irregulares da Sede.....	271
Figura 301 - População de Nova Trento conforme censo demográfico.....	273
Figura 302 – Distribuição de população por sexo.	273
Figura 303 - Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade, segundo censo do IBGE 2010.....	274
Figura 304 - Densidade Demográfica nos setores censitários de Nova Trento.....	276
Figura 305 - IDMS de Nova Trento de 2014 a 2018.....	278
Figura 306 - Histórico do PIB em Nova Trento.....	279
Figura 307 - Representação do PIB per capita de Nova Trento.....	279
Figura 308 - Ocupação da população maior de idade em Nova Trento.	281
Figura 309 - Quantidade de pessoas empregadas assalariadas entre os anos de 2006 a 2016.	282
Figura 310 - Balança Comercial de Nova Trento entre 2000 e 2017.	284
Figura 311- Instituições de ensino no Distrito do Aguti.....	287
Figura 312- Instituições de ensino no Distrito do Claraíba.	287
Figura 313- Instituições de ensino na Sede.	288
Figura 314 - Serviços de saúde Sede.	290
Figura 315- Serviços de saúde Distrito do Aguti.	291
Figura 316 - Serviços de saúde Distrito do Caraíba.....	291
Figura 317 - Serviços de assistência social.....	293
Figura 318 - Serviços de segurança pública de Nova Trento.....	294
Figura 319 - Serviços públicos de Nova Trento.....	295
Figura 320 - Esporte e lazer Distrito do Claraíba.	296

Figura 321- Esporte e lazer Distrito do Agutí.....	296
Figura 322 - Esporte e lazer na Sede.....	297
Figura 323 - Esporte e lazer na Sede.....	297
Figura 324 - Esporte e lazer na Sede.....	298
Figura 325 - Esporte e lazer na Sede.....	298
Figura 326 - Esporte e lazer na Sede.....	299
Figura 327 - Esporte e lazer na Sede.....	299
Figura 328 - Esporte e lazer na Sede.....	300
Figura 329 - Esporte e lazer na Sede.....	300
Figura 330 - Sociedade Filarmônica Neotrentina.	306
Figura 331 – Grupo de Dança Folk Nea Tridentum.....	308
Figura 332 - Casa Salamanca em Nova Trento.	309
Figura 333 - Sítio Vita Sul Monte em Nova Trento.	310
Figura 334 - Sítio Prosperidade em Nova Trento.	311
Figura 335 - Santuário de Nossa Senhora de Bom Sucesso em Nova Trento.....	314
Figura 336 - Santuário de Santa Paulina em Nova Trento.....	315
Figura 337- Atrativos turísticos de Nova Trento.	317
Figura 338 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	318
Figura 339 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	318
Figura 340 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	319
Figura 341 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	319
Figura 342 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	320
Figura 343 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	320
Figura 344 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	321
Figura 345 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	321
Figura 346 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	322
Figura 347 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	322
Figura 348 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	323
Figura 349 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	323
Figura 350 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	324
Figura 351 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	324
Figura 352 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	325
Figura 353 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	325
Figura 354 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	326

Figura 355 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	326
Figura 356 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	327
Figura 357 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	327
Figura 358 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	328
Figura 359 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	328
Figura 360 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	329
Figura 361 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	329
Figura 362 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	330
Figura 363 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	330
Figura 364 - Atrativos turísticos de Nova Trento.	331
Figura 365 - Locais de hospedagem de Nova Trento.....	332
Figura 366 - Locais de hospedagem de Nova Trento.....	332
Figura 367 - Locais de hospedagem de Nova Trento.....	333
Figura 368 - Pousada Rural Sítio Sr. Elizeu.	333
Figura 369 - Hotel do Santuário.	334
Figura 370 - Pousada Aconchego.	334
Figura 371 - Pousada e Centro de Espiritualidade Imaculada Conceição - CEIC...335	
Figura 372 - Pousada e Cantina Italiana.	335
Figura 373 - Pousada Portal do Vígolo.....	336
Figura 374 - Pousada Villa Trentina.	336
Figura 375 - Densidade de moradores por domicílio em Nova Trento-SC.	338
Figura 376 - Vedação externa das edificações de Nova Trento-SC.....	338
Figura 377 - Gráfico do número de Ligações elétricas por classe consumidora em 2018.	348
Figura 378 - Proporção de consumo de energia elétrica por classe consumidora em 2017.	349
Figura 379 - Sistema energético de Nova Trento.	350
Figura 380 - Mapa do Sistema Viário da Macrozona Urbana de Nova Trento.	352
Figura 381 – Travessa Antônio Demonti, Centro, Sede.	353
Figura 382 - Vias principais da sede urbana de Nova Trento.....	354
Figura 383 - Pontos de congestionamento no município de Nova Trento.	355
Figura 384 - Localização dos polos geradores de viagens da Sede.	356
Figura 385 - Localização dos polos geradores de viagens do Distrito do Claraíba.	357

Figura 386 – Falta de infraestrutura para pedestres na Rua José Gandin, Trinta Réis, Sede.....	359
Figura 387 - R. Santo Inácio, Nova Trento.....	361
Figura 388 – Navegabilidade do Rio Braço na Sede do Nova Trento.....	365
Figura 389 - Ponte do ponto A na Rua Alferes.....	366
Figura 390 - Ponto do ponto B no prolongamento da Rua Clara Cipriani.....	367
Figura 391 – Ponto C - Navegabilidade do Rio do Braço na Sede do Nova Trento.	367
Figura 392 - Navegabilidade do Rio Braço Alto no distrito de Aguti.....	368
Figura 393 - Fotos – Palestra Técnica.....	374
Figura 394 – Palestra Técnica.....	374
Figura 395 - Slides da Palestra Técnica – Slide 1 e 2.....	375
Figura 396 - Slides da Palestra Técnica – Slide 3 e 4.....	375
Figura 397 - Slides da Palestra Técnica – Slide 5 e 6.....	375
Figura 398 - Slides da Palestra Técnica – Slide 7 e 8.....	376
Figura 399 - Slides da Palestra Técnica – Slide 9 e 10.....	376
Figura 400 - Slides da Palestra Técnica – Slide 11 e 12.....	376
Figura 401 - Slides da Palestra Técnica – Slide 13 e 14.....	377
Figura 402 - Slides da Palestra Técnica – Slide 15 e 16.....	377
Figura 403 - Slides da Palestra Técnica – Slide 17 e 18.....	377
Figura 404 - Slides da Palestra Técnica – Slide 19 e 20.....	378
Figura 405 - Slides da Palestra Técnica – Slide 21 e 22.....	378
Figura 406 - Slides da Palestra Técnica – Slide 23 e 24.....	378
Figura 407 - Slides da Palestra Técnica – Slide 25 e 26.....	379
Figura 408 - Slides da Palestra Técnica – Slide 27 e 28.....	379
Figura 409 - Slides da Palestra Técnica – Slide 29 e 30.....	379
Figura 410 - Slides da Palestra Técnica – Slide 31 e 32.....	380
Figura 411 - Slides da Palestra Técnica – Slide 33 e 34.....	380
Figura 412 - Slides da Palestra Técnica – Slide 35 e 36.....	380
Figura 413 - Slides da Palestra Técnica – Slide 37 e 38.....	381
Figura 414 - Slides da Palestra Técnica – Slide 39 e 40.....	381
Figura 415 - Slides da Palestra Técnica – Slide 41 e 42.....	381
Figura 416 - Slides da Palestra Técnica – Slide 43 e 43.....	382
Figura 417 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 1.	383

Figura 418 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 1.....	383
Figura 419 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.0.	384
Figura 420 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.0.....	384
Figura 421 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.1.	384
Figura 422 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.1.....	385
Figura 423 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questões 2.2 e 2.3.	385
Figura 424 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.2.....	385
Figura 425 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.3.....	386
Figura 426 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 3.....	386
Figura 427 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 3.....	386
Figura 428 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 4.....	387
Figura 429 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 4.....	387
Figura 430 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 5.....	388
Figura 431 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 5.....	388
Figura 432 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 6.....	389
Figura 433 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 6.....	389
Figura 434 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 7.	390
Figura 435 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 7.....	390
Figura 436 – Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 8.	391

Figura 437 - Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 8.....	391
Figura 438 – Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 8.	392
Figura 439 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 8.....	393
Figura 440- Mapa da divisão das Conferências Públicas.....	395
Figura 441 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 1 e 2.	396
Figura 442 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 3 e 4.	396
Figura 443 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 5 e 6.	396
Figura 444 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 7 e 8.	397
Figura 445 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 9 e 10.	397
Figura 446 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 11 e 12.....	397
Figura 447 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 13 e 14.....	398
Figura 448 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 15 e 16.....	398
Figura 449 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 17 e 18.	398
Figura 450 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 19 e 20.....	399
Figura 451 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 21 e 22.....	399
Figura 452 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 23 e 24.....	399
Figura 453 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 25 e 26.....	400
Figura 454 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 27 e 28.....	400
Figura 455 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 29 e 30.....	400
Figura 456 – Registros fotográficos.....	401
Figura 457 – Registros fotográficos.....	402
Figura 458 – Registros fotográficos.....	402
Figura 459 – Registros fotográficos.....	403
Figura 460 – Registros fotográficos.....	407
Figura 461 – Registros fotográficos.....	407
Figura 462 – Registros fotográficos.....	408
Figura 463 – Registros fotográficos.....	408
Figura 464 – Registros fotográficos.....	412
Figura 465 – Registros fotográficos.....	412
Figura 466 – Registros fotográficos.....	413
Figura 467 – Registros fotográficos.....	413

Figura 468 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 1 e 2.	414
Figura 469 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 3 e 4.	415
Figura 470 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 5 e 6.	415
Figura 471 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 7 e 8.	415
Figura 472 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 9 e 10.	416
Figura 473 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 11 e 12.	416
Figura 474 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 13 e 14.	416
Figura 475 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 15 e 16.	417
Figura 476 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 17 e 18.	417
Figura 477 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 19 e 20.	417
Figura 478 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 21 e 22.	418
Figura 479 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 23 e 24.	418
Figura 480 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 25 e 26.	418
Figura 481 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 27 e 28.	419
Figura 482 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 29 e 30.	419
Figura 483 – Registros fotográficos.....	419
Figura 484 – Registros fotográficos.....	420
Figura 485 – Registros fotográficos.....	420

Figura 486 – Reuniões comunitárias – Eixo econômico e social – Condicionantes.	424
Figura 487 – Reuniões comunitárias – Eixo econômico e social – Deficiências.	425
Figura 488 – Reuniões comunitárias – Eixo econômico e social – Potencialidades.	425
Figura 489 – Reuniões comunitárias – Eixo estruturação urbana – Condicionantes.	426
Figura 490 – Reuniões comunitárias – Eixo estruturação urbana – Deficiências....	426
Figura 491 – Reuniões comunitárias – Eixo estruturação urbana – Potencialidades.	427
Figura 492 – Reuniões comunitárias – Eixo mobilidade urbana – Condicionantes.	428
Figura 493 – Reuniões comunitárias – Eixo mobilidade urbana – Deficiências.	428
Figura 494 – Reuniões comunitárias – Eixo mobilidade urbana – Potencialidades.	428
Figura 495 – Reuniões comunitárias – Eixo qualificação ambiental – Condicionantes.	429
Figura 496 – Reuniões comunitárias – Eixo qualificação ambiental – Deficiências.	429
Figura 497 – Reuniões comunitárias – Eixo qualificação ambiental – Potencialidades.	429
Figura 498 – Reuniões comunitárias – Eixo proteção do patrimônio histórico cultural – Condicionantes.....	430
Figura 499 – Reuniões comunitárias – Eixo proteção do patrimônio histórico cultural – Deficiências.....	430
Figura 500 – Reuniões comunitárias – Eixo proteção do patrimônio histórico cultural – Potencialidades.....	431
Figura 501 - Acesso ao formulário de contribuição por meio do site da Prefeitura Municipal de Nova Trento.....	432
Figura 502 - Página do site de revisão do Plano Diretor - Acesso ao formulário de contribuição.....	432
Figura 503 - Formulário de leitura comunitária de Nova Trento.	433
Figura 504 – Modelo do formulário físico de contribuição – Parte 1.....	434
Figura 505 – Modelo do formulário físico de contribuição – Parte 2.....	435
Figura 506 - Bairro/ Localidade/ Distrito.....	436
Figura 507 – Faixa etária.....	437
Figura 508 - Nível de satisfação na sua cidade.....	438

Figura 509 – Espaços públicos e passeios.	439
Figura 510 – Imagem questionando a relação de área construída, gabarito e afastamentos.	439
Figura 511 - Área construída, gabarito e afastamentos.	440
Figura 512 - Imagem da questão da utilização integral dos passeios para rampas de acessos de veículos.	440
Figura 513 - Utilização integral dos passeios para rampas de acessos de veículos.	441
Figura 514 – Construção de paredes cegas em divisas de lote.	441
Figura 515 - Atividades você gostaria que se localizassem próximas a suas residências.	442
Figura 516 - Itens que deve ser priorizado no município.	443
Figura 517 – Questão – Quando você pensa na sua cidade, que imagem lhe vem à mente? Por quê?	443

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Áreas das Bacias inseridas no município de Nova Trento.	41
Tabela 2 - - Uso das águas Região Hidrográfica 8 - Litoral Centro (m ³ /s).....	46
Tabela 3 - Classificação dos graus de risco para enchentes e inundações.	47
Tabela 4 - Risco Hidrológico.	48
Tabela 5 - Levantamento Geomorfológico de Santa Catarina.....	50
Tabela 6- Classificação dos graus de risco para deslizamentos.	61
Tabela 7 - Risco geológico.	62
Tabela 8 - Parâmetros dendrométricos mensurados na Unidade Amostral em Videira através do IFFSC.	66
Tabela 9 - Parâmetros dendrométricos mensurados nas Unidades Amostrais próximas de Nova Trento através do IFFSC.....	67
Tabela 10 - Relação de répteis de ocorrência nos estudos de ampliação da lavra de calcário no município de Botuverá e de possível ocorrência em Nova Trento.	75
Tabela 11 - Relação de aves registradas no município de Nova Trento.	75
Tabela 12 - Relação de mamíferos registrados em Botuverá e de possível ocorrência em Nova Trento.....	78
Tabela 13 - Relação de peixes registrados no município de Botuverá e de possível ocorrência em Nova Trento.	80
Tabela 14 - Velocidade média do vento nos meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019.	89
Tabela 15 - Recuo frontal das vias do Distrito do Claraíba.	207
Tabela 16 - Recuo frontal das vias do Distrito do Aguti.....	208
Tabela 17 - Recuo frontal das vias da Sede.....	208
Tabela 18 - Distribuição da população por faixa etária.	274
Tabela 19 - Densidade Demográfica dos setores censitários na sede de Nova Trento.	276
Tabela 20 - Valor adicionado de Nova Trento em 2016.	280
Tabela 21 - Representação dos índices em Nova Trento entre os anos de 1991 e 2010.	281
Tabela 22 - Lavouras temporárias- quantidade produzida, área plantada e valor da produção no município de Nova Trento em 2017.....	282

Tabela 23 - Lavouras permanentes - quantidade produzida, área plantada e valor da produção no município de Nova Trento em 2017.....	283
Tabela 24 - Efetivo do rebanho no município de Nova Trento em 2017.	283
Tabela 25 - Produção de origem animal no município de Nova Trento em 2017. ...	284
Tabela 26 - Extração de silvicultura no município de Nova Trento em 2017.....	284
Tabela 27 - Número de matrículas nas escolas públicas e privadas de Nova Trento em 2017.	285
Tabela 28 - Número de docentes nas escolas públicas e privadas de Nova Trento em 2017.	286
Tabela 29 - Número de escolas públicas e privadas de Nova Trento em 2017.	286
Tabela 30 - Instituições de ensino municipal.....	288
Tabela 31 - Recursos na Saúde no Município de Nova Trento.	289
Tabela 32 - Cobertura da Atenção no Município de Nova Trento.	289
Tabela 33 - Estabelecimentos de saúde no município de Nova Trento.	289
Tabela 34 - Instituições de ensino municipal.....	292
Tabela 35 - Capacidade de atendimento nas unidades do CRAS.	292
Tabela 36 - Relação de espaços de lazer e práticas esportivas de Nova Trento....	301
Tabela 37 - Eventos programados em Nova Trento para o ano de 2019.....	304
Tabela 38 - Museus de Nova Trento.	310
Tabela 39 - Capelas, igrejas, santuários e oratórios em Nova Trento.....	312
Tabela 40 - Vinícolas de Nova Trento.	316
Tabela 41 - Distribuição de domicílios por setor censitário em Nova Trento.....	339
Tabela 42 - Domicílio que possuem fossa séptica - IBGE 2010.....	342
Tabela 43 - Responsáveis por cada tipo de resíduo no município.	343
Tabela 44 - Responsáveis pelos serviços de manejo, coleta, de transporte, de destino final dos resíduos sólidos.	344
Tabela 45 - População atendida pelos serviços de coleta de resíduos por setor em 2010.	344
Tabela 46 - Situação da pavimentação da malha viária do município de Nova Trento.	346
Tabela 47 - Ligações elétricas por classe de consumidores em Nova Trento de 2014-2018.	347
Tabela 48 - Energia distribuída por classe de consumidores em Nova Trento em 2017.	348

Tabela 49 - Principais meios de comunicação do município.....	350
Tabela 50 – Cursos d’água de Nova Trento.....	365
Tabela 51 – Cursos d’água de Nova Trento.....	368
Tabela 52 – Cursos d’água de Nova Trento.....	369
Tabela 53 – Econômico Social – 1ª Reunião Comunitária.	403
Tabela 54 – Estruturação Urbana – 1ª Reunião Comunitária.....	404
Tabela 55 – Mobilidade Urbana – 1ª Reunião Comunitária.....	404
Tabela 56 – Qualificação Ambiental – 1ª Reunião Comunitária.	405
Tabela 57 – Proteção ao Patrimônio Histórico – 1ª Reunião Comunitária.	405
Tabela 58 – Econômico Social – 2ª Reunião Comunitária.	409
Tabela 59 – Estruturação Urbana – 2ª Reunião Comunitária.....	409
Tabela 60 – Mobilidade Urbana – 2ª Reunião Comunitária.....	410
Tabela 61 – Qualificação Ambiental – 2ª Reunião Comunitária.	410
Tabela 62 – Proteção ao Patrimônio Histórico – 2ª Reunião Comunitária.	410
Tabela 63– Econômico Social – 4ª Reunião Comunitária.	421
Tabela 64 – Estruturação Urbana - 4ª Reunião Comunitária.	421
Tabela 65 – Mobilidade Urbana – 4ª Reunião Comunitária.....	422
Tabela 66 – Qualificação Ambiental – 4ª Reunião Comunitária.	422
Tabela 67 – Proteção do Patrimônio Histórico – 3ª Reunião Comunitária.	423
Tabela 68 – Resumo das reuniões comunitárias.	423

LISTA DE APÊNCICES

APÊNDICE A – REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR	472
APÊNDICE B– NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR	478
APÊNDICE C – RESOLUÇÃO N°001/2019 – ESTABELECE LOCAIS E DATAS DA PALESTRA TÉCNICA E REUNIÕES COMUNITÁRIAS.....	480
APÊNDICE D - LISTA DE PRESENÇA DA PALESTRA TÉCNICA	481
APÊNDICE E - ATA DA REUNIÃO PALESTRA TÉCNICA.....	483
APÊNDICE F – CONVOCAÇÃO PARA REUNIÕES COMUNITÁRIAS	485
APÊNDICE G– LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NA SEDE E ÁREAS RURAIS.....	486
APÊNDICE H – CONVITE DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NA SEDE E ÁREAS RURAIS.....	488
APÊNDICE I – ATA DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NA SEDE E ÁREAS RURAIS	489
APÊNDICE J– LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO DISTRITO DO CLARAÍBA E ÁREAS RURAIS	491
APÊNDICE K– CONVITE DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO DISTRITO DO CLARAÍBA E ÁREAS RURAIS.....	492
APÊNDICE L -- ATA DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO DISTRITO DO CLARAÍBA E ÁREAS RURAIS.....	493
APÊNDICE M– LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO DISTRITO DO AGUTI E ÁREAS RURAIS (CANCELADA).....	495
APÊNDICE N– CONVITE DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO DISTRITO DO AGUTI E ÁREAS RURAIS (CANCELADA)	496
APÊNDICE O - ATA DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO DISTRITO DO AGUTI E ÁREAS RURAIS (INVALIDADA)	497
APÊNDICE P– RESOLUÇÃO N°003/2019 – ESTABELECE DATA DA NOVA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO DISTRITO DOAGUTI.....	498
APÊNDICE Q - LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO DISTRITO DO AGUTI E ÁREAS RURAIS	499
APÊNDICE R – CONVITE DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NA SEDE E ÁREAS RURAIS PUBLICADO NO SITE DO MUNICÍPIO.....	500

APÊNDICE S - ATA DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO DISTRITO DO AGUTI E ÁREAS RURAIS.....	501
APÊNDICE T - QUANDO VOCÊ FALA DA SUA CIDADE, QUE IMAGEM LHE VEM À MENTE? POR QUÊ?	502
APÊNDICE U - DEIXE SUA CONTRIBUIÇÃO!.....	505



LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - RISCO HIDROLÓGICO LEVANTADOS PELO CPRM – RISCO DE INUNDAÇÃO- SETORES 06, 12, 21, 33, 38 e 39.....	509
ANEXO B – RISCO HIDROLÓGICO LEVANTADOS PELO CPRM – RISCO DE ENXURADA - SETORES 27 E 32.....	515
ANEXO C – RISCO GEOLÓGICO LEVANTADOS PELO CPRM – RISCO DE DESLIZAMENTO - SETORES 04, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 17, 23, 24, 25, 35, 36, 37 E 40.....	517
ANEXO D – RISCO GEOLÓGICO LEVANTADOS PELO CPRM – RISCO DESLIZAMENTO COMBINADO COM RISCO DE EROSÃO – SETOR 34	533
ANEXO E– RISCO GEOLÓGICO LEVANTADOS PELO CPRM – CORRIDA DE DISTRITOS – SETOR 05.....	534
ANEXO F – RISCO GEOLÓGICO LEVANTADOS PELO CPRM – SOLAPAMENTO DE MARGEM DE RIO – SETOR 18, 20, 22, 29 e 41	535
ANEXO G– CONTRIBUIÇÕES POR E-MAIL – 1.....	540
ANEXO H– CONTRIBUIÇÕES POR E-MAIL – 2.....	541
ANEXO I – CONTRIBUIÇÕES POR E-MAIL – 3	546
ANEXO J – CONTRIBUIÇÕES POR E-MAIL – 4.....	548
ANEXO K - CONTRIBUIÇÕES PROTOCOLO DO MUNÍCIPIO – SOLICITANTE: RICARDO BOSO, SILVIO CÉSAR CORREIA E DASO SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS	549
ANEXO L - CONTRIBUIÇÕES PROTOCOLO DO MUNÍCIPIO – SOLICITANTE: CELSO	577

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	31
CAPÍTULO I – LEITURA TÉCNICA.....	32
1 HISTÓRICO	33
2 LOCALIZAÇÃO	36
3 AMBIENTE FÍSICO-TERRITORIAL	38
3.1 Condicionantes físico-naturais	38
3.1.1 Hidrografia	39
3.1.1.1 Bacia hidrográfica.....	39
3.1.1.2 Hidrografia principal	40
3.1.1.3 Trechos drenantes	43
3.1.1.4 Divisores de água.....	44
3.1.1.5 Fontes hidrominerais.....	45
3.1.1.6 Uso atual das águas.....	45
3.1.1.7 Risco hidrológico	46
3.1.2 Geomorfologia	49
3.1.2.1 Declividade.....	51
3.1.2.2 Hipsometria	53
3.1.3 Geologia.....	55
3.1.3.1 Constituição geológica	55
3.1.3.2 Jazidas minerais.....	59
3.1.3.3 Riscos geológicos	60
3.1.4 Cobertura vegetal	64
3.1.5 Áreas de proteção ambiental	69
3.1.6 Fauna.....	73
3.1.6.1 Anfíbios	73
3.1.6.2 Répteis	74
3.1.6.3 Aves	75
3.1.6.4 Mamíferos	77
3.1.6.5 Ictiofauna.....	79
3.1.7 Clima.....	81
3.1.7.1 Classificação climatológica.....	81
3.1.7.2 Sistemas atuantes.....	82
3.1.7.3 Precipitação.....	84

3.1.7.4	Temperatura.....	85
3.1.7.5	Umidade relativa	86
3.1.7.6	Orientação solar	86
3.1.7.7	Ventos	87
3.2	Uso e ocupação do território	89
3.2.1	Evolução urbana	89
3.2.2	Legislação de zoneamento, uso e ocupação do solo	115
3.2.3	Cheios e vazios.....	133
3.2.4	Uso e ocupação do solo.....	152
3.2.5	Estrutura fundiária.....	172
3.2.5.1	Distrito do Claraíba.....	173
3.2.5.2	Distrito do Aguti	174
3.2.5.3	Sede	175
3.2.6	Perfil ocupacional.....	178
3.2.6.1	Tipologia ocupacional e construtiva	179
3.2.6.1.1	Distrito do Aguti.....	179
3.2.6.1.2	Distrito do Claraíba	182
3.2.6.1.3	Rural	189
3.2.6.1.4	Sede	191
3.2.6.2	Recuo das edificações	206
3.2.6.2.1	Distrito do Claraíba	206
3.2.6.2.2	Distrito do Aguti.....	207
3.2.6.2.3	Sede	208
3.2.6.3	Gabarito das edificações	211
3.2.6.3.1	Distrito do Aguti.....	211
3.2.6.3.2	Distrito Claraíba	212
3.2.6.3.3	Sede	227
3.2.7	Ocupações irregulares.....	262
4	CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONÔMICA.....	272
4.1	População	272
4.1.1	Densidade demográfica	275
4.2	Base econômica.....	277
4.2.1	IDMS.....	277
4.2.2	PIB e PIB per capita.....	278

4.2.3	Valor adicionado	279
4.2.4	Índice de pobreza, emprego e desemprego.....	280
4.2.5	Setor econômicos	282
4.2.6	Balança comercial.....	284
5	INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA	285
5.1	Infraestrutura social.....	285
5.1.1	Educação	285
5.1.2	Saúde	289
5.1.3	Assistência social.....	292
5.1.4	Segurança pública	293
5.1.5	Serviços públicos	294
5.1.6	Esporte e lazer.....	295
5.1.7	Patrimônio histórico-cultural.....	302
5.1.8	Cultura e eventos.....	303
5.1.9	Turismo	308
5.1.9.1	Pontos turísticos.....	308
5.1.9.2	Turismo rural	310
5.1.9.3	Turismo religioso.....	311
5.1.9.4	Gastronomia.....	315
5.1.9.5	Hospedagem.....	331
5.2	Infraestrutura urbana.....	337
5.2.1	Habitação.....	337
5.2.2	Saneamento básico	339
5.2.2.1	Abastecimento de água.....	340
5.2.2.2	Esgotamento sanitário.....	341
5.2.2.3	Limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.....	343
5.2.2.4	Drenagem de águas pluviais.....	345
5.2.2.4.1	Sistema de macrodrenagem	346
5.2.2.4.2	Sistema de microdrenagem	347
5.2.3	Energia elétrica	347
5.2.4	Comunicações	350
5.2.5	Mobilidade urbana	351
5.2.5.1	Hierarquização viária.....	351
5.2.5.2	Principais conflitos no sistema viário.....	353

5.2.5.2.1	Vias principais.....	353
5.2.5.2.2	Pontos de congestionamento.....	354
5.2.5.2.3	Principais polos geradores de viagens	355
5.2.5.3	Pavimentação das vias.....	357
5.2.5.4	Acessibilidade	358
5.2.5.5	Modalidades de transporte	359
5.2.5.5.1	Pedestres.....	359
5.2.5.5.2	Bicicletas.....	361
5.2.5.5.3	Transporte público coletivo	362
5.2.5.5.4	Transporte público individual – táxis e mototáxis.....	363
5.2.5.5.5	Transporte privado.....	364
5.2.5.5.6	Navegabilidade dos cursos d’água	364
CAPITULO II – LEITURA COMUNITÁRIA		371
6	METODOLOGIA.....	371
7	PALESTRA TÉCNICA.....	372
7.1	Questionário.....	382
8	REUNIÃO COMUNITÁRIA.....	393
8.1	Reunião comunitária 1: Sede e áreas rurais	401
8.2	Reunião comunitária 2: Distrito do Claraíba e áreas rurais.....	406
8.3	Reunião comunitária 3: Distrito do Aguti e áreas rurais (Invalidada).....	411
8.4	Reunião comunitária 4: Distrito do Aguti e áreas rurais (remarcada).....	414
8.5	Considerações das reuniões comunitárias	423
9	FORMULÁRIO DE LEITURA COMUNITÁRIA	431
10	CONTRIBUIÇÕES POR E-MAIL	445
11	CONTRIBUIÇÕES NO PROTOCOLO DO MUNÍCIPIO	445
12	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	448
12.1	Econômico e social	448
12.2	Estruturação urbana.....	451
12.3	Mobilidade urbana.....	453
12.4	Qualificação ambiental.....	456
12.5	Proteção do patrimônio histórico e cultural	458
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		461
APÊNDICES.....		472
ANEXOS		509

APRESENTAÇÃO

A elaboração do presente diagnóstico tem como objetivo oferecer subsídios no processo de instrumentalização das diretrizes do planejamento urbano do município de Nova Trento. Tendo como base os preceitos estabelecidos pelo Estatuto das Cidades, Lei Federal no 10.257, de 10 de julho de 2001, bem como da Resolução nº 25/2005, Resolução Recomendada nº 83/2009, ambas do Conselho das Cidades e atinente a revisão de Planos Diretores.

Desta forma, a elaboração do diagnóstico observa duas etapas, sendo elas a Leitura Técnica e Leitura Comunitária, as quais serão apresentadas nos Capítulos I e II.

Por meio dessas leituras, são elencadas as condicionantes, deficiências e potencialidades existentes no município. Assim, o diagnóstico da cidade e do território do município dar-se-á pelo somatório da leitura técnica e comunitária.

A leitura técnica é realizada através de análises, pesquisas e levantamentos “*in-loco*” pelos técnicos do CINCATARINA bem como, análise de material pela fornecido municipalidade e comissão técnica de acompanhamento de revisão do Plano Diretor.

A leitura comunitária é construída através do conhecimento espacial/ambiental da população, com base no seu dia-a-dia bem com suas experiências e memórias. Estas participações acontecem através de reuniões comunitárias, formulários físicos disponíveis a toda a comunidade e contribuições em meio digital.

O diagnóstico visa analisar diversos aspectos do município de Nova Trento, considerando que o espaço geográfico utilizado, só tem significado se observado juntamente a imagem da cidade, seus usos, índices e usuários (população). Assim, revelam-se ações passadas e presentes, constituídas por naturezas diversas, que integram a paisagem construída e trazem vida e significado aos espaços. Por meio, das leituras técnica e comunitária é possível diagnosticar as carências e demandas do município de Nova Trento em relação a sua atual legislação urbanística e edilícia, bem como as potencialidades encontradas.

Por fim, é possível identificar que muitas das informações apuradas através do levantamento técnico foram validadas nas contribuições da comunidade.

CAPÍTULO I – LEITURA TÉCNICA

A leitura técnica é parte integrante do processo de revisão da legislação urbanística do município de Nova Trento, visto que está apresentar a realidade do município de um panorama técnico, o qual analisará de dados e informações socioeconômicas, culturais, ambientais, históricas, de estruturação urbana e de infraestrutura disponíveis. A premissa deste levantamento e análise de informações é o estabelecimento de subsídios para propostas consistentes, reais e possíveis para o plano diretor.

Para facilitar o entendimento, este capítulo foi composto e organizado na seguinte estrutura: histórico, localização, ambiente físico-territorial, caracterização socioeconômica, infraestrutura social e urbana.

1 HISTÓRICO

O município de Nova Trento, reconhecido atualmente por seu caráter religioso, tem como marco inicial da sua civilização, o período entre 1834 e 1838 onde a exploração excessiva de madeira foi fomentada por um grupo de norte-americanos que instalaram uma serraria no atual centro da cidade.

Em 1875, com a chegada dos imigrantes trentino-italianos provenientes da região norte da Itália, iniciaram a colonização do então município de Nova Trento.

Figura 1 - Emigrantes tiroleses construindo as primeiras choupanas – 1875.



Fonte: O Trentino (2019)

Os imigrantes vieram ao Brasil com a intenção de deixar para trás um período de crise, fome, miséria e desesperança, na qual a Europa encontrava-se. Aliciadas pelas companhias de emigração e coincidindo com a vontade governamental brasileira de povoar as terras localizadas ao sul, as primeiras famílias aportaram no porto de Itajaí com a promessa de terra, comida e dignidade, o que não aconteceu.

Ao invés de terrenos limpos, foram surpreendidos por matas fechadas, animais até então desconhecidos e os índios (bugres), primeiros habitantes do território.

A emigração intensificou-se nos anos seguintes, onde estima-se que até 1880, cerca de 11 mil pessoas tenham sido instaladas nas então colônias de Itajaí e Príncipe Dom Pedro, dentre elas emigrantes italianos, austríacos, poloneses, alemães e portugueses.

Buscando se adaptar ao ambiente hostil, os emigrantes começaram a erguer pequenas capelinhas para abrigar os santos que trouxeram, o que representaria o início de um catolicismo popular, característica do município até os dias de hoje.

Figura 2 - Centro de Nova Trento por volta do ano de 1940.



Fonte: O Trentino (2019)

Em 1892, após a emancipação das colônias e através da Lei Provincial promulgada pelo presidente da província, Tenente Joaquim Machado, Nova Trento tornou-se município, tendo o topônimo herdado dos seus primeiros colonizadores que vieram da região de Trento na Itália.

Conhecido por sua religiosidade em todo o território brasileiro, América do Sul e outros países, o complexo religioso nova-trentino atrai mais de 30 mil peregrinos todos os meses. Tornando o turismo religioso um grande propulsor da economia local.

Figura 3 - Santuário Santa Paulina.



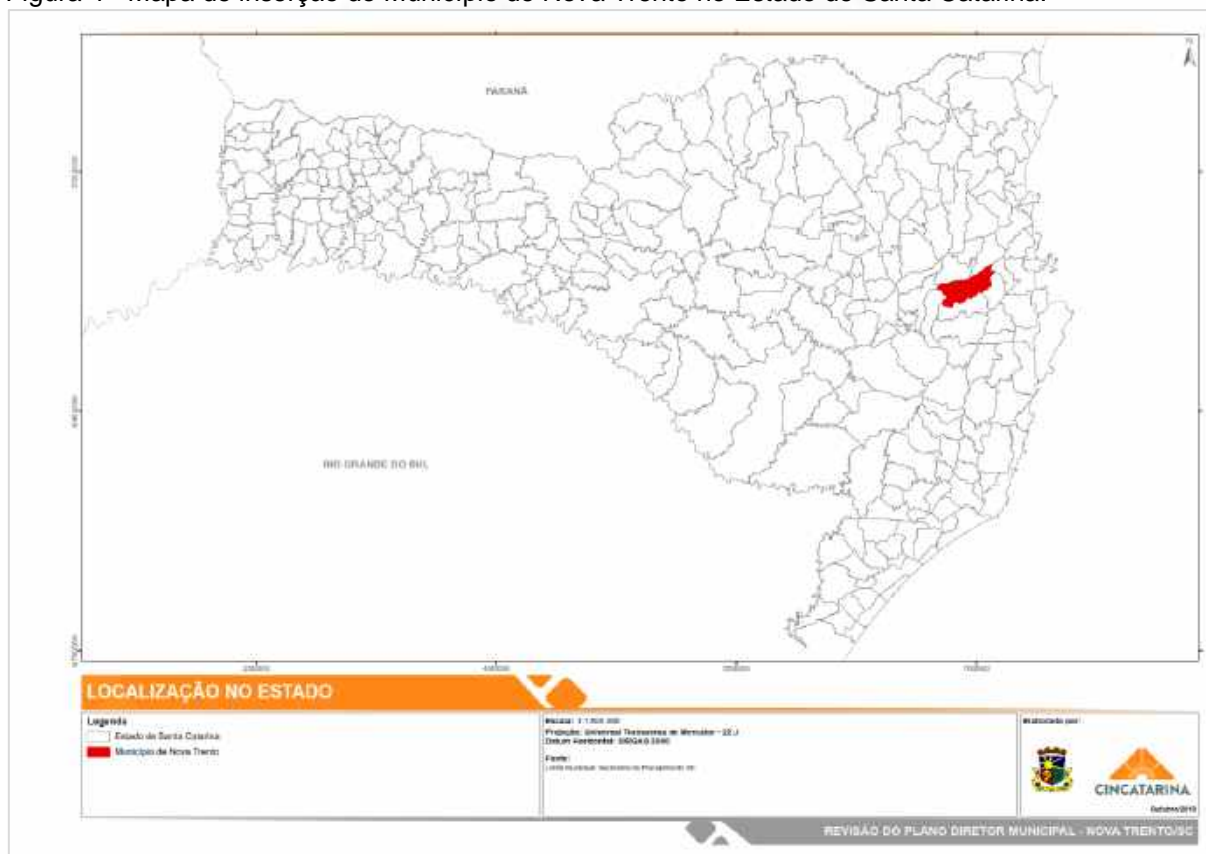
Fonte: NOVA TRENTO (2017)

2 LOCALIZAÇÃO

O município de Nova Trento está inserido no estado de Santa Catarina (Figura 4), pertencente a Mesorregião da Grande Florianópolis, dentro da Microrregião de Tijucas (Figura 5). Os municípios limítrofes de Nova Trento são: Major Gercino, São João Batista, Canelinha, Brusque, Botuverá, Vidal Ramos, Leoberto Leal (Figura 6). Sua área territorial é de 402,891 km² (IBGE,2017). Situando-se a uma distância de 87 Km da capital, Florianópolis.

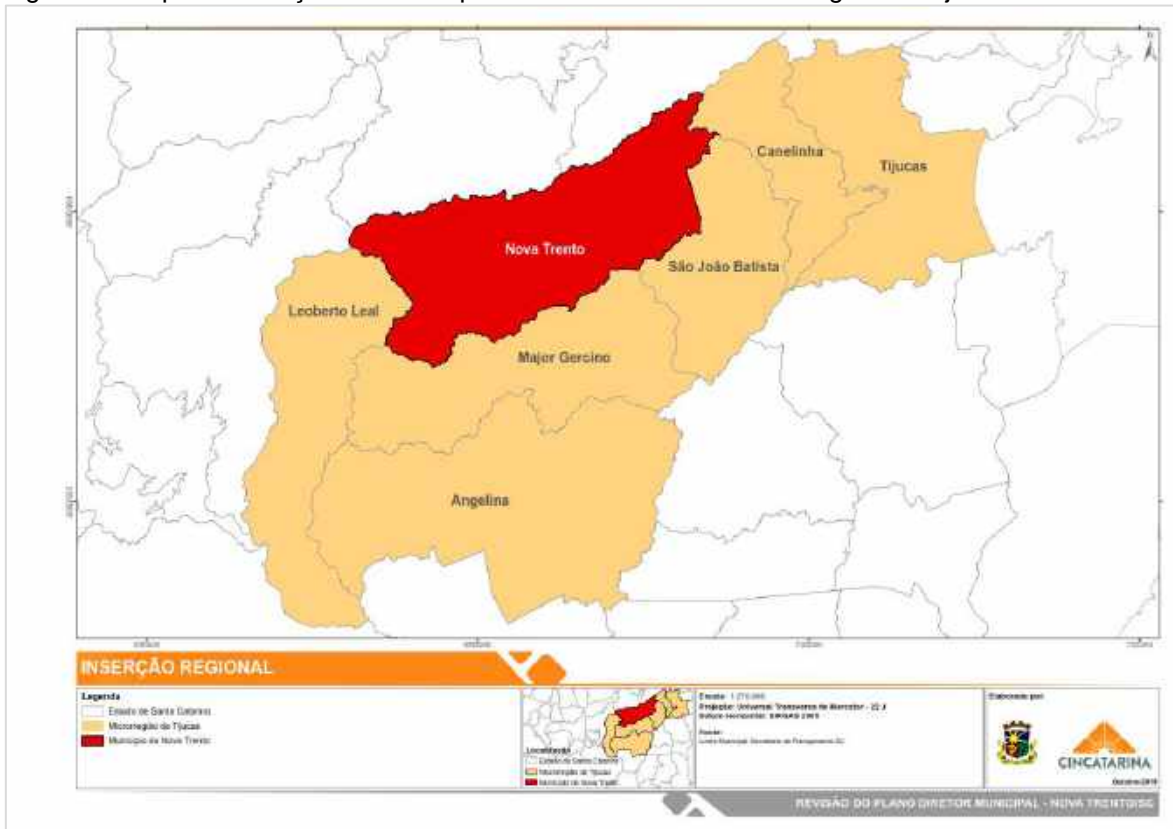
O município é dividido em três regiões, conforme a Figura 7 denominada como: Sede, Distrito de Aguti (Criado pela Lei Estadual nº 941, de 31-12-1943) e Distrito de Claraíba (Criado pela Lei Municipal, nº 2, de 27-04-1895, com o nome de Aliança, posteriormente alterada a denominação pela lei que criou o Distrito do Aguti).

Figura 4 - Mapa de inserção do Município de Nova Trento no Estado de Santa Catarina.



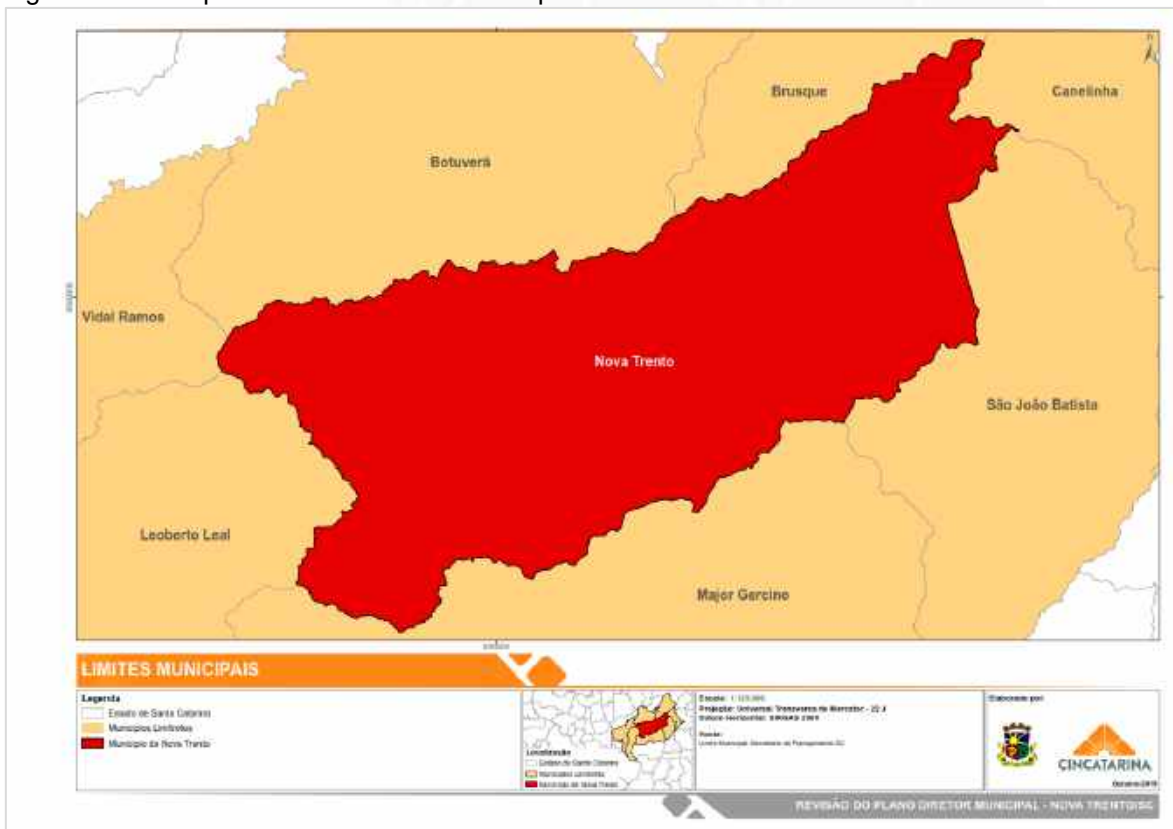
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 5 - Mapa de inserção do Município de Nova Trento na Microrregião de Tijucas.



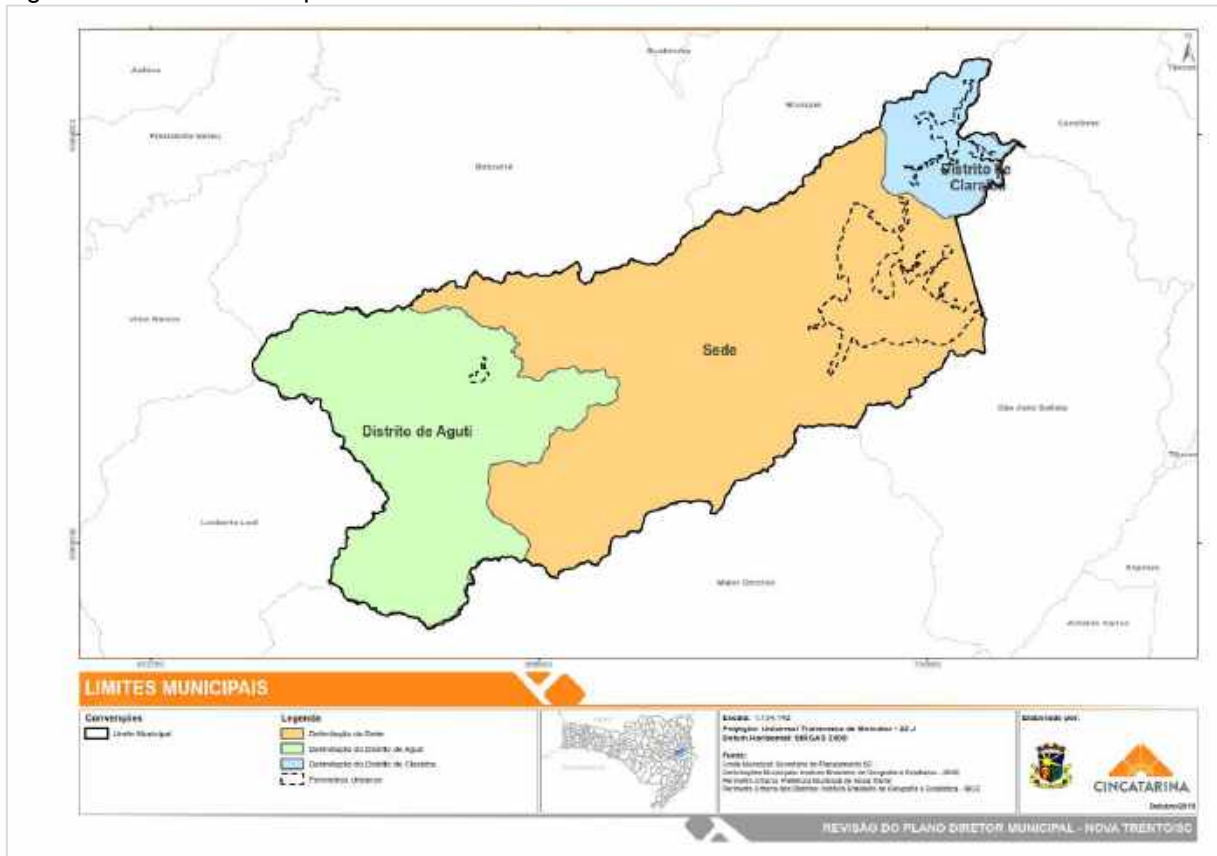
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 6 - Município de Nova Trento e municípios limítrofes.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 7 – Divisão municipal de Nova Trento



Fonte: CINCATARINA (2019)

3 AMBIENTE FÍSICO-TERRITORIAL

3.1 Condicionantes físico-naturais

As condicionantes físico-naturais são analisadas para compreender as condições ambientais da área em estudo, as quais limitam ou oportunizam sua urbanização, mediante um diagnóstico da situação atual e das possibilidades futuras.

Serão averiguados os atributos físico-naturais do município de Nova Trento, sendo eles naturalmente existentes ou criados pela ação humana. Além disso, também serão observadas condicionantes legais (Lei Federal, Estadual e Municipal) pertinentes.

3.1.1 Hidrografia

O estudo da hidrografia tem como objetivo identificar os principais corpos d'água e áreas inundáveis. Considerando que a hidrografia é uma forte condicionante para a ocupação urbana, pois, restringe as áreas passíveis de parcelamento. Em contrapartida, apresenta-se como uma potencialidade para o desenvolvimento urbano e econômico do município, pois, ocupa importante função no abastecimento urbano e agrícola, com potencial para exploração turística.

3.1.1.1 Bacia hidrográfica

A hidrografia do estado de Santa Catarina foi subdividida em 10 Regiões Hidrográficas (RH) utilizadas para planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos, de acordo com a Lei Estadual nº 10.949/1998. O município de Nova Trento insere-se na Região Hidrográfica (RH) 8 do Litoral Centro e pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Tijucas.

A Região Hidrográfica do Litoral Centro (RH-8) é composta pelas bacias dos rios Tijucas, Biguaçu, Cubatão e Madre, além das chamadas bacias contíguas que são de menor proporção.

A Bacia Hidrográfica do Rio Tijucas, se destaca entre as bacias pertencentes a Região Hidrográfica - 8, pois apresenta uma área de drenagem de aproximadamente 2.371 km² e uma vazão média de 48,10m³/s. Atualmente a bacia passa por problemas como assoreamento, erosão, desmatamento, queimadas, uso indevido do solo, entre outros agravantes.

Figura 8 - Bacia Hidrográfica do Rio Tijucas.



Fonte: Comitê Tijucas Biguaçu (2015)

3.1.1.2 Hidrografia principal

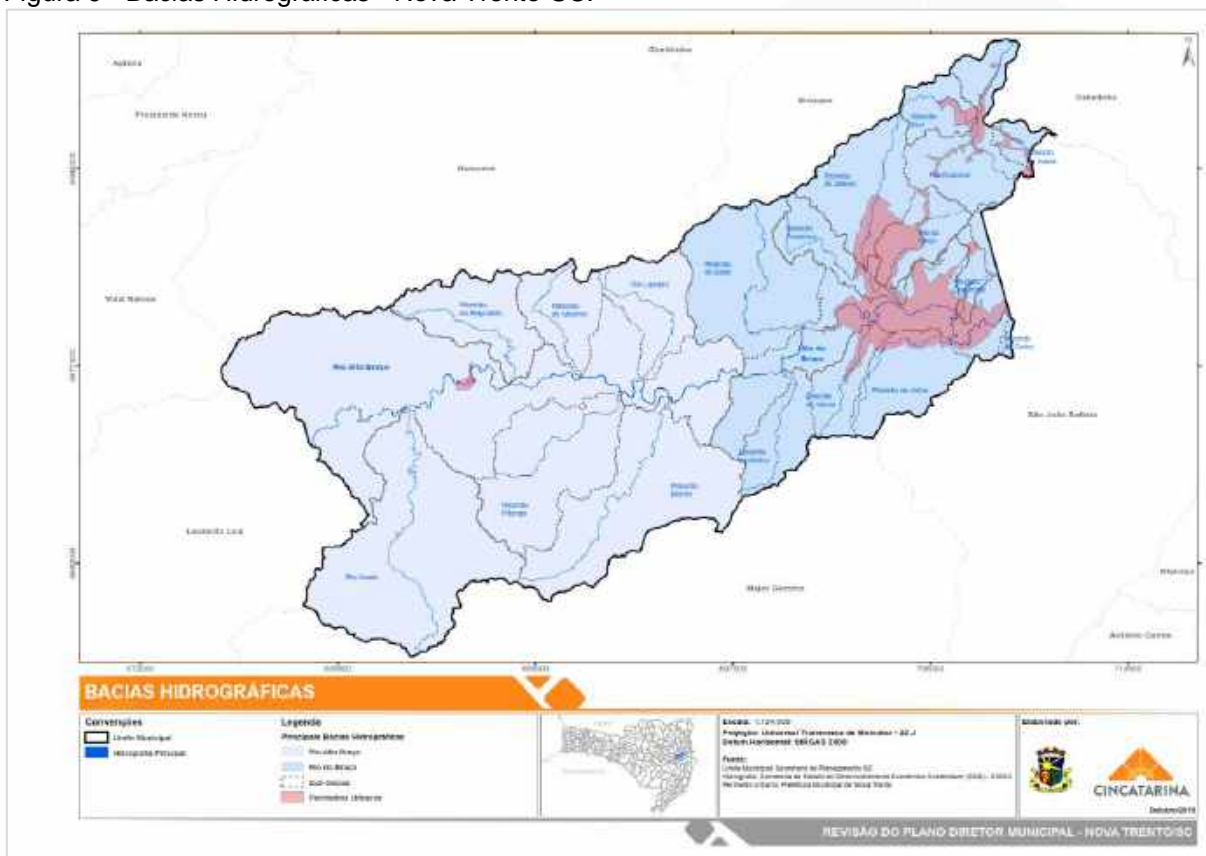
A hidrografia é uma condicionante limitadora na ocupação de espaços urbanos e rurais, em contraponto é essencial para todas as atividades da vida humana. O município de Nova Trento situa-se no vale do Rio do Braço com regime de escoamento influenciado pelo relevo ondulado dos domínios da Suíte¹ Intrusiva Granítica Nova Trento e é composto por duas bacias principais, sendo elas a do Rio do Braço e a do Rio Alto Braço.

Em relação às sub-bacias existentes no município de Nova Trento temos: Ribeirão Tirol, Rio Kroecker, Ribeirão do Indaiá, Ribeirão do Alferes, Rio da Onça,

¹ Suíte: Unidade litoestratigráfica formal, constituída pela associação de diversos tipos de uma classe de rocha intrusiva ou metamórfica de alto grau, discriminados por características texturais, mineralógicas ou composição química. As suítes intrusiva e metamórfica consistem de duas ou mais unidades de rochas ígneas ou de alto grau de metamorfismo, respectivamente, compatíveis com o nível hierárquico de formação.

Ribeirão Queimado, Ribeirão do Cedro, Ribeirão Frederico, Ribeirão do Salto, Ribeirão da Velha, Ribeirão da Vasca, Ribeirão de Molha, Rio Lajeado, Ribeirão Bonito, Ribeirão Pitanga, Rio Veado, Ribeirão do Máximo e Ribeirão do Reginaldo, como pode-se verificar na Figura 9.

Figura 9 - Bacias Hidrográficas - Nova Trento-SC.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Na Tabela 1 é possível observar a área total de cada uma das sub-bacias hidrográficas inseridas dentro da área territorial do município.

Tabela 1 - Áreas das Bacias inseridas no município de Nova Trento.

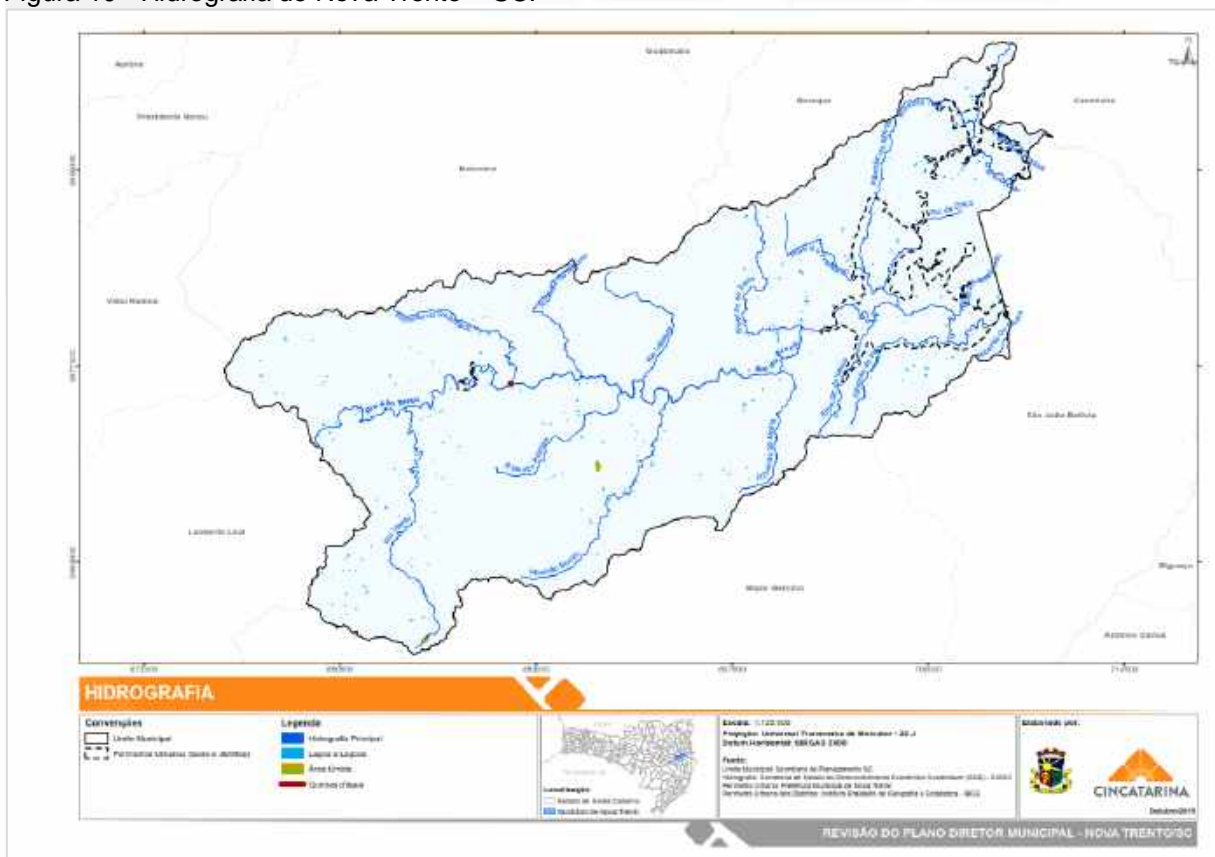
Bacia Hidrográfica	Sub-Bacias Hidrográficas	Área dentro do município (km²)	Área dentro do município (%)
Rio Tijucas	Rio do Braço	31,94	7,92
	Ribeirão do Salto	28,83	7,15
	Ribeirão do Alferes	17,84	4,42
	Rio Kroecker	17,81	4,42
	Ribeirão da Velha	13,87	3,44
	Ribeirão de Molha	10,14	2,51
	Rio da Onça	9,51	2,36

Bacia Hidrográfica	Sub-Bacias Hidrográficas	Área dentro do município (km²) (%)	
	Ribeirão Frederico	9,29	2,30
	Ribeirão de Vasca	8,17	2,03
	Ribeirão Tirol	6,63	1,64
	Ribeirão Queimado	3,23	0,80
	Ribeirão do Indaiá	2,99	0,74
	Ribeirão do Cedro	0,64	0,16
	Rio Alto Braço	88,67	16,79
	Rio Veado	49,7	2,74
	Ribeirão Bonito	36,3	1,94
	Ribeirão Pitanga	27,67	20,87
	Ribeirão do Reginaldo	15,76	8,03
	Rio Lajeado	12,99	17,66
	Rio do Máximo	11,36	31,97
	Total do Município	403,34	100,00

Fonte: CINCATARINA (2019)

Na Figura 10, são apontados os principais cursos d'água do município, além das localizações dos lagos e lagoas, áreas úmidas e quedas d'água.

Figura 10 - Hidrografia de Nova Trento – SC.



Fonte: CINCATARINA (2019)

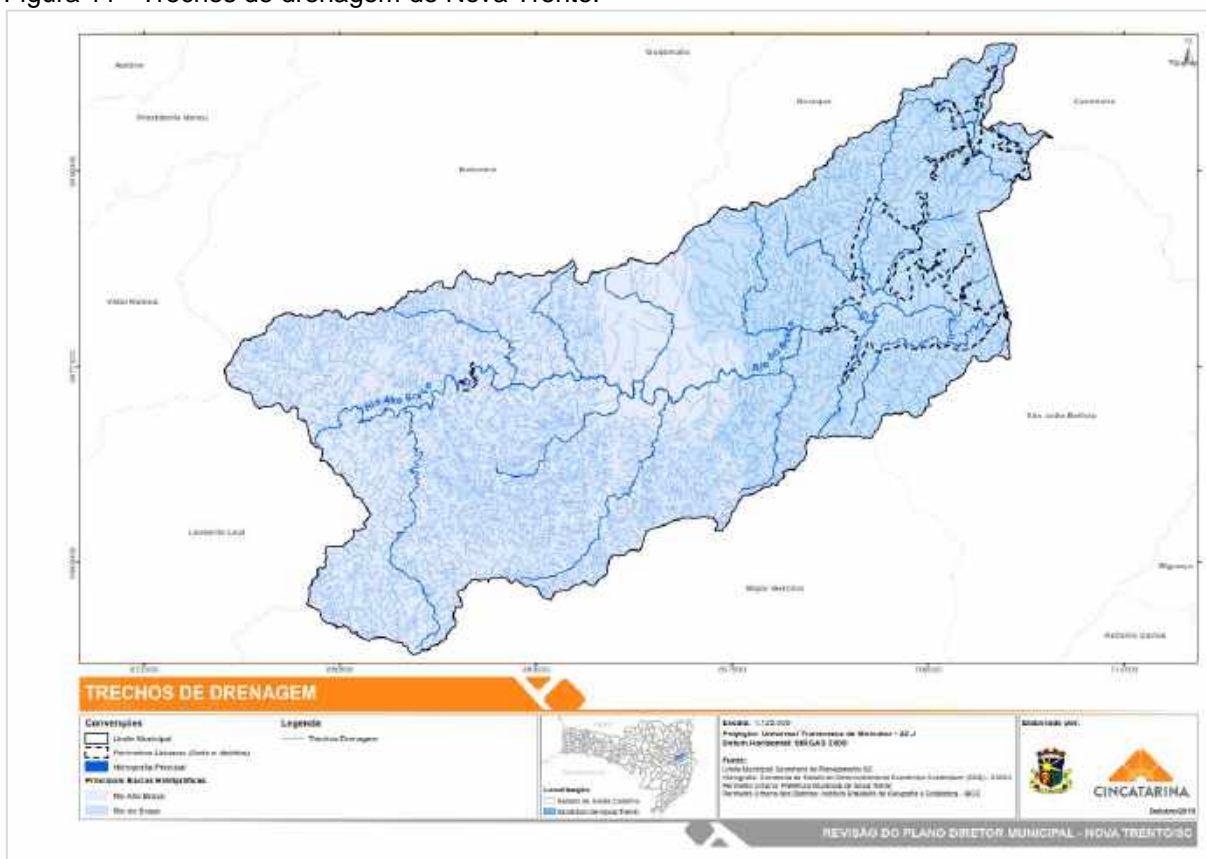
O Rio do Braço, principal curso d'água do município, possui 115 quilômetros de extensão, nascendo no município de Leoberto Leal, passando por Nova Trento, São João Batista e desembocando em Tijucas. No contexto do crescimento da cidade ele teve grande importância, propiciando o desenvolvimento do município. Conforme afirma Grosselli, “havia viabilidade do Rio do Braço” (1987. p.483). Com o passar dos anos, devido ao assoreamento e as secas, perdeu muito de sua importância econômica.

3.1.1.3 Trechos drenantes

Os trechos drenantes, constituem parte das fontes alimentadoras dos cursos d'água do vale do Rio Braço. Na Figura 11, observamos a composição dos trechos drenantes de Nova Trento. Nota-se, que grande parte deste se localiza no sentido sul do Município, em contraponto, a região centro-norte possui a menor disposição de trechos drenantes.

A instalação de qualquer atividade nas áreas com existência de cursos d'água deverá respeitar as condicionantes existentes no Código Florestal Lei nº12.651, de 25 de maio de 2012.

Figura 11 - Trechos de drenagem de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

3.1.1.4 Divisores de água

Divisores de águas se definem como linhas imaginárias separadoras das águas pluviais. Normalmente entende-se por linha de cumeada, isto é, linha divisora formada por altas montanhas, com suas grandes cristas, que desempenham este papel em relação ao escoamento de água.

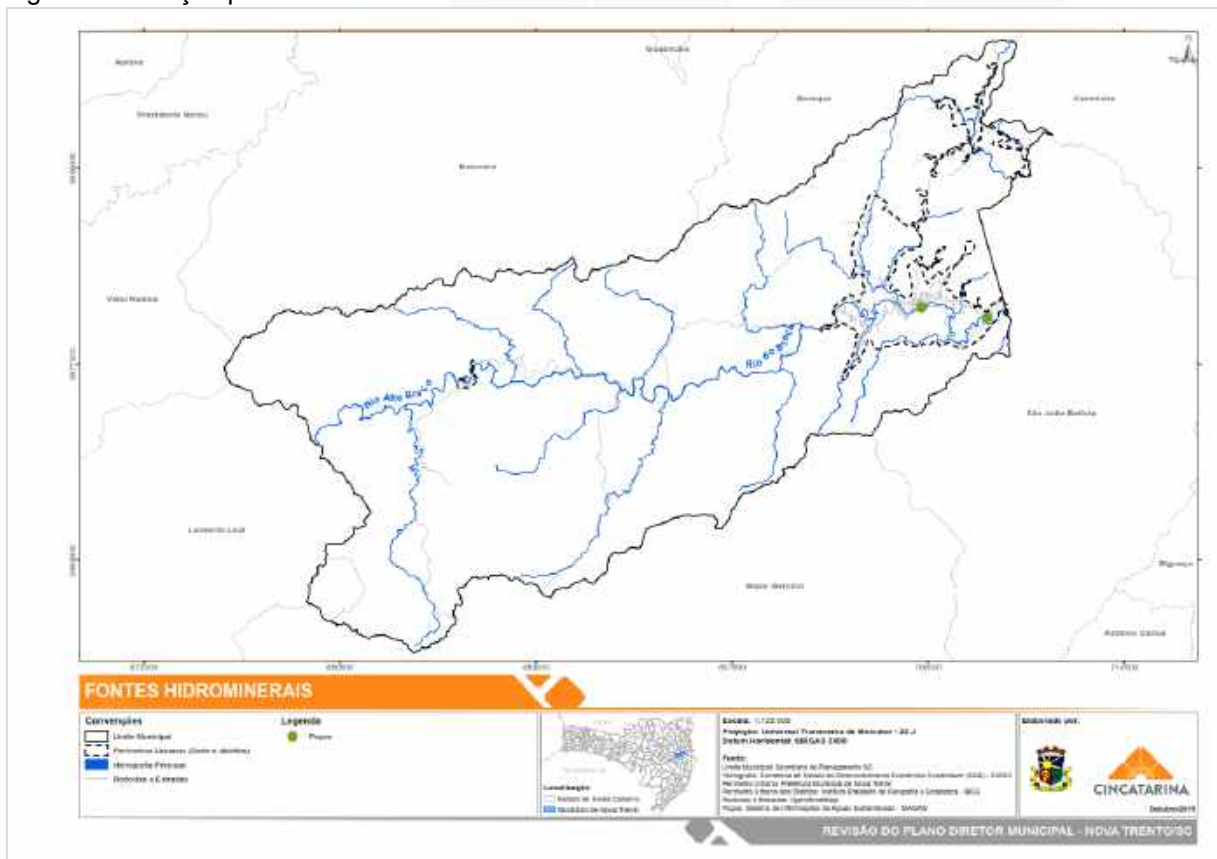
O município de Nova Trento insere-se na bacia hidrográfica do Rio Tijucas, localizada entre as coordenadas geográficas de longitude oeste 49°19'43 "e 48°27'42", latitude sul 27°46'36 "e 27°02'35", a qual possui duas nascentes principais, uma delas em Rancho Queimado que origina o Rio Garcia e outra em Leoberto Leal que forma o Rio do Braço.

3.1.1.5 Fontes hidrominerais

Através de consulta ao material da Agência Nacional de Mineração (ANM), constatou-se a existência de fontes de água mineral para engarrafamento, dentro da abrangência territorial de Nova Trento. Sendo as informações coletadas até o período de outubro de 2018.

Através dos registros do SIAGAS – Sistema de Informações de Águas Subterrâneas – até 2019, em relação aos recursos hídricos subterrâneos, Nova Trento possuía um total de dois poços perfurados, dispostos nos locais indicados na Figura 12.

Figura 12 – Poços perfurados em Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

3.1.1.6 Uso atual das águas

Para melhor compreensão do consumo dos recursos hídricos, foi utilizado os dados do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina, o qual apresenta

uma relação por setores de consumo da região hidrográfica do Litoral Centro, a qual o Município de Nova Trento pertence. Nota-se um maior consumo proveniente da população urbana residente, e em seguida da população urbana flutuante, que resulta do grande número de turistas que visitam a região. Em terceiro lugar, a vazão retirada para irrigação na agricultura.

Tabela 2 - - Uso das águas Região Hidrográfica 8 - Litoral Centro (m³/s).

Uso das águas na Região Hidrográfica 8 - Litoral Centro	
Vazão de retirada	(m ³ /s)
População Urbana Residente	3,241
População Urbana Flutuante	2,710
População Rural	0,081
Animal	0,101
Industrial	1,980
Aquicultura	0,007
Mineração	0,046
Irrigação	2,041
Total	10,207

Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina (2018)

3.1.1.7 Risco hidrológico

O Estatuto da Cidade determina em uma de suas diretrizes da política urbana a ordenação e controle do uso do solo, mecanismos para evitar a exposição a riscos de desastres² e tornando assim obrigatória a elaboração do Plano Diretor para os Municípios incluídos no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos³, abarcando a necessidade do mapeamento de áreas de risco.

Segundo a Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, em seu inciso IV, Art. 6º, cita: “compete à União apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no mapeamento das áreas de risco”, com a finalidade de prevenção e consequente redução de perdas sociais e econômicas relacionadas aos desastres.

Tais estudos e mapeamentos, vêm sendo desenvolvidos pela Serviço Geológico do Brasil – CPRM, empresa do governo federal ligada ao Ministério de Minas e

² Art. 2º, VI, “h”, da Lei nº 10.257/01.

³ Art. 41, VI, da Lei nº 10.257/01. Neste caso, o conteúdo do Plano Diretor é também diferenciado (art. 42-A)

Energia e Defesa Civil. Os dados resultantes são disponibilizados a todos os interessados por meio eletrônico e nestes documentos são atribuídos formas de mitigação dos riscos elencados.

De acordo com o Ministério das Cidades e Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2007), as principais resultantes dos riscos hidrológicos consistem em:

Enchente ou cheia: Elevação temporária do nível d'água em um canal de drenagem devida ao aumento da vazão ou descarga;
 Inundação: Processo de extravasamento das águas do canal de drenagem para as áreas marginais (planície de inundação, várzea ou leito maior do rio) quando a enchente atinge cota acima do nível da calha principal do rio;
 Alagamento: Acúmulo momentâneo de águas em uma dada área decorrente de deficiência do sistema de drenagem;
 Solapamento: Ruptura de taludes marginais do rio por erosão e ação estabilizadora das águas durante ou logo após processos de enchente ou inundação.

Ainda em conformidade com o Ministério das Cidades e Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2004 e 2007), a classificação de risco ocorre em conformidade aos dispostos na Tabela 3, onde o grau de risco é determinado segundo a existência de alguns indícios, podendo variar de baixo risco (R1) até risco muito alto (R4). Entretanto, por se tratar de uma ação emergencial, somente os setores com risco alto (R3) e muito alto (R4) são mapeados em campo. (CPRM, 2018)

Tabela 3 - Classificação dos graus de risco para enchentes e inundações.

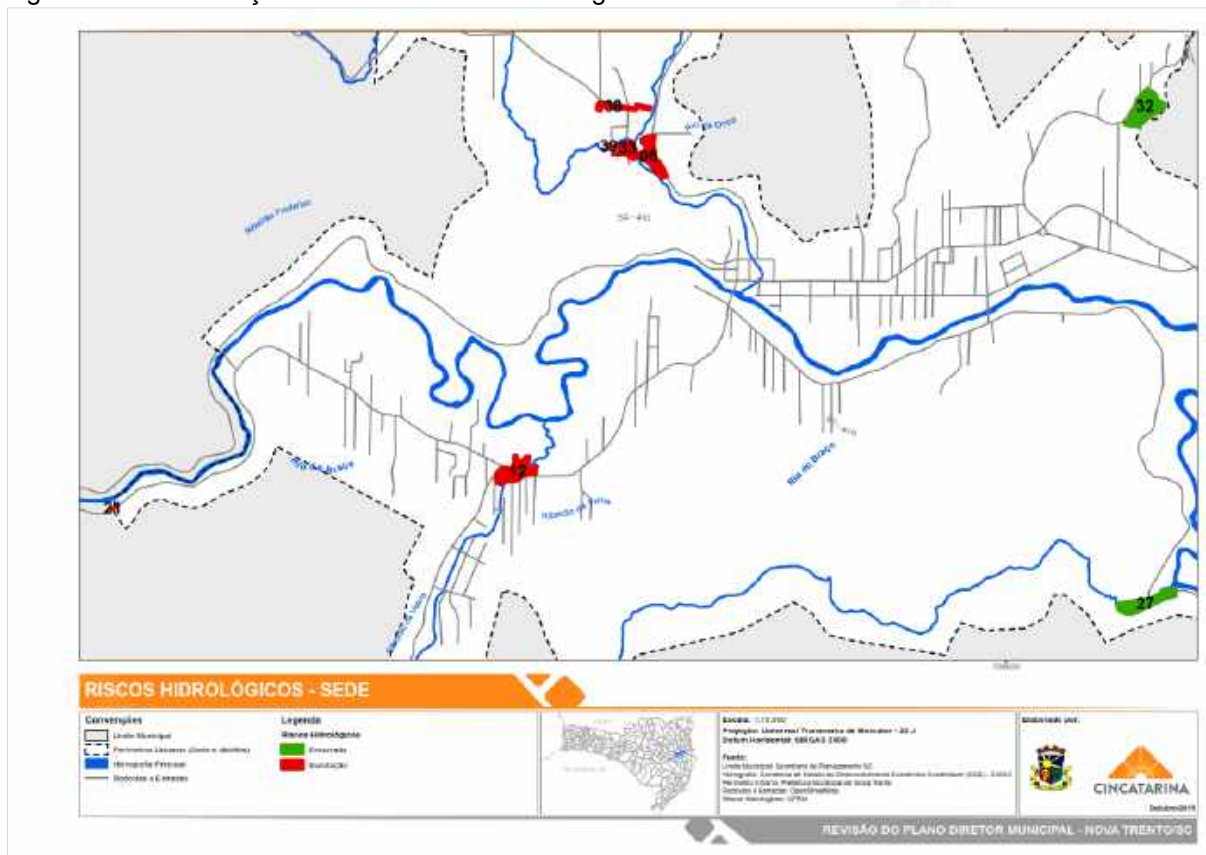
GRAU DE RISCO	DESCRIÇÃO
R1 Baixo	Drenagem ou compartimentos de drenagem sujeitos a processos com baixo potencial de causar danos. Baixa frequência de ocorrência (sem registros de ocorrências nos últimos cinco anos).
R2 Médio	Drenagem ou compartimentos de drenagem sujeitos a processos com médio potencial de causar danos. Média frequência de ocorrência (registro de uma ocorrência significativa nos últimos cinco anos).
R3 Alto	Drenagem ou compartimentos de drenagem sujeitos a processos com alto potencial de causar danos. Média frequência de ocorrência (registro de uma ocorrência significativa nos últimos cinco anos) e envolvendo moradias de alta vulnerabilidade.
R4 Muito Alto	Drenagem ou compartimentos de drenagem sujeitos a processos com alto potencial de causar danos. Alta frequência de ocorrência (pelo menos três eventos significativos em cinco anos) e envolvendo moradias com alta vulnerabilidade.

Fontes: Ministério das Cidades e IPT (2004-2007)

Conforme material elaborado pelo CPRM (2018), foram delimitadas 31 áreas de risco hidrológico e geológico, sendo 8 setores referentes a riscos hidrológicos, dispostos na Figura 13, os quais atingem 110 imóveis e aproximadamente 440

peças, considerando a proporção de quatro pessoas por imóvel atingido, conforme apresentado na Tabela 4.

Figura 13 - Demarcação de áreas de risco hidrológico em Nova Trento-SC.



Fonte: CPRM (2018)

Tabela 4 - Risco Hidrológico.

TIPO	SETOR	RISCO HIDROLÓGICO	
		IMÓVEIS ATINGIDOS	QUANTIDADE DE PESSOAS ATENDIDAS
Inundação	6	10	40
	12	25	100
	21	1	4
	33	17	68
	38	15	60
	39	1	4
Enxurrada	27	9	36
	32	32	128
Total	8	110	440

Fonte: CPRM (2018) adaptado por CINCATARINA (2019)

Conforme o CPRM (2018), Nova Trento encontra-se na bacia hidrográfica do Rio do Braço, com regime de escoamento influenciado pelo relevo ondulado e pelas

extensas planícies aluvionares⁴, sucedendo que as áreas de risco de inundação estão relacionadas com ocupações urbanas nas planícies do Rio do Braço e de seus afluentes.

Nas áreas delimitadas pelo CPRM (2018) é possível encontrar a localização detalhada das áreas levantadas, recomendações de medidas protetivas para estas localidades, tipo de risco e quantitativo de pessoas e imóveis atingidos.

Dos setores apontados, 6 áreas entendem-se como risco de inundação (setores 06, 12, 21, 33, 38 e 39). Dentre esses mensura-se aproximadamente 69 imóveis e 276 pessoas atingidos, classificadas em grau de risco alto, conforme as pranchas do levantamento do CPRM, disponíveis no ANEXO A. Enquanto duas áreas são atingidas por enxurradas (setores 27 e 32) que atingem 41 imóveis e aproximadamente 164 pessoas, ambos classificados segundo o CPRM (2018) com grau de risco muito alto. As pranchas referentes a estes setores estão dispostas no ANEXO B.

3.1.2 Geomorfologia

A geomorfologia é uma condicionante para o planejamento territorial urbano de um Município, trata-se do estudo das formas da Terra e de toda a dinâmica estrutural a ela relacionada. É um importante instrumento para compressão da realidade, pois, determina as áreas propícias para a ocupação urbana e condiciona a tipologia da malha urbana a ser adotada.

As informações constantes nesse item foram propostas pelos técnicos do projeto Radam-Brasil (incorporado ao IBGE) a partir da análise de imagens de radar, visitas a campo e consultas bibliográficas, que constituem a base do levantamento geomorfológico proposto no Atlas de Santa Catarina de 1986 (SANTA CATARINA, 2014). Segundo o referido estudo, os fatos geomorfológicos podem ser ordenados segundo uma taxonomia que permite a divisão e hierarquização do Estado de Santa Catarina em quatro domínios morfoestruturais, sete regiões geomorfológicas e treze unidades geomorfológicas (Tabela 5).

⁴ Planícies aluvionares são formações geológicas que se caracterizam por serem planas ou muito pouco inclinadas. Formam-se pela deposição ao longo do tempo de sedimentos trazidos por um ou mais rios, criando um solo aluvionar constituído de argila, silte e areia.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa (2004), os domínios morfoestruturais são em função de fatos geomorfológicos derivados de aspectos amplos da geologia, como os elementos geotectônicos, os grandes arranjos estruturais, e, eventualmente, a predominância de uma litologia conspícua. As regiões geomorfológicas se caracterizam por uma divisão regionalmente reconhecida e estão ligadas a fatores climáticos atuais ou passados e/ou a fatores litológicos. As unidades geomorfológicas consistem no arranjo de formas de relevo fisionomicamente semelhantes em seus tipos e modelados.

Tabela 5 - Levantamento Geomorfológico de Santa Catarina.

DOMÍNIO GEOMORFOLÓGICO	REGIÕES	UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS
Depósitos sedimentares	<ul style="list-style-type: none"> Planícies Costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Planícies Litorâneas Planície Colúvio Aluvionar
Bacias e Coberturas sedimentares	<ul style="list-style-type: none"> Planalto das Araucárias 	<ul style="list-style-type: none"> Planalto dos Campos Gerais Planalto Dissecado Rio Iguaçu/Rio Uruguai Patamares da Serra Geral Serra Geral
	<ul style="list-style-type: none"> Depressão do Sudeste Catarinense 	<ul style="list-style-type: none"> Depressão da Zona Carbonífera Catarinense
	<ul style="list-style-type: none"> Planalto Centro Oriental de Santa Catarina 	<ul style="list-style-type: none"> Patamares do Alto Rio Itajaí Planalto de Lages
	<ul style="list-style-type: none"> Patamar Oriental Bacia do Paraná 	<ul style="list-style-type: none"> Patamar de Mafra
Faixa de Dobramentos Remobilizados	<ul style="list-style-type: none"> Escarpas e Reversos da Serra do Mar 	<ul style="list-style-type: none"> Serra do Mar Planalto de São Bento do Sul
Embasamento Estilos Complexos	<ul style="list-style-type: none"> Serras do Leste Catarinense 	<ul style="list-style-type: none"> Serras do Tabuleiro/Itajaí

Fonte: EMBRAPA (2004)

O Município de Nova Trento está inserido em três unidades geomorfológicas: a do Planalto de São Bento do Sul, Patamares do Alto Rio Itajaí e Planície Fluvial.

Os terrenos do compartimento Planalto de São Bento do Sul são pouco dissecados e estão situados em altitudes de 850 a 950 m, formando um planalto cujas bordas leste e sul constituem a Serra do Mar. Este planalto é um prolongamento do planalto cristalino de Curitiba.

Nesse compartimento afloram rochas cristalinas metamórficas de caráter básico a intermediário além de rochas vulcânicas e vulcano-sedimentares da bacia de Campo Alegre. A pequena dissecação do relevo condiciona a existência de colinas e morros de menor amplitude altimétrica com formas mais arredondadas, especialmente onde afloram as rochas metamórficas e vulcano sedimentares. Porém, onde afloram

arenitos e arcósios, o relevo pode se apresentar tabular. A rede de drenagem é mais densa nas áreas de afloramento das rochas metamórficas do que nos terrenos da Bacia Vulcano Sedimentar de Campo Alegre.

Os patamares do Alto Rio Itajaí são modelados em rochas sedimentares, principalmente das formações Rio do Sul e Rio Bonito, possuindo estrutura concordante horizontal a sub-horizontal das camadas sedimentares. As altitudes podem variar de 1.200 até 200 metros. Apresenta forte dissecação pelos rios com vales profundos, com desníveis que podem chegar a 500 metros entre o fundo do vale e o topo das elevações.

Relevos tabulares de chapadas são encontrados com frequência na paisagem deste compartimento a leste, sustentados por camadas de arenito, especialmente os da formação Rio Bonito. Também são comuns encostas com patamares estruturais (degraus) amplos por causa da sucessão de camadas mais resistentes de arenitos que as constituem.

Já as planícies fluviais são as áreas situadas junto aos rios que, influenciadas pelas cheias, são muito utilizadas para a agricultura. Seu caráter altimétrico é extremamente variado, situando-se entre 30 e 200 metros.

3.1.2.1 Declividade

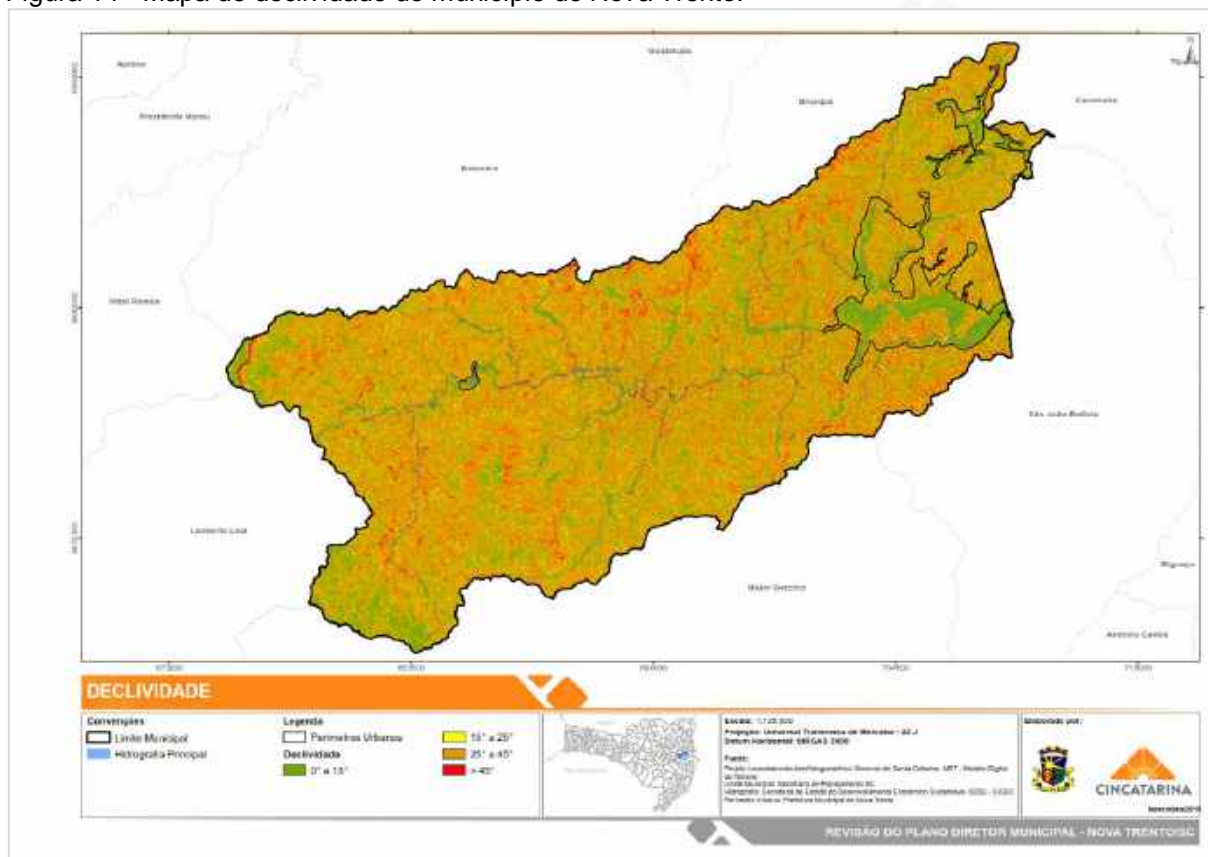
Através do mapa de declividade apresentado na Figura 14, observa-se a constituição geomorfológica do Município de Nova Trento, verificando a constituição de morros, montanhas e demais formações geológicas, tendo assim uma explanação geral das declividades.

O fator declividade é de extrema importância para avaliação das restrições e possibilidades de gestão territorial, os parâmetros de declividade são fixados na legislação como parâmetros que impedem parcelamento para fins urbanos, desmatamento e delimitação de áreas de proteção permanente.

Observar-se ainda, que a parte urbana do município situa-se predominantemente em declividades entre 0° a 15°, porém, nela ainda são encontradas inclinações superiores a 45°. Nas regiões rurais as declividades apresentam grande variação de inclinações, cabe salientar que em todo o município

são encontradas diversas áreas com declividades superiores a 45°, conforme pode ser observado na Figura 14.

Figura 14 - Mapa de declividade do município de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Através do levantamento de declividade, pode-se definir quais são as áreas de preservação, definidas pelo Código Florestal⁵, o qual indica que terrenos com declividade igual ou maior que 45°, ou seja, 100%, devem ser preservados, dado que áreas com declividades superiores ao referido valor não devem ser urbanizadas, devido à possíveis riscos geológicos.

Encontra-se ainda na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre parcelamentos do solo para fins urbanos, impedimento para parcelamentos e/ou ocupações de locais com declividades maiores ou iguais a 30%, salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes, visando garantir a segurança das ocupações urbanas.

⁵ Lei Federal 12.651, de 25 de maio de 2012

Bem como a Lei Estadual nº 17.492, de 22 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a responsabilidade territorial urbana, o parcelamento do solo, e as novas modalidades urbanísticas, para fins urbanos e rurais, em seu inciso VIII, e parágrafo único do Art. 4º, que traz o mesmo entendimento da legislação federal, acerca de áreas para parcelamento do solo, conforme disposto a seguir:

Art. 4º [...]

VIII – nos terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências das autoridades competentes.

Parágrafo único. A autoridade licenciadora deve especificar os estudos técnicos a serem apresentados pelo empreendedor, necessários à comprovação do atendimento ao disposto no caput deste artigo.

E em âmbito municipal a legislação vigente, Lei nº 1737 de 29 de dezembro de 2000, que trata do código de parcelamento do solo no município de Nova Trento, dispõe em seu Art. 5º, as condições onde não serão permitidos parcelamentos, cabe salientar que a lei não prevê estudos que possibilitam ocupações nas áreas com declividade superior a 30%.

Tal lei apresenta algumas disposições contrárias a legislação mais recente, a Lei Complementar nº 266, de 02 de janeiro de 2009, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Nova Trento, pois, a alínea a, inciso III, do Art. 154 trata da possibilidade de parcelamento ou ocupações em áreas com declividade superior a 30%, salvo se atendidas as exigências específicas das autoridades competentes.

Analisando a Figura 14, fica nítido que a topografia de Nova Trento é composta por serras e planícies fluviais, os quais impõem limitações, inclusive legais para a ocupação dos territórios, tanto da Sede, bem como nos distritos. É importante frisar, que áreas consideradas não passíveis a ocupação, devem ser consideradas zonas de proteção ambiental, buscando a segurança das ocupações do proprietário, bem como a preservação das mesmas.

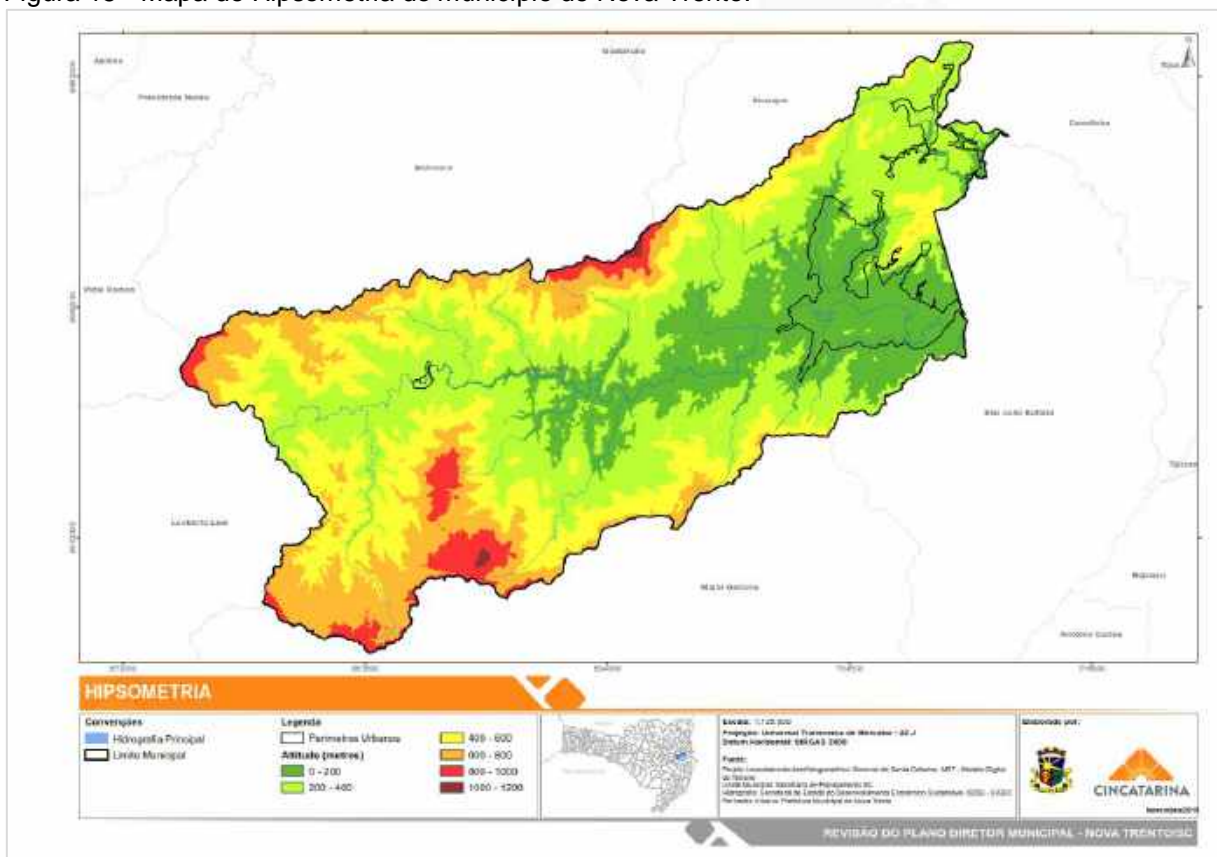
3.1.2.2 Hipsometria

A hipsometria é a representação das elevações de uma determinada área através das cores, as quais possuem uma equivalência com a topografia demonstrada. No planejamento urbano, o cartograma de hipsometria auxilia na definição das áreas

passíveis para instalação de novos loteamentos, verificação de zonas que demandam zoneamento especiais, determinação de tipologias construtivas que visem melhor conforto ambiental as edificações futuramente instaladas, além disso, são necessários para análises dos sistemas como abastecimento, tratamento e coleta de esgoto e drenagem pluvial, dentre outros sistemas relacionadas a infraestrutura urbana.

Os locais que apresentam tonalidades mais escuras são equivalentes aos pontos mais altos de Nova Trento, conforme apresentada nas legendas da Figura 15. Em Nova Trento, a altitude mínima encontrada é de 13 metros e a máxima é de 1.126 metros, conferindo uma diferença de altitude de 1.113 metros, sendo as regiões sudoeste, noroeste e norte as que apresentam pontos mais elevados, podendo variar de 1.000 a 1.200 metros de altitude. Observa-se ainda, que as áreas urbanas da Sede se desenvolveram nas menores altitudes do município e próximo ao principal curso d'água, o Rio do Braço. Já as áreas urbanas do distrito desenvolveram-se nas faixas de altitude entre 200 a 400 metros.

Figura 15 - Mapa de Hipsometria do município de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

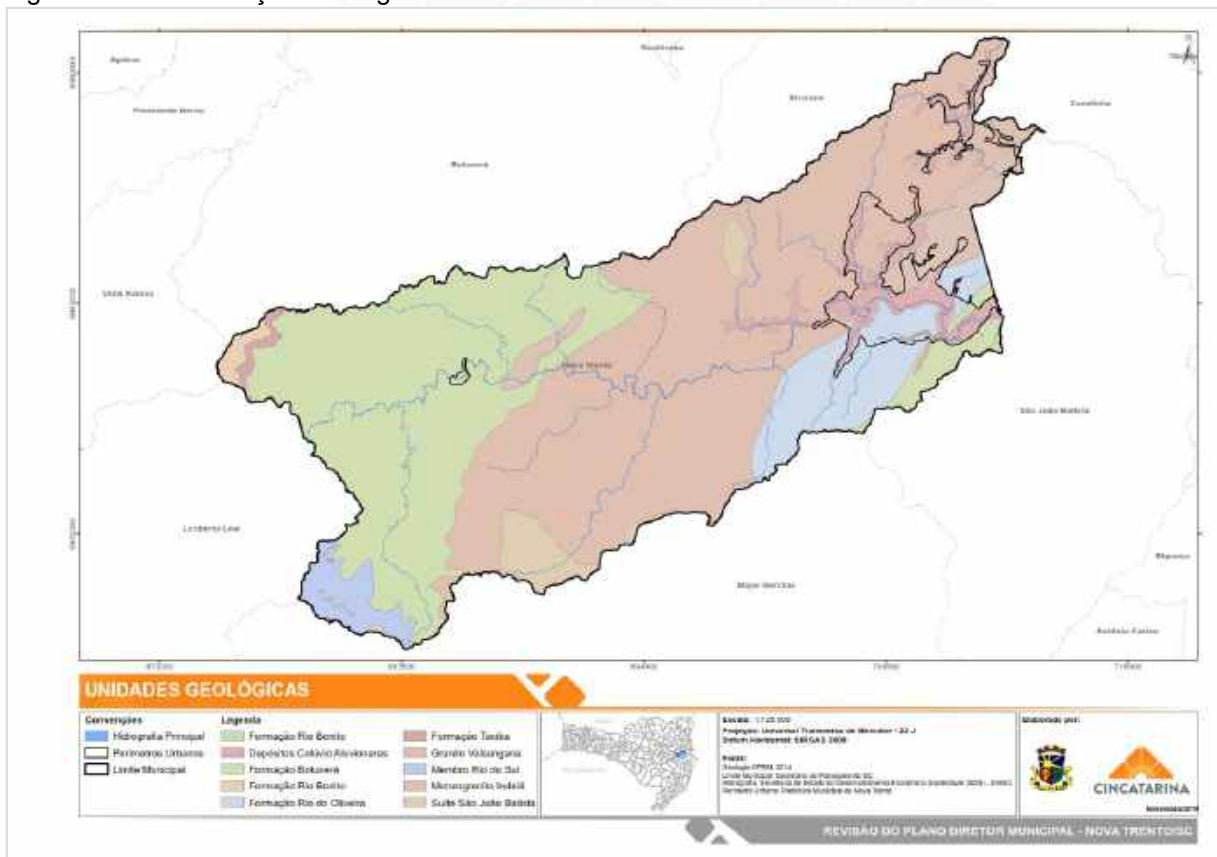
3.1.3 Geologia

O estudo da geologia do município é fundamental para o desenvolvimento urbano, pois, determina as áreas que possuem estabilidade suficiente para suportar edificações e as áreas que são geologicamente instáveis e sujeitas a erosão e ou deslizamentos. Além do mais, ela determina o potencial econômico de extração mineral e a fertilidade do solo do município.

3.1.3.1 Constituição geológica

A geologia presente no município de Nova Trento contempla rochas da Bacia do Paraná, do Complexo Metamórfico de Brusque e das Granitóides intrudidos associados àquele Complexo. Serão descritos abaixo as sequências que ocorrem no município e classificados na Figura 16.

Figura 16 - Classificação Geológica de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

O Complexo Metamórfico de Brusque se apresenta como um cinturão de dobramentos com cerca de 40 km de largura, alongado na direção NE-SW. Tem idade Neoproterozóica e é composto por sequências de rochas para e ortoderivadas e está localizado na porção leste do Escudo. É constituído por uma unidade inferior Metavulcanossedimentar em contato tectônico com uma sequência superior predominantemente clástica. É composto pelas Formações Botuverá, Rio da Areia e Rio do Oliveira. A seguir serão descritas apenas as formações presentes na área de estudo (BASEI, 1985).

A Sequência Botuverá é constituída pelas unidades que ocorrem ao sul da cidade que lhe empresta o nome e apresenta uma sedimentação predominantemente clásticas de baixo a médio grau metamórfico. Tratam-se de rochas metassedimentares que mostram paragêneses minerais das fácies xisto verde alto a anfibolito (BASEI, 1985).

Da base ao topo desta Sequência ocorre uma nítida diminuição da fração grosseira com conseqüente aumento dos componentes mais finos, até se atingir uma sedimentação química onde predominam os níveis carbonáticos (BASEI, 1985).

A Sequência Metavulcanossedimentar Rio do Oliveira inclui expressivo pacote piroclástico, com tufos, lapilitos e brechas de composição máfica. Abrange igualmente termos ultramáficos e mais raramente félsicos, além de sedimentos vulcanoclásticos. O metamorfismo operante foi de baixo a médio grau da fácies anfibolito baixa/xisto-verde alta, a julgar pelos metassedimentos epiclásticos portadores de andaluzita como polimorfo aluminoso estável, além de estaurolita, relativos à fase de recristalização sin-tangencial. Essa característica paragenética sugere uma trajetória metamórfica, ao menos em parte, sob condições de baixa pressão e alta temperatura.

Os granitoides relacionados ao Cinturão Metavulcanossedimentar se dividem em 3 grupos:

- Suíte São João Batista: É composta por stocks intrudidos no entorno da Suíte Granítica Valsungana, exibindo contatos intrusivos típicos e ocasionalmente graduais, sugerindo contemporaneidade das intrusões (Basei, 2000; Basei et al., 2011b). Em geral, suas rochas variam entre álcali-feldspato granitos, sienogranitos e monzogranitos leucocráticos e hololeucocráticos equi a inequigranulares de textura fina a média (Hueck et al. 2016).

- Monzogranito Indaiá: Envolve monzogranitos, sienogranitos e granodioritos inequigranulares, porfíricos médios a grossos, em corpos plutônicos periféricos (WILDNER, 2014).
- Granito Valsungana: Essa suíte é constituída basicamente por dois corpos maiores que se orientam aproximadamente N40E, paralelamente à estruturação geral do Cinturão. Na área de ocorrência desses granitoides, poucos são os bons afloramentos, pois, em geral, há sempre um forte intemperismo que é favorecido pela granulação grosseira a muito grosseira dessas rochas. Os tipos principais são monzogranitos, granodioritos e quartzo monzonitos, em geral, de coloração cinza-médio. Com teores variáveis de microclínio que se mostram sempre como megacristais que atingem até 8 cm, numa matriz fanerítica grosseira (BASEI, 1985).

Já as rochas que compõem a Bacia do Paraná presentes na região são as seguintes:

- Grupo Guatá: O Grupo Guatá constitui-se de siltitos cinza esverdeados, de arenitos com camadas de carvão e folhelhos carbonosos que se distribuem verticalmente desde o topo do Grupo Itararé até a base da Formação Irati (Brasil, 2018). O nome do grupo foi proposto por Gordon Junior (1947) para designar os siltitos e arenitos aflorantes nas imediações de Guatá (SC) englobando como formações, as camadas Rio Bonito e Palermo, de White (1908). No município encontra-se apenas a Fm Rio Bonito.
- Formação Rio Bonito: A Formação Rio Bonito é formada principalmente por sedimentos mais arenosos que indicam ambiente de muita energia e nível de base pouco profundo. São características de ambiente deltáico, típicas da formação. Sua idade é atribuída ao Permiano Médio e Superior.

A Formação Rio Bonito, por sua vez, teve seu ambiente de sedimentação caracterizado como sendo plataformar costeira e suas rochas são do tipo arcóseo, siltito, siltito carbonoso e quartzo arenito, folhelho carbonoso e carvão, diamictito com matriz carbonosa e marga, de ambiente fluvio-deltaico, litorâneo e marinho plataformar.

- Grupo Itararé: Schneider et al. (1974) descreveram o Grupo Itararé como uma sequência sedimentar de idade permocarbonífera cujos depósitos, caracterizados principalmente por diamictitos, refletem influências glaciais em

seus diferentes ambientes deposicionais. Este Grupo representa um episódio de glaciação continental duradouro que vai do Carbonífero superior ao Permiano médio, caracterizado em Santa Catarina por poucos níveis de tilitos. Estes tilitos são normalmente estratificados com presença de esparsos seixos facetados com estrias em várias direções. É comum a presença de lentes arenosas deformadas típicas de escorregamentos, intercaladas aos tilitos.

Este Grupo é dividido em Formação Taciba e Membro Rio do Sul, ambos presentes no município.

- Formação Taciba: A Formação Taciba comporta duas sequências deposicionais que tem origens glacial e interglacial. Possui ampla distribuição e é composta por intercalações de folhelhos e arenitos no sul da bacia e diamictitos na porção central e no norte da bacia (Silva et al., 2006).
- Membro Rio do Sul: Esta formação é constituída por folhelhos e argilitos cinza-escuros e pretos, diamictitos cinza-escuros com matriz arenosa, contendo intercalações de arenitos finos e muito finos, folhelhos várvidos, ritmitos e siltitos cinza-escuros avermelhados, frequentemente com estrutura "flaser", atingindo cerca de 350m de espessura (Brasil, 2018).

As condições predominantes dos depósitos sedimentares da Formação Rio do Sul mostram ambiente essencialmente marinho, com influência de marés e presença de seixos erráticos encontrados nos folhelhos e interpretados como "pingados" de blocos de gelo flutuantes. Dados palinológicos (DAEMON; QUADROS, 1970) situam a deposição dos sedimentos da Formação Rio do Sul no Permiano Médio.

O Membro Rio do Sul formou-se em um período de sedimentação glacial e periglacial e é caracterizado por folhelhos e siltitos cinza-escuros a pretos, diamictitos e conglomerados com acamadamento gradacional, ritmitos, varvitos com seixos pingados e arenitos muito finos a médios, com laminações plano-paralelas e cruzadas, convolutas, *climbing*, *flaser* e *hummocky*.

Os Depósitos Colúvio Aluvionares são formados por depósitos de tálus, leques aluviais, canais e terraços fluviais, planícies de inundação e deltas intralagunares. Recobrem vertentes e encostas, calhas de rios e planícies de inundação. Tem idade holocênica (WILDNER, 2014).

A constituição geologia do município não pode ser a única condicionante, para a definição de uma área ser passível de ocupação urbana ou não. Devemos observar

outros fatores como declividades, áreas de encostas e formações rochosas pontuais diferentes, sendo importante salientar que todas as edificações estabelecidas próximas as encostas, a taludes de corte e sobre regiões com declividades acima de 30% estão em área de perigo, podendo sofrer impactos quando da ocorrência de algum movimento de massa.

Necessitando assim, estudos específicos da constituição geológica local e demais condicionantes relacionadas, pois, é o conjunto de informações que irá apontar suas propriedades para ocupação urbana. Em Nova Trento a constituição indicada é passível de ocupação desde que realizados os estudos especificados.

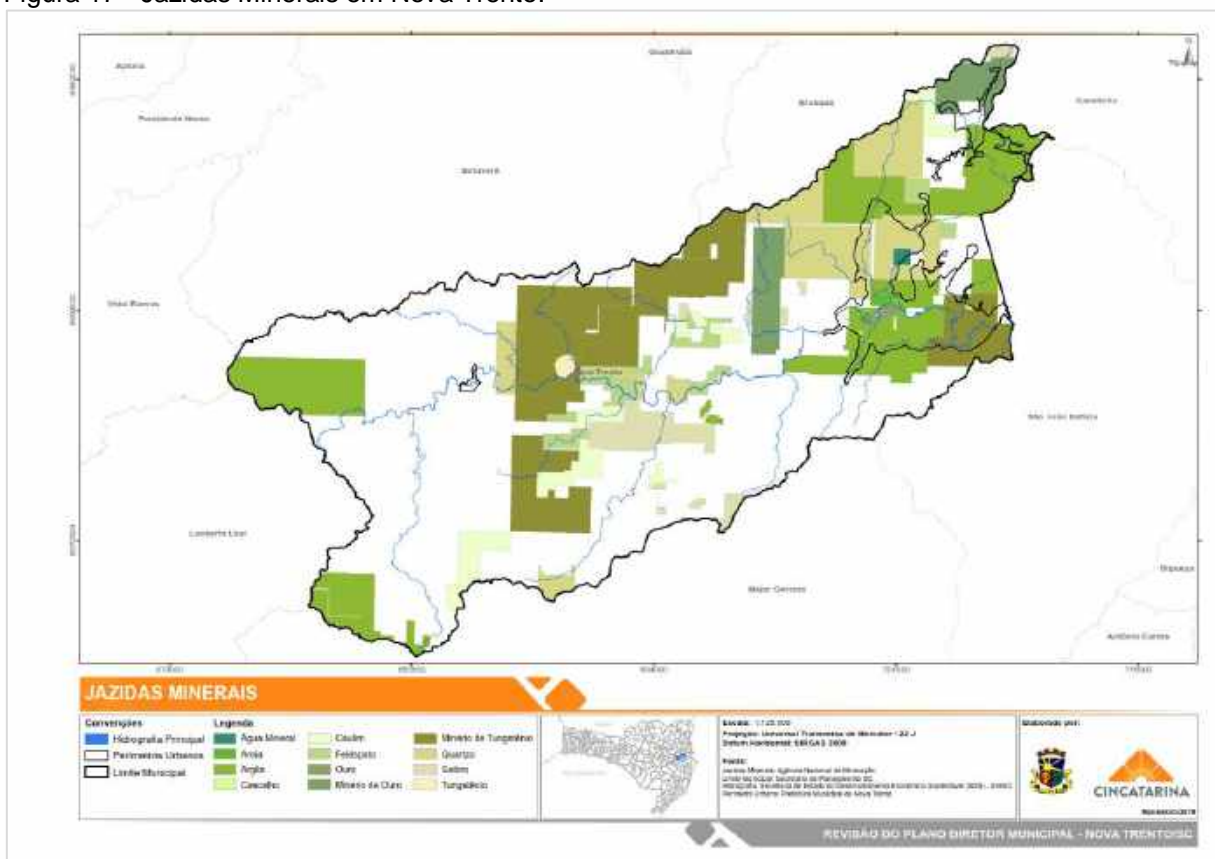
3.1.3.2 Jazidas minerais

Jazidas minerais são a concentração local de uma ou mais substâncias minerais, que preferencialmente possuam valor econômico, na superfície ou no interior da crosta terrestre, são sempre associadas a concentração de minerais, podendo se referir também a fosséis como carvão e petróleo.

Para o levantamento dos minérios existentes em Nova Trento utilizou-se os dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), os quais são disponibilizados e atualizados diariamente no SIGMINE pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) e indicam as áreas de processos de mineração.

Encontramos no município alguns pontos com substâncias minerais, sendo elas: argila, feldspato, ouro, tungstênio, água mineral para engarrafamento, além de cascalho, saibro e areia usados para construção civil e caulim, minério de ouro, minério de tungstênio e quartzo, usados para fins industriais. Conforme apresentados na Figura 17.

Figura 17 - Jazidas Minerais em Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

3.1.3.3 Riscos geológicos

Risco geológico segundo Ayala Carcedo (1987) pode ser definido como "todo processo, situação ou evento no meio geológico, de origem natural, induzida ou mista, que pode gerar um dano econômico ou social para alguma comunidade, e em cuja previsão, prevenção ou correção há de se empregar critérios geológicos".

E conforme o Ministério das Cidades e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT (2007), risco é a relação entre a possibilidade de ocorrência de um dado processo ou fenômeno, e a magnitude de danos ou consequência sociais e/ou econômicas sobre um dado elemento, grupo ou comunidade. Quanto maior a vulnerabilidade maior o risco.

A Tabela 6, apresenta a classificação proposta pelo Ministério das Cidades e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2004 e 2007) para graus de risco. Porém, somente os setores com risco alto (R3) e muito alto (R4) são mapeados em campo, por se tratar de uma ação emergencial, segundo o CPRM (2018).

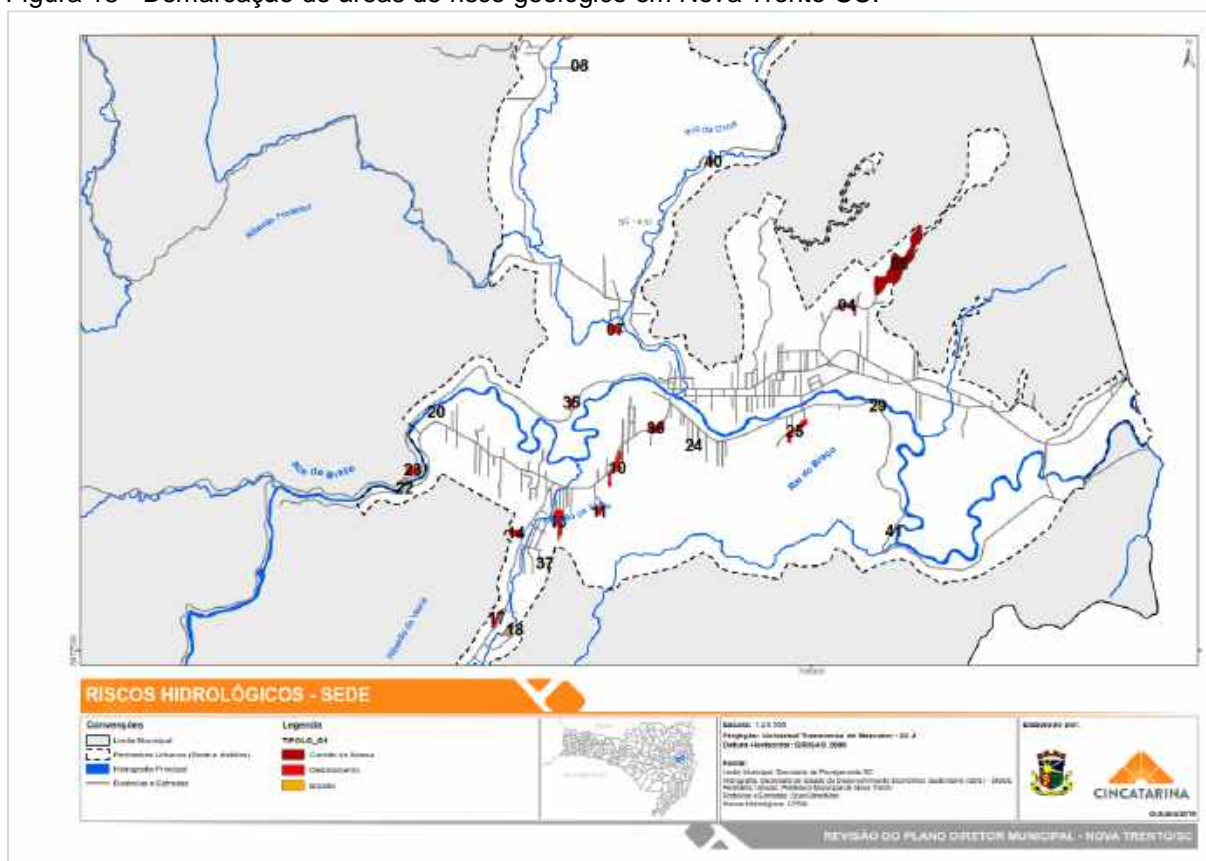
Tabela 6- Classificação dos graus de risco para deslizamentos.

GRAU DE RISCO	DESCRIÇÃO
R1 Baixo	Não há indícios de desenvolvimento de processos destrutivos em encostas e margens de drenagens. Mantidas as condições existentes, não se espera a ocorrência de eventos destrutivos.
R2 Médio	Observa-se a presença de alguma(s) evidência(s) de instabilidade (encostas e margens de drenagens), porém incipiente(s). Mantidas as condições existentes, é reduzida a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas.
R3 Alto	Observa-se a presença de significativa(s) evidência(s) de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, etc.). Mantidas as condições existentes, é perfeitamente possível a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas.
R4 Muito Alto	As evidências de instabilidades (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, trincas em moradias ou em muros de contenção, árvores ou postes inclinados, cicatrizes de escorregamento, feições erosivas, proximidade da moradia em relação ao córrego, etc.) são expressivas e estão presentes em grande número e/ou magnitude. Mantidas as condições existentes, é muito provável

Fontes: Ministério das Cidades e IPT (2004-2007)

Os dados e levantamentos sobre riscos geológicos do município de Nova Trento foram obtidos através do mapeamento de áreas de risco realizado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), no ano de 2018. Segundo o material, foram delimitadas 31 áreas de risco, nelas identificadas 378 imóveis e 1.511 pessoas. Dentre essas 23 áreas de risco geológico, contendo 268 imóveis com 1.071 pessoas atingidas (Tabela 7), tais áreas estão classificadas em riscos alto e muito alto, conforme a classificação da Tabela 6 acima, as mesmas estão demarcadas na Figura 18.

Figura 18 - Demarcação de áreas de risco geológico em Nova Trento-SC.



Fonte: CPRM (2018)

Tabela 7 - Risco geológico.

TIPO	RISCO GEOLÓGICO		
	SETOR	IMÓVEIS ATINGIDOS	QUANTIDADE DE PESSOAS ATENDIDAS
Deslizamento	4	15	60
	7	11	44
	8	1	4
	9	5	20
	10	15	60
	11	13	52
	13	32	128
	14	13	52
	17	6	24
	23	9	35
	24	1	4
	25	8	32
	35	7	28
	36	13	52
	37	1	4
40	2	8	
Deslizamento combinado com risco de erosão			
Corrida de distritos	5	90	360
Solapamento de margem de rio	18	6	24
	20	3	12
	22	2	8
	29	4	16

TIPO	RISCO GEOLÓGICO		QUANTIDADE DE PESSOAS ATENDIDAS
	SETOR	IMÓVEIS ATINGIDOS	
	41	3	12
Total geral	23	268	1071

Fonte: CPRM (2018) adaptado por CINCATARINA (2019)

Nas áreas delimitadas pelo CPRM (2018) é possível encontrarmos a localização detalhada das áreas levantadas, recomendações de medidas protetivas para estas localidades, tipo de risco e quantitativo de pessoas e imóveis atingidas.

Dos setores apontados pelos estudos do CPRM (2018), 16 áreas entendem-se como risco de deslizamento (setores 04, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 17, 23, 24, 25, 35, 36, 37 e 40), nelas são apontadas aproximadamente 152 imóveis e 607 pessoas atingidas, classificadas em risco alto e muito alto, disposta no ANEXO C.

Enquanto no setor 34, segundo o CPRM (2018), é apontada uma área de deslizamento combinada com risco de erosão, neste ponto são 8 imóveis atingidos com abrangência de 32 pessoas aproximadamente, classificado com risco alto, conforme o levantamento do CPRM, disposto no ANEXO D.

No setor 05, encontramos processo de corrida de detritos, o qual compreende uma área com 90 imóveis, com aproximadamente 360 pessoas atingidas, nesta região há evidências de deslizamento e blocos de rocha em meio ao solo, classificado em grau de risco muito alto, disposto no ANEXO E.

Já os setores atingidos por solapamento de margens de rios em Nova Trento, segundo o CPRM (2018) são: 18, 20, 22, 29 e 41. Neles são encontrados 18 imóveis e aproximadamente 72 pessoas, as quais são classificadas em grau de risco alto e muito alto, conforme disposto no ANEXO F.

Ainda de acordo com o CPRM (2018), a região em que o município está inserido é formado por rochas do Complexo Metamórfico Brusque, pelos Granitóides relacionados com o Cinturão Metavulcanossedimentar e pelos depósitos colúvionaluvionares. As áreas relacionadas como riscos geológicos referem-se a risco de solapamento, causado por erosão fluvial nas margens do Rio Braço do Norte e seus afluentes e por risco de movimentação de massa (deslizamentos planar, rolamento de blocos e corrida de detritos), relacionados com ocupações de encostas com declividade alta, no geral, com taludes de corte subverticais executados em solos residuais e coluvionares.

3.1.4 Cobertura vegetal

Cobertura vegetal são tipos ou formas de vegetação de origem natural ou plantada, que integram determinada área ou terreno. Seu levantamento é necessário para indicar as áreas mais favoráveis para a agricultura e a ocupação urbana e determina as áreas que devem ser recuperadas ou preservadas.

O Estado de Santa Catarina é formado pelo Bioma Mata Atlântica, o qual é subdividido em sete Regiões Fitoecológicas (KLEIN, 1978). Dentre as diferentes formações vegetacionais, destacam-se: Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista - FOM, Floresta Estacional Decidual e Campos Naturais, além da existência de Floresta de Faxinais, Floresta Nebular e Litorânea.

Segundo Sevegnani e Schroeder (2013) citam que Reis et al. (2011) listaram para o Estado de Santa Catarina 6.500 espécies de plantas, ao passo que os botânicos Dr. Pe. Raulino Reitz e Dr. Roberto Miguel Klein, na obra Flora Ilustrada Catarinense, descreveram 3.784 espécies pertencentes a 929 gêneros e 159 famílias (SEVEGNANI e SCHROEDER, 2013).

De acordo como IFFSC (2013) a região fitoecológica da FOM é a maior do Estado, cobrindo originalmente uma área de aproximadamente 42.851,56 km², equivalentes a 44,94% da superfície do estado de Santa Catarina. A FOD, segunda maior região do Estado, cobria inicialmente 29.282 km², equivalentes a 30,71% da superfície do Estado.

Os valores da cobertura florestal remanescente tanto de Santa Catarina, como da área originalmente coberta pela Floresta Ombrófila Mista, variam de acordo com cada mapeamento. Considerando um conjunto de parâmetros estatísticos e os trabalhos de campo do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina (IFFSC) é possível afirmar que, baseado no mapeamento Atlas 2008 (Fundação SOS Mata Atlântica, 2009) e com probabilidade de 95%, a cobertura florestal remanescente em 2008 na FOM era de 13.741,3 km, equivalente a 24,4% da área original, enquanto na FOD era de 12.618,5 km, equivalente a 40,5% da área original (IFFSC, 2013).

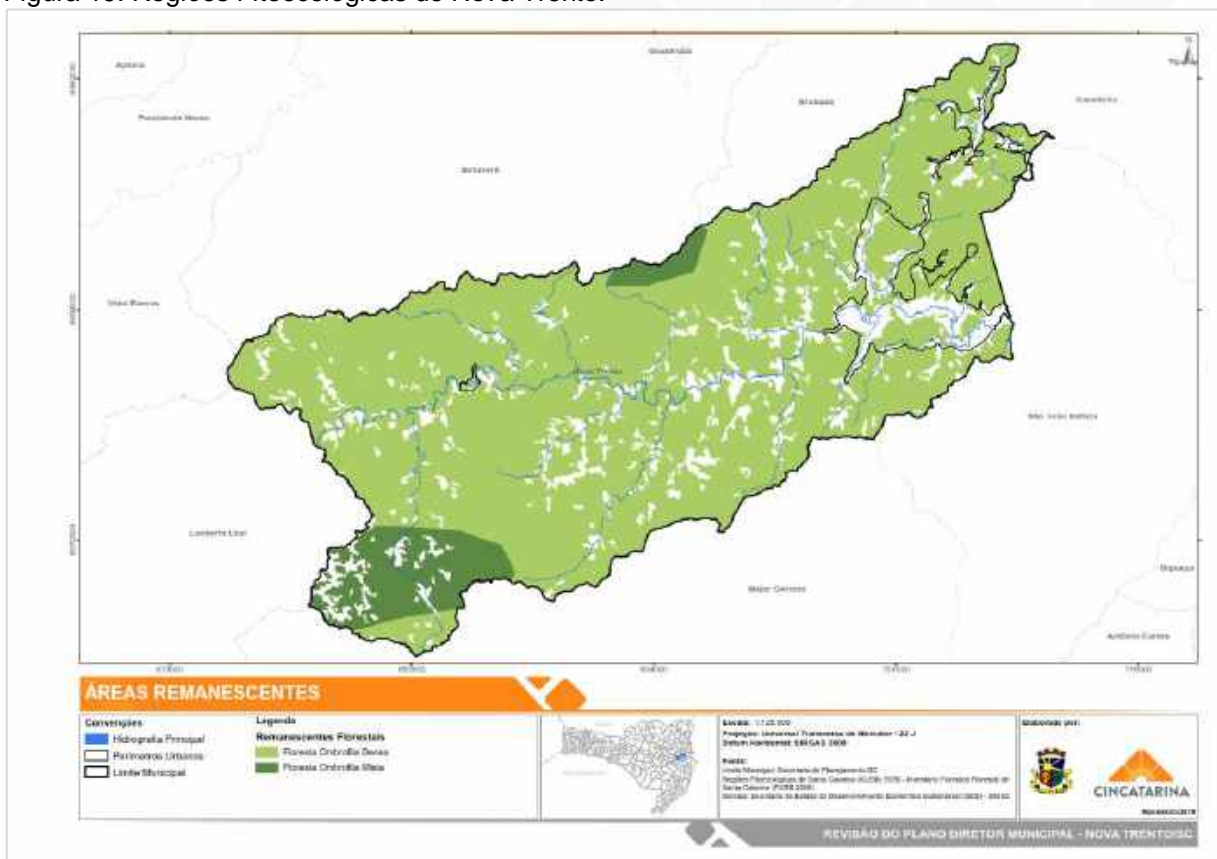
O Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina (IFFSC) identificou 2.341 espécies de plantas vasculares, reunidas em quatro divisões: 26 licopódios, 306 samambaias, 2.006 angiospermas e 3 gimnospermas. Foram registrados 183 famílias e 839 gêneros, sendo as famílias Orchidaceae (225 espécies), Asteraceae (164),

Myrtaceae (159) e Fabaceae (113) as com maior número de espécies (GASPER et al., 2012).

Dentre as 2.341 espécies identificadas, 1.900 foram registradas na Floresta Ombrófila Densa, 1.107 na Floresta Ombrófila Mista e 408 na Floresta Estacional Decidual (GASPER et al., 2012). Em Santa Catarina, pelo menos 438 espécies (pteridófitas) estão registradas (GASPER, 2012; GASPER; SEVEGNANI, 2010).

Conforme especificado na Figura 19, o município de Nova Trento encontra-se totalmente inserido na região caracterizada como Floresta Ombrófila Densa (FOD), com áreas ainda de Floresta Ombrófila Mista (FOM) e Floresta Nebular.

Figura 19: Regiões Fitoecológicas de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

A flora do município foi amostrada pelo Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina, através de duas unidades amostrais. A primeira, UA 425 foi levantada no município nas coordenadas UTM 684.186 E e 6.972.352 S em uma altitude média de 467 m, já a segunda, UA 426 foi levantada no município nas coordenadas UTM 692.879 E e 6.972.368 S em uma altitude média de 307 m. O resumo das principais informações da unidade considerada está na Tabela 8.

Tabela 8 - Parâmetros dendrométricos mensurados na Unidade Amostral em Videira através do IFFSC.

PARÂMETROS QUANTIFICADOS	UNIDADES AMOSTRAIS (UA)	
	425	426
Número de Indivíduos	275	167
Número de Espécies	71	43
Número de Indivíduos por Hectare (ind.ha⁻¹)	687,5	480
Diâmetro Médio (cm)	17,71	16,31
Altura Total (m)	10,91	11,67
Área Basal Total (m².ha⁻¹)	22,09	11,13
Índice de Shannon (nats.ind⁻¹)	3,76	3,15
Índice de Equabilidade	0,888	0,84

Fonte. Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina – Floresta Ombrófila Densa (2013)

A classificação da Região fitoecológica para a UA 425 foi Floresta Ombrófila Densa com fisionomia de vegetação secundária em estágio avançado, alterada, apresentando como espécies de maior valor de importância: Muricí-vermelho (*Byrsonima ligustrifolia*), Xaxim-espinhento (*Cyathea phalerata*), Laranjeira-do-mato (*Sloanea guianensis*), Copiúva (*Tapirira guianensis*) e Guaraparim (*Vantanea compacta*) com destaque ainda para as espécies Canela-amarela (*Ocotea aciphylla*), Almécega (*Protium kleinii*), Cinzeiro (*Hirtella hebeclada*), Pindabuna (*Duguetia lanceolata*), Canela-sassafrás (*Ocotea odorifera*), Tabacuva (*Pera glabrata*), Raposeira-branca (*Abarema langsдорфii*) e Coração-de-bugre (*Maytenus robusta*) (IFFSC, 2013).

A classificação da Região fitoecológica para a UA 426 foi Floresta Ombrófila Densa com fisionomia de vegetação secundária em estágio médio, alterada, apresentando como espécies de maior valor de importância: Carne-de-vaca (*Clethra scabra*), Vassourão-graúdo (*Piptocarpha axillaris*), Jacatirão (*Miconia cinnamomifolia*), Vasourão-branco (*Vernonanthura discolor*) e Guamirim (*Myrcia splendens*) com destaque ainda para as espécies Copiúva (*Tapirira guianensis*), Café-do-mato (*Psychotria vellosiana*), Pixiricão (*Miconia cabucu*), Cortiça (*Guatteria australis*) e Cinzeiro (*Hirtella hebeclada*) (IFFSC, 2013).

A região ainda foi levantada com outras amostras, que pela proximidade com o município de Nova Trento, foram considerados no estudo, com destaque para as UA 424, UA 427, UA 467 e UA 468.

A UA 424 foi levantada em Leoberto Leal nas coordenadas UTM 675.054 E e 6.972.476 S em uma altitude média de 442 m, aproximadamente 4,6 km da divisa com o município de Nova Trento. A UA 427 foi levantada em Major nas coordenadas UTM

701.778 E e 6.972.037 S em uma altitude média de 258 m, aproximadamente 2,0 km da divisa com o município de Nova Trento. As Unidades Amostras 467 e 468 foram levantadas em Botuverá, sendo a primeira nas coordenadas UTM 684.113 E e 6.982.288 S em uma altitude média de 639 m, aproximadamente 0,6 km da divisa com o município de Nova Trento e a segunda nas coordenadas UTM 692.831 E e 6.982.312 S em uma altitude média de 874 m, aproximadamente 1,4 km da divisa com o município de Nova Trento. O resumo das principais informações das unidades considerada estão na Tabela 9 a seguir:

Tabela 9 - Parâmetros dendrométricos mensurados nas Unidades Amostras próximas de Nova Trento através do IFFSC.

PARÂMETROS QUANTIFICADOS	UNIDADES AMOSTRAIS (UA)			
	424	427	467	468
Número de Indivíduos	334	185	352	338
Número de Espécies	54	76	71	88
Número de Indivíduos por Hectare (ind.ha⁻¹)	837,5	470	880	845
Diâmetro Médio (cm)	16,07	20,81	17,46	17,31
Altura Total (m)	8,59	12,72	11,46	8,50
Área Basal Total (m².ha⁻¹)	22,45	20,90	24,71	27,05
Índice de Shannon (nats.ind⁻¹)	3,10	4,05	3,75	3,96
Índice de Equabilidade	0,78	0,94	0,88	0,88

Fonte: Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina – Floresta Ombrófila Densa (2013)

A classificação da Região fitoecológica para a UA 424 foi Floresta Ombrófila Densa com fisionomia de vegetação florestal secundária em estágio avançado, muito alterada. Espécies com maior valor de importância: Samambaiçu (*Alsophila setosa*), Tanheiro (*Alchornea sidifolia*), Casca-de-tatu (*Heisteria silvianii*), Café-do-mato (*Psychotria vellosiana*) e Vassourão-branco (*Piptocarpha angustifolia*), com destaque ainda para as espécies Capororoca (*Myrsine coriacea*), Vasourão-branco (*Vernonanthura discolor*) e Rabo-de-bugio (*Lonchocarpus campestris*) (IFFSC, 2013).

A classificação da Região fitoecológica para a UA 427 foi Floresta Ombrófila Densa com fisionomia de vegetação florestal secundária em estágio avançado, alterada. Espécies com maior valor de importância: Laranjeira-do-mato (*Sloanea guianensis*), Samambaiçu (*Alsophila setosa*), Baguaçu (*Magnolia ovata*), Pindabuna (*Duguetia lanceolata*) e Pau-fernandes (*Meliosma sellowii*), com destaque ainda para as espécies Camboatá-branco (*Matayba guianensis*), Cinzeiro (*Hirtella hebeclada*), Copiúva (*Tapirira guianensis*), Canela-fogo (*Cryptocarya aschersoniana*), Guarapuruna (*Marlierea strigipes*) e Bicuíba (*Virola bicuhyba*) (IFFSC, 2013).

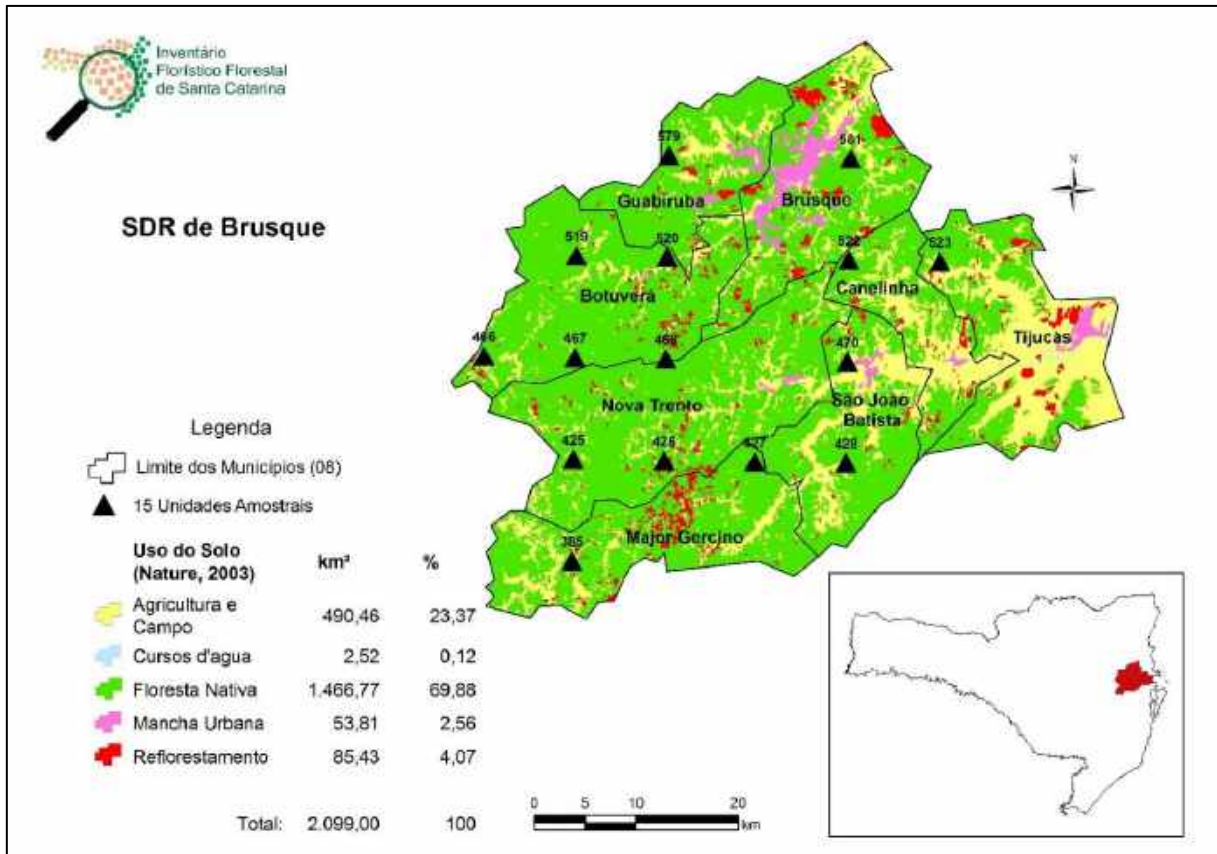
A classificação da Região fitoecológica para a UA 467 foi Floresta Ombrófila Densa com fisionomia de vegetação florestal secundária em estágio avançado, alterada. Espécies com maior valor de importância: Canela-amarela (*Ocotea aciphylla*), (*Ocotea pulchra*), Maria-mole (*Guapira opposita*), Muricí-vermelho (*Byrsonima ligustrifolia*) e Canela-noz-moscada-do-brasil (*Cryptocarya moschata*), com destaque ainda para as espécies Pinho-bravo (*Podocarpus sellowii*), Guatambu (*Aspidosperma australe*), Casca-de-tatu (*Heisteria silvianii*), (*Ouratea sellowii*), Cortiça (*Guatteria australis*), Canela-preta (*Ocotea catharinensis*) e Canela-sassafrás (*Ocotea odorifera*) (IFFSC, 2013).

A classificação da Região fitoecológica para a UA 468 foi Floresta Ombrófila Densa com fisionomia de vegetação florestal secundária em estágio avançado, alterada. Espécies com maior valor de importância: (*Ocotea sp.*), Café-do-mato (*Psychotria vellosiana*), (*Ouratea sp.*), (*Cyathea sp.*) e Canela (*Ocotea indecora*), com destaque ainda para as espécies Cravo-do-mato (*Pimenta pseudocaryophyllus*), Mandiqueira-amarela (*Schefflera angustissima*), Cortiça (*Guatteria australis*), Guamirim (*Myrcia brasiliensis*), Mangue-do-mato (*Clusia criuva*), (*Myrceugenia ovalifolia*), Tanheiro (*Alchornea triplinervia*), baga-de-macaco (*Posoqueria latifolia*) e Muricí-vermelho (*Byrsonima ligustrifolia*) (IFFSC, 2013).

Segundo o Atlas da Mata Atlântica dos Municípios (2014-2015), elaborado pela fundação SOS Mata Atlântica e pelo INPE, Nova Trento está entre os dez municípios que mais conservaram a Mata Atlântica em Santa Catarina, com mais de 73% de vegetação natural preservada.

Para o levantamento da cobertura vegetal do município utilizaremos o mapa de usos do solo da SDR de Brusque, que são baseados nos mapeamentos mapas são baseados nos mapeamentos temáticos da Secretaria de Agricultura (SAR, 2005) e do PPMA/FATMA (Geoambiente, 2008) e foram editados pela equipe do IFFSC. Nele encontramos a composição da superfície do solo de Nova Trento, onde as manchas de ocupação urbana localizam-se a leste, as ocupações referentes a agricultura e campo estão dispersas em todo o território, principalmente nas menores altitudes do município, as florestas nativas ocupam maior parte do território do município e já as florestas de reflorestamento situam-se preferencialmente ao sul, leste e norte, conforme demonstrado na Figura 20.

Figura 20 - Mapa de usos de solo da SDR de Brusque.



Fonte: EPAGRI/CIRAM (201-) apud GEOAMBIENTE (2008); SAR (2005)

A cobertura vegetal atual exibe um mosaico de paisagens, densamente ocupadas pela população humana, que transformou a organização espacial. Em Santa Catarina, a cobertura primária ainda existe, mas resumida a pequenos grupamentos, em geral, localizados em áreas que o homem tem dificuldade em alcançar. Uma das causas da redução da vegetação primária – e, há tempos, também da secundária – são o rápido desenvolvimento agropecuário no estado e o acelerado processo de urbanização, sobretudo, na segunda metade do século passado. (ATLAS GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA, 2016)

3.1.5 Áreas de proteção ambiental

A Indicação e mapeamento das áreas de APP's, acontece nos termos da Lei Federal nº 12.651/12. As intervenções humanas decorrentes do crescimento das cidades refletem em muitos desequilíbrios, que estão associados desde as várias formas de uso do solo, poluição do ar e supressão da vegetação.

Quando as faixas de APP's são preservadas, essas áreas executam um papel fundamental no equilíbrio geossistêmico das áreas do entorno. Dentre os serviços ambientais que merecem destaque pode-se citar o abastecimento hídrico; o combate às alterações climáticas em diferentes escalas de abrangência; a preservação do patrimônio genético, não só por garantirem a sobrevivência de inúmeras espécies de fauna e flora, mas também por funcionarem como corredor ecológico para o fluxo gênico entre os demais remanescentes de vegetação nativa; e ainda a manutenção da fertilidade e estabilidade dos solos e das nascentes.

Por essas funções, já se percebe que as APPs, em especial as urbanas mostram-se um importante mecanismo de manutenção da qualidade de vida e da minimização de consequências nocivas à sociedade, regulando o microclima e o sistema hidrológico/hidrográfico local. As áreas de APP's de Nova Trento estão dispostas na Figura 21, nota-se, a alta incidência de área de APP's na região sul, havendo um contraste com a região centro-norte, onde há menor incidência destas.

Figura 21 - Áreas de preservação permanente em Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

A criação, recuperação e manutenção de áreas verdes como parques urbanos encontram-se como excelentes alternativas para a restauração florestal da cidade, pois além de desempenharem função ecológica e de auxiliarem no processo de infiltração da água da chuva, desempenham também função estética e de lazer.

De acordo com o Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006⁶, considera-se área verde de domínio público "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização". As áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de áreas que apresentam cobertura vegetal, arbórea nativa e introduzida, arbustiva ou rasteira e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades.

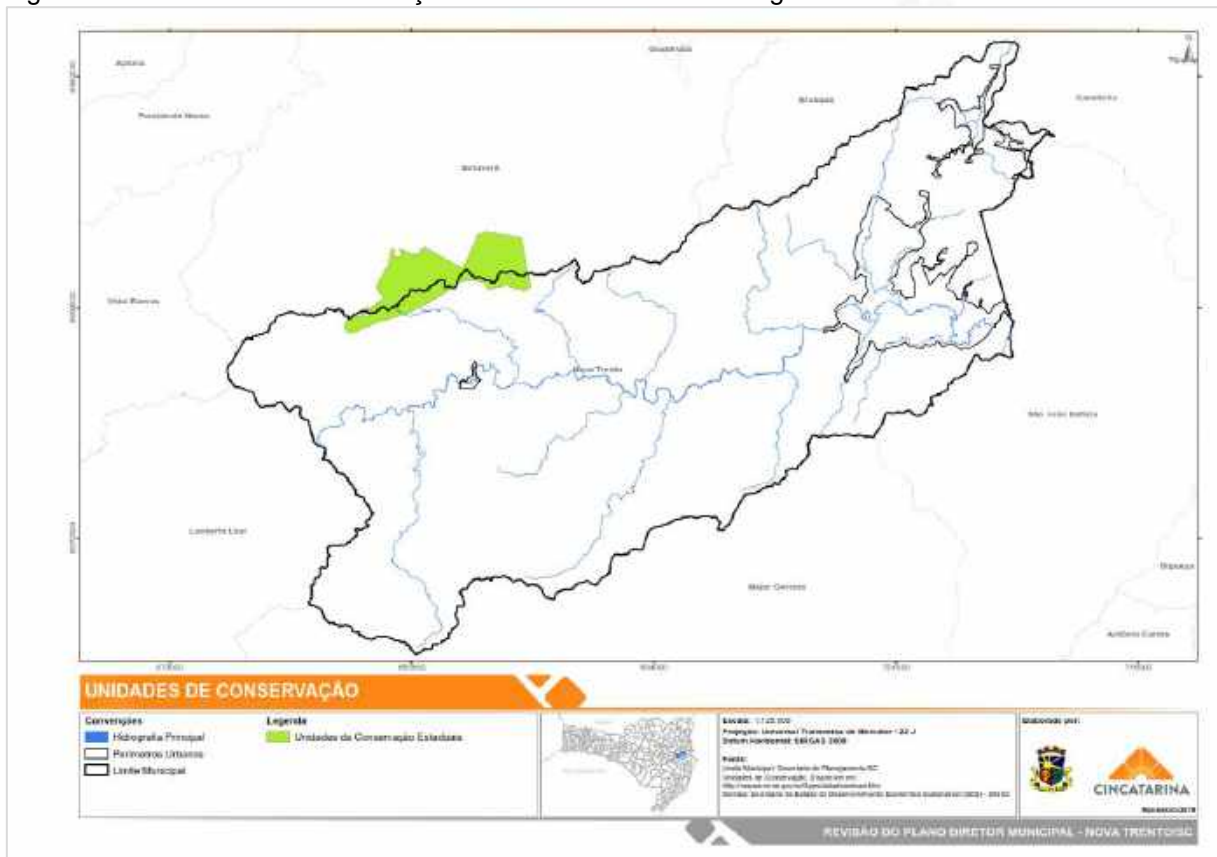
Conforme define a Lei Federal, nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. As UC's têm por premência: contribuir com a manutenção biológica e recursos genéticos, proteger espécies ameaçadas, contribuir para a preservação da diversidade dos ecossistemas, promover o desenvolvimento sustentável, proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica, além de favorecer a educação ambiental, dentre outras possibilidades podem ser ofertadas mediante a criação de UC's, a níveis municipais, estaduais e federais.

Em Nova Trento, insere-se a Reserva Biológica Estadual da Canela Preta (Figura 22), segundo o IMA (2019), é a terceira Unidade de Conservação mais antiga do Vale do Itajaí e da Mata Atlântica do Estado de Santa Catarina, fundada em 20 de junho de 1980, pelo Decreto nº 11.232, para proteger a canela-preta (*Ocotea catharinensis*), espécie da região que encontra-se ameaçada de extinção. Com área de 1.899 hectares, estende-se pelos municípios de Botuverá e Nova Trento, atuando como divisor das bacias hidrográficas dos Rios Itajaí-açu e Tijucas. Além de ser coberto pela Floresta Atlântica, pesquisadores encontraram mais de 70 espécies diferentes de árvores em um único hectare, com destaque para o palmito juçara e

⁶ Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP.

exemplares de bromélias e orquídeas. Também foram apontadas mais 170 espécies de aves, como o ameaçado Sabiá-cica e o endêmico Trepador-de-coleira.

Figura 22 - Unidades de Conservação Estaduais - Reserva Biológica Estadual da Canela Preta.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Além desses levantamentos, é importante que a população reivindique as áreas de proteção de julgarem benéficas e necessárias a preservação, ressaltando as que possuem importância cultural ou de beleza cênica, ou mesmo para assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. Torna-se também importante a recuperação e manutenção de áreas verdes municipais, por serem excelentes alternativas para a restauração florestal da cidade, pois, além de desempenharem função ecológica e de auxiliarem no processo de infiltração da água da chuva, desempenham também função estética e de lazer e impactam positivamente no microclima da região.

3.1.6 Fauna

O Brasil apresenta a maior diversidade de animais do mundo, incluindo aproximadamente 3.000 espécies de vertebrados terrestres (anfíbios, répteis, aves e mamíferos) (MITTERMEIER *et al.*, 1992). Apesar de toda esta diversidade, devido à destruição e alteração dos ambientes naturais, à caça e à introdução de animais domésticos (gado, porcos, cães e gatos) e suas doenças, 398 espécies e subespécies da fauna nativa brasileira são consideradas ameaçadas de extinção (VITOUSEK, 1997; IBAMA, 2003).

Dada à eminente necessidade de conservação da fauna, particularmente em Santa Catarina, onde a fragmentação e alteração dos ambientes nativos têm sido intensas, torna-se necessária a avaliação da comunidade faunística local. Para o levantamento de dados sobre a fauna ocorrente no Município, foram utilizadas bibliografia regional, trabalhos técnicos. Primeiramente, o levantamento de dados foi fundamentado em consulta a bibliografia especializada, tomando como base o levantamento de material bibliográfico produzido para a área de abrangência, e especificamente os que continham informações sobre as espécies presentes na região, como listas e diagnósticos de fauna.

A caracterização dos répteis, anfíbios, aves, mamíferos e ictiofauna é apresentada a seguir.

3.1.6.1 Anfíbios

O Brasil compreende 1.080 espécies de anfíbios que são representados por três grupos: anuros (sapos, rãs e pererecas), cobras-cegas e salamandras. Os anuros são o grupo mais numeroso no Brasil, sendo reconhecidas 1.039 espécies representando 20 famílias e 90 gêneros, seguido de cecílias, com 36 espécies em quatro famílias e 12 gêneros e salamandras, com 5 espécies em uma única família e gênero (SEGALLA *et al.*, 2016).

De acordo com Lucas (2008) foram registradas 110 espécies de anfíbios anuros no estado de Santa Catarina, além de 12 espécies ainda não descritas e/ou com problemas taxonômicos e 22 espécies com provável ocorrência, representando uma riqueza em torno de 144 espécies.

Os anuros possuem grande importância ecológica, uma vez que, na teia alimentar, servem de presas para diversos grupos e também são capazes de controlar populações de vários invertebrados (FREITAS e SILVA, 2004), inclusive insetos parasitas, transmissores de doenças e pragas agrícolas (HADDAD et al., 2008).

Estudos realizados por Conte (2010) mencionam 129 espécies levantadas para a Floresta Ombrófila Mista do sul do Brasil, sendo que 13 espécies são endêmicas.

Para a realização de uma barragem de contenção de cheias no Rio Itajaí-Mirim a montante da cidade de Botuverá (cidade limítrofe de Nova Trento), foi elaborado um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e durante os estudos foram registradas 19 (dezenove) espécies para essa classe de fauna, dentre essas a filomedusa (*Phyllomedusa distincta*), a perereca-de-bischoff (*Hypsiboas bischoffi*), a exótica rã-touro (*Lithobates catesbianus*), e a perereca-da-serra-do-mar (*Bokermannohyla circumdata*). Considerando o levantamento de dados bibliográficos são passíveis de ocorrência na área de instalação do empreendimento outras 22 (vinte duas) espécies, sendo quatro delas ameaçadas de extinção regionalmente, os táxons: rã-da-floresta (*Ischnocnema manezinho*), a perereca-de-vidro (*Vitreorana uranoscopa*), a perereca verde (*Aplastodiscus ehrhardti*) e a perereca-marrom (*Aplastodiscus cochranae*).

3.1.6.2 Répteis

Atualmente o país conta com 773 espécies de répteis, sendo 36 Testudines, 6 Crocodylia, e 731 Squamata (73 anfisbenas, 266 “lagartos” e 392 serpentes). Esses dados colocam o Brasil como o país detentor da 3ª maior riqueza de espécies de répteis do mundo, atrás da Austrália (1022) e do México (913) (UETZ e HOŠEK, 2015 apud COSTA e BÉRNILS, 2015).

Considerando os estudos elaborados para ampliação da lavra de calcário em Botuverá (RIMA, 2016), município vizinho de Nova Trento, foram registradas 8 espécies de répteis nas áreas de estudo (Tabela 10). Para a amostragem dos répteis nas áreas de influência deste estudo, foram determinadas obtenção de dados através de registros através de armadilha fotográfica, registro de animais mortos; registro de espécies através de vestígios; busca auditiva com procura visual e auditiva, entrevista com moradores da AID e AII e também levantamento bibliográfico de dados.

Tabela 10 - Relação de répteis de ocorrência nos estudos de ampliação da lavra de calcário no município de Botuverá e de possível ocorrência em Nova Trento.

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME COMUM
Colubridae	<i>Spilotes pullatus</i>	Caninana
	<i>Oxyrhopus clathratus</i>	Falsa coral
	<i>Liophis sp</i>	Cobra d'água
	<i>Chironius bicarinatus</i>	Cobra cipó
Viperidae	<i>Bothrops jararaca</i>	Jararaca
Elapidae	<i>Micrurus sp</i>	Coral verdadeira
Teiidae	<i>Salvator merianae</i>	Teiú
Gekkonidae	<i>Hemidactylus mabouia</i>	Lagartixa
Total de espécies registradas		08

Fonte: RIMA Ampliação da lavra de calcário (2016)

3.1.6.3 Aves

O Brasil, segundo país do mundo em diversidade de aves, com 1.901 espécies documentadas (CBRO, 2014), está na rota migratória de muitas espécies, principalmente daquelas que possuem seus sítios de reprodução em outros países, seja na região circumpolar relacionada à América do Norte e Groenlândia (aves setentrionais), ou em áreas no sul da América do Sul e Antártida (meridionais).

De acordo com o portal disponibilizado na internet para registro de aves (WIKIAVES, 2019) é possível realizar a busca por espécies da região. Neste banco de dados estão registradas 642 espécies de aves que foram fotografados em Nova Trento, sendo Tesourão (*Fregata magnificens*), Perdiz (*Rhynchotus rufescens*), Irerê (*Dendrocygna viduata*), Pé-vermelho (*Amazonetta brasiliensis*) e Jacutinga (*Aburria jacutinga*) algumas das espécies registradas, conforme o Tabela 11.

Tabela 11 - Relação de aves registradas no município de Nova Trento.

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME COMUM
Rheidae	<i>Rhea americana</i>	Ema
Tinamidae	<i>Tinamus solitarius</i>	Macuco
	<i>Crypturellus obsoletus</i>	Inhambuguaçu
	<i>Crypturellus noctivagus</i>	Jaó-do-sul
	<i>Crypturellus parvirostris</i>	Inhambu-chororó
	<i>Crypturellus tataupa</i>	Inhambu-chintã
	<i>Rhynchotus rufescens</i>	Perdiz
	<i>Nothura maculosa</i>	Codorna-amarela
Anhimidae	<i>Anhima cornuta</i>	Anhuma
	<i>Chauna torquata</i>	Tachã
Anatidae	<i>Dendrocygna bicolor</i>	Marreca-caneleira
	<i>Dendrocygna viduata</i>	Irerê
	<i>Dendrocygna autumnalis</i>	Marreca-cabocla
	<i>Coscoroba coscoroba</i>	Capororoca

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME COMUM
	<i>Cairina moschata</i>	Pato-do-mato
	<i>Sarkidiornis sylvicola</i>	Pato-de-crista
	<i>Callonetta leucophrys</i>	Marreca-de-coleira
	<i>Amazonetta brasiliensis</i>	Pé-vermelho
	<i>Anas flavirostris</i>	Marreca-pardinha
	<i>Anas georgica</i>	Marreca-parda
	<i>Anas bahamensis</i>	Marreca-toicinho
	<i>Anas versicolor</i>	Marreca-cricri
	<i>Netta peposaca</i>	Marrecão
	<i>Heteronetta atricapilla</i>	Marreca-de-cabeça-preta
	<i>Nomonyx dominicus</i>	Marreca-de-bico-roxo
	<i>Oxyura vittata</i>	Marreca-rabo-de-espinho
Cracidae	<i>Penelope superciliaris</i>	Jacupemba
	<i>Penelope obscura</i>	Jacuaçu
	<i>Aburria jacutinga</i>	Jacutinga
	<i>Ortalis squamata</i>	Aracuã-escamoso
Odontophoridae	<i>Odontophorus capueira</i>	Uru
Podicipedidae	<i>Rollandia rolland</i>	Mergulhão-de-orelha-branca
	<i>Tachybaptus dominicus</i>	Mergulhão-pequeno
	<i>Podilymbus podiceps</i>	Mergulhão-caçador
	<i>Podiceps major</i>	Mergulhão-grande
Phoenicopteridae	<i>Phoenicoparrus andinus</i>	Famingo-dos-andes
Spheniscidae	<i>Spheniscus magellanicus</i>	Pinguim-de-magalhães
Diomedeidae	<i>Thalassarche chlororhynchos</i>	Albatroz-de-nariz-amarelo
	<i>Thalassarche melanophris</i>	Albatroz-de-sobrancelha
	<i>Thalassarche chrysostoma</i>	Albatroz-de-cabeça-cinza
	<i>Diomedea exulans</i>	Albatroz-gigante
	<i>Diomedea dabbenena</i>	Albatroz-de-tristão
Procellariidae	<i>Macronectes giganteus</i>	Petrel-gigante
	<i>Macronectes halli</i>	Petrel-gigante-do-norte
	<i>Daption capense</i>	Pomba-do-cabo
	<i>Pterodroma mollis</i>	Grazina-mole
	<i>Pterodroma incerta</i>	Grazina-de-barriga-branca
	<i>Procellaria aequinoctialis</i>	Pardela-preta
	<i>Procellaria conspicillata</i>	Pardela-de-óculos
	<i>Calonectris borealis</i>	Bobo-grande
	<i>Puffinus griseus</i>	Bobo-escuro
	<i>Puffinus gravis</i>	Bobo-grande-de-sobre-branco
<i>Puffinus puffinus</i>	Bobo-pequeno	
Hydrobatidae	<i>Oceanites oceanicus</i>	Alma-de-mestre
Ciconiidae	<i>Ciconia maguari</i>	Maguari
	<i>Jabiru mycteria</i>	Tuiuiú
	<i>Mycteria americana</i>	Cabeça-seca
Fregatidae	<i>Fregata magnificens</i>	Tesourão
Sulidae	<i>Sula leucogaster</i>	Atobá-pardo
Phalacrocoracidae	<i>Nannopterum brasilianus</i>	Biguá
Anhingidae	<i>Anhinga anhinga</i>	Biguatinga
Ardeidae	<i>Tigrisoma lineatum</i>	Socó-boi
	<i>Tigrisoma fasciatum</i>	Socó-boi-escuro
	<i>Cochlearius cochlearius</i>	Arapapá
	<i>Botaurus pinnatus</i>	Socó-boi-baio
	<i>Ixobrychus exilis</i>	Socó-vermelho

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME COMUM
	<i>Ixobrychus involucris</i>	Socoi-amarelo
	<i>Nycticorax nycticorax</i>	Savacu
	<i>Nyctanassa violacea</i>	Savacu-de-coroa
	<i>Butorides striata</i>	Socozinho
	<i>Bubulcus ibis</i>	Garça-vaqueira
	<i>Ardea cocoi</i>	Garça-moura
	<i>Ardea alba</i>	Garça-branca-grande
	<i>Syrigma sibilatrix</i>	Maria-faceira
	<i>Pilherodius pileatus</i>	Garça-real
	<i>Egretta thula</i>	Garça-branca-pequena
	<i>Egretta caerulea</i>	Garça-azul
Threskiornithidae	<i>Eudocimus ruber</i>	Guará
	<i>Plegadis chihi</i>	Caraúna
	<i>Mesembrinibis cayennensis</i>	Coró-coró
	<i>Phimosus infuscatus</i>	Tapicuru
	<i>Theristicus caudatus</i>	Curicaca
	<i>Platalea ajaja</i>	Colhereiro
Cathartidae	<i>Cathartes aura</i>	Urubu-de-cabeça-vermelha
	<i>Cathartes burrovianus</i>	Urubu-de-cabeça-amarela
	<i>Coragyps atratus</i>	Urubu-de-cabeça-preta
	<i>Sarcoramphus papa</i>	Urubu-rei

Fonte: Wikiaves (2019)

3.1.6.4 Mamíferos

Das 5.487 espécies de mamíferos do mundo (Schipper *et al.*, 2008), cerca de 701 ocorrem no Brasil (Paglia *et al.*, 2012). Segundo Cherem *et al.* (2004; 2011) o Estado de Santa Catarina apresenta grande diversidade de mamíferos, contando com 139 espécies de mamíferos terrestres distribuídos entre 10 Ordens e 28 Famílias.

Para Chiarello *et al.* (2008) a Floresta Atlântica abriga grande diversidade de mamíferos e do total de espécies ameaçadas de extinção no Brasil, cerca de 20% ocorre em seus domínios.

Considerando-se a região do estudo de impacto ambiental da ampliação da lavra de calcário em Botuverá, foram registradas 42 espécies de mamíferos, distribuídas em 21 famílias e 8 ordens (Tabela 12), sendo de possível ocorrência em Nova Trento, por se tratar de estudo em município limítrofe.

Tabela 12 - Relação de mamíferos registrados em Botuverá e de possível ocorrência em Nova Trento.

ORDEM	FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME COMUM	REGISTRO	ADA/AID* *
DIDELPHIMORPHIA	Didelphidae	<i>Didelphis albiventris</i>	Gambá-de-orelha-branca	V,RV	ADA
		<i>Chironectes minimus</i>	Cuíca-d'água	E	
		<i>Philander frenatus</i>	Cuíca-de-quatro-olhos	E	
		<i>Monodelphis sorex</i>	Catita	RV	ADA
XENARTHRA	Dasypodidae	<i>Dasypus novemcinctus</i>	Tatu-galinha	V	ADA, AID
		<i>Dasypus septemcinctus</i>	Tatu-mulita	V	ADA, AID
		<i>Cabassous tatouay</i>	Tatu-rabomole	V	ADA, AID
	Myrmecophagidae	<i>Tamandua tetradactyla</i>	Tamanduá-mirim	E	
PRIMATES	Atelidae	<i>Alouatta guariba clamitans</i>	Bugio	VO	ADA
	Cebidae	<i>Cebus nigritus</i>	Macaco-prego	E	
LAGOMORPHA	Leporidae	<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	Lebre	RV	AID
CARNIVORA	Felidae	<i>Leopardus tigrinus</i>	Gato-do-mato-pequeno	E	
		<i>Leopardus pardalis</i>	Jaguaririca	V	ADA
		<i>Herpailurus yagouaroundi</i>	Gato Mourisco - Jaguarundi	RV	ADA
		<i>Puma concolor</i>	Leão-Baio	E	
	Canidae	<i>Cerdocyon thous</i>	Cachorro-do-mato	RV,V	ADA
		<i>Canis lupus familiaris</i>	Cachorro-doméstico	RV, V	ADA, AID
	Mustelidae	<i>Lontra longicaudis</i>	Lontra	E	
		<i>Galictis cuja</i>	Furão	E	
		<i>Eira barbara</i>	Irara	E	
ARTIODACTYLA	Procyonidae	<i>Nasua nasua</i>	Quati	V	ADA, AID
		<i>Procyon cancrivorus</i>	Mão-pelada	V	ADA, AID
	Cervidae	<i>Mazama gouazoubira</i>	Veado-virá	RV,V	ADA, AID

ORDEM	FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME COMUM	REGISTRO	ADA/AID* *
	Tayassuidae	<i>Mazama nana</i>	Veado-poquinha	RV	ADA
		<i>Pecari tajacu</i>	Cateto	E	
		<i>Tayassu pecari</i>	Queixada	V	ADA, AID
RODENTIA	Sciuridae	<i>Sciurus aestuans</i>	Esquilo, Serelepe	E	
		<i>Akodon montensis</i>	Rato	RV	ADA
		<i>Oligoryzomys flavescens</i>	Rato	RV	ADA
		<i>Oligoryzomys nigripes</i>	Rato	RV	ADA
		<i>Taptomys nigrita</i>	Rato	RV	ADA
		<i>Oxymycterus nasutus</i>	Rato	RV	ADA
	Muridae	<i>Mus musculus</i>	Rato	E	
	Erethizontidae	<i>Shiggurus villosus</i>	Ouriço	E	
	Dasyproctidae	<i>Dasyprocta azarae</i>	Cutia	RV	
	Agoutidae	<i>Agouti paca</i>	Paca	E	ADA
	Caviidae	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	Capivara	V	AID
CHIROPTERA	Phyllostomidae	<i>Sturnira lilium</i>	morcego	RV	ADA
		<i>Artibeus lituratus</i>	morcego	RV	ADA
		<i>Carollia perspicillata</i>	morcego	RV	ADA
		<i>Diphylla ecaudata</i>	morcego	RV	ADA
	Vespertilionidae	<i>Eptesicus spp.</i>	morcego	RV	ADA

Fonte: RIMA Ampliação da lavra de calcário (2016)

* RV – Registro visual, avistamentos, armadilha fotográfica; armadilha *Tomahawk* e rede de neblina; E – Entrevistas; V – Vestígios; VO – Vocalização.

**ADA - Área Diretamente Afetada; AID - Área de Influência Direta.

3.1.6.5 Ictiofauna

A ictiofauna brasileira compreende 2.300 espécies de água doce conforme apresenta o *Check List of the Freshwater Fishes of South and Central America* (Reis *et al.*, 2003) e 1.298 espécies marinhas, segundo Menezes *et al.* (2003). Todavia, a

imensa diversidade faunística do nosso território não é conhecida, pois dezenas de espécies de peixes são descritas anualmente no Brasil e, portanto, é de se prever que a riqueza total efetiva seja ainda muito maior. Por outro lado, dezenas de espécies podem estar sendo extintas, mesmo sem o nosso conhecimento.

Esse fenômeno pode estar associado aos impactos que o ambiente Mata Atlântica tem sofrido, com a drástica redução das florestas marginais, provedoras de alimento, sombra e abrigo para muitas espécies de peixes (BÖHLKE *et al.*, 1978; LOWEMCCONNELL, 1987; CASTRO & CASATTI, 1997).

O Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção cita a existência de 14 espécies de peixes de água doce ameaçadas de extinção no estado de Santa Catarina, sendo Cação-estrela (*Rhincodontypus*), Lambari (*Astyanax gymnogynys*, *Hyphessobrycon taurocephalus*, *Mimagoniates rheocharis*) Tetra (*Mimagoniates lateralis*), Néon (*Elacatinus figaro*), Limpa-fundo (*Corydoras macropterus*), Boa-noite (*Tatia boemia*), Tubarão-peregrino (*Cetorhinus maximus*) e outros que não estão catalogados com os nomes populares: *Rachoviscus crassiceps*, *Spintherobolus ankoseion*, *Campellolebias brucei*, *Campellolebias chrysolineatus* e *Listrura camposi*. Foram amostradas um total de 08 espécies, distribuídas em 03 ordens, e 05 famílias (Tabela 13), na AID da área de ampliação da lavra de calcário em Botuverá. Um total de 40 exemplares foram coletados, sendo que a biomassa total coletada no período foi de 924,30 gramas. Todas as espécies registradas apresentam ampla distribuição em rios do litoral de Santa Catarina, e mesmo em outras bacias do interior do estado e mesmo do Brasil, sendo que não ocorreu registro de espécies ameaçadas de extinção, conforme a Lista de espécies ameaçadas do estado de Santa Catarina e do Ministério do Meio Ambiente (2014).

Tabela 13 - Relação de peixes registrados no município de Botuverá e de possível ocorrência em Nova Trento.

CLASSIFICAÇÃO TAXONÔMICA DAS ESPÉCIES COLETADAS
CHARACIFORMES
Characidae
<i>Astyanax aff. scabripinnis</i> Jenyns, 1842
<i>Deuterodon supparis</i> Lucena & Lucena, 1992
Curimatidae
<i>Cyphocarax santacatarinae</i> Fernández-Yépez, 1948
SILURIFORMES
Heptapteridae
<i>Pimelodella pappenheimi</i> Ahl, 1925
<i>Rhamdia quelen</i> Quoy & Gaimard, 1824
Loricariidae
<i>Loricariichtys anus</i> Valenciennes, 1836

<i>Rineloricaria</i> sp.
PERCIFORMES
Cichlidae
<i>Geophagus brasiliensis</i> Quoy & Gaimard, 1824

Fonte: RIMA Ampliação da lavra de calcário (2016)

3.1.7 Clima

Os estudos climatológicos se tornam essenciais na compreensão do ambiente, na obtenção da vida vegetal e das boas condições de conforto ambiental para a população. Além disso, os resultados obtidos podem auxiliar no planejamento ambiental e urbano ao englobarem soluções que contemplem índices adequados de uso e ocupação do solo e a preservação ou reconstituição de áreas verdes e demais recursos naturais.

3.1.7.1 Classificação climatológica

Segundo Rolim *et al.* (2007), um dos sistemas de classificação climática (SCC) mais abrangentes é o de Köppen, que parte do princípio que a vegetação natural é a melhor expressão do clima de uma região, desenvolvendo um SCC ainda hoje largamente utilizado, em sua forma original ou com modificações.

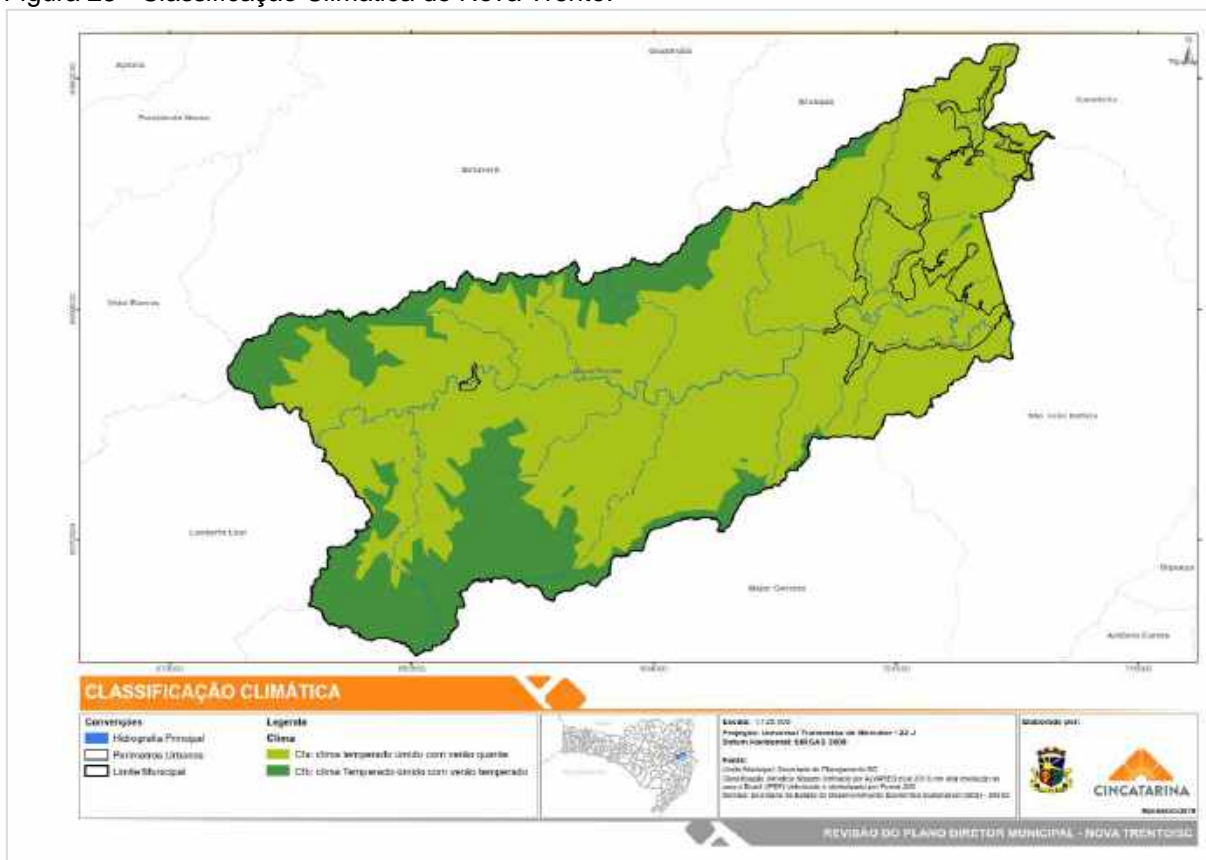
Conforme a classificação proposta por Köppen, o estado de Santa Catarina se enquadra nos climas do grupo C, denominado Mesotérmico, pois, as temperaturas do mês mais frio estão abaixo de acima de 3°C e abaixo de 18°C.

É um Estado classificado como úmido (f), pois, não possui estação seca definida. E, por conta do fator altitude, pode ser classificado em dois subtipos: (a) de verão quente, onde as temperaturas médias do verão são as mais elevadas e (b) de verão fresco, nas áreas mais elevadas do planalto (EPAGRI, 2007).

Conforme descrito acima e exposto na Figura 23, o município de Nova Trento possui duas classificações climáticas: Cfa, clima temperado úmido com verão quente e Cfb, clima temperado úmido com verão temperado.

A classificação Cfa ocorre em toda parte central do município e em algumas extremidades, enquanto a Cfb pode ser encontrada entre os limites de Nova Trento com os municípios de Botuverá, Vidal Ramos, Leoberto Leal e Major Gercino.

Figura 23 - Classificação Climática de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

3.1.7.2 Sistemas atuantes

O clima no sul do Brasil é determinado pelo mecanismo geral da circulação atmosférica e pelo comportamento das massas de ar produzindo as variações climáticas existentes. Por conta desta configuração, aliado ao relevo (SANTA CATARINA, 1991) o estado de Santa Catarina é a região do país que apresenta a melhor distribuição de precipitação pluviométrica anual.

Os sistemas atmosféricos que atuam no Sul do Brasil são controlados pela ação das massas de ar intertropicais (quentes) e polares (frias), sendo estas últimas responsáveis pelo caráter mesotérmico do clima (SANTA CATARINA, 1991).

Segundo o Atlas Escolar de Santa Catarina (1991) na região Sul do Brasil, as condições de tempo dependem da atuação da Massa Tropical Atlântica (MTA) e da Massa Polar Atlântica (MPA). A primeira atua o ano inteiro, destacando-se na primavera e no verão, enquanto que a massa polar atlântica atua com maior

frequência no outono e no inverno. a frente polar atlântica, resultado do contato entre ambas as massas, é a responsável pela boa distribuição das chuvas durante o ano. A Massa Polar Atlântica (MPA) tem muita importância no clima da região, por constituir uma fonte de ar frio dotado de grande mobilidade. Já a Massa Tropical Atlântica constitui uma massa de ar tropical marítima, que com sua subsidência inferior e consequente inversão de temperatura, mantém a estabilidade do tempo e a umidade limitada à camada superficial (RTK CONSULTÓRIA, 2009).

Em geral, períodos chuvosos e de altos índices de umidade do ar estão associados a maior predomínio de nuvens, o que inibe a perda de radiação terrestre no período noturno e o aquecimento diurno por radiação solar, resultando em aumento na temperatura mínima e redução na temperatura máxima. No Estado de Santa Catarina esses períodos podem ser causados no final do inverno, primavera ou verão, por frentes frias semiestacionárias ou ZCAS que permanecem alguns dias sobre o Sul do Brasil e, no outono, inverno e primavera, pela presença do jato subtropical no Sul do Brasil (PEZZI e CAVALCANTI, 1994), mantendo as condições de nevoeiros na noite, amanhecer e início da manhã (EPAGRI, 2009).

Períodos mais secos, ao contrário, favorecem tanto as perdas de radiação terrestre como o aquecimento diurno e, conseqüentemente, podem resultar em registros de temperatura mínima abaixo da média e de máximas acima da média normal (EPAGRI, 2009).

Na região, especialmente no inverno e início da primavera, há predominância de tempo bom com dias ensolarados, porém, interrompidos por seqüências de dias chuvosos, decorrentes de frente frias. As linhas de instabilidade tropical ocasionam dias de chuvas intensas e de curta duração, em particular no final da primavera e no verão (RTK CONSULTÓRIA, 2009). Nos conceitos clássicos, a frente fria é a área onde ocorre o encontro de duas massas de ar com características diferentes. Especialmente as frentes frias são causadoras de variações mais significativas nas condições de tempo observadas antes e após sua passagem. Outros tipos de frente são a quente e a oclusa, mas essas ocorrem principalmente no oceano, enquanto o ramo frio passa pelo continente (TUBELIS e NASCIMENTO, 1980).

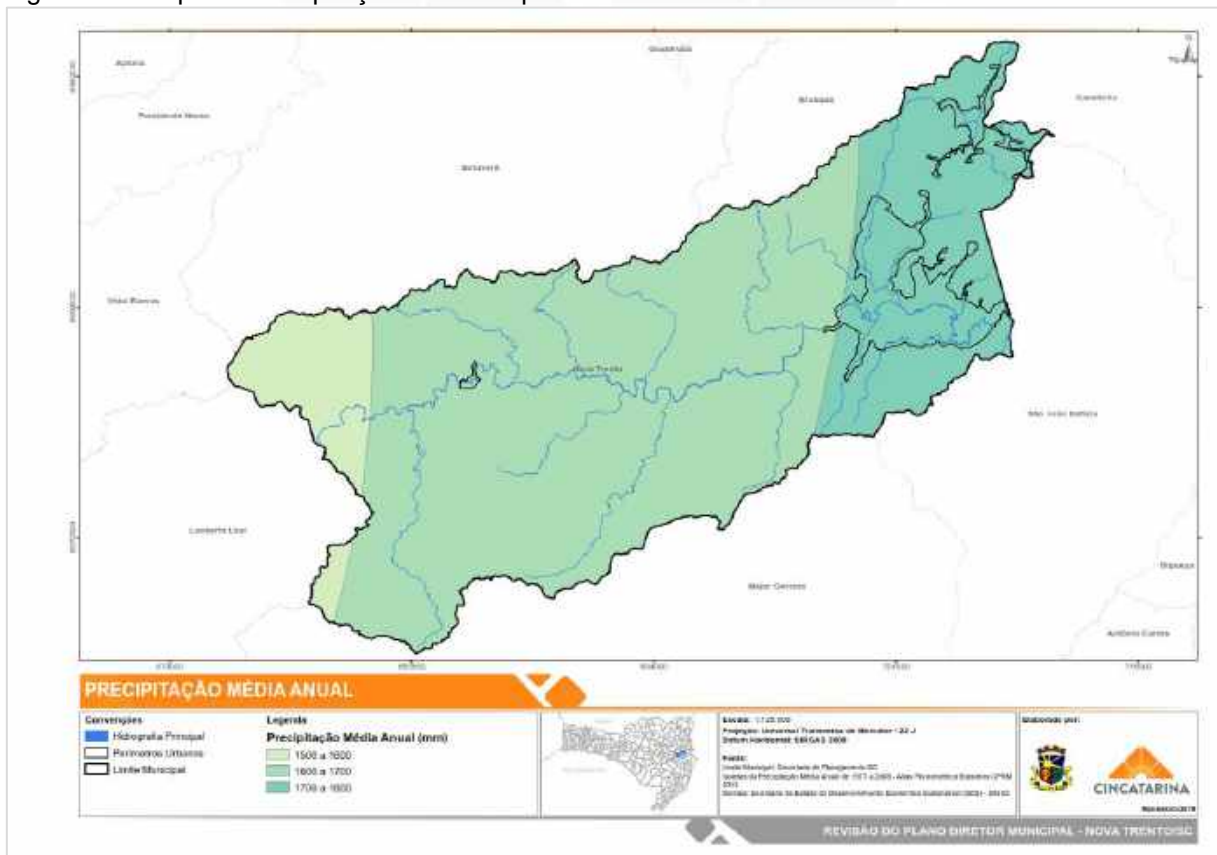
No verão, a frequência de frentes frias que passam pelo Sul do Brasil é de três a quatro por mês, mas em alguns anos ou meses podem ocorrer episódios de variação climática, como em casos de bloqueio atmosférico. As frentes frias são de grande importância por ser o sistema que pode aportar chuva melhor distribuída, com volumes

significativos, especialmente no oeste e meio-oeste catarinense, onde os complexos convectivos de mesoescalas apenas fazem uma contribuição complementar. Em anos em que as frentes passam preferencialmente pelo litoral sul e sudeste do Brasil ou encontram o ar muito seco, ocorrem períodos de estiagem e até secas, principalmente em janeiro e fevereiro (ANDRADE e CAVALCANTI, 2004).

3.1.7.3 Precipitação

A pluviosidade encontra-se relacionada com a circulação das massas de ar e também com fatores locais relacionados com as variações diurnas da radiação, temperatura, umidade e nebulosidade, bem como com a influência do relevo que originam variações importantes da pluviosidade local dentro do quadro regional (MONTEIRO, 1957).

Figura 24 - Mapa de Precipitação do município de Nova Trento



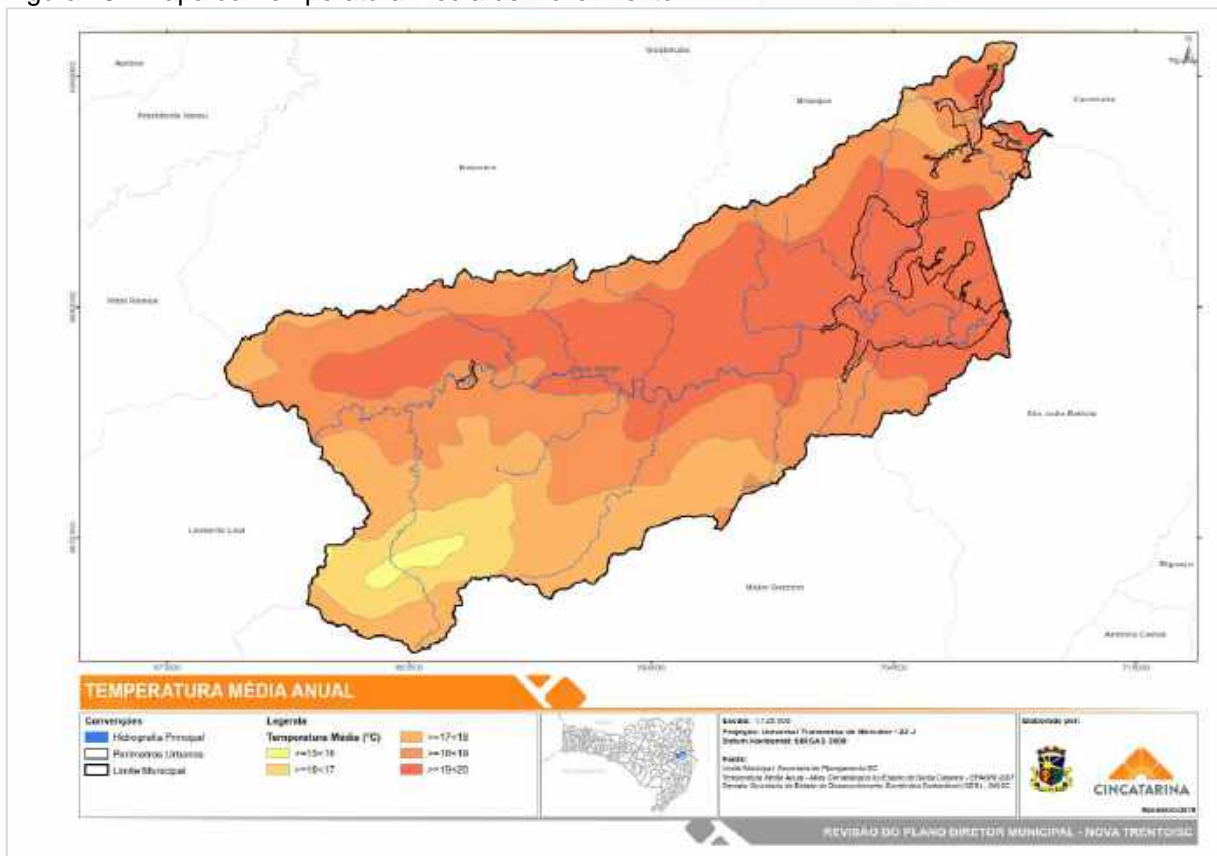
Fonte: CINCATARINA (2019)

A média anual de precipitação do município pode ser observada na Figura 24, cujos dados pluviométricos variaram de 1500 a 1800 mm entre os anos de 1977 a 2006.

3.1.7.4 Temperatura

O clima predominante na região sul do Brasil é o subtropical, com temperatura média de 18°C. No inverno os termômetros podem chegar a 0°C, com possibilidade de geada e neve. Enquanto no verão, as regiões atingidas pelo clima subtropical são quentes e úmidas, podendo ultrapassar os 30°C durante o dia. Em Nova Trento temperatura média anual, varia entorno de 15° a 20°, conforme as características da região do município, conforme observado na Figura 25.

Figura 25 - Mapa da Temperatura Média de Nova Trento.

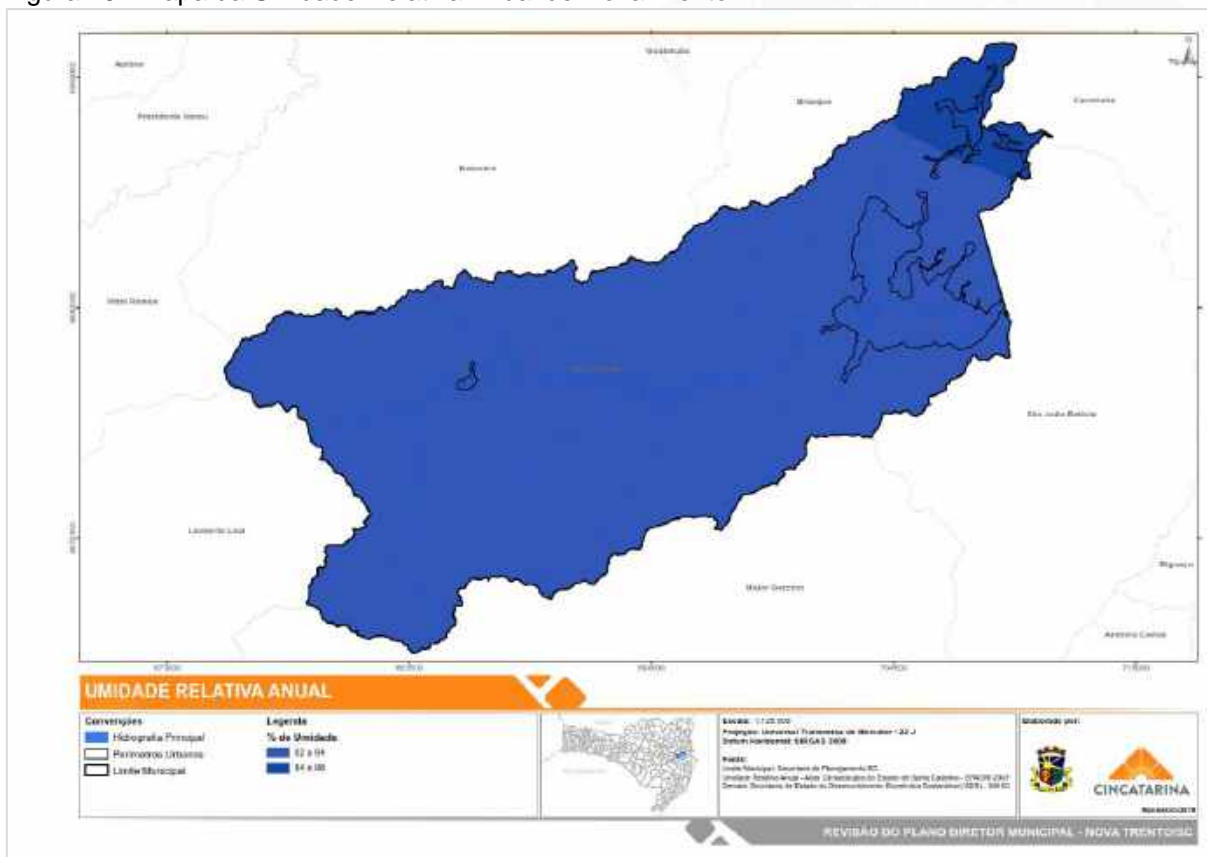


Fonte: CINCATARINA (2019)

3.1.7.5 Umidade relativa

De acordo com os dados do Atlas Climatológico do Estado de Santa Catarina (EPAGRI, 2007) e como pode ser observado na Figura 26, a umidade relativa anual do ar do município de Nova Trento possui duas classificações, podendo variar de 82 à 86%.

Figura 26 - Mapa da Umidade Relativa Anual de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

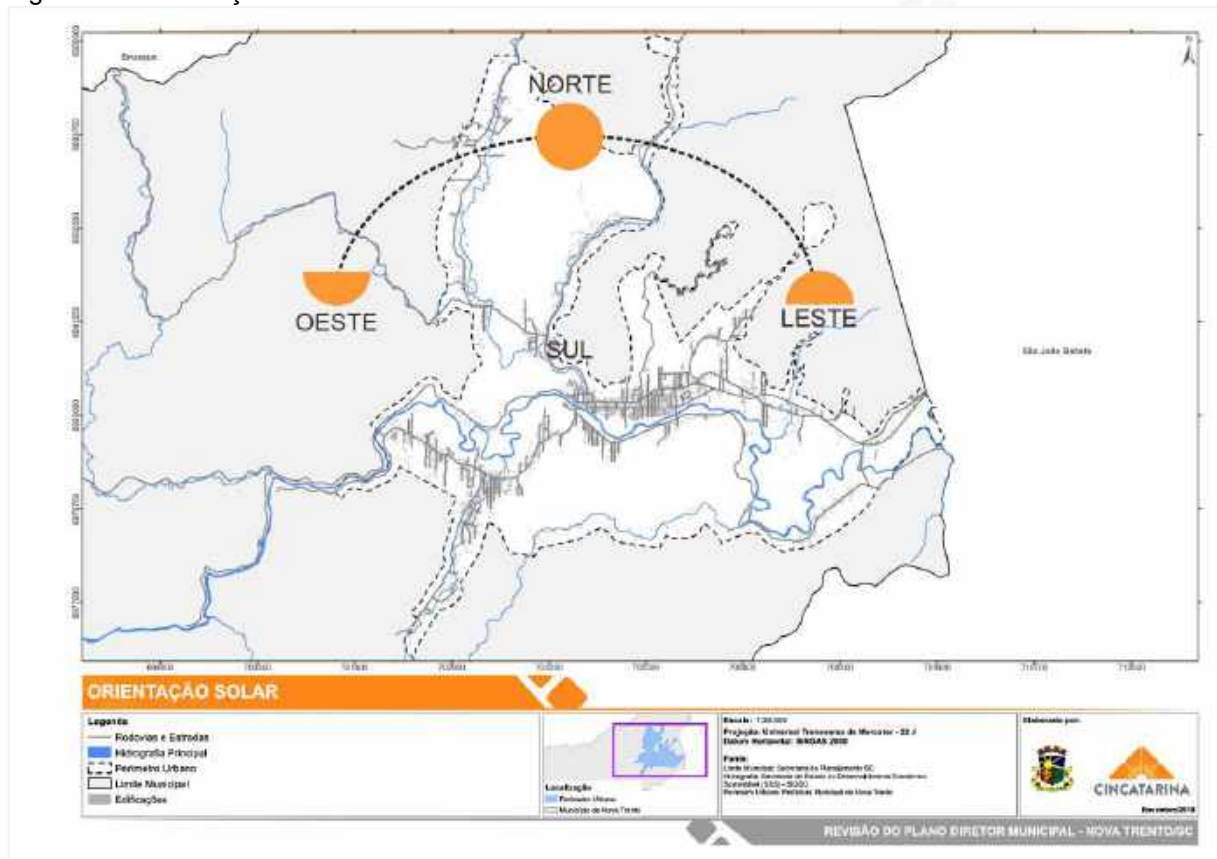
3.1.7.6 Orientação solar

A orientação solar é um dos fatores a serem considerados em novas ocupações, pois é primordial para o bom condicionamento térmico das ocupações, bem como para a distribuição adequada dos espaços.

No hemisfério sul, a face norte é a que recebe a maior incidência solar durante o dia e a face sul é a que menos recebe sol, a face leste recebe o sol da manhã e a

oeste o sol da tarde. Na figura a seguir, podemos visualizar a incidência solar sobre o município de Nova Trento.

Figura 27 - Orientação solar de Nova Trento.



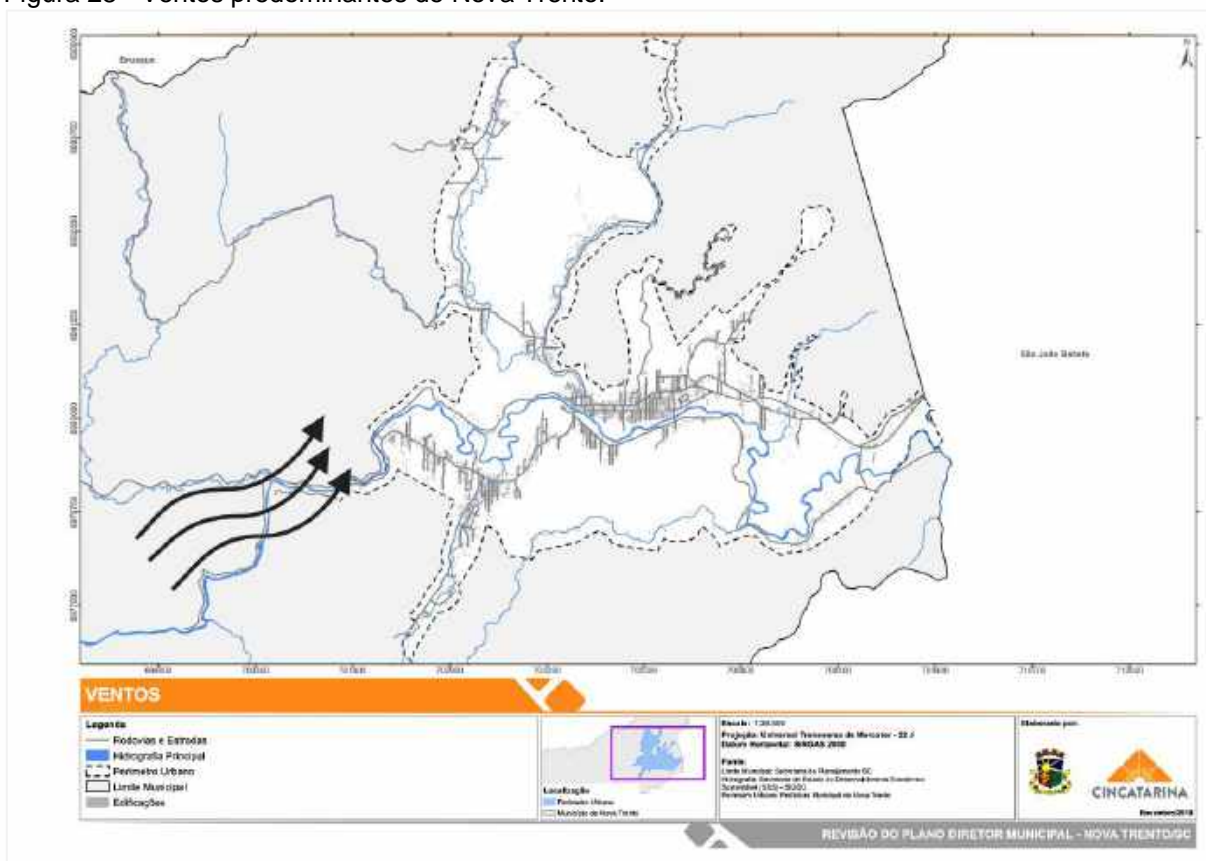
Fonte: CINCATARINA (2019)

3.1.7.7 Ventos

O vento é uma variável meteorológica formada pelo movimento do ar na atmosfera. É gerado pelos fenômenos naturais, como os movimentos de rotação e translação da terra. Entre as variáveis climáticas que interferem na sua formação, estão a pressão atmosférica, a radiação solar global, a umidade do ar e a evaporação (EMBRAPA, 2012).

Com base nos dados obtidos através das Normais Climatológicas do Brasil 1961-1990, e utilizando os parâmetros estabelecidos ao município de Indaial, temos como sudoeste a direção predominante dos ventos, visualizado na Figura 28.

Figura 28 - Ventos predominantes de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Para o levantamento da velocidade média dos ventos no município, utilizou-se como base a Estação de Major Gercino, devido sua proximidade a Nova Trento, podemos observar na Figura 29 e na Tabela 14, as médias entre os meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019 estação da EPAGRI/CIRAM (1053 – Major Gercino - Campinho). Observamos que a velocidade média apresentada neste período de 5.59 km/h.

Figura 29 - Velocidade média do vento nos meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019.



Fonte: EPAGRI/CIRAM (2019)

Tabela 14 - Velocidade média do vento nos meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019.

ESTATÍSTICA	
Quant. Desejada	Quant Recebida
62	62
Média	Desvio Padrão
5.59	2.03
Máximo (Valor e Data)	Mínimo (Valor e Data)
14.49 07/01/2019	2.85 04/01/2019
Amplitude	Soma
11.64	346.35
Eficiência Quantidade (%)	
100.0	

Fonte: EPAGRI/CIRAM (2019)

3.2 Uso e ocupação do território

O uso e ocupação do solo é definido em função das normas relativas a densificação, regime de atividades, dispositivos de controle das edificações e parcelamento do solo, que configuram o regime urbanístico. As normas de uso e ocupação do solo significam dizer que um município possui uma forma de controlar a utilização do espaço, definir as atividades permitidas nela e que legalmente buscam o desenvolvimento de seu território.

3.2.1 Evolução urbana

A evolução urbana de uma cidade encontra-se articulada por meio de vários sistemas econômicos, sociais, culturais e aspectos físicos-territoriais os quais definem e colaboram para estruturação da cidade. Mensuramos o desenvolvimento urbano através de registros fotográficos, apresentados a partir do século XIX até o presente momento e posteriormente por meio de imagens aéreas entre os anos de 2005 e 2017.

Os primeiros colonizadores chegaram a Nova Trento por volta de 1875, eram em sua maioria, imigrantes trentino-italianos. Além de italianos, o município também foi colonizado por russos, poloneses e alemães. Segundo o IBGE (2019) a freguesia de Nova Trento foi denominada pela lei provincial nº 1074/1884, subordinado ao município de Tijucas. Posteriormente em 1985, pela lei municipal nº2/95, cria-se o

distrito de Aliança (atual distrito de Claraíba), o qual é anexado ao município de Nova Trento.

Desde seus primórdios, ainda como vila, já havia construções de cunho religioso, como demonstrado na Figura 30, tendo em primeiro plano a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (Figura 31), inaugurada em 1886. Em segundo plano aparece a propriedade das Irmãs da Imaculada Conceição que servia como asilo de idosos. Tais edificações eram construídas em alvenaria e detinham funções religiosas e assistenciais, o local de sua implantação era tipicamente rural.

Figura 30 - Propriedade das Irmãs da Imaculada Conceição em 1886.



Fonte: Jonas Cadorin (2012)

Figura 31 - Igreja Sagrado Coração de Jesus antes de sua demolição.



Fonte: Jonas Cadorin (2018)

A vila de Nova Trento, rapidamente tornou-se município, através da Lei Provincial nº 36 de 08 de agosto de 1982, promulgada pelo presidente da província Tenente Joaquim Machado. Em divisão administrativa do ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Nova Trento e Aliança. Pela lei municipal nº 217, de 05 de março de 1932, é criado o distrito de Vargedo e anexado ao município de Nova Trento.

Ainda na década de 1920 (Figura 32), já detinha uma área central estruturada como comércios e serviços estabelecidos. As edificações eram em alvenaria e/ou materiais mistos, com até dois pavimentos. A malha urbana limitava-se apenas a via da atual região central da cidade.

Figura 32 - Centro de Nova Trento em 1925.



Fonte: O Trentino (2017)

As obras de infraestrutura urbana eram frequentes, em 1927, fora construída a Ponte Nicolau Brado (Figura 33), cujo mestre de obras era Francisco Cadorin, a mesma ponte necessitou ser reconstruída em 1968.

Figura 33 - Construção da Ponte Nicolau Brado em 1927.



Fonte: Alexandre Aldo Cipriani (2013)

A manufatura de produtos têxteis esteve presente nos proêmios do município, grande exemplo disto foi a fábrica de tecidos Renaux (Figura 34), que se localizava no bairro Cascata, com período de funcionamento entre 1924 a 1972. O local ficou em situação de abandono até 2002, quando foi transformado na Pousada Portal do Vígolo. O edifício industrial, apresentava grandes dimensões, sendo construído em alvenaria e telhados com grandes inclinações.

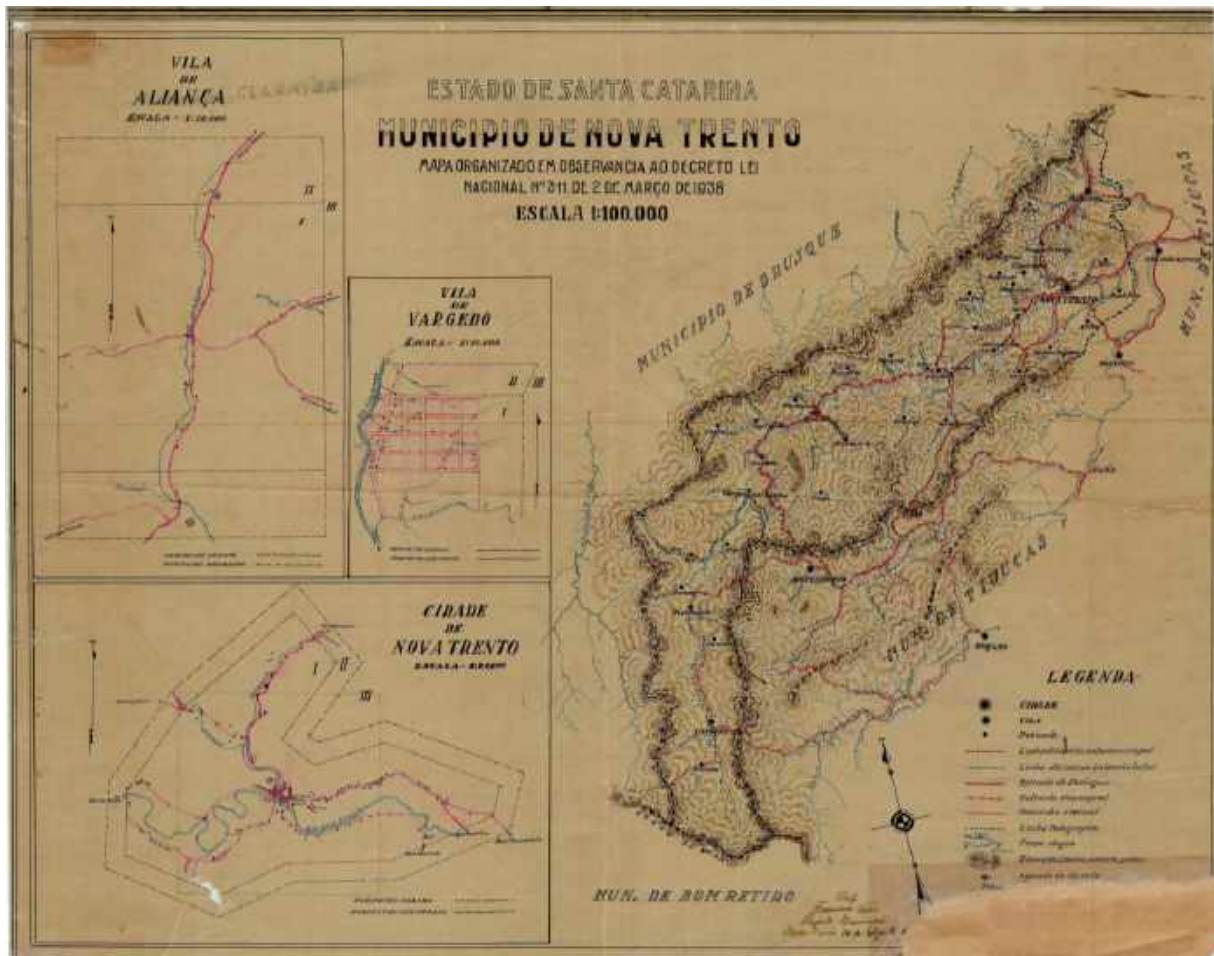
Figura 34 - Filial da fábrica de tecido Renaux, Cascata, Nova Trento 1924-1972.



Fonte: Jonas Cadorin (2018)

Em divisão administrativa do ano de 1933, o município foi constituído de 3 distritos: Nova Trento, Aliança (distrito de Claraíba) e Vargedo (município de Leoberto Leal). Na Figura 35, temos a formação da malha urbana da Sede e dos distritos, sendo que na Sede e no então distrito de Aliança, o traçado urbano constituía-se entorno de vias, não se estendo além disso. Já no distrito de Vargedo, a malha urbana era composta por traçado retangular, que lembra um tabuleiro do jogo de xadrez.

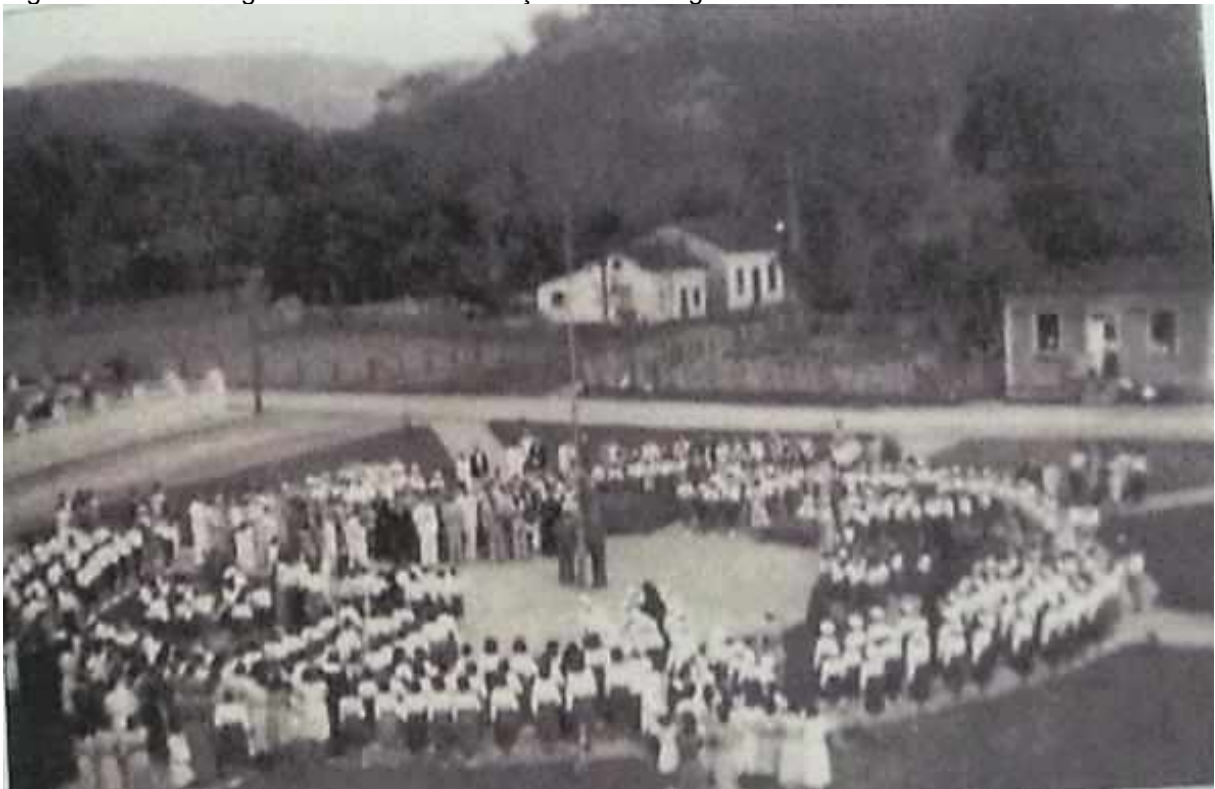
Figura 35 - Mapa de Nova Trento, 1938.



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento (2019)

Na década de 1930, o Brasil passava por profundas mudanças políticas e o mundo estava passando pela segunda guerra mundial, durante este período o município participou intensamente deste processo, chegando a enviar soldados para guerra. Além disso, foi vigiado constantemente pelas campanhas de nacionalização da língua, onde até os nomes das lápides de cemitérios foram traduzidas para o português. Os nomes de ruas e praças também passaram por este processo, os quais foram trocadas por nomes de heróis nacionais, como a atual Praça Getúlio Vargas (Figura 36) que anteriormente chamava-se Praça Galileu Galilei.

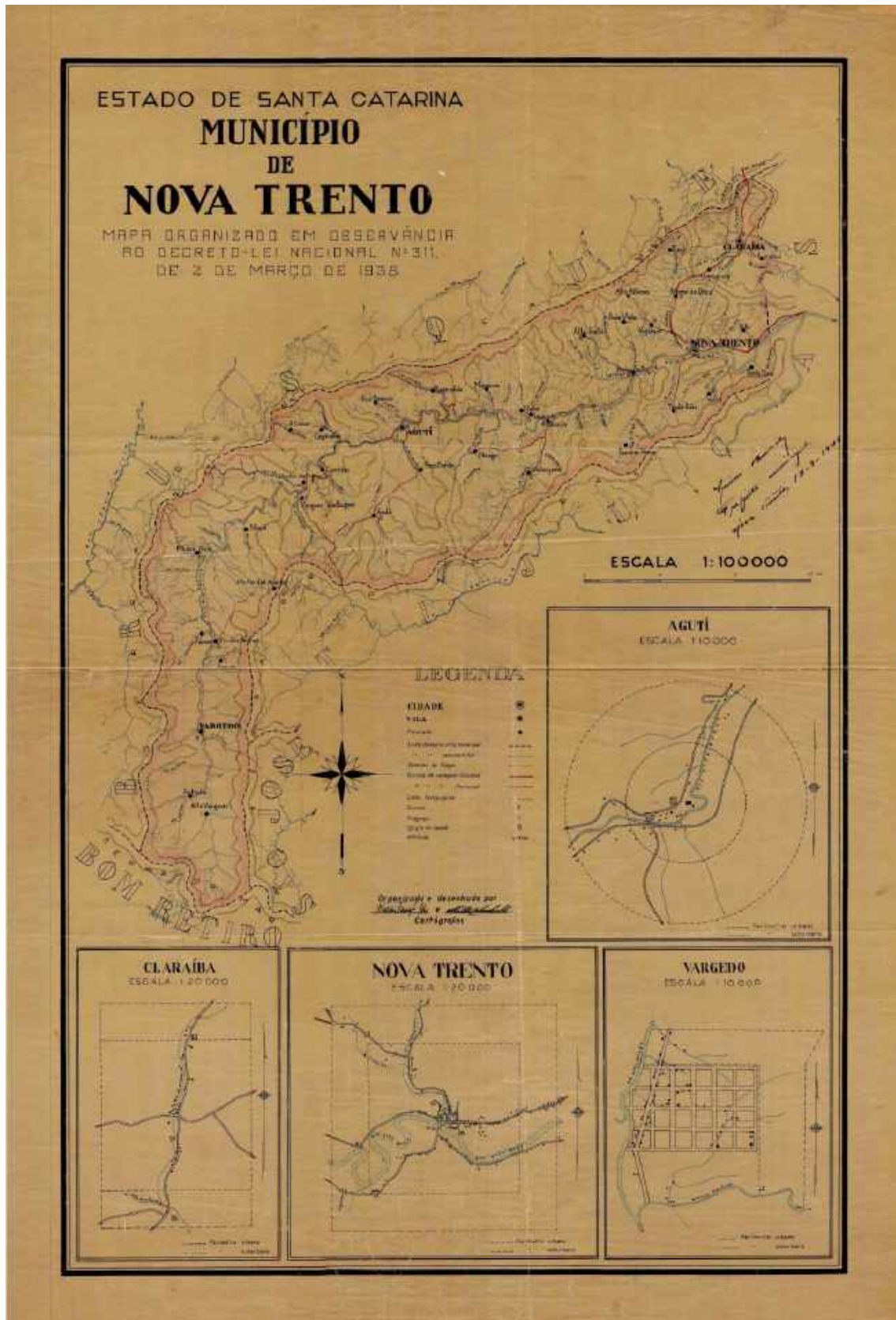
Figura 36 - Homenagem cívica na atual Praça Getúlio Vargas na década de 1940.



Fonte: Jonas Cadorin (2018)

Segundo o IBGE (2019) pelo decreto lei estadual nº 941, de 31 de dezembro de 1943, é criado o distrito de Aguti e anexado ao município de Nova Trento. Sob o mesmo decreto, o distrito de Aliança passou denominar-se Claraíba. O município neste período constituído de 4 distritos: Nova Trento, Aguti, Claraíba e Vargeado. Na Figura 37, o traçado urbano, na Sede e distritos de Vargeado e Claraíba, não tem grandes alterações com relação a década anterior. O traçado urbano do então criado distrito de Aguti, define-se entorno das estradas gerais, antes rurais e do Rio do Braço que o secciona da sua área urbana.

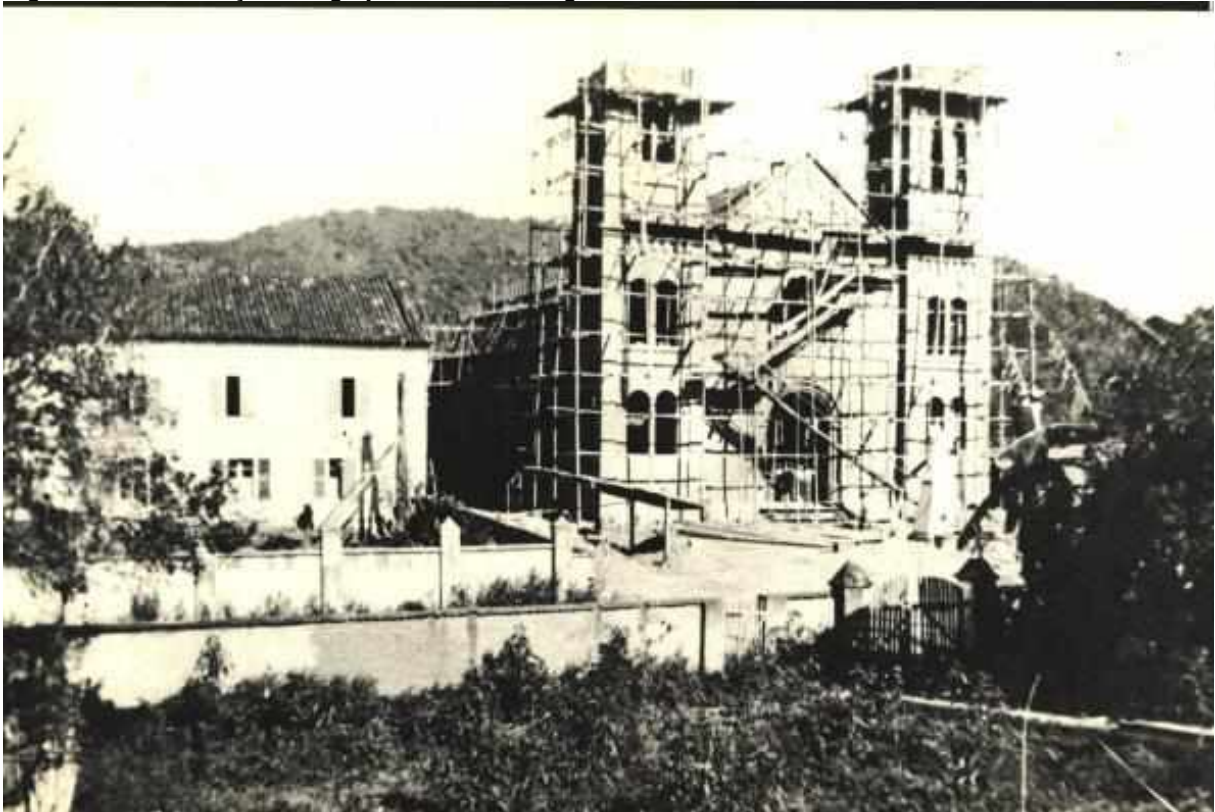
Figura 37 - Mapa da Sede de Nova Trento, 1944.



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento (2019)

A profunda tradição religiosa de Nova Trento fez-se presente nas edificações realizadas na década de 1940. A construção da Igreja Matriz São Virgílio (Figura 38 e Figura 39) deu-se entre os anos de 1940-1942, sendo erguida em homenagem ao bispo mártir São Virgílio, padroeiro de Trento, erguida sobre a antiga Igreja do Sagrado Coração que havia sido demolida, posteriormente a igreja também foi destruída e seus tijolos utilizados para a construção do salão paroquial.

Figura 38 - Construção da Igreja Matriz São Virgílio em Nova Trento.



Fonte: Banda Padre Sabbatini (2013)

Figura 39 - Igreja Matriz São Virgílio em Nova Trento finalizada.



Fonte: Banda Padre Sabbatini (2013)

Outra edificação religiosa da década de 40 é a Capela do Baixo Pitanga (Figura 40), fundada em 1947. Em seu entorno situavam-se escola, comércios e cemitérios. Sua construção apresenta características construtivas simplificadas, com relação à igreja matriz de mesmo período. Nota-se, que a edificação passou por reformas no passar dos anos, agregando aspectos de edificações contemporâneas.

Figura 40 - Capela de Baixo Pitanga.



Fonte: Jonas Cadorin (2017)

A Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, hoje Santuário Santa Paulina, situado no Vígolo, durante a década de 1940, já se apresentava como centro religioso de grande importância, suas construções destinavam a propagação da fé cristã. Suas edificações eram em alvenaria, com telhados de grandes inclinações e aberturas simétricas, como observados na edificação à esquerda da Figura 41. No Vígolo, também situava-se o “hospitalzinho” de Santa Paulina, que pode ser observado no centro da Figura 42, entre as árvores, tratava-se de uma edificação em madeira, atualmente no Santuário de Santa Paulina existe uma réplica desta edificação. Ainda no Vígolo, as construções religiosas iam além de igrejas, conventos e centros assistências, as Irmãs da Imaculada Conceição, possuíam um engenho, tratava-se de uma edificação em alvenaria sem grandes dimensões, o engenho era tocado por uma roda d’água, conforme observado na Figura 43. A região do Vígolo, retinha aspectos rurais neste período ainda.

Figura 41 - Igreja de Nossa Senhora de Lourdes na década de 1940.



Fonte: Alexandre Aldo Cipriani (2013)

Figura 42 - Hospitalzinho de Santa Paulina no Vígolo na década de 1940.



Fonte: Banda Padre Sabbatini (2013)

Figura 43 – Engenho da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição no Vigolo na década de 1940.



Fonte: O Trentino (2019)

O centro de Nova Trento na década de 1940, apresentava edifícios e casarões em alvenaria, muitos com dois pavimentos, diversos apresentavam usos mistos, os térreos eram voltados para comércios e serviços, já os pavimentos superiores as residências.

Nota-se ainda, a atual Praça Getúlio Vargas ao centro da Figura 44 e a seu fundo a Igreja Matriz São Virgílio. Nesta época a malha urbana da sede do município limitavam-se as vias centrais atuais, porém, haviam diversas comunidades espalhadas no território de Nova Trento.

Figura 44 - Centro da sede de Nova Trento na década de 1940.



Fonte: O Trentino (2019)

Na década de 1950, a cidade consolidava-se como centro religioso, atraindo diversos peregrinos devotos, devido à recente beatificação Madre Paulina. As construções permaneciam com gabarito baixo e densidades ocupacionais médias. Conforme exemplificado na Figura 45, que demonstra o edifício do salão paroquial em frente à praça.

Figura 45 - Salão Paroquial de Nova Trento em 1950.



Fonte: O Trentino (2019)

Na Figura 46, temos o panorama geral do município, na década de 1960, o registro fora feito do alto do morro do cemitério, no canto direto baixo, é possível visualizar a parte da Praça Getúlio Vargas, com o obelisco comemorativo aos 50 anos de imigração italiana. A frente à casa da família Piazza e ao lado a casa da família Marchi. A esquerda, ainda na Figura 46, nota-se a casa “Salamanca”, seguindo veem a casa da família Batistotti, onde funcionou a sede do Circolo Trentino na década de 1980. Também, pode-se visualizar a casa de comércio da família Boiteux.

Já na Figura 47, temos prédio da antiga prefeitura, que também é visualizado na Figura 46, nos fundos da Igreja Matriz São Virgílio.

O distrito de Vargeado, pela lei estadual nº 856, de 12 de dezembro de 1962, desmembrou-se de Nova Trento e tornou-se município o Leoberto Leal. Seu traçado urbano construía-se de linhas retangulares, visivelmente planejado, encontrava-se na região sudeste de Nova Trento. Em divisão territorial de 1963, o município ficou dividido em 3 distritos: Nova Trento, Aguti e Claraíba, permanecendo com esta divisão até o presente momento.

Ao confrontarmos os registros das Figura 44 (década de 1940) e Figura 46(década de 1960), nota-se grande expansão da malha urbana, porém, cabe ressaltar que foram mantidas diversas características arquitetônicas, tais como altura das edificações que não ultrapassam dois pavimentos, outro aspecto positivo mantido até este período são as grandes áreas verdes nos espaços urbanos.

Figura 46 - Centro de Nova Trento em 1960.



Fonte: Alfero (2018)

Figura 47 - Registro da antiga Prefeitura, sem data definida.



Fonte: Alfero (2013)

Na Figura 48, temos em primeiro plano a Praça Getúlio Vargas em 1960, durante um comício político. Já ao fundo avistamos uma residência de quatro fachadas pertencente ao historiador Walter Fernando Piazza e logo ao lado a casa da família Marchi, sendo a primeira uma edificação em madeira e a outra de alvenaria, ambas estão implantas em lotes com grandes dimensões na área central do município.

Figura 48 - Comício político na Praça Getúlio Vargas na década de 1960.



Fonte: Jonas Cadorin (2018)

Haviam diversos edifícios escolares no município, sendo uma parte administrados pelo governo e outra pela igreja. A Escola Reunida Professor Francisco João Valle (Figura 49), no Bairro Trinta Réis, ficava próxima a atual empresa Nécia Noivas, esse prédio de madeira foi construído entre 1965-1966, tinha duas salas de aula, uma pequena cozinha, uma sala de direção e banheiros.

Figura 49 - Escola Reunida Professor Francisco João Valle, no Bairro Trinta Réis.



Fonte: Jonas Cadorin (2018)

No edifício da Figura 50, funcionava o Ginásio Pio XII, que perdurou até o final dos anos 1960, localizava-se ao lado da atual delegacia de polícia. O curso normal posteriormente foi vinculado ao Colégio Normal Francisco Mazzola. O edifício era uma construção de dois pavimentos, apresentava em sua fachada principal quatro janelas balcões, possuindo traçados arquitetônicos simétricos e racionais.

Figura 50 - Edifício do Ginásio Pio XII em Nova Trento.



Fonte: Jonas Cadorin (2018)

Na Figura 51, década de 1970, encontramos o edifício do antigo seminário jesuíta de Nova Trento, percebe-se que o edifício possuía traçados arquitetônicos mais simplificados e linhas contínuas em suas fachadas, recebendo influências do período modernista.

Figura 51 - Edifício do antigo seminário em Nova Trento.



Fonte: Acervo Olávia Picole Piva (2012)

O edifício da panificadora Vargas, Figura 52, representa de forma simplificada as edificações entre as décadas de 1970 e 1980, período de influência tardia do modernismo, nesta construção também pode-se averiguar o aumento do gabarito das edificações para três pavimentos. Nota-se também, que a implantação das edificações com tipologia comercial, continua sendo feita sobre o alinhamento do passeio.

Figura 52 - Edifício da panificadora Vargas em Nova Trento.



Fonte: Alfero acervo Vantuir Dalpra (2016)

Nos anos 2000 é intensificado os movimentos de peregrinos no município após a santificação de Madre Paulina em 2002. Em 2006 (Figura 53), é construído um novo santuário e dedicado a primeira santa brasileira, renovando assim a peregrinação de devotos ao local, bem como interferindo na economia do município.

Figura 53 - Santuário de Santa Paulina em 2016.



Fonte: Edson Ribeiro (2016)

Ainda no início do século XXI, na Figura 54, nota-se que a paisagem urbana da sede do município apresenta grandes alterações com relação às décadas já demonstradas, as edificações passam a ter até oito pavimentos, grande parte das construções foram realizadas em alvenaria ou em materiais mistos. A malha urbana da sede expande-se para os sentidos sudoeste, noroeste (sentido Distrito de Claraíba) e nordeste. As ocupações recentes em áreas periféricas não apresentam verticalização. Outro aspecto a ressaltar é a grande porção de áreas verdes dentro dos perímetros urbanos da Sede e dos Distritos do município.

Figura 54 - Vista da área central da sede de Nova Trento em 2007.



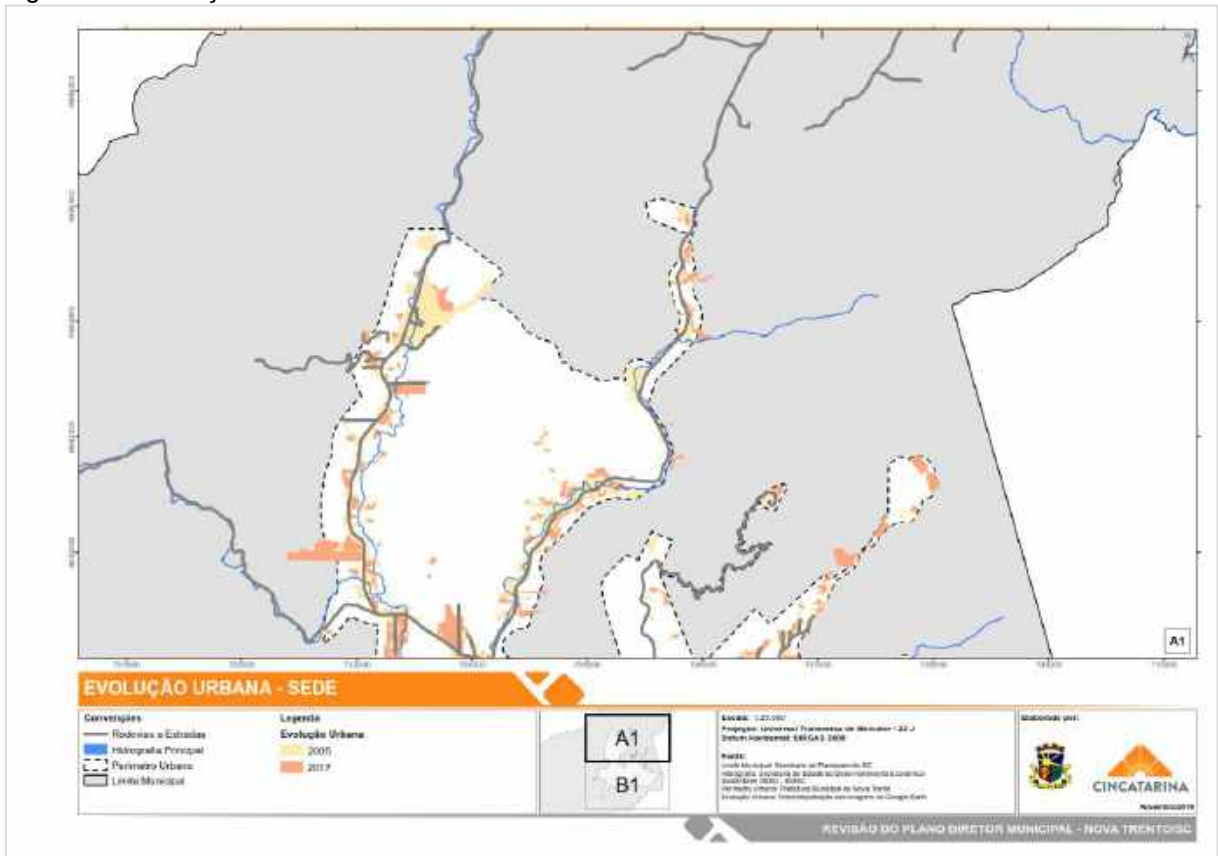
Fonte: CIBILS FOTOJORNALISMO (2007)

A análise da evolução da malha urbana, foi realizada com atual perímetro urbano da Sede e dos Distritos, sobre as áreas de novas ocupações por meio da identificação progressiva de novos loteamentos e edificações, observando os anos de 2005 e 2017 para a Sede e o Distrito do Claraíba e os anos de 2007 e 2017 para o Distrito do Aguti, os quais estão inseridos no período vigente das atuais legislações urbanísticas de Nova Trento, que datam de 2009 (lembrando que neste período houveram alterações pontuais na legislação).

Até o ano de 2005, a malha urbana da Sede do município (Figura 55), caracterizava-se por eixos prolongados e consolidados, nos sentidos leste-oeste, norte-centro e centro-sudoeste. Havendo também, núcleos urbanizados já estabelecidos ao sul e sudeste, os quais apresentavam-se de forma espreada. Além disso, grande parte das ocupações são fixadas nas margens dos rios.

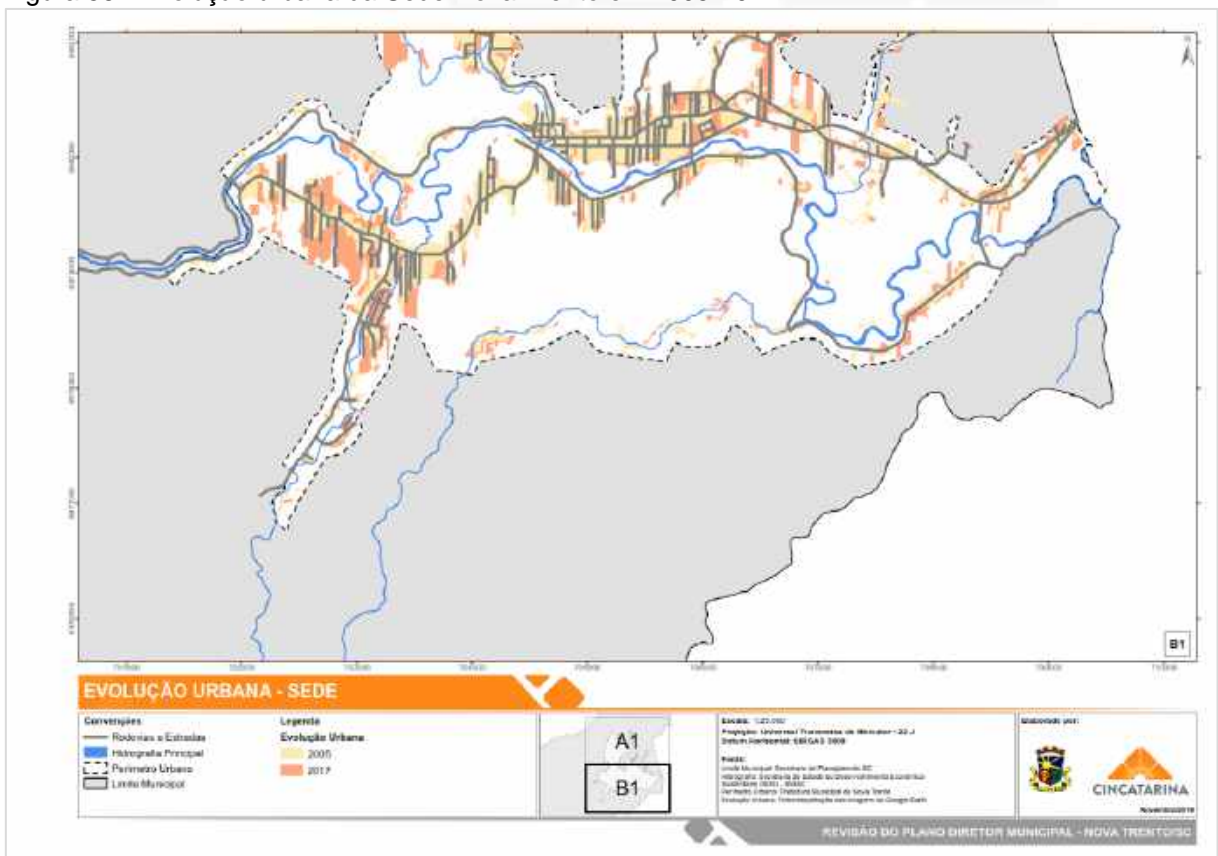
No período de 2005-2017 (Figura 55 e Figura 56), a sede de Nova Trento ampliou-se principalmente para os sentidos sudoeste, noroeste e nordeste, porém, nas demais regiões também houve crescimento da malha urbana, de forma adjacente as vias e ocupações já consolidadas. Muitos dos novos loteamentos e parcelamentos do solo, implantados neste período de tempo estão em processo de ocupação ainda.

Figura 55 - Evolução urbana da Sede Nova Trento em 2005-2017 – A1.



Fonte: CINCATARINA (2019)

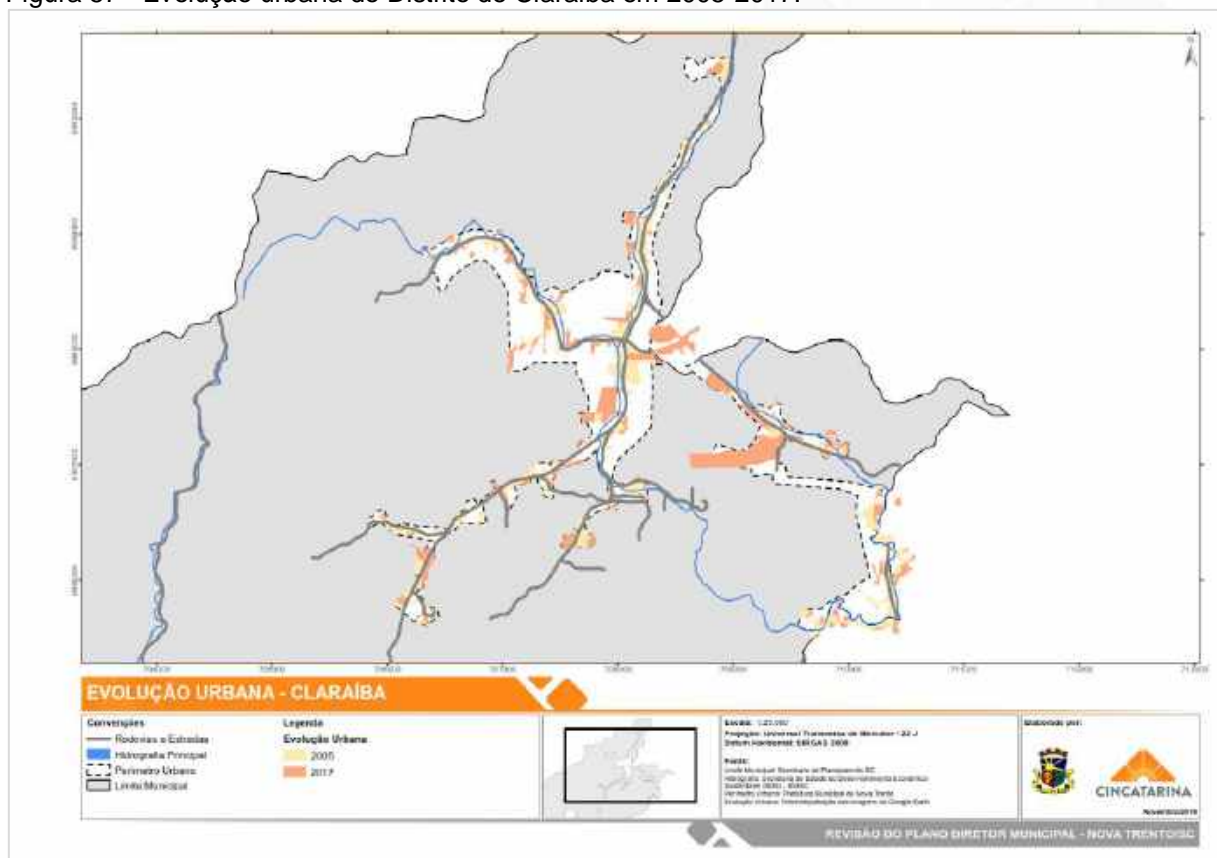
Figura 56 - Evolução urbana da Sede Nova Trento em 2005-2017 – B1.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Até 2005, o Distrito de Claraíba (Figura 57), constituía sua malha urbana por dois eixos principais, em sentido de cruz, nos rumos norte-sudoeste e noroeste-sudeste, as ocupações eram de densidade média-baixa, os terrenos eram edificados próximos as vias principais. Já entre 2005-2017 o tecido urbano e ocupações do distrito desenvolveram-se principalmente em sua região central, havendo ainda um aumento de ocupações de forma adjacente aos espaços já urbanizados.

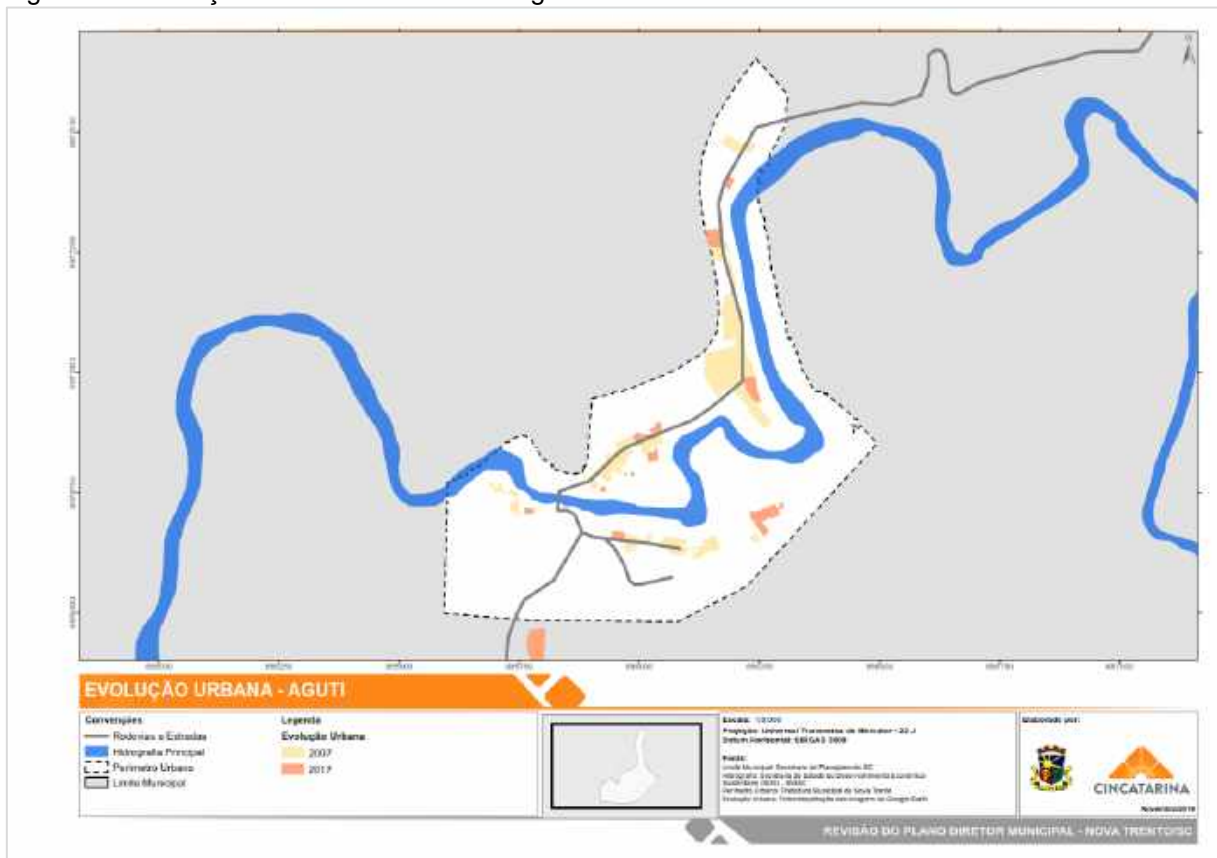
Figura 57 - Evolução urbana do Distrito de Claraíba em 2005-2017.



Fonte: CINCATARINA (2019)

No Distrito do Aguti até 2007, as ocupações ocorriam entorno das vias principais, em paralelo ao Rio do Braço. Já no período entre 2007 a 2017, as ocupações somente aumentaram em quantidade, não havendo a abertura de novos parcelamentos no distrito.

Figura 58 - Evolução urbana do Distrito de Aguti em 2007-2017.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Ao final, constatamos que o crescimento da malha urbana de Nova Trento deu-se primeiramente nas áreas planas do município e nas margens de seus cursos d'água, especialmente na Sede e no Aguti. Recentemente, as ocupações vêm se instalando em regiões adjacentes as pré-existentes, adequando-se as condicionantes topográficas do município.

No distrito do Claraíba, o crescimento da malha vem ocorrendo com maior intensidade no sentido sudeste. Já na Sede o houve maior intensidade de crescimento nos sentidos sudoeste, noroeste e nordeste, porém, há novas ocupações em todas as áreas periféricas da malha urbana. No distrito do Aguti, as ocupações da última década ocorreram de maneira moderada, não havendo novos parcelamentos do solo, somente novas ocupações.

3.2.2 Legislação de zoneamento, uso e ocupação do solo

As diretrizes para zoneamento, uso e ocupação do solo de Nova Trento estão inseridas na Lei complementar nº 266, de 02 de janeiro de 2009, a mesma dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município e abrange todo o território de Nova Trento. No Art. 2º são definidos os objetos desta legislação, sendo eles:

Art. 2º [...]

- I - A política e as estratégias de desenvolvimento territorial e urbanístico do Município;
- II - Os critérios para garantir que a cidade cumpra com sua função social;
- III - os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social;
- IV - As regras orientadoras do uso e da ocupação do solo;
- V - A previsão e forma como serão implementados os instrumentos do Estatuto da Cidade no Município;
- VI - O planejamento e a gestão democráticos do desenvolvimento territorial e urbanístico.

O zoneamento segundo o Art. 11, consiste no procedimento de divisão e organização do território municipal em unidades espaciais denominadas macrozonas, zonas e áreas de especial interesse. As macrozonas são divisões em grandes unidades territoriais, que buscam estabelecer integração do território. As zonas são subdivisões das macrozonas em unidades territoriais contínuas, apresentam especificidades determinantes para definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo. Já as áreas de especial interesse são unidades territoriais que podem ser descontínuas e se sobrepõem às zonas e macrozonas e referem-se às características que necessitam de tratamentos especiais. Além disso, o Art. 12 cita que as regras de uso e ocupação do solo serão definidas partindo da menor para maior unidade espacial, de acordo com a seguinte ordem: áreas de especial interesse, zonas e macrozonas.

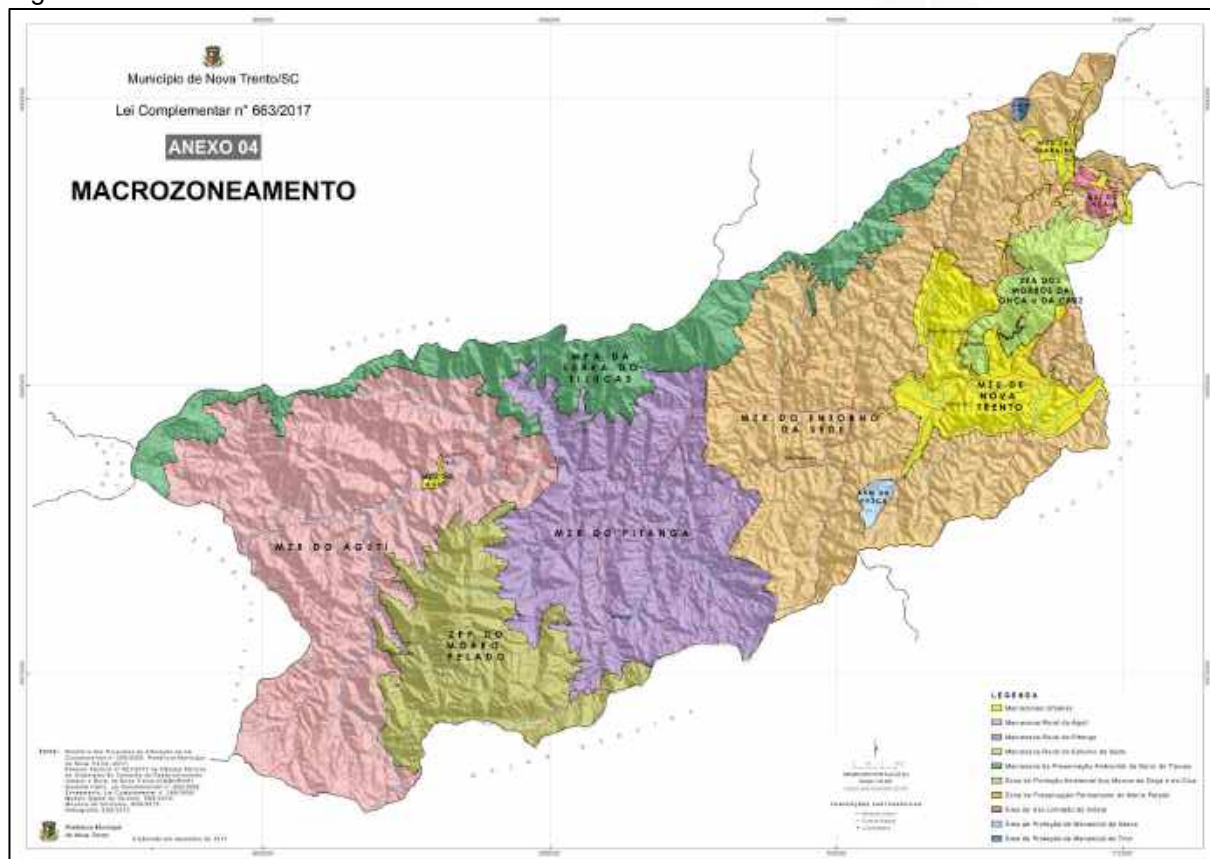
O zoneamento do município fica condicionado a partir de sua divisão por macrozonas e zonas, as quais são delimitadas no anexo 4 (Figura 59), sendo elas apresentadas no Art. 13 a seguir:

Art. 13 [...]

- I - Macrozona Rural do Aguti;
- II - Macrozona Rural do Pitanga;
- III - Macrozona Rural do Entorno da Sede;
- IV - Macrozona Urbana da Claraíba;
- V - Macrozona Urbana do Aguti;

- VI - Macrozona Urbana de Nova Trento;
- VII - Macrozona de Preservação Ambiental da Serra do Tijucas;
- VIII - Zona de Preservação Permanente do Morro Pelado;
- IX - Zona de Preservação Ambiental dos Morros da Onça e da Cruz.

Figura 59 - Anexo 4 da LC nº 266/2009 de Nova Trento-SC.



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Trento (2009)

Também no Art. 13, em parágrafo único, determina que as áreas de especial interesse completem o zoneamento municipal e sobreponham-se as zonas das macrozonas urbanas e rurais.

A Macrozona Rural do Aguti, compreende as localidades de Aguti, Oito Casas, Conquista, Capivara, Ribeirão do Meio, Três Barras, Ribeirão Veado, Trombudo, Poço Bonito, Mato Grosso, Reginaldo, Rio Branco. São áreas que apresentam cobertura do solo por matas nativas, compartilhadas com usos para agricultura, com existência de áreas desmatadas para fins de agricultura, pastagens e silvicultura, são locais carentes de infraestrutura, como sistema viário pouco estruturado, sendo a região do município que apresenta atividades agrícolas mais desenvolvidas, segundo a Art. 14 desta lei.

Os objetivos desta macrozona estão mencionados no Art. 15, são eles:

Art. 15 [...]

- I - fomentar as atividades agropecuárias;
- II - preservar a cobertura vegetal existente;
- III - preservar as nascentes;
- IV - melhorar as condições das estradas;
- V - criar condições para que o agricultor permaneça no campo;
- VI - promover a diversificação econômica;
- VII - melhorar as condições de comercialização dos produtos agrícolas;
- VIII - adequar o currículo da escola para as necessidades dos agricultores e para educação ambiental;
- IX - incentivar ações de agregação de valor à produção agrícola;
- X - incentivar o cooperativismo e o associativismo;
- XI - reservar espaço para instalação de equipamentos de saúde e lazer.

A Macrozona Rural do Pitanga, atinge as localidades de Alto Pitanga, Baixo Pitanga, Saudade Grande, Saudade Pequena, Maiate, Valsugana, Lajeado, Lajeadinho, Jacomina, Rio Bonito, Serraval. Segundo o citado no Art. 17, sua colonização fora predominantemente italiana, suas principais atividades são relacionadas a produtos como: fumo, mandioca, uva e reflorestamento de eucaliptos. A região possui carências de equipamentos e serviços, seu sistema viário é pouco estruturado, porém, apresenta potencial para o turismo rural. Os propósitos para esta macrozona são: fomentar as atividades agropecuárias; melhorar as condições das estradas; implementar equipamentos e serviços públicos; promover a diversificação econômica; fomentar atividades de esporte e lazer; incentivar o desenvolvimento do turismo rural; incentivar o cooperativismo e o associativismo e; reservar espaço para instalação de equipamentos de saúde e lazer.

A Macrozona Rural do Entorno da Sede inclui as seguintes localidades: Salto, Alto Silva, São Caetano, Baiano, São Valentim, Majorzinho, Molha, Vasca, Vargem Pequena, Frederico, Bela Vista, Alto Alferes, Lombardia, Indaiá e área rural da Claraíba. Esta macrozona apresenta deficiência no sistema viário, carência de equipamentos e serviços públicos, nela existem áreas de vegetação nativa em diversos níveis de regeneração, além disso, possui potencial para desenvolvimento industrial e agroindustrial em consoante com o Art. 20. Os intuitos desta macrozona são: melhorar a acessibilidade viária; compatibilizar uso rural com a expansão urbana; planejar, controlar e fiscalizar a expansão urbana; incentivar a instalação de pequenas indústrias e agroindústrias; melhorar a estrutura dos serviços públicos de saúde, lazer, educação e esporte; reservar espaço para instalação de equipamentos de saúde e

lazer; adequar e fortalecer as ações de planejamento à vocação municipal do turismo religioso e; incentivar o cooperativismo e o associativismo.

Macrozona de Preservação Ambiental da Serra do Tijucas, localiza-se na posição norte do município, é formada por áreas dos contrafortes da Serra do Tijucas, em geral, com declividades acentuadas e cobertura vegetal nativa em diversos graus de regeneração, contendo porção da Reserva Biológica da Canela Preta e a Reserva Particular de Patrimônio Natural Prima Luna. Os objetivos para esta macrozona são: preservar o ecossistema existente: fauna, flora, nascentes; reforçar a estabilidade das unidades de conservação existentes; promover a recuperação das nascentes e matas ciliares; promover o desenvolvimento do turismo rural, turismo de aventura e turismo ecológico; fornecer subsídios para a elaboração dos planos de manejo das unidades de conservação e das propriedades e; articular convênios de cooperação para o tratamento, proteção e delimitação de áreas ambientalmente frágeis.

A Zona de Preservação Permanente do Morro Pelado, inserida na Serra do Veado, apresenta no geral, declividades acentuadas e topos de morros, cobertura vegetal nativa em diversos graus de regeneração, contendo porções com uso agrícola e reflorestamento comercial, possuindo potencial para turismo ecológico e de aventura. Os intuitos da macrozona são: preservar o ecossistema existente: fauna, flora, nascentes; promover a recuperação das nascentes e matas ciliares; promover o desenvolvimento de turismo rural, turismo de aventura e turismo ecológico.

Zona de Preservação Ambiental dos Morros da Onça e da Cruz, possui, em geral, declividades acentuadas e topos de morros, cobertura vegetal nativa em diversos graus de regeneração, contendo locais de peregrinação religiosa, equipamentos culturais e religiosos no Morro da Cruz. Os objetivos desta macrozona são: fortalecer iniciativa de preservação, abrangendo os ecossistemas; existentes e os equipamentos históricos, culturais e religiosos; preservar o ecossistema existente: fauna, flora, nascentes; promover recuperação das nascentes e matas ciliares e; promover o desenvolvimento do turismo de aventura, ecológico e religioso, conforme descrito no Art. 30 da lei.

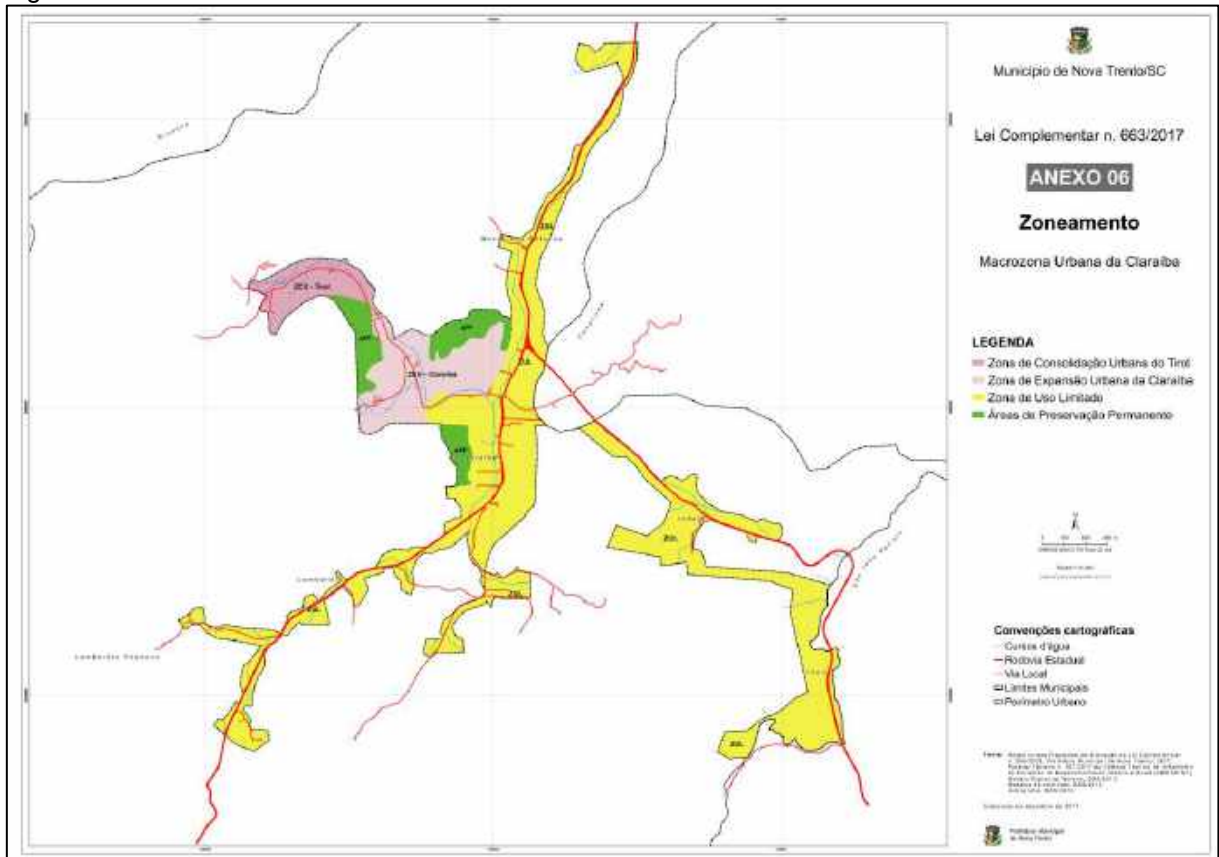
A Macrozona Urbana da Caraíba, delimita-se conforme Anexo 6 (Figura 60) desta lei e subdivide-se nas seguintes zonas:

Art. 32 [...]

I - Zona de Consolidação Urbana do Tirol (ZCUT);
II - Zona de Expansão Urbana da Caraíba (ZEUC);

III - Zona de Uso Limitado da Claraíba (ZUL-C);
 IV - Zona de Uso Limitado do Indaiá (ZUL-I).

Figura 60 - Anexo 6 da LC nº 266/2009 de Nova Trento-SC.



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Trento (2009)

A Zona de Consolidação Urbana do Tirol, segundo o Art. 34, apresenta uso predominantemente residencial, grande quantidade de áreas adequadas a ocupação urbana, densidade ocupacional média baixa, potencial para adensamento médio, apresenta insuficiência de equipamentos públicos e comunitários, além disso, a comunidade conserva traços da cultura de seus antepassados vindos do Tirol. Seus objetivos são preservar e revitalizar o patrimônio histórico, cultural e arquitetônico, visando explorá-los como atrativo turístico; incentivar atividades econômicas de baixo impacto; incentivar a ocupação urbana nas áreas ambientalmente favoráveis; promover a qualificação urbanística, com a implementação de infraestrutura e equipamentos públicos e comunitários e; reservar locais para instalação de equipamentos de saúde e lazer. Já os instrumentos aplicáveis nesta zona, de acordo com o Art. 36 são: Direito de Preferência; Transferência do Direito de Construir; Direito de Superfície e; Operações Urbanas Consorciadas.

A Zona de Expansão Urbana da Claraíba, caracteriza-se por usos predominantemente residencial, possui grande quantidade de áreas passíveis de ocupação, baixa densidade ocupacional, potencial para adensamento médio, insuficiência de equipamentos públicos e comunitários e possui geografia propícia para expansão urbana, como o descrito no Art. 38. Os objetivos desta macrozona são: incentivar a mistura do uso residencial, com usos comerciais e de serviços; abrigar o crescimento urbano da Claraíba; promover o adensamento da ocupação urbana, criando uma centralidade afastada do tráfego pesado; promover a qualificação urbanística e; reservar espaço para instalação de equipamentos de saúde e lazer. Sendo os instrumentos aplicáveis nesta zona, segundo o Art. 40, o Direito de Preferência, Direito de Superfície; Operações Urbanas Consorciadas e; Áreas de Especial Interesse Ambiental (AEIS).

A Zona de Uso Limitado da Claraíba, situa-se ao longo da SC-480 e SC-108, apresenta usos residencial, comercial, de serviços e institucional, o tráfego das rodovias apresenta risco de acidentes, baixo potencial para adensamento, possui densidade ocupacional média. Os objetivos específicos, segundo o Art. 43 são: controlar a ocupação urbana ao longo das Rodovias SC 410 e SC 108, buscando garantir a segurança da população local; realizar regularização fundiária urbana; preservar áreas ambientalmente frágeis; evitar a desestabilização de encostas. No Art. 44 encontramos os instrumentos passíveis de aplicação nesta zona, sendo eles: Transferência do Direito de Construir; Direito de Preferência; Direito de Superfície e; Regularização Fundiária.

Sendo a última zona pertencente a Macrozona Urbana da Claraíba, a Zona de Uso Limitado do Indaiá, qual situa-se na SC-108, concentra usos residencial, comercial, industrial, de serviços e institucional, o tráfego da rodovia causa transtornos para os moradores e risco de acidentes, baixo potencial para adensamento, densidade ocupacional média. Seus objetivos estão dispostos no Art. 47, são eles: controlar a ocupação urbana ao longo da Rodovia SC 108, buscando garantir a segurança da população local; realizar regularização fundiária urbana; preservar áreas ambientalmente frágeis; evitar a desestabilização de encostas. Os instrumentos passíveis para aplicação nesta zona apresentam-se no Art. 48, sendo eles: Transferência do Direito de Construir; Direito de Preferência; Direito de Superfície e; Regularização Fundiária.

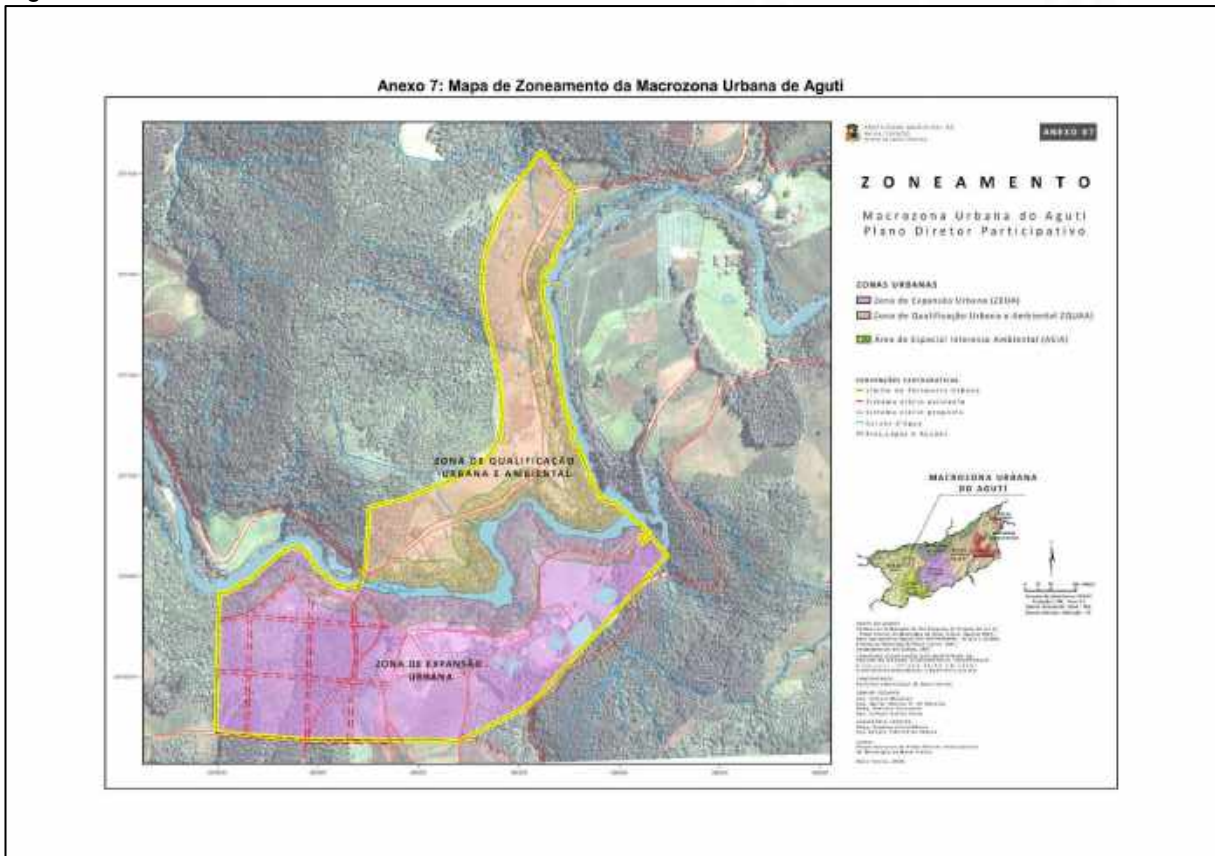
A Macrozona Urbana do Aguti, delimita-se conforme Anexo 7 desta lei e subdivide-se nas seguintes zonas:

Art. 54 [...]

I - Zona de Qualificação Urbana e Ambiental do Aguti (ZQUAA);

II - Zona de Expansão Urbana do Aguti (ZEUA).

Figura 61 – Anexo 7 da LC nº 266/2009 de Nova Trento -SC.



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Trento (2009)

A Zona de Qualificação Urbana e Ambiental do Aguti, situa-se ao norte da Macrozona Urbana do Aguti, concentra equipamentos públicos e institucionais, predomínio de usos mistos, ocupação muito próxima ou dentro de áreas ambientalmente inadequadas, áreas impróprias para ocupação, carência de infraestrutura de nas vias e calçadas, conflitos de usos por ocupações em ambos os lados da Estrada Geral. No Art. 57, constam os objetivos desta zona, sendo eles: melhorar as condições de urbanização e de segurança da população local; realizar regularização fundiária urbana; qualificar o sistema viário com pavimentação e padronização de ruas e calçadas; ampliar rede de iluminação pública; reservar espaço para instalação de equipamentos de saúde e lazer e; definir as áreas de preservação.

Segundo o Art. 58 poderão ser aplicados nesta zona: Transferência do Direito de Construir; Direito de Preferência; Direito de Superfície e; Áreas de Especial Interesse Ambiental.

Conforme o Art. 60, A Zona de Expansão Urbana do Aguti, situa-se na porção Sul da Macrozona Urbana do Aguti e seu território apresenta condições propícias para expansão urbana por possuir declividades adequadas e não ser cortado pela Estrada Geral. No Art. 61 são mencionados os objetivos desta zona, são eles: criar nova centralidade para a Macrozona Urbana do Aguti; implementar nova estrutura viária que facilite a integração desta Zona e diminua a atual dependência a Estrada Geral para o deslocamento dos moradores locais; incentivar a instalação de equipamentos públicos, comércios, indústrias, serviços e loteamentos. Podendo ser aplicados os seguintes instrumentos: Direito de Preferência; Direito de Superfície e; Áreas de Especial Interesse Ambiental.

A Macrozona Urbana de Nova Trento, delimita-se conforme Anexo 5 (Figura 62) desta lei e subdivide-se nas seguintes zonas:

Art. 64 [...]

- I - Zona Urbana Central (ZUC);
- II - Zona Urbana de Consolidação (ZUCON);
- III - Zona de Ocupação Restrita (ZOR);
- IV - Zona Industrial (ZI);
- V - Zona da Via Perimetral Norte (ZVP);
- VI - Zona da Via Perimetral Sul (ZVP);
- VII - Zona de Qualificação Urbanística - Tipo I (ZQU-I);
- VIII - Zona de Qualificação Urbanística - Tipo II (ZQU-II);
- IX - Zona de Especial Interesse Cultural (ZEIC) - Vígolo.

- VIII - Consórcio Imobiliário;
- IX - Operações Urbanas Consorciadas;
- X - Áreas de Especial Interesse Ambiental (AEIS).

A Zona Urbana de Consolidação, de acordo com Art. 70 compreende o bairro Trinta Réis e entorno, apresenta maior índice de crescimento da Sede, localiza-se próximo a Zona Urbana Central, crescimento nas atividades comerciais e de serviços, subdimensionamento no tráfego na Rua Independência, existência de parcelamentos irregulares, sistema viário composto, em geral, por ruas estreitas, sem calçadas para pedestres, sem pavimentação e iluminação pública insuficiente e inexistência de áreas verdes públicas. Seus objetivos são apresentados no Art. 71, sendo eles: ordenar a ocupação residencial e os usos comercial e de serviços; implantar a Avenida Beira Rio Sul ao longo do Rio do Braço; implantar parte da via de acesso alternativo (Via Arterial Projetada do Vígolo), ligando à Avenida Beira Rio Sul; evitar a ocupação das áreas de interesse ambiental legal; implantar áreas verdes públicas; reservar espaço para instalação de equipamentos de saúde e lazer; ampliar a iluminação pública; qualificar o sistema viário existente; promover a regularização fundiária e urbanística dos parcelamentos irregulares; incentivar a integração das atividades realizadas nesta Zona com a Zona Urbana Central. Os instrumentos aplicáveis nesta área, segundo o Art. 72, são:

Art. 72 [...]

- I - Transferência do Direito de Construir;
- II - Outorga Onerosa do Direito de Construir;
- III - Direito de Preferência;
- IV - Direito de Superfície;
- V - Operações Urbanas Consorciadas;
- VI - Parcelamento Compulsório;
- VII - Edificação Compulsória;
- VIII - Utilização Compulsória;
- IX - IPTU Progressivo no Tempo, Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;
- X - Consórcio Imobiliário;
- XI - Áreas de Especial Interesse Ambiental (AEIS).

Segundo o Art. 74 a Zona de Ocupação Restrita, possui área com restrições para ocupação devido seu relevo acidentado, as ocupações são predominantemente residenciais, a via principal concentra grande fluxo de veículos, o sistema viário e composto por vias estreitas, sem calçadas e nem pavimentação, iluminação pública insuficiente, além da inexistência de áreas verdes públicas. Seus objetivos estão

dispostos no Art. 75, são: preservar a baixa densidade de ocupação; promover o alargamento da via principal e; padronizar e alinhar as calçadas. Nesta zona poderão ser utilizados os seguintes instrumentos de acordo com o Art. 76: Direito de Preferência; Transferência do Direito de Construir; Outorga Onerosa do Direito de Construir; Direito de Superfície e; Operações Urbanas Consorciadas.

O Art. 78, dispõe a respeito da Zona Industrial, que se localiza próximo da SC-411, possui facilidade de acesso e boas condições em seu relevo. Seus propósitos são apresentados no Art. 79, são eles: promover incentivos para instalação de indústrias; elaborar Plano de Qualificação da Zona Industrial no prazo de 18 meses, que preveja implantação de novas vias, melhorias na rede de energia elétrica e telefonia, fornecimento de rede d e água e esgoto; implementar infraestrutura contida no Plano no prazo de 5 anos. Já os instrumentos aplicáveis nesta zona estão contidos no Art. 80, sendo: Outorga Onerosa do Direito de Construir; Direito de Superfície e; Operações Urbanas Consorciadas.

A Zona da Via Perimetral Norte, apresenta-se caracterizada segundo o Art. 82, sendo uma faixa de terra de cem metros de largura ao longo da Rua Nicolau Nicolodi, entre a Zona de Ocupação Restrita e a Área Especial de Interesse Religioso Santa Paulina, também apresenta ligação viária em condições insuficientes para a atual demanda de tráfego. Seus intuitos são mencionados no Art. 83, sendo: construir uma via do tipo arterial que sirva como alternativa viária para o acesso à Nova Trento; restringir o uso residencial, e incentivar o uso comercial e de serviços específicos para acolhimento aos turistas; proibir a instalação de atividades e usos incompatíveis com a ambiência religiosa e cultural do Santuário. São instrumentos aplicáveis constantes no Art. 84: Direito de Preferência; Transferência do Direito de Construir; Direito de Superfície e; Operações Urbanas Consorciadas.

O Art. 86 dispõe a respeito da Zona da Via Perimetral Sul, que consiste em uma faixa de terra de largura variável, entre 150 e 400 metros, ao longo das ruas Ivo Ceccato e Felipe Schmidt e sua ligação viária apresenta condições insuficientes para a atual demanda de tráfego. Os objetivos desta zona são: viabilizar uma alternativa viária de ligação entre a Zona Urbana de Consolidação e a Zona Industrial, facilitando o acesso à SC 411 e a outras cidades do Vale do Tijucas; incentivar os usos comercial e de serviços e; tolerar o uso por indústrias leves e o uso misto residencial. De acordo com o disposto no Art.88, os instrumentos aplicáveis nesta zona são: Transferência do Direito de Construir; Direito de Superfície e; Operações Urbanas Consorciadas.

A Zona de Qualificação Urbanística - Tipo I, apresenta-se caracterizada no Art. 90, com existência de ocupação em áreas de fundo de vale, apresenta carência no sistema viário, áreas com declividades acentuadas, sistema viário composto por ruas estreitas, sem calçadas, sem pavimentação e insuficiência de iluminação pública, sistema viário estrutura em forma de espinha de peixe, além da inexistência de áreas verdes públicas. Seus objetivos estão contidos no Art. 91, sendo eles: melhorar as condições urbanas, através da pavimentação de ruas, implantação de calçadas, de iluminação pública, e de áreas verdes públicas; promover a regularização fundiária e urbanística dos parcelamentos irregulares; fazer cadastro das edificações localizadas em áreas de preservação; coibir a ocupação das faixas de preservação dos cursos d'água; evitar a ocupação em áreas de declividade acentuada; promover a integração das atividades realizadas nesta Zona com as da Zona Urbana Central; p promover a mobilidade e acessibilidade de veículos e pedestres; alargar a Rua João Bayer Filho/Felipe Schmidt, principalmente, entre a Rua Alferes e a Ponte Ângelo Cipriani; melhorar as condições urbanísticas da Rua Tijucas: melhorar o traçado, pavimentação, calçadas, iluminação; arborização. Os instrumentos que poderão ser aplicados nesta zona em conformidade com o Art. 92 são: Transferência do Direito de Construir; Outorga Onerosa do Direito de Construir; Direito de Superfície; Operações Urbanas Consorciadas e; AEIS.

A Zona de Qualificação Urbanística - Tipo II, tem como característica ser uma área residencial tradicional, com relevo propício para ocupação residencial, localiza-se próximo a SC 411, existência de áreas suscetíveis a alagamento, sistema viário estruturado e também áreas com atividades agropecuárias. Os objetivos dessa na zona estão dispostos no Art. 95, sendo eles: melhorar as condições urbanas através de pavimentação das ruas, da implantação de calçadas, iluminação pública e áreas verdes públicas; promover a regularização fundiária e urbanística dos parcelamentos irregulares; coibir a ocupação em áreas de preservação dos cursos d'água; valorização do seu patrimônio histórico; preservar as propriedades que têm atividades e rendimentos agropecuários. Sendo os instrumentos passíveis de aplicação na zona: Outorga Onerosa do Direito de Construir; Transferência do Direito de Construir; Direito de Superfície; Operações Urbanas Consorciadas e; AEIS.

A Zona de Especial Interesse Cultural – Vígolo, situa-se na porção noroeste da Sede, no sentido Sul-Norte ao longo do Ribeirão do Alferes e das ruas Madre Paulina, Militão Costa Filho e Pedro Piffer, contém a Área de Especial Interesse Religioso de

Santa Paulina, apresenta a existência de vinícolas, restaurantes e residências, é uma região de grande importância cultural, o trânsito de veículos e pedestres é problemático devido a apresentar calçadas e ruas estreitas e pouco iluminadas, além, de pouco espaços disponíveis para ocupações em decorrência de condições ambientais. Seus propósitos são: valorizar e preservar a ambiência do tradicional bairro de Nova Trento que dá acesso ao Complexo Religioso do Santuário da Santa Paulina; ordenar as construções que abrigam lojas e quiosques de venda de artigos religiosos; incentivar a instalação de hotéis e pousadas; valorizar os espaços públicos e preservar o patrimônio histórico, arquitetônico, religioso, cultural e natural; ampliar a rede de iluminação pública e; alargar as calçadas da Rua Madre Paulina facilitando os deslocamentos de pedestres, visitantes e moradores locais. Os instrumentos que poderão ser aplicados nesta zona estão dispostos no Art. 100 sendo eles: Direito de Preferência; Parcelamento Compulsório; Edificação Compulsória; Utilização Compulsória; IPTU Progressivo no Tempo, Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; Consórcio Imobiliário; Transferência do Direito de Construir; Direito de Superfície e; Operações Urbanas Consorciadas.

As Áreas de Especial Interesse, delimitam-se nos Anexos 5, 6 e 7, nos mapas de Macrozona Urbana de Nova Trento, Macrozona Urbana da Claraíba e Macrozona do Aguti e subdivide-se nas seguintes áreas:

Art. 102 [...]

- I - Áreas de Especial Interesse Social (AEIS);
- II - Áreas de Especial Interesse Ambiental (AEIA);
- III - Áreas de Especial Interesse de Comércio, Serviços e Indústria Leve (AEICSL);
- IV - Área de Especial Interesse Religioso de Santa Paulina (AEIR);
- V - Áreas de Especial Interesse Institucional (AEII);
- VI - Áreas de Especial Interesse Ambiental e Turístico (AEAT);
- VII - Áreas de Especial Interesse de Regularização Fundiária (AERF).

As Áreas de Especial Interesse Social são ocupadas por população de baixa renda com uso predominantemente residencial e comunitário, existência de vazios urbanos em áreas próprias para ocupação urbana. Seus objetivos estão mencionados no Art. 105 são eles: reservar áreas e criar estoque de terras para a implementação de programas de habitação direcionada à população de baixa renda; facilitar o acesso à terra para a população de baixa renda; fixar a mão-de-obra em áreas próximas ao local de trabalho; promover a qualificação das áreas e, dotando-as com infraestrutura viária e urbana, serviço de atendimento público, equipamentos de lazer e comunitários

e acesso à área central da cidade. Já os instrumentos que poderão ser aplicados são: Direito de Preferência; Direito de Superfície; Parcelamento Compulsório; Edificação Compulsória; Utilização Compulsória; IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação com Pagamento em Títulos; Consórcio Imobiliário; Operações Urbanas Consorciadas e; Usucapião Especial de Imóvel Urbano.

As Áreas de Especial Interesse Ambiental, possuem cunho de preservação e manutenção do meio ambiente, os objetivos, características e instrumentos aplicados nestas áreas estão dispostos entre os Art. 108 a 125 da LC nº 266/2009. Tais áreas são classificadas em:

Art. 108 [...]

- I - Áreas de Preservação Permanente (APP);
- II - Área de Uso Limitado (AUL);
- III - Áreas de Preservação de Mananciais (APM);
- IV - Área de Preservação Permanente do Vígolo;
- V - Área de Preservação Permanente da Velha;
- VI - Sistema de Áreas Verdes Urbanas (SAVU).

Em geral, as Áreas de Especial Interesse Ambiental, apresentam-se em locais ambientalmente sensíveis a riscos, também presam pela manutenção da vegetação, cursos d'água, encostas e demais, limitando ou coibindo edificações nestes locais, além de determinar tipologias ocupacionais específicas, bem como a definição de quais instrumentos urbanísticos poderão ser aplicados.

A Área de Especial Interesse de Comércio, Serviços e Indústria Leve, apresenta-se definida entre os Art. 126 a 128, situa-se entorno da SC-411, são estabelecimentos e comércio, de serviços e industriais, apresentando tráfego intenso de veículos. Seus intuitos são aproveitar o potencial da área para consolidar os usos de comércio, indústria e de serviços e será tolerado o uso residencial, com exceção da primeira construção mais próxima da SC-411, que não poderá ser para esta finalidade. Os instrumentos que poderão ser aplicados nesta área são: Outorga Onerosa do Direito de Construir; Direito de Superfície e; Operações Urbanas Consorciadas.

A Área de Especial Interesse Religioso de Santa Paulina, caracteriza-se por interesse cultural e abriga o Complexo Religioso do Santuário da Santa Paulina. Seus objetivos são apresentados no Art.130, sendo: valorizar e preservar a ambiência do Complexo Religioso do Santuário da Santa Paulina; ordenar as construções que abrigam lojas e quiosques de venda de artigos religiosos; alargar as calçadas da Rua

Madre Paulina facilitando os deslocamentos de pedestres, visitantes e moradores locais. Os Instrumentos urbanísticos aplicáveis nesta área são: Outorga Onerosa do Direito de Construir; Direito de Preferência; Transferência do Direito de Construir; Direito de Superfície e; Operações Urbanas Consorciadas.

As Áreas de Especial Interesse Institucional, são destinadas para: instalação de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), ampliação do cemitério municipal e disposição de resíduos sólidos urbanos. Seus propósitos são: garantir a reserva de terras para a implantação das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE); garantir áreas públicas para a ampliação do Cemitério Municipal e para a construção do aterro sanitário para a disposição final dos resíduos sólidos urbanos e; garantir a facilidade de acesso da população a equipamentos urbanos e comunitários. Sendo os instrumentos passíveis de aplicação: Direito de Preferência; Direito de Superfície; Operações Urbanas Consorciadas e; Transferência do Direito de Construir.

Áreas de Especial Interesse Ambiental e Turístico, são constituídas por frações inseridas na Zona de Preservação Ambiental dos Morros da Onça e da Cruz, ocupadas ou com potencial para ocupação ao longo da via de acesso ao Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, o qual é dividida em duas tipologias, sendo a Área de Especial Interesse Ambiental e Turístico - Tipo 1 (AEAT-1) e a Área de Especial Interesse Ambiental e Turístico - Tipo 2 (AEAT-2).

A Área de Especial Interesse Ambiental e Turístico - Tipo 1 (AEAT-1), localiza-se na porção baixa do Morro da Cruz, possui relevo montanhoso, contendo algumas porções de baixa e média, com áreas atualmente não ocupadas, com vegetação nativa, além de alta suscetibilidade a deslizamento, ocupação esparsa com residências, comércios e serviços de suporte ao turismo, usos agrícolas e atrativos turísticos. São os objetivos desta área: regularizar as ocupações existentes; estimular e ordenar o adequado incremento do turismo ambiental e religioso; coibir usos e atividades potencialmente prejudiciais ao patrimônio natural e histórico existente; preservar as características ambientais do Morro da Cruz e; condicionar a permissão para instalação de empreendimentos turísticos à apresentação de estudos ambientais e ao licenciamento ambiental. Sendo os parâmetros urbanísticos desta área apresentada no Anexo 1 da LC nº 266/2009.

Já a Área de Especial Interesse Ambiental e Turístico - Tipo 2 (AEAT-2), situa-se na porção alta do Morro da Cruz, possui relevo montanhoso, vegetação nativa, além de alta suscetibilidade a deslizamento, nela são encontradas estações de oração

(Via Crucis) com a existência do Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro, no alto do Morro da Cruz dotado de um mirante de 525 metros de altitude. Sendo os objetivos desta área: estimular e ordenar o adequado incremento do turismo ambiental e religioso; coibir usos e atividades potencialmente prejudiciais ao patrimônio natural e histórico existente; preservar as características ambientais do Morro da Cruz e; preservar os bens imateriais e materiais existentes no conjunto edificado do Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro. Seus parâmetros urbanísticos estão dispostos no Anexo 1 da LC nº 266/2009.

Áreas de Especial Interesse de Regularização Fundiária, são áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente – APP, caracterizadas nos termos da Lei federal 12.651/2012. Seus objetivos são a identificação das ocupações irregulares existentes nessas áreas passíveis de regularização e realização do respectivo diagnóstico socioambiental, bem como a regularização de vias e equipamentos públicos inseridos em APP.

O solo de Nova Trento fica classificado em usos residencial, não-residencial e misto. Considera-se uso residencial aquele destinado à moradias unifamiliares e multifamiliares, já o uso não-residencial destinado à atividades institucionais, industriais, comerciais e de prestação de serviços e finalmente o uso misto que se constitui por mais de um tipo de uso no mesmo lote. O Art. 137, cita que todos os usos são passíveis de instalação nas Macrozonas Urbanas e Rurais desde que atendam as seguintes delimitações:

Art. 137 [...]

- I - dos objetivos específicos de cada Zona e Área de Especial Interesse constantes no Capítulo II do Título III da presente Lei;
- II - das disposições sobre os trechos do sistema viário, na forma da presente Lei;
- III - dos níveis de incomodidade regulados na Seção III deste Capítulo, na Tabela de Níveis de Incomodidade constante no Anexo 2 e nos Mapas de Zoneamento dos Anexos 5, 6 e 7, ambos da presente Lei.

Os usos também deverão atender requisitos de instalação, definidos em função de incomodidades, interferência no tráfego, impacto de vizinhança. Sendo que as normas que regularão a avaliação do grau de impacto ambiental dos usos e atividades deverão ser reguladas na legislação ambiental do município.

Os parâmetros urbanísticos reguladores do solo utilizados no município são: coeficientes de aproveitamento mínimo, básico e máximo; taxa de ocupação máxima; taxa de permeabilidade; afastamentos; número máximo de pavimentos; tamanho mínimo do lote e; testada mínima do lote. A forma de aplicação destes parâmetros urbanísticos encontra-se detalhada no Anexo 1 desta lei, o qual apresenta-se nas Figura 63 a Figura 65. Além do mais, o § 1º do Art. 148 cita como regra geral, que o pavimento térreo das edificações deverá ser contado no número de pavimentos.

Nota-se que os parâmetros das zonas inseridas na Macrozona Urbana de Nova Trento (Figura 63 e Figura 64), visam a baixa ocupação, pois, suas taxas ocupacionais predominantes são de 50%, as taxas ocupacionais mais altas apresentadas na ZUC e ZUCON, sendo em ambas de 85%. O gabarito máximo desta macrozona é de 8 pavimentos, havendo grande número de zonas e áreas, onde o gabarito máximo é de apenas 2 pavimentos. Os coeficientes de aproveitamento das zonas e áreas são definidos em mínimo, básico e máximo e determinados conforme a classificação dos usos. Os afastamentos frontais e laterais são geralmente definidos de acordo com a utilização da edificação ou características da região de sua inserção.

Figura 63 – Tabelas do Anexo 1 da LC nº 266/2009 de Nova Trento -SC.

Anexo 1: Tabela de Parâmetros Urbanísticos para a Ocupação do Solo
Macrozona Urbana de Nova Trento

Zona	Uso	Número ¹⁶ máximo de pavimentos	Coeficiente de aproveitamento			Taxa de Ocupação Máxima	Taxa de Permeabilidade	Afastamento Mínimo		Tamanho mínimo do lote (m²)	Testada mínima (m)
			Mínimo	Básico	Máximo			Frontal	Lateral / Fundos		
Zona Urbana Central (ZUC)	Residencial	09 ¹⁶	0,2 ¹⁷	1,0 ¹⁸	4,0 ¹⁹	85%	10%	3,50 ²⁰	1,5 + h/18 ²¹	360,00	12,00
	Não residencial		0,2 ¹⁷	1,0 ¹⁸	4,0 ¹⁹						
	Misto		0,2 ¹⁷	1,0 ¹⁸	4,0 ¹⁹						
Zona Urbana de Consolidação (ZUCON)	Residencial	08 ¹⁶	0,2 ¹⁷	1,0 ¹⁸	3,0 ¹⁹	85%	15%	3,50 ²⁰	1,5 + h/18 ²¹	360,00	12,00
	Não residencial		0,2 ¹⁷	1,0 ¹⁸	3,0 ¹⁹						
	Misto		0,2 ¹⁷	1,0 ¹⁸	3,0 ¹⁹						
Zona de Ocupação Restrita (ZOR)	Residencial	03 ¹⁶	0,01 ¹⁷	0,8 ¹⁸	2,0 ¹⁹	60%	10%	3,50 ²⁰	1,5 + h/18 ²¹	450,00	12,00
	Não residencial		0,01 ¹⁷	0,8 ¹⁸	2,0 ¹⁹						
	Misto		0,01 ¹⁷	0,8 ¹⁸	2,0 ¹⁹						
Zona de Via Perimetral Norte (ZVP) ²²	Residencial ²³	02	0,01	0,8	0,8	50%	30%	6,00	1,5 ²¹	900,00	25,00
	Não residencial		0,01	0,8	1,0						
	Misto		0,01	0,8	1,0						
Zona de Via Perimetral Sul (ZVP)	Residencial	02	0,01	1,0	1,0	50%	30%	4,00	1,5 ²¹	360,00	12,00
	Não residencial		0,01	1,0	1,0						
	Misto		0,01	1,0	1,0						
Zona de Especial Interesse Cultural – Vigolo (ZEIC)	Residencial	02	0,2	1,0	1,0	50%	30%	6,00	1,5 ²¹	360,00	12,00
	Não residencial		0,2	1,0	1,0						
	Misto		0,2	1,0	1,0						
Zona Industrial (ZI)	Não residencial	02	0,01	1,0	2,0	60%	30%	6,00	1,5 ²¹	600,00	20,00
Zona de Qualificação Urbanística – Tipo I (ZQU-I)	Residencial	06 ¹⁶	0,01 ¹⁷	1,0 ¹⁸	3,0 ¹⁹	60%	10%	3,50 ²⁰	1,5 + h/18 ²¹	360,00	12,00
	Não residencial		0,01 ¹⁷	1,0 ¹⁸	3,0 ¹⁹						
	Misto		0,01 ¹⁷	1,0 ¹⁸	3,0 ¹⁹						
Zona de Qualificação Urbanística – Tipo II (ZQU-II)	Residencial	06 ¹⁶	0,01 ¹⁷	1,0 ¹⁸	3,0 ¹⁹	60%	10%	3,50 ²⁰	1,5 + h/18 ²¹	360,00	12,00
	Não residencial		0,01 ¹⁷	1,0 ¹⁸	3,0 ¹⁹						
	Misto		0,01 ¹⁷	1,0 ¹⁸	3,0 ¹⁹						

¹⁶ Como regra geral, o pavimento térreo será considerado na contagem do número de pavimentos da edificação.

¹⁷ Evitar a ocupação exclusivamente residencial e proibir atividades e usos incompatíveis com a ambiência cultural e religiosa do Santuário.

¹⁸ No caso de edificações térreas e no pavimento térreo dos edifícios, a construção poderá encostar junto a uma das divisas laterais e/ou dos fundos, desde que a parede não contenha aberturas.

¹⁹ Não será considerado como área computável, para efeito de cálculo do coeficiente de aproveitamento, as áreas de garagem e suas circulações, o barrilete, a casa de máquinas e os terraços descobertos.

²⁰ O recuo frontal passará para 5,00m quando utilizado como estacionamento.

²¹ Os dois primeiros pavimentos poderão ser construídos sem recuos laterais e de fundos, quando sem aberturas.

²² Não será considerado no cálculo do número de pavimentos o sub-solo, quando este tiver sua cota maior ou igual a 1,50m do logradouro público.

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Trento (2009)

Figura 64 – Tabelas do Anexo 1 da LC nº 266/2009 de Nova Trento -SC.

Anexo 1: Tabela de Parâmetros Urbanísticos para a Ocupação do Solo

Macrozona Urbana de Nova Trento

Áreas de Especial Interesse	Uso	Número ¹⁰ máximo de pavimentos	Coeficiente de aproveitamento			Taxa de Ocupação Máxima	Taxa de Permeabilidade	Afastamento Mínimo		Tamanho mínimo do lote (m ²)	Testada mínima (m)
			Mínimo	Básico	Máximo			Frontal	Lateral ¹¹ /Fundos		
Área de Uso Limitado (de São Luiz) (AUL)	Residencial	02	0,01	0,8	0,8	50%	30%	4,00	1,5	380,00	12,00
	Não residencial		0,01	0,8	0,8			6,00			
	Misto		0,01	0,8	0,8			6,00			
Área de Especial Interesse Social (AEIS)	Residencial	02	0,2	1,0	1,0	50%	15%	4,00	1,5	200,00	10,00
	Não residencial		0,2	0,8	1,0			4,00			
	Misto		0,2	1,0	1,0			4,00			
Área de Especial Interesse de Comércio, Serviços e Indústria Leve (AEIC/SIL)	Não residencial ¹²	03	0,01	0,8	1,0	45%	30%	6,00	1,5	450,00	15,00
Área de Especial Interesse Religioso da Santa Paulina (AEIR) ¹³	Residencial ¹⁴	02	0,01	0,8	0,8	50%	30%	5,00 ¹⁵	1,5	380,00	12,00
	Não residencial		0,01	0,8	1,0			6,00			
	Misto		0,01	0,8	1,0			6,00			

¹⁰ Como regra geral, o pavimento térreo será considerado na contagem do número de pavimentos da edificação.

¹¹ Evitar a ocupação exclusivamente residencial e proibir atividades e usos incompatíveis com a ambiência cultural e religiosa do Santuário.

¹² No caso de edificações térreas e no pavimento térreo, a construção poderá encostar junto a uma das divisas laterais e/ou dos fundos, desde que a parede não contenha aberturas.

¹³ Será tolerado o uso misto com o uso residencial unifamiliar, somente quando o pavimento superior do imóvel servir como residência, sendo permitido a instalação de apenas uma residência unifamiliar por propriedade.

¹⁴ Levam em consideração o desenho da perfil da Via Coletores da Área de Especial Interesse Religioso da Santa Paulina, em anexo, que determina que seja deixada uma distância de 13,50 (treze metros e cinquenta centímetros) do eixo da Rua Madre Paulina para iniciar a edificação.

¹⁵ Nas demais vias o afastamento frontal do uso residencial é igual a 4,00 metros.

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Trento (2009)

Já nas macrozonas referentes aos distritos (Macrozona Urbana da Claraíba e Macrozona Urbana do Aguti), os parâmetros urbanísticos exibem gabaritos máximos de 2 pavimentos, representando baixo perfil edilício, a T.O. máxima encontrada é de 50%, também é predominante a classificação dos coeficientes por detrimento dos usos, todas as zonas apresentam recuos laterais e de fundos com 1,5 metro e os recuos frontais de modo geral seguem em função de seus usos ou características do local que se inserem. Nota-se que os parâmetros utilizados nas macrozonas dos distritos, tendem a preservar a paisagem urbana de baixo adensamento, bem como visam a estruturação de tais localidades, adequando-se ao porte pré-existente das mesmas.

Figura 65 – Tabelas do Anexo 1 da LC nº 266/2009 de Nova Trento -SC.

Anexo 1: Tabela de Parâmetros Urbanísticos para a Ocupação do Solo

Macrozona Urbana da Claraíba											
Zona	Uso	Número ¹⁰ máximo de pavimentos	Coeficiente de aproveitamento			Taxa de Ocupação Máxima	Taxa de Permeabilidade	Afastamento Mínimo		Tamanho mínimo do lote (m ²)	Testada mínima (m)
			Mínimo	Básico	Máximo			Frontal	Lateral ¹¹ / Fundos		
Zona de Uso Limitado da Claraíba (ZUL)	Residencial	02	0,01	0,3	0,3	40%	40%	5,00	1,5	400,00	12,00
	Não residencial		0,01	0,4	0,4			5,00			
	Misto		0,01	0,4	0,4			5,00			
Zona Industrial da Claraíba (ZIC)	Não residencial ¹¹	02	0,01	0,6	1,0	50%	20%	5,00	1,5	600,00	20,00
Zona Industrial Futura (ZIF)	Não residencial ¹¹	02	0,01	0,6	1,0	50%	30%	5,00	1,5	900,00	30,00
Zona de Expansão Urbana da Claraíba (ZEUC)	Residencial	02	0,01	1,0	1,0	50%	30%	4,00	1,5	360,00	12,00
	Não residencial		0,01	1,0	1,0			5,00			
	Misto		0,01	1,0	1,0			5,00			
Zona de Consolidação Urbana do Tiniá (ZCUT)	Residencial	02	0,01	1,0	1,0	50%	30%	4,00	1,5	360,00	12,00
	Não residencial		0,01	1,0	1,0			5,00			
	Misto		0,01	1,0	1,0			5,00			

Macrozona Urbana do Aguti											
Zona	Uso	Número ¹⁰ máximo de pavimentos	Coeficiente de aproveitamento			Taxa de Ocupação Máxima	Taxa de Permeabilidade	Afastamento Mínimo		Tamanho mínimo do lote (m ²)	Testada mínima (m)
			Mínimo	Básico	Máximo			Frontal	Lateral ¹¹ / Fundos		
Zona de Qualificação Urbana e Ambiental do Aguti (ZQUAA)	Residencial	02	0,01	0,6	0,6	40%	30%	5,00	1,5	500,00	15,00
	Não residencial		0,01	0,6	0,6			5,00			
	Misto		0,01	0,6	0,6			5,00			
Zona de Expansão Urbana do Aguti (ZEUA)	Residencial	02	0,01	1,0	1,0	50%	20%	5,00	1,5	360,00	12,00
	Não residencial		0,01	1,0	1,0			5,00			
	Misto		0,01	1,0	1,0			5,00			

¹⁰ Como regra geral, o pavimento térreo será considerado na contagem do número de pavimentos da edificação.

¹¹ No caso de edificações térreas e no pavimento térreo, a construção poderá encaixar junto a uma das divisas laterais e/ou dos fundos, desde que a parede não contenha aberturas.

¹² Será tolerado o uso misto industrial e residencial unifamiliar, somente quando o pavimento superior do imóvel servir como residência, sendo permitido a instalação de apenas uma residência unifamiliar por propriedade.

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Trento (2009)

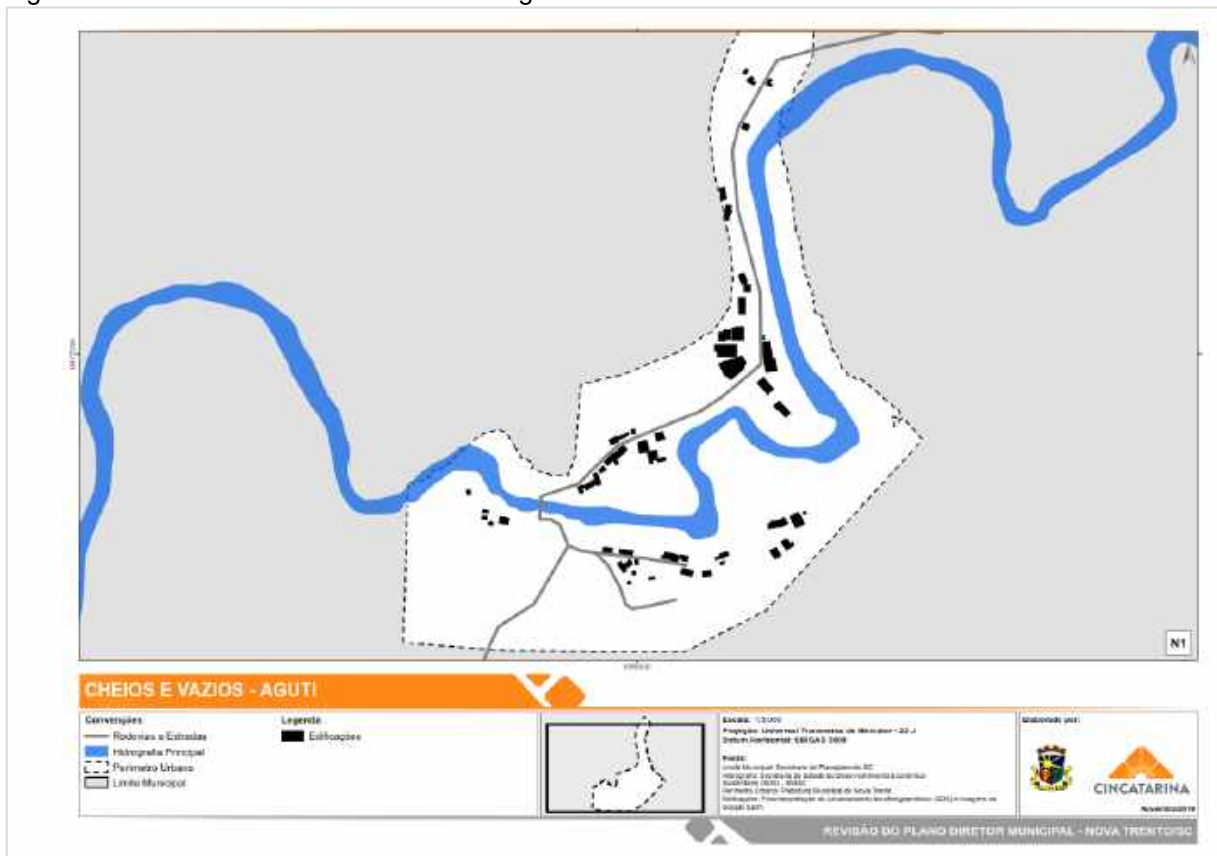
Nesta legislação estão incorporados os instrumentos do Estatuto das Cidades e suas diretrizes de utilização, bem como as normas de parcelamento do solo urbano. Deve-se observar que desde a implantação do atual plano diretor houveram, alterações pontuais no corpo de seu texto, bem como em seus anexos, os quais se ajustaram as necessidades averiguadas no decorrer do tempo.

3.2.3 Cheios e vazios

Utilizamos a relação de densidades para observar como se organizam os espaços e edificações da cidade, com isso, analisamos as áreas de concentração urbana, bem como, os vazios e espraamentos ocupacionais. Os cheios e vazios de Nova Trento serão analisados nos perímetros urbanos da Sede e os distritos de Aguti e Claraíba.

No Distrito de Aguti (Figura 66), as ocupações apresentam baixa densidade ocupacional, e ocorrem entorno da estrada geral do Distrito de Aguti e do Rio Alto Braço, possuindo características semi-rurais.

Figura 66 - Cheios e vazios do Distrito do Aguti.

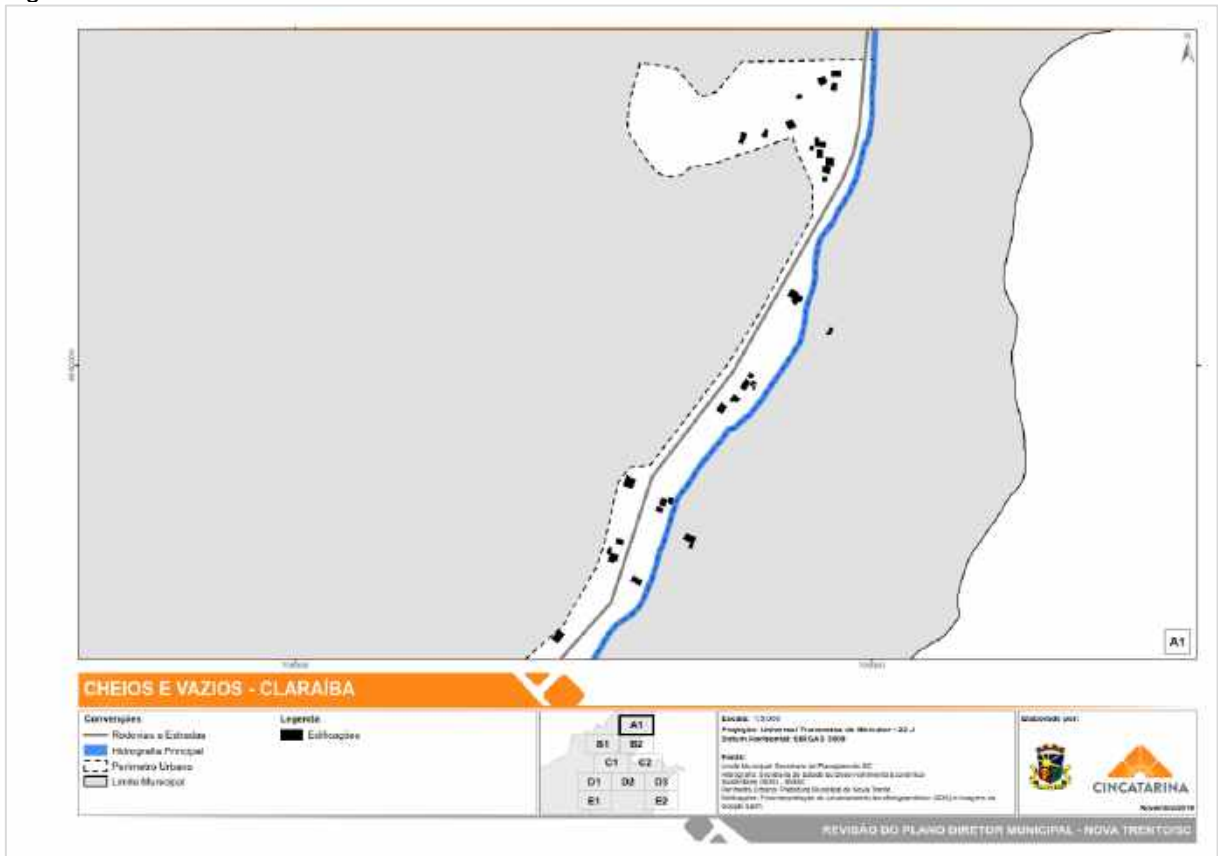


Fonte: CINCATARINA (2019)

Ao norte do Distrito de Claraíba (Figura 67 a Figura 76), as ocupações são de baixa densidade ocupacional e ocorrem de forma espalhada entorno da SC-108. Seguindo pela mesma rodovia e vias adjacentes, porém, ao sudeste, as ocupações também ocorrem de forma alastrada e com baixa densidade ocupacional, havendo pontos com ocupações industriais. No oeste, as ocupações são predominantemente residenciais, com baixa densidade ocupacional e ocorrem entorno da Estrada Tirol.

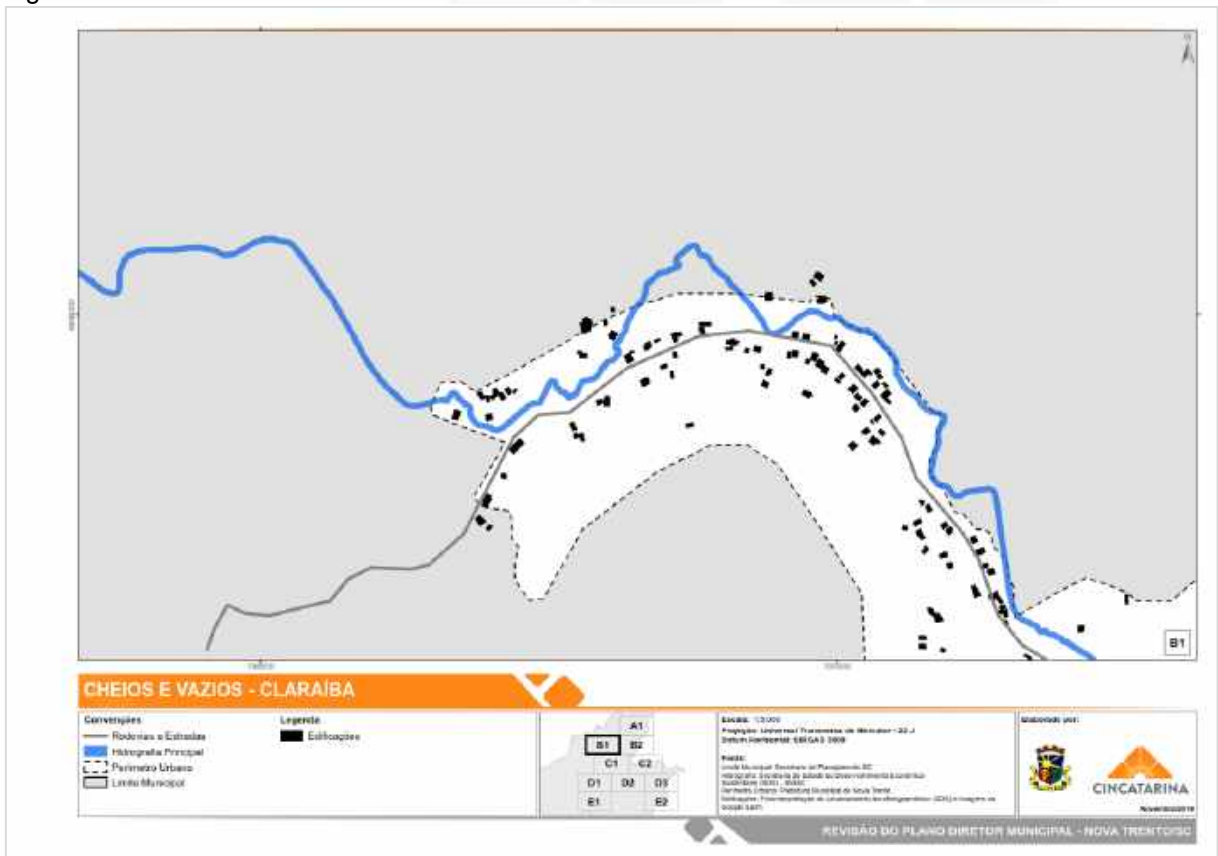
Ao sudoeste, as ocupações se intensificam, encontrando densidades médias, com mesclas de ocupações residenciais, industriais, comerciais e de serviços. Mesmo com densidade ocupacional maior que as regiões anteriormente citados, os núcleos ocupacionais apresentam distanciamentos entre si. Já a região central do Distrito de Claraíba, configura-se por uma densidade ocupacional média, com tipologias ocupacionais mescladas, pois, ali também se encontra o cruzamento da via que vai para o centro da Sede com a SC-108 em sentido ao município de São João Batista.

Figura 67 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.



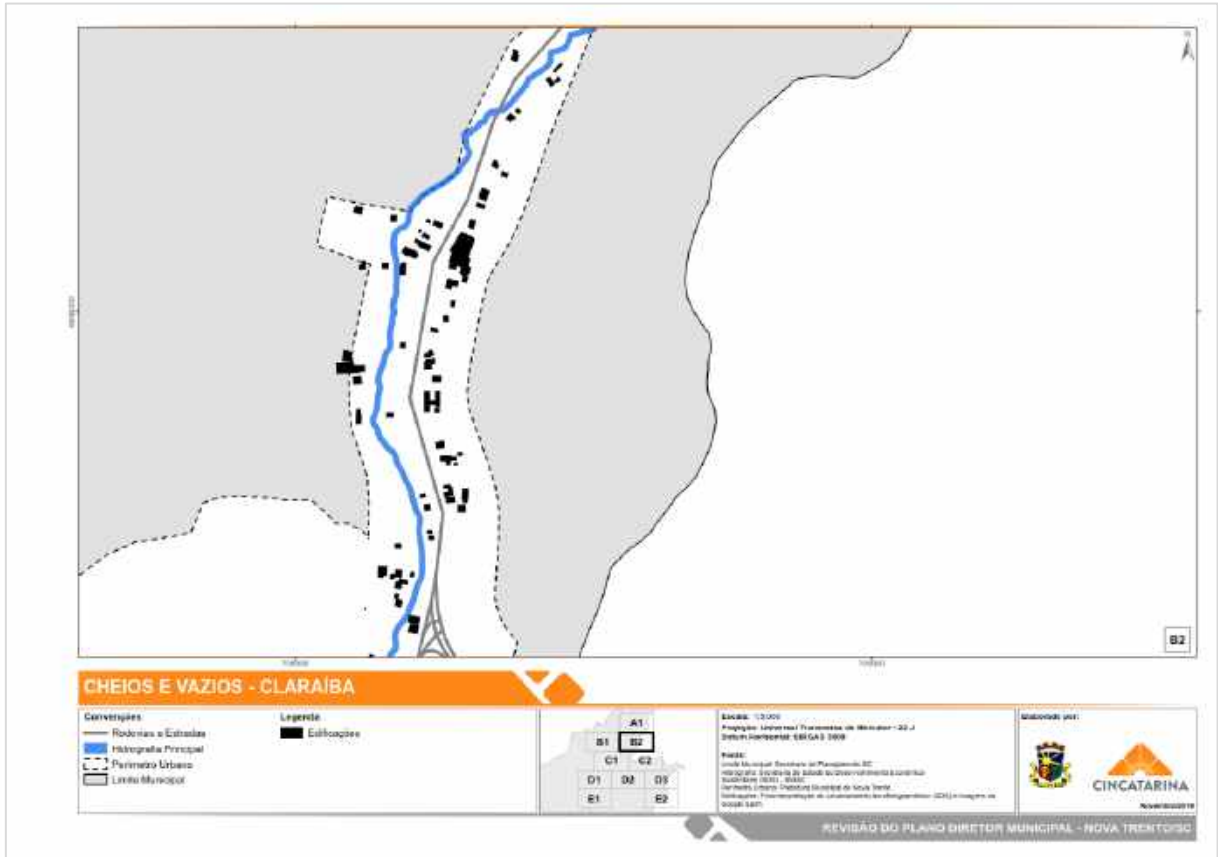
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 68 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.



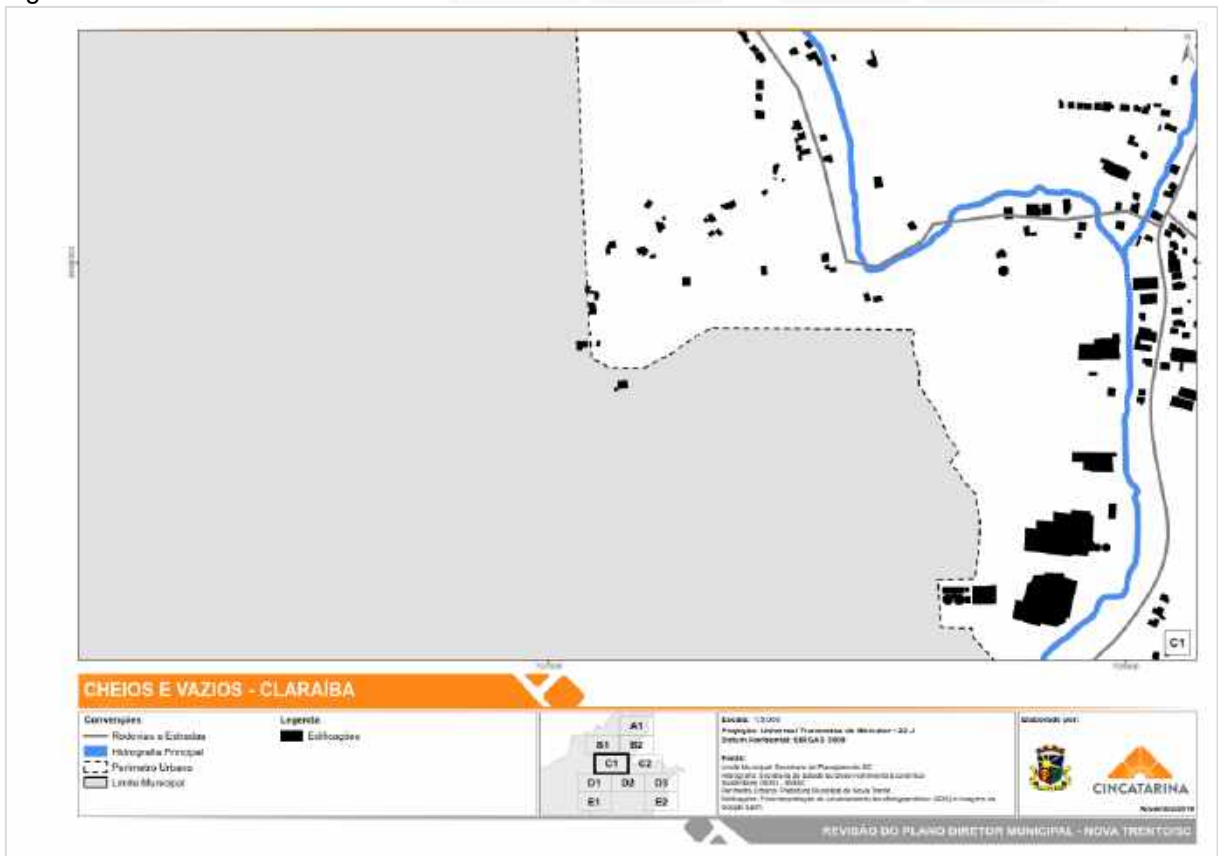
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 69 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.



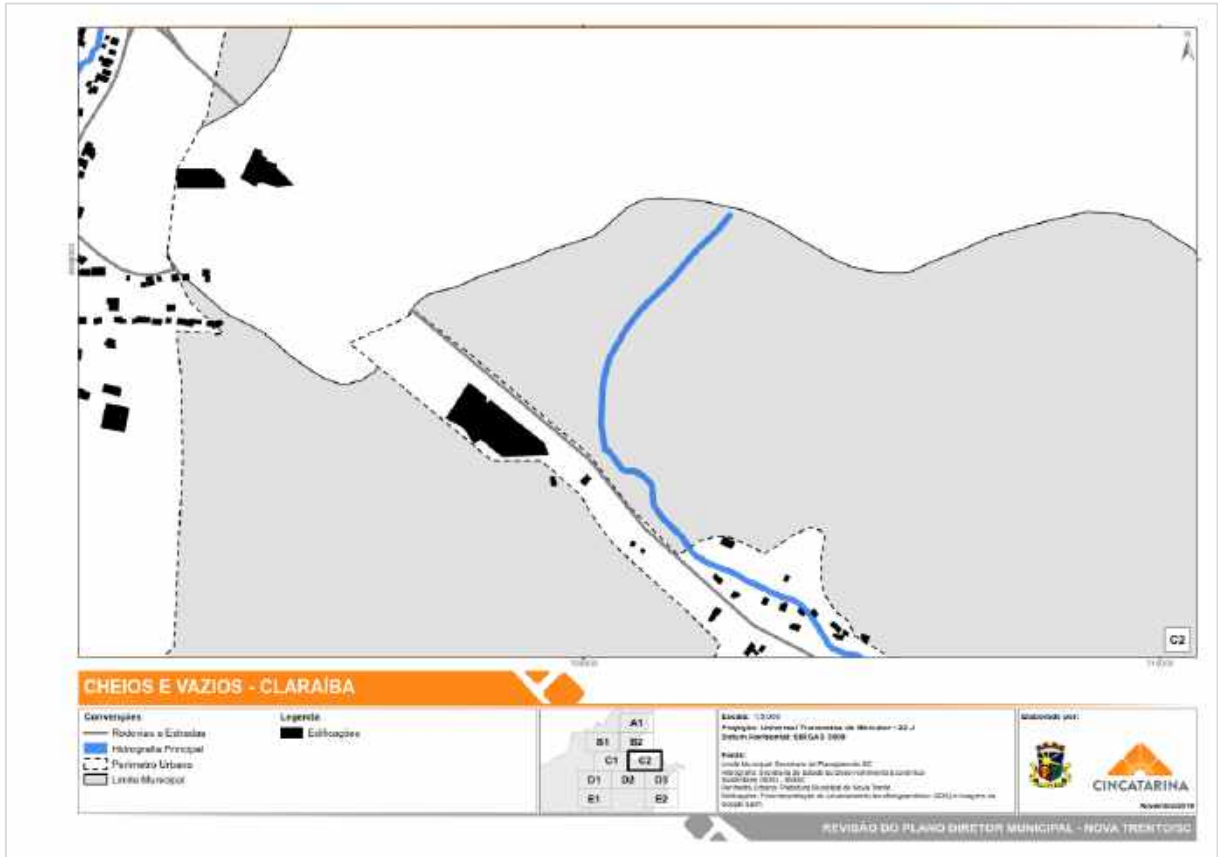
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 70 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.



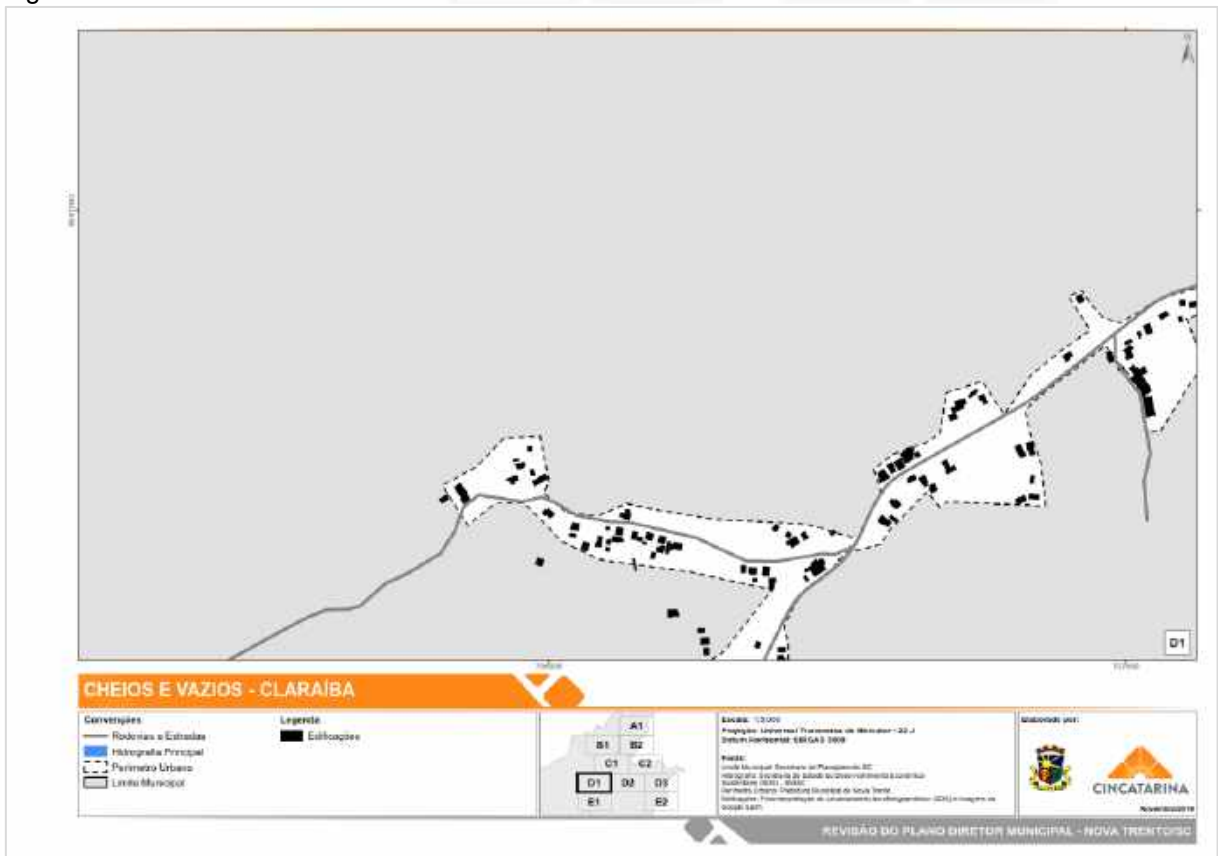
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 71 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.



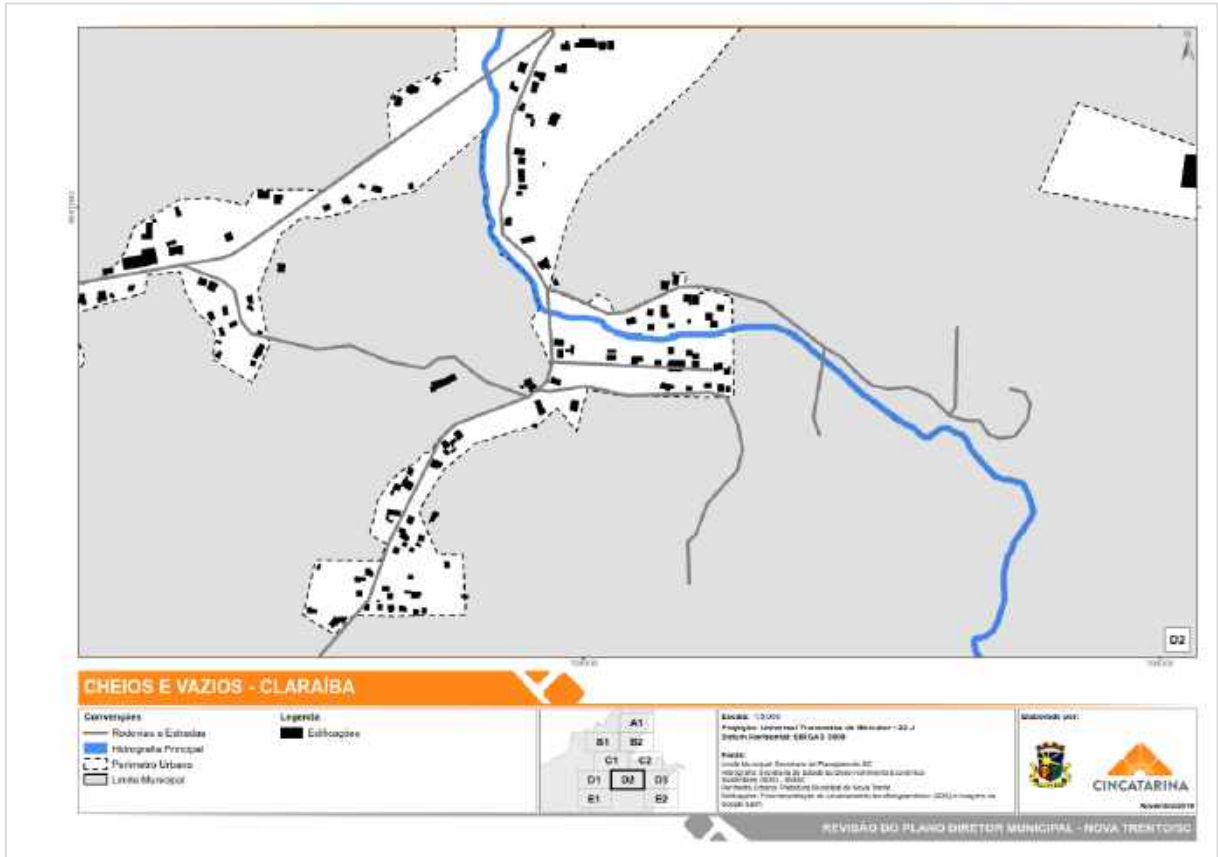
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 72 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.



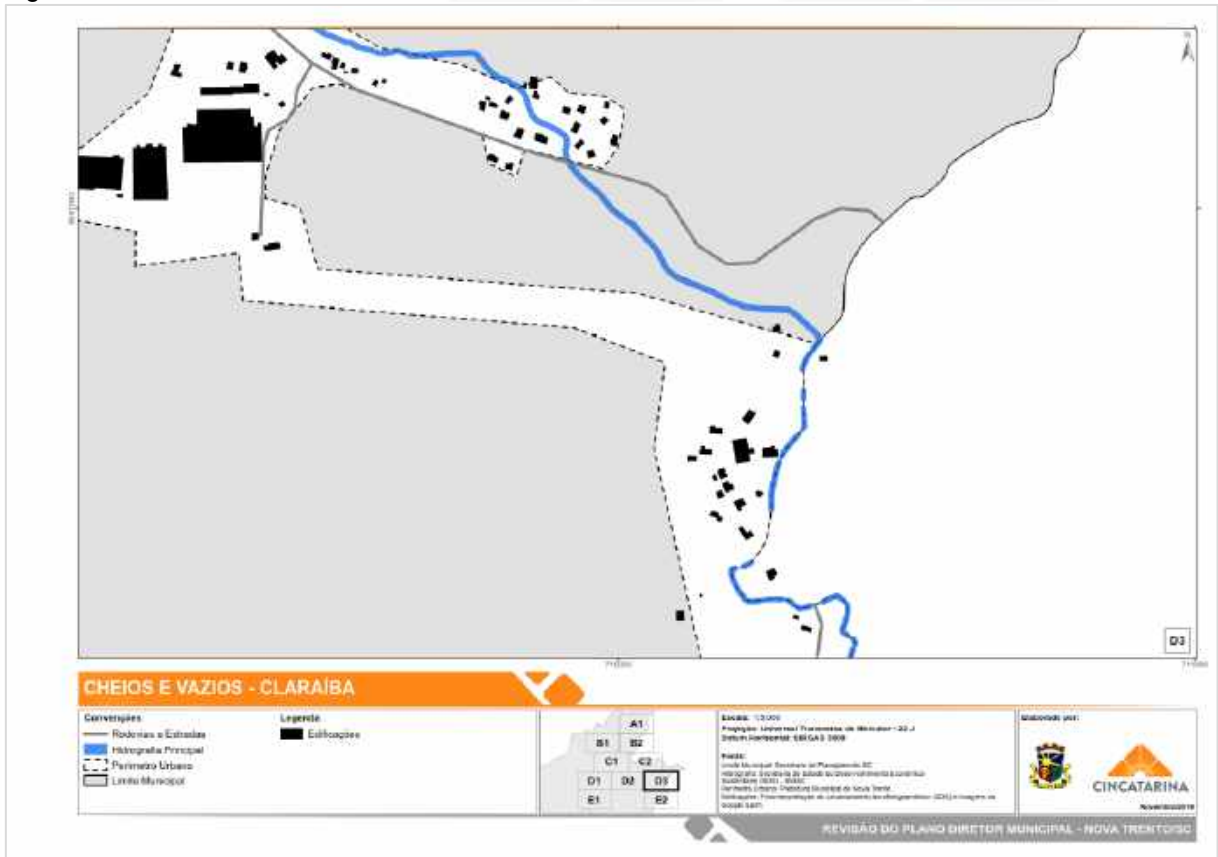
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 73 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.



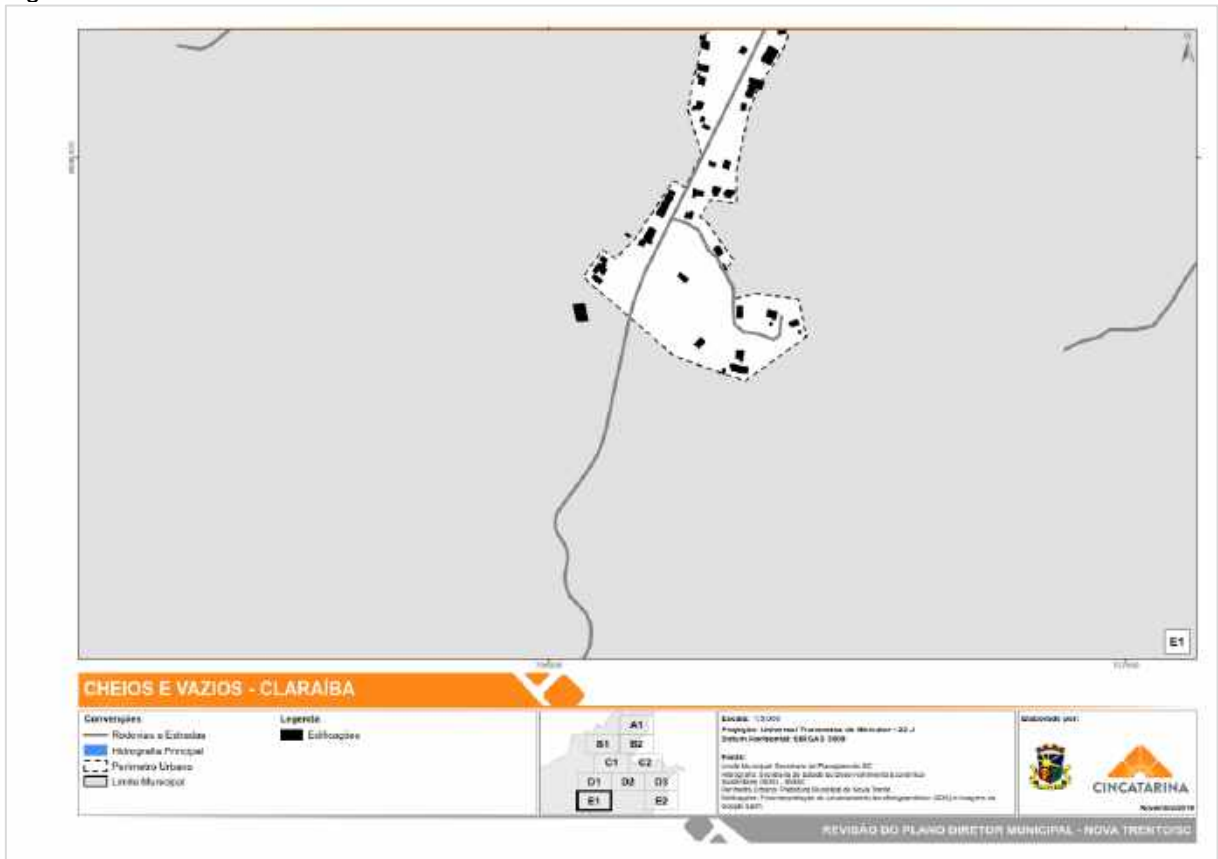
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 74 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.



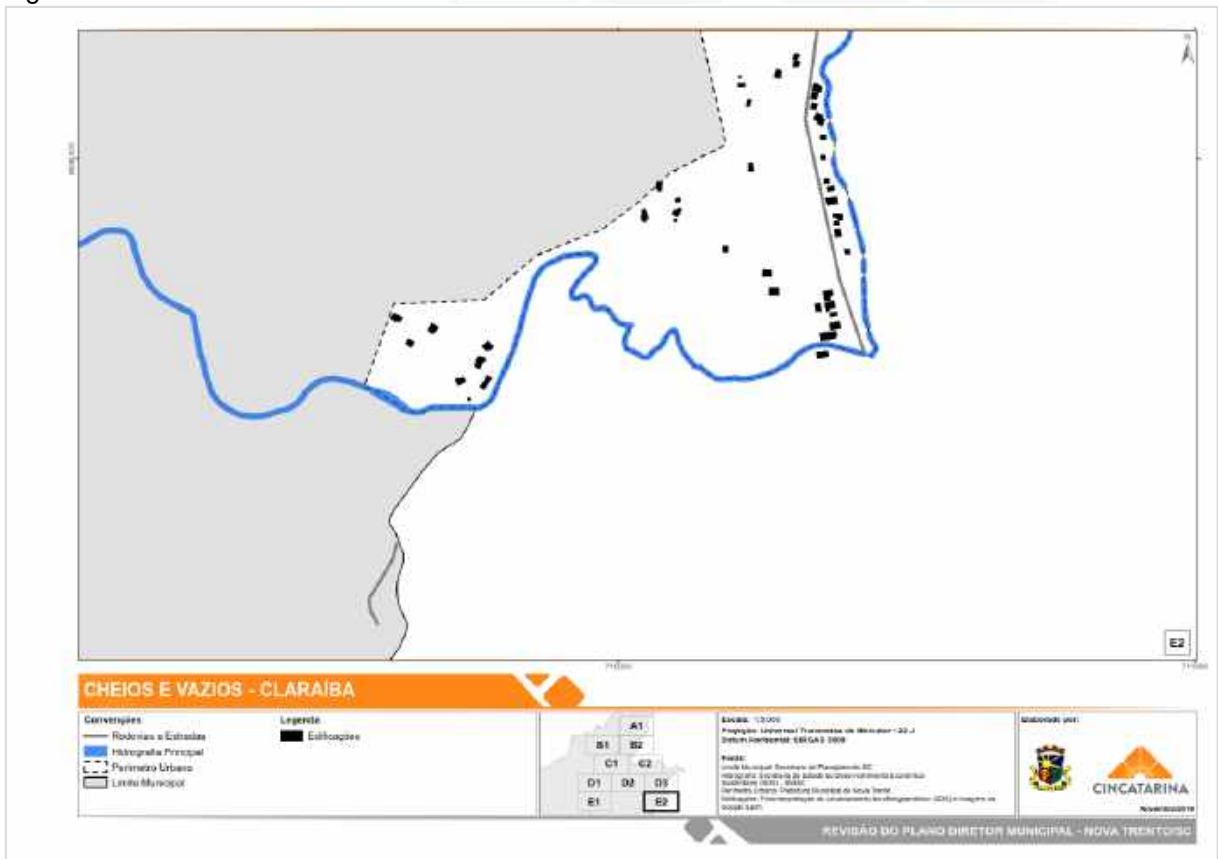
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 75 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 76 - Cheios e vazios do Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Na Sede do município (Figura 77 a Figura 98) as densidades ocupacionais condicionam-se pela presença de grandes áreas verdes e condicionante topográficas, sendo uma das principais causas dos distanciamentos dos núcleos ocupacionais.

Ao norte, devido a já citada presença de grandes áreas verdes, temos duas regiões ocupacionais. A primeira, faz a ligação com o Distrito de Claraíba, nelas ocupações iniciam em baixa densidade a tendem aumentar nas proximidades da área central. Já na segunda, que segue em direção ao Santuário de Madre Paulina, as ocupações são de média densidade, pois, apresenta diversos espaços passíveis a ocupação.

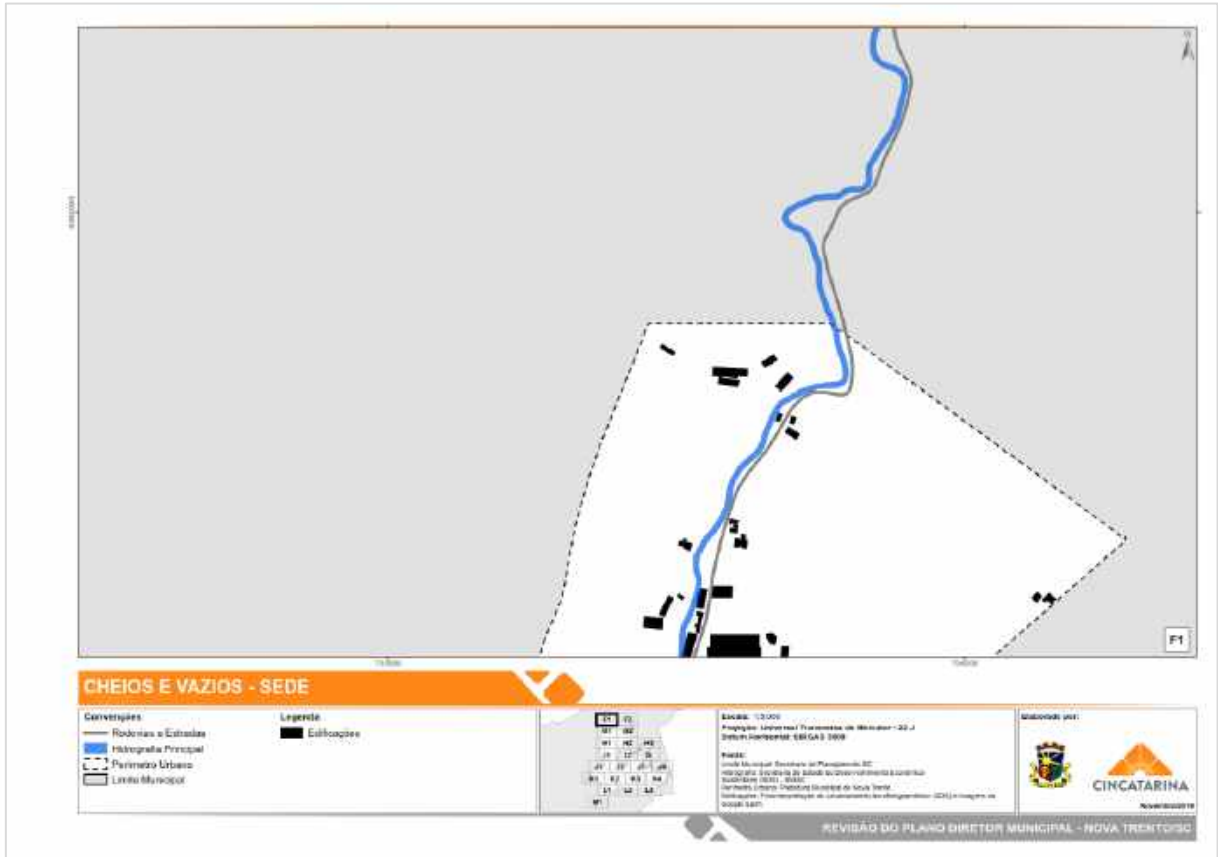
A região central configura-se por uma densidade ocupacional média alta, as ocupações tendem a ser próximas, além disso, são seccionadas pelo Rio Braço Alto, havendo poucos lotes passíveis para novas ocupações nas áreas adjacentes a região central.

Ao sul, nos deparamos com a menor densidade ocupacional da Sede, trata-se das ocupações que ocorrem entorno da Rua Ivo Ceccato e vias adjacentes, as ocupações são espraiadas e apresentam cunho residencial predominantemente, com características semi-rurais. Esta região torna-se isolada, por meio de uma grande área verde e pelo Rio Braço Alto.

Ao leste, nos entornos da SC-410 as ocupações apresentam densidade ocupacional média, pois, a região possui diversos espaços passíveis há novas ocupações, principalmente nas proximidades do município de São Batista (área conurbada).

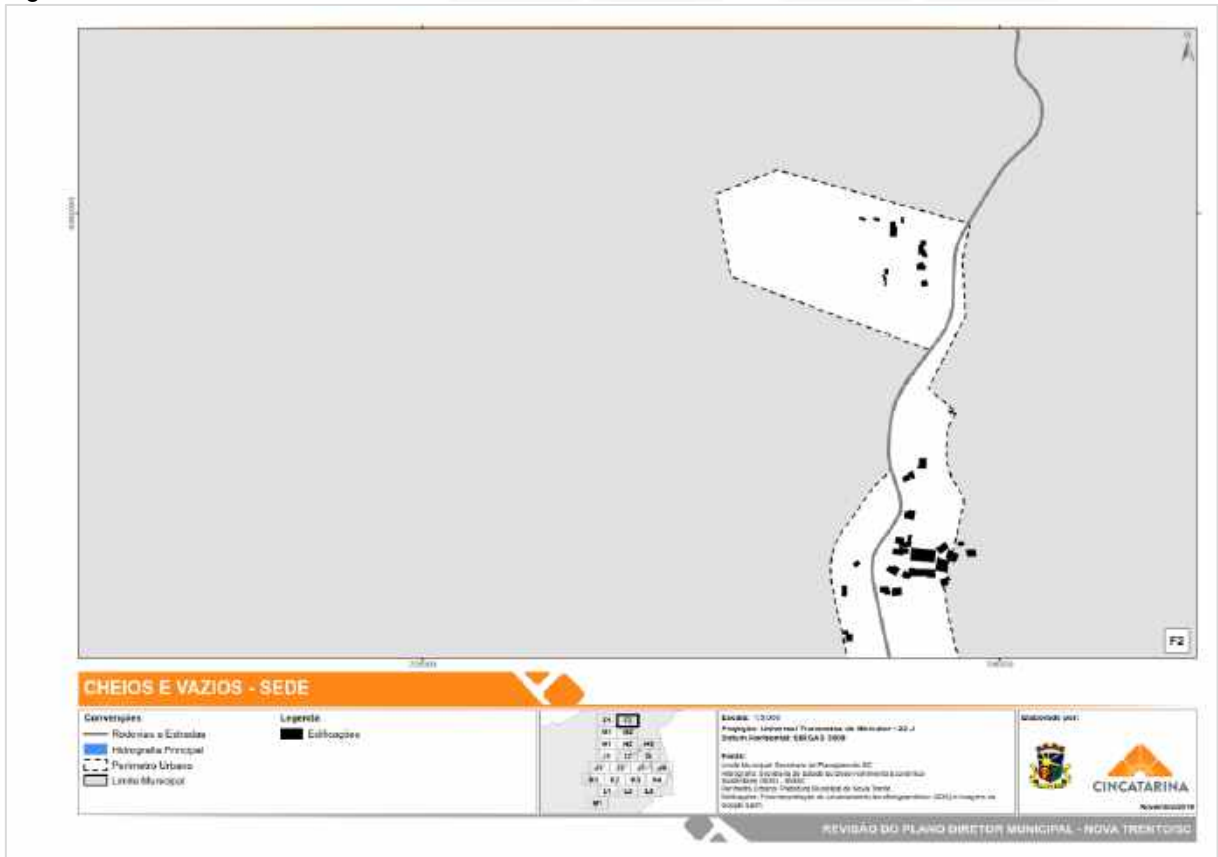
Ao oeste e sudoeste, nota-se a presença de novos loteamentos, havendo assim diversos espaços passíveis para novas ocupações, principalmente de cunho residencial. A densidade ocupacional encontrada nesta região é considerada média, pois, os lotes consolidados estão preenchidos e os novos estão em processo de ocupação.

Figura 77 - Cheios e vazios da Sede.



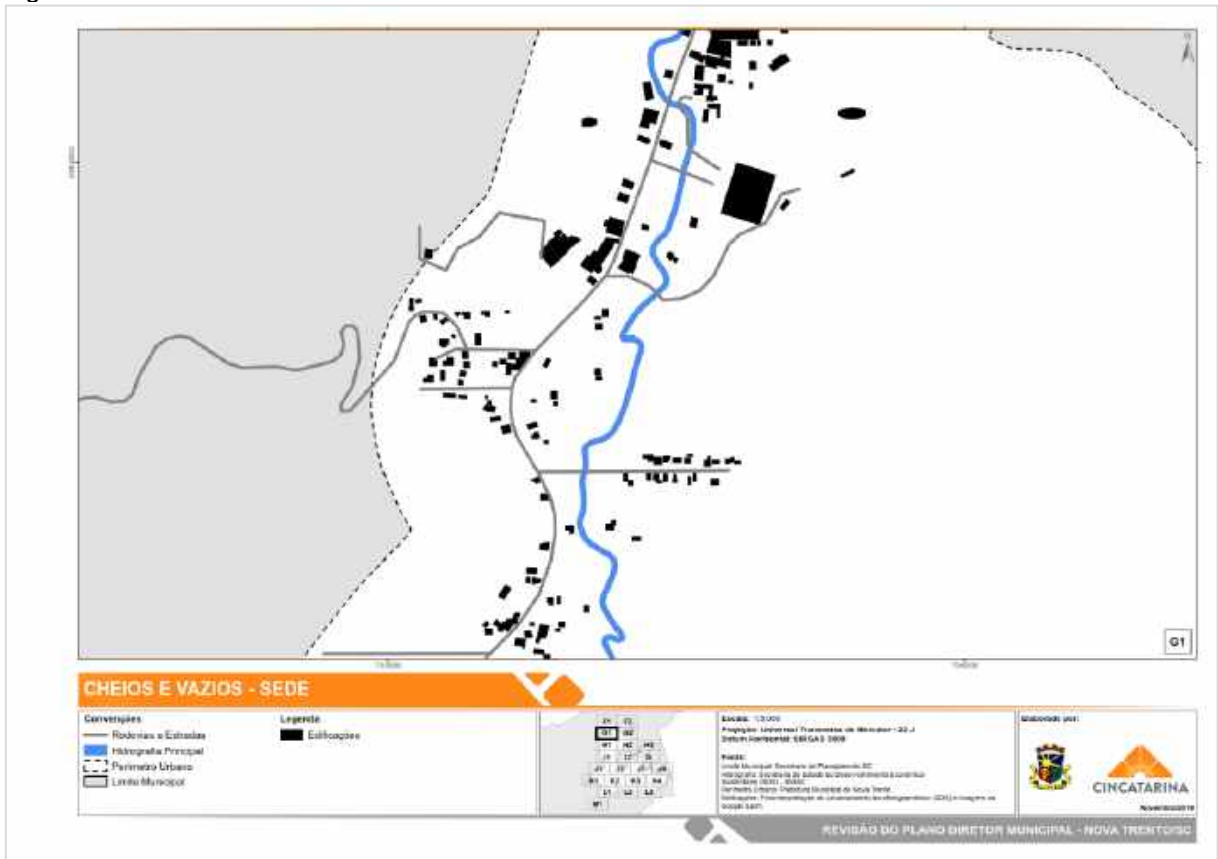
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 78 - Cheios e vazios da Sede.



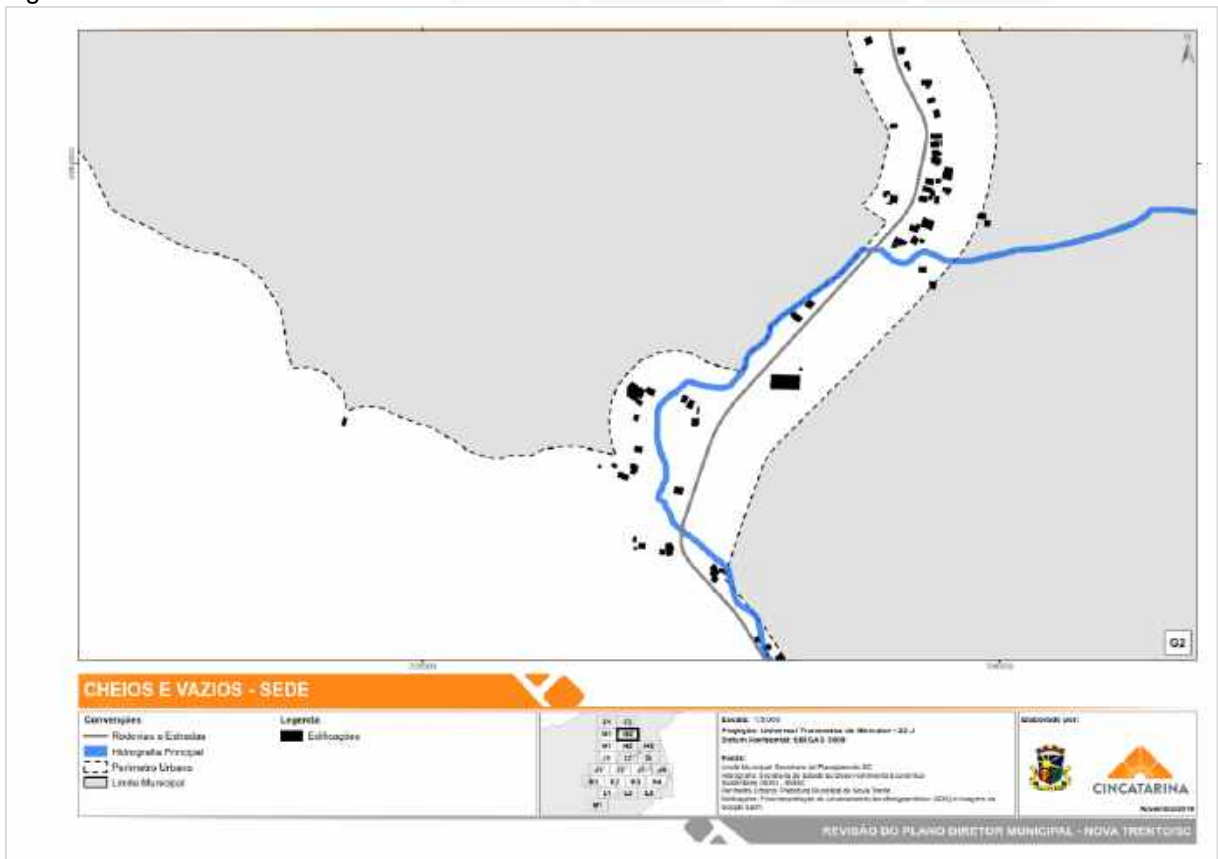
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 79 - Cheios e vazios da Sede.



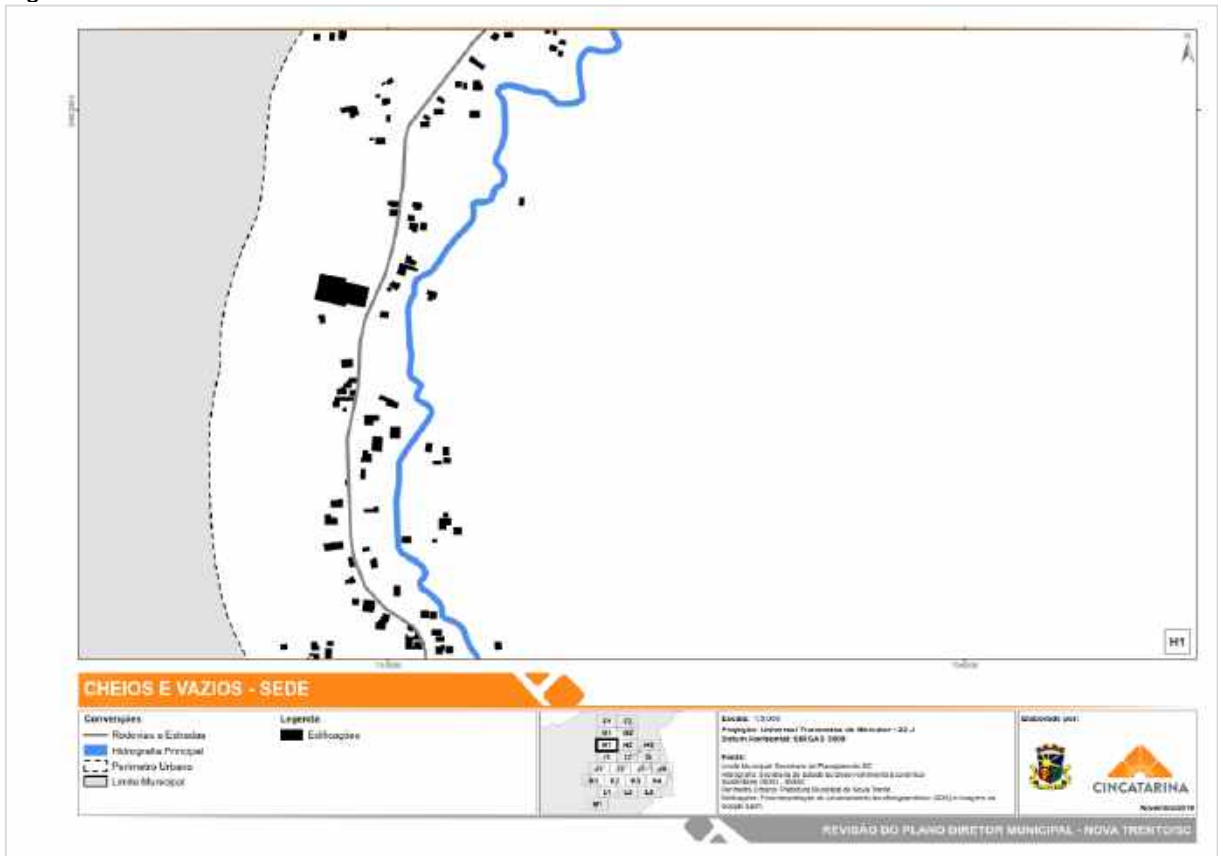
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 80 - Cheios e vazios da Sede.



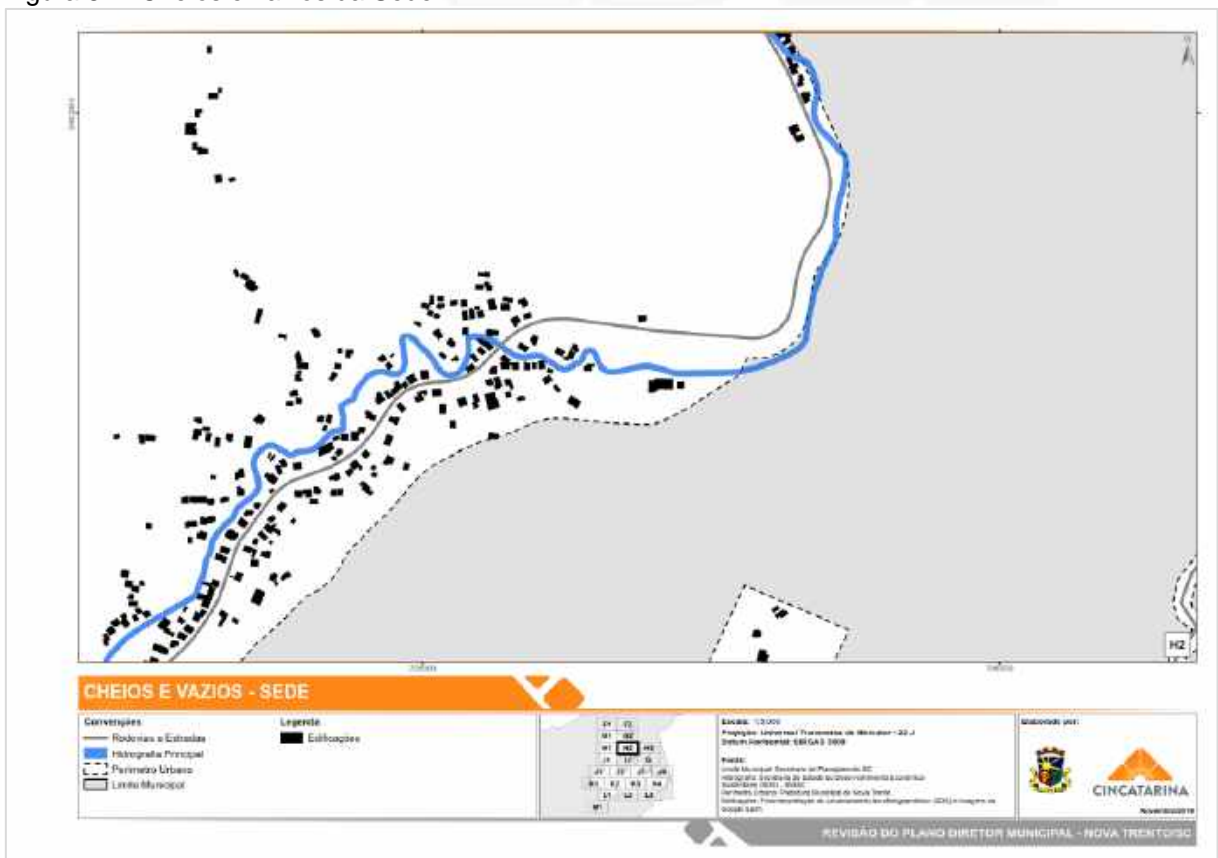
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 81 - Cheios e vazios da Sede.



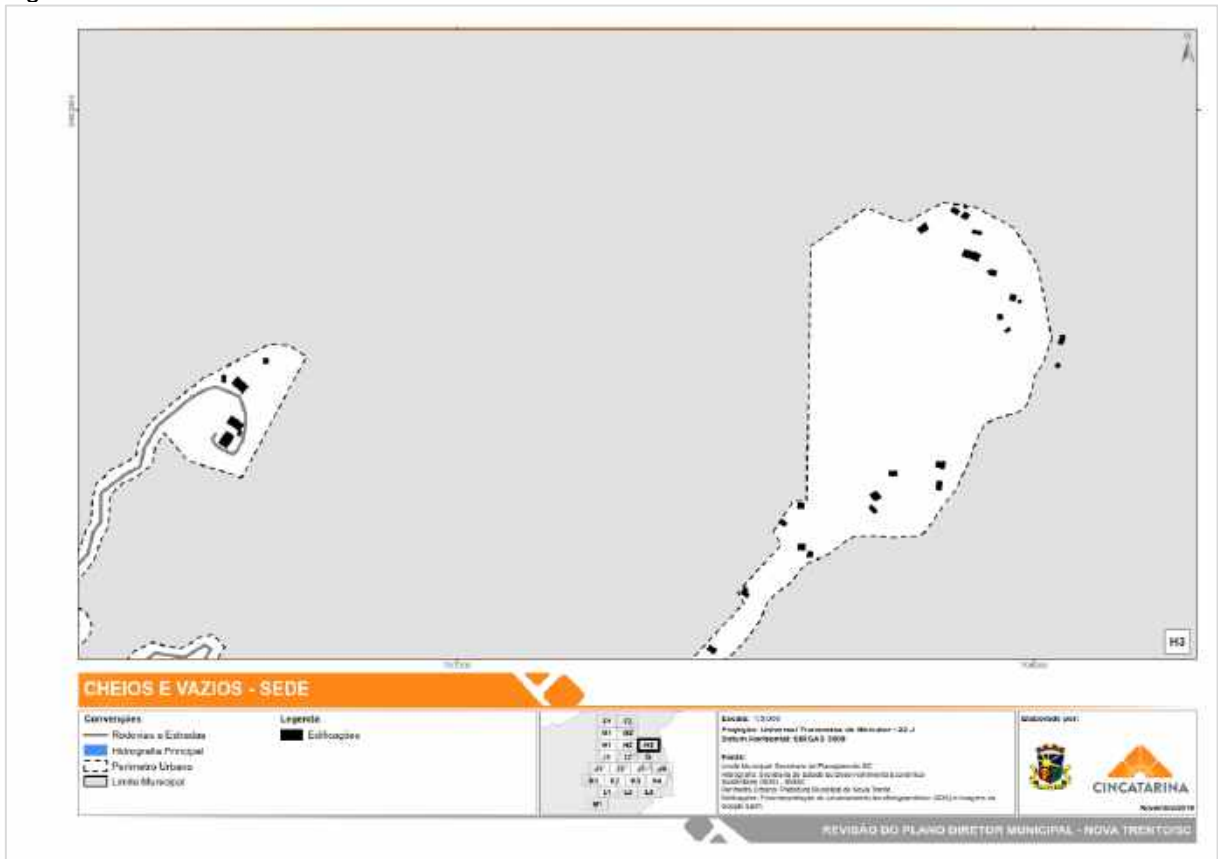
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 82 - Cheios e vazios da Sede.



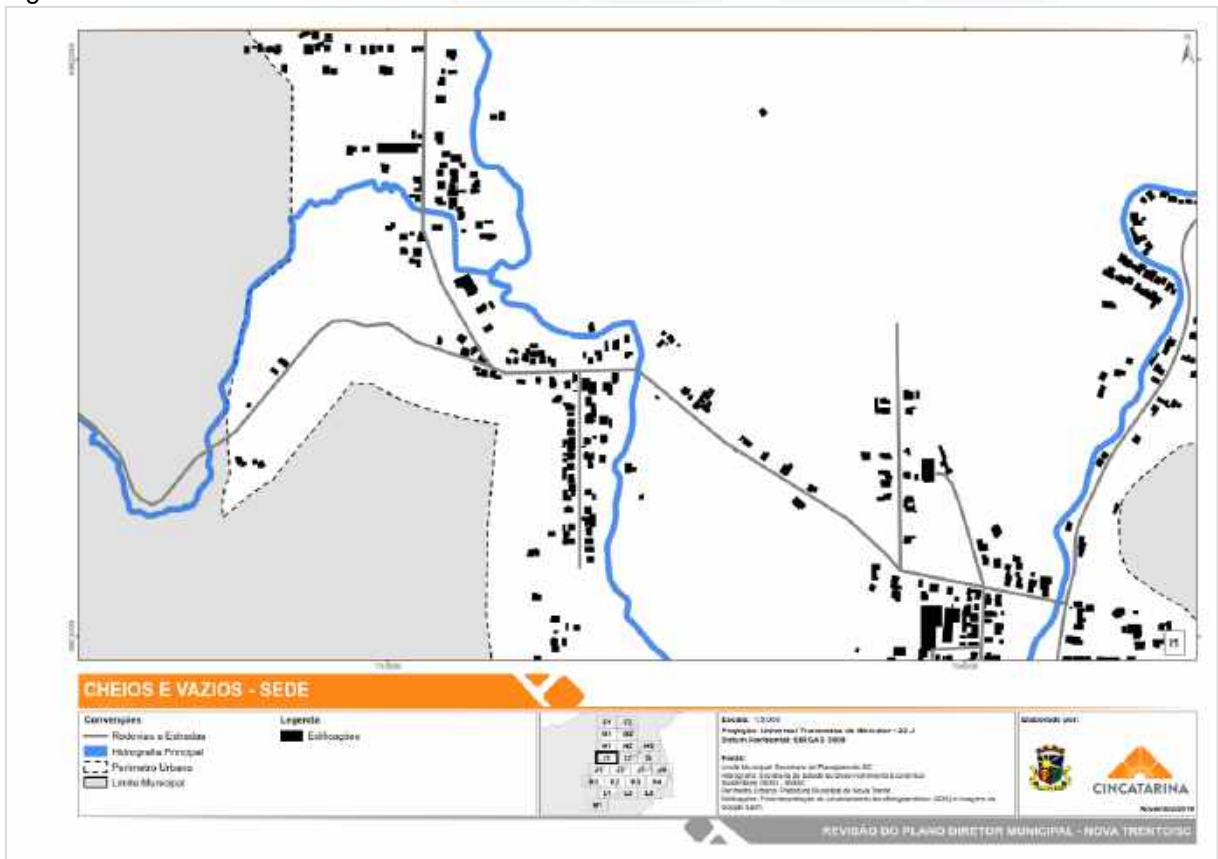
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 83 - Cheios e vazios da Sede.



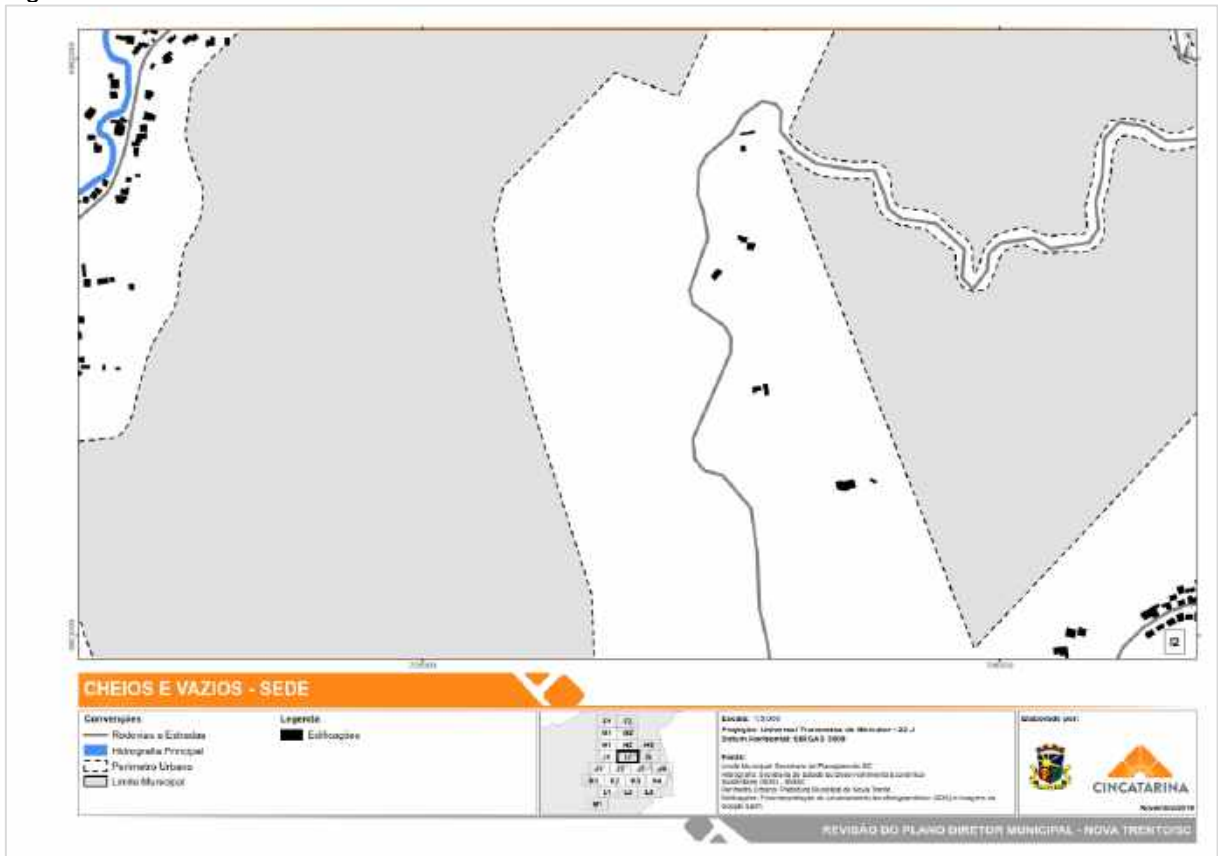
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 84 - Cheios e vazios da Sede.



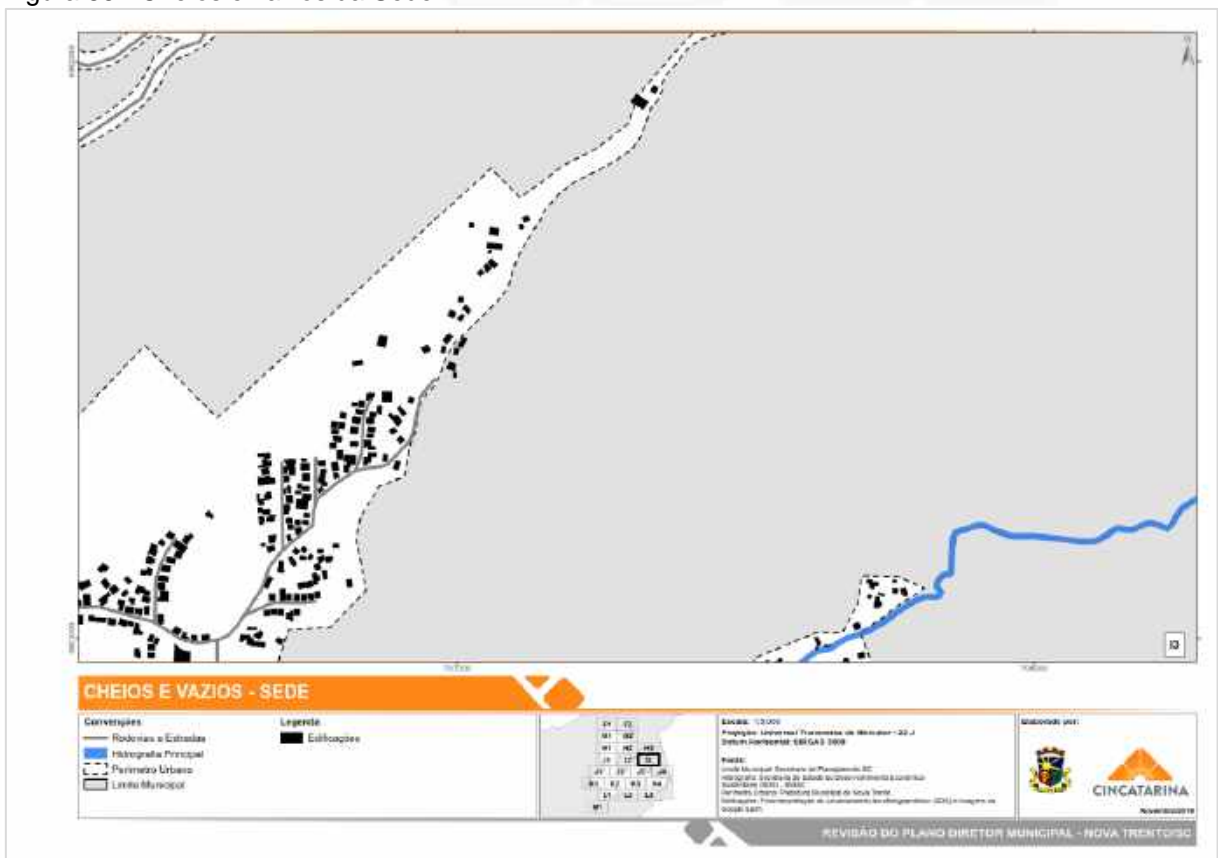
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 85 - Cheios e vazios da Sede.



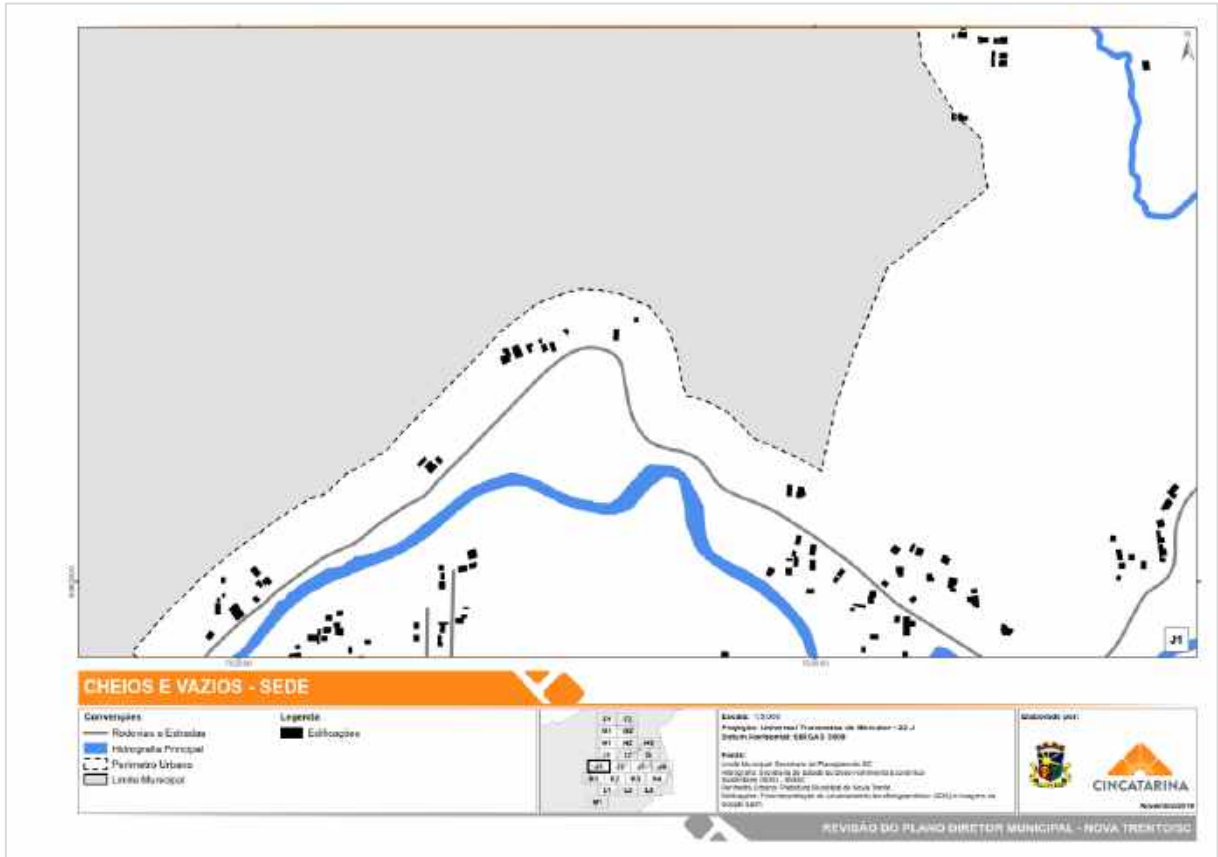
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 86 - Cheios e vazios da Sede.



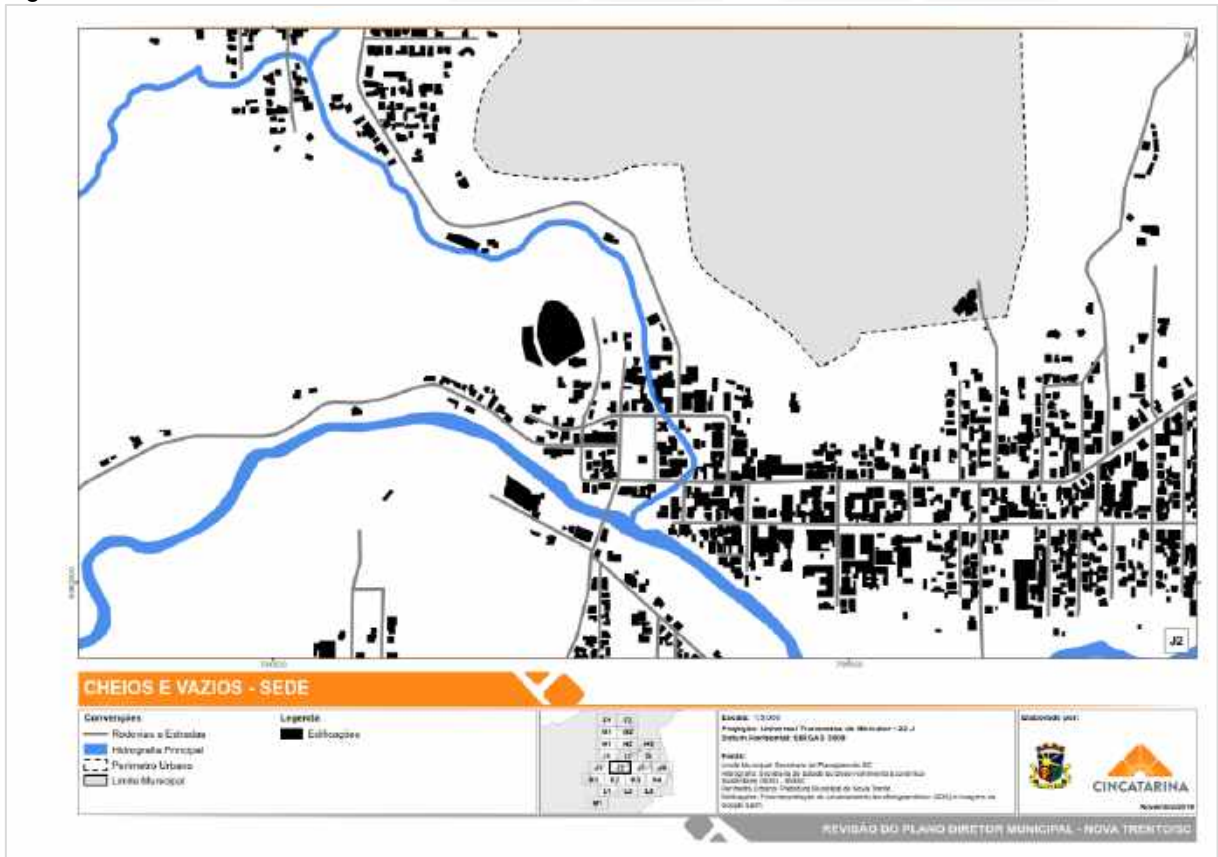
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 87 - Cheios e vazios da Sede.



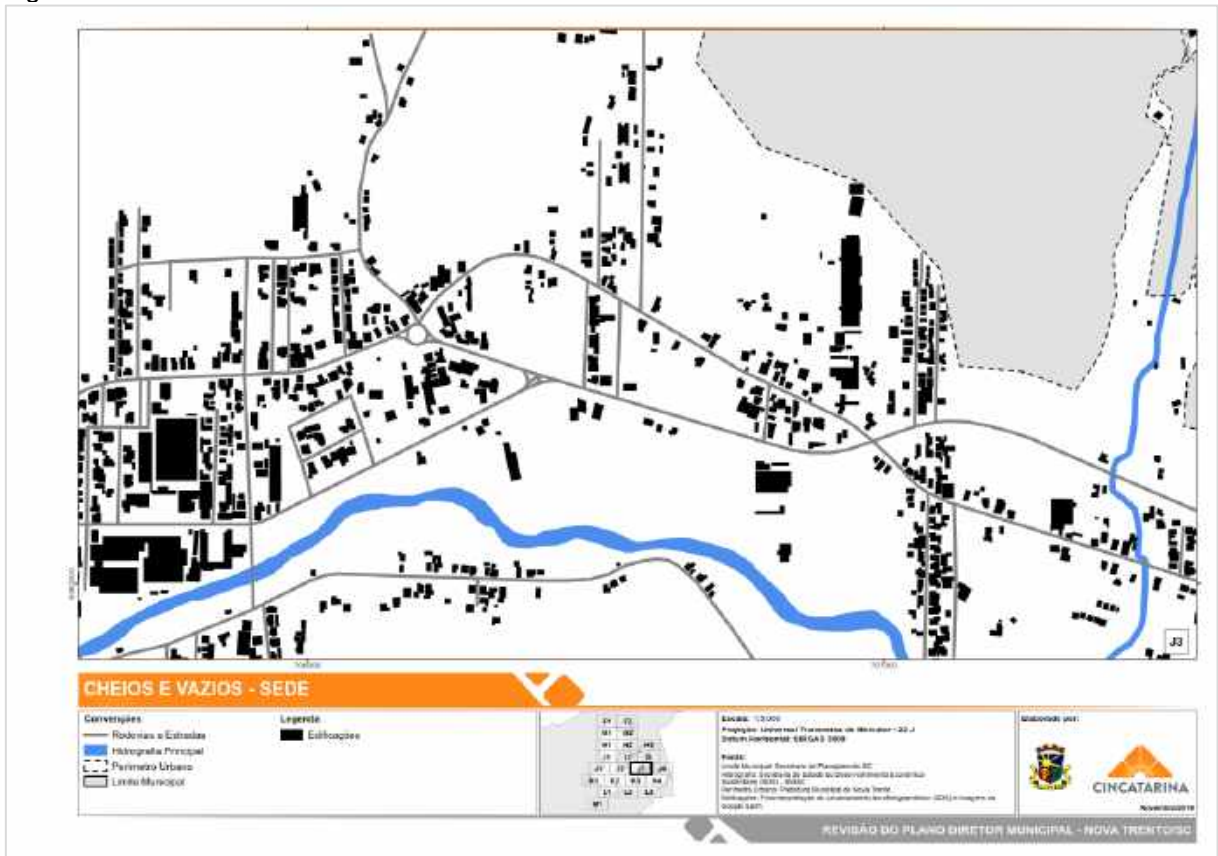
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 88 - Cheios e vazios da Sede.



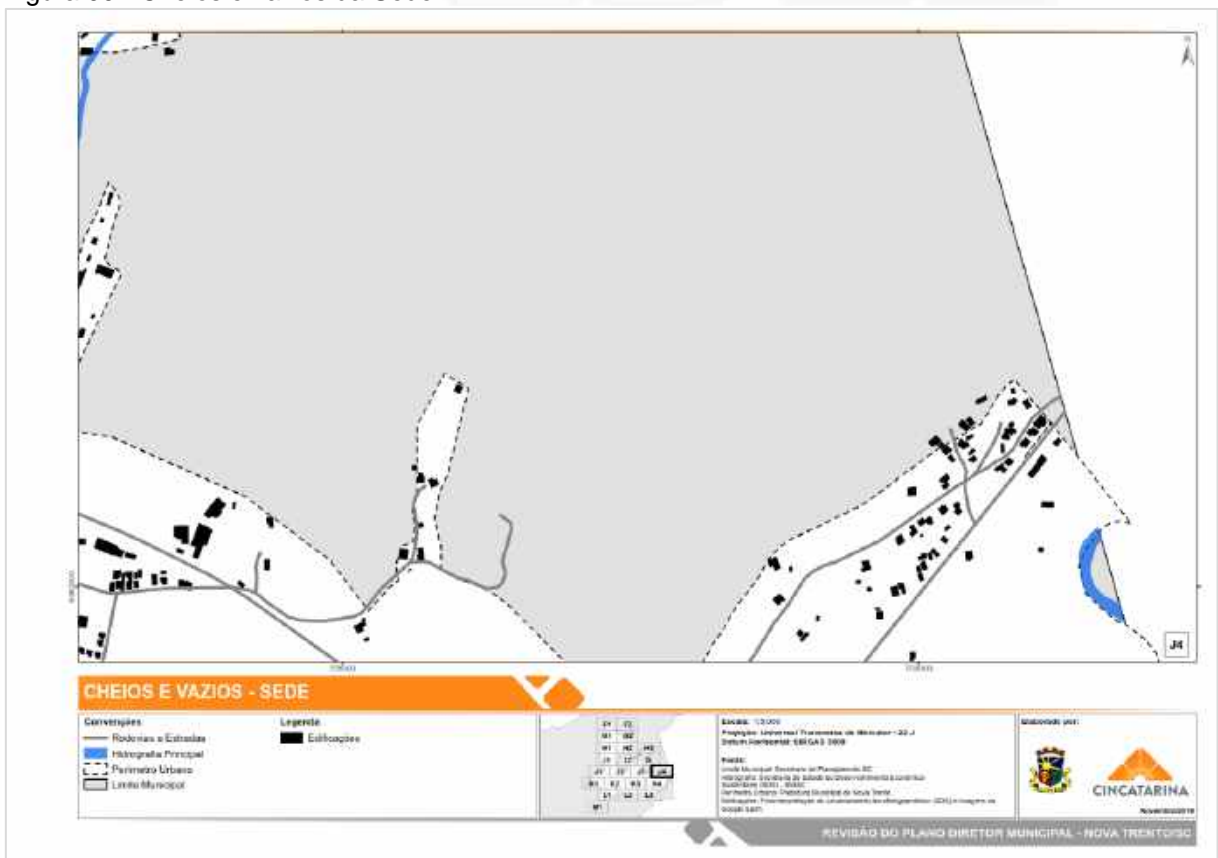
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 89 - Cheios e vazios da Sede.



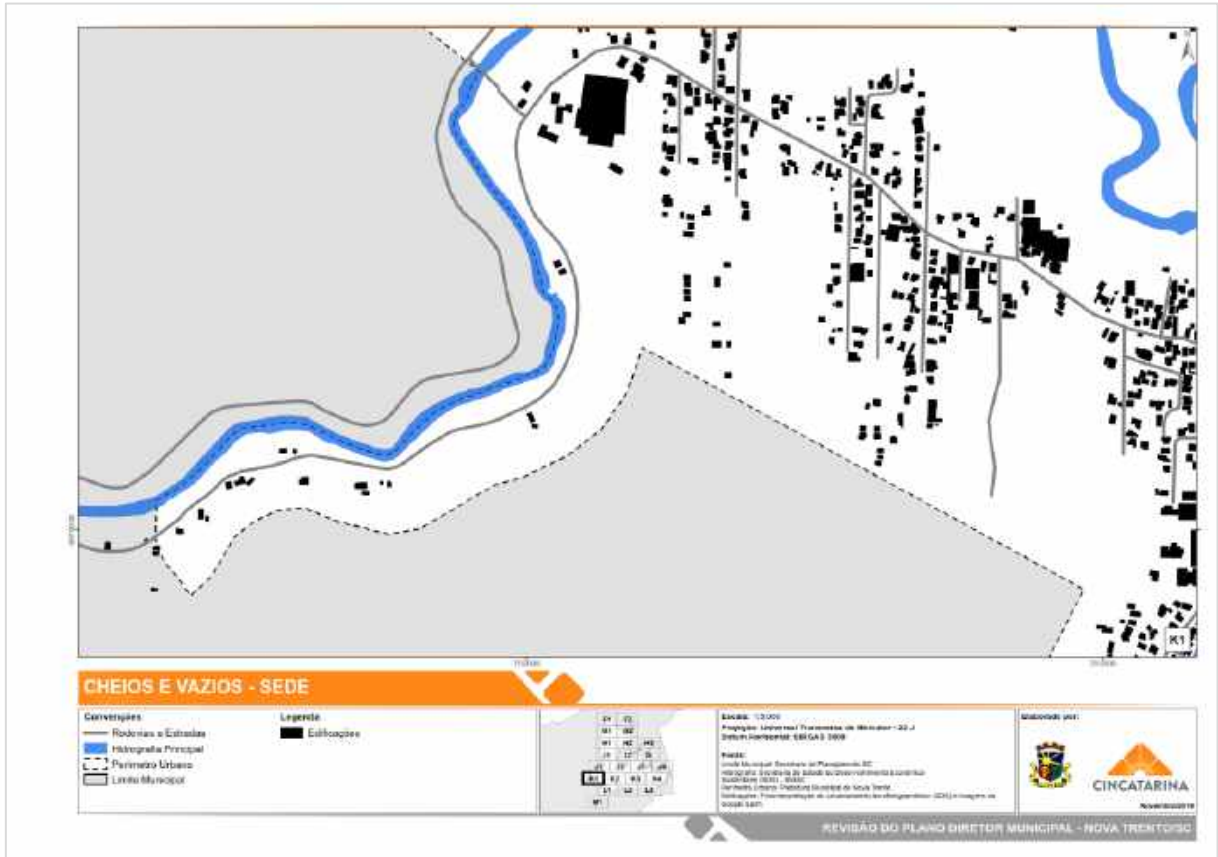
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 90 - Cheios e vazios da Sede.



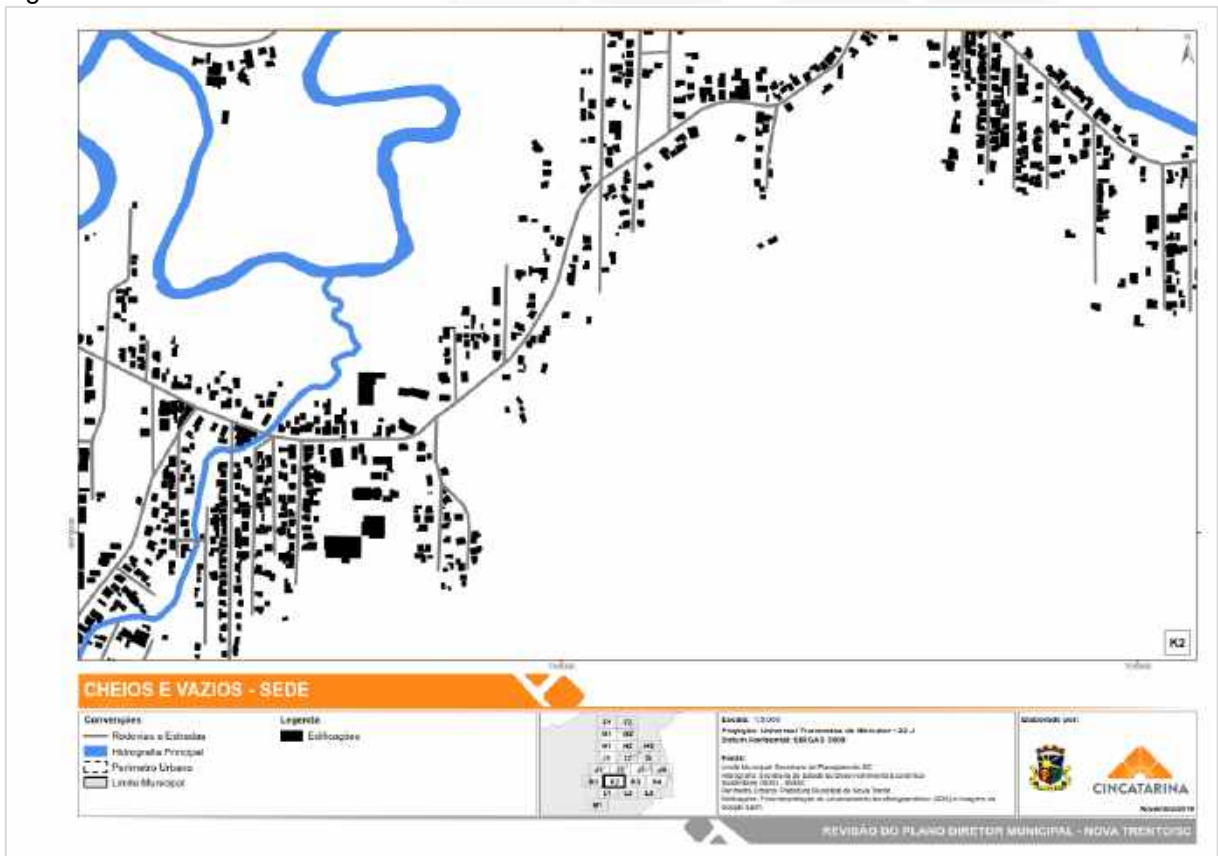
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 91 - Cheios e vazios da Sede.



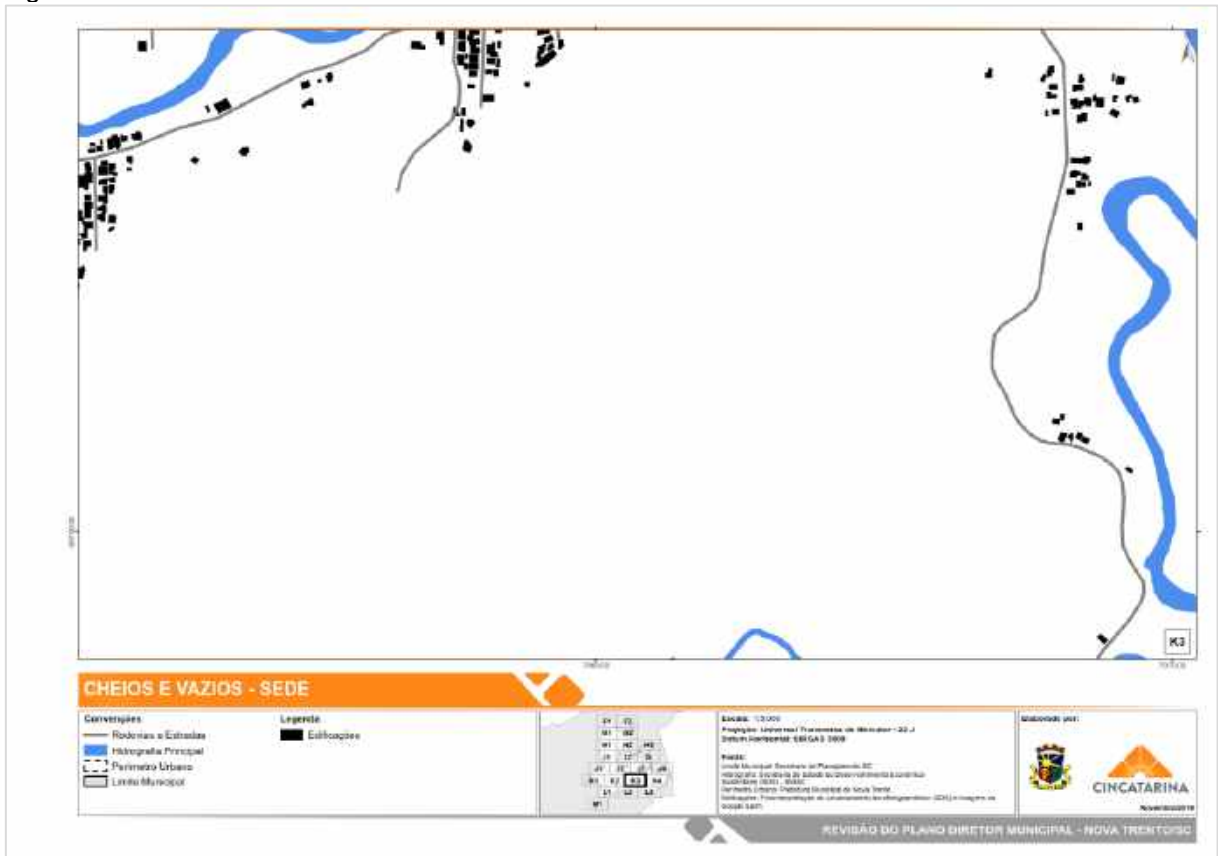
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 92 - Cheios e vazios da Sede.



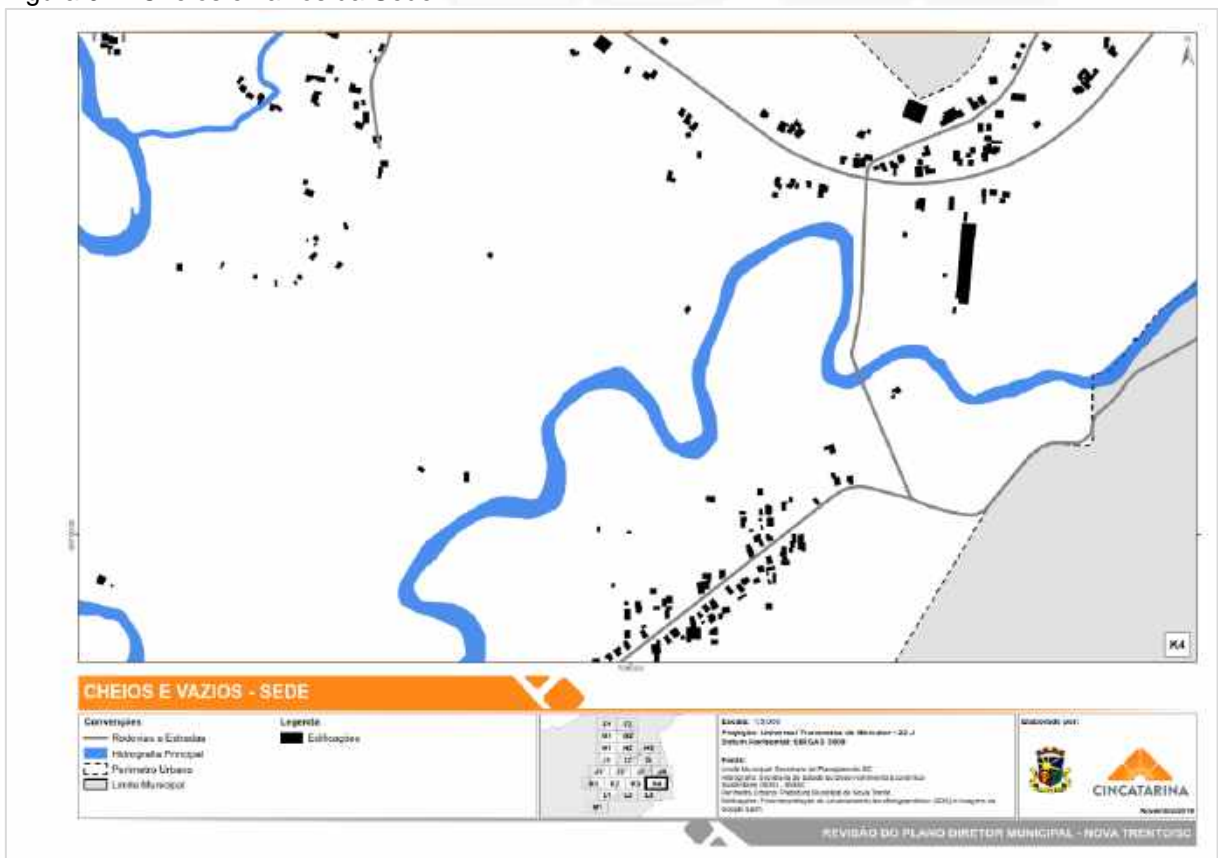
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 93 - Cheios e vazios da Sede.



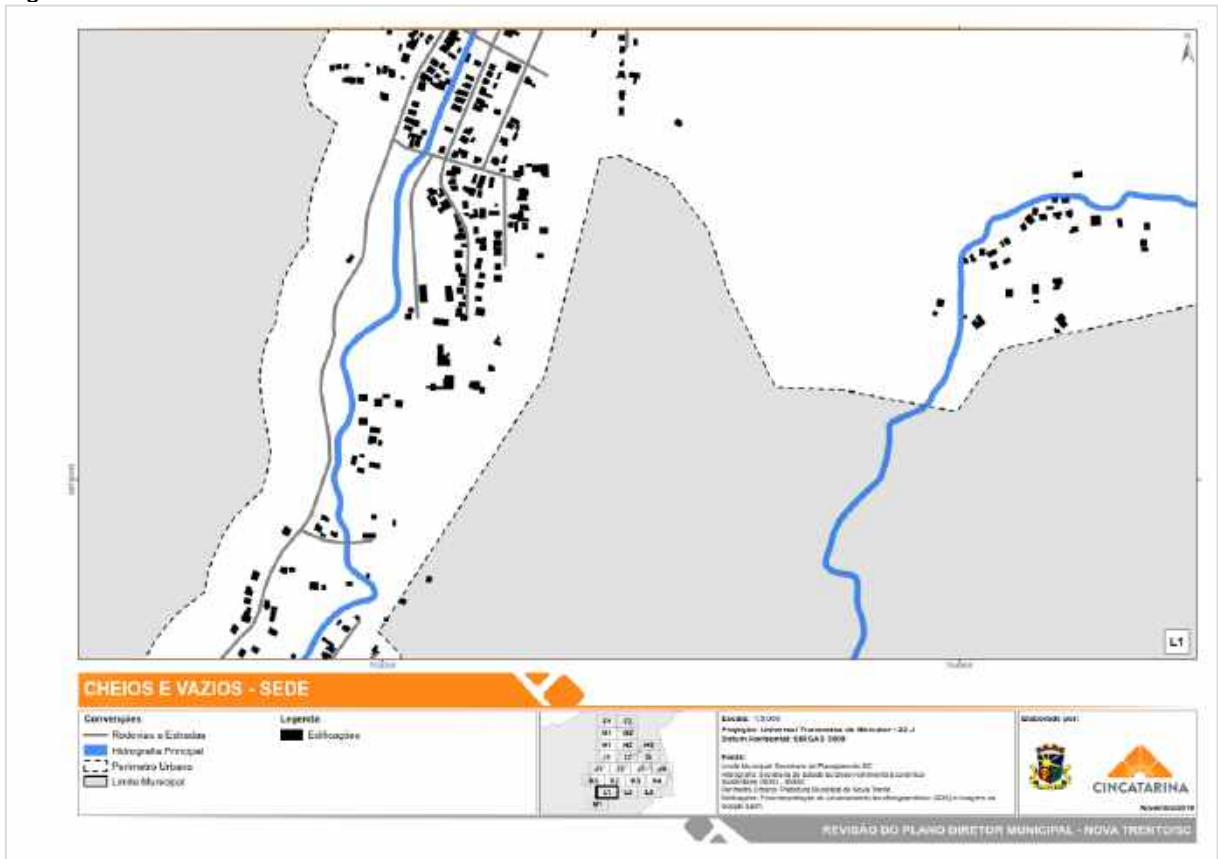
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 94 - Cheios e vazios da Sede.



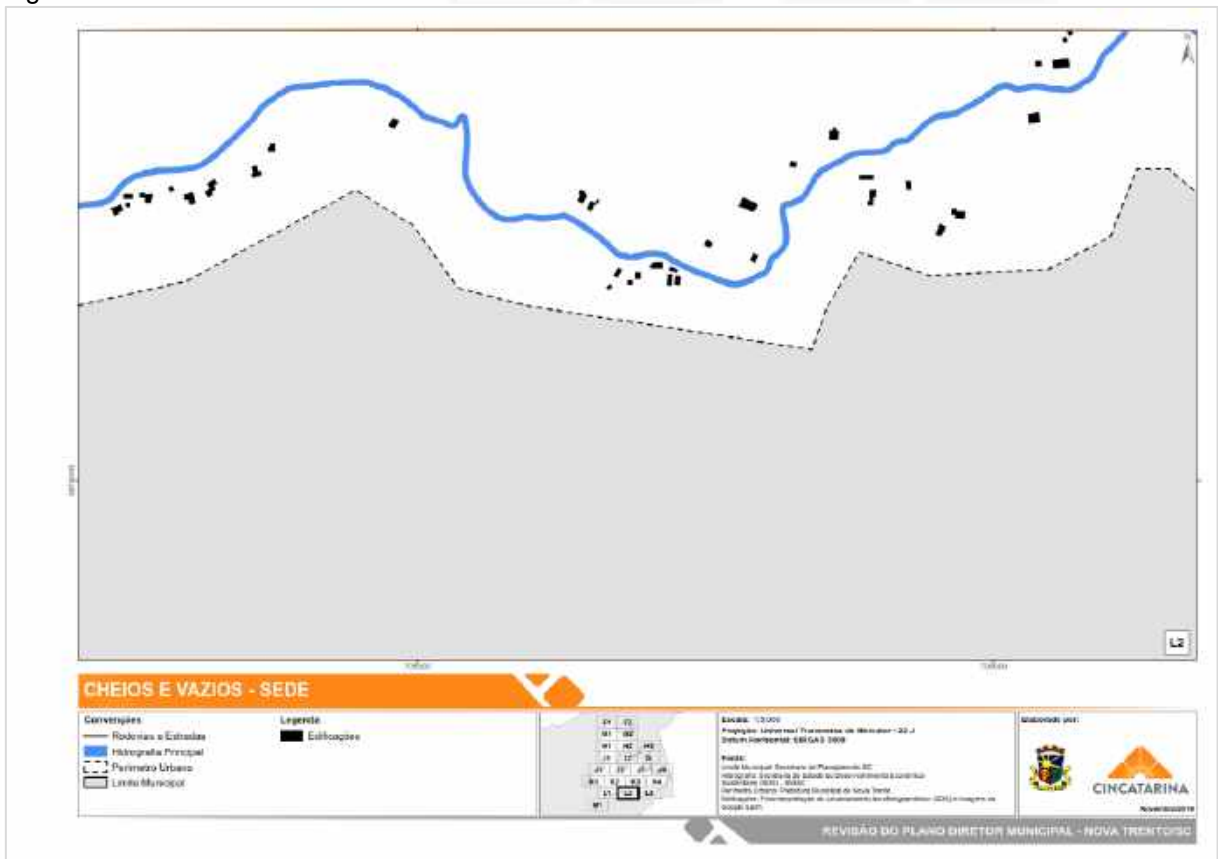
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 95 - Cheios e vazios da Sede.



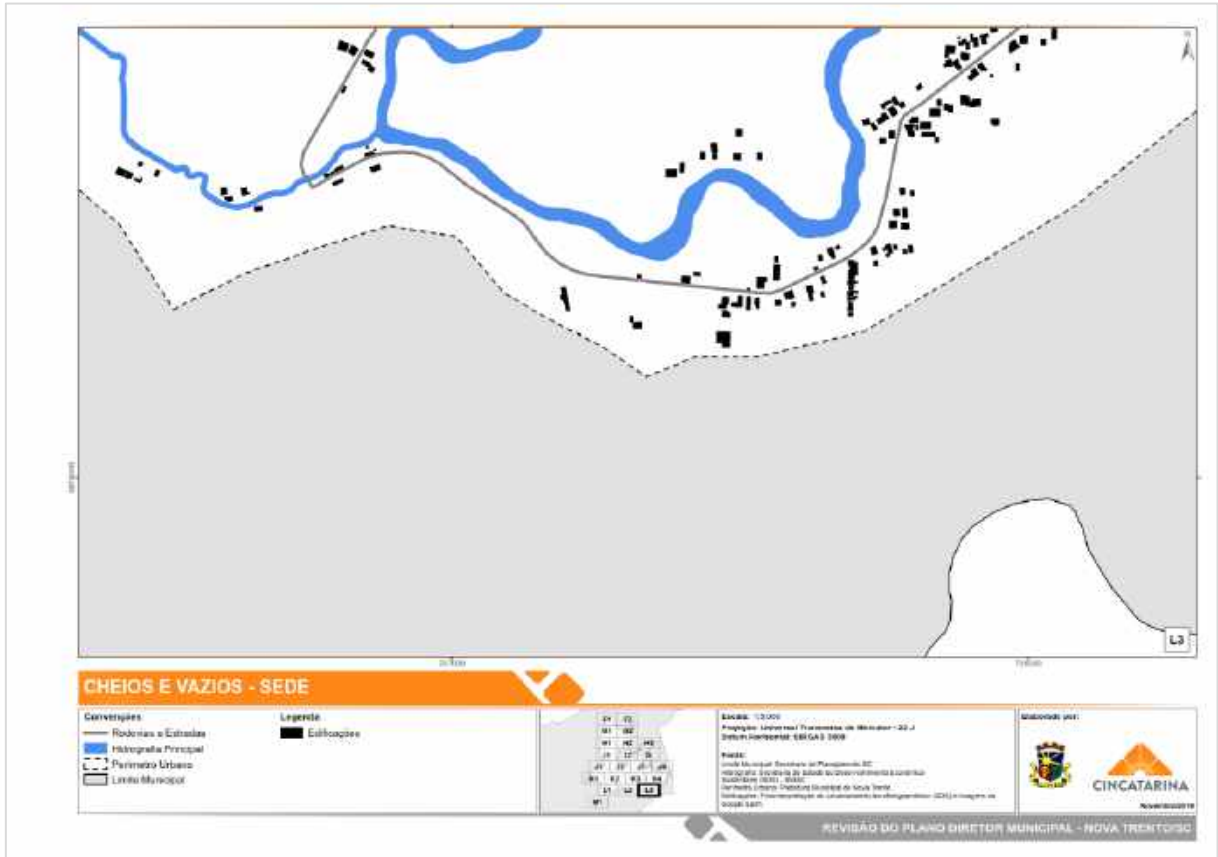
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 96 - Cheios e vazios da Sede.



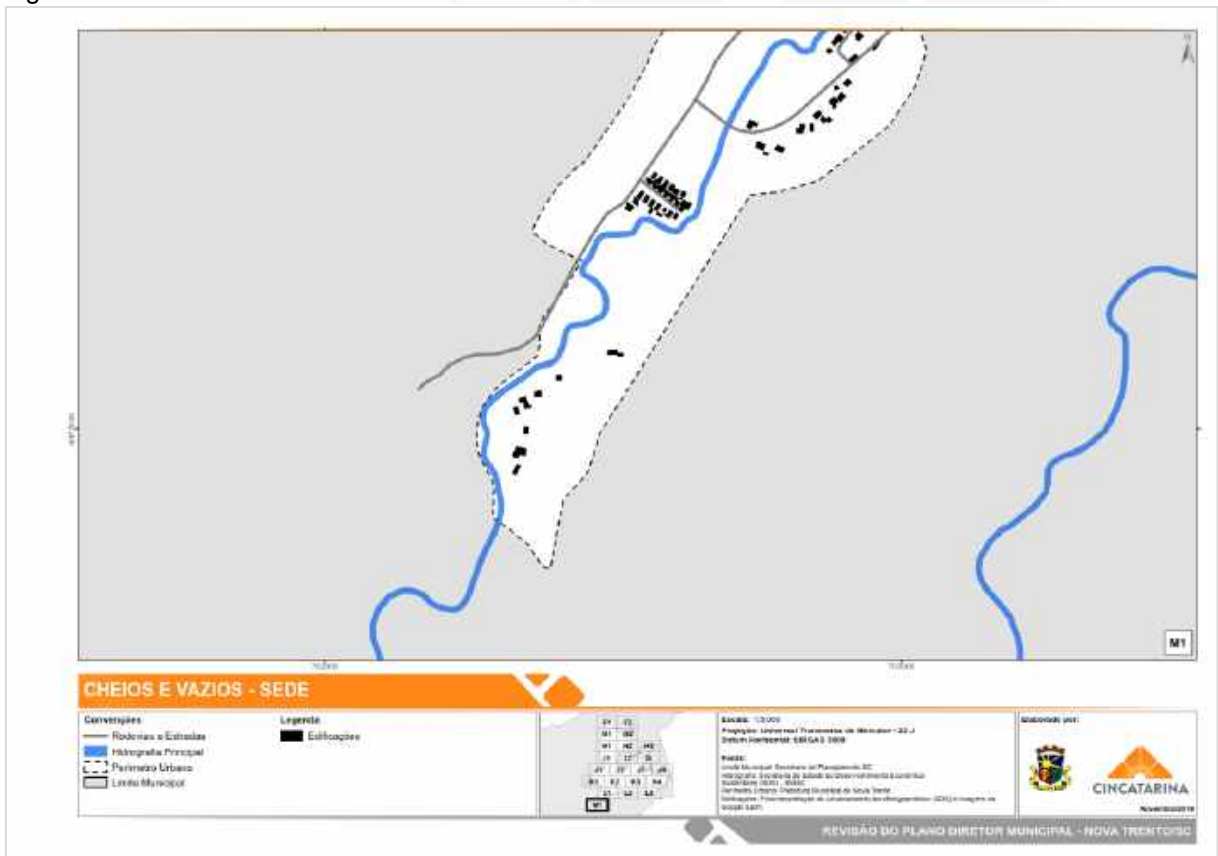
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 97 - Cheios e vazios da Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 98 - Cheios e vazios da Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

De maneira geral, verificou-se que grande parte dos territórios urbanos (Sede e Distritos) apresentam regiões de baixa densidade ocupacional, condicionados pela malha urbana, áreas verdes e cursos d'água. As menores densidades são encontradas no sentido do perímetro urbano da Sede e no Distrito de Aguti, já as mais altas na região central da Sede, sendo nas demais encontradas densidades que varia de entre baixa e média. E devido às características antropizadas e naturais, a Sede Nova Trento, constitui-se de forma espaiada, principalmente nos sentidos norte e sul. No distrito de Claraíba, o espaiamento das ocupações, ocorreu em ambos os sentidos, devido à falta de conexão entre as vias.

3.2.4 Uso e ocupação do solo

O levantamento do uso e ocupação do território é importante para definir as formas de ocupações no espaço urbano, buscando preservar a qualidade de vida da população. Os usos do solo são caracterizados e identificados por sua predominância perante o solo urbano da cidade, destacando edificações ou pontos relevantes ao município, são classificados em: religioso, institucional, residencial, comercial e prestação de serviços, misto, lazer, agrícola e industrial.

Classificam-se como áreas religiosas aquelas constituídas por instituições religiosas, como: igrejas, templos, sinagogas, centros espíritas, seminários, conventos e demais voltadas a crença de um determinado grupo. Tais ocupações são dispostas preferencialmente nas principais vias da Sede, quanto nos distritos do Claraíba e do Aguti. Na Sede, apresenta-se com maior evidência na localidade do Vígolo, em diversos pontos da SC-410, no Morro da Cruz e nas centralidades dos bairros, nas formas de capelas, igrejas, oratório e dentre outros.

No Distrito do Claraíba, apresenta-se preferencialmente de maneira lideira à SC-410 e na localidade do Indaiá. Já no Distrito do Aguti, situa-se próximo as edificações institucionais. Cabe salientar que em grande parte dos casos, tais edificações apresentam-se como pontos de referência, de modo especial pelo turismo religioso presente no município.

Áreas institucionais são edificações ou terrenos voltados para o uso comunitário, onde são instalados órgãos públicos dos diversos setores, tais como:

saúde, educação, justiça, administração pública, segurança, assistência social dentre outros serviços voltados a população. No Distrito do Aguti, tais áreas situam-se na centralidade do distrito. Já no Distrito do Claraíba, apresentam-se de maneira lindeira a SC-410, no centro da área urbana do distrito. Na Sede, concentram-se preferencialmente nas vias: Rua Nereu ramos, Rua dos Imigrantes, Rua Floriano Peixoto, Rua Santo Inácio (SC-410), além de estarem situadas pontualmente nas centralidades dos bairros.

Classificam-se como áreas de lazer: parques, praças, espaços para recreação e pratica esportiva. Essas áreas desempenham a função de melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade. Apresentam-se com maior predominância na localidade na Sede do município, nas vias: Rua Santo Inácio, Rua dos Imigrantes, Rua Salvador Gessele, Rua Nicolau Bado, Praça Getúlio Vargas, Praça Del Comune e de maneira pontual nos bairros.

No Distrito do Aguti, as áreas de lazer situam-se de maneira lindeira a Estrada Geral do Distrito do Aguti. Já no Distrito do Claraíba tais áreas apresentam-se de maneira lindeira a Estrada Tirol, SC-410 (no centro do distrito) e na SC-108 (localidade do Indaiá) e pontualmente em vias periféricas.

Já as áreas comerciais e de prestação de serviços, são constituídas de comércios varejistas e atacadistas diversificados, por prestadores de serviços de todos os setores, como escritórios profissionais ou mesmos mecânicas automotivas. No Distrito do Claraíba, ocorrem de maneira lindeira as SC-108 e SC-410, especialmente na área central do distrito, cabendo salientar sua maior predominância em sentido a Sede do município. Já no Aguti ocorrem na centralidade da área urbana do distrito.

Na Sede as ocupações destinadas para comércio e prestação de serviços, situam-se predominantemente nas vias: Rua Madre Paulina (localidade do Vígolo), na Rua Brusque (SC-410) em direção ao Distrito do Claraíba, na Rua Nereu Ramos, na Rua dos Imigrantes, na Rua Nicolau Bado (SC-410), na Rua Florianópolis(SC-410) com grande destaque para a Rua Santo Inácio que apresenta maior incidência de comércios e prestação de serviços no município. Vale ressaltar, que as demais regiões da Sede também apresentam está tipologia de ocupação, porém, de maneira pontual.

As edificações mistas são aquelas destinadas a abrigar as atividades de diferentes usos, tais como: comércios ou prestação de serviços junto a residências. Na Sede do município, tais usos encontram-se com maior evidência nas vias: Rua dos

Imigrantes, Rua Nereu Ramos, na Rua Nicolau Bado (SC-410), Rua Santo Inácio (SC-110) e Rua do Alferês, bem como de maneira pontual nas demais localidades da Sede. Já no Distrito do Claraíba, são encontradas de maneira lindeira a SC-410.

Áreas residências são voltadas para uso predominante residencial unifamiliar ou multifamiliar, podendo ser constituída por condomínios verticais ou horizontais. Tais ocupações são predominantes do Distrito do Aguti, bem como nas áreas periféricas da Sede e do Distrito do Claraíba.

Áreas industriais são voltadas para o setor de produção dos mais diversos setores como agricultura, manufatura e serviços, os quais são fundamentais para a manutenção de uma economia diversificada. No Distrito do Claraíba encontramos um número elevado de ocupações voltados para usos industriais, situados de maneira lindeiras as SC-410 e SC-108. Já na Sede, estes usos apresentam-se preferencialmente na Rua dos Alferês, Rua Felipe Schimitz, Rua João Bayer Sobrinho, Rua Madre Paulina, Rua Hipolito Boiteux, Rua Brusque, Rua dos Imigrantes, Rua Nicolau Bado, SC-410 e Rua Florianópolis, todavia, também são encontradas de maneira pontual em outras localidades da sede.

Vale ressaltar que as ocupações com características rurais, especialmente com atividades agrícolas e de criação de animais, estão presentes em diversas partes do perímetro urbano da sede e dos distritos, evidenciando-se nos vazios urbanos e nas construções destinadas para tais atividades nas áreas periféricas da Sede. Podemos visualizar, alguns exemplos na Figura 99 e Figura 100, as quais apresentam atividades de pecuária, em como depósito de produtos destinados a agropecuária dentro do perímetro urbano da Sede.

Figura 99 – Rua Vicente Piva na Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

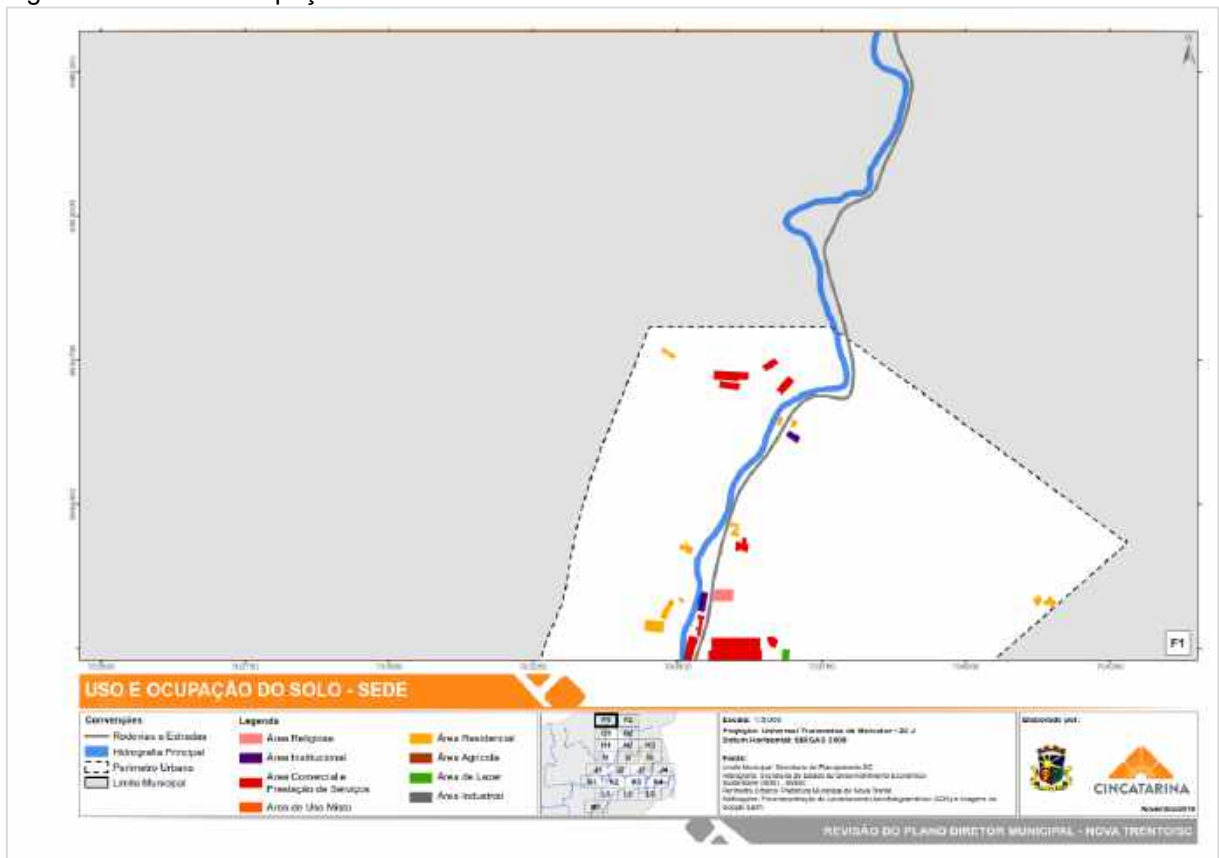
Figura 100 - Rua Clemente Demonti.



Fonte: CINCATARINA (2019)

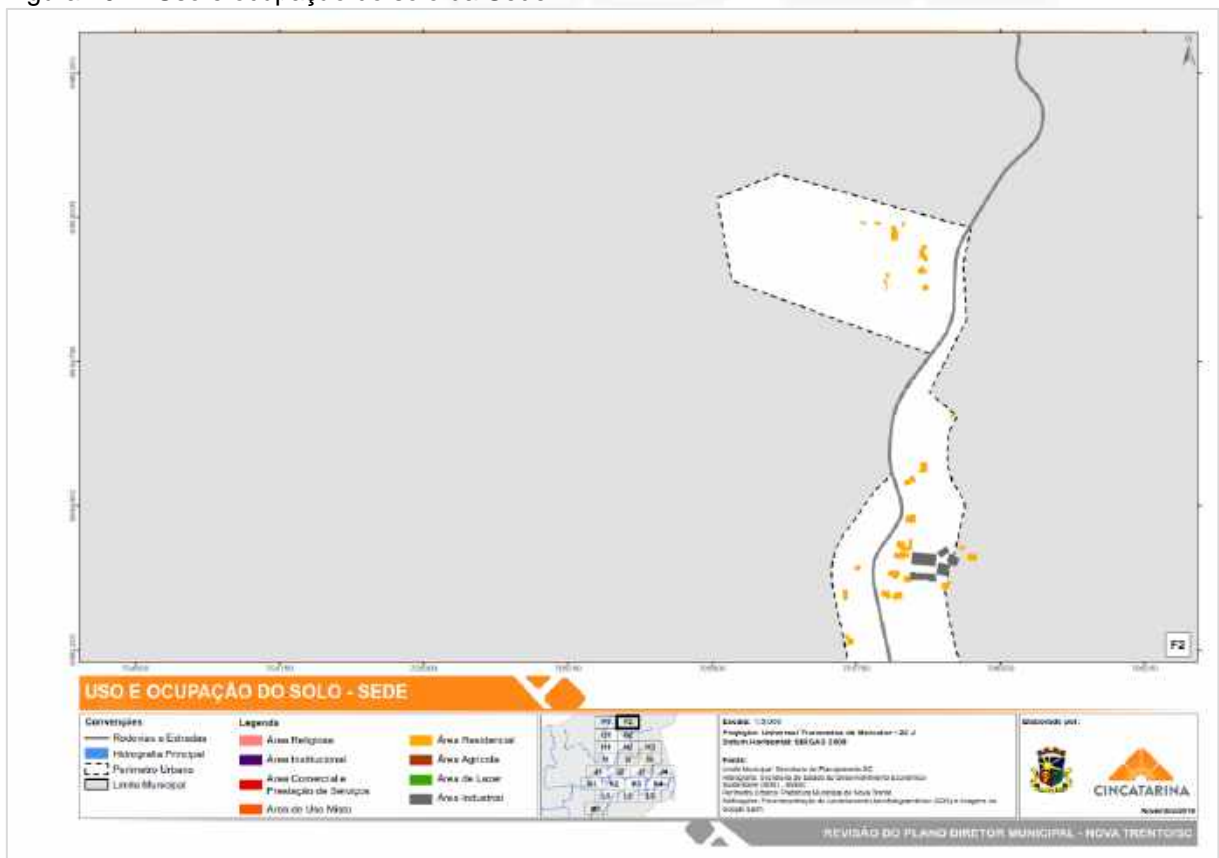
A classificação do uso do solo na Sede está representada nas Figura 101 a Figura 122, já nos Distrito do Aguti na Figura 123 e no Distrito do Claraíba nas Figura 124 a Figura 133, dispostas a seguir:

Figura 101 - Uso e ocupação do solo da Sede.



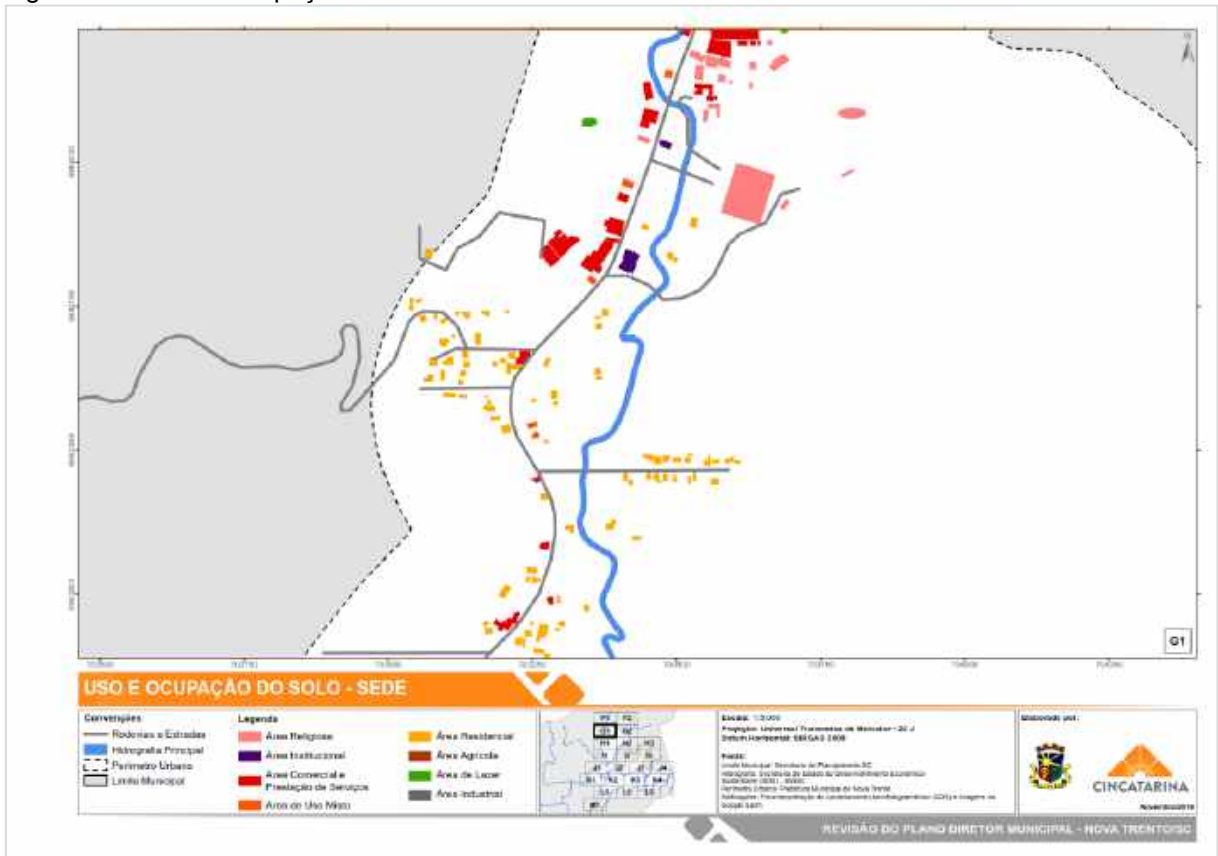
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 102 - Uso e ocupação do solo da Sede.



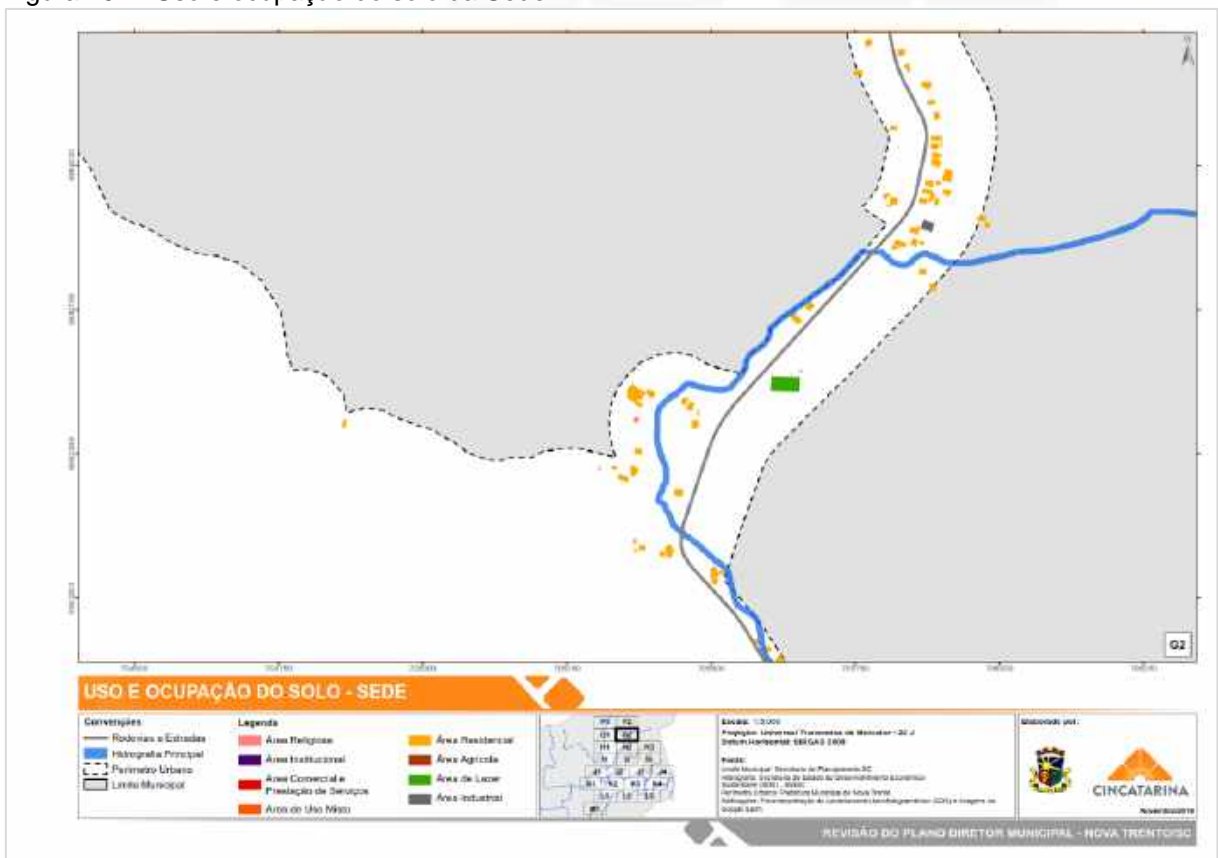
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 103 - Uso e ocupação do solo da Sede.



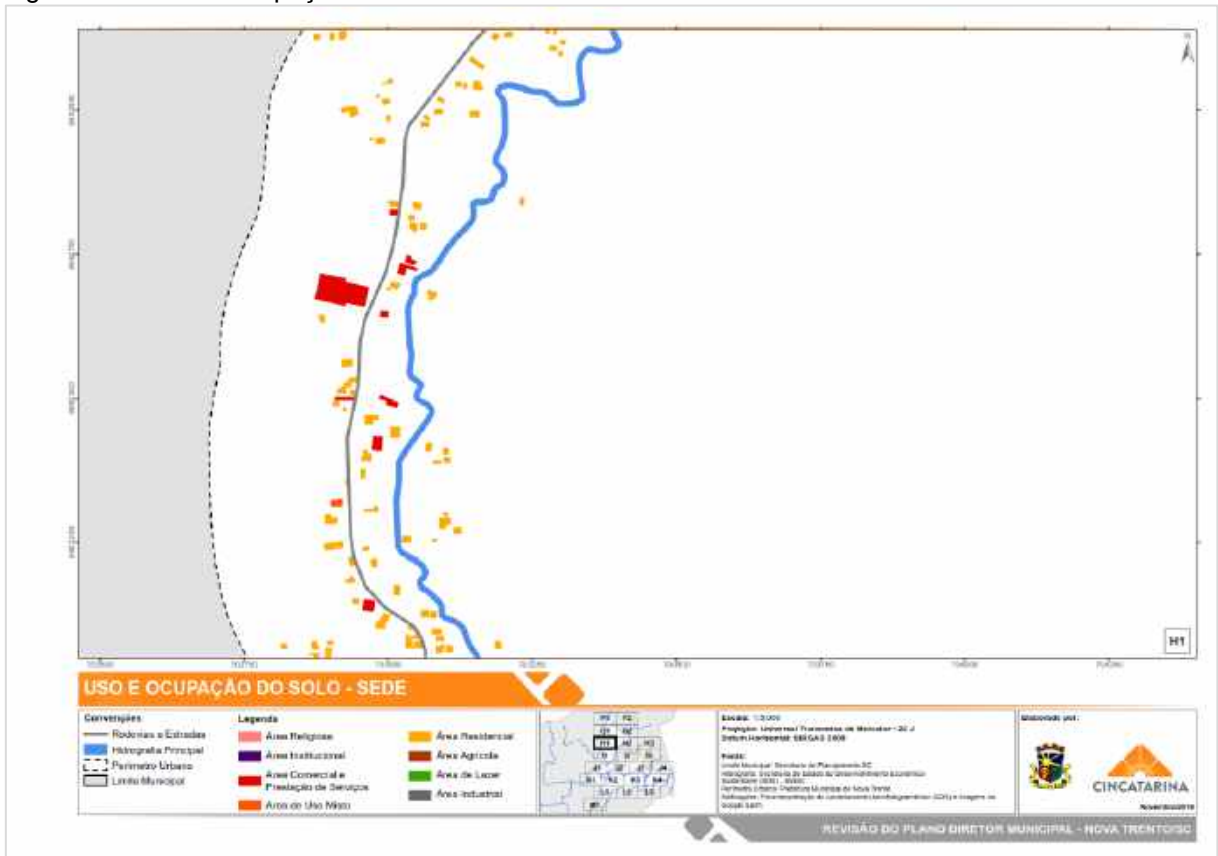
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 104 - Uso e ocupação do solo da Sede.



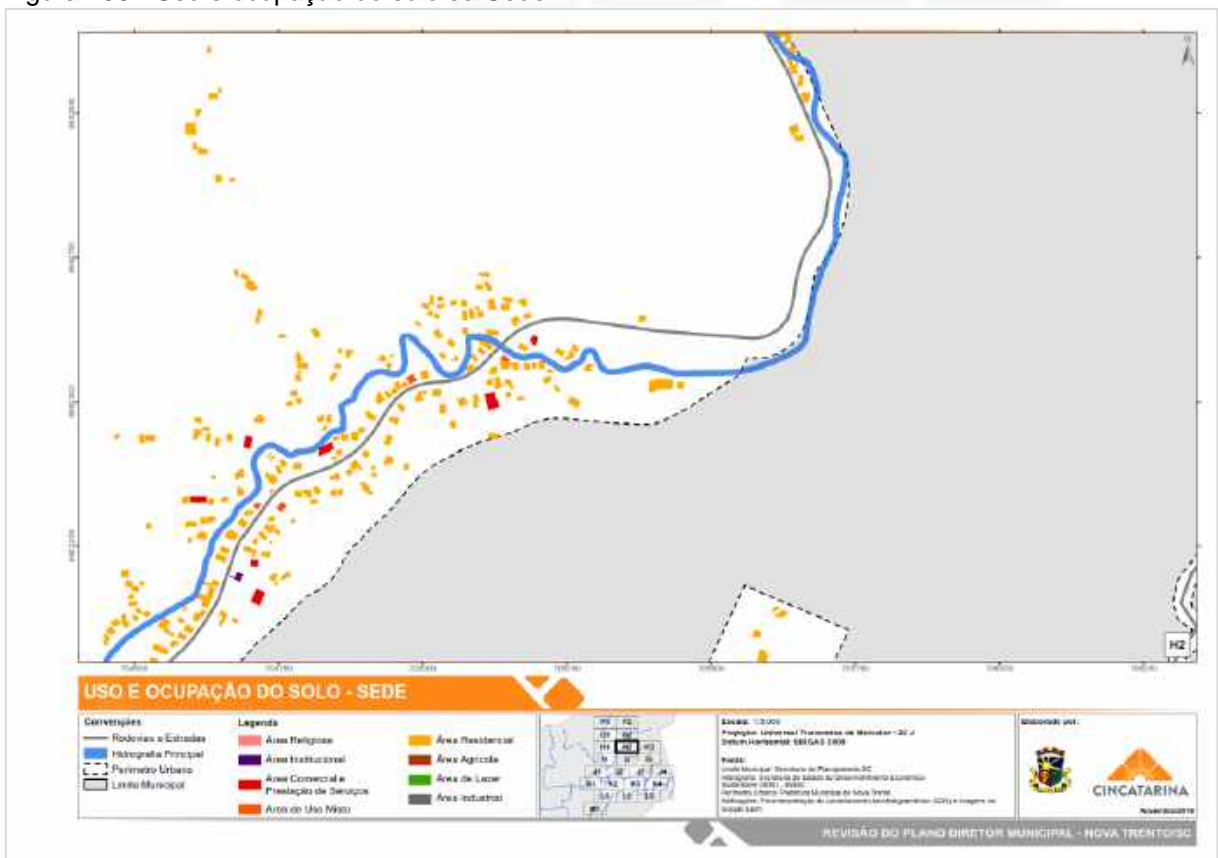
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 105 - Uso e ocupação do solo da Sede.



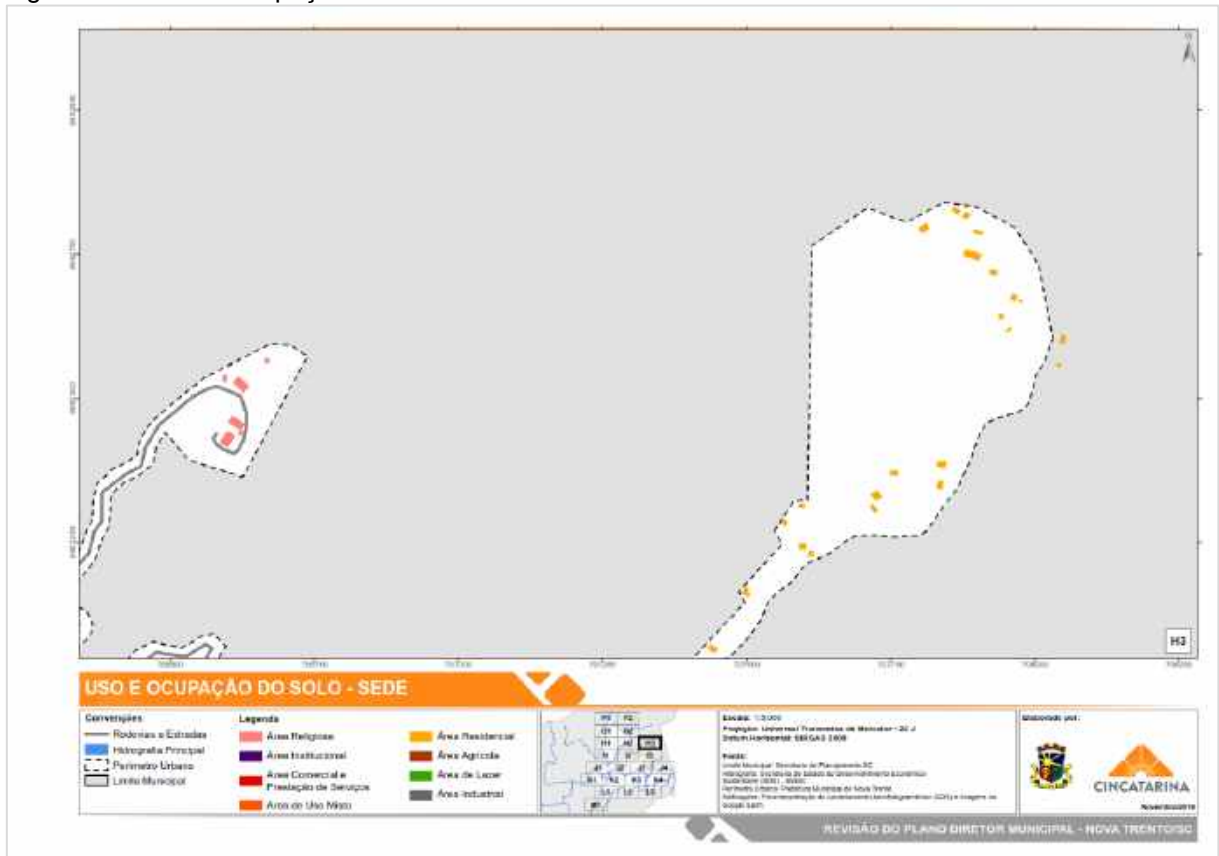
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 106 - Uso e ocupação do solo da Sede.



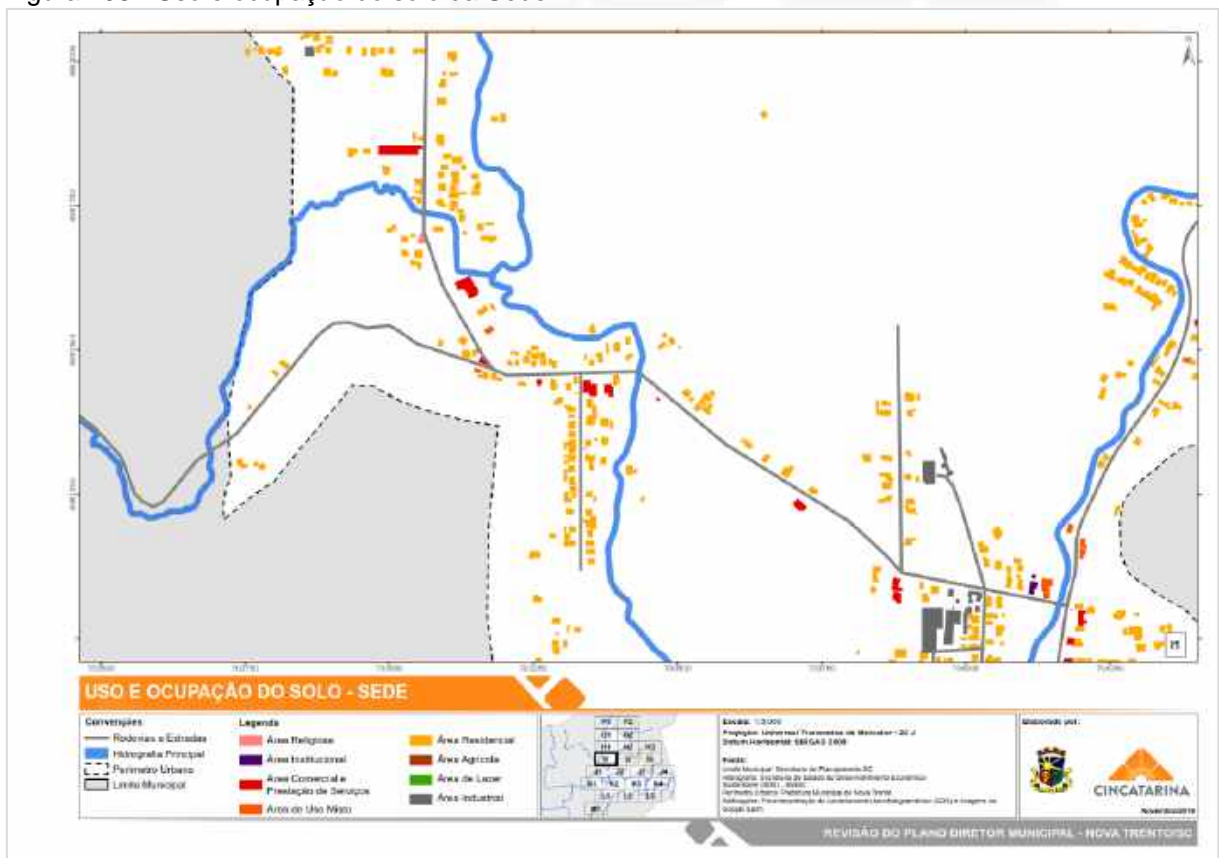
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 107 - Uso e ocupação do solo da Sede.



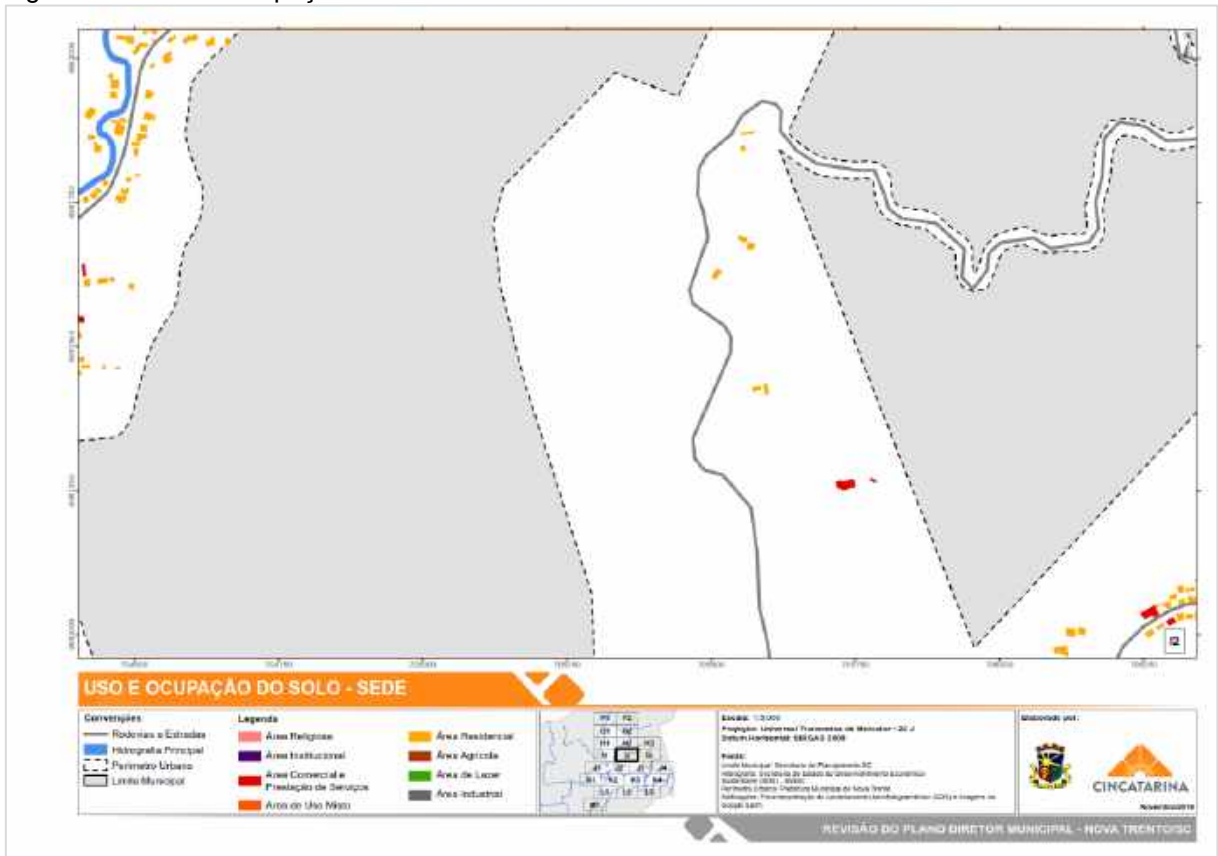
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 108 - Uso e ocupação do solo da Sede.



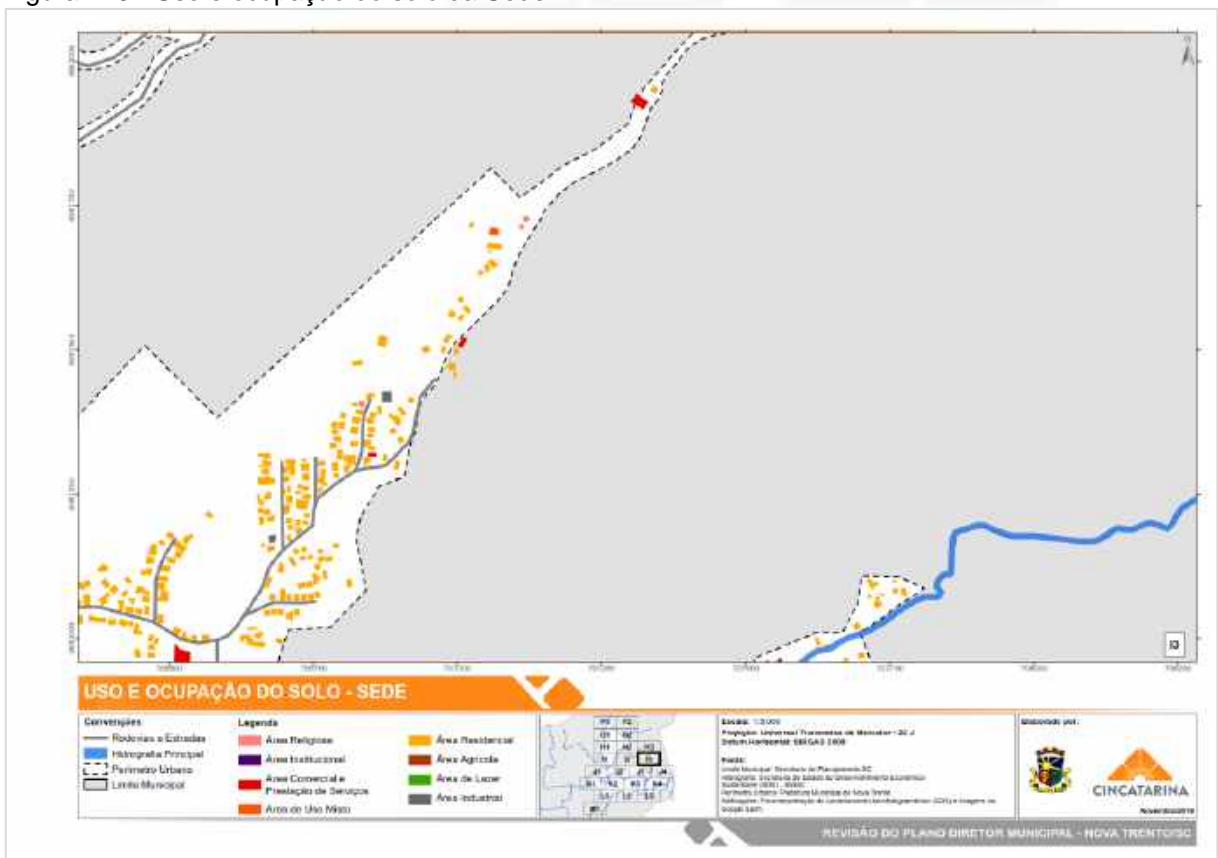
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 109 - Uso e ocupação do solo da Sede.



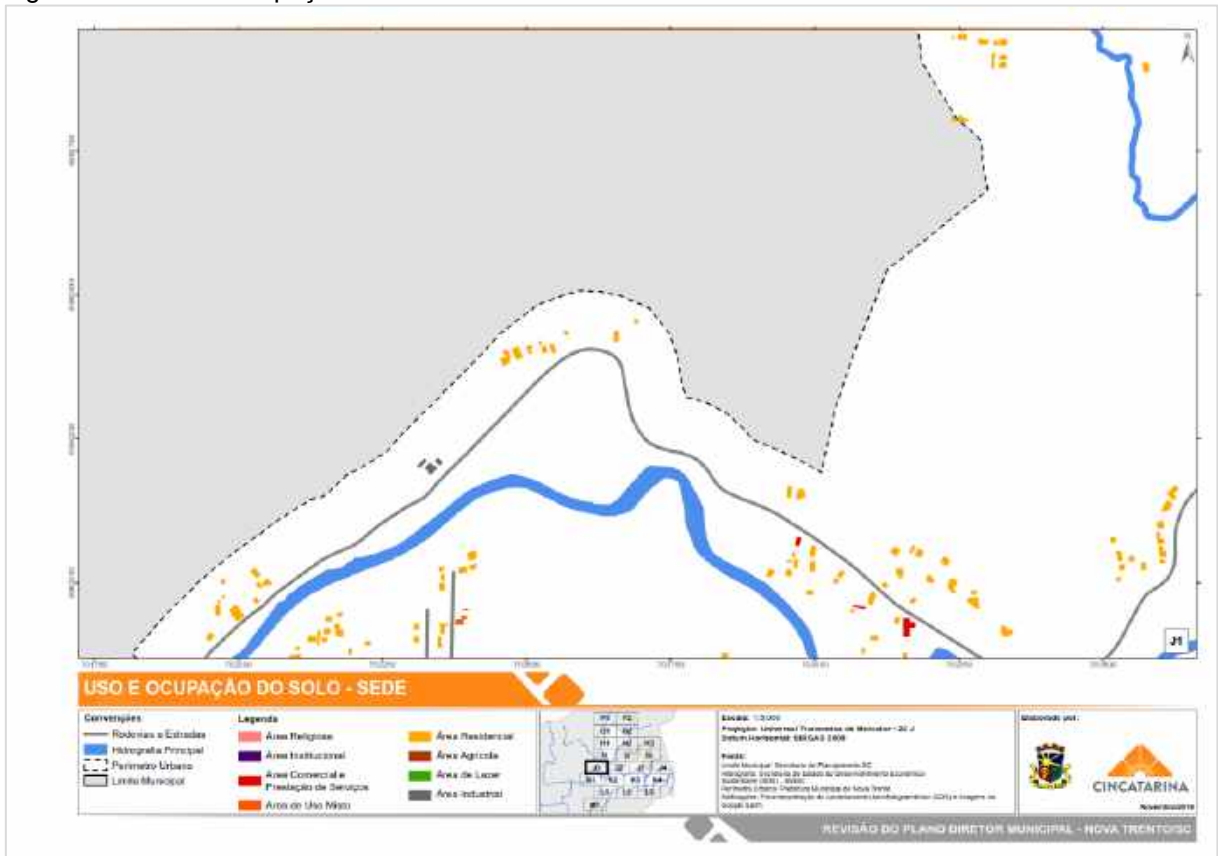
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 110 - Uso e ocupação do solo da Sede.



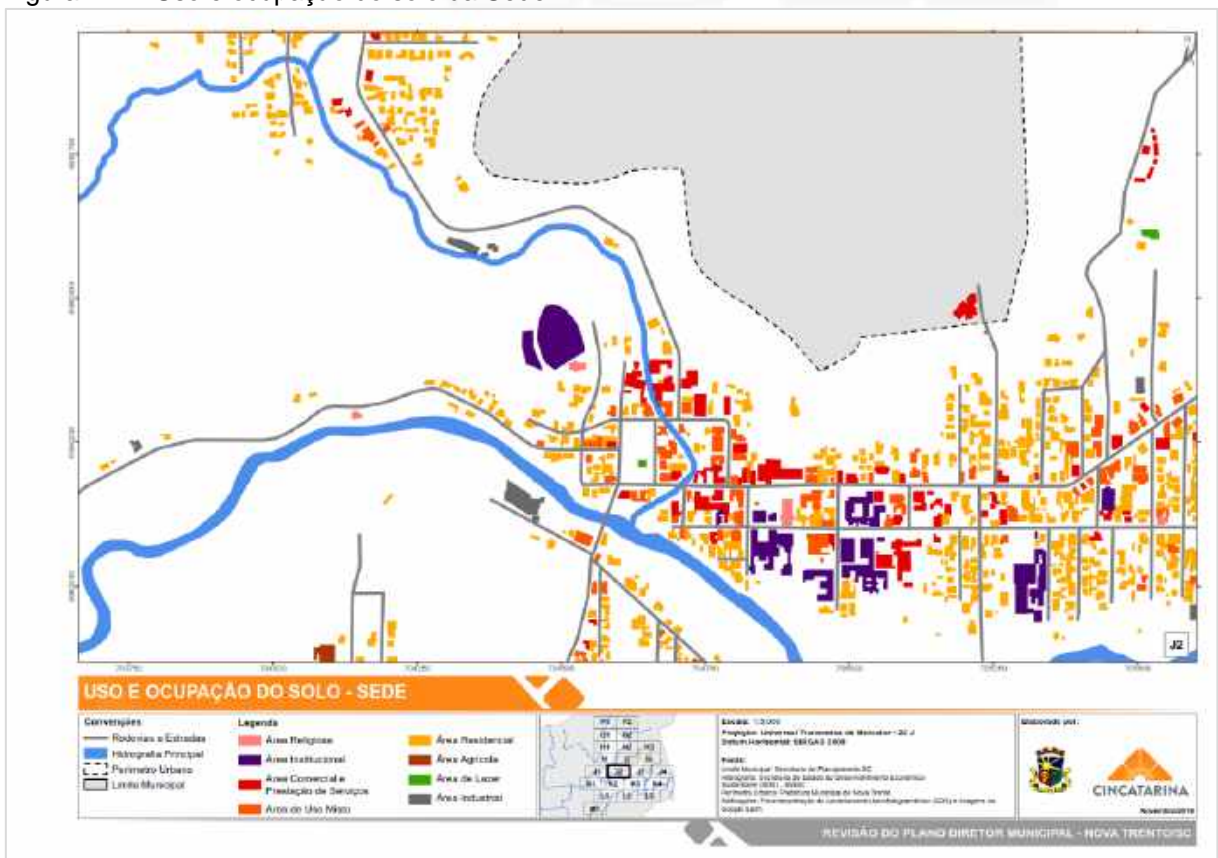
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 111 - Uso e ocupação do solo da Sede.



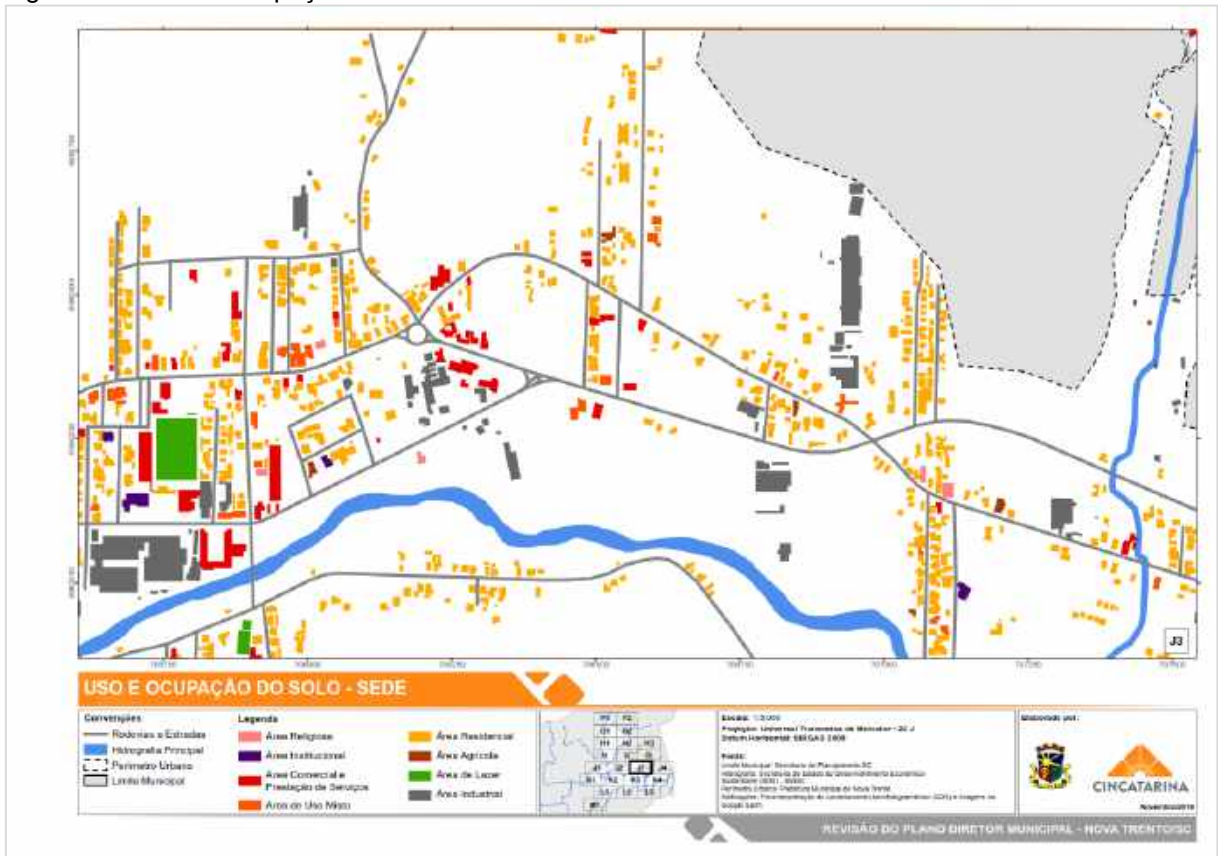
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 112 - Uso e ocupação do solo da Sede.



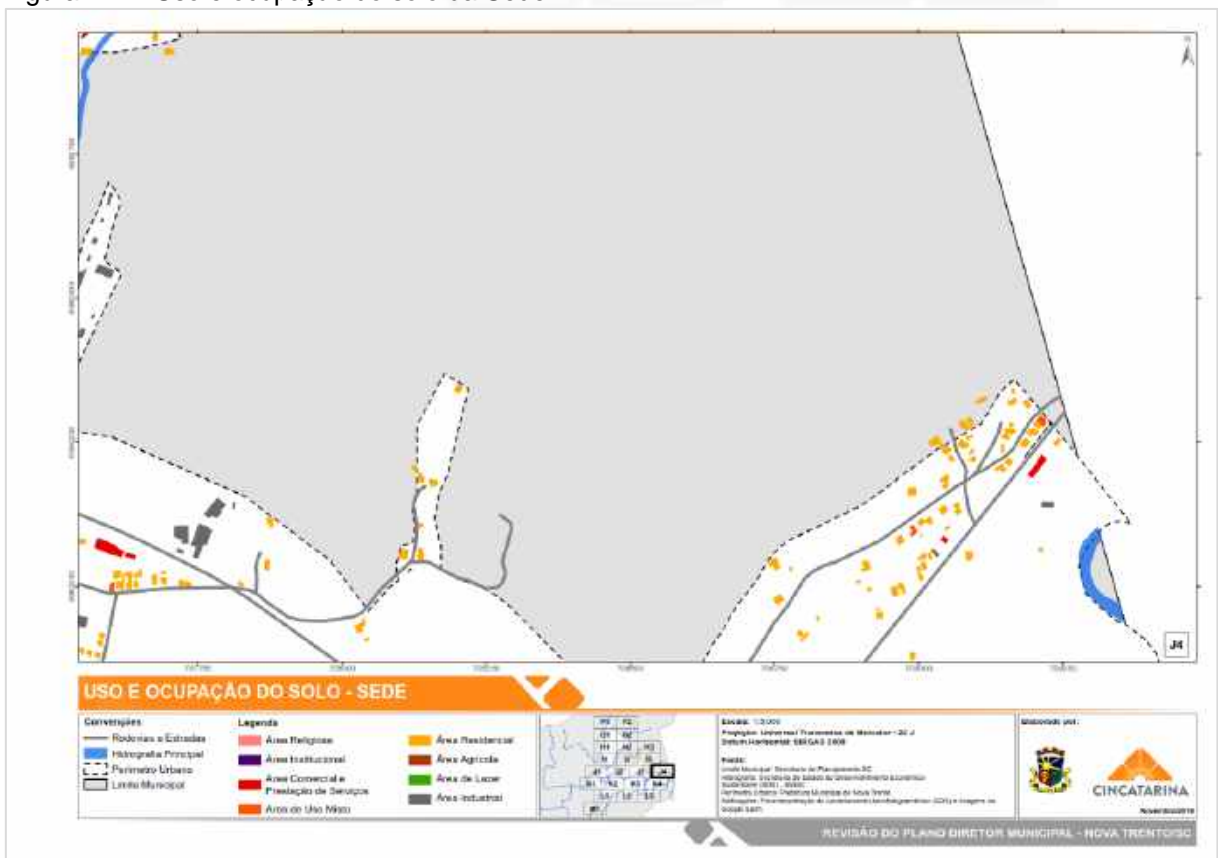
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 113 - Uso e ocupação do solo da Sede.



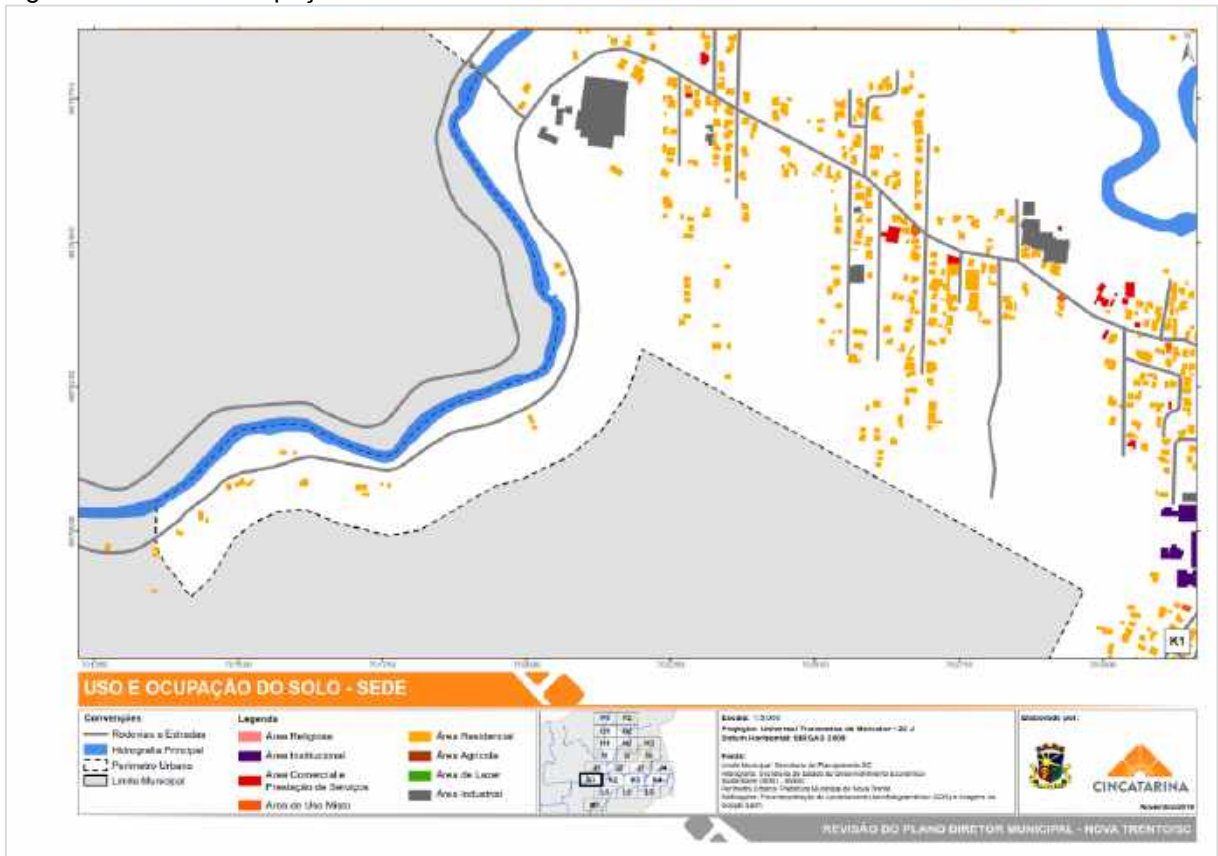
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 114 - Uso e ocupação do solo da Sede.



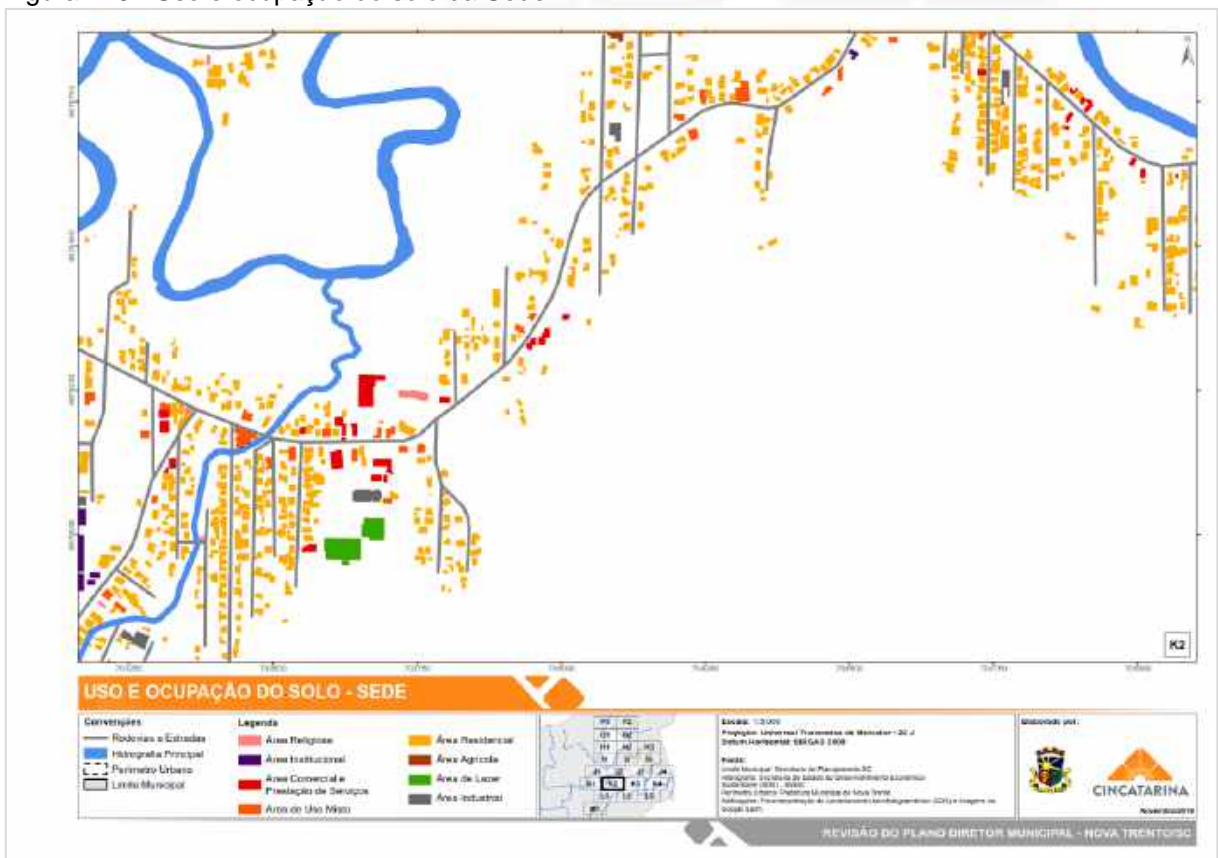
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 115 - Uso e ocupação do solo da Sede.



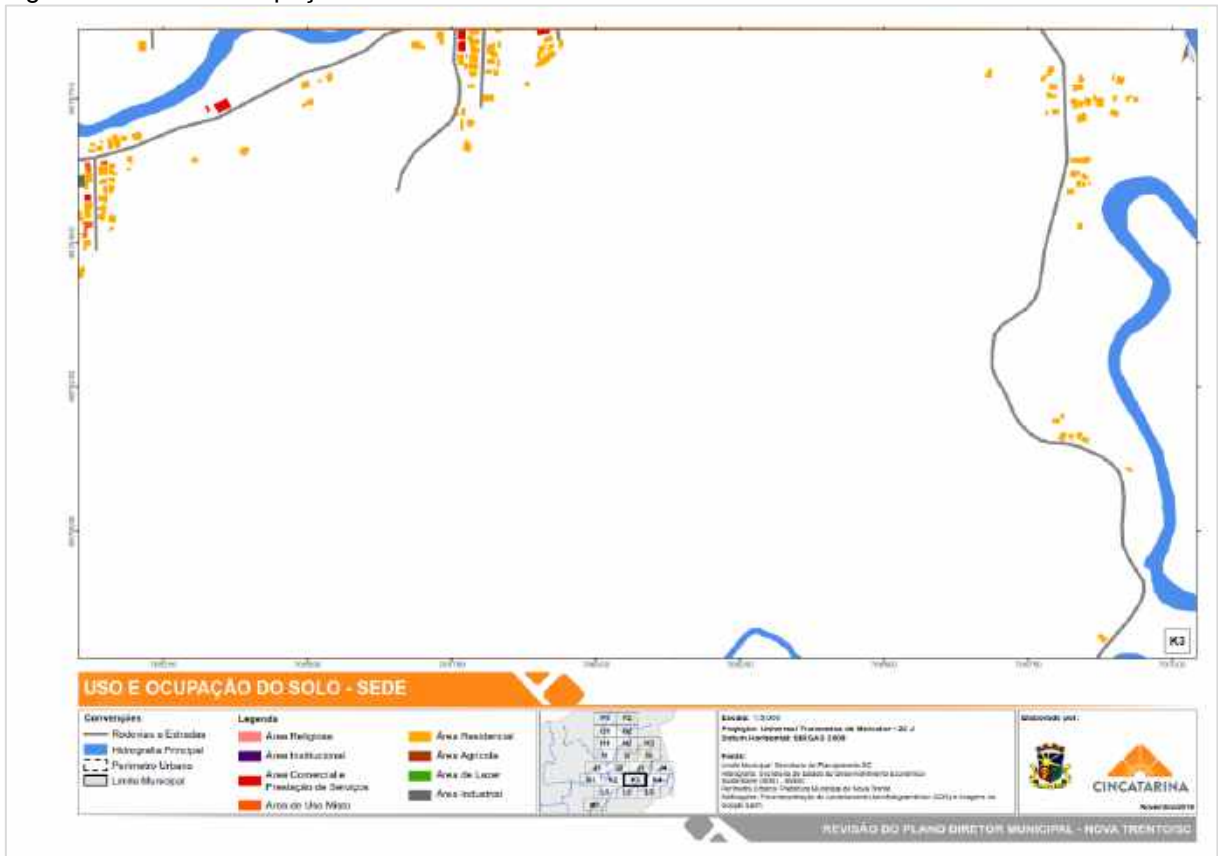
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 116 - Uso e ocupação do solo da Sede.



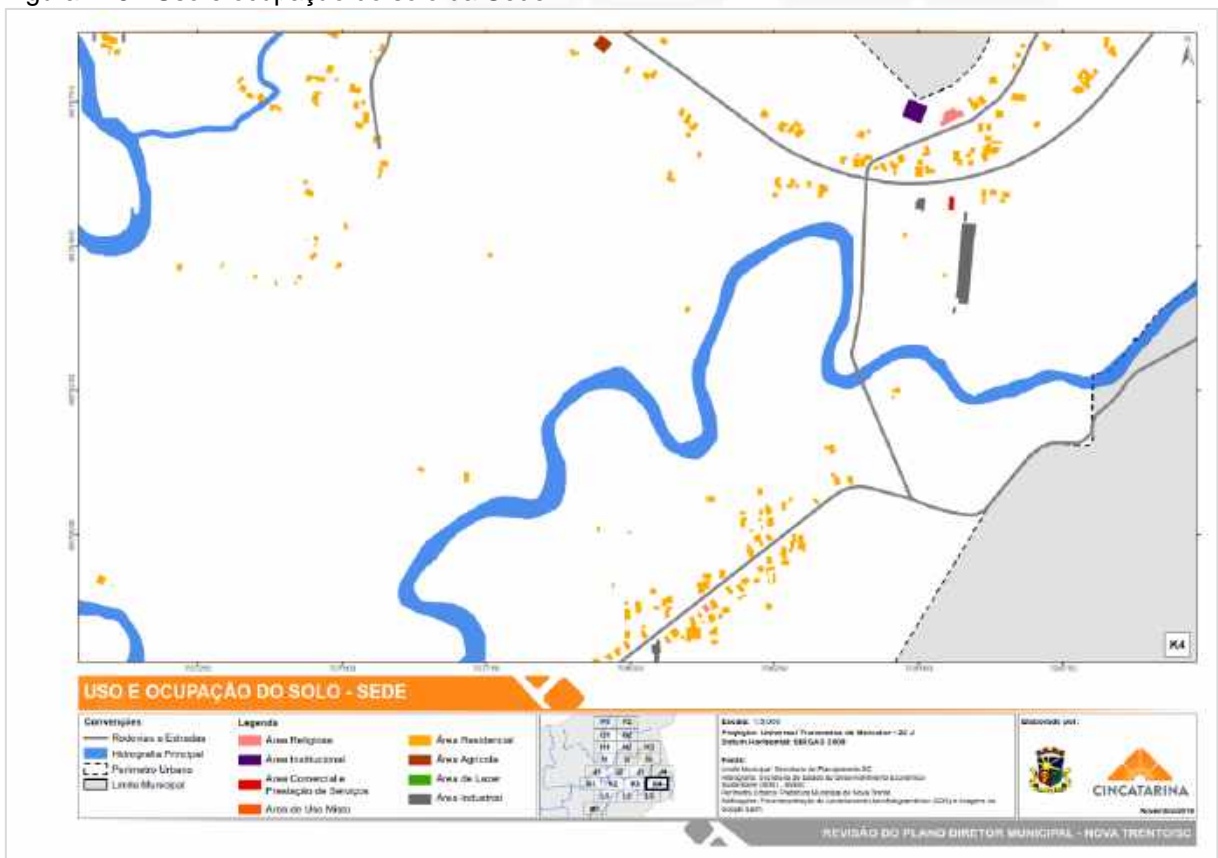
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 117 - Uso e ocupação do solo da Sede.



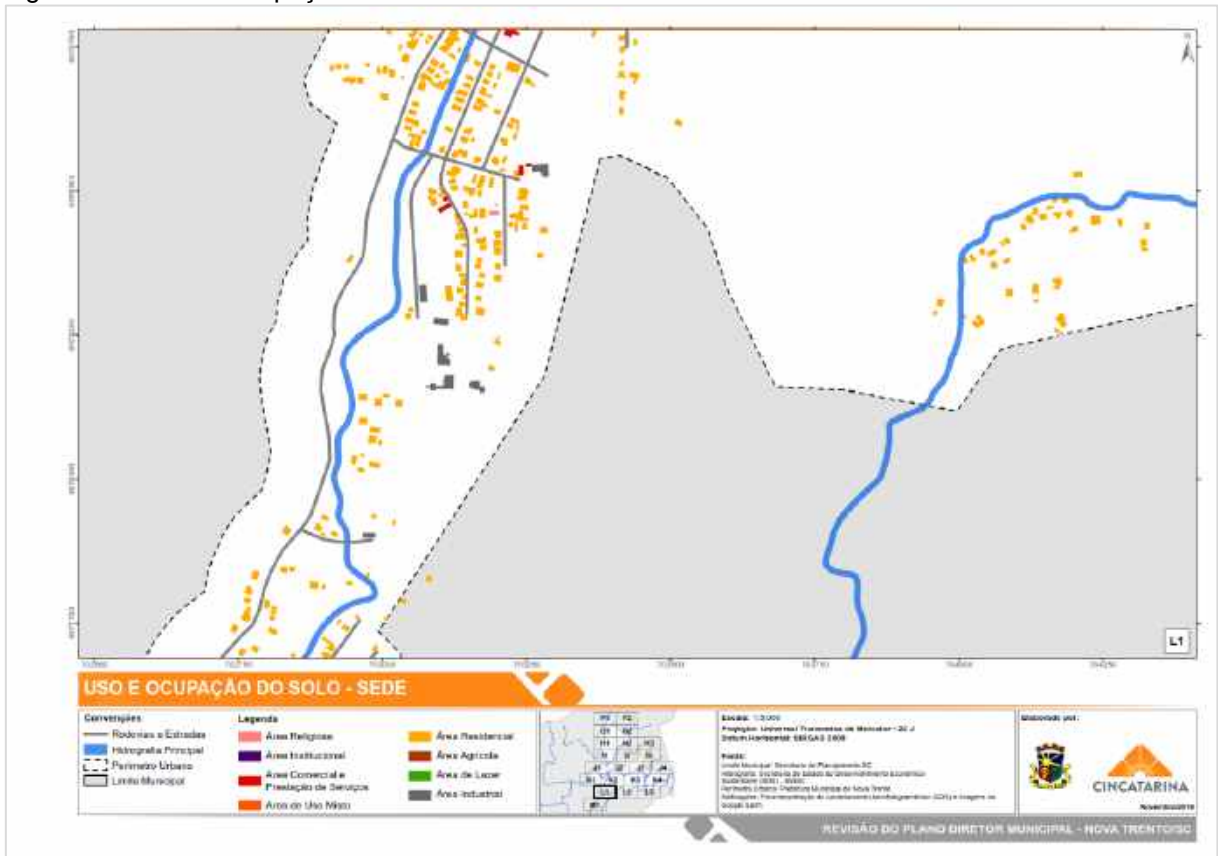
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 118 - Uso e ocupação do solo da Sede.



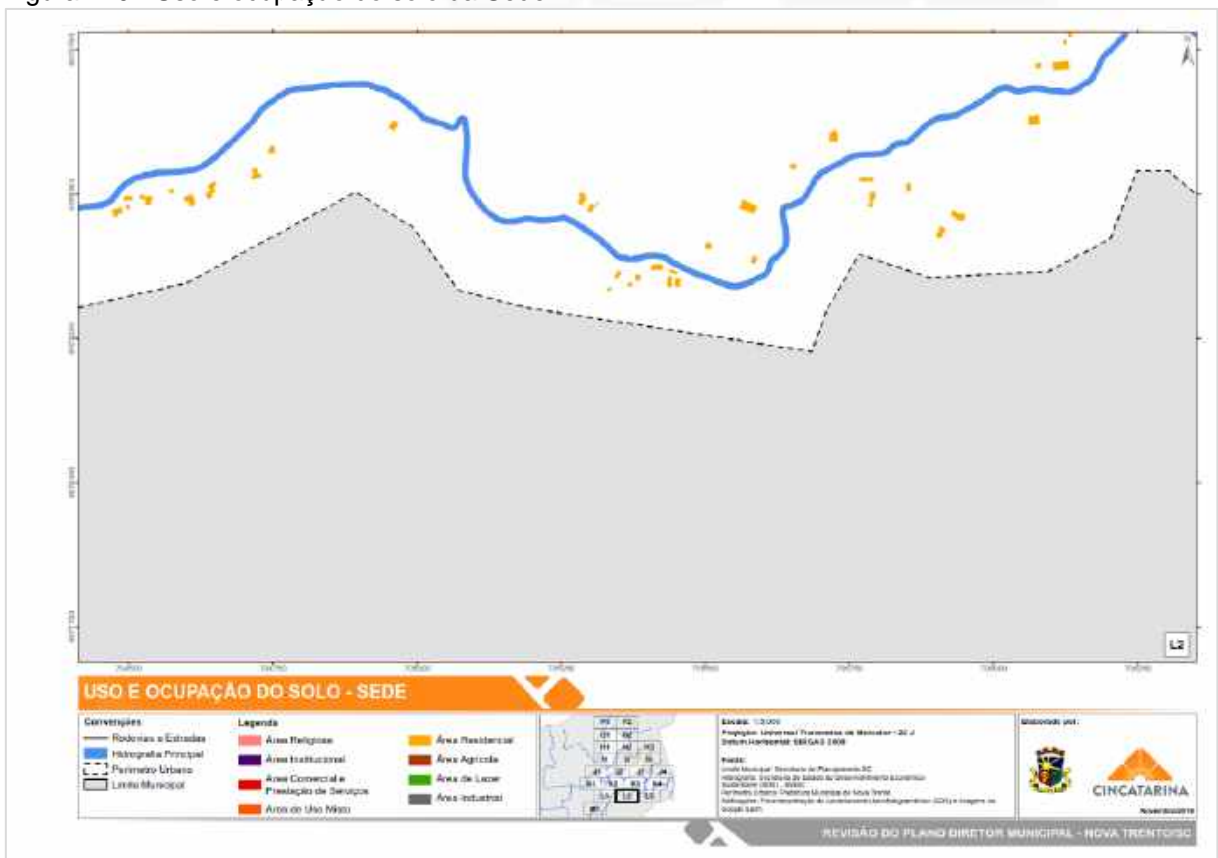
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 119 - Uso e ocupação do solo da Sede.



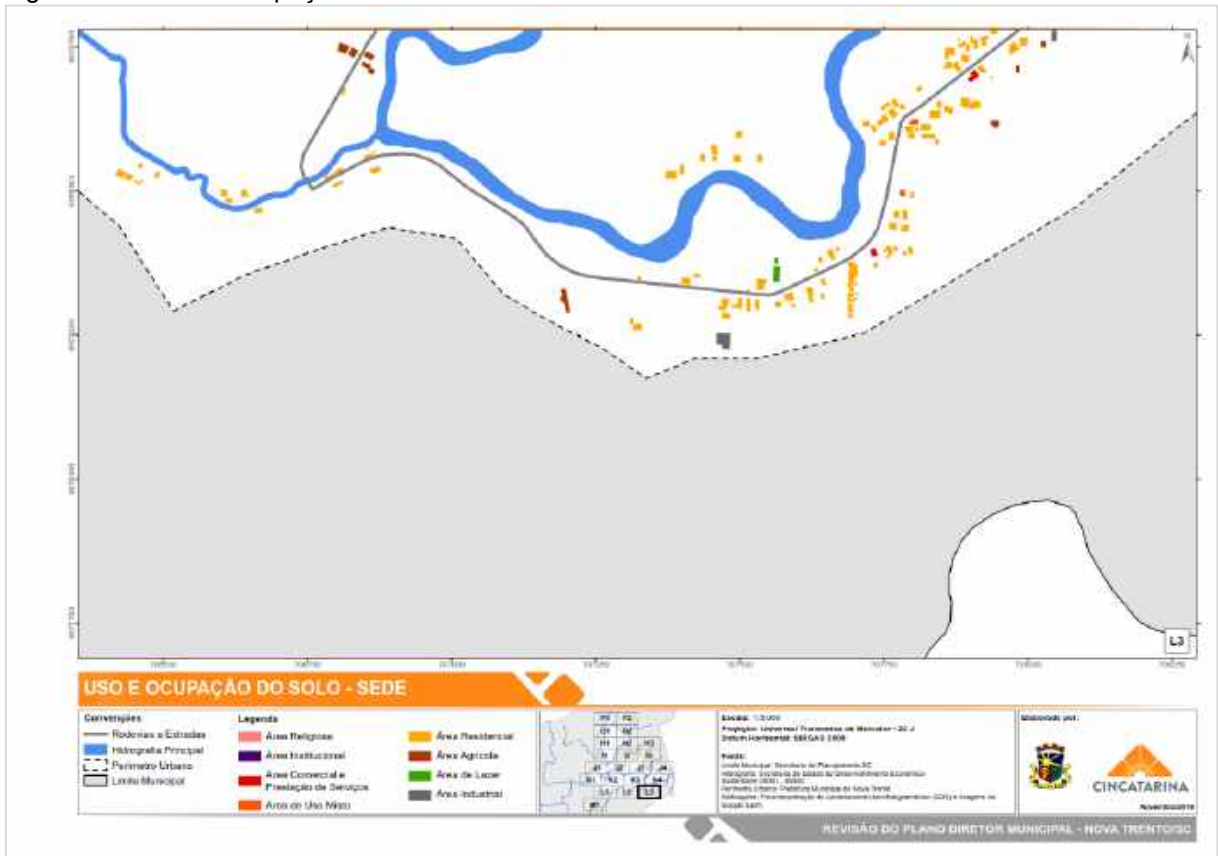
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 120 - Uso e ocupação do solo da Sede.



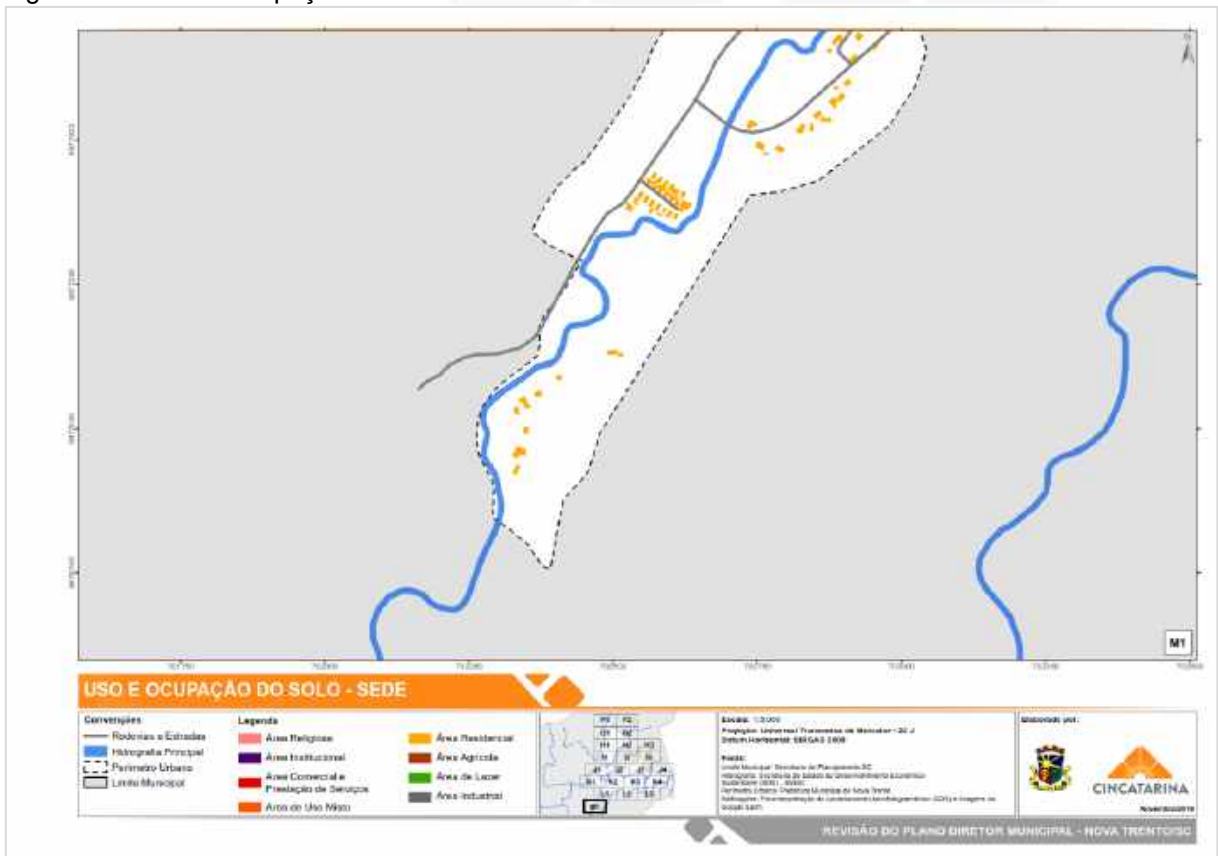
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 121 - Uso e ocupação do solo da Sede.



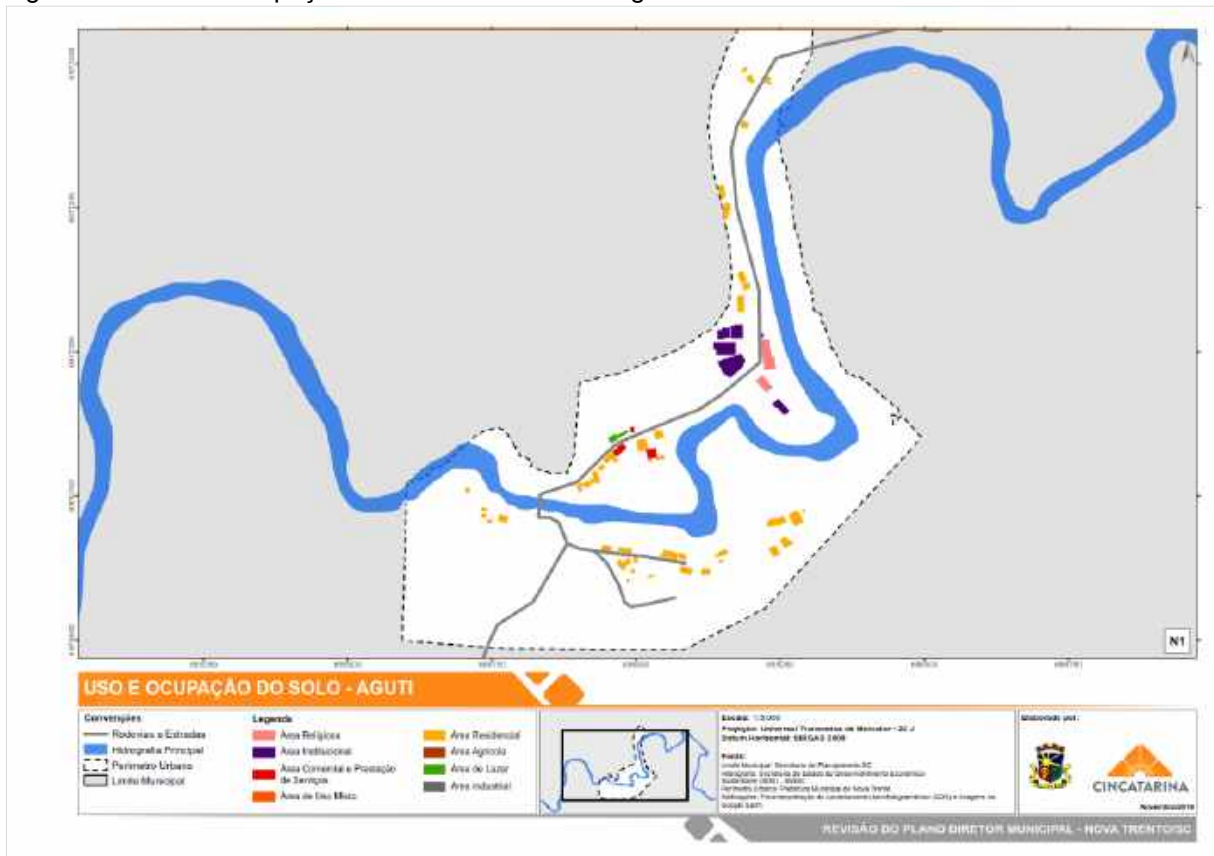
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 122 - Uso e ocupação do solo da Sede.



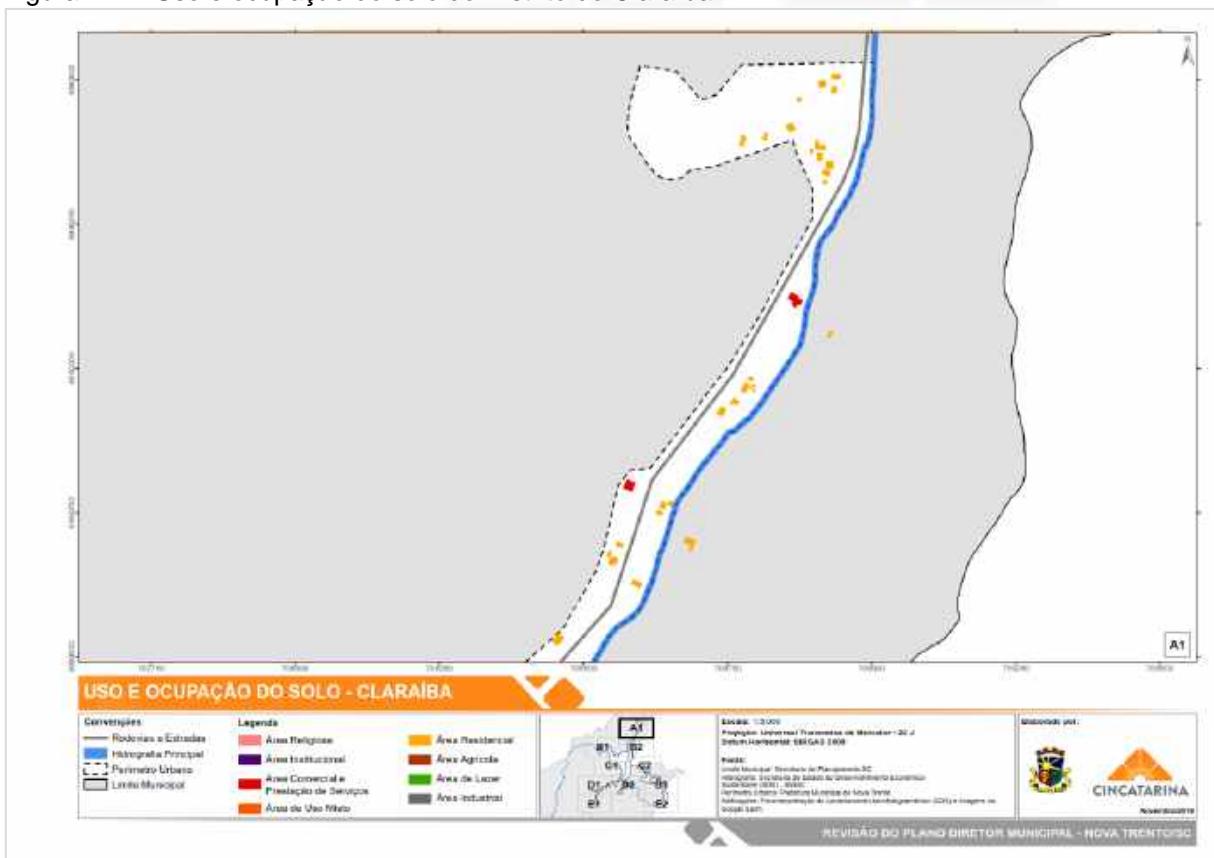
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 123 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Aguti.



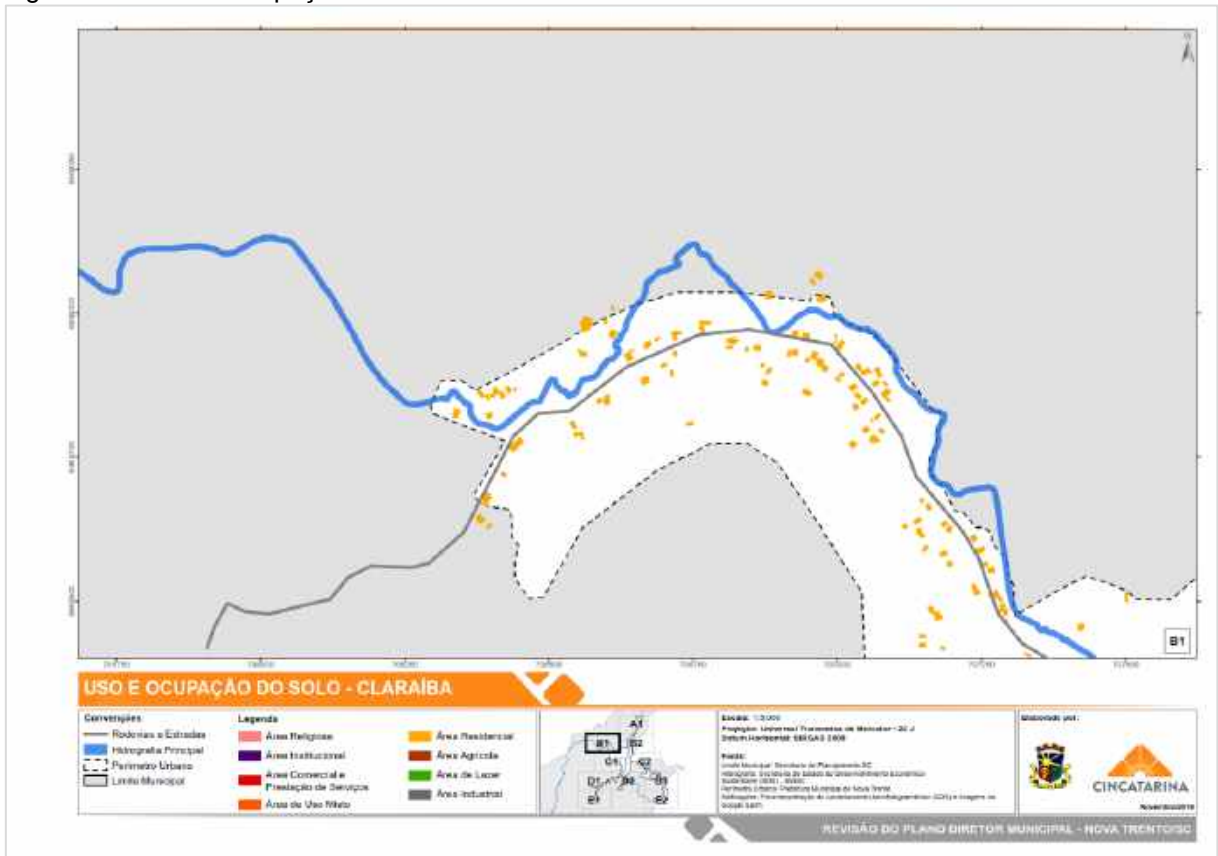
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 124 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.



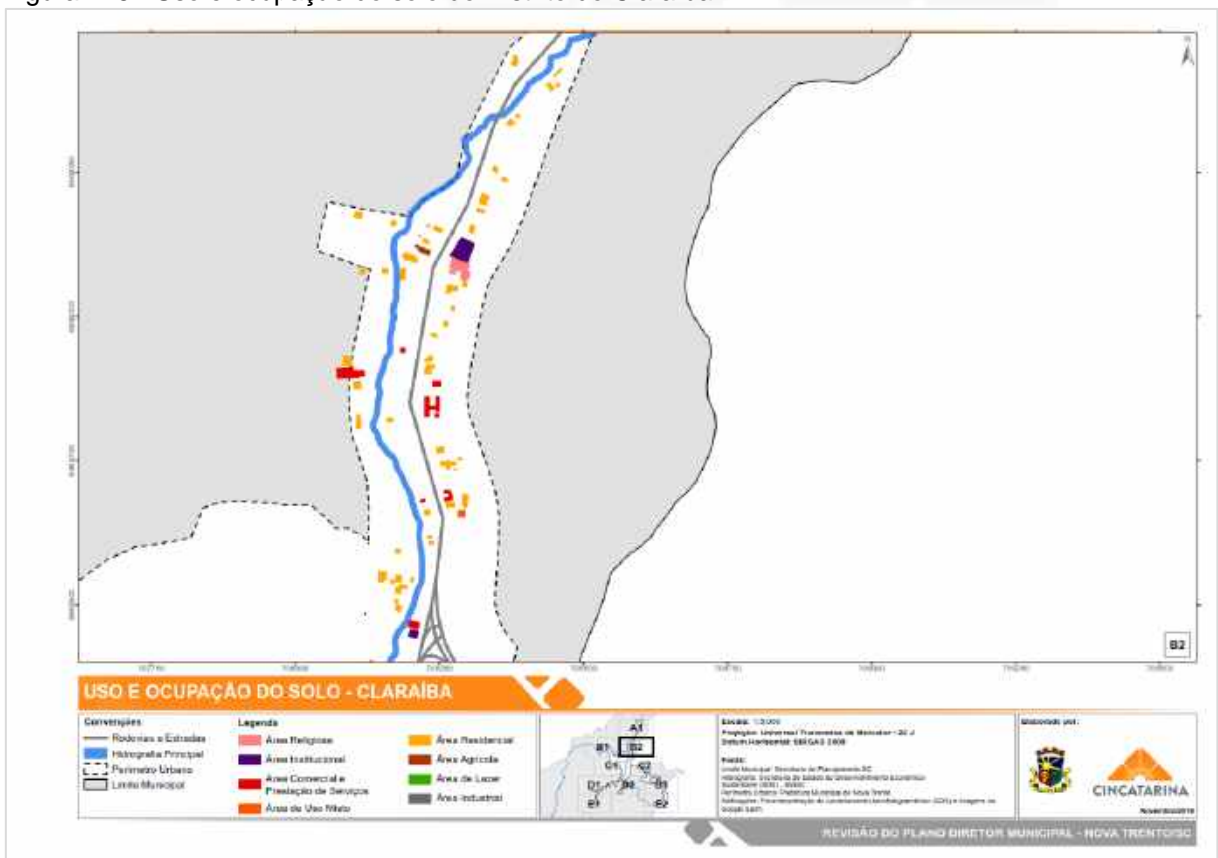
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 125 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.



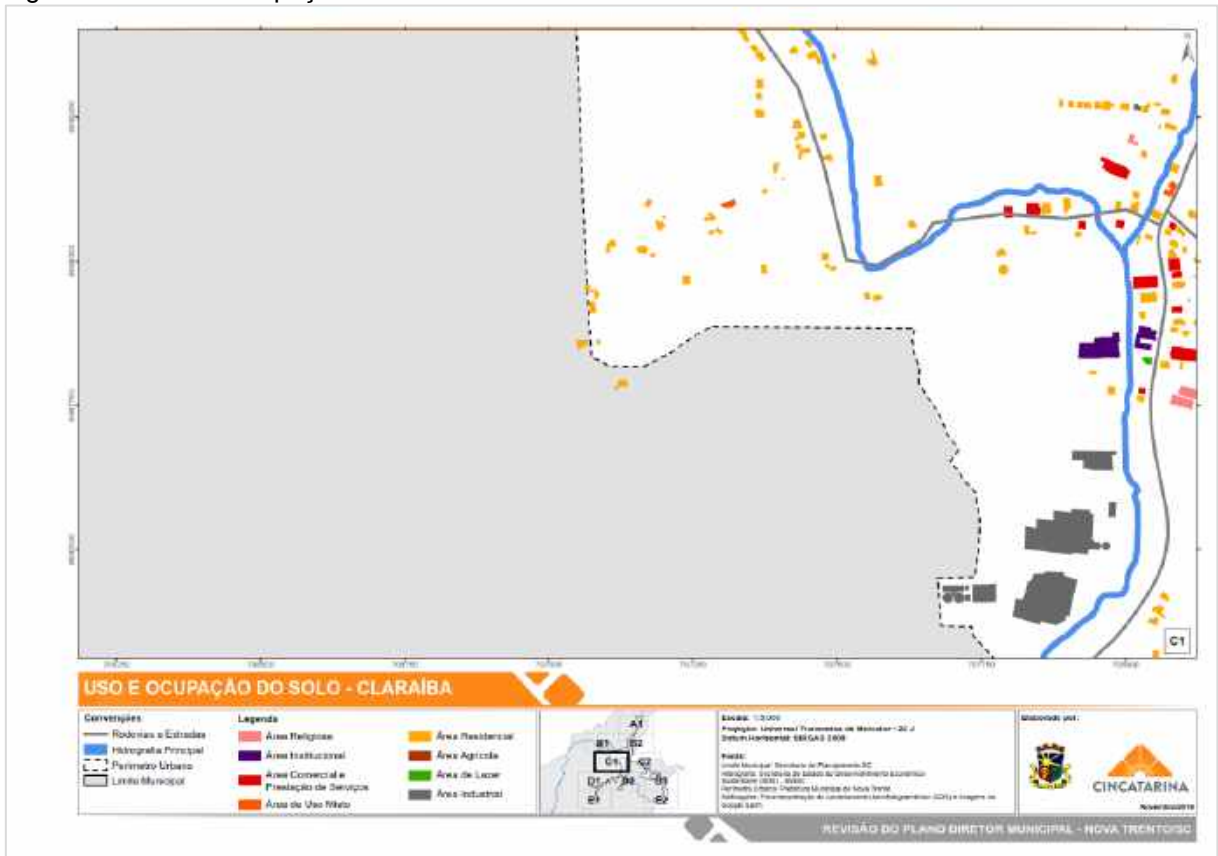
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 126 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.



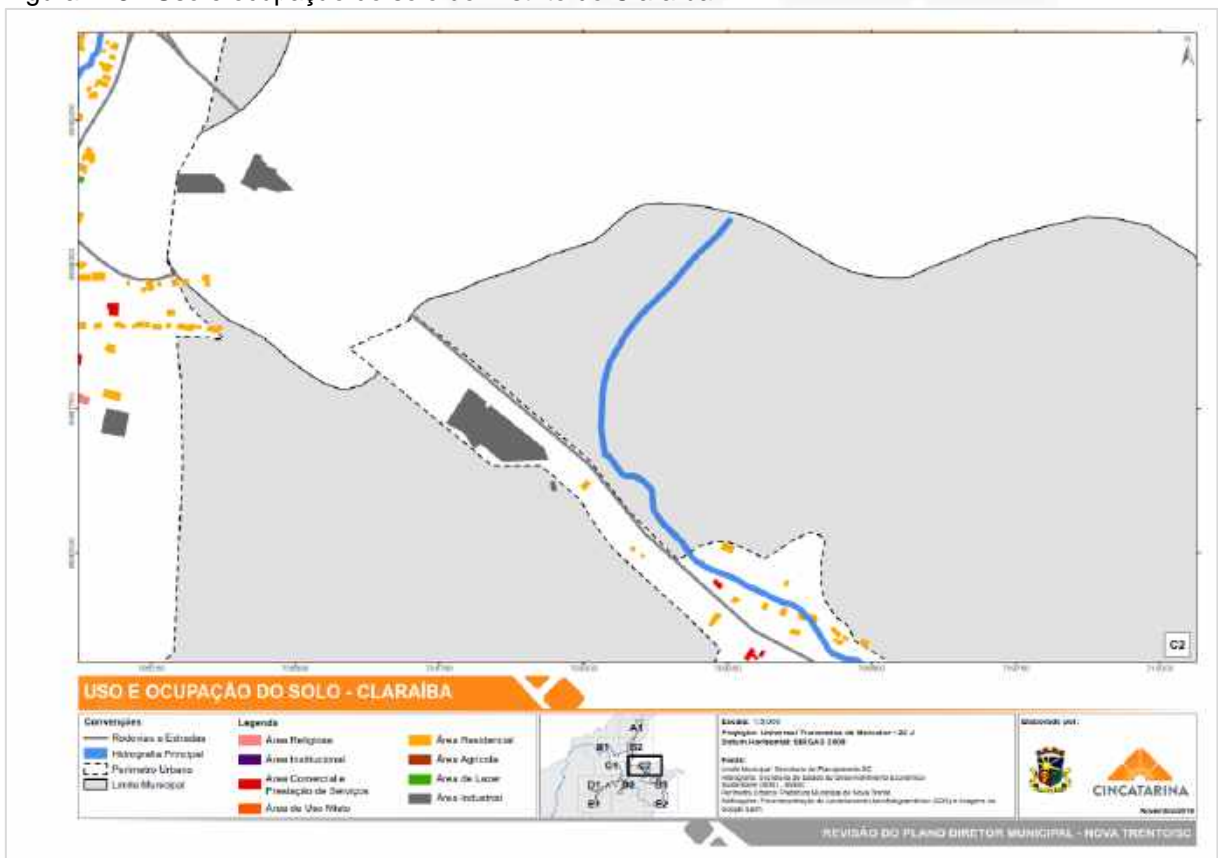
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 127 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.



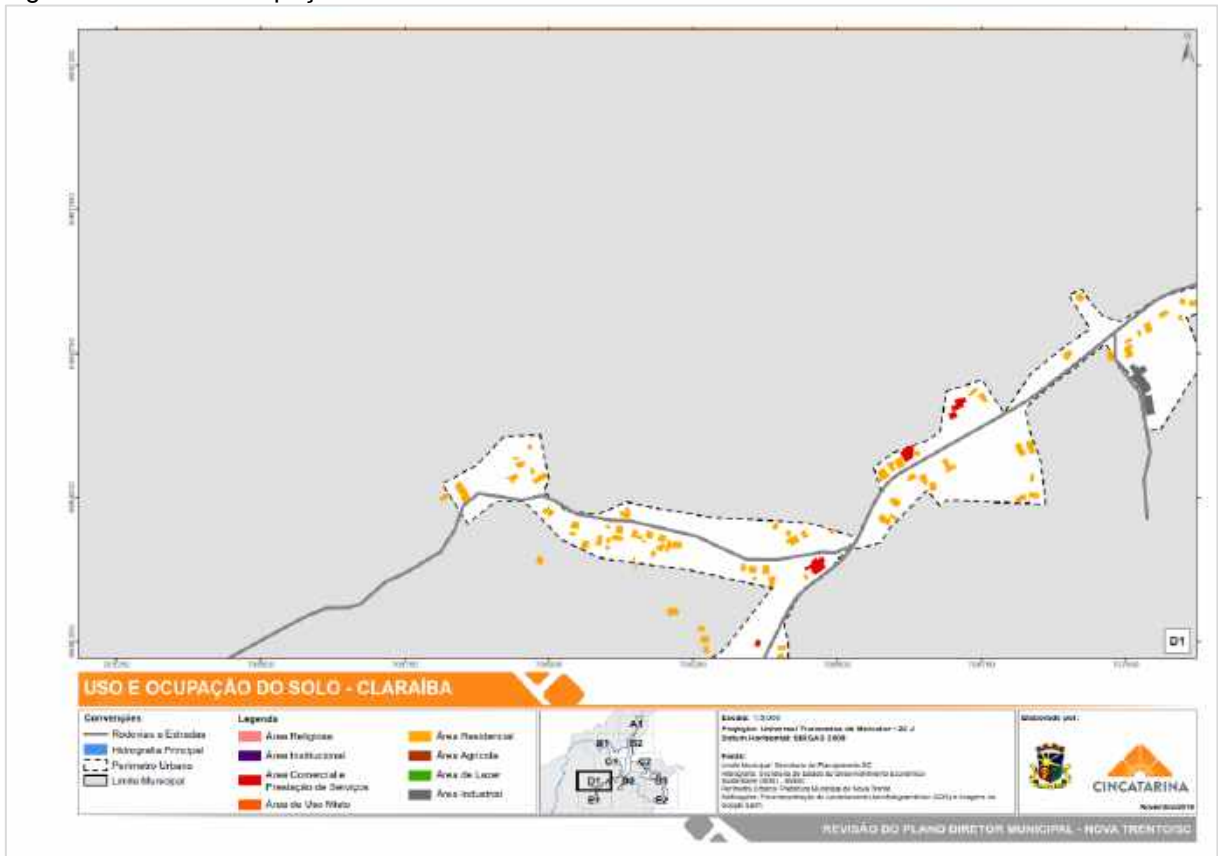
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 128 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.



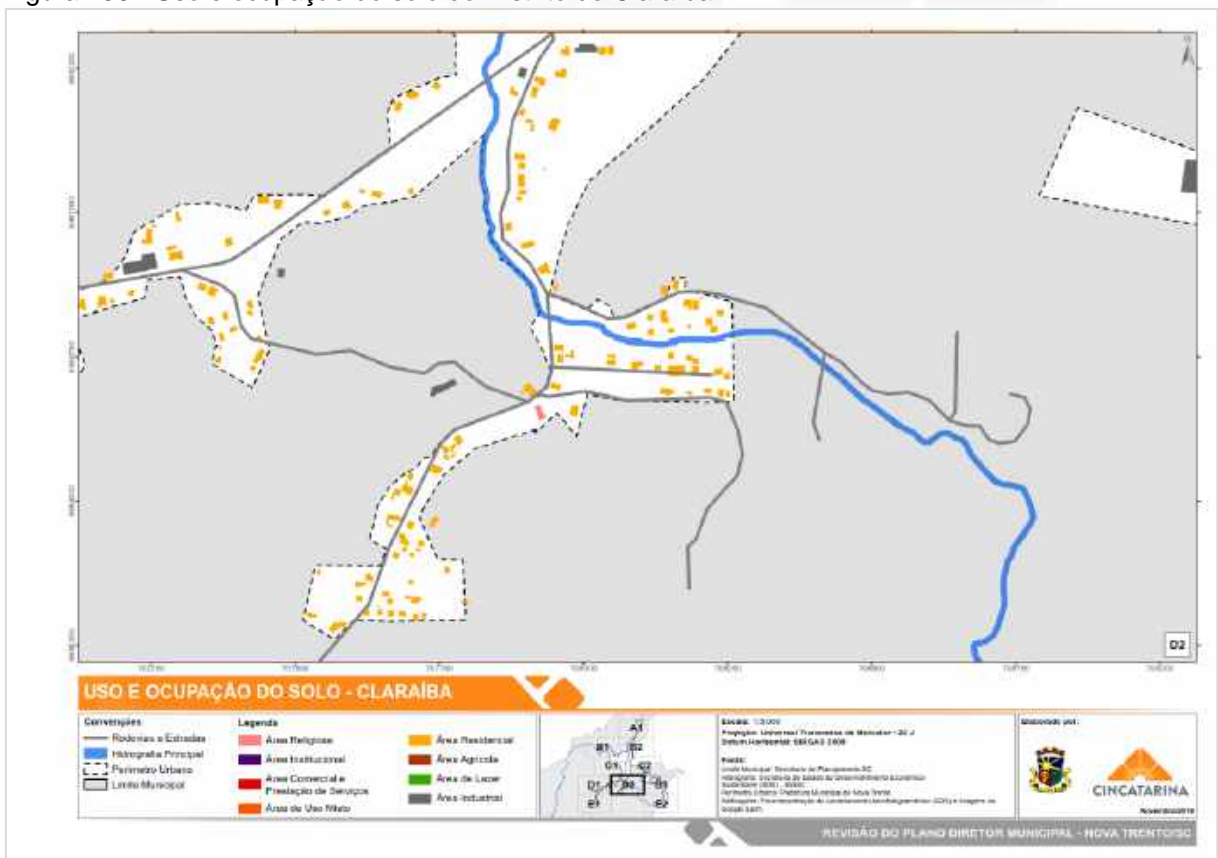
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 129 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.



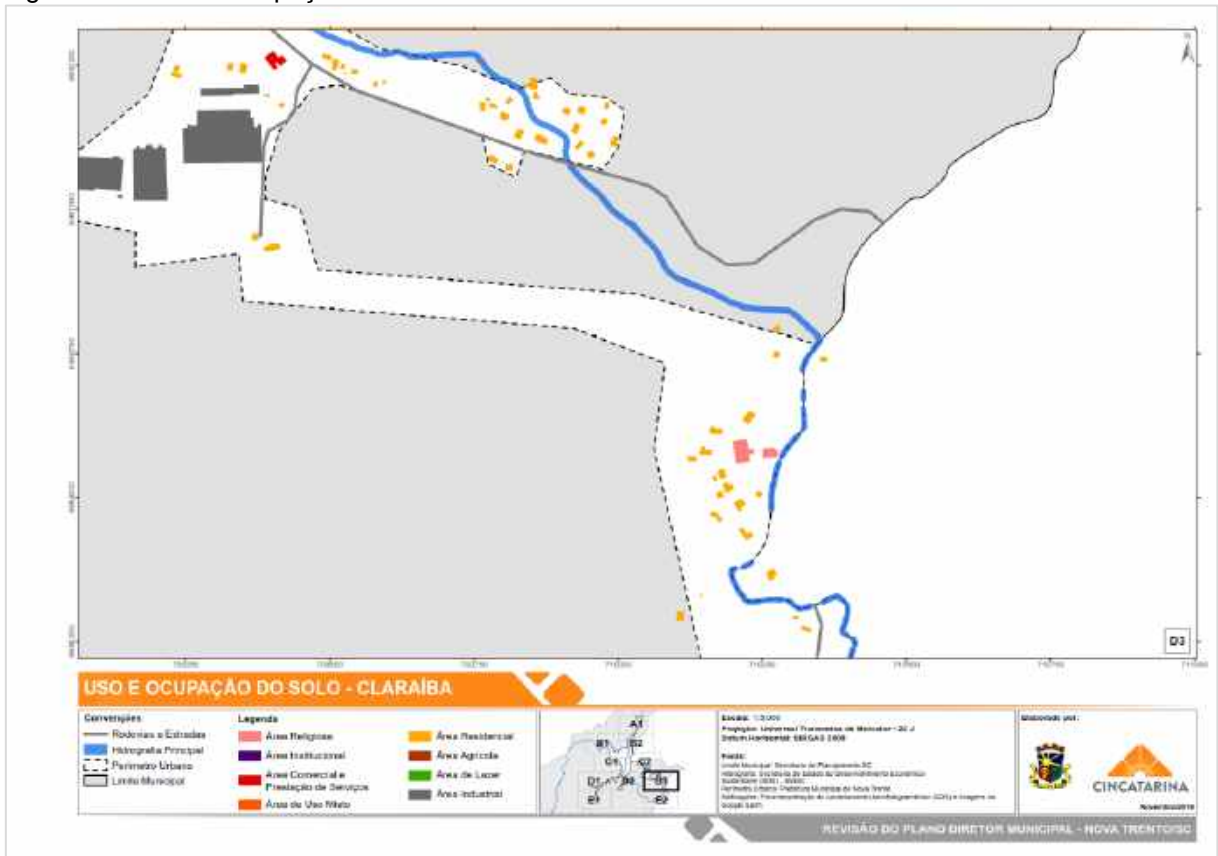
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 130 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.



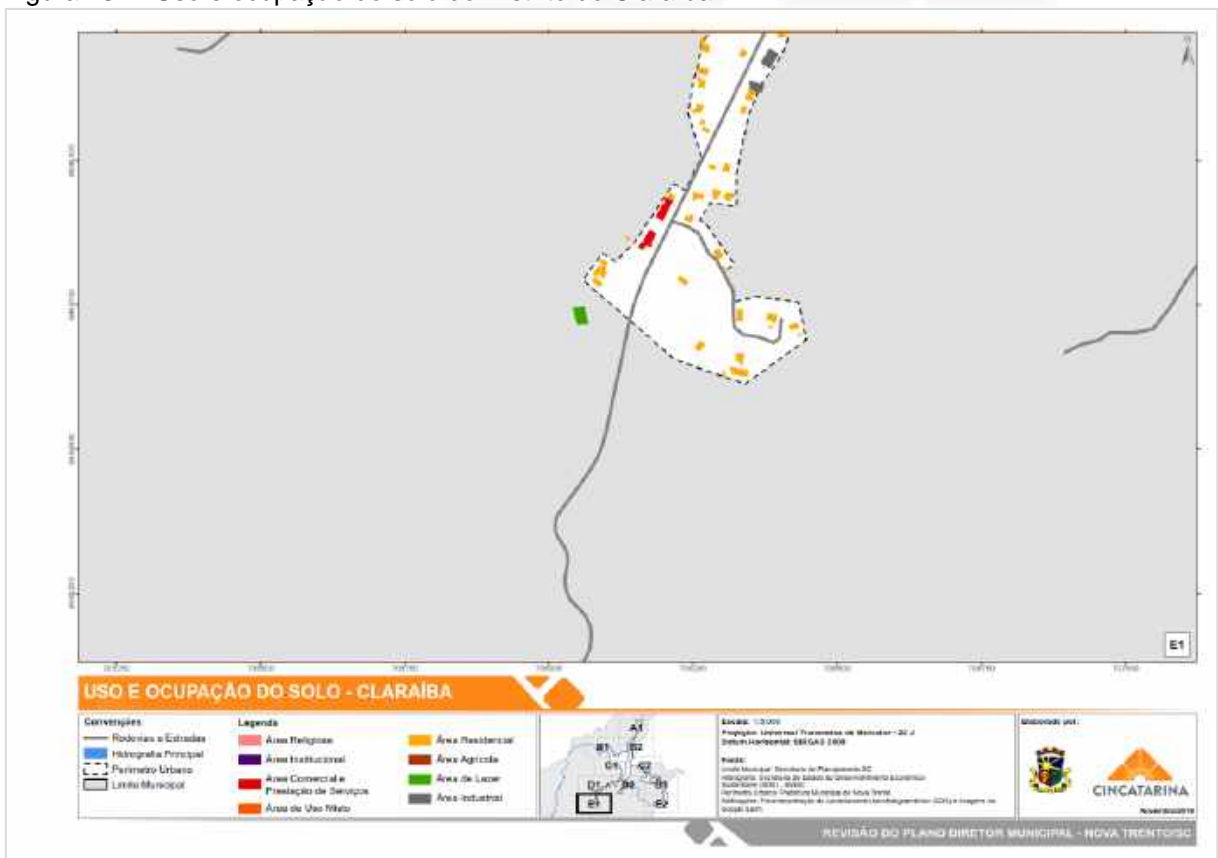
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 131 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.



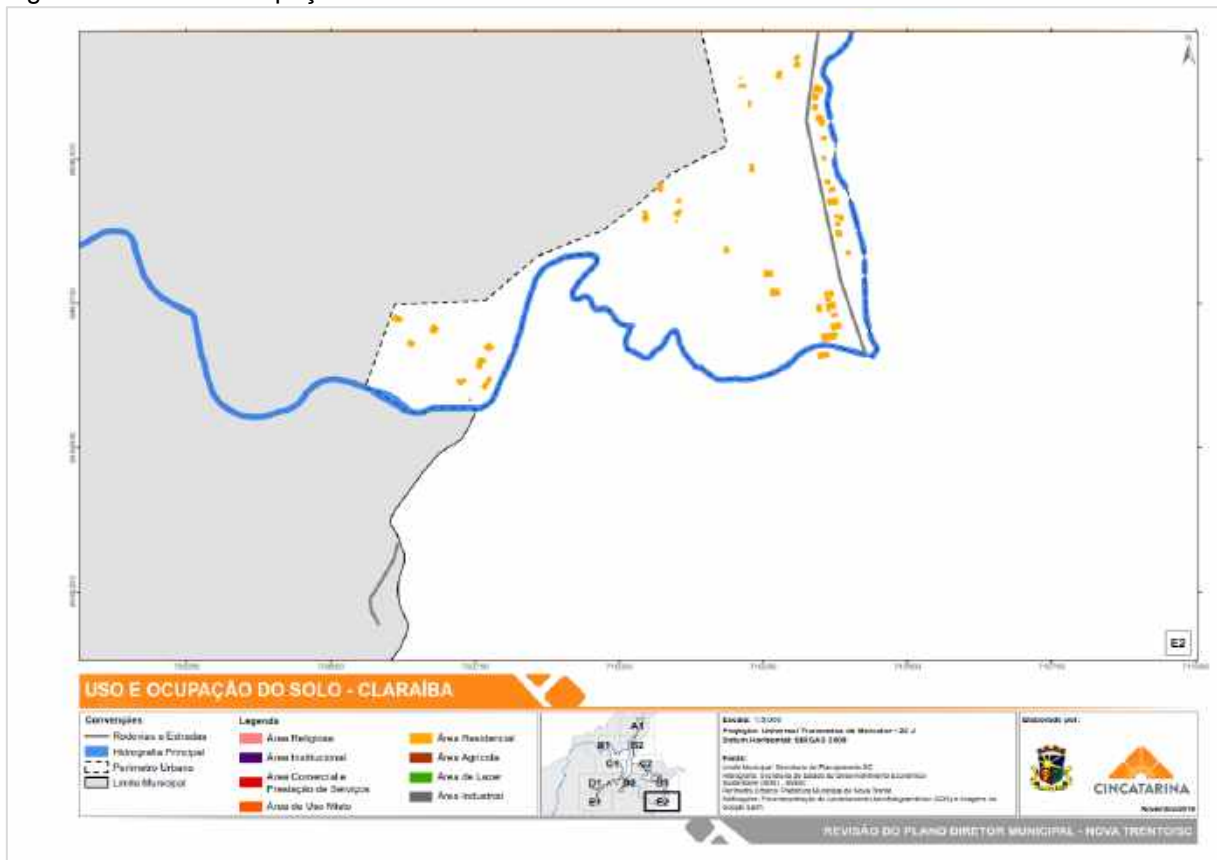
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 132 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 133 - Uso e ocupação do solo do Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Em suma, a disposição do uso solo urbano de Nova Trento, apresenta predominância de usos residenciais em toda a malha urbana, tanto na Sede quanto nos distritos, bem como podemos salientar a concentração de usos mistos, comerciais e de prestação de serviços nas centralidades da Sede e do Distrito do Claraíba. Outro aspecto que se evidencia são os usos industriais que ocorrem de forma lindeira nas SC-410 e SC-108, de modo especial na saída Sede para o Distrito do Claraíba na SC-110 e entre o Distrito do Claraíba e o município de João Batista na SC-108. Além disso, também cabe destaque aos usos agrícolas encontrados dentro do perímetro urbano da Sede atribuindo características rurais ao solo urbano.

3.2.5 Estrutura fundiária

A estrutura fundiária é o modo como a malha urbana de um município encontra-se disposta e organizada, perante seu solo. Para se conhecer a estrutura fundiária de uma cidade, leva-se em consideração suas quantidades, dimensões e formas, as quais são referentes a seus lotes, quadras e vias, além disso, temos sua distribuição

social. Entre as características da forma urbana que influenciam a vitalidade dos espaços públicos, um dos fatores mais determinantes é o traçado das ruas e sua configuração e sua influência acontece de forma local e global.

Para realizarmos a análise da morfologia urbana de Nova Trento, divide-se a Sede e distritos do município em setores, os quais serão analisados separadamente e também de forma abrangente.

3.2.5.1 Distrito do Claraíba

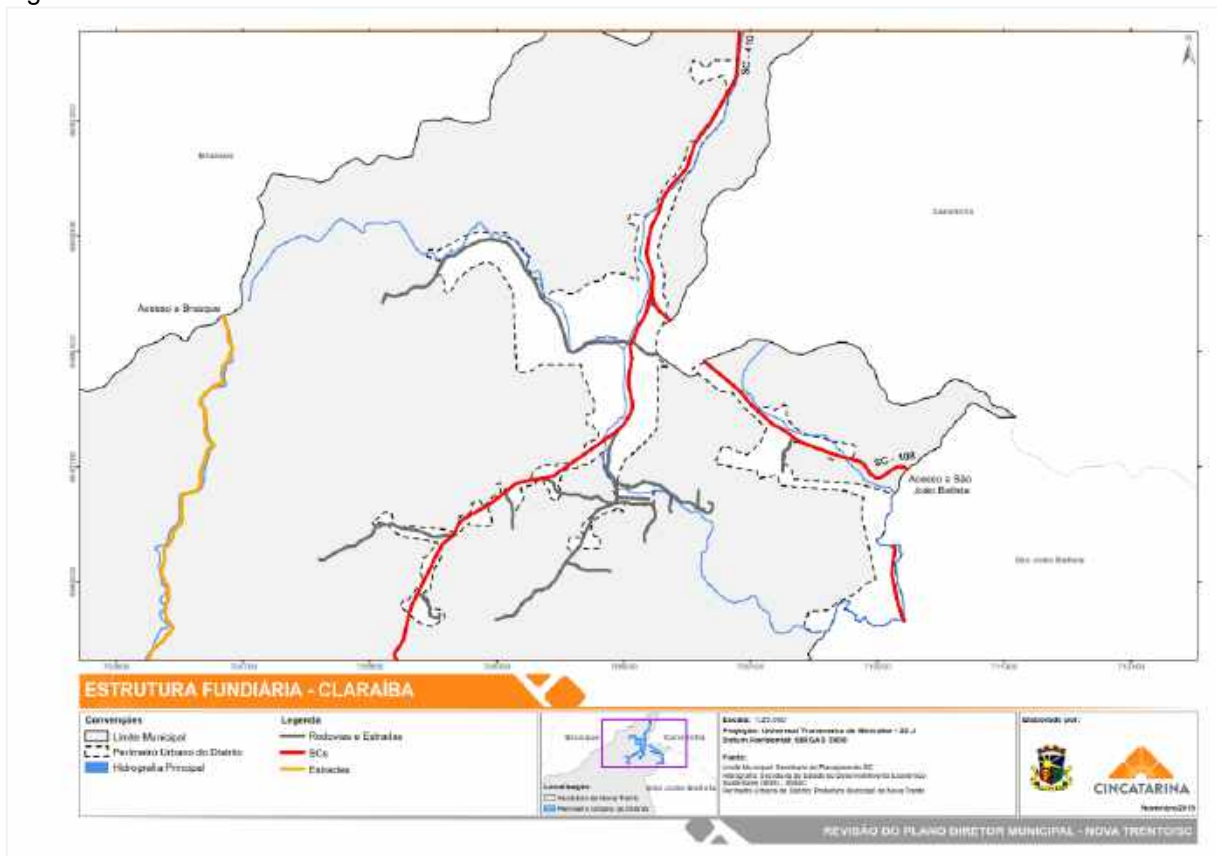
A região norte do Distrito do Claraíba (Figura 134), faz conexão com o município de Brusque, sendo o principal motivo para desenvolvimento urbano do distrito. O sentido norte-centro é caracterizado por uma via principal (SC-108), com entroncamento de vias secundárias de curto prolongamento, as ocupações são dispostas entorno via principal e suas quadras não exibem padronização em formatos e dimensões.

No sentido centro-sudeste, ocorre a continuação da SC-108, conectando o distrito de Nova Trento ao município de São João Batista, também neste sentido ocorrem as conexões com vias de pequenos portes ou mesmo servidões de lotes paralelos a rodovia, porém, parte das ocupações apresentam caráter industrial neste trecho. As quadras também não são padronizadas, devido ao um parcelamento urbano não planejado.

No oeste do Claraíba, na Estrada Tirol, as ocupações nos lotes e quadras ocorrem de forma semelhante aos sentidos anteriormente citados, porém, suas ocupações são espraiadas e com menor densidade ocupacional.

Ao sudeste do distrito, a via principal é a rodovia Deputado Gentil Battisti Archer, também responsável pela ligação do distrito a sede. Este sentido, também compartilha as características de tecido urbano das demais regiões do distrito, porém, entorno da rodovia Deputado Gentil Battisti Arche, duas vias acabam se prolongando mais, sendo uma no sentido da localidade de Lombardia Pequena e outra no Kroecker.

Figura 134 - Estrutura fundiária do Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

3.2.5.2 Distrito do Aguti

Área urbana do Distrito do Aguti (Figura 135), apresenta a menor malha urbana do município, sendo dividido em dois núcleos separados pelo Rio do Braço, ali os traçados das vias ocorrem de forma orgânica, onde as edificações são justapostas junto ao alinhamento das vias, os lotes e terrenos não apresentam padronização em suas dimensões e formas. Em pequenos núcleos urbanos, como o distrito do Aguti, as ruas eram formadas pelos limites das próprias casas que se alinhavam com as frentes para a rua, devido a esta tipologia ocupacional observa-se um traçado orgânico nas vias.

Figura 135 - Estrutura fundiária do Distrito do Aguti.



Fonte: CINCATARINA (2019)

3.2.5.3 Sede

O tecido urbano da Sede, caracteriza-se de maneira generalista, pelo traçado viário “espinha de peixe”, muito comum nas cidades do litoral catarinense, como a exemplo da capital Florianópolis. A configuração espacial espinha de peixe é caracterizada por longas vias conectadas apenas a uma via principal, com pouquíssimas conexões diretas entre elas, as distâncias entre as conexões na via principal costumam ser curtas, porém, as distâncias no outro sentido, podem chegar a mais de 1 km. Todos os deslocamentos são canalizados para a via principal, que tende a saturar-se, devido ao grande fluxo, tornando a via uma espécie de funil. Estas vias principais tendem a concentrar usos comerciais e de serviços, pois, os fluxos estão monopolizados nelas.

As vias da sede que encaixam nesta configuração viária são: SC-410 (antiga SC-411, sentido oeste-centro), Rua dos Imigrantes (região central), Rua João Bayer

Sobrinho (região central), Rua Felipe Schimitz (região central), Rua Alferes (leste) e Rua Independência (sudoeste).

Ao norte da Sede, encontram-se vias prolongadas com pequenos entroncamentos, alguns constituem-se de pequenas quadras que não possuem padronização em seus formatos e dimensões, os lotes existentes nestas tendem a seguir as mesmas configurações.

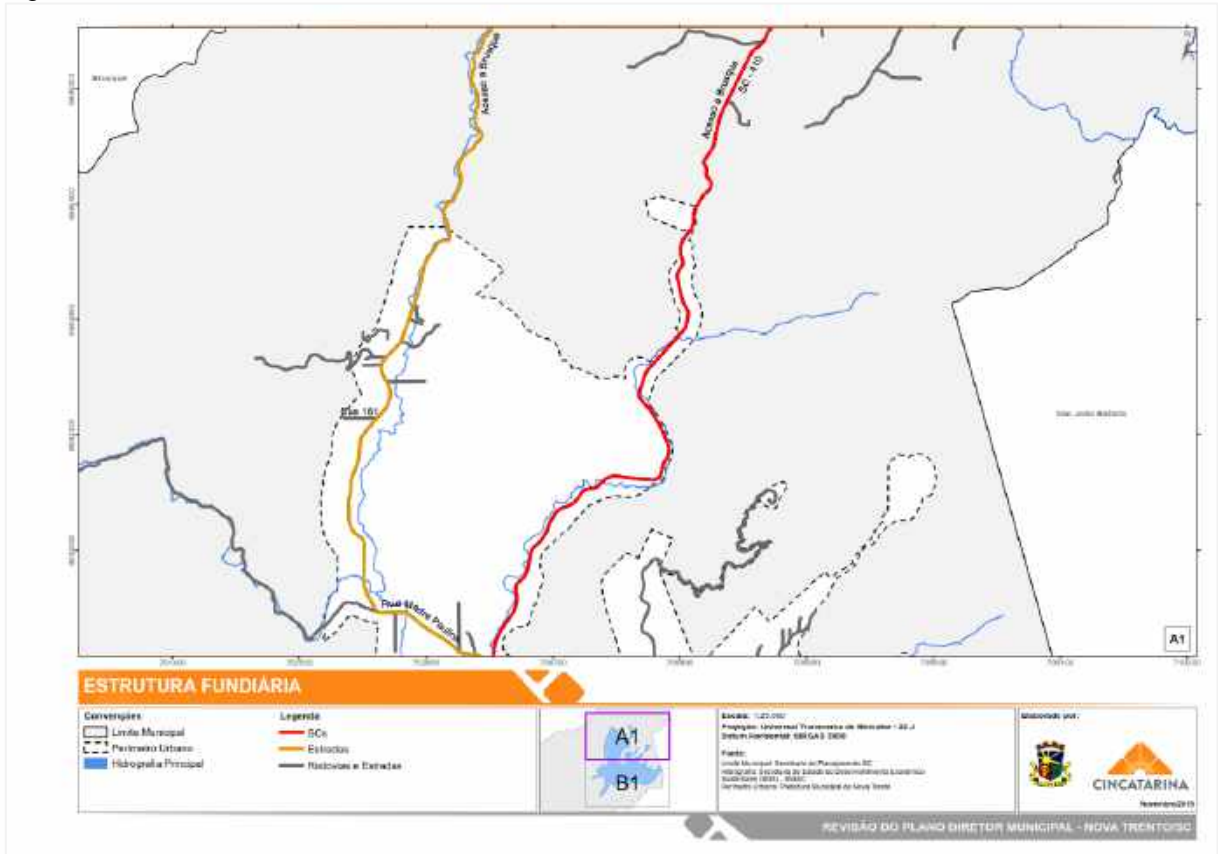
Ao sul, a principal via estende-se em sentido leste-oeste, o qual vias perpendiculares de pequenas dimensões conectam-se, a região também caracterizada por uma baixa densidade ocupacional, os lotes e quadras não apresentam padronização em formas e dimensões.

Ao oeste e sudoeste, encontra-se a segunda maior concentração de ocupações da Sede do município, ali as vias tendem a apresentar o traçado viário “espinha de peixe”, as quadras não são padronizadas em dimensões e formatos, porém, podemos identificar uma padronização em grande parte dos lotes que apresentam características residenciais.

Ao leste, ocorre a conurbação entre Nova Trento e São João Batista, na SC-410, ali também nos deparamos em pontos com o traçado viário “espinha de peixe”, principalmente nas proximidades do centro. As quadras e lotes também não possuem constituição padronizada em dimensões e formatos. Sendo comum a presença de ocupações entorno das vias principais, com densidade ocupacional média.

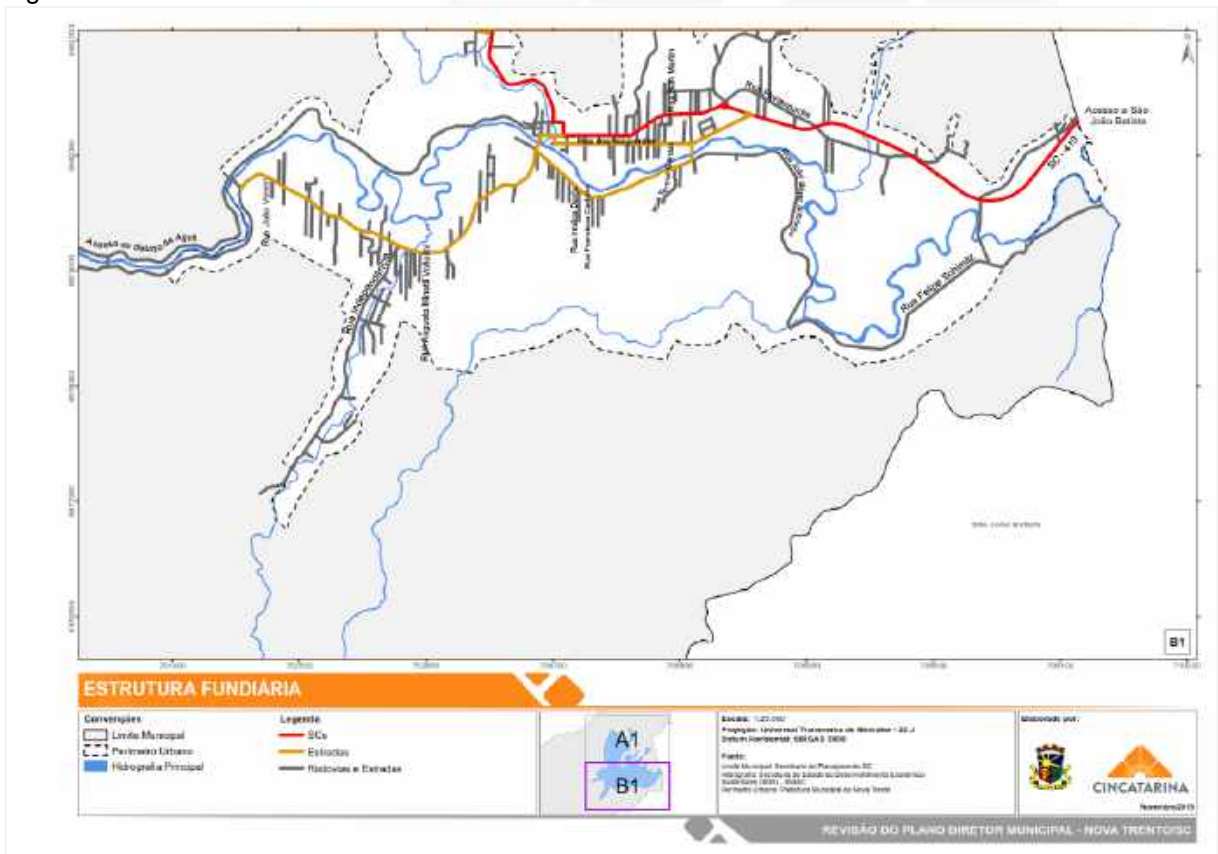
Na região central, temos a secção da malha urbana realizada pelo Rio Braço. As quadras como nas demais regiões não possuem padronização em dimensões em formas. Nota-se, no traçado viário que as vias principais se prolongam em sentido leste-oeste, subsequentemente em sentido perpendicular (frequentemente em ângulos de 90°), as vias secundárias de pequeno porte, que em grande parte não se conectam.

Figura 136 - Estrutura fundiária da Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 137 - Estrutura fundiária da Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Nota-se, que a formação inicial do tecido urbano está associada a uma experiência espontânea, devido à existência de caminhos naturais, condicionados aos pontos onde a topografia faz-se plana. De forma abrangente, o desenho urbano das quadras e vias de Nova Trento, obedecem inicialmente aos caminhos naturais e também são condicionados a existência de cursos d'água, com posterior formação de parcelamentos planejados, principalmente ao oeste do perímetro urbano da Sede. Pode-se afirmar que o tecido urbano consolidado, tanto da Sede quanto dos Distritos, possui quadras e vias com dimensões assimétricas, havendo poucas exceções a esta característica, isto releva, um desenho espacial múltiplo, de tamanho e natureza variadas com relação à urbanização de Nova Trento, o qual é retratado em suas dinâmicas estruturais.

3.2.6 Perfil ocupacional

Ao realizarmos a análise das ocupações compreendemos o contexto em que o município se insere, para este entendimento, foram realizadas visitas de campo, elaboração de cartogramas, análise de mapas e, entre outras ferramentas de análise, as quais são essenciais para a caracterização do perfil de ocupações urbana e rurais, tipologia construtiva, bem como, os recuos e altura das edificações existentes.

Para Castrogiovani (2001, p. 23), “o espaço urbano não é construído para uma pessoa, mas para muitas, que apresentam diferenças de temperamento, formação, ocupação profissional, origem étnica, diversidade social e, portanto, interesses”. Deste modo, o ordenamento da cidade ocorrerá a partir de fatores diversos e a representação humana deste espaço se manifestará na própria apropriação do espaço, constituindo a paisagem urbana. “A cidade é o espaço territorializado, apropriado pelas sociedades”

Nova Trento, apresenta uma tipologia ocupacional incomum em relação a maior parte dos municípios, pois, em seu território usos rurais inserem-se no meio urbano e vice-versa, sendo isto observado em toda extensão municipal.

3.2.6.1 Tipologia ocupacional e construtiva

Para a análise das tipologias construtivas existentes no município de Nova Trento, foram realizadas visitas de campo, necessárias para o entendimento e averiguação das características predominantes em cada região do município, as quais são elencadas por meio de registros fotográficos.

3.2.6.1.1 Distrito do Aguti

O Distrito do Aguti apresenta o menor número de edificações em área urbanas do município, nele encontramos a estrutura básica para constituição de uma área urbanizada, tais como: igreja, centro comunitário, escola, unidade sanitária (Figura 138), mercearia (Figura 139), cemitério (Figura 140), oficina mecânica (Figura 141), além de encontramos uma cooperativa de eletrificação rural (Figura 142). As edificações encontradas no distrito são predominantemente construídas em alvenaria. A via principal da área urbana do distrito de Aguti, apresenta pavimentação, entretanto não possui passeio.

Figura 138 - Unidade sanitária, Distrito do Aguti.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 139 - mercearia, Distrito do Aguti.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 140 - Cemitério, Distrito do Aguti



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 141 – Oficina mecânica, Distrito do Aguti.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 142 - CEREJ - Cooperativa de Eletrificação Rural, Distrito do Aguti.



Fonte: CINCATARINA (2019)

3.2.6.1.2 Distrito do Claraíba

No Distrito do Claraíba encontramos diversas edificações de grande porte, voltada para prestação de serviços e indústrias (Figura 143 e Figura 144), bem como, supermercados (Figura 145), escolas, igrejas (Figura 146), sedes recreativas (Figura 147), comércios (Figura 148, Figura 149, Figura 150 e Figura 151) e vinícolas (Figura 152), e situadas de forma lindeira a SC-410 e SC-108. De modo, geral as construções não residenciais encontradas no distrito são construídas em alvenaria, já as residências são de alvenaria, mistas ou em madeira.

Quando ao estilo construtivo, algumas construções remetem a características arquitetônicas dos países dos imigrantes europeus, tais como os edifícios: da farmácia (Figura 149), da confeitaria Martha Frehner (Figura 150) e da loja de móveis rústicos (Figura 151), bem como, a construção de pedra da Vinícola Castel (Figura 152), que remete aos castelos medievais.

Figura 143 – Fábrica, Estrada Lombardia, Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 144 – Barracão, via sem nome, próxima a SC-410, saída para Brusque.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 145 – Supermercado, SC-410, Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 146 - Igreja do Claraíba, SC-410, Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 147 – Sede recreativa, SC-410, Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 148 – Confeitaria e padaria, SC-410, Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 149 – Farmácia, SC-410, Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 150 - Martha Frehner Confeitaria, SC-410, Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 151 – Loja de móveis rústicos, SC-410, Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 152 – Vinícola Castel, SC-410, Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

As Figura 153 e Figura 154, apresentam amostras de vias locais presentes no distrito, na primeira há pavimentação, entretanto, somente um lado da via apresenta passeio, com largura pequena a qual impossibilita sua utilização com segurança e acessibilidade. Já na segunda, a via não apresenta pavimentação, bem como passeios. Ambas as vias apresentam pouca largura, para ampliação ou inserção de passeios. Vale ressaltar que não encontramos tratamento paisagístico e/ou arborização viária em grande parte das ruas do Distrito do Claraíba.

Figura 153 – Via sem nome paralela a SC-410, Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 154 – Edificações em via sem infraestrutura de pavimentação e passeios, Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

3.2.6.1.3 Rural

Para exemplificar as construções presentes na zona rural de Nova Trento, foi feito o levantamento das edificações situadas na Estrada Geral Salto Baixo. A primeira edificação, na Figura 155, trata-se de uma edificação antiga do período dos imigrantes italianos, com características comerciais (armazém) situado no cruzamento de duas estradas rurais, a qual apresenta adornos de lambrequins⁷ no beiral do telhado, bem como, a cimalha⁸ branca na junção das telhas com a parede, do mesmo modo, a simetria e demarcação das esquadrias, cabendo ainda salientar também a utilização do espaço do sótão.

Figura 155 – Edificação no cruzamento Estrada Geral Salto Baixo e Estrada Geral do Ribeirão Mosquito, Zona Rural.



Fonte: CINCATARINA (2019)

A Capela Santo Antônio, na Figura 156, representa algumas das edificações religiosas espalhadas em todas as áreas rurais do município, ela também traz consigo

⁷ Na arquitetura o lambrequim é um adorno recortado, contínuo, de zinco estampado, chapa recortada, etc., que se coloca sob um friso, uma alheta, um beiral, ou outros elementos. No Brasil, o lambrequim foi muito utilizado no estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, principalmente pelos imigrantes italianos, ucranianos, alemães e polacos, que encontraram maior facilidade em construir suas casas em madeira, pela grande quantidade de araucárias, cedros, imbuías e outras madeiras nobres que encontraram nesta região.

⁸ Cimalha é a parte mais alta da cornija; moldura que termina o capitel; arquitrave.

características arquitetônicas do período dos imigrantes, especialmente em seus adornos e demarcação de pilastras, atualmente destacadas em braço, bem como a simetria buscada nas esquadrias.

Figura 156 - Capela Santo Antônio, Estrada Geral Baixo Salto, Bairro Alto Salto, Zona Rural.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Cabe salientar que nas localidades do interior são encontradas instituições de ensino, bem como, saúde e espaços de lazer, na Figura 157, é apresentada a estrutura da Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian, também situada na Estrada Geral Baixo Salto. Já as edificações residenciais da zona rural do município caracterizam-se por edifícios de baixo porte, construídos em alvenaria, madeira ou materiais mistos, na Figura 158, se apresenta um exemplo de edificação residencial rural em madeira.

Cabe destacar que grande parte das ocupações na zona rural do município ocorrem de maneira lindeira as estradas rurais.

Figura 157 - Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian, Estrada Geral Baixo Salto, Zona Rural.



Fonte: GOOGLE STREET VIEW (2011)

Figura 158 - Edificação residencial em madeira, Estrada Geral Ribeirão do Mosquito, Zona Rural.



Fonte: GOOGLE STREET VIEW (2011)

3.2.6.1.4 Sede

Na Sede, as principais vias centrais são a Rua Santo Inácio (Figura 159 a Figura 164), Rua dos Imigrantes (Figura 165) e Rua Nereu Ramos (Figura 166). A Rua Santo Inácio, sobrepõem-se à rodovia SC-410, isto traz a via um maior fluxo de deslocamento, o qual também fomentou a implantação de comércios e serviços, bem como a instalação de serviços públicos, como a prefeitura, escolas, praças, dentre

outros. Nesta via encontramos edificações de diversos períodos, algumas permanecendo erguidas desde os primeiros anos de colonização do município, em suma as edificações da Rua Santo Inácio, são construídas predominantemente em alvenaria ou materiais mistos. Quanto a estilo construtivo, as edificações mais antigas remetem a arquitetura presente no país de origem dos imigrantes trentinos, como observado na edificação residencial da Figura 163, as mais recentes apresentam padrões e estilos contemporâneos.

Figura 159 – Rua Santo Inácio, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 160 – Rua Santo Inácio, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 161 – Rua Santo Inácio, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 162 – Rua Santo Inácio, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 163 - Rua Santo Inácio, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 164 – Rua Santo Inácio, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

As vias, Rua dos Imigrantes (Figura 165) e Rua Nereu Ramos (Figura 166), constituem o prolongamento de uma mesma via, também caracterizada pelo grande fluxo de deslocamentos, especialmente por ser uma via central, suas ocupações, no sentido leste apresentam maior porte, já na direção oeste, no centro, são predominantemente comerciais, de prestação de serviços, órgãos públicos e residências. As edificações também são majoritariamente construídas em alvenaria e/ou matérias mistos, sendo que ainda muitas edificações buscam manter o estilo arquitetônico dos períodos dos imigrantes, especialmente pela cidade ter grande atratividade turística.

Cabe evidenciar que na Rua Santo Inácio, Rua dos Imigrantes e Rua Nereu Ramos, é nítida a baixa incidência de tratamento paisagístico, de modo especial a arborização viária, o que resulta na ausência de ambiência urbana dos espaços públicos, bem como, a percepção que as pessoas têm dos espaços.

Figura 165 – Rua dos Imigrantes, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 166 – Rua Nereu Ramos, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Ao leste da Sede, destaca-se algumas vias para análise, sendo elas: Rua Florianópolis (Figura 167), Rua Cecília Dadam Daros (Figura 168), Rua Vicente Piva (Figura 169), Rua Joaquim Sgrott (Figura 170) e Rua Santina Andriolli Franzói (Figura 171). Nesta vias verifica-se edificações preponderantemente construídas em alvenaria ou materiais mistos, vale ressaltar os uso de telhas coloniais nas edificações com características residenciais. Cabendo ainda apontar a existência de lotes vazios, que são utilizados para fins rurais, como exemplificado na Figura 168.

Figura 167 - Rua Florianópolis, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 168 - Rua Cecília Dadam Daros, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 169 – Rua Vicente Piva, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 170 – Rua Joaquim Sgrott, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 171 – Lotes na Rua Santana Andriolli Franzói, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Na região do Espraiado, na Sede, foram observadas as edificações da Rua José Daicampi, na Figura 172 as quais são predominantemente residenciais, são edificadas majoritariamente em alvenaria ou materiais mistos, além disso, é nítido

nesta via a falta de infraestrutura viária, especialmente a voltada para modais não motorizados e acessibilidade.

Figura 172 - Rua José Daicampi, Espriado, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Ao norte, no Morro da Cruz, encontra-se edificações voltadas para turismo e a religiosidade, tais como, Museu da Cultura Italiana e Mercado de Pulgas (Figura 173) e o Santuário de Nossa de Senhora do Socorro (Figura 174). A primeira é edificada em madeira e traz a memória dos primeiros colonizadores, já a segunda é construída em alvenaria e situa-se no topo do Morro da Cruz, sendo um dos maiores símbolos da religiosidade presente em Nova Trento.

Figura 173 – Museu da Cultura Italiana e Mercado de Pulgas, Rua Nossa Senhora do Bom Socorro, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 174 - Santuário de Nossa de Senhora do Socorro no Morro da Cruz, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Na Região do Vígolo, na Sede, encontra-se o maior complexo religioso de Nova Trento, o Santuário Madre Paulina, ali diversas edificações são propícias a atividades de atendimento aos turistas, bem como para finalidades religiosas, maior exemplo é

o edifícios do santuário na Figura 175. Vale ressaltar que no Vígolo há áreas destinadas para edificações residenciais, as quais são predominantemente construídas em alvenaria e materiais mistos e apresentam bom padrão construtivo.

Figura 175 – Santuário Madre Paulina, Acesso ao Santuário Santa Paulina, Vígolo, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Algumas vias do Vígolo apresentam infraestrutura de pavimentação e passeios, como exemplificado na Rua Estanislau Darli, na Figura 179, porém, assim como nas vias centrais há inexistência de arborização viária e necessidade tratamento paisagístico nas vias.

Figura 176 – Rua Estanislau Darli, Vígolo, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Na região sudoeste da Sede, temos a localidade do Trinta Réis (Figura 177 a Figura 180), cujas ocupações são predominantemente residenciais, ali situa-se áreas já consolidadas, como a Rua Valentim Motta, a Rua Augusto Minatti Voltolini, a Rua José Gandin e a Rua José e Josefina Darós, assim como, vias em consolidação compostas por loteamento irregulares como observados na Figura 180.

As edificações das vias consolidadas são representadas por edificações geminadas (Figura 177) ou autônomas, em suma são construídas em alvenaria ou materiais mistos, e detém estilos construtivos contemporâneos. As vias consolidadas apresentam passeios estreitos (Figura 178) ou em alguns casos a inexistência de passeios, como observado na Figura 179. Também é notória a insuficiência de infraestrutura viária, como passeios, acessibilidade, lixeiras, sinalização e tratamento paisagísticos das vias, necessários para a ambiência urbana locais.

Figura 177 – Casas geminadas, na Rua José e Josefina Darós, Trinta Réis, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 178 – Rua Augusto Minatti Voltolini, Trinta Réis, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 179 – Rua Valentim Motta, Trinta Réis, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 180 – Loteamento irregulares, Trinta Réis, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Em suma, a análise dos componentes ocupacionais e construtivos de Nova Trento, não apresenta predominância de um estilo arquitetônico, especialmente pelo município possuir edificações de diversos períodos e usos rurais em áreas urbanas. Todavia, é notória a existência de construções do período dos colonizadores italianos que preservam memória e cultura do município, bem como alta incidência de edificações religiosas espalhadas em todas as localidades do município, tanto urbana quanto rural.

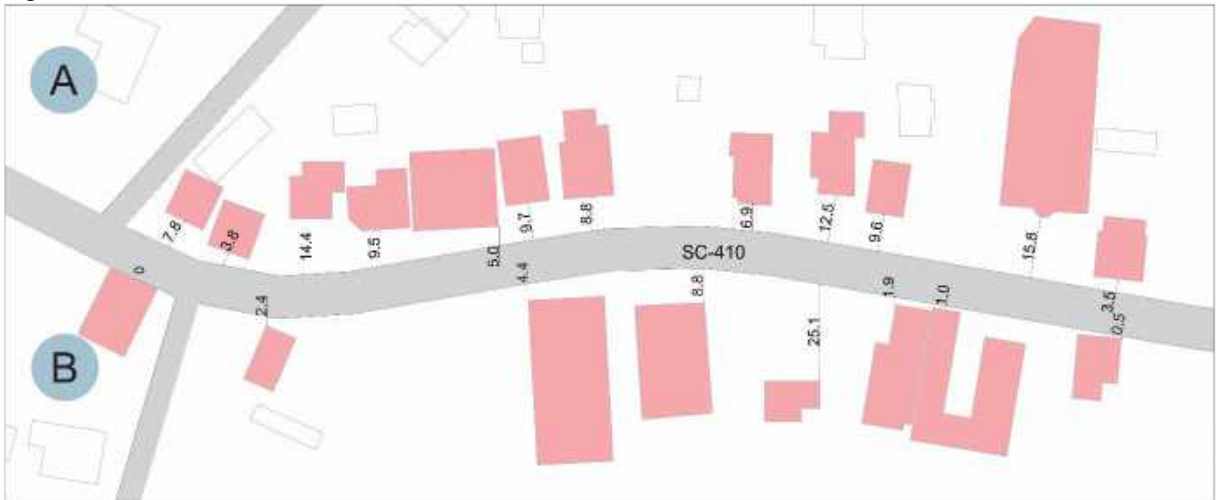
Os materiais construtivos são diversificados, contudo, é notória a utilização de alvenaria nas edificações, mesmo as mais antigas. Outro aspecto percebido em todas as áreas urbanizadas analisadas foi a ausência de tratamento paisagístico e arborização viária, igualmente, a insuficiência de infraestrutura viária de passeios, acessibilidade, sinalização e ciclovias e/ou ciclofaixas.

3.2.6.2 Recuo das edificações

3.2.6.2.1 Distrito do Claraíba

Para a análise dos recuos frontais do Distrito do Claraíba, a via escolhida foi a SC-410, os dados do trecho analisado estão disposto na Figura 181 e Tabela 15, observando os valores aferidos, grande parte das edificações situadas no lado “A” da via atendem aos parâmetros vigentes, já no lado “B” maior parte das edificações não atendem aos recuos frontais vigentes.

Figura 181 - Trecho da SC-410 no Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 15 - Recuo frontal das vias do Distrito do Claraíba.

Vias		Média* (m)	Medida Máxima (m)	Medida Mínima (m)	Nº de edificações aferidas	Recuo frontal vigente para a via**	
						Zona	Recuo (m)
SC-410	Lado A	8,9	15,8	3,5	12	ZUL	6
	Lado B	2,6	25,1	0	7		

Fonte: CINCATARINA (2019)

*Média é calculada desconsiderando os valores discrepantes.

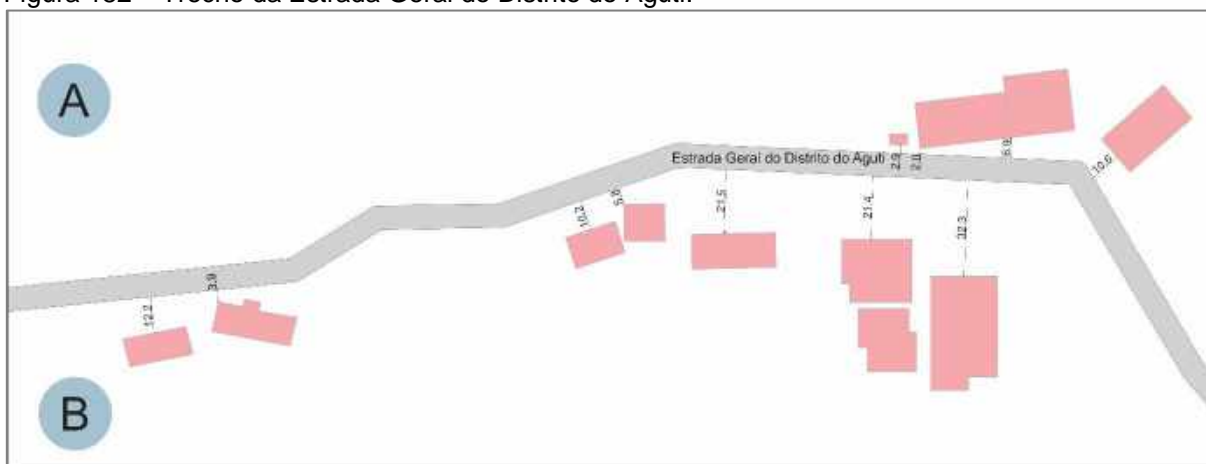
** LC nº 266/2009.

3.2.6.2 Distrito do Aguti

O recuo frontal das edificações do Distrito do Aguti, foi aferido em um trecho urbano da Estrada Geral do Distrito do Aguti, as informações levantadas estão dispostas na Figura 182 e na Tabela 16.

O recuo frontal vigente para este trecho é 6 m ele situa-se dentro da Zona de Qualificação Urbana e Ambiental do Aguti. Observando os dados levantados, pode-se afirmar que metade das edificações do lado “A” atendem aos parâmetros, já do lado “B” a maior parte das edificações atendem aos parâmetros vigentes.

Figura 182 – Trecho da Estrada Geral do Distrito do Aguti.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 16 - Recuo frontal das vias do Distrito do Aguti.

Vias		Média* (m)	Medida Máxima (m)	Medida Mínima (m)	Nº de edificações aferidas	Recuo frontal vigente para a via**	
						Zona	Recuo (m)
Estrada Geral do Distrito do Aguti	Lado A	5,6	10,6	2	4	ZQUAA	6
	Lado B	15,2	32,3	3,9	7		

Fonte: CINCATARINA (2019)

*Média é calculada desconsiderando os valores discrepantes.

** LC nº 266/2009.

3.2.6.2.3 Sede

Para o levantamento do recuo frontal das edificações da Sede, foram elencadas três vias, duas centrais, sendo essas a Rua dos Imigrantes (Figura 183) e a Rua Santo Inácio (Figura 184) e uma via tipicamente residencial, denominada de Rua Luiz Zandonai (Figura 185).

Os dados aferidos nas ruas da Sede estão dispostos na Tabela 17.

Tabela 17 - Recuo frontal das vias da Sede.

Vias		Média* (m)	Medida Máxima (m)	Medida Mínima (m)	Nº de edificações aferidas	Recuo frontal vigente para a via**	
						Zona	Recuo (m)
Rua dos Imigrantes	Lado A	0,9	2,9	0	7	ZUC	3,5***
	Lado B	7,1	19,8	2,6	9		
Rua Santo Inácio	Lado A	2,7	5,5	0	7	ZUC	3,5***
	Lado B	2,5	13,9	0	12		
Rua Luiz Zandonai	Lado A	5,1	17,2	0	19	ZQU-II	3,5***
	Lado B	4,3	14,1	0	14		

Fonte: CINCATARINA (2019)

*Média é calculada desconsiderando os valores discrepantes.0

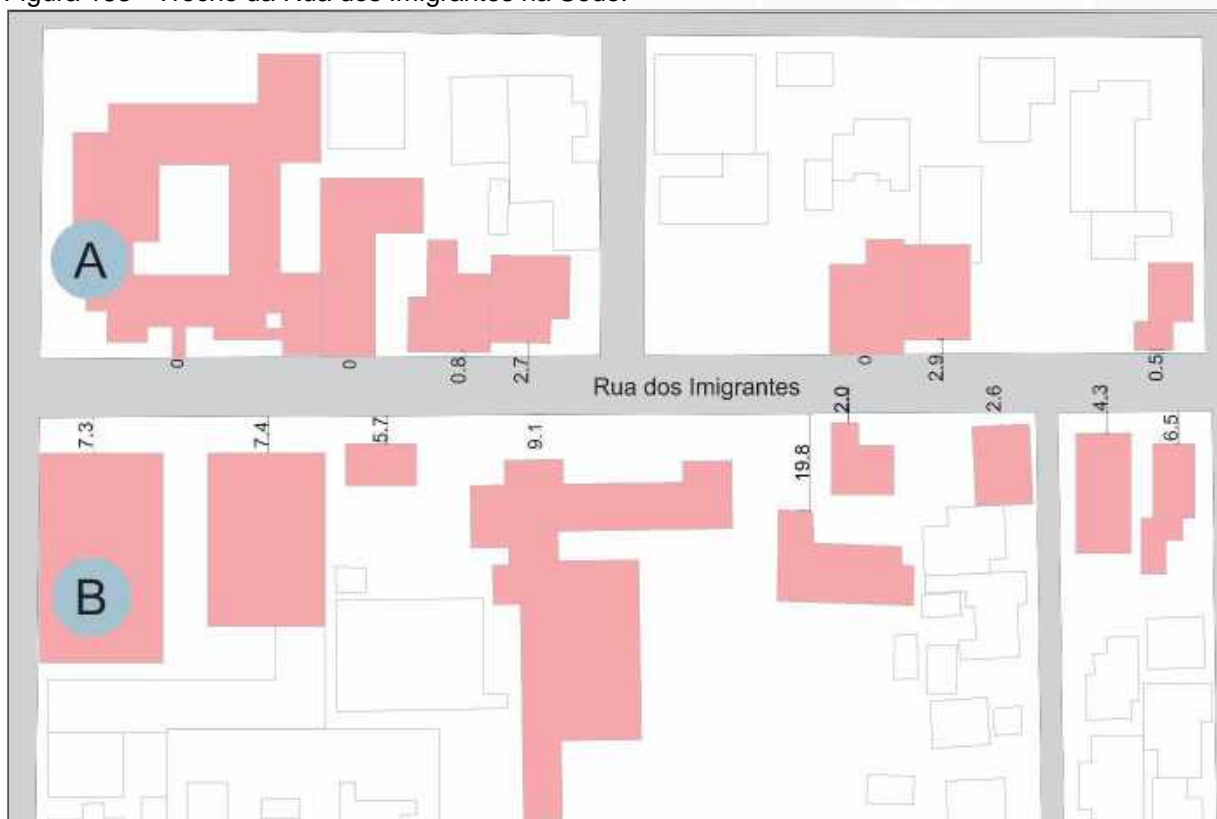
** LC nº 266/2009.0

*** Observar a recomendação (e), do Anexo 1 da LC nº 266/2009. O recuo frontal passará para 5m quando utilizado como estacionamento

A Rua dos Imigrantes, pertence a zona ZUC, cujo recuo frontal mínimo é 3,5 m.

No lado “A” da via, as edificações do trecho elencado não atendem aos parâmetros vigentes, pois, grande das edificações são de períodos anteriores a zoneamento vigente. Já no lado “B”, maior parte das edificações respeita os parâmetros vigentes.

Figura 183 - Trecho da Rua dos Imigrantes na Sede.

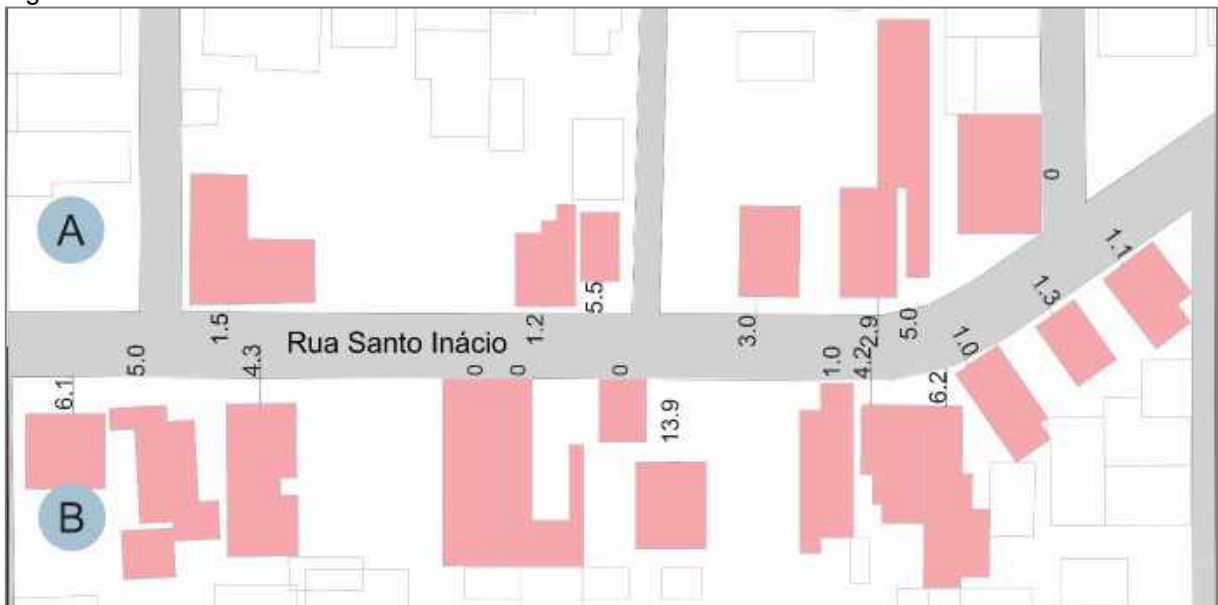


Fonte: CINCATARINA (2019)

A Rua Santo Inácio é uma das principais vias centrais, a zona incidente nela também é a ZUC, com recuo frontal mínimo de 3,5m.

No lado “A”, há poucas edificações que respeitam os parâmetros vigentes, já no lado “B”, encontramos apenas cinco edificações que respeitam a legislação. Cabe salientar que foram encontradas diversas edificações com recuo zero no lado “B” do trecho analisado.

Figura 184 - Trecho da Rua Santo Inácio na Sede.

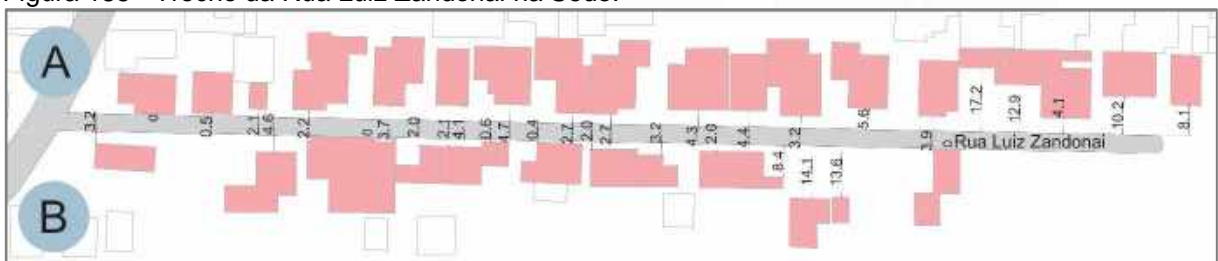


Fonte: CINCATARINA (2019)

A Rua Luiz Zandonai, foi escolhida por representar uma tipologia ocupacional comum nas áreas residências de Nova Trento. A via insere-se na zona ZQU-II e seu recuo frontal mínimo, também é 3,5m. Visto isto e observando informações da Figura 185) e da Tabela 17, tira-se os dados abaixo.

No lado “A” do trecho elencado, nos deparamos com diversas edificações que respeitam os parâmetros vigentes, entretanto, há edificações que apresentam recuo zero. No lado “B”, também há edificações com recuos zero, bem como edificações que atendem aos recuos vigentes, todavia, maior parte das edificações não respeitam os recuos vigentes para o local.

Figura 185 - Trecho da Rua Luiz Zandonai na Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Em suma o recuo frontal das edificações de Nova Trento, aferido nas vias da Sede e dos distritos do Claraíba e Aguti em parte atendem a legislação vigente,

havendo notórias exceções, as quais caracterizam-se por edificações de período anterior a legislação vigente.

3.2.6.3 Gabarito das edificações

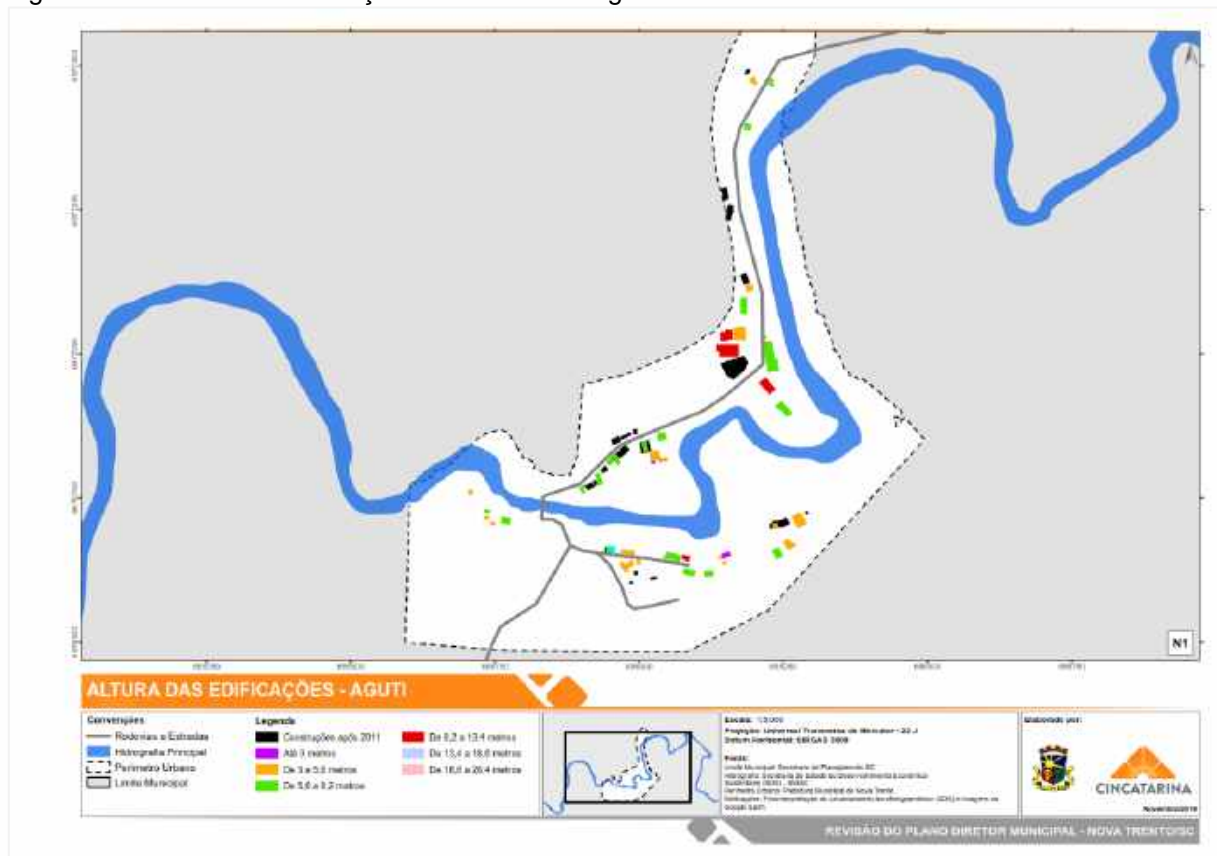
Para o levantamento do gabarito das edificações de Nova Trento, foi utilizado a ortofoto georreferenciada do estado de Santa Catarina do período de 2010-2011, cabe evidenciar que foram analisadas as alturas das edificações existentes até este período.

As edificações foram classificadas em 6 faixas de altura, entre 0 m a 26,4 m de altura, o gabarito das edificações foi contado do nível do solo até sua extremidade. As volumetrias apresentadas no prolongamento do texto, buscam a compreensão dos volumes e adensamentos.

3.2.6.3.1 Distrito do Aguti

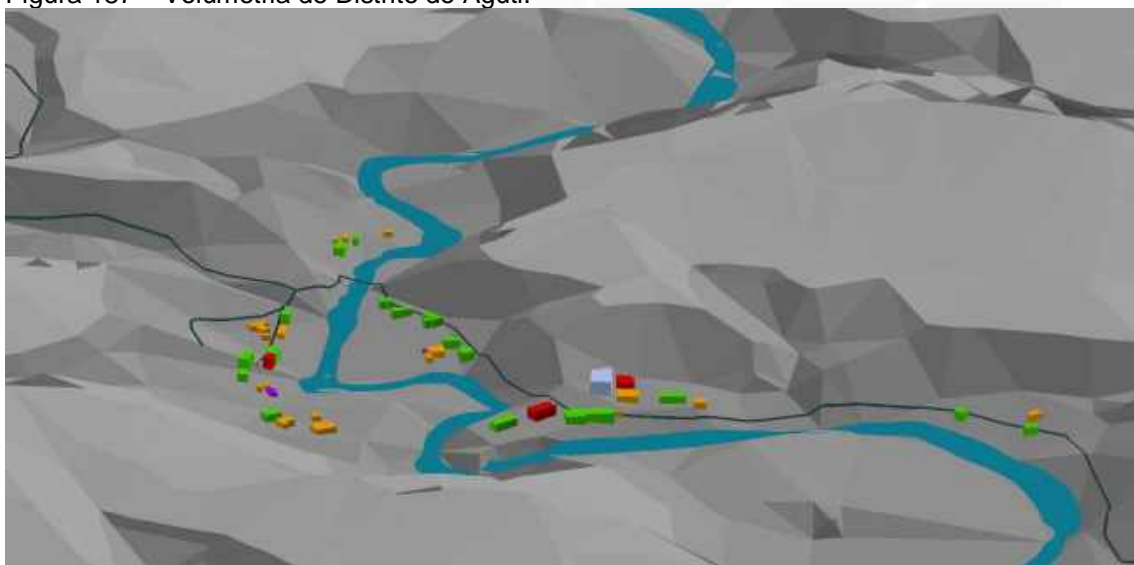
No Distrito do Aguti, na Figura 186 e Figura 187, as faixas de altura predominante entre as edificações são 5,6 m - 8,2 m, já as edificações com maior altura estão na faixa de altura de 8,2 m - 13,4 m.

Figura 186 - Altura das edificações do Distrito do Aguti.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 187 – Volumetria de Distrito do Aguti.

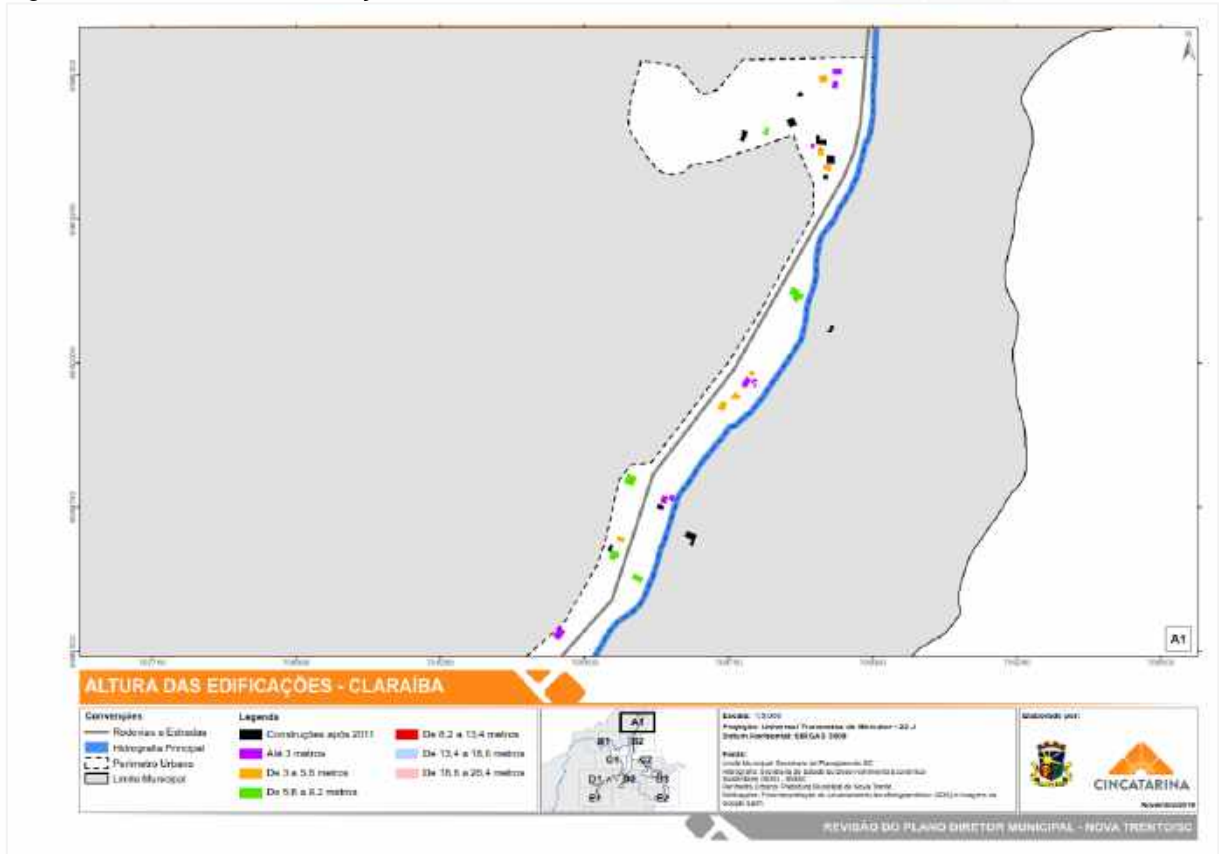


Fonte: CINCATARINA (2019).

3.2.6.3.2 Distrito Claraíba

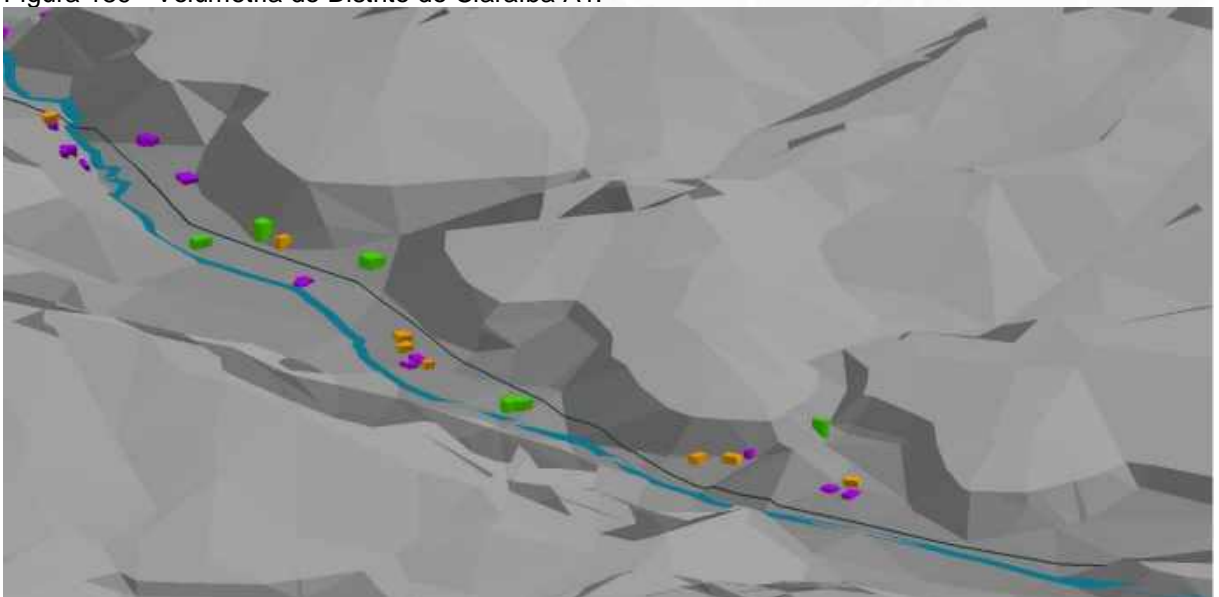
No Distrito do Claraíba, nas Figura 188 a Figura 217, as faixas de altura predominantes nas edificações são até 3 m e de 3m - 5,6m , porém, pode se identificar a existência de edificações na faixa de 13,4 m – 18,6 m.

Figura 188 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba A1.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 189 - Volumetria do Distrito do Claraíba A1.



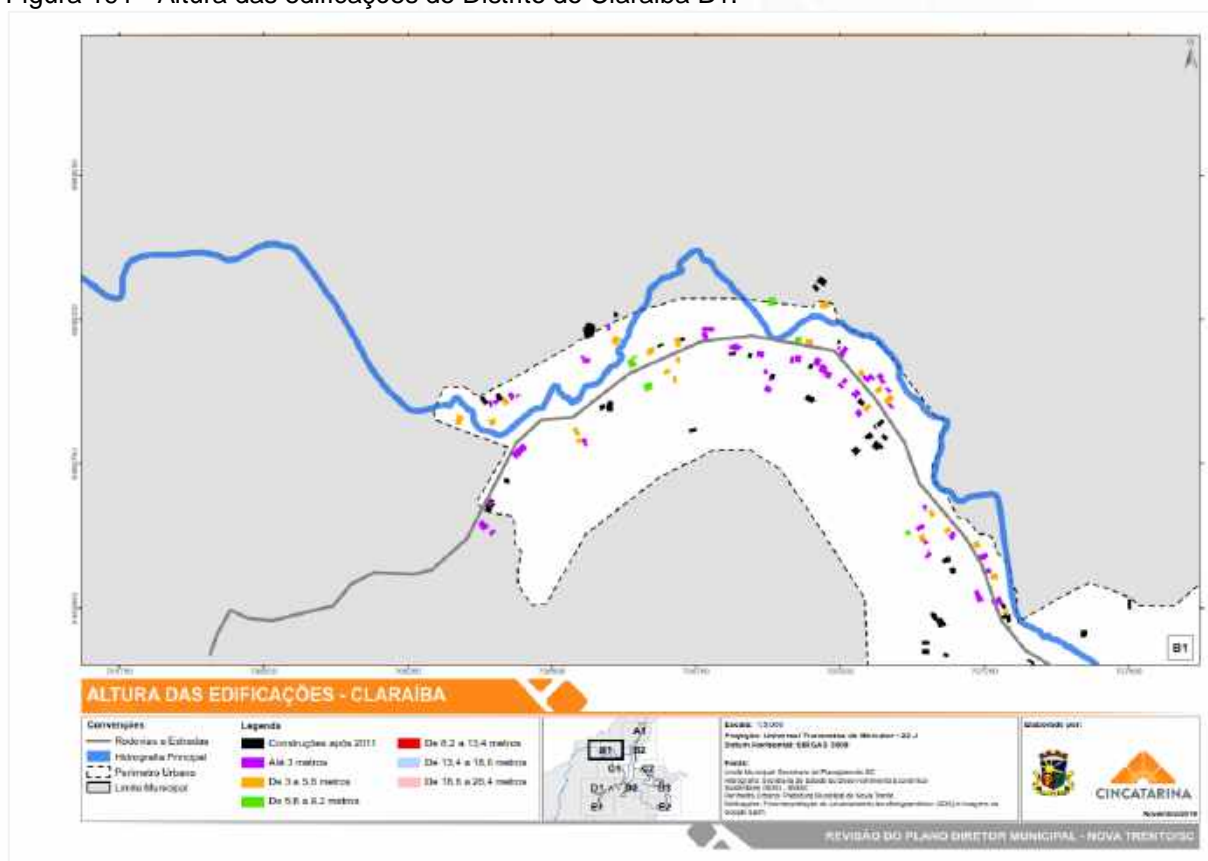
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 190 - Volumetria do Distrito do Claraíba A1.



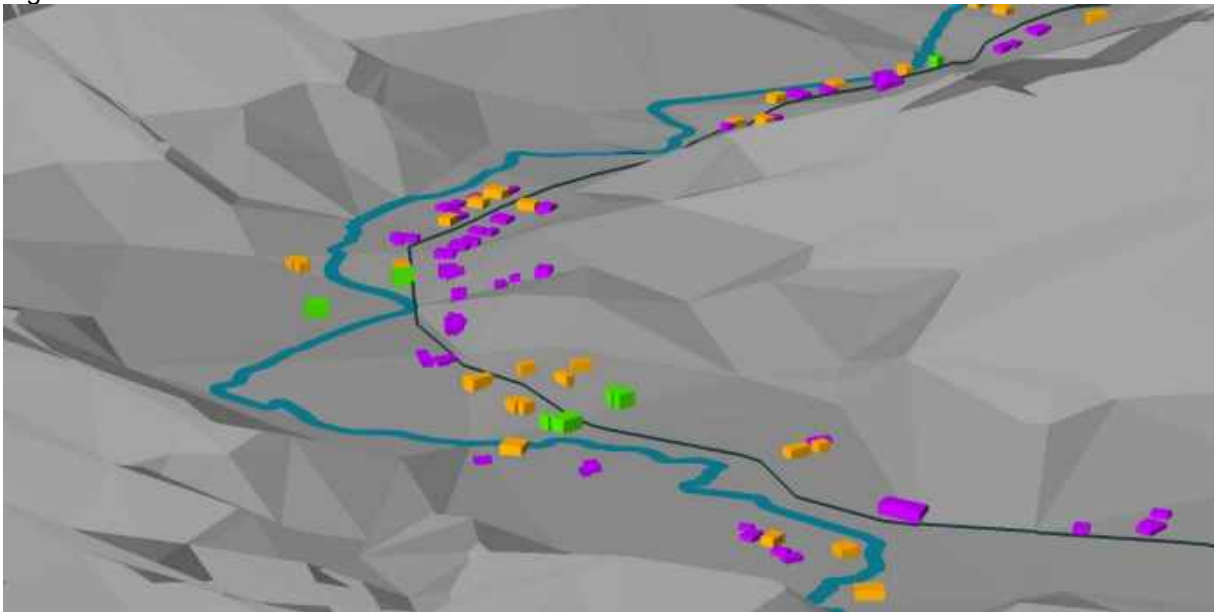
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 191 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba B1.



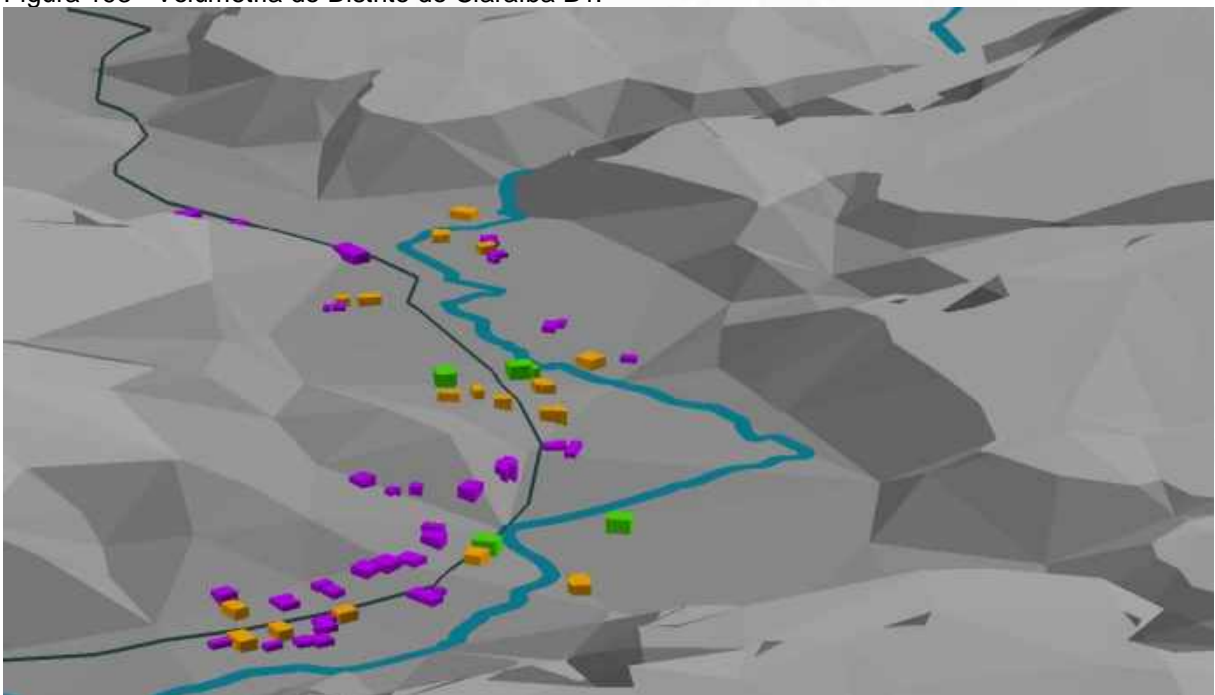
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 192 - Volumetria do Distrito do Claraíba B1.



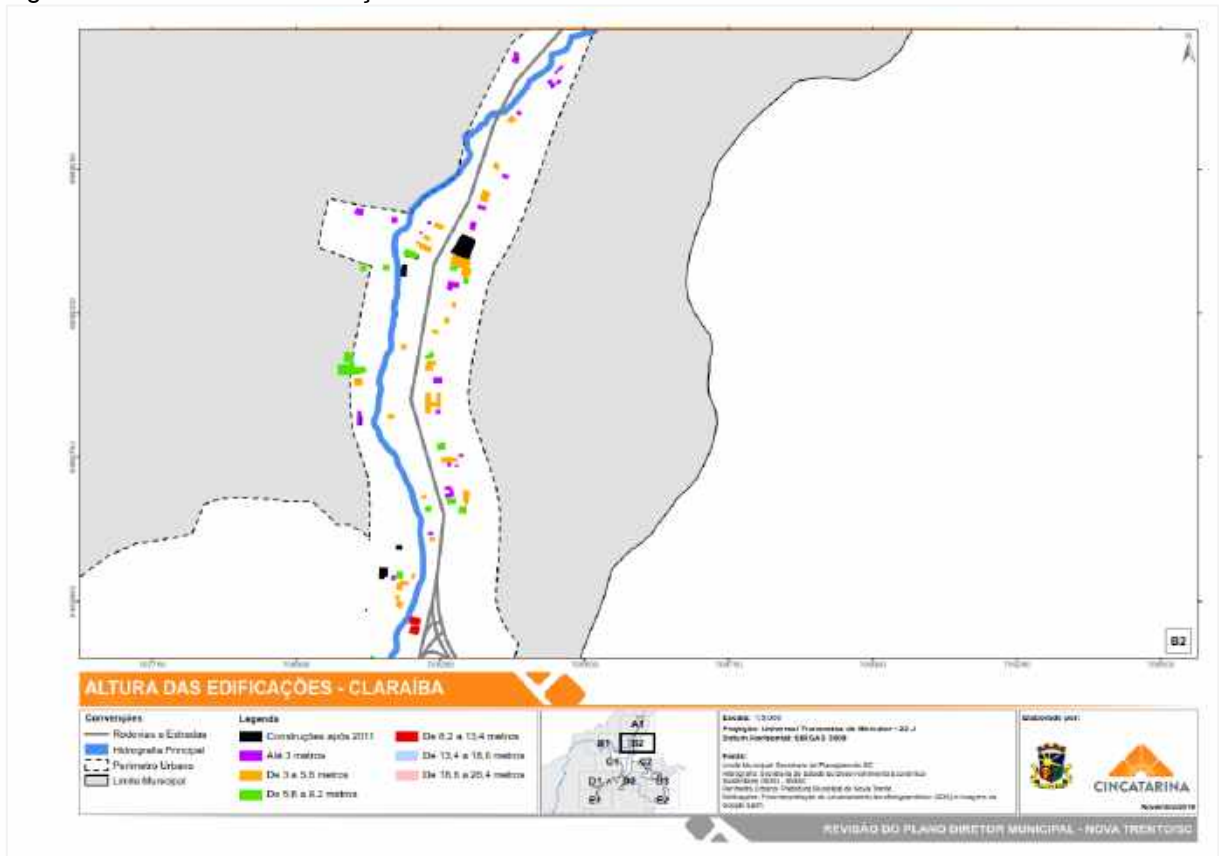
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 193 - Volumetria do Distrito do Claraíba B1.



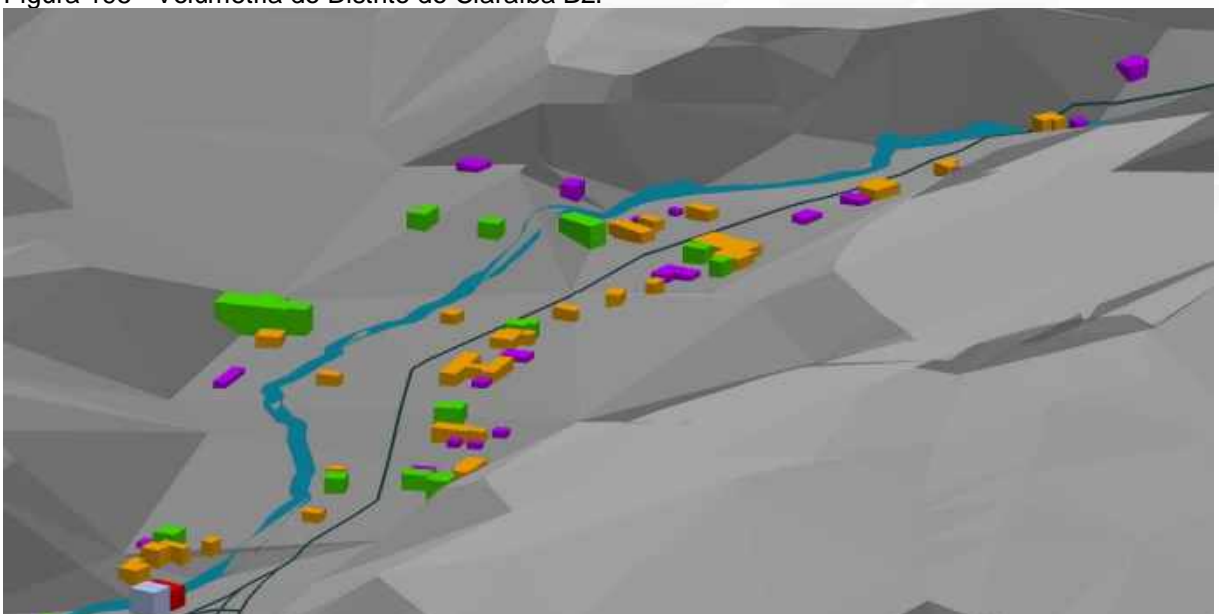
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 194 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba B2.



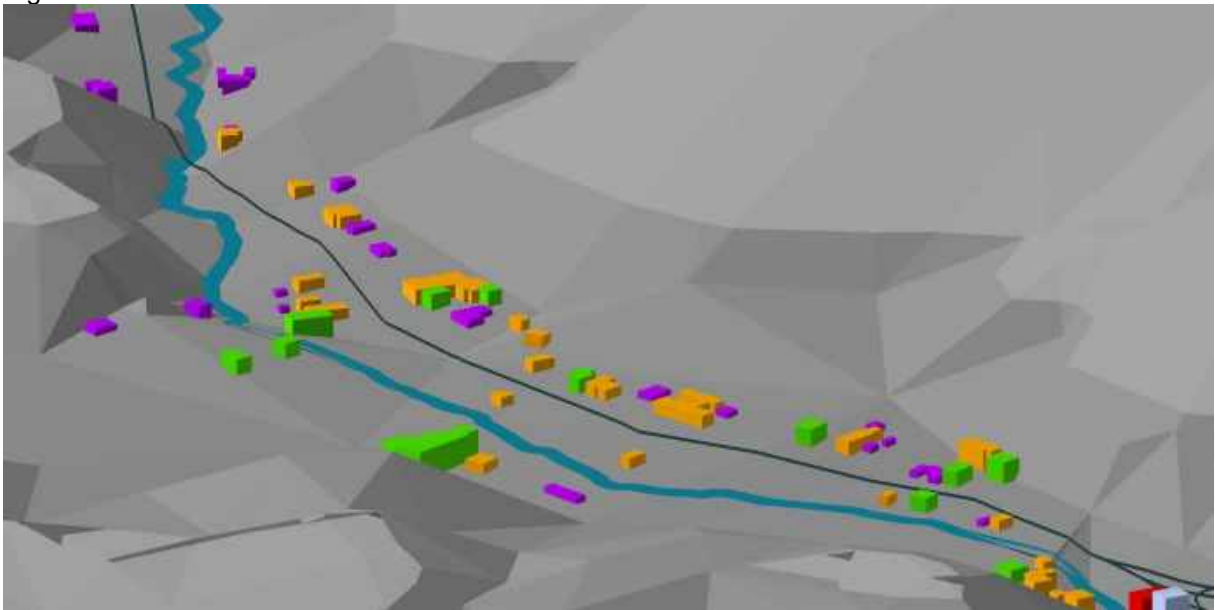
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 195 - Volumetria do Distrito do Claraíba B2.



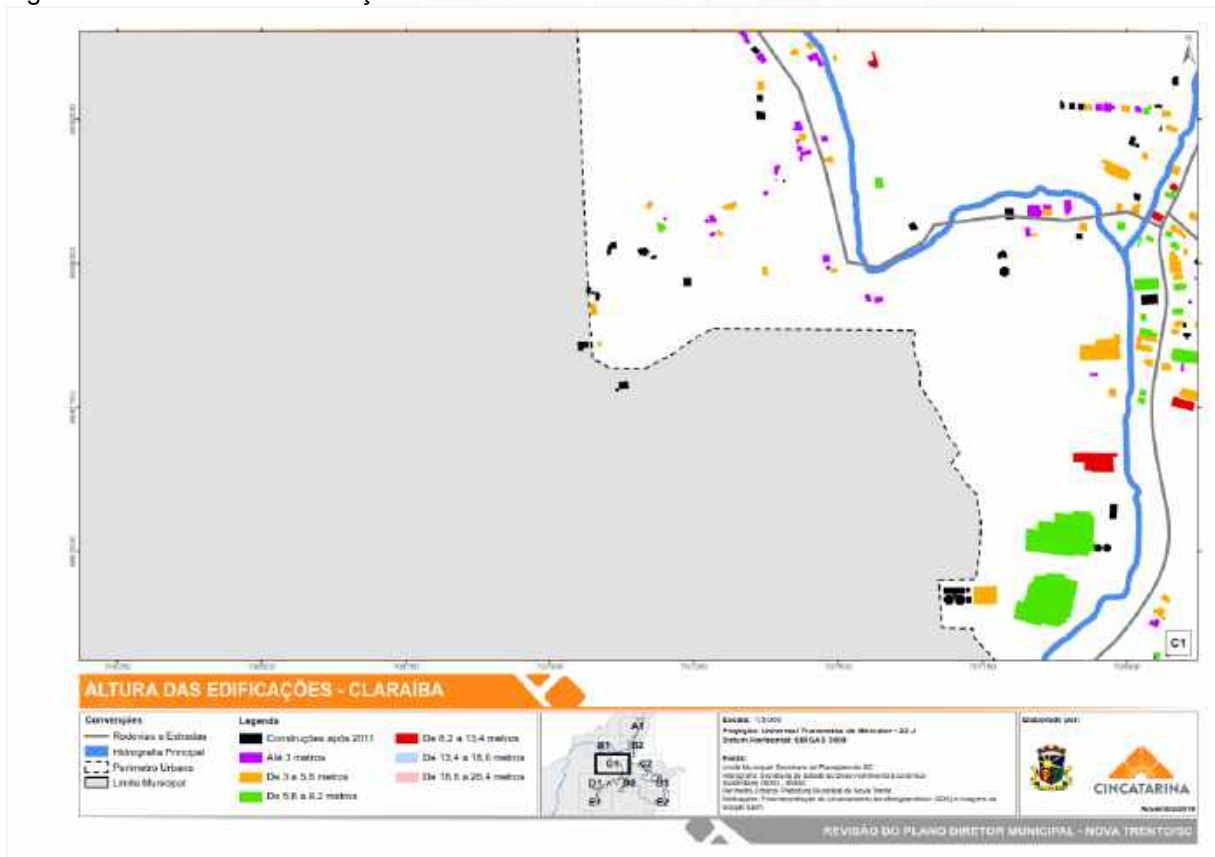
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 196 - Volumetria do Distrito do Claraíba B2.



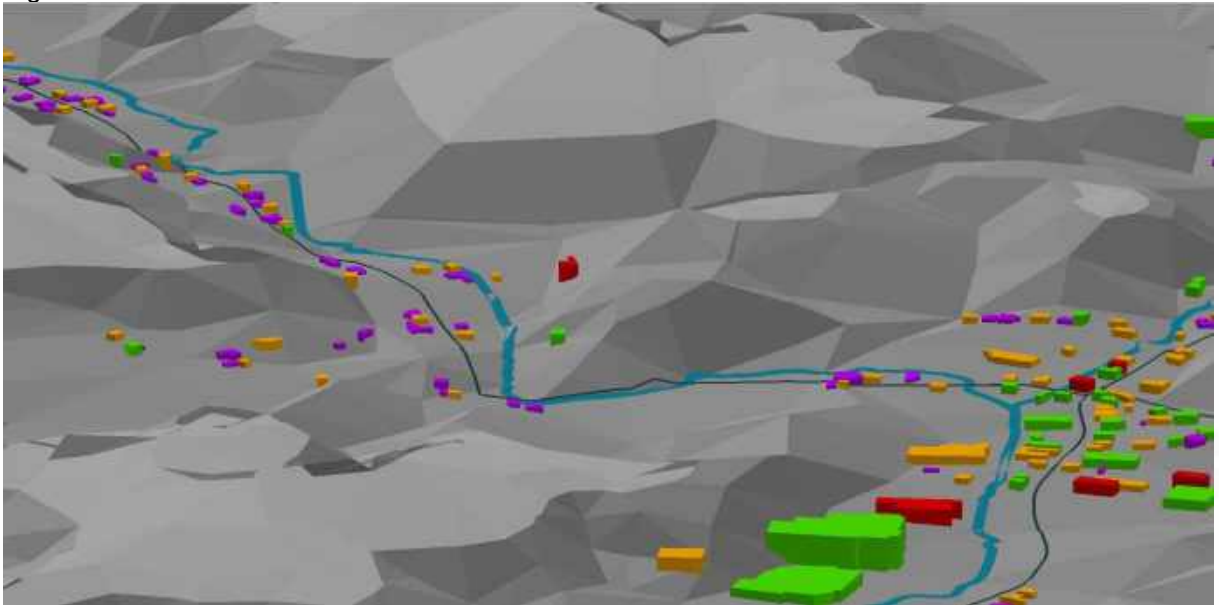
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 197 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba C1.



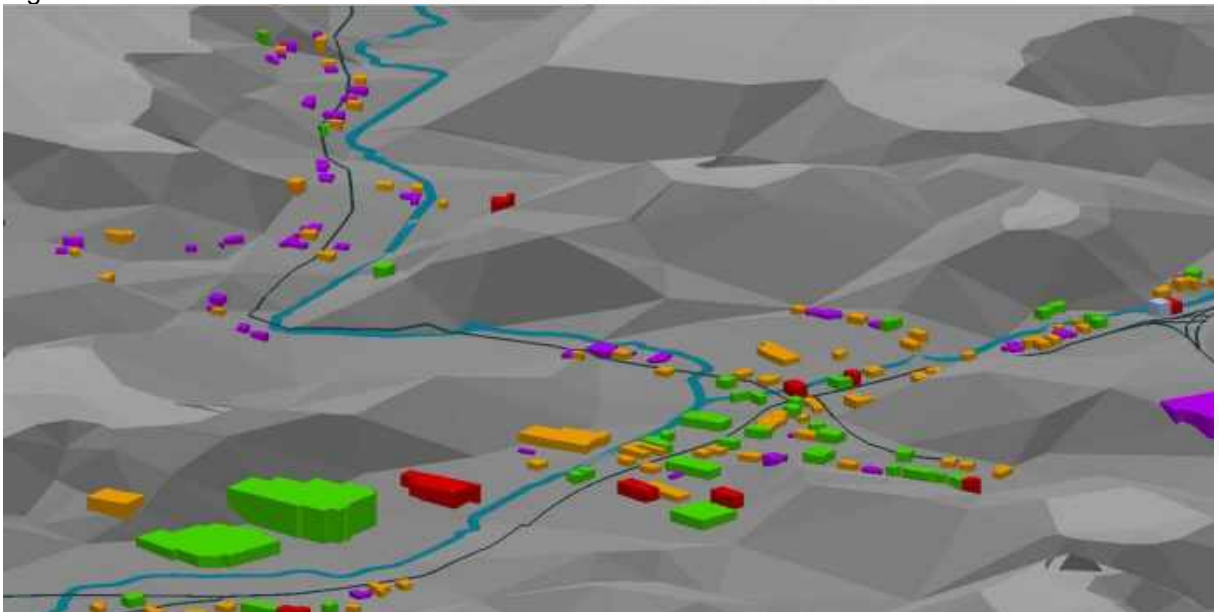
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 198 - Volumetria do Distrito do Claraíba C1.



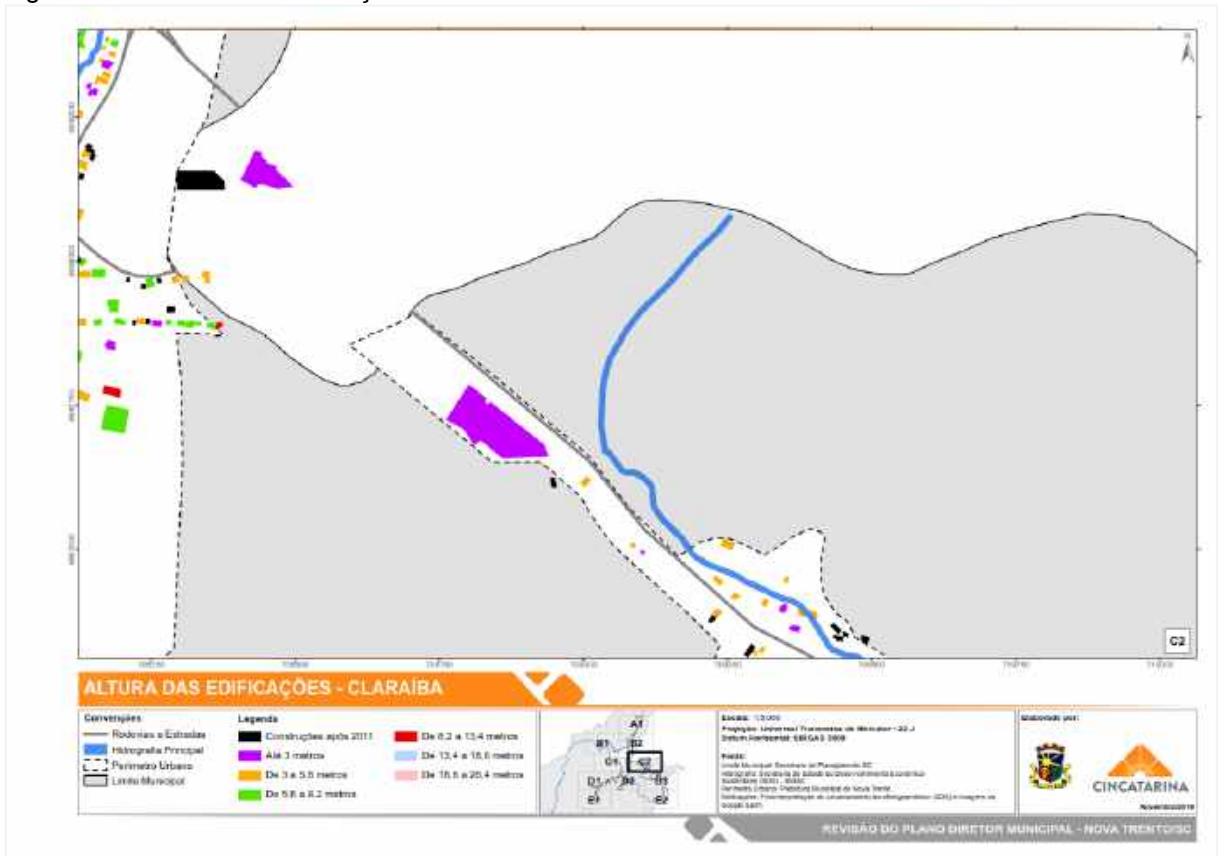
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 199 - Volumetria do Distrito do Claraíba C1.



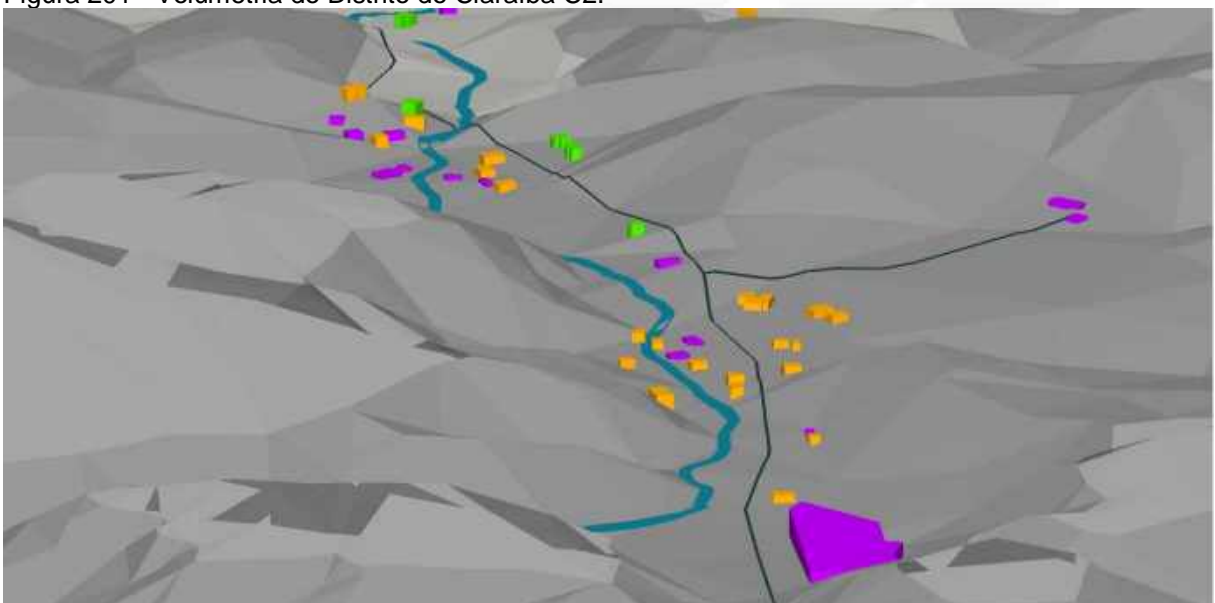
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 200 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba C2.



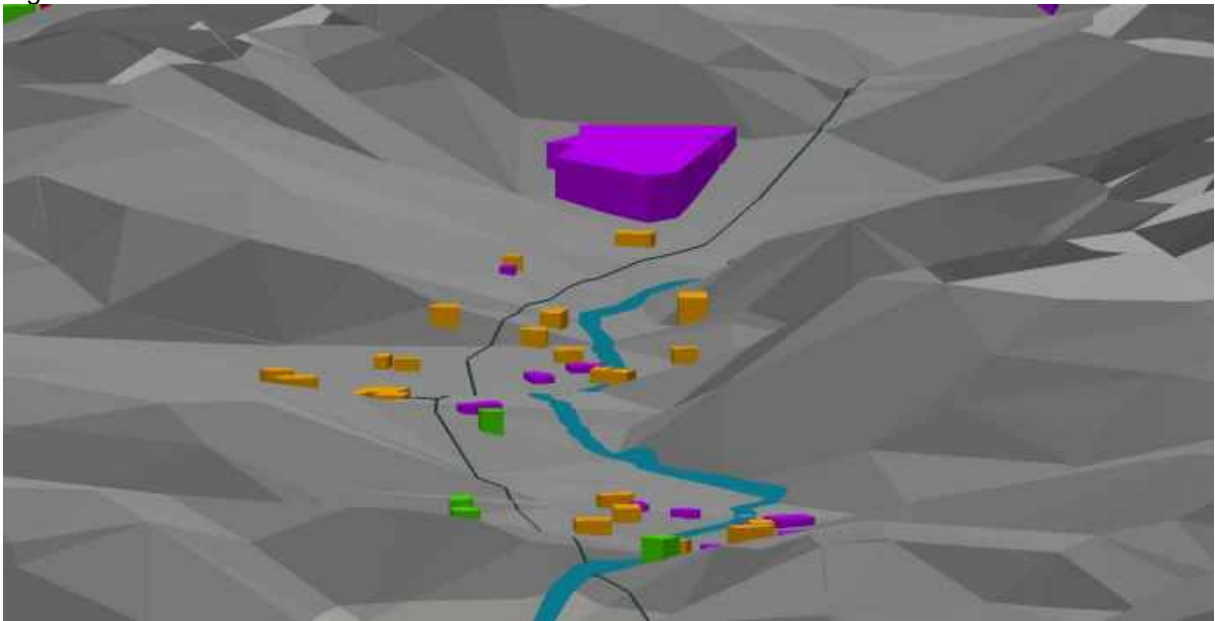
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 201 - Volumetria do Distrito do Claraíba C2.



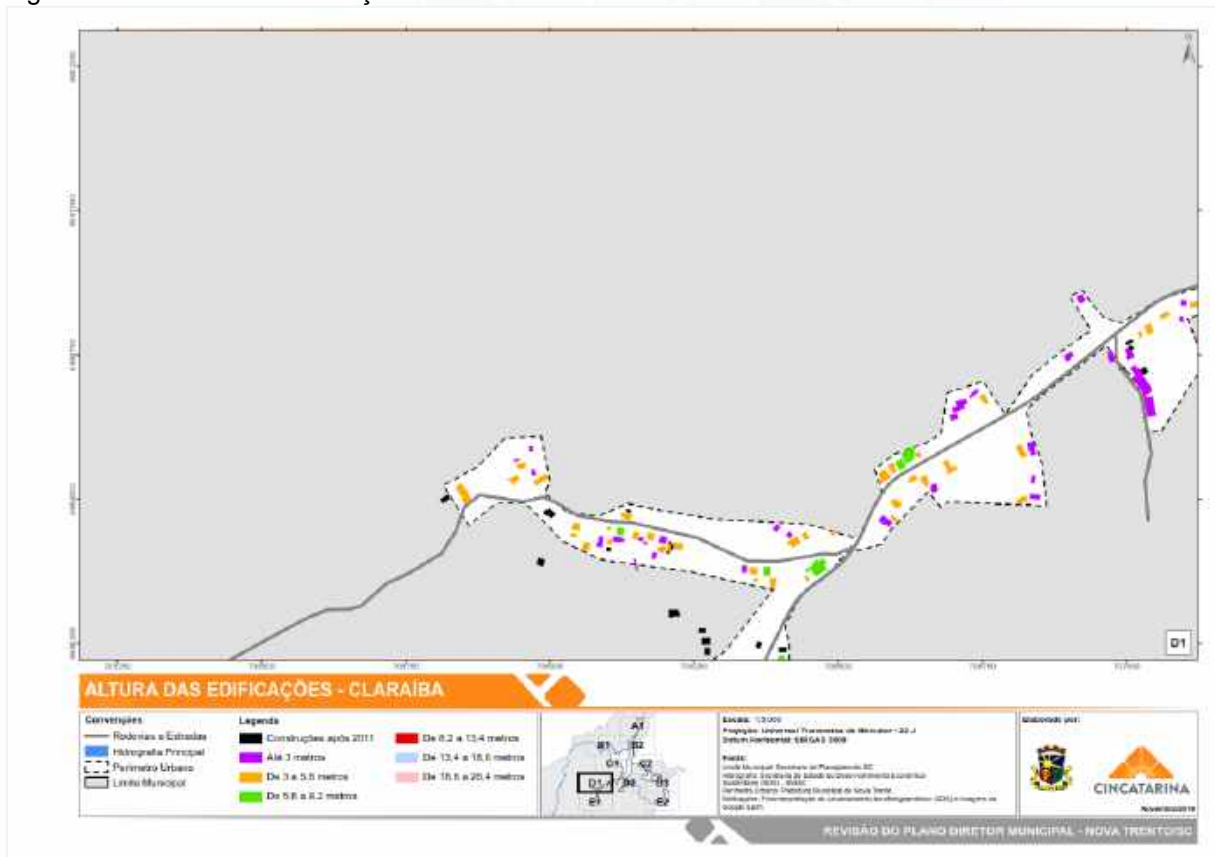
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 202 - Volumetria do Distrito do Claraíba C2.



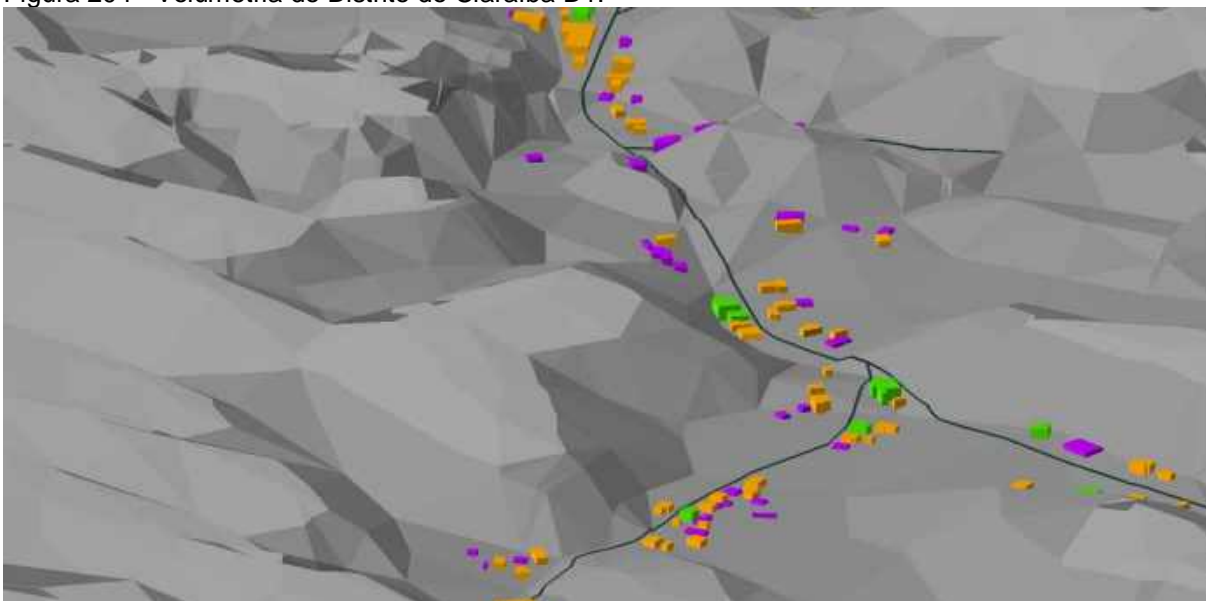
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 203 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba D1.



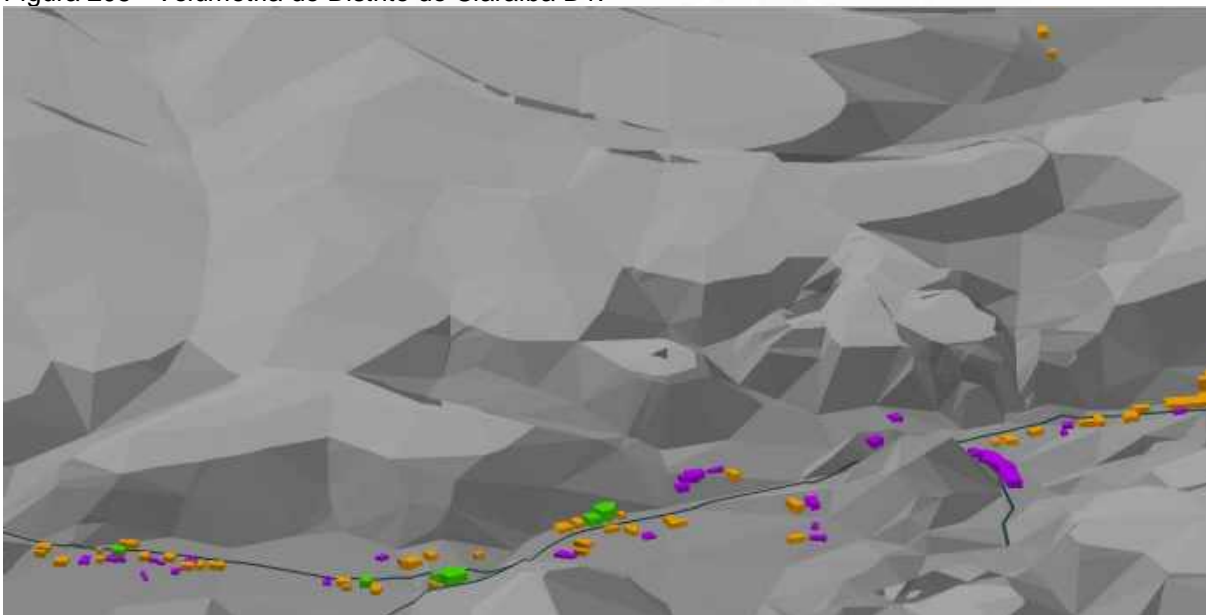
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 204 - Volumetria do Distrito do Claraíba D1.



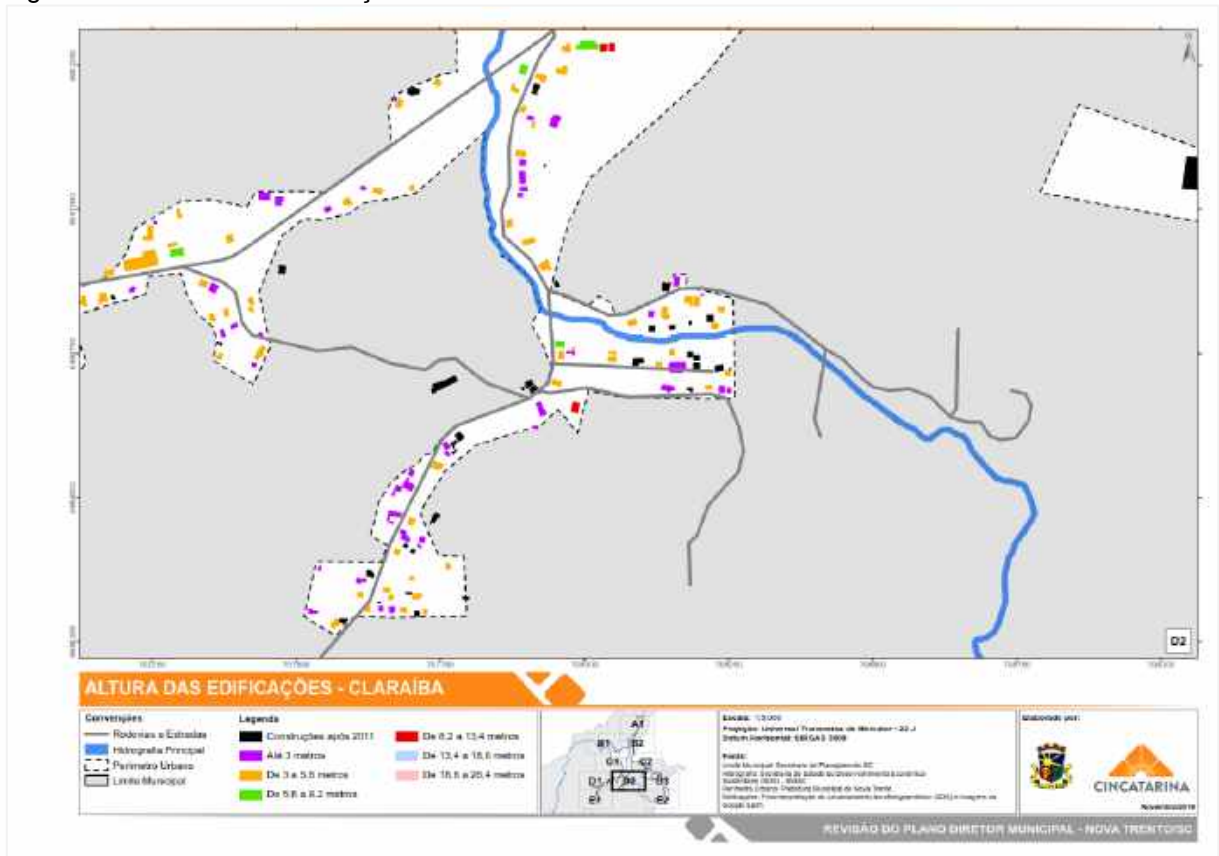
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 205 - Volumetria do Distrito do Claraíba D1.



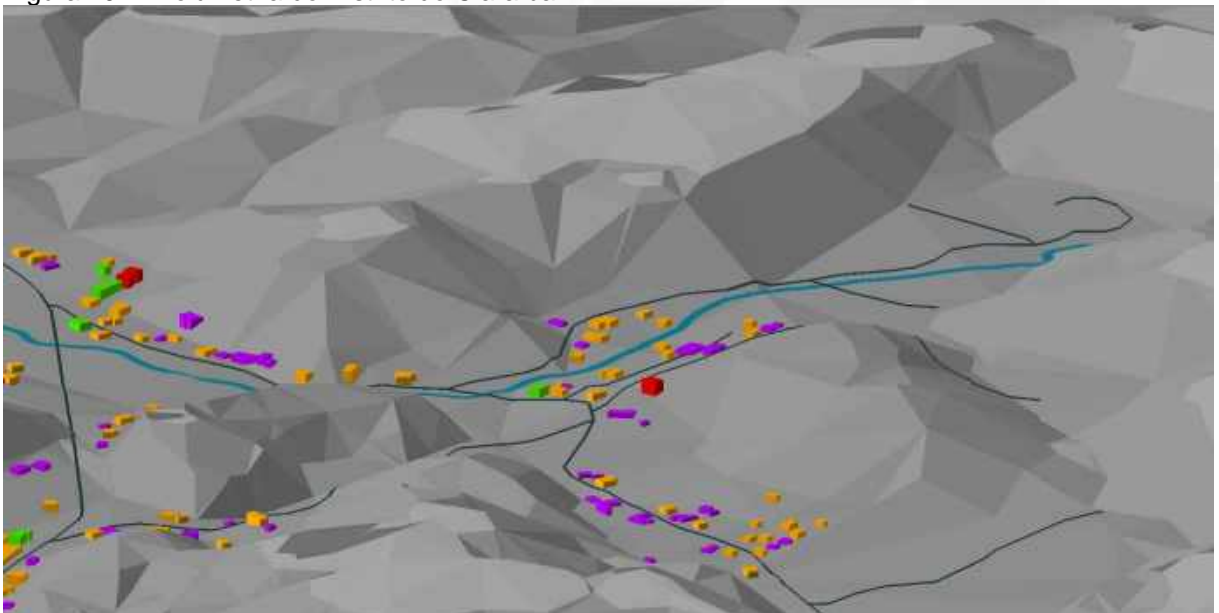
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 206 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba D2.



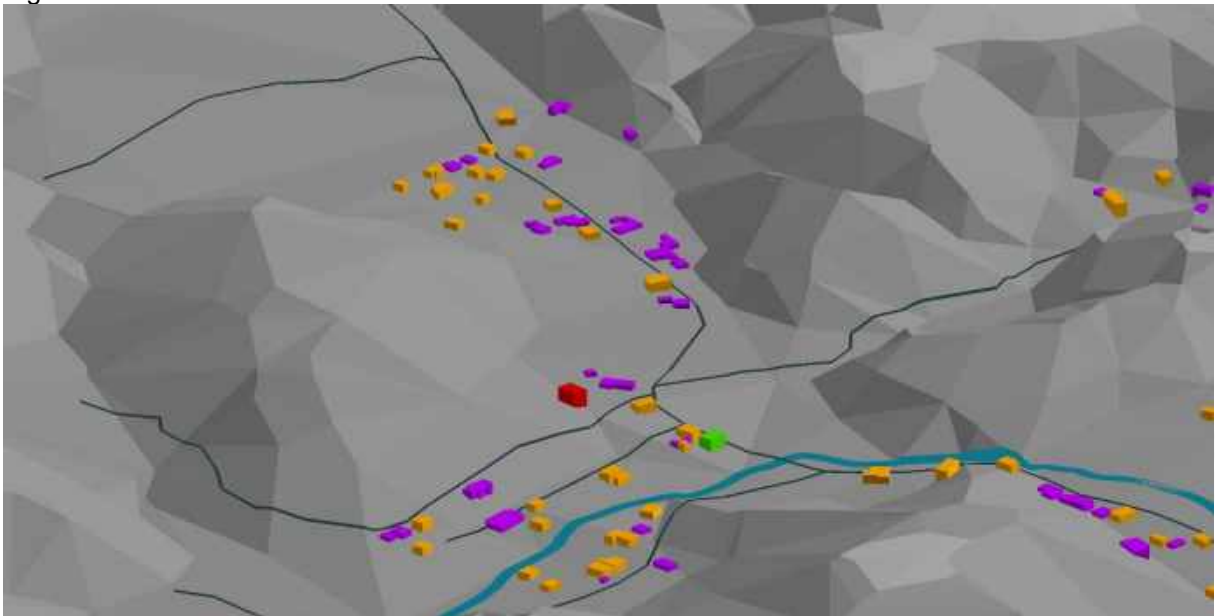
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 207 - Volumetria do Distrito do Claraíba D2.



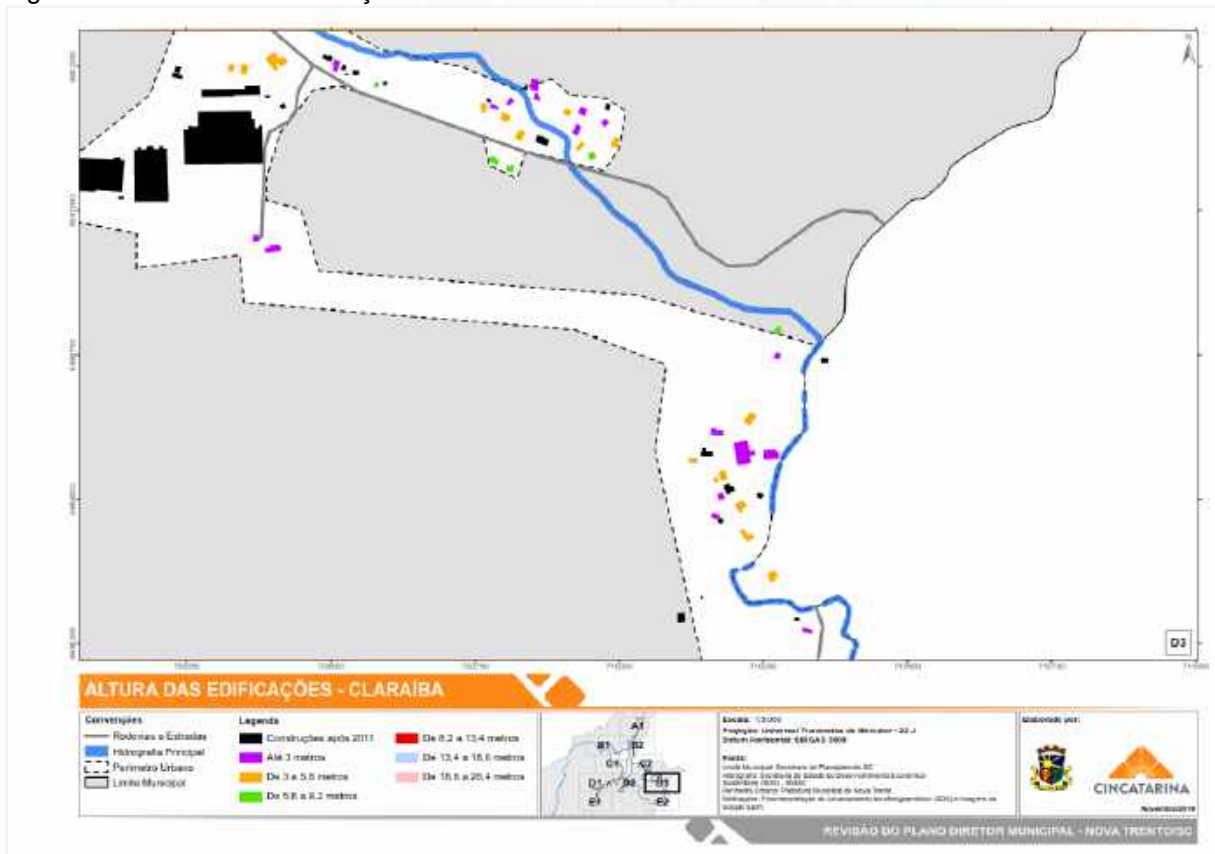
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 208 - Volumetria do Distrito do Claraíba D2.



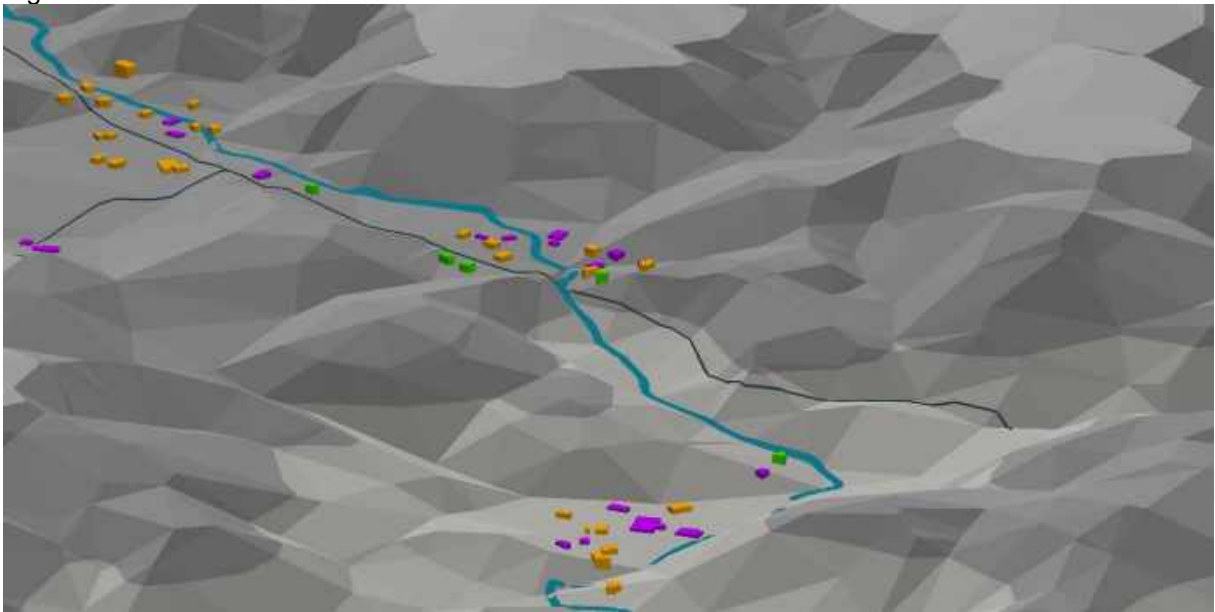
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 209 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba D3.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 210 - Volumetria do Distrito do Claraíba D3.



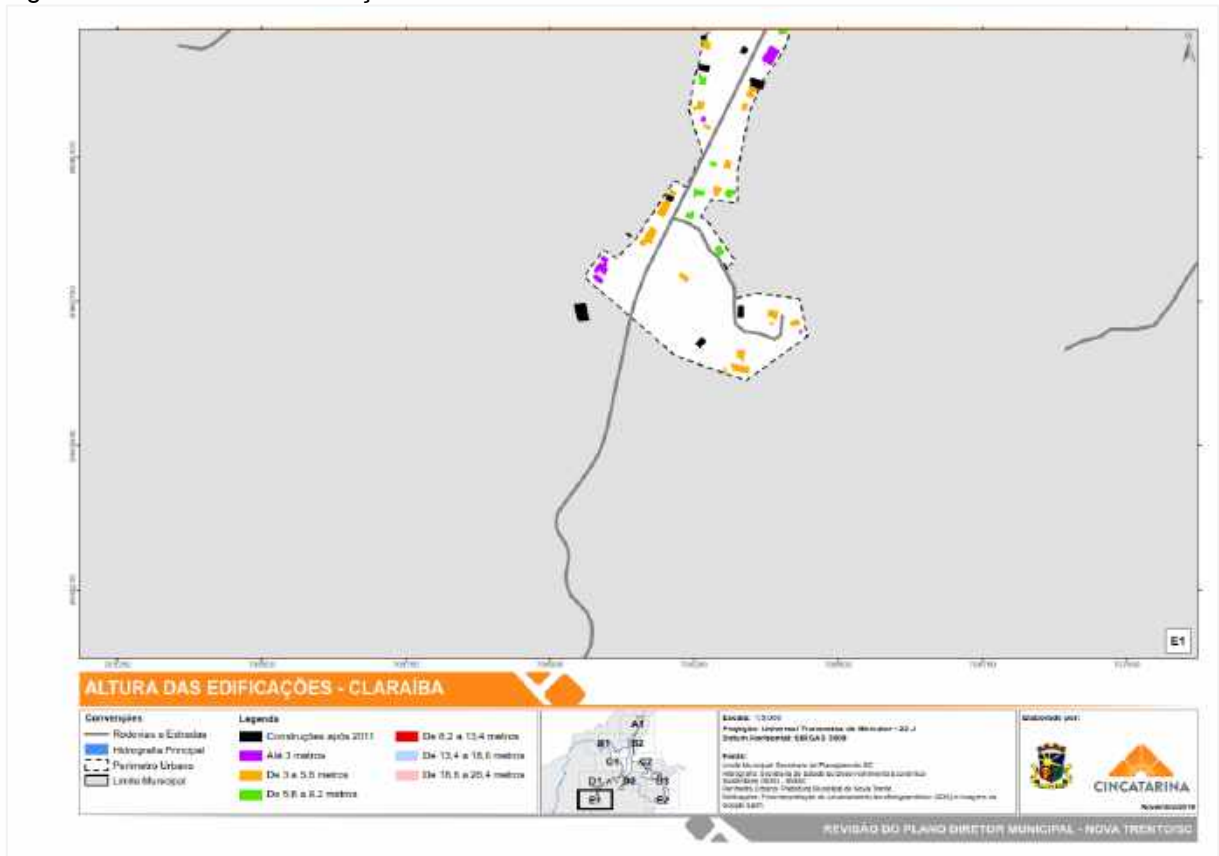
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 211 - Volumetria do Distrito do Claraíba D3.



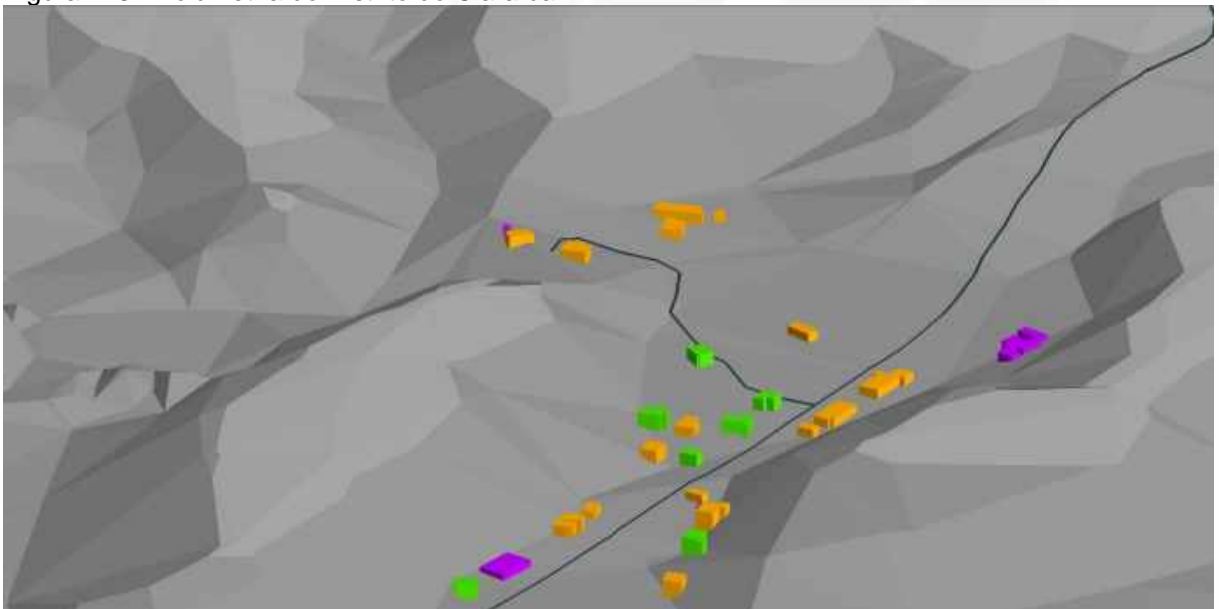
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 212 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba E1.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 213 - Volumetria do Distrito do Claraíba E1.



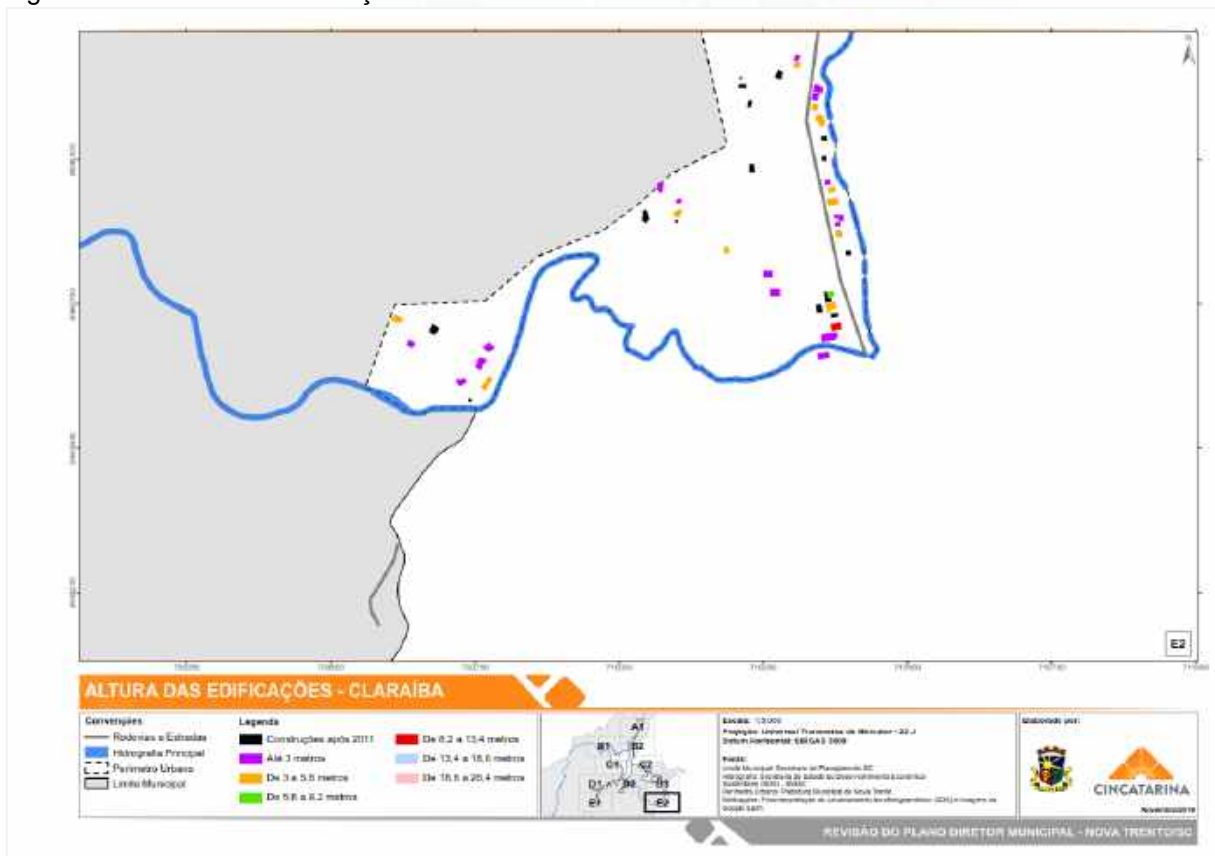
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 214 - Volumetria do Distrito do Claraíba E1.



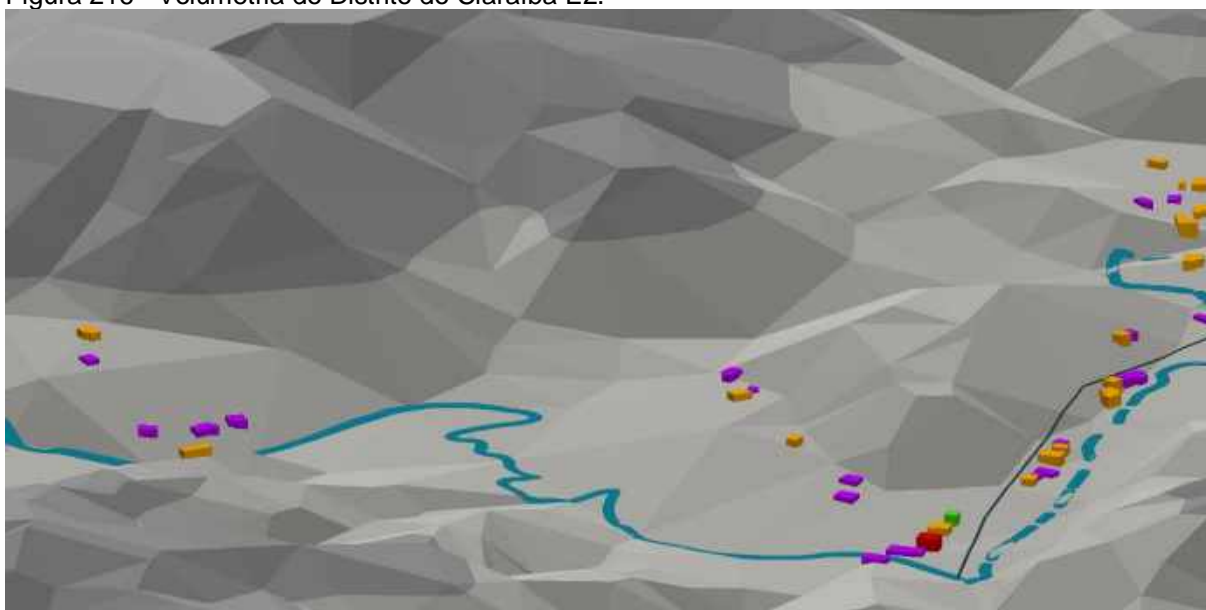
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 215 - Altura das edificações do Distrito do Claraíba E2.



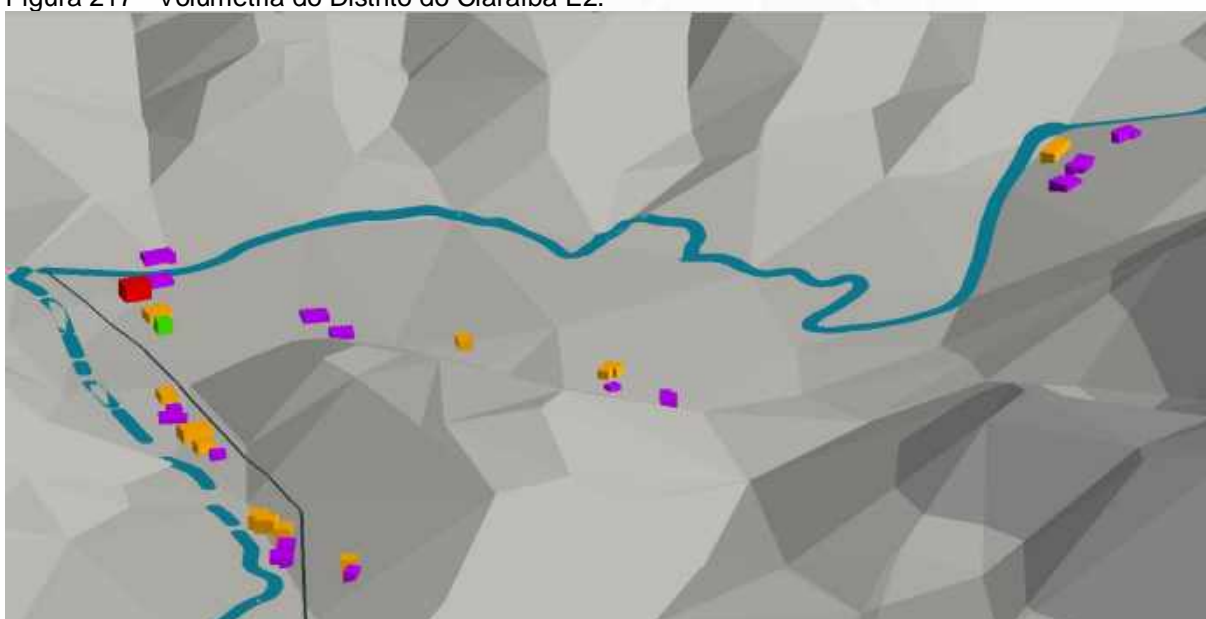
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 216 - Volumetria do Distrito do Claraíba E2.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 217 - Volumetria do Distrito do Claraíba E2.



Fonte: CINCATARINA (2019)

3.2.6.3.3 Sede

O gabarito das edificações da Sede está disposto nas Figura 218 E Figura 283. Na região do Trinta Réis ao sudoeste do município, as faixas de gabarito predominantes são até 3 m, 3 m - 5,6 m e 5,6 m - 8,2 m, a altitude máxima na região está na faixa 13,4 m – 18,6 m.

No Vígolo, encontramos a maior altitude entre as edificações, a prédio do Santuário de Madre Paulina de 26,4 m de altura, as faixas de altura majoritárias são também 3 m, 3 m - 5,6 m e 5,6 m - 8,2 m, com eventuais edificações na faixa de 8,2 m - 13,4 m.

Nas regiões da Cascata, Espriado e Morro da Onça em direção do Distrito do Claraíba, as faixas de gabarito predominantes são de até 3 m, 3 m - 5,6 m e 5,6 m - 8,2 m, com gabarito máximo de 18,6 m – 26,4 m, nas margens da SC-410.

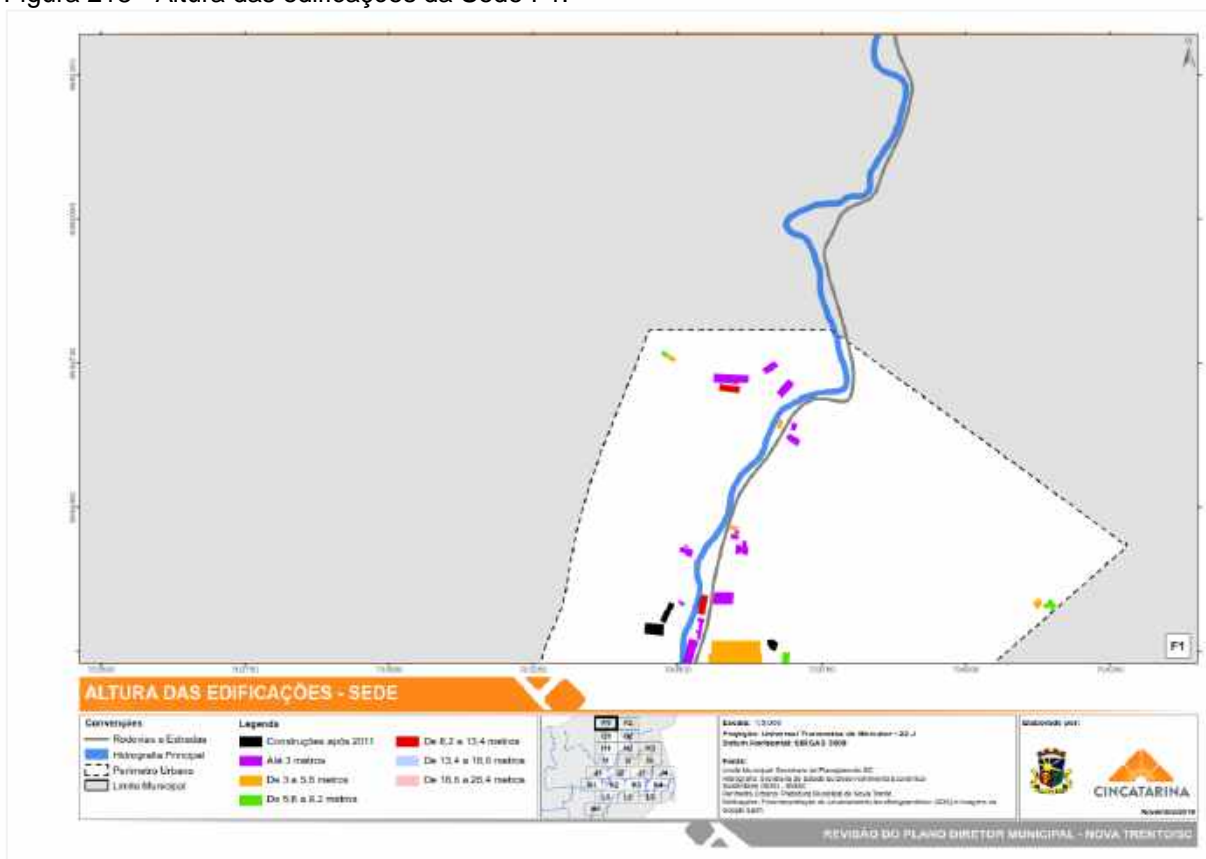
Ao norte da Sede, na região do Morro da Cruz, Mato Queimado e Ribeirão Bilú, as edificações apresentam gabarito predominante nas faixas de até 3 m, 3 m - 5,6 m, 5,6 m - 8,2 m e - 8,2 m – 13,4 m, como pontuais edificações nas faixas de 13,4 m – 18,6 m.

Nos bairros da região central, encontramos o maior adensamento do município, bem como edifícios com maior número de pavimentos, nesta região são predominantes edificações nas faixas de gabarito de até 3 m, 3 m - 5,6 m, 5,6 m - 8,2 m, já os edifícios nas faixas de altura entre 13,4 m - 26,4 m, ocorrem de maneira pontual. O edifício mais alto encontrado nos bairros centrais da Sede, situa-se na SC-410, nas proximidades da Praça Getúlio Vargas e está classificado na faixa de altura de 26,4 m.

Ao leste e sudeste, na Ponta e Fina Norte e Ponta Fina Sul em direção ao município de São João Batista, as faixas predominantes de gabarito são até 3 m, 3 m - 5,6 m, 5,6 m - 8,2 m e - 8,2 m – 13,4 m, sendo notório a diversificação dos volumes em relação altura nesta região.

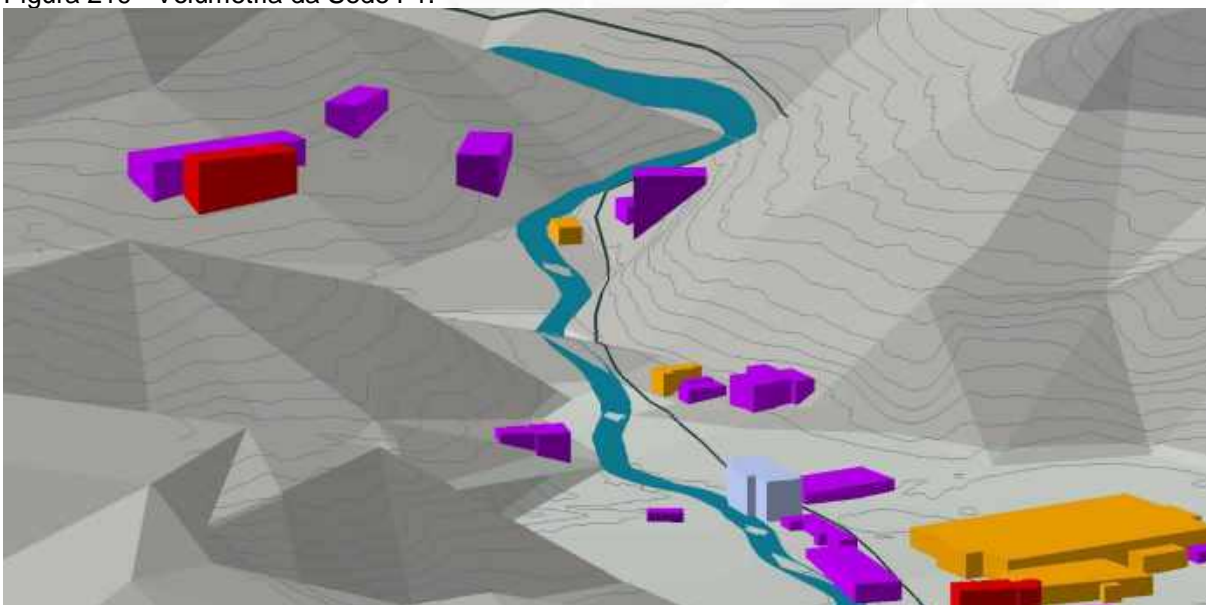
Nas demais regiões da Sede os gabaritos predominantes chegam até 5,6 m, devido à grande parte das edificações serem residenciais, porém há exceções que se referem a edifícios de cunho religioso, institucional e de lazer.

Figura 218 - Altura das edificações da Sede F1.



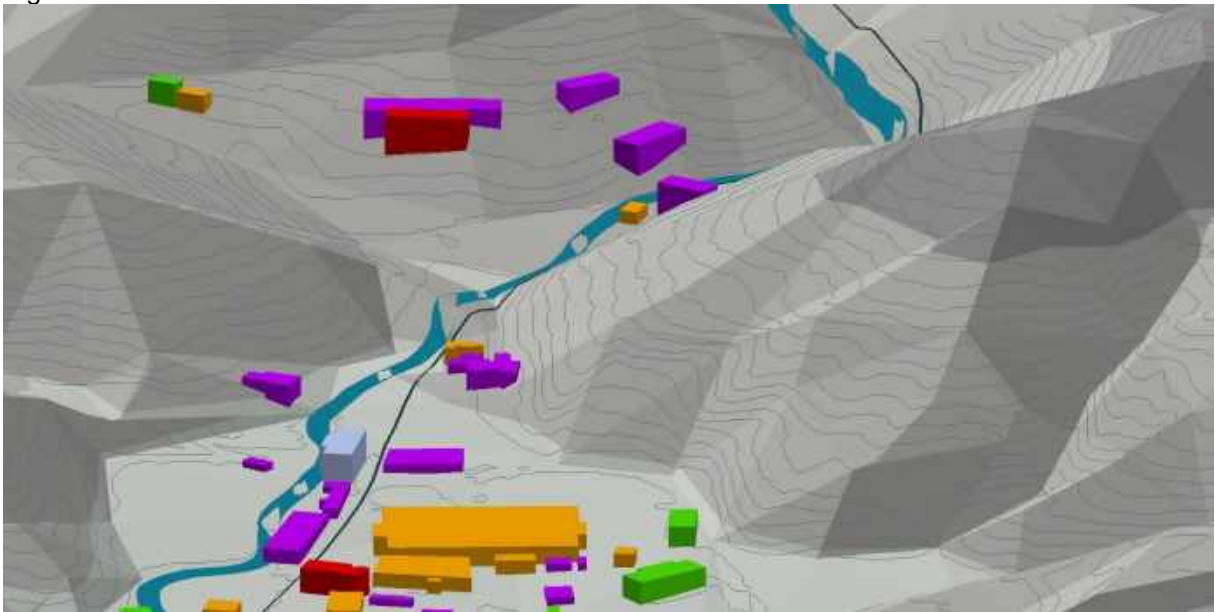
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 219 - Volumetria da Sede F1.



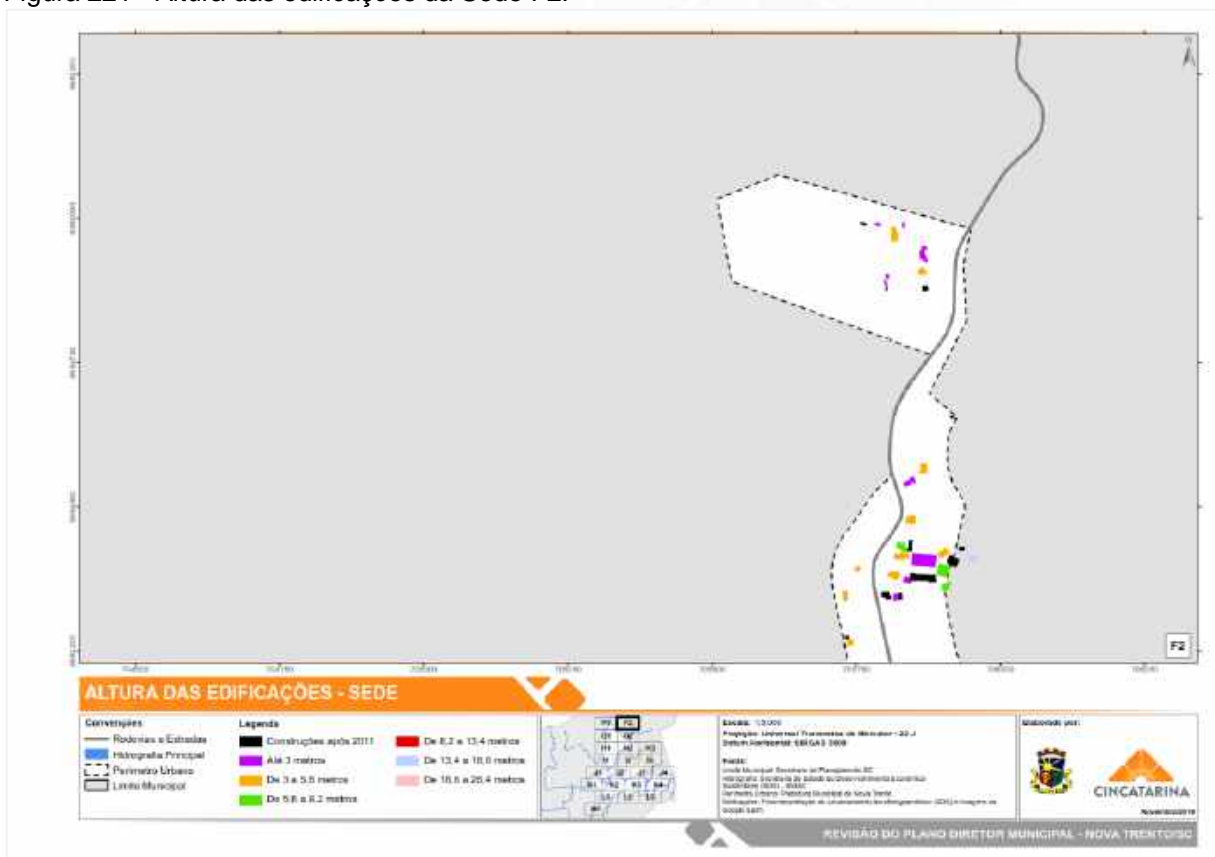
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 220 - Volumetria da Sede F1.



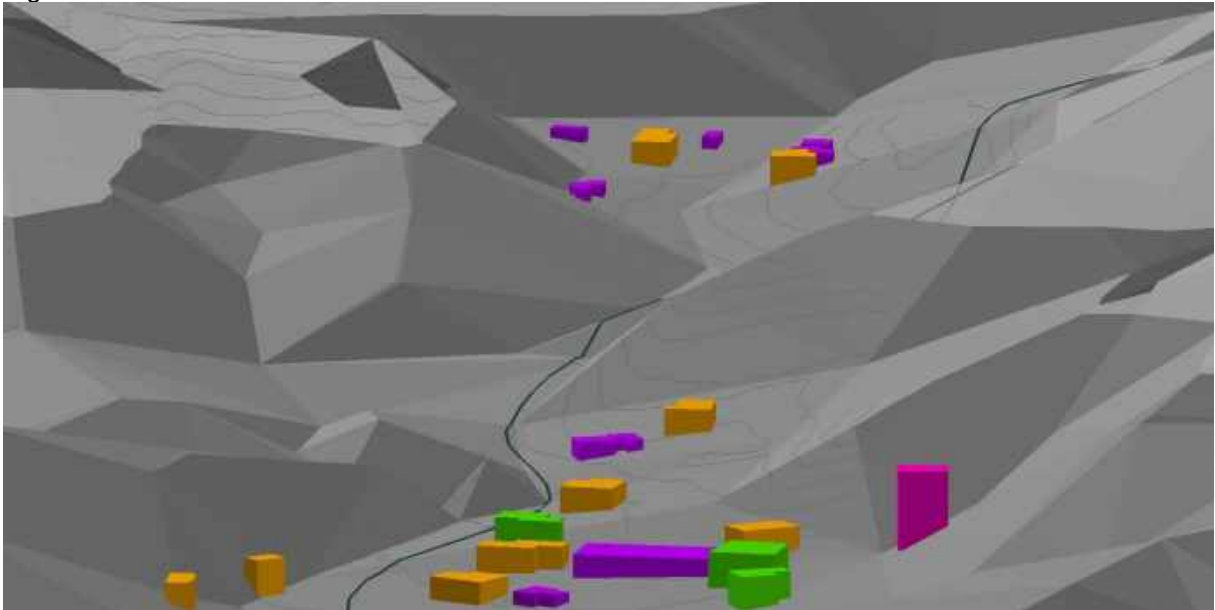
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 221 - Altura das edificações da Sede F2.



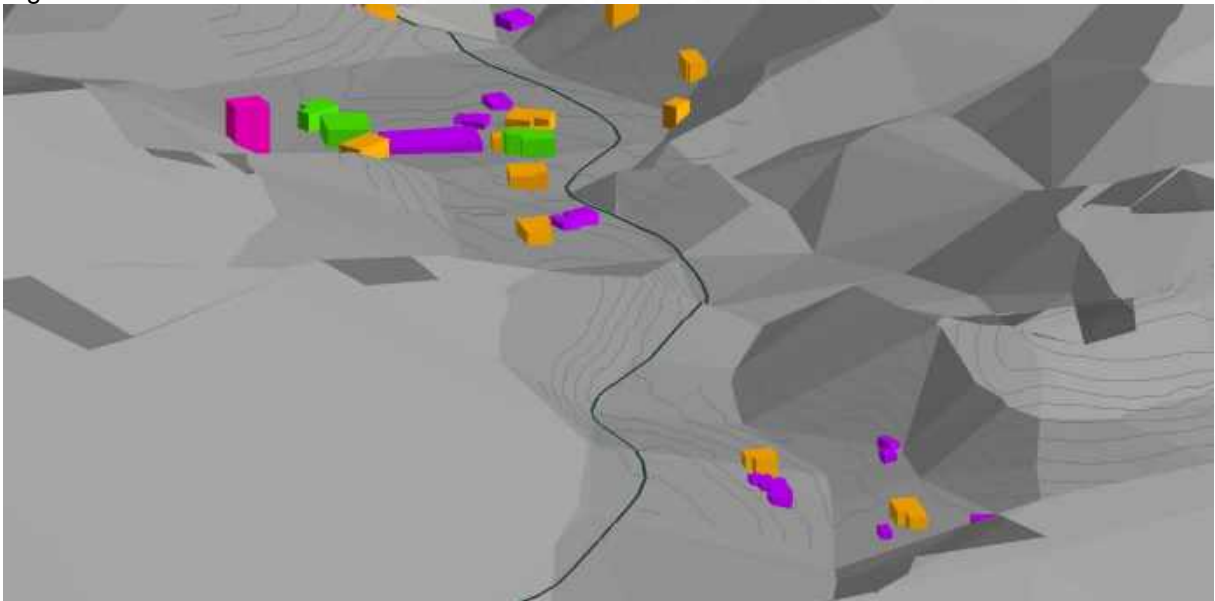
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 222 - Volumetria da Sede F2.



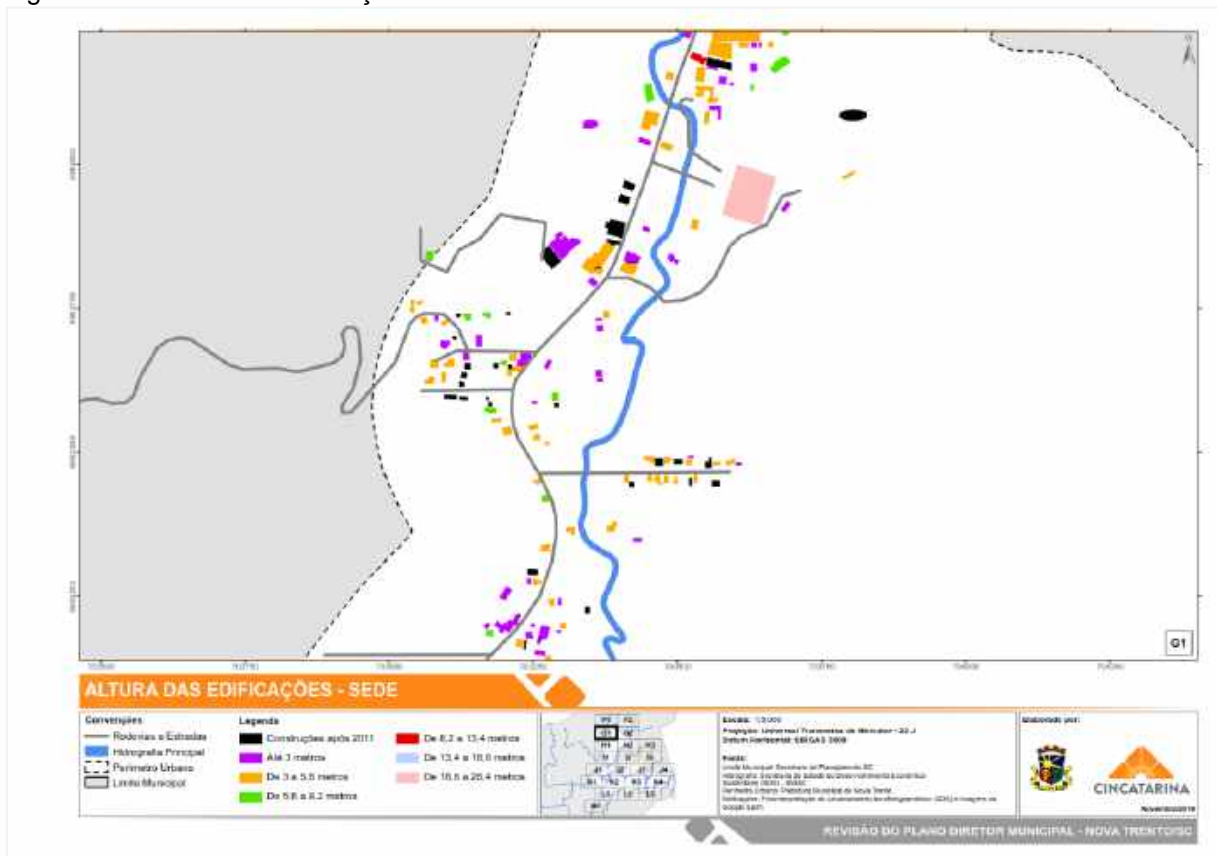
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 223 - Volumetria da Sede F2.



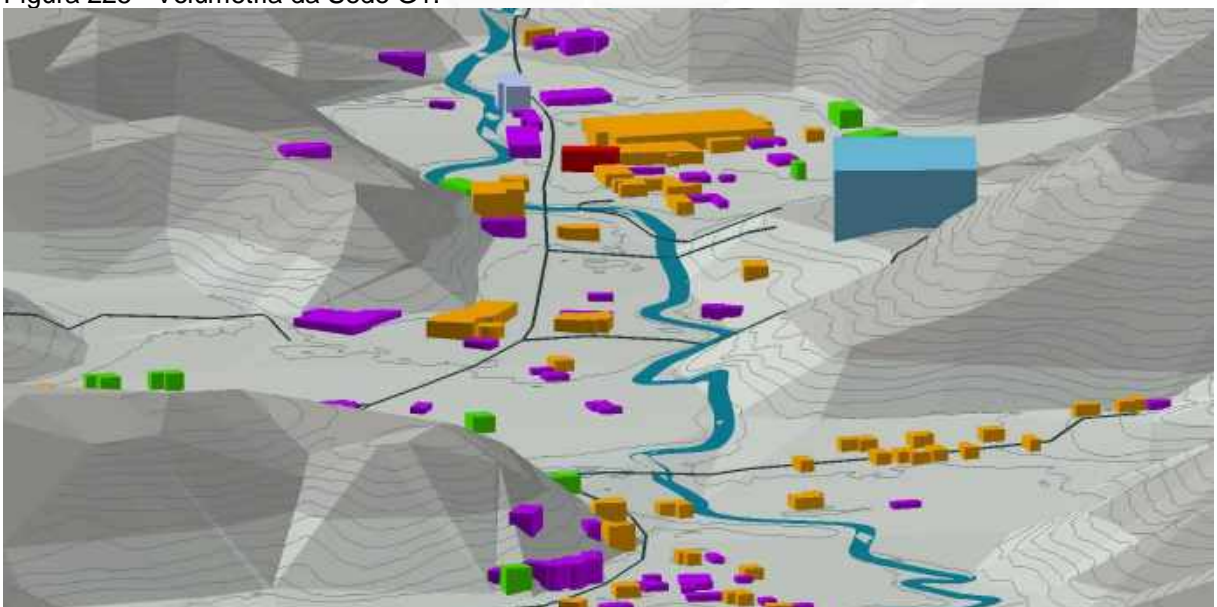
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 224 - Altura das edificações da Sede G1.



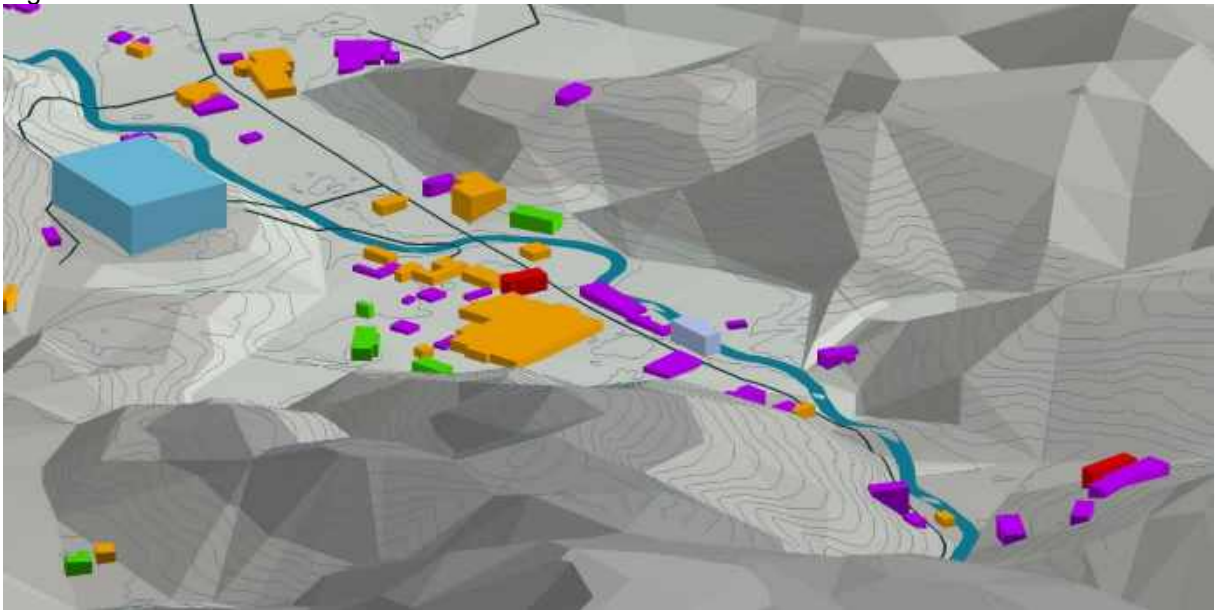
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 225 - Volumetria da Sede G1.



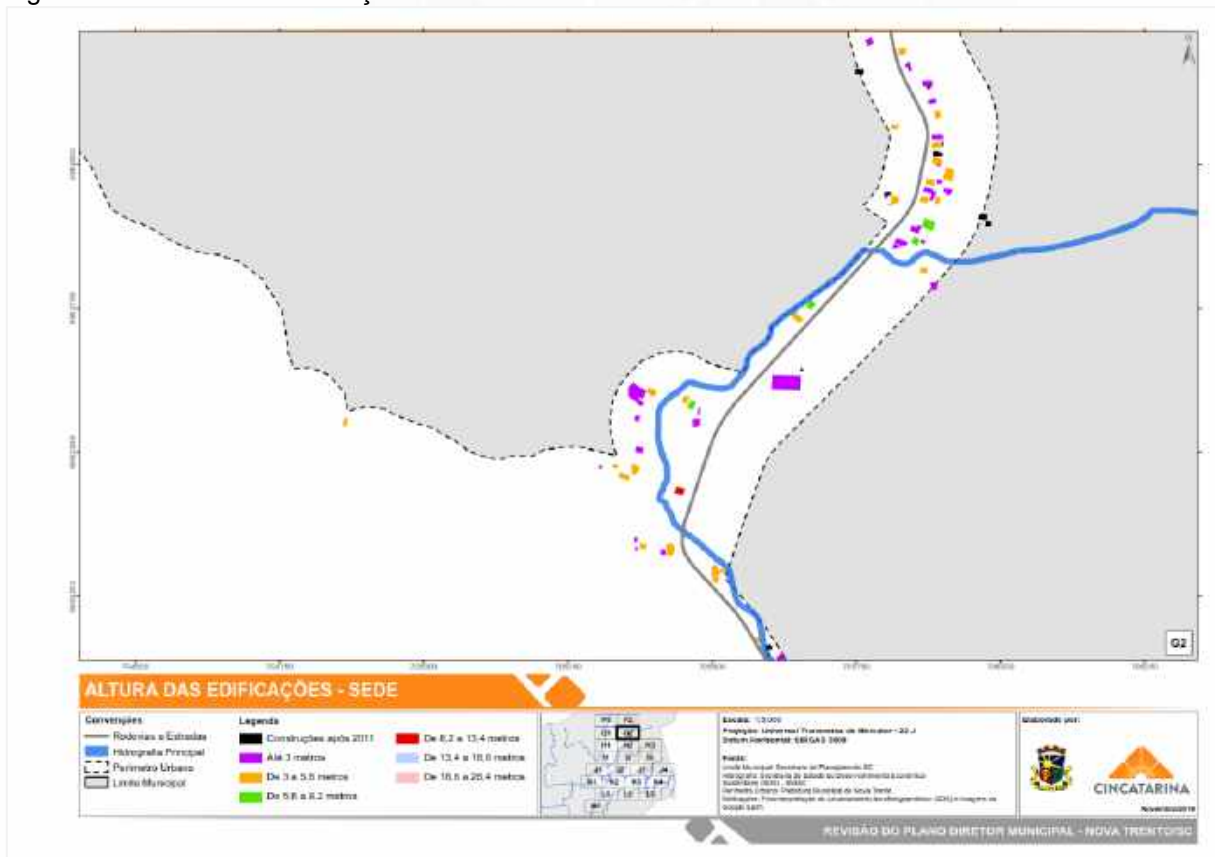
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 226 - Volumetria da Sede G1.



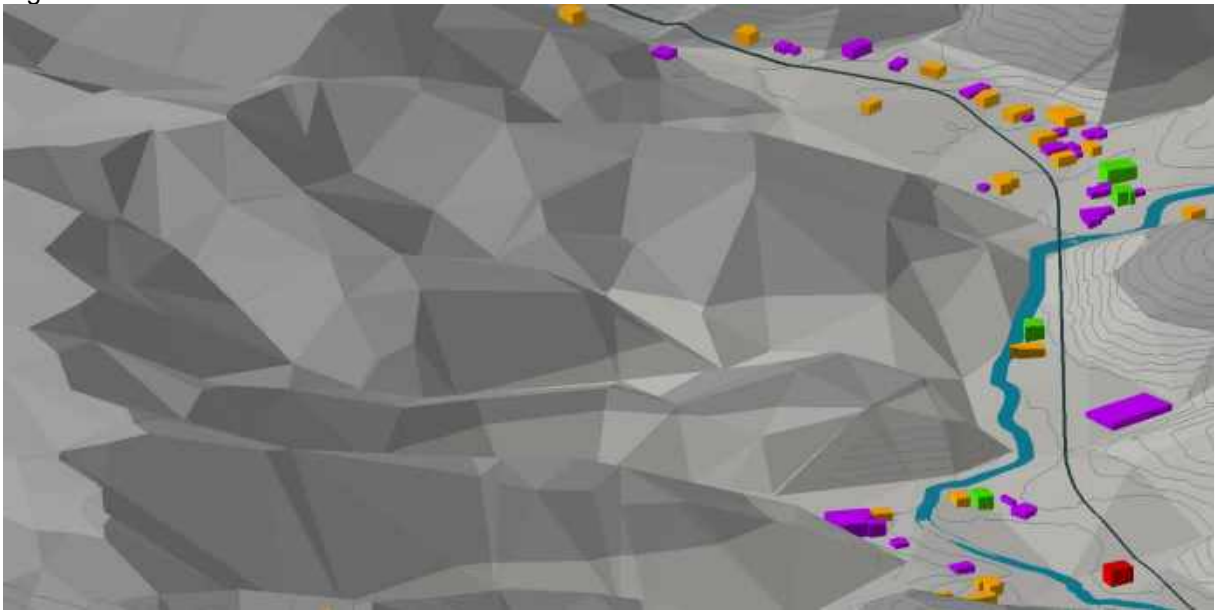
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 227 - Altura das edificações da Sede G2.



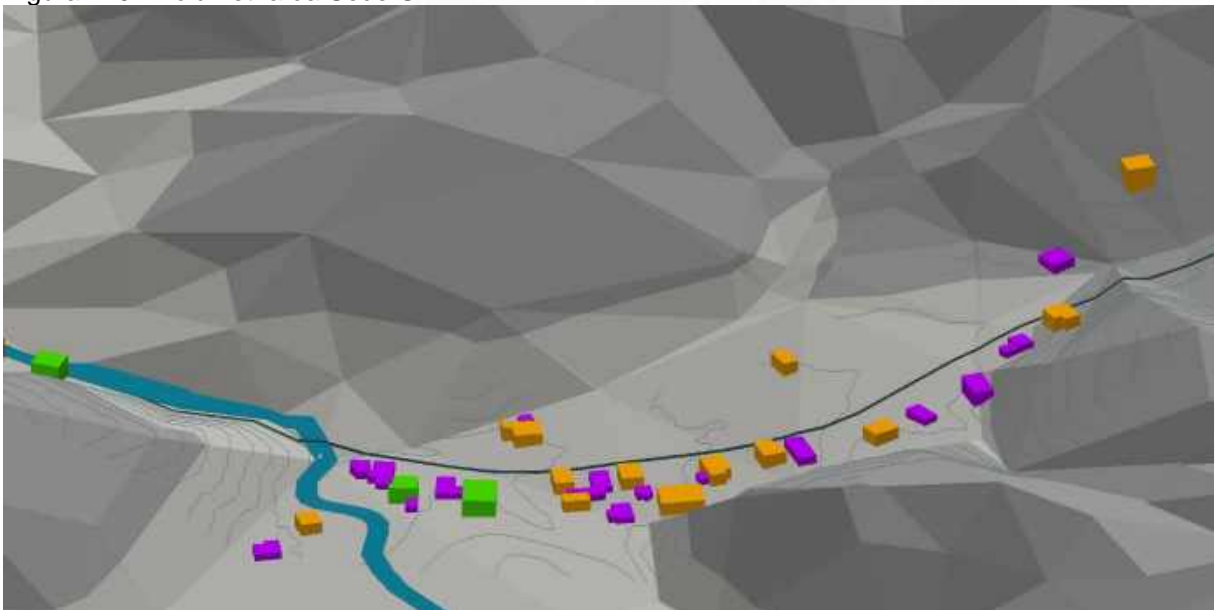
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 228 - Volumetria da Sede G2.



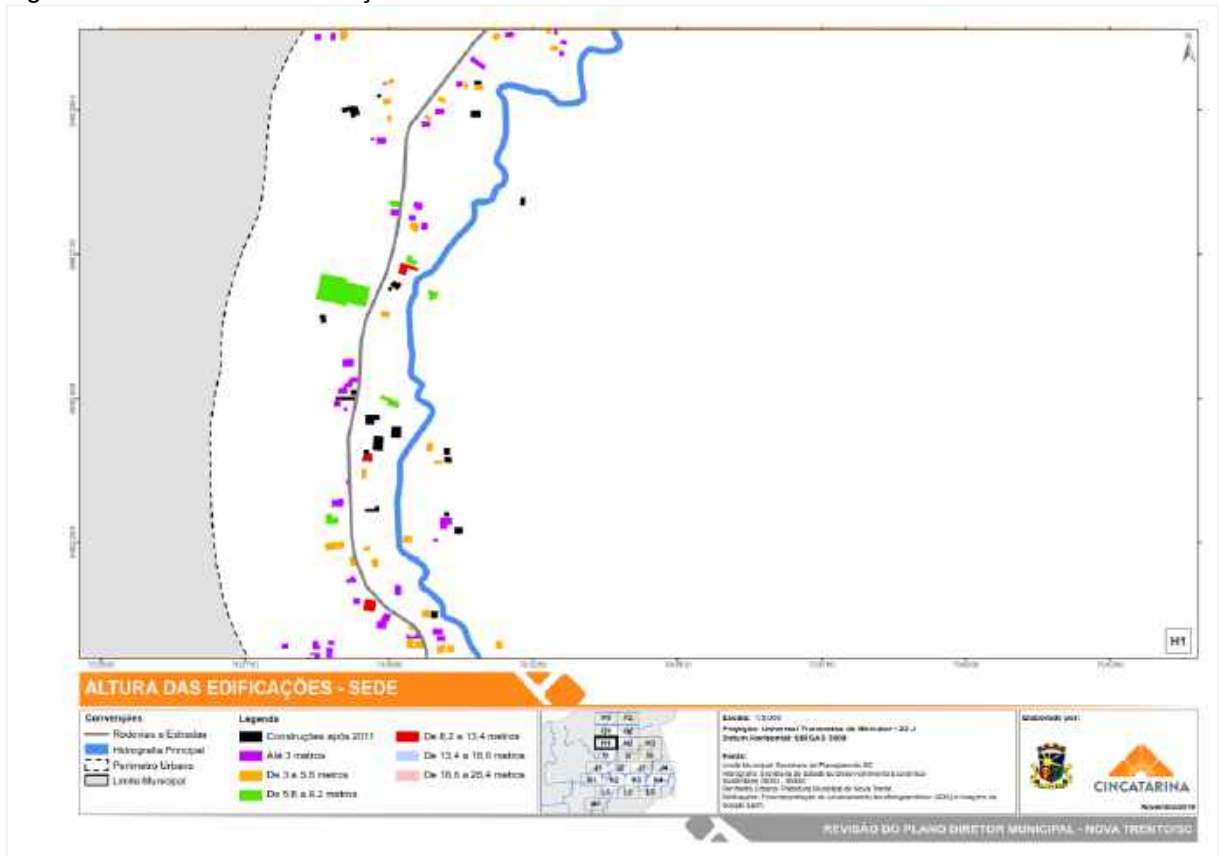
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 229 - Volumetria da Sede G2.



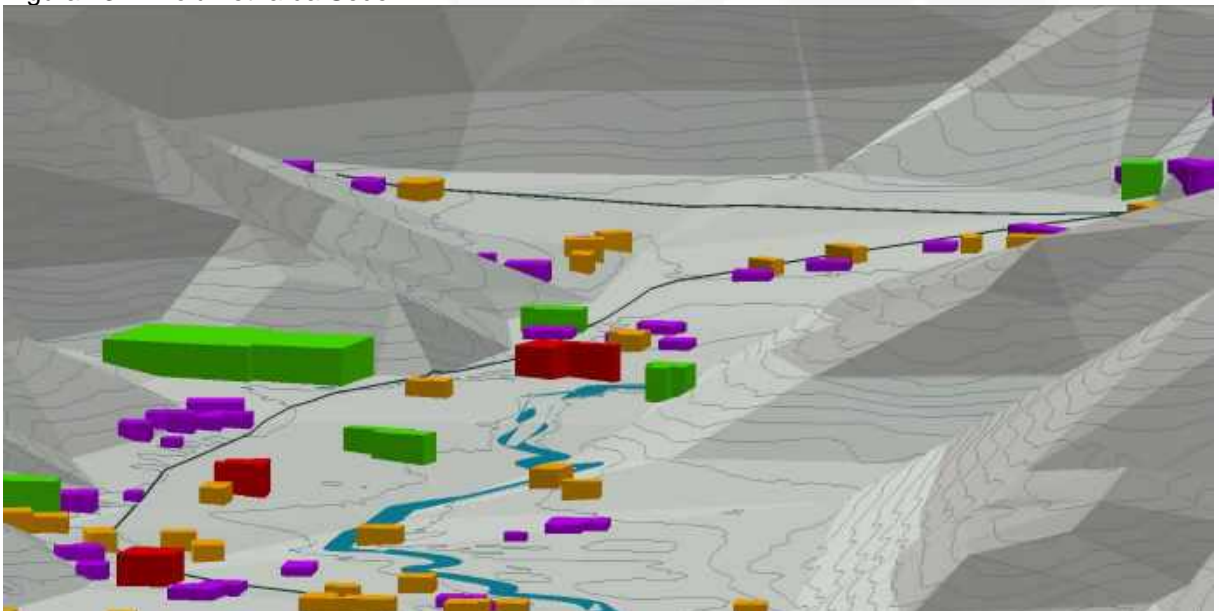
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 230 - Altura das edificações da Sede H1.



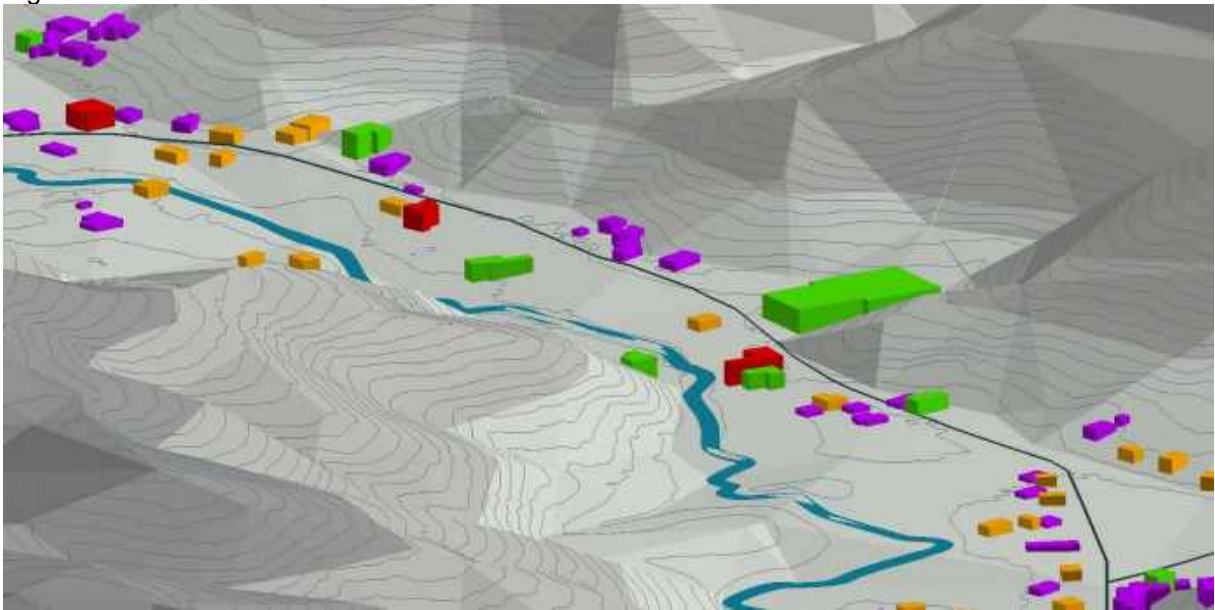
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 231 - Volumetria da Sede H1.



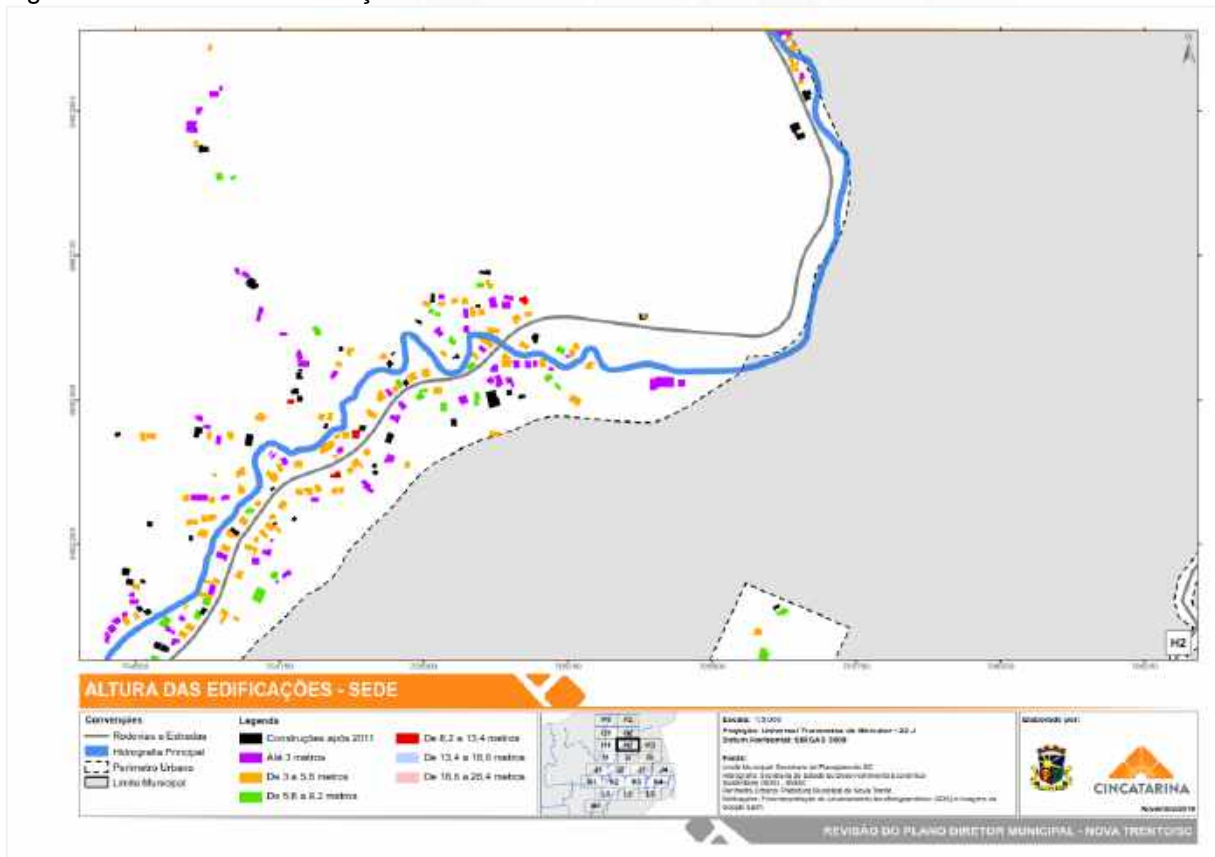
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 232 - Volumetria da Sede H1.



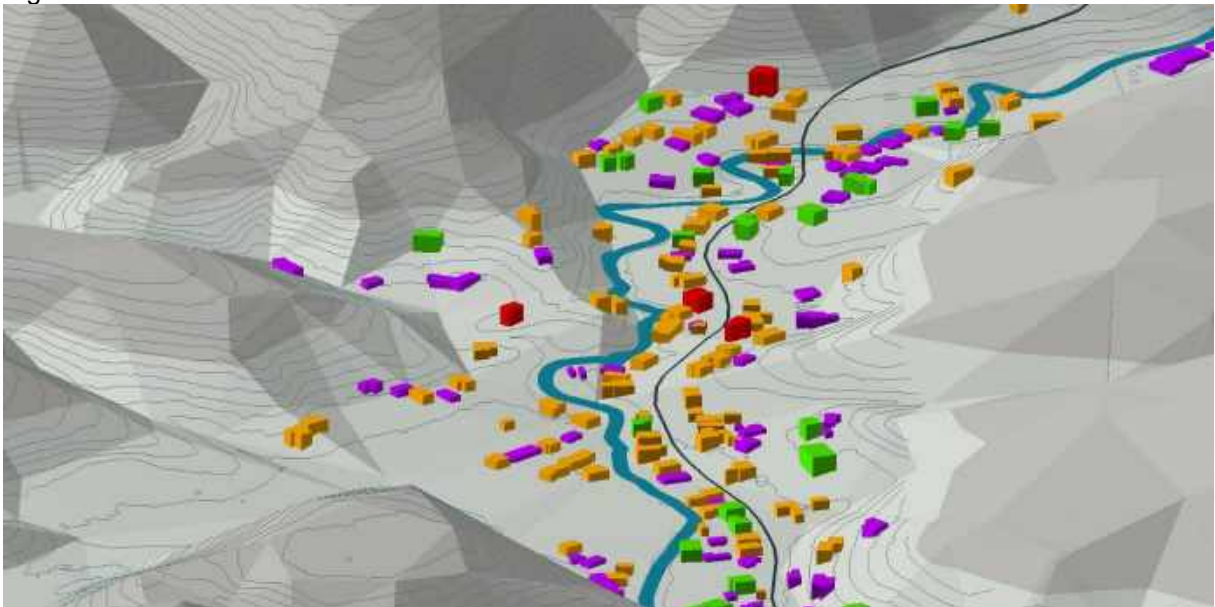
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 233 - Altura das edificações da Sede H2.



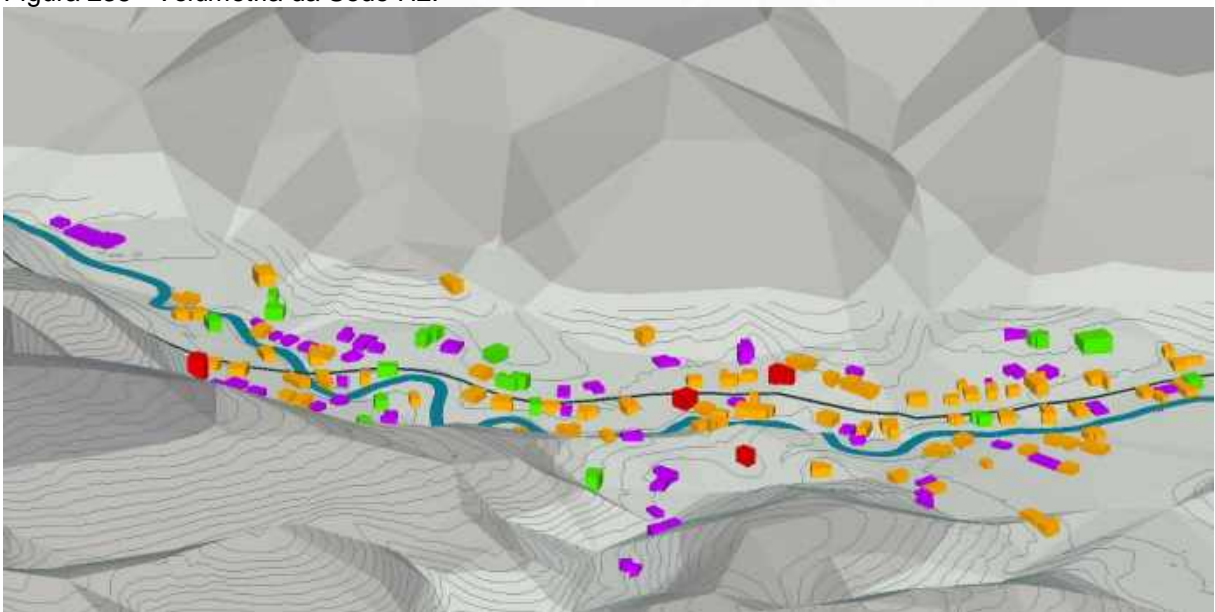
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 234 - Volumetria da Sede H2.



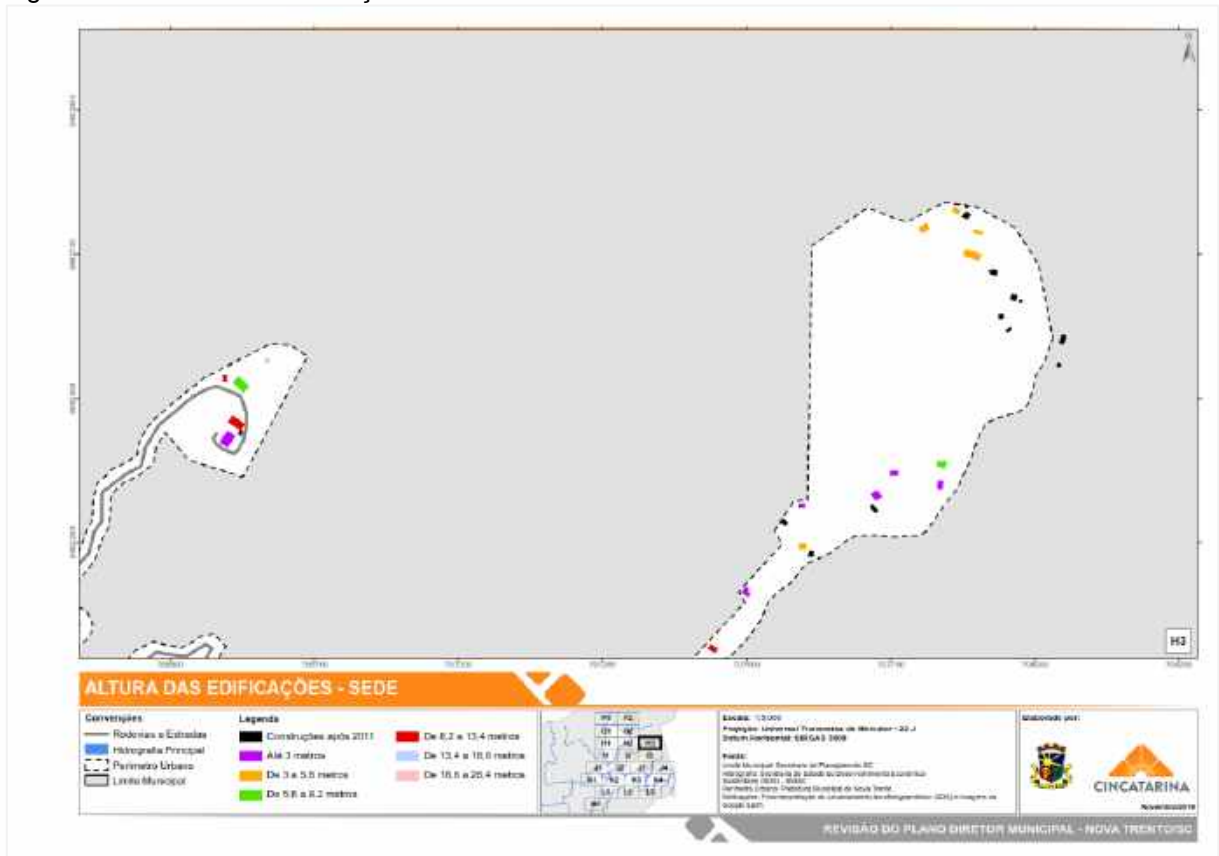
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 235 - Volumetria da Sede H2.



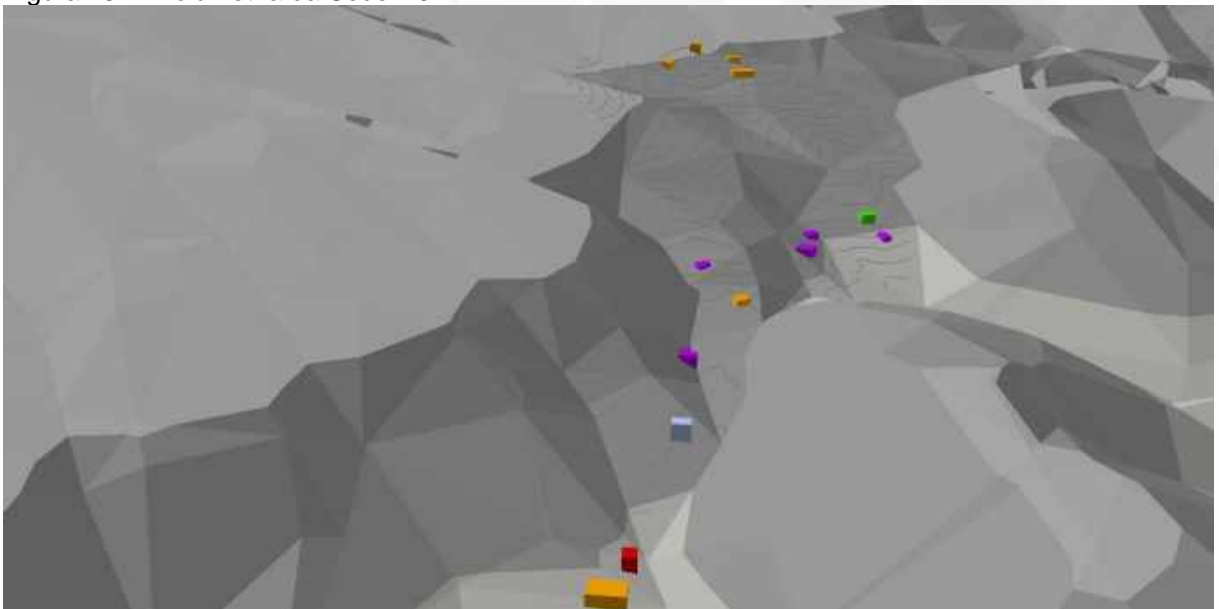
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 236 - Altura das edificações da Sede H3.



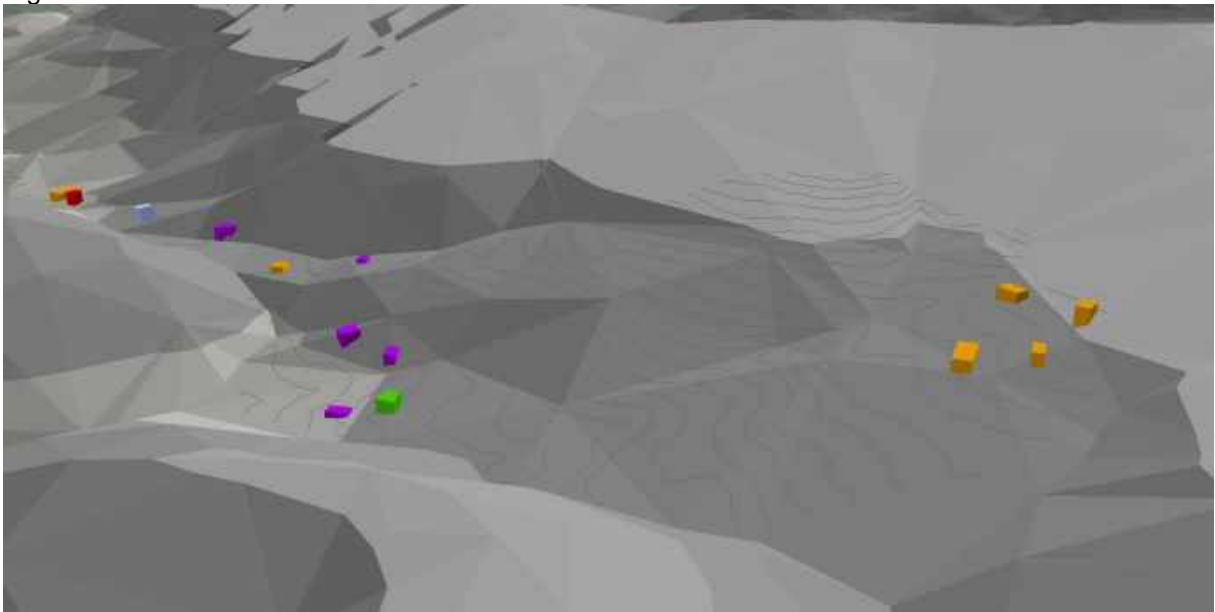
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 237 - Volumetria da Sede H3.



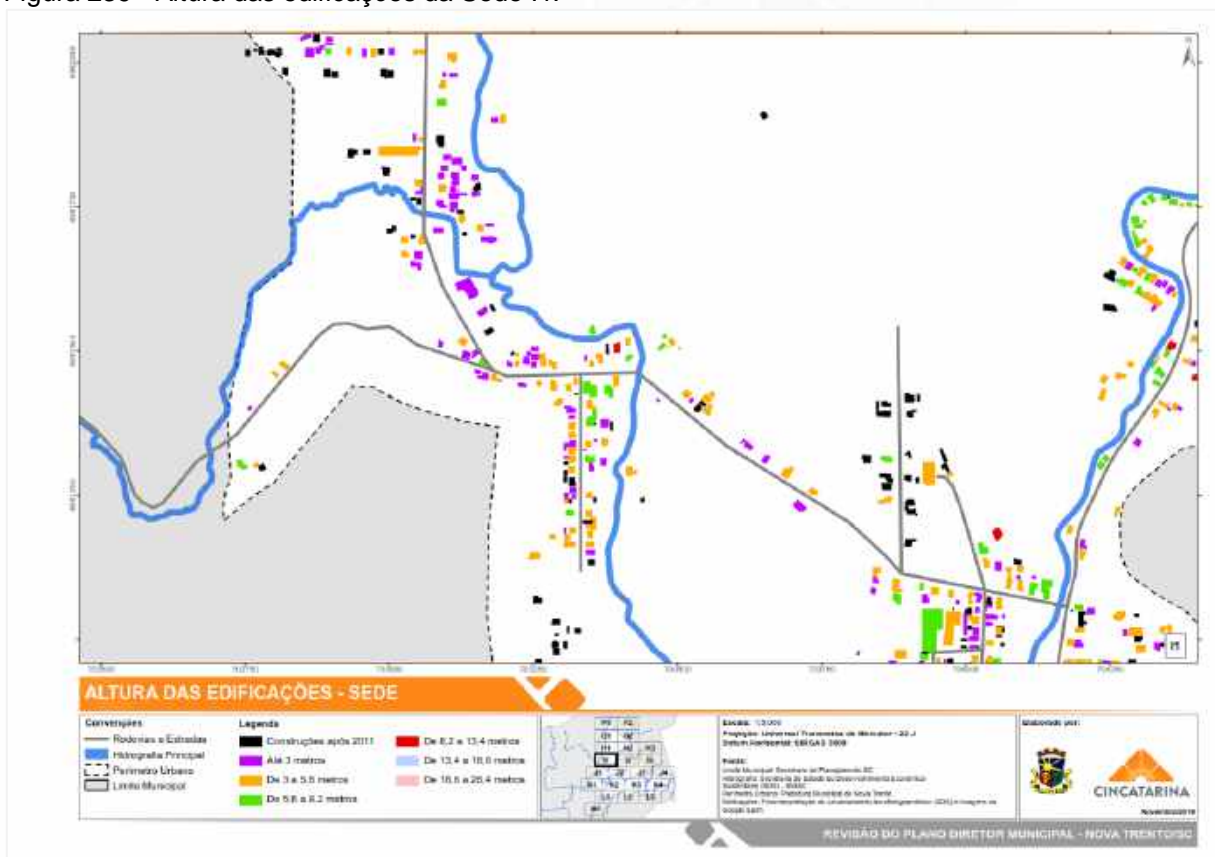
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 238 - Volumetria da Sede H3.



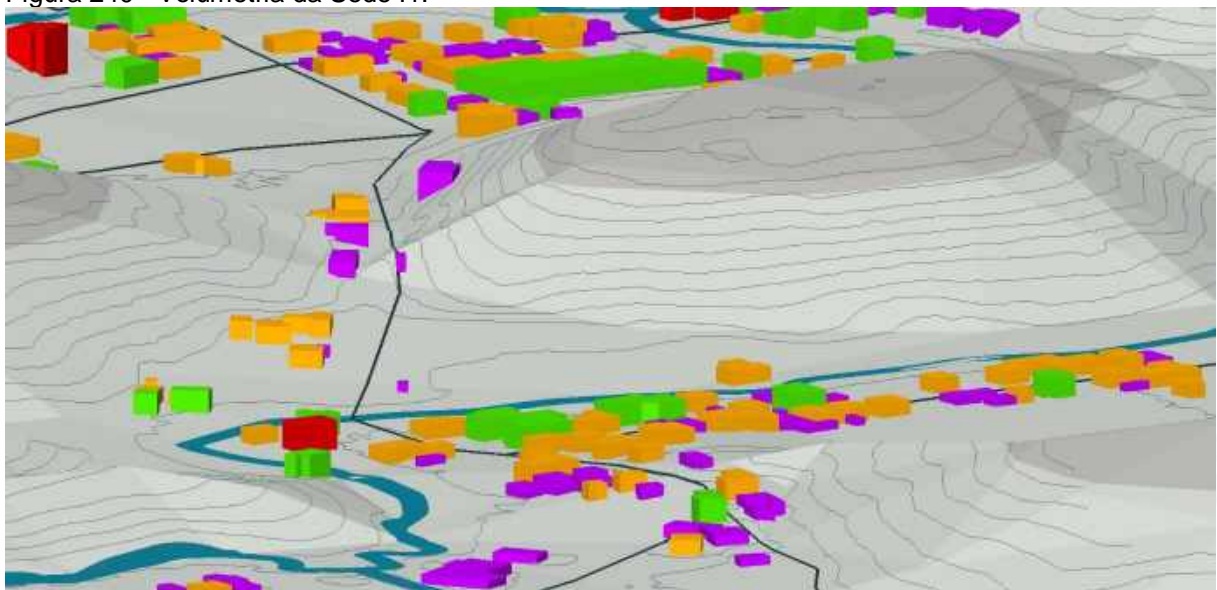
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 239 - Altura das edificações da Sede I1.



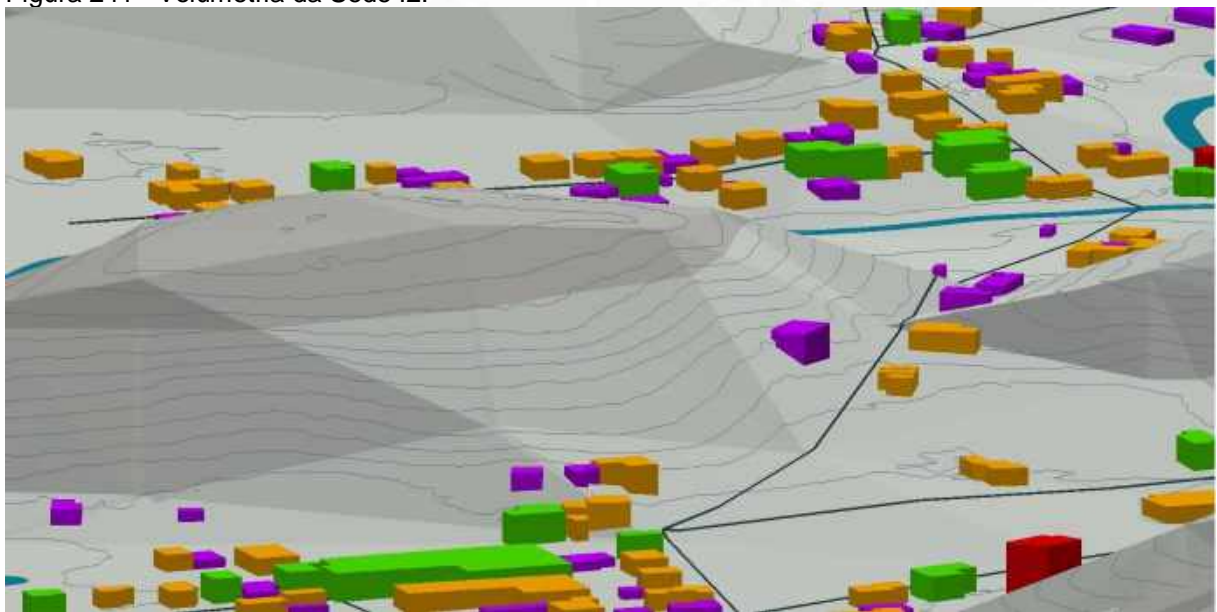
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 240 - Volumetria da Sede I1.



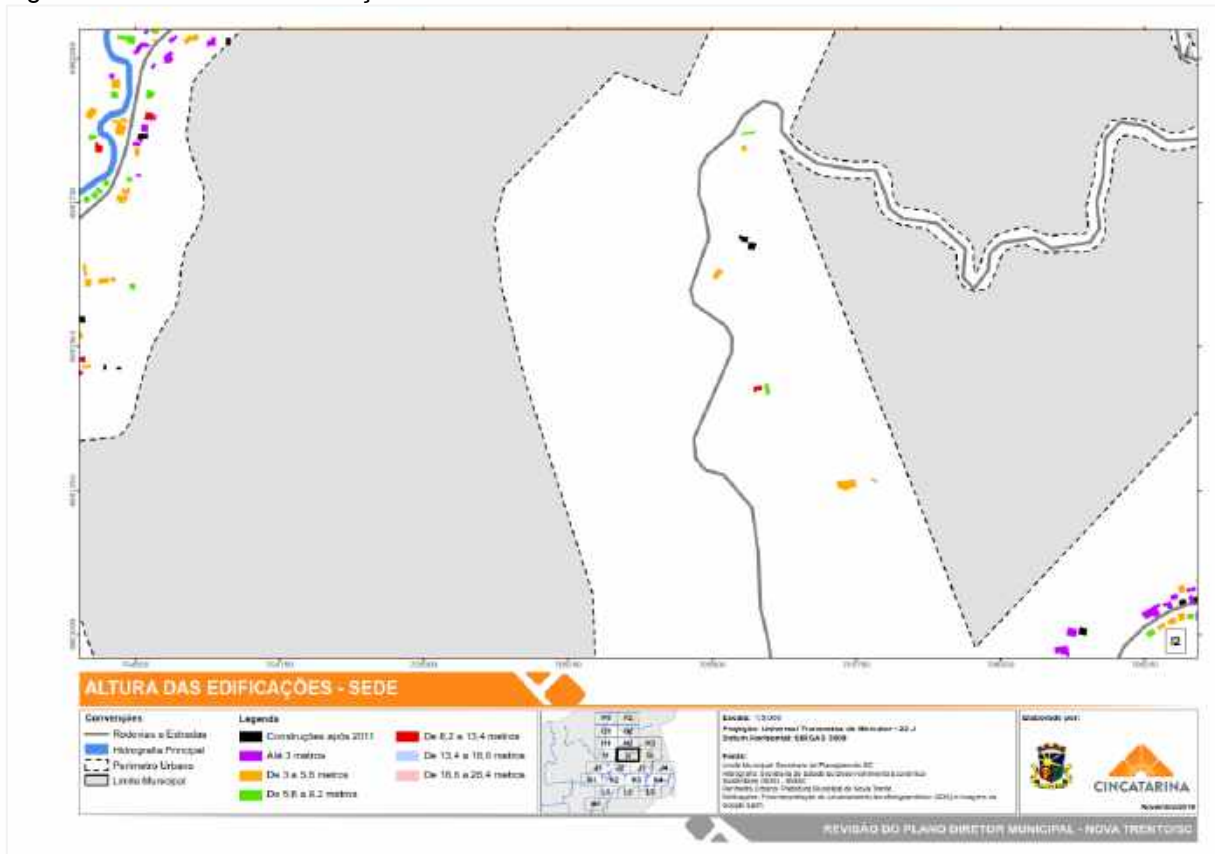
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 241 - Volumetria da Sede I2.



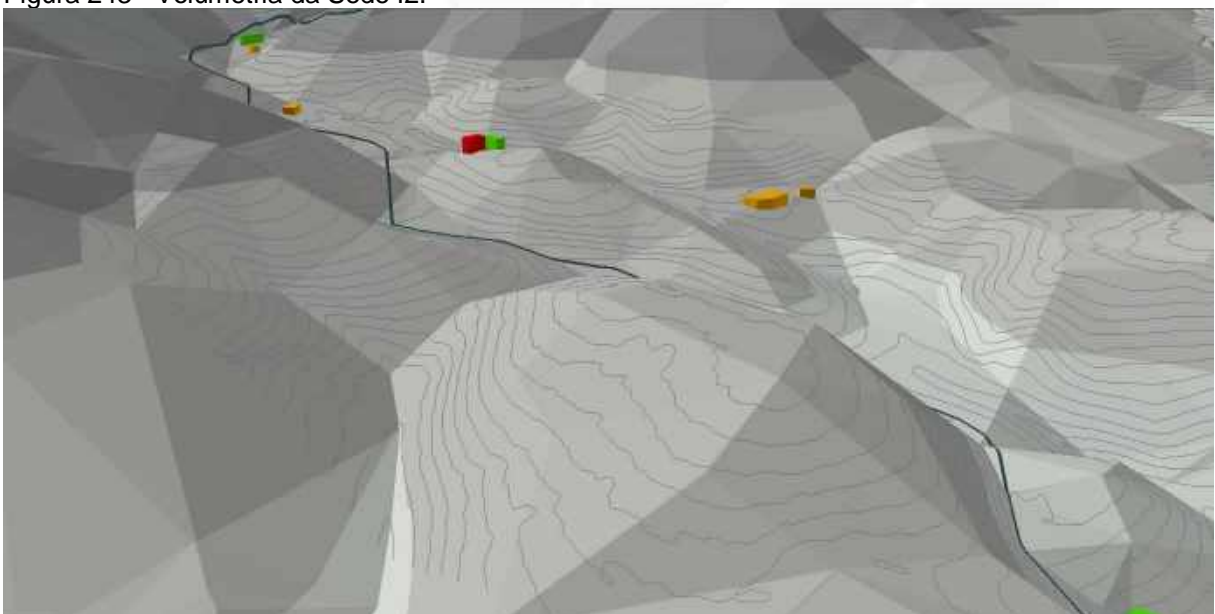
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 242 - Altura das edificações da Sede I2.



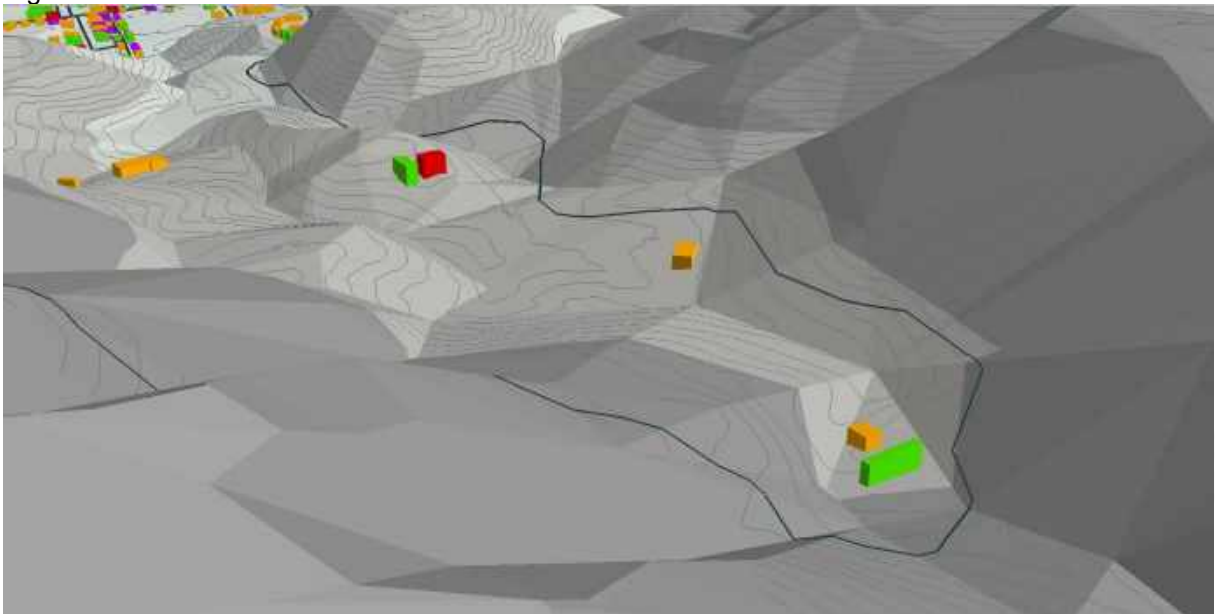
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 243 - Volumetria da Sede I2.



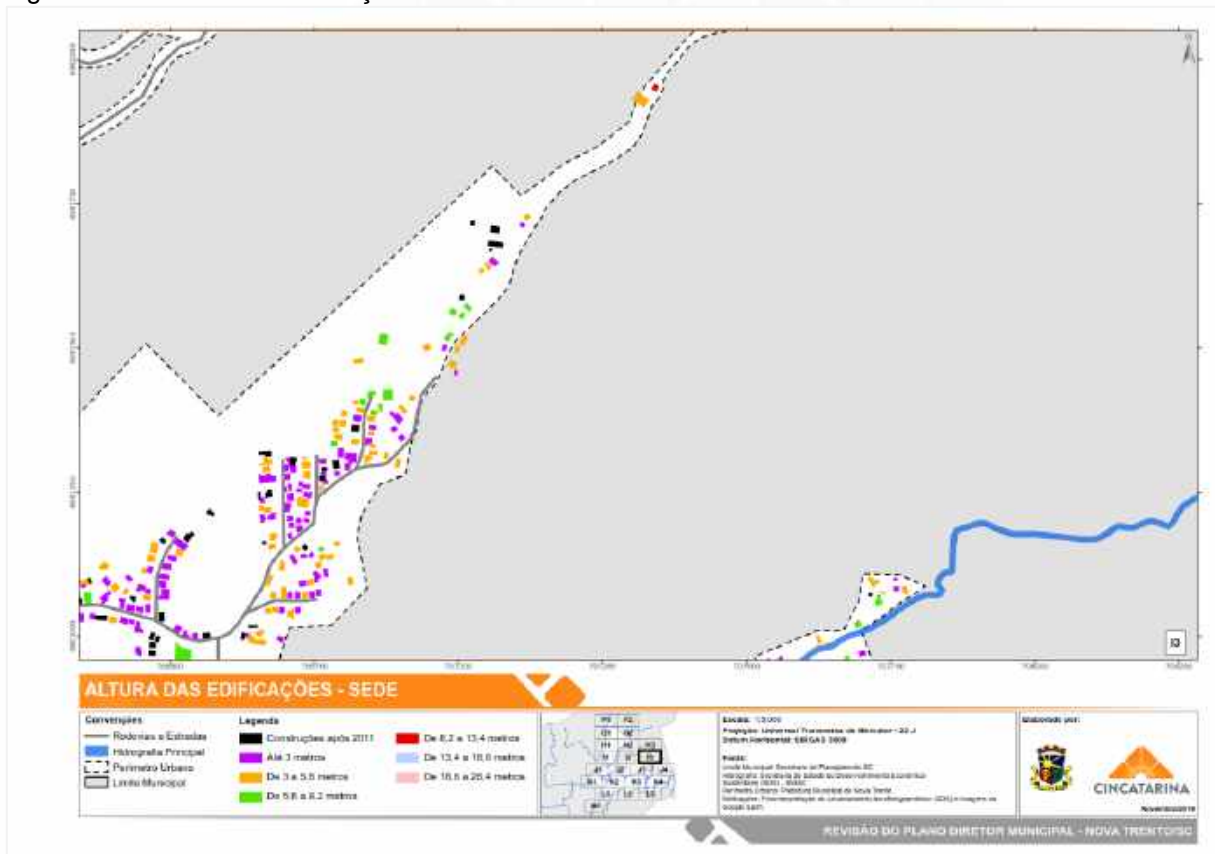
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 244 - Volumetria da Sede I2.



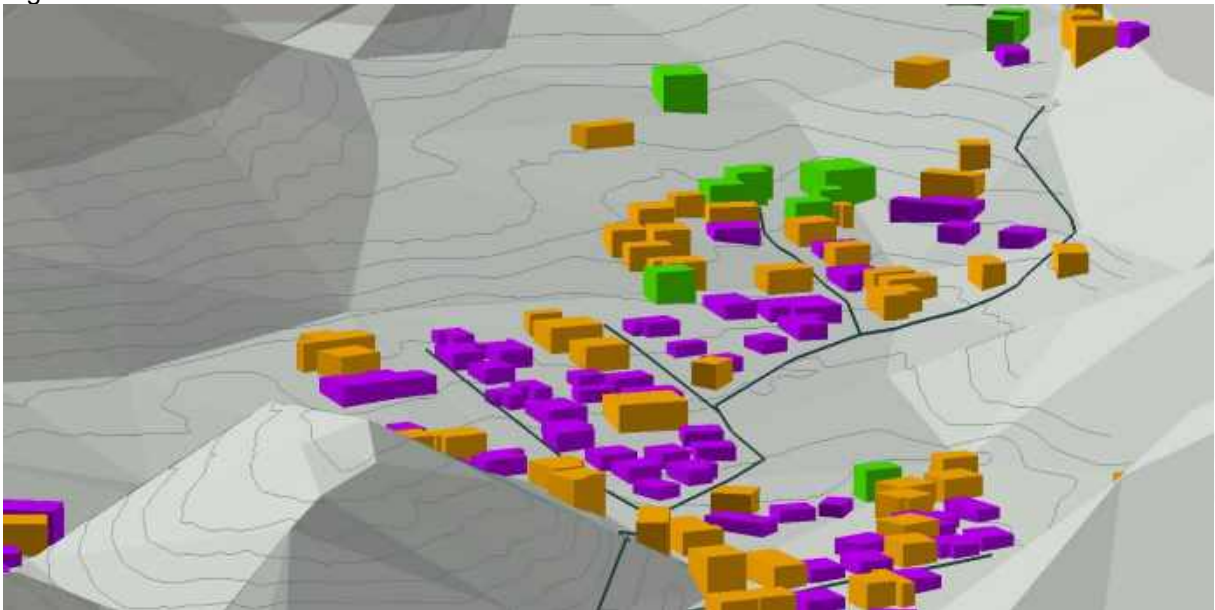
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 245 - Altura das edificações da Sede I3.



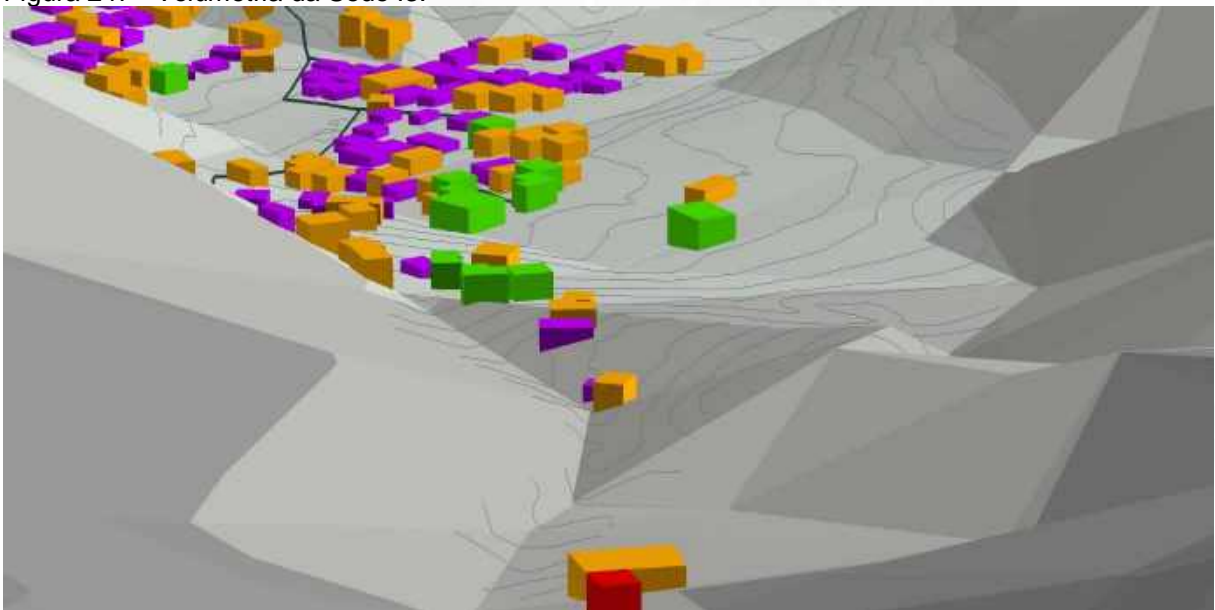
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 246 - Volumetria da Sede I3.



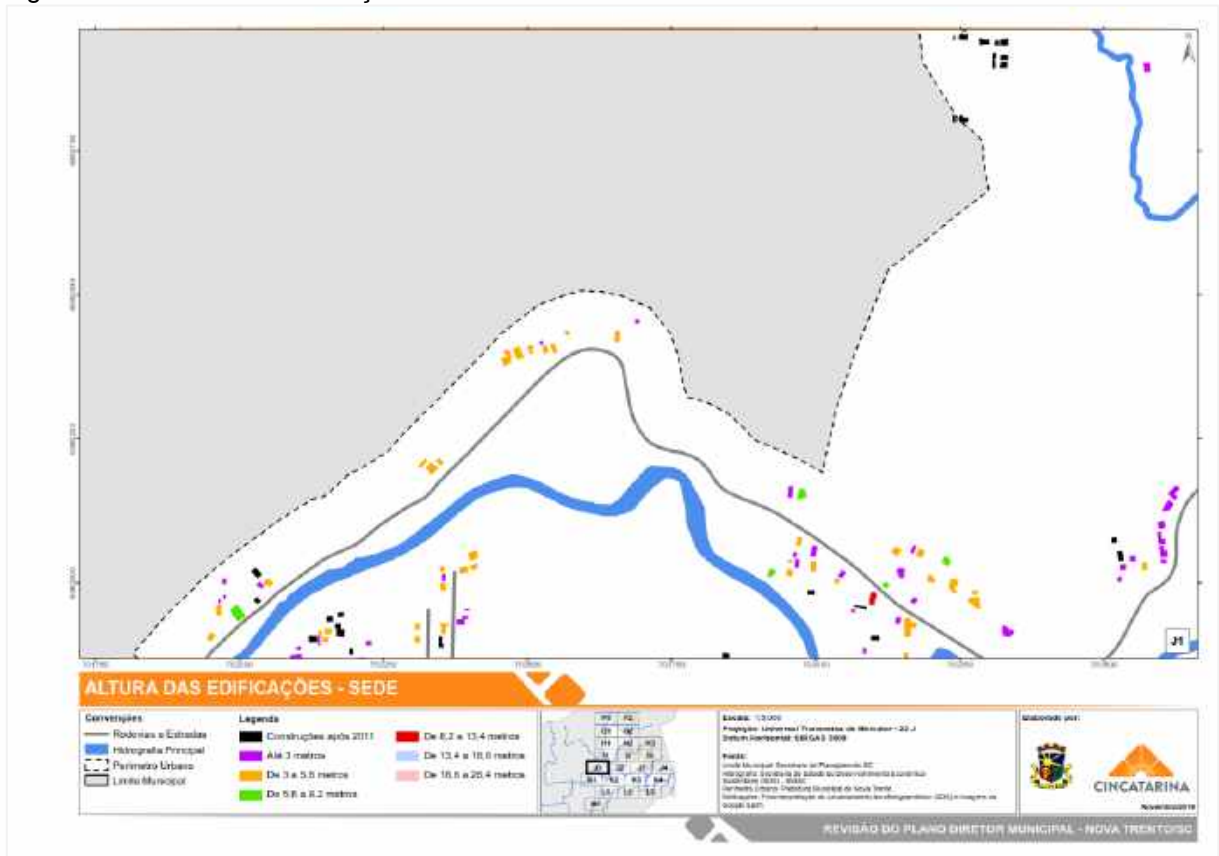
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 247 - Volumetria da Sede I3.



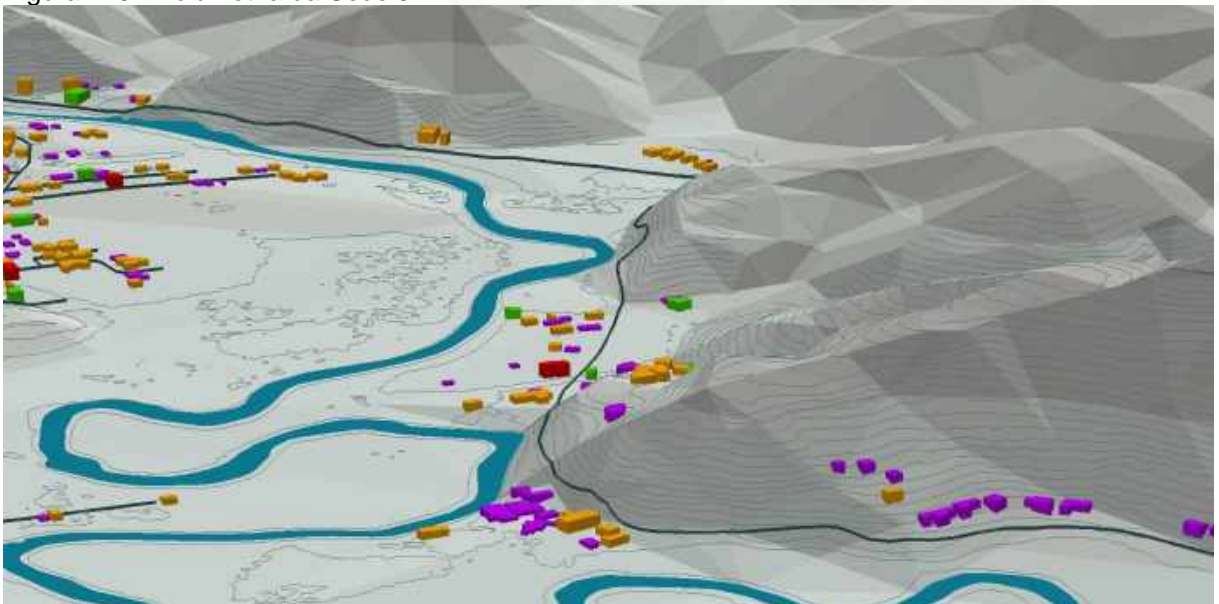
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 248 - Altura das edificações da Sede J1.



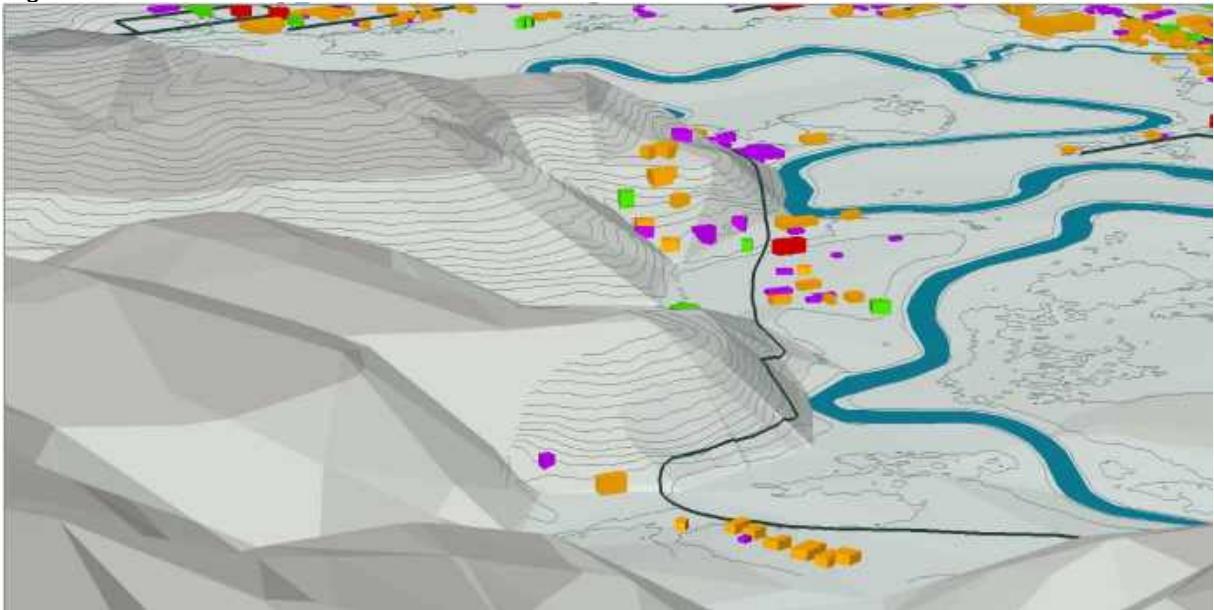
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 249 - Volumetria da Sede J1.



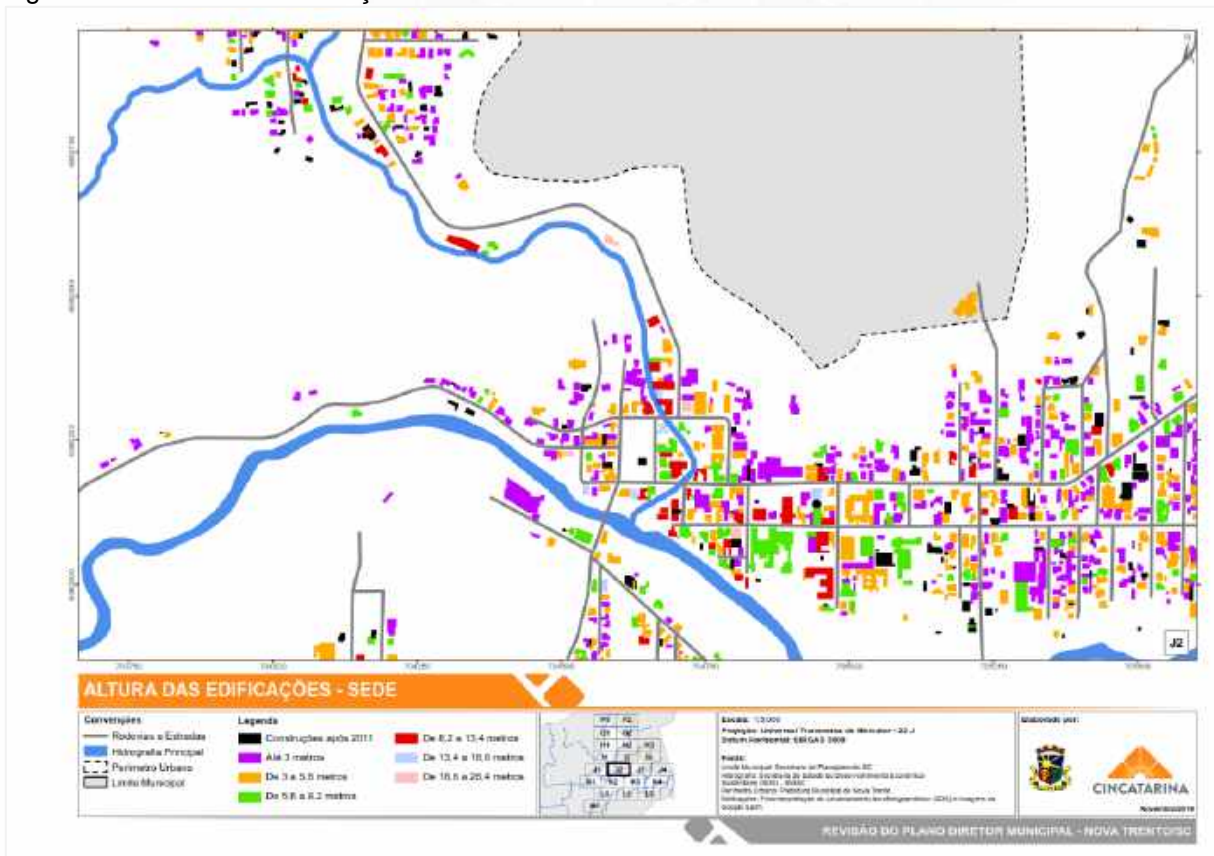
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 250 - Volumetria da Sede J1.



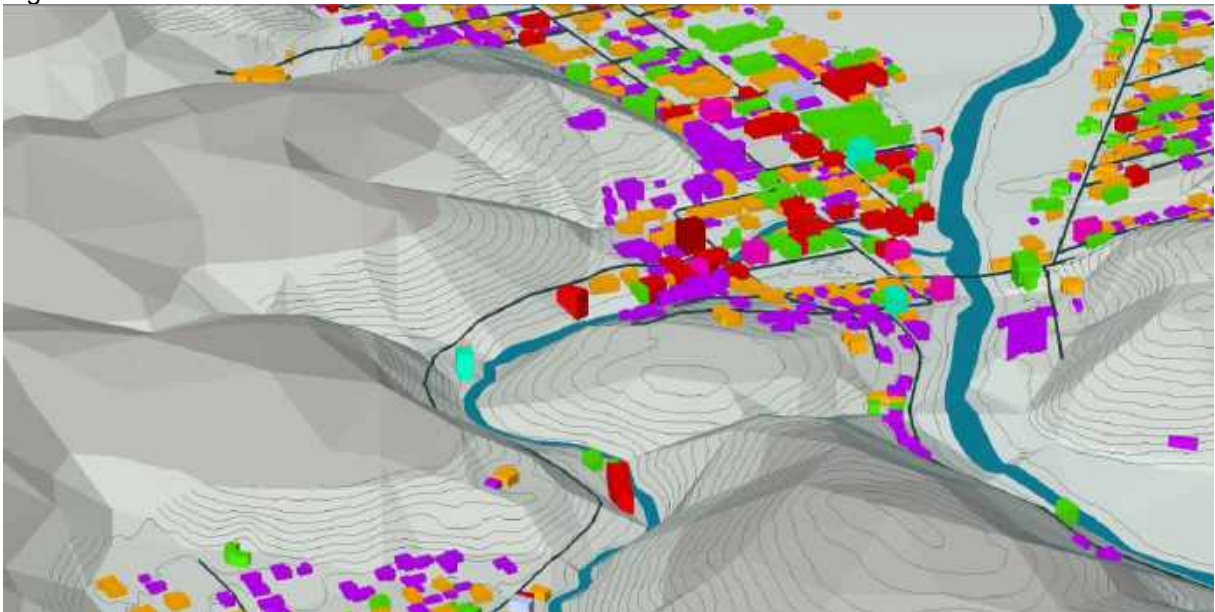
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 251 - Altura das edificações da Sede J2.



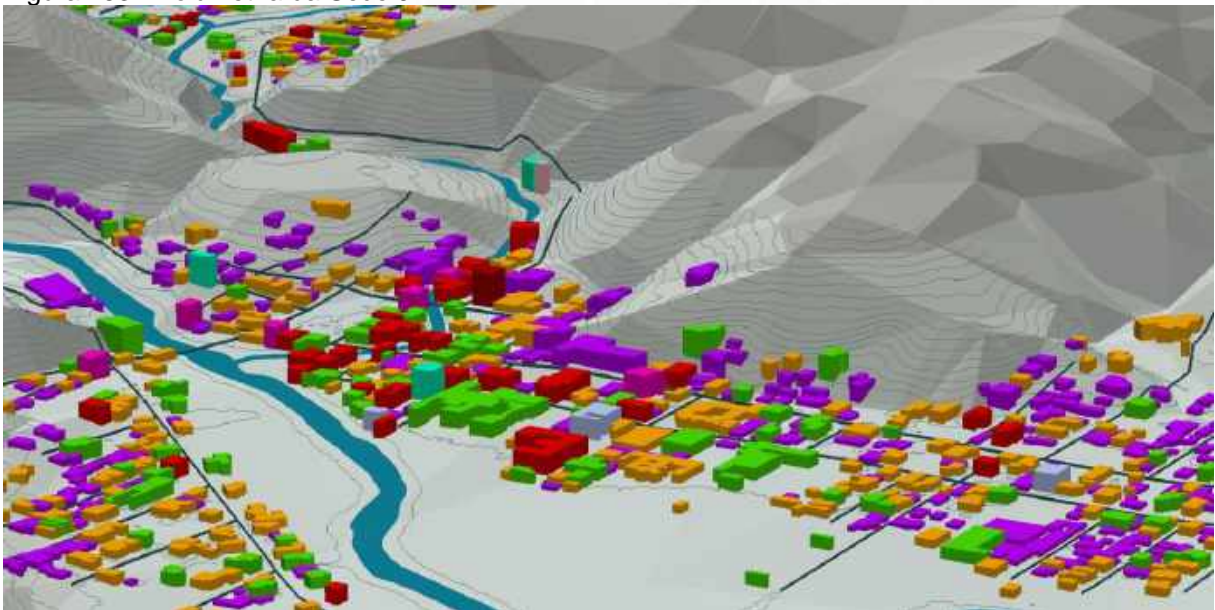
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 252 - Volumetria da Sede J2.



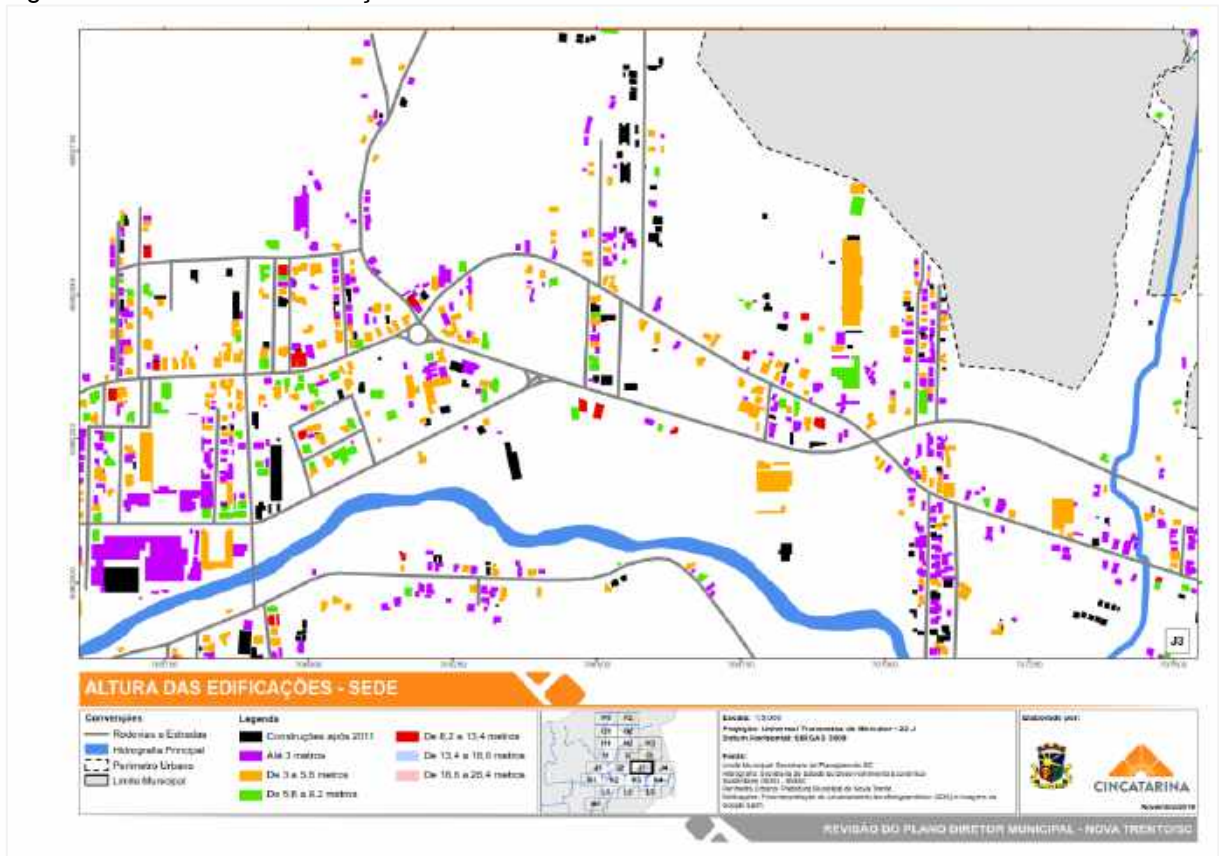
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 253 - Volumetria da Sede J2.



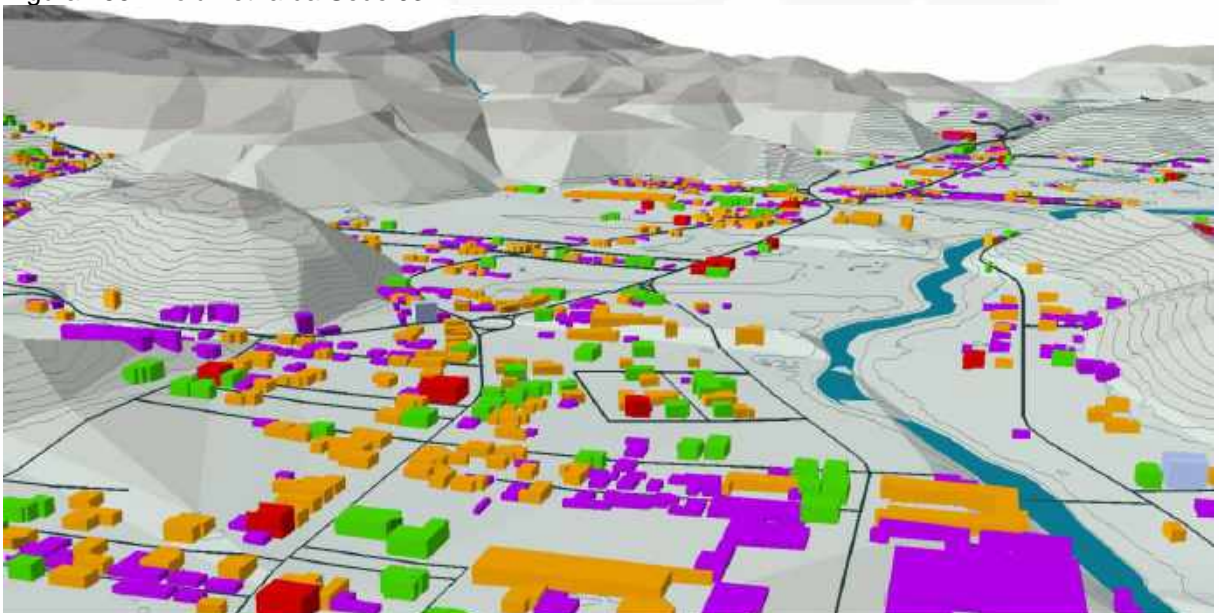
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 254 - Altura das edificações da Sede J3.



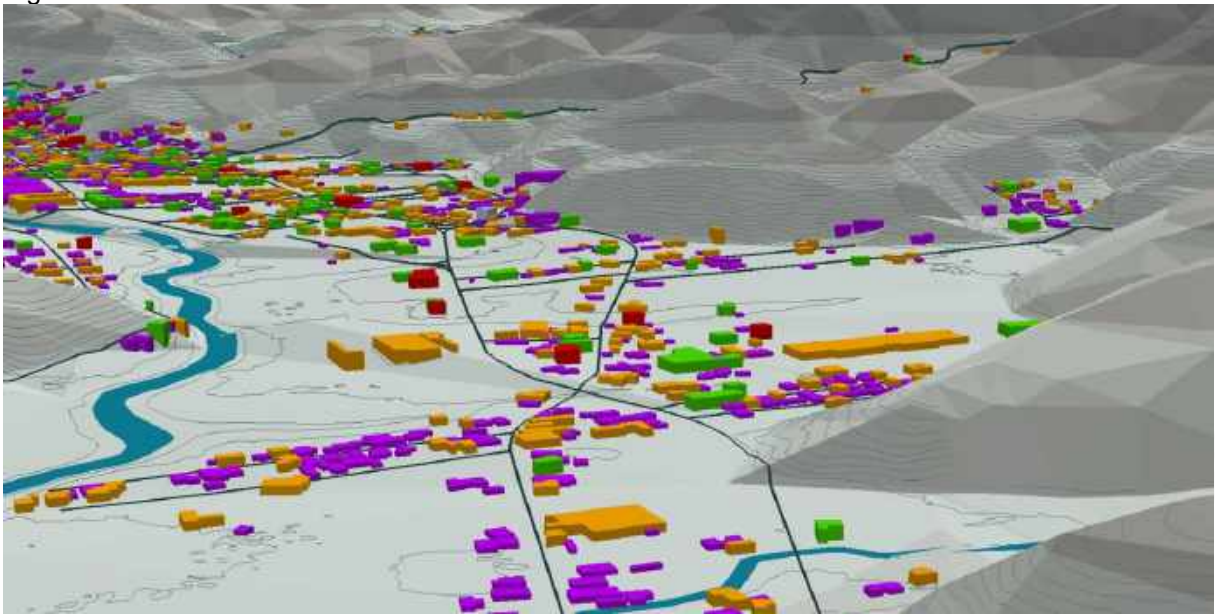
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 255 - Volumetria da Sede J3.



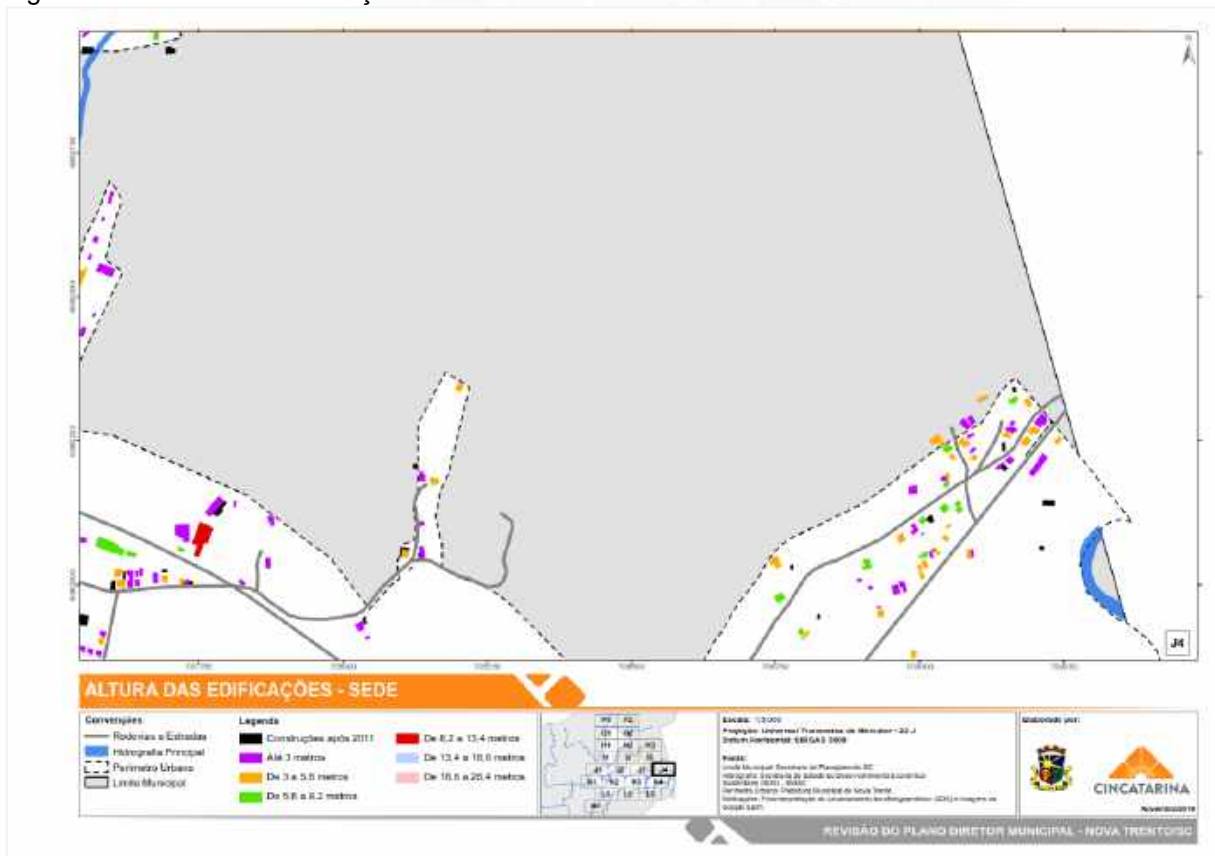
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 256 - Volumetria da Sede J3.



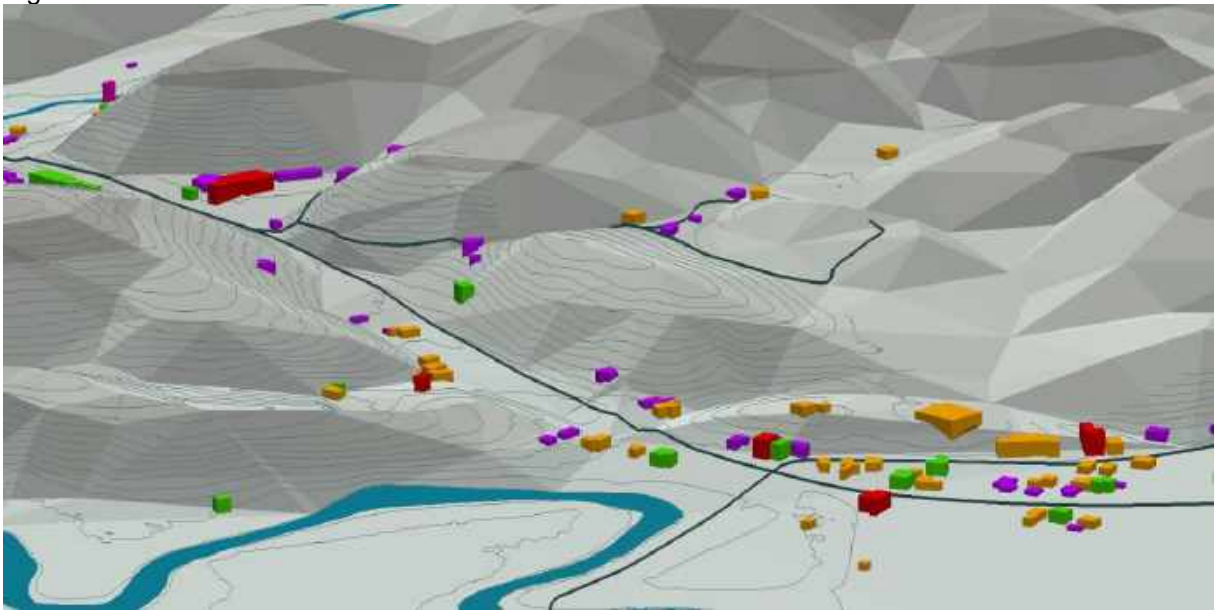
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 257 - Altura das edificações da Sede J4.



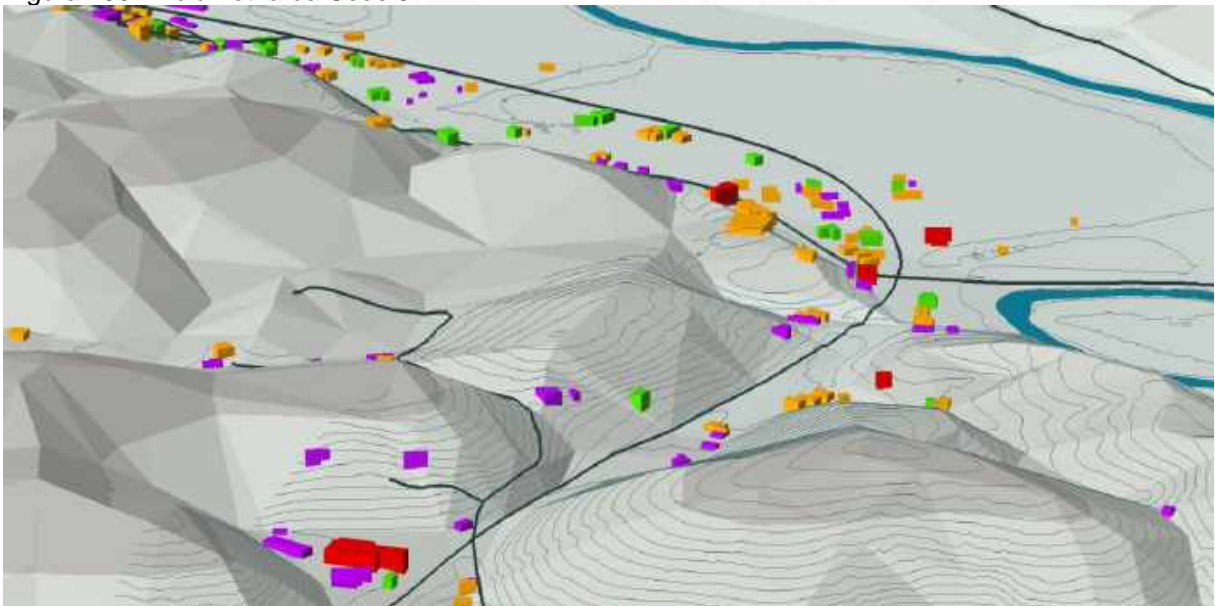
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 258 - Volumetria da Sede J4.



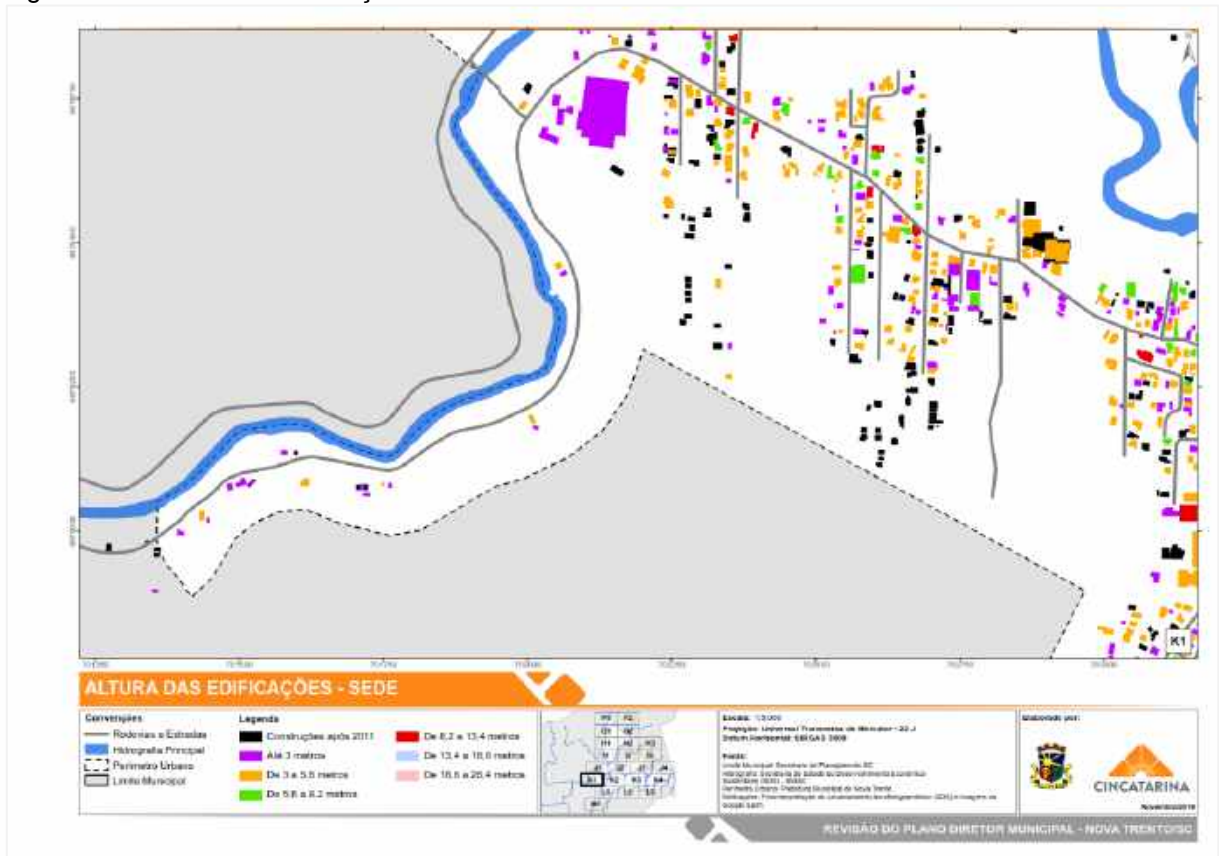
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 259 - Volumetria da Sede J4.



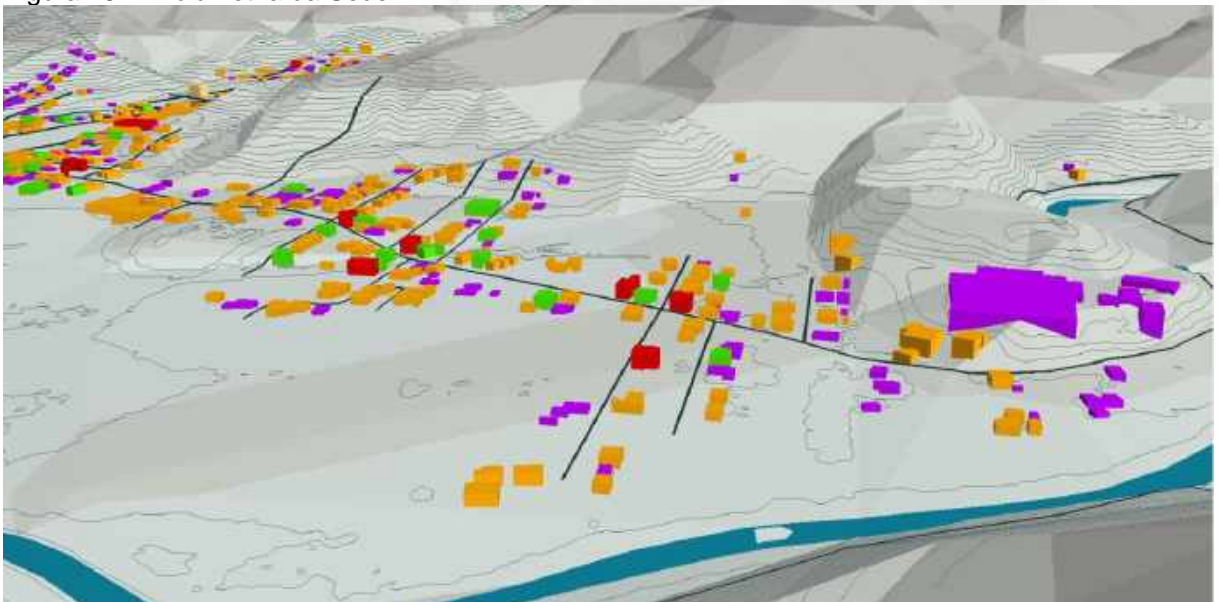
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 260 - Altura das edificações da Sede K1.



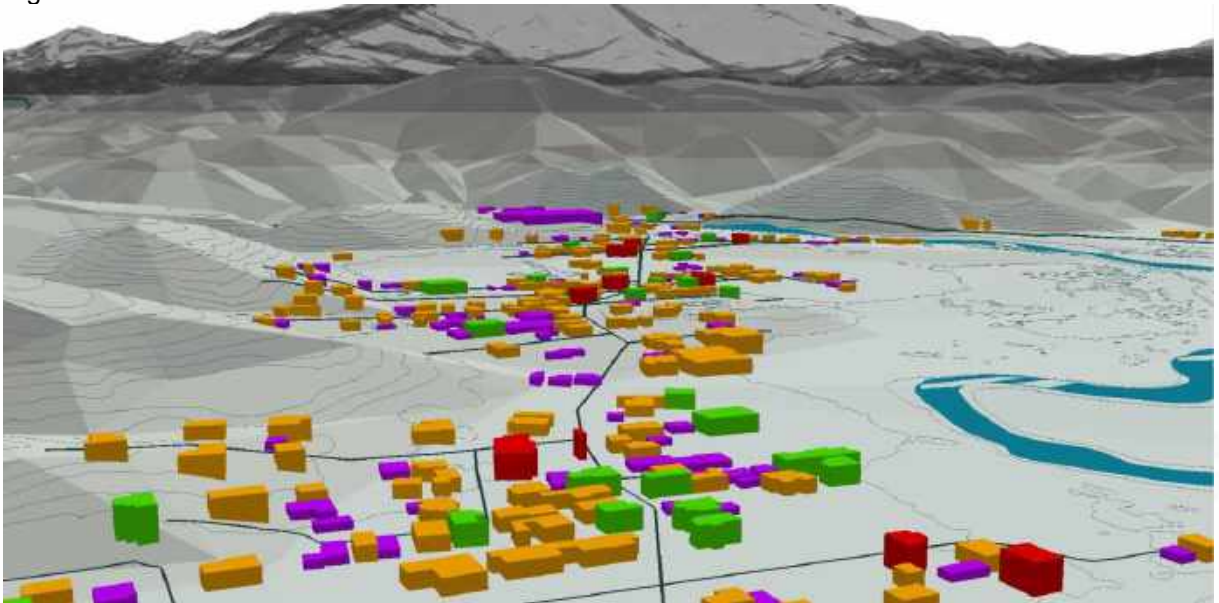
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 261 - Volumetria da Sede K1.



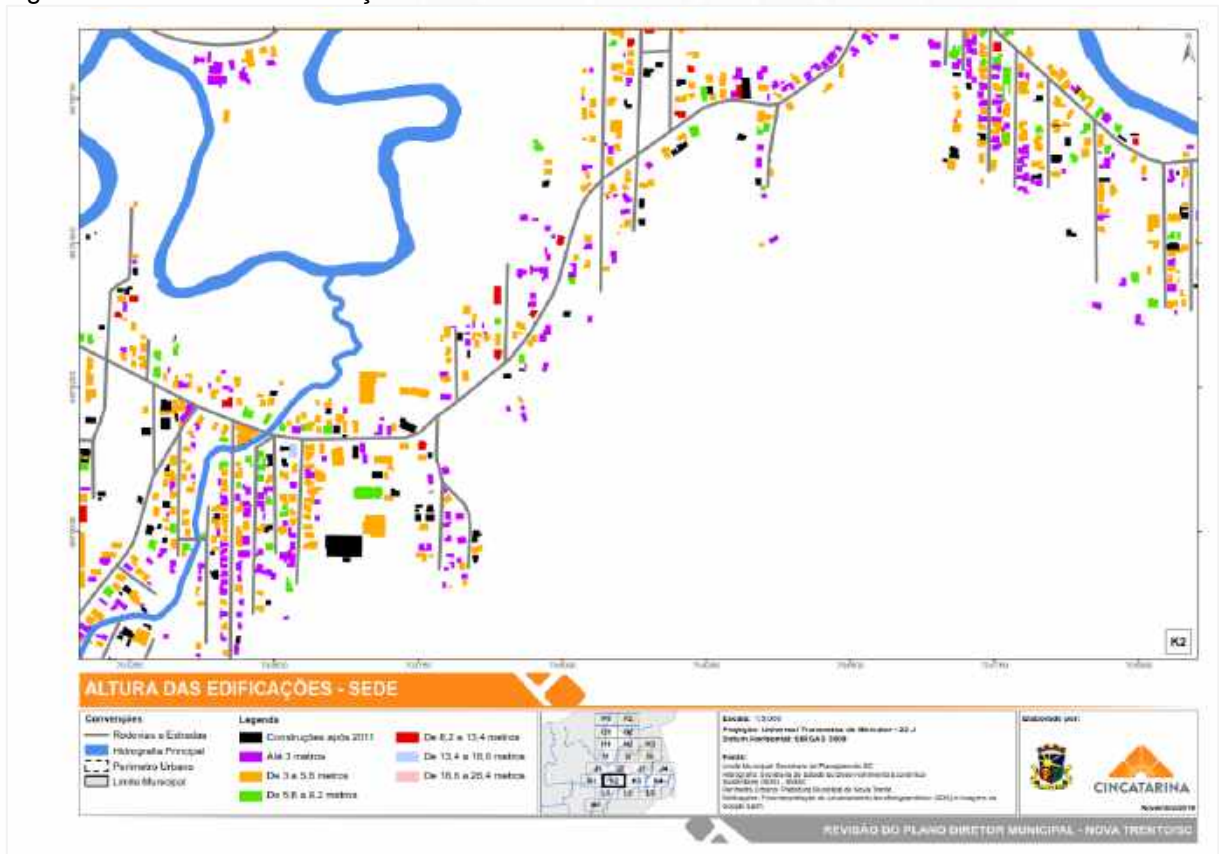
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 262 - Volumetria da Sede K1.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 263 - Altura das edificações da Sede K2.



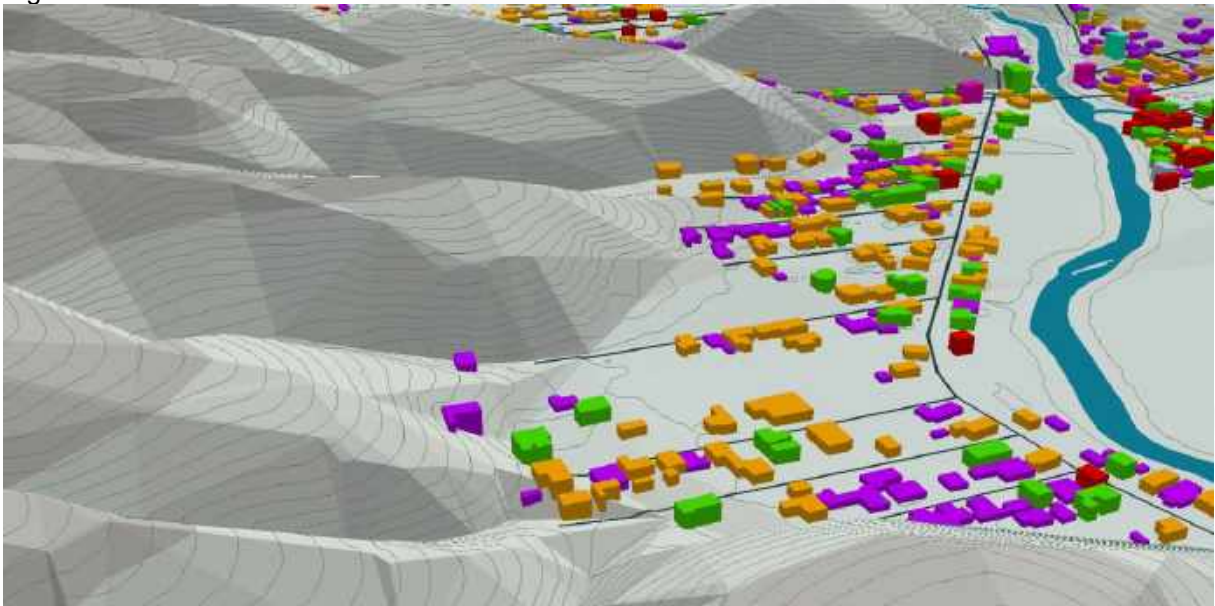
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 264 - Volumetria da Sede K2.



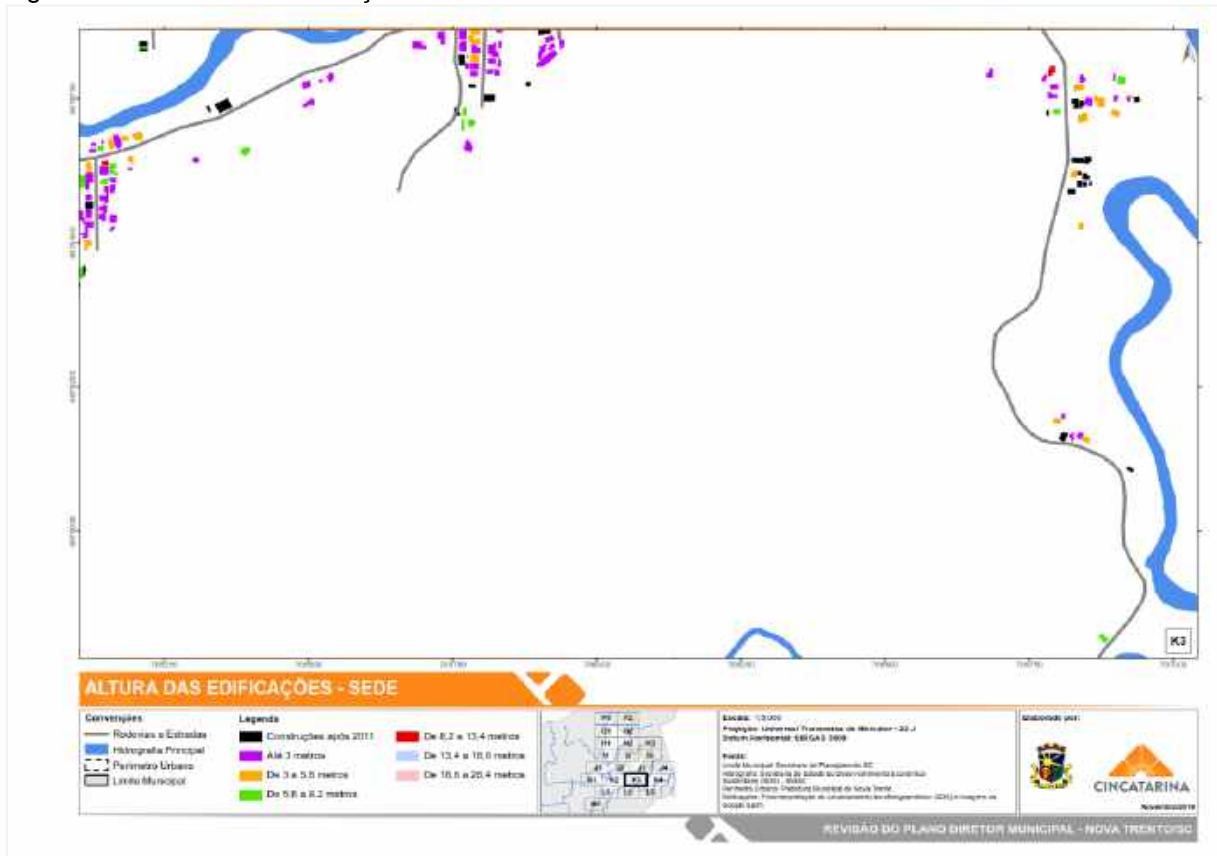
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 265 - Volumetria da Sede K2.



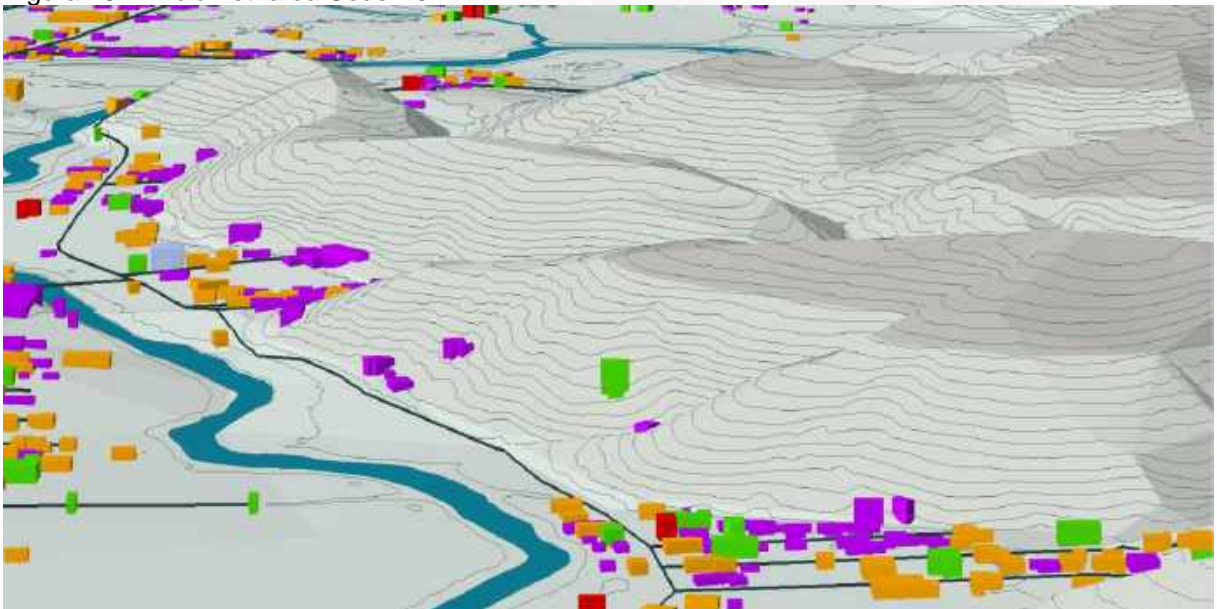
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 266 - Altura das edificações da Sede K3.



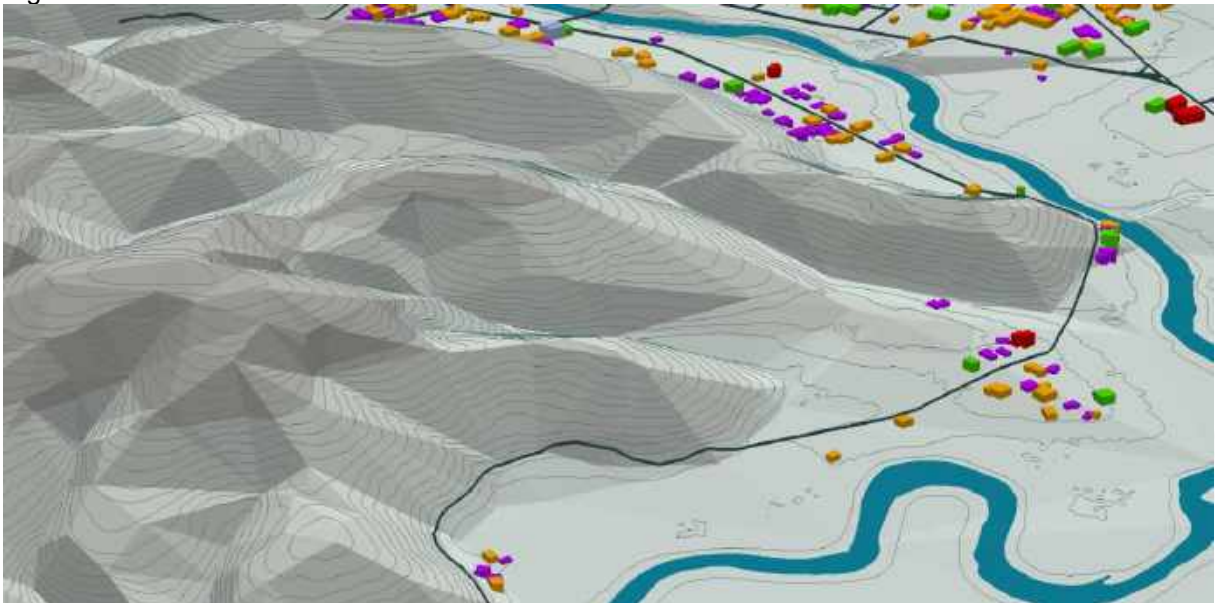
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 267 - Volumetria da Sede K3.



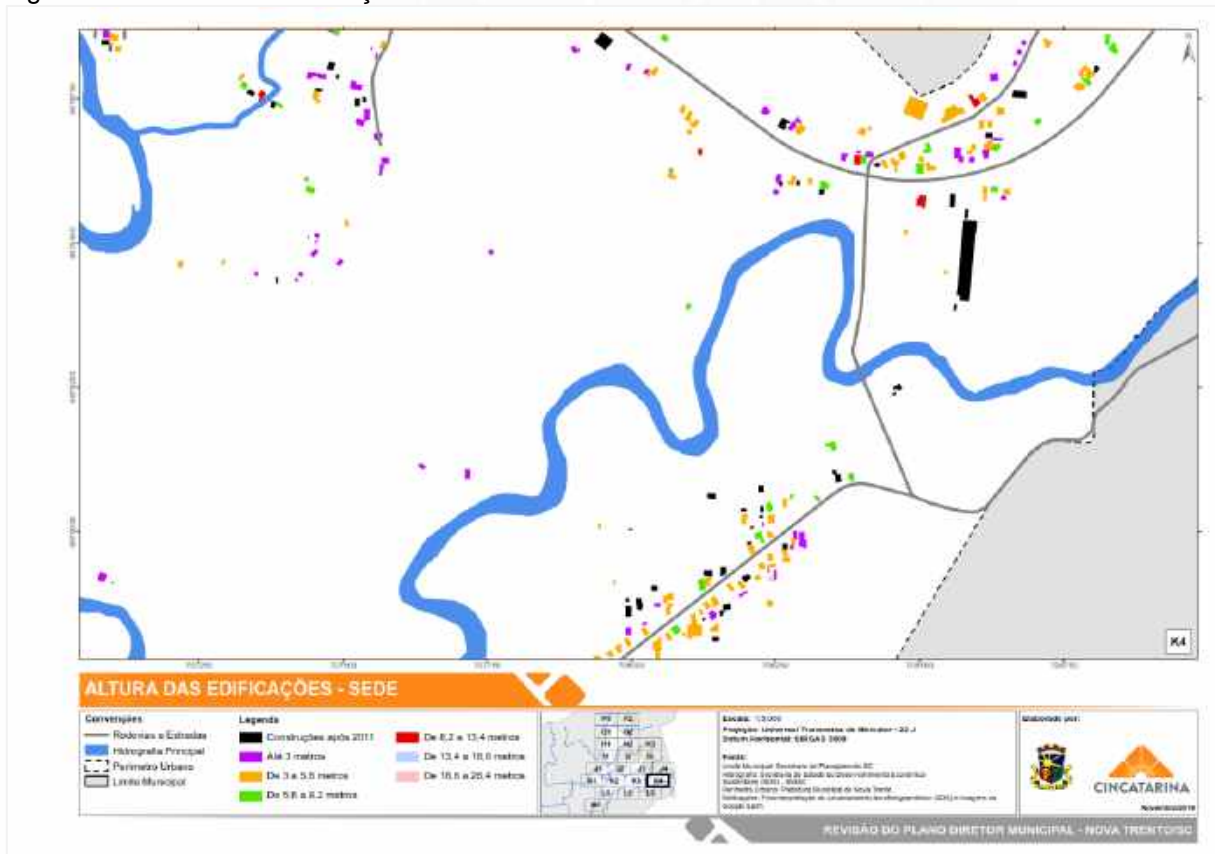
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 268 - Volumetria da Sede K3.



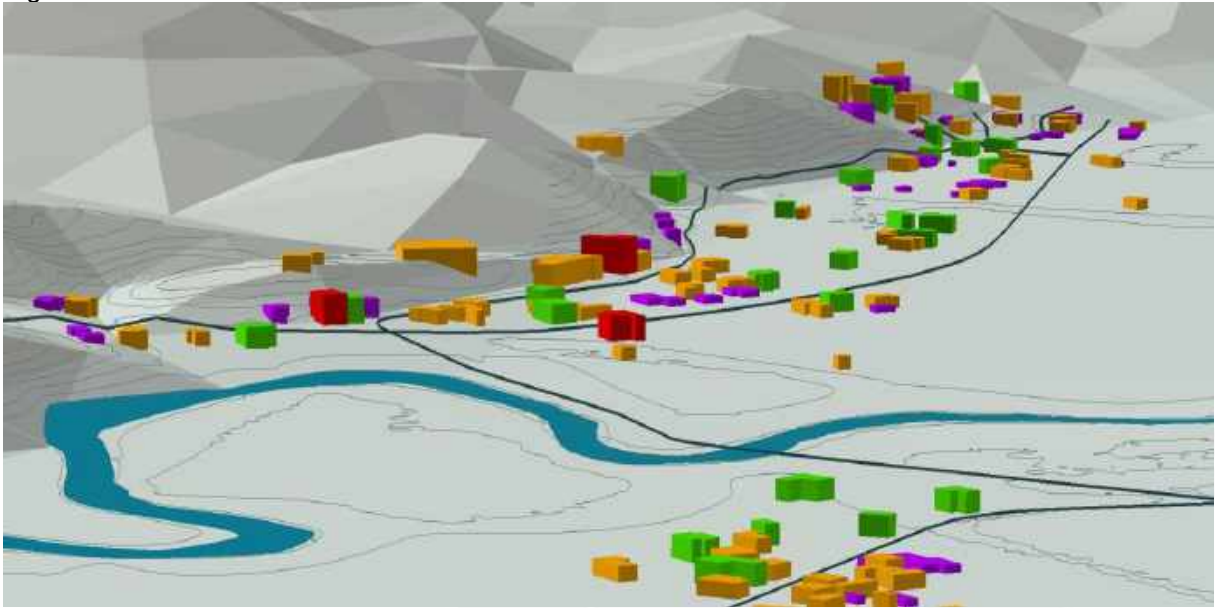
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 269 - Altura das edificações da Sede K4.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 270 - Volumetria da Sede K4.



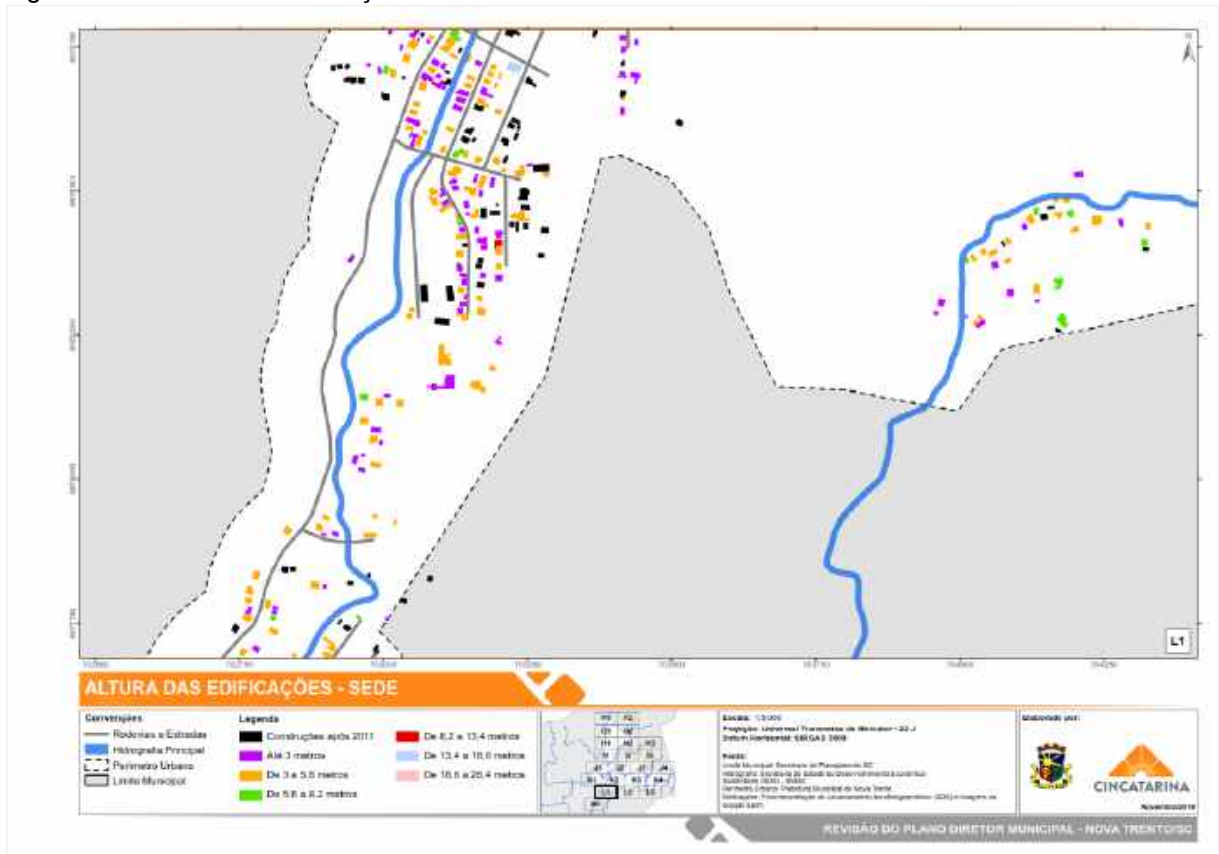
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 271 - Volumetria da Sede K4.



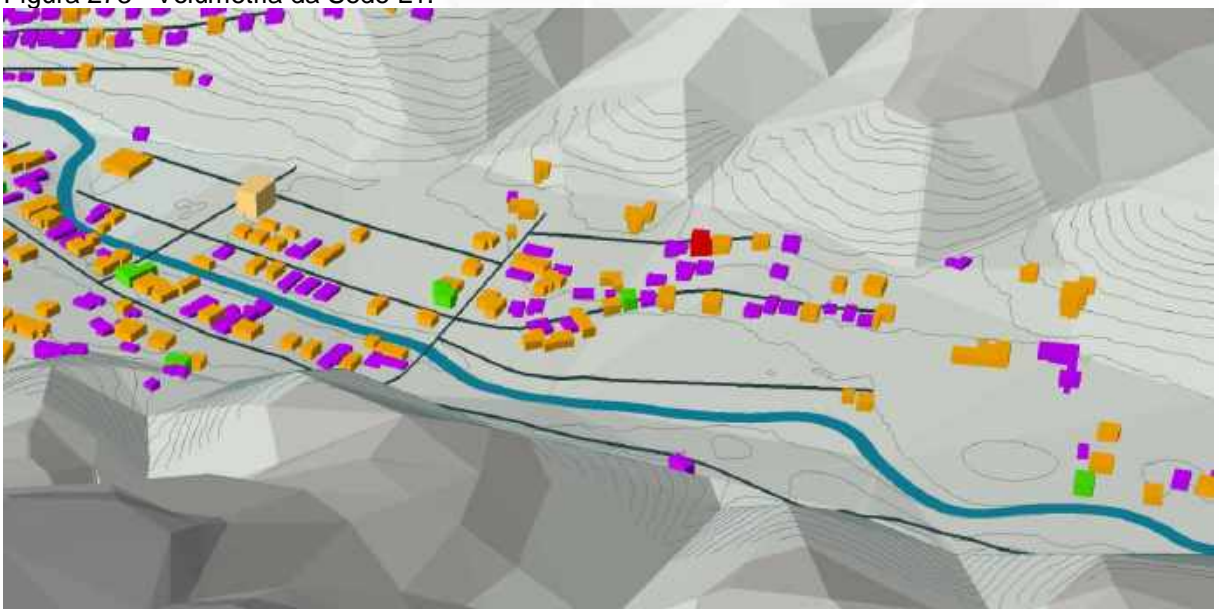
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 272 - Altura das edificações da Sede L1.



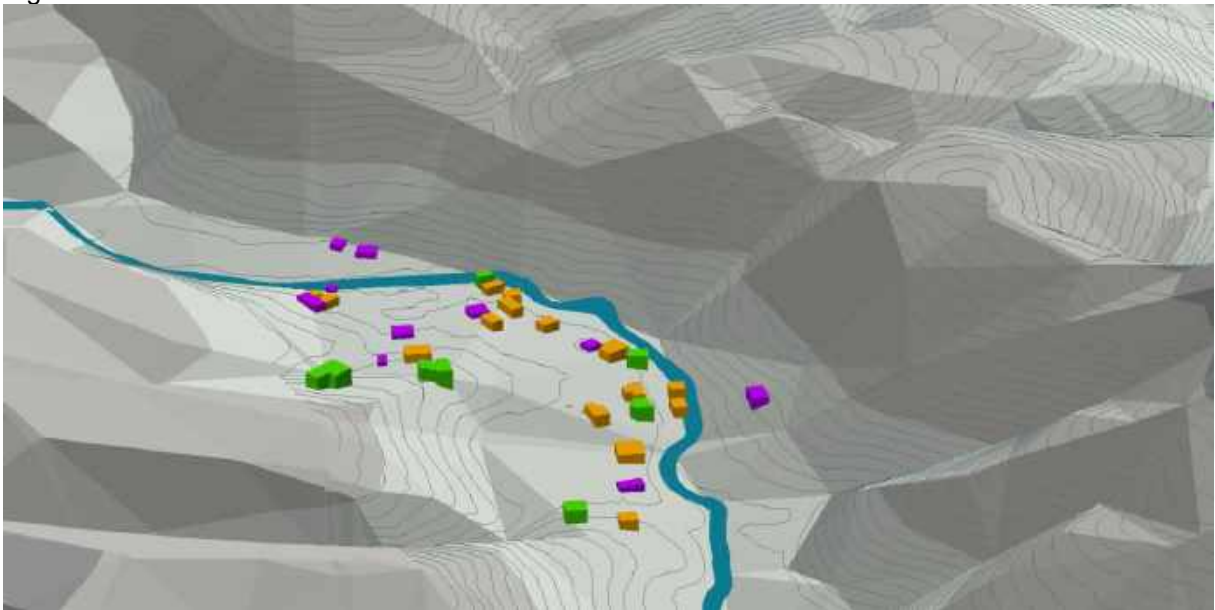
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 273 - Volumetria da Sede L1.



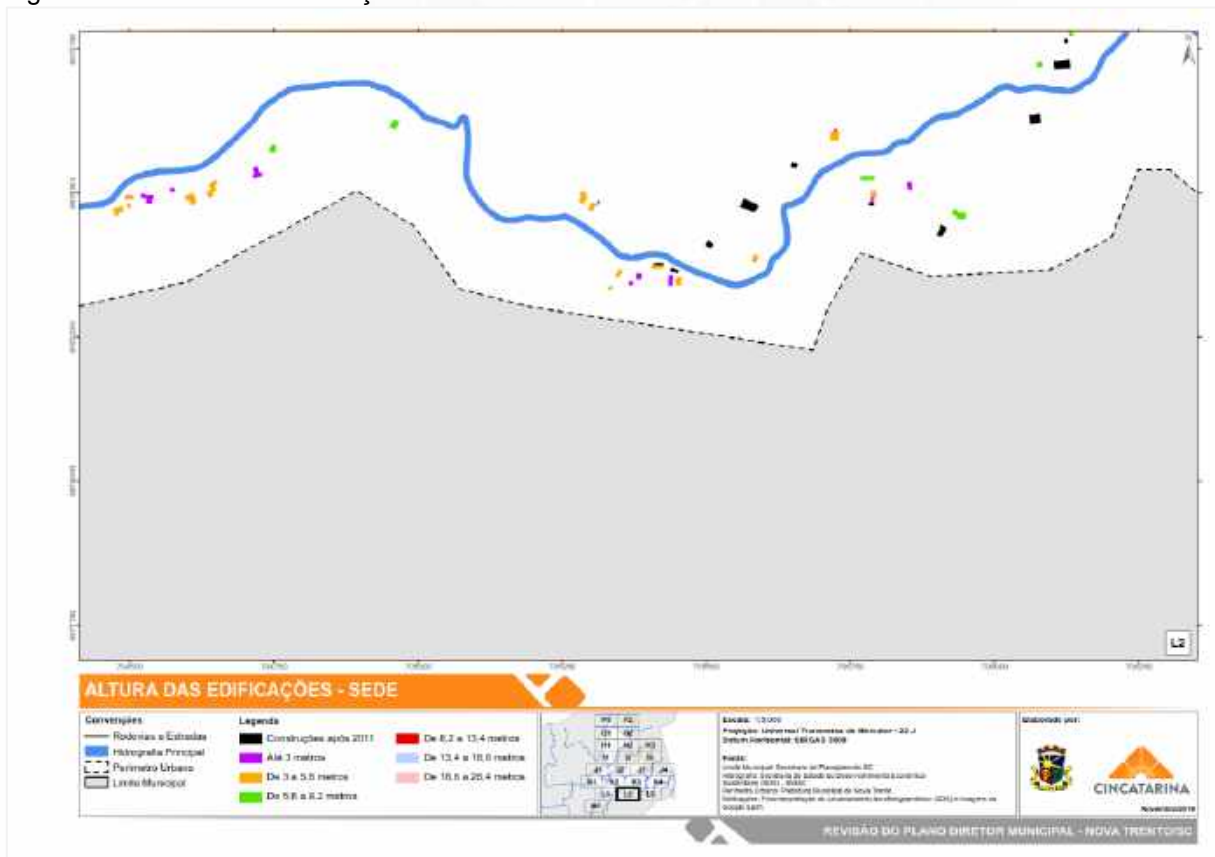
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 274 - Volumetria da Sede L1.



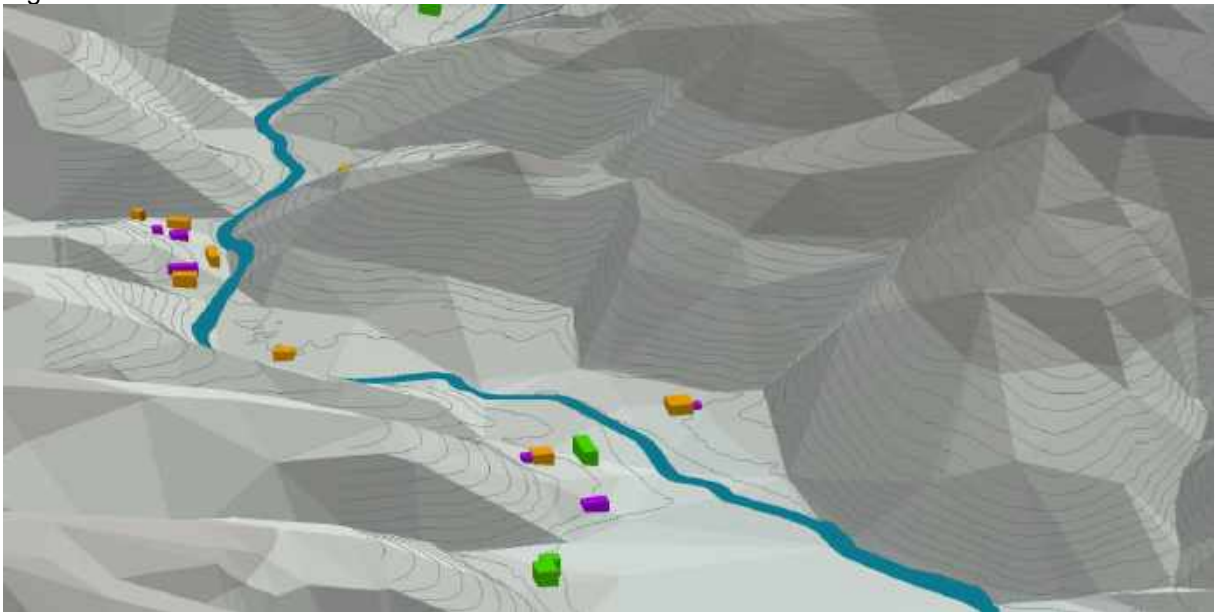
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 275 - Altura das edificações da Sede L2.



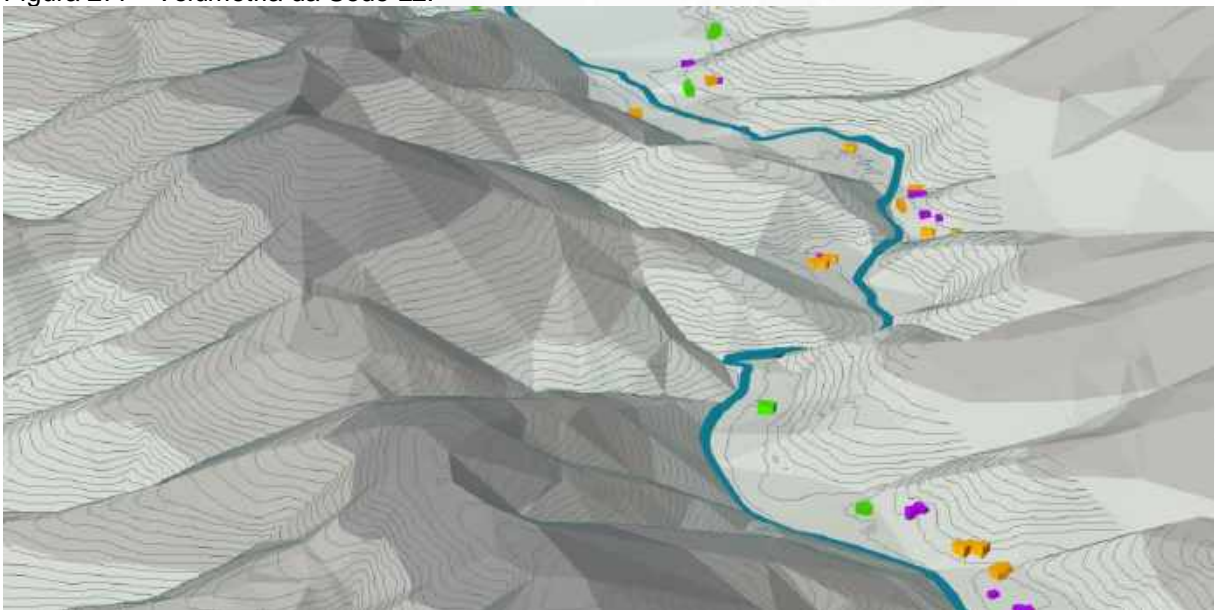
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 276 - Volumetria da Sede L2.



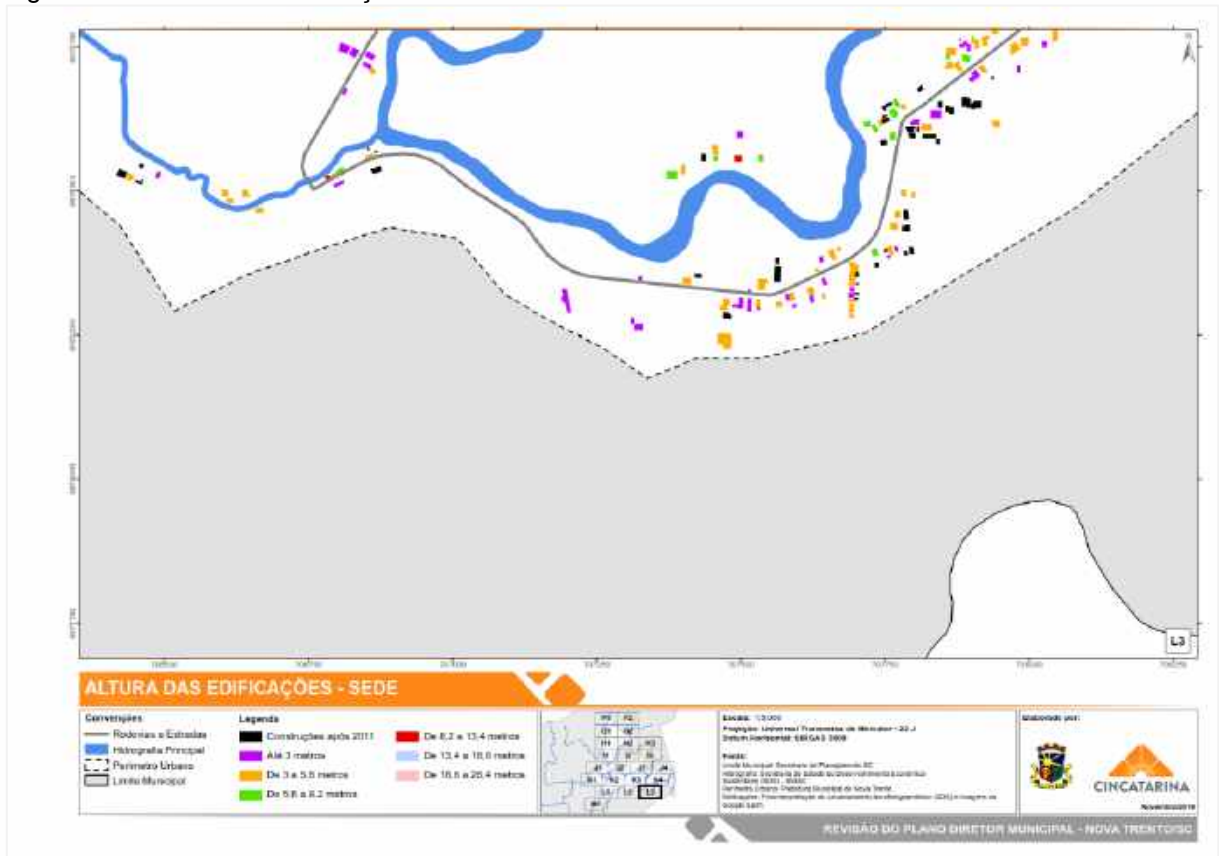
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 277 - Volumetria da Sede L2.



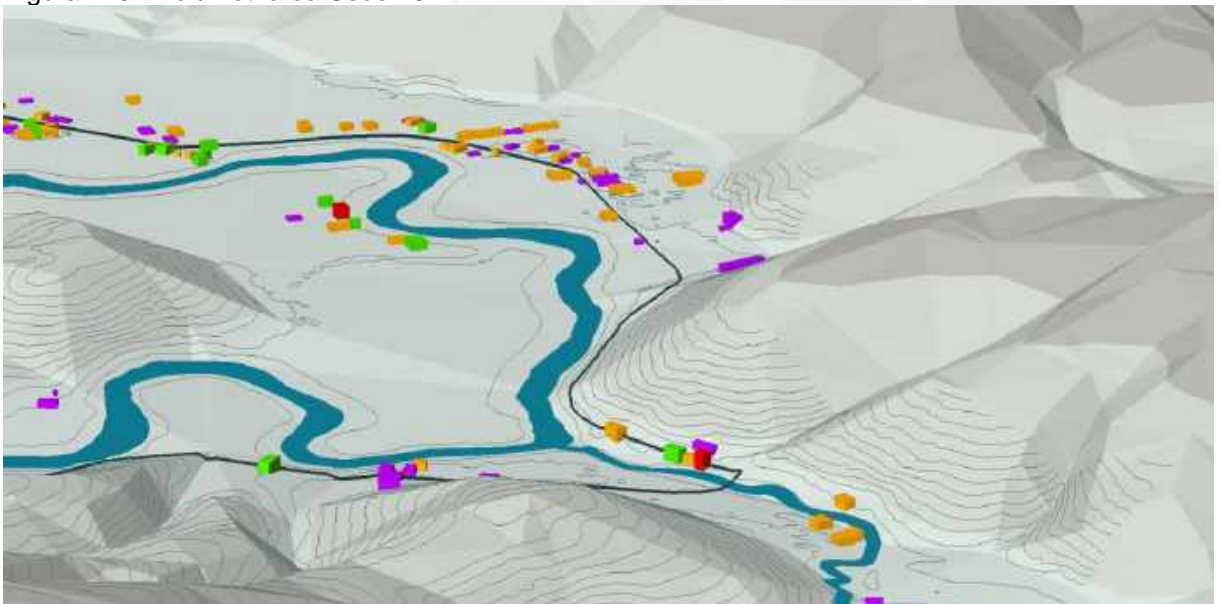
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 278 - Altura das edificações da Sede L3.



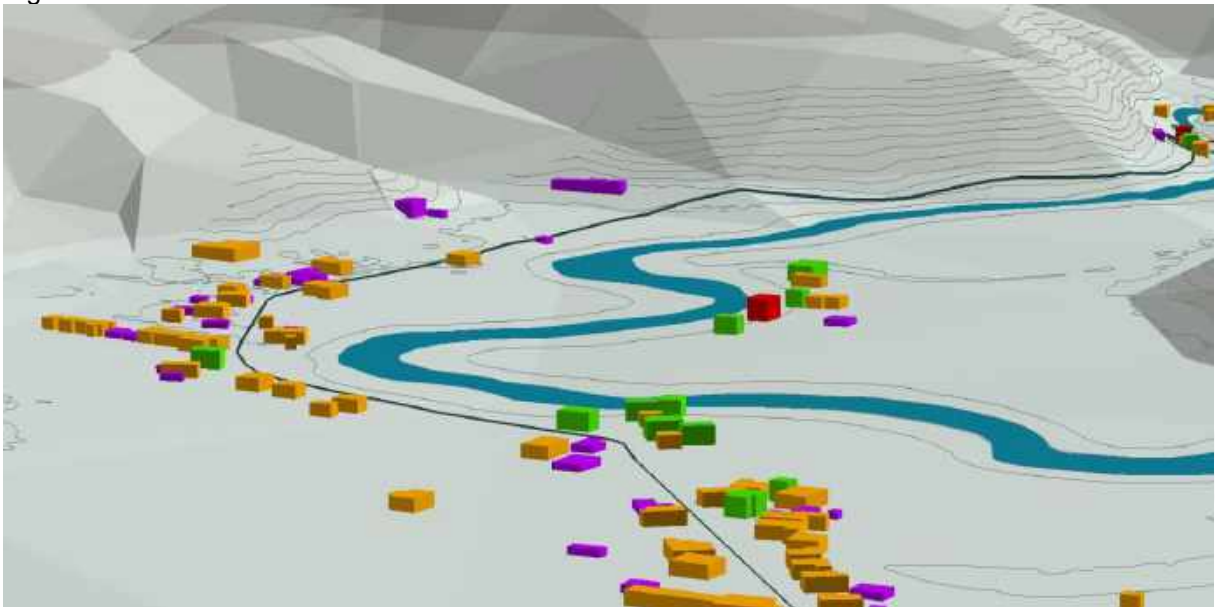
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 279 - Volumetria da Sede L3.



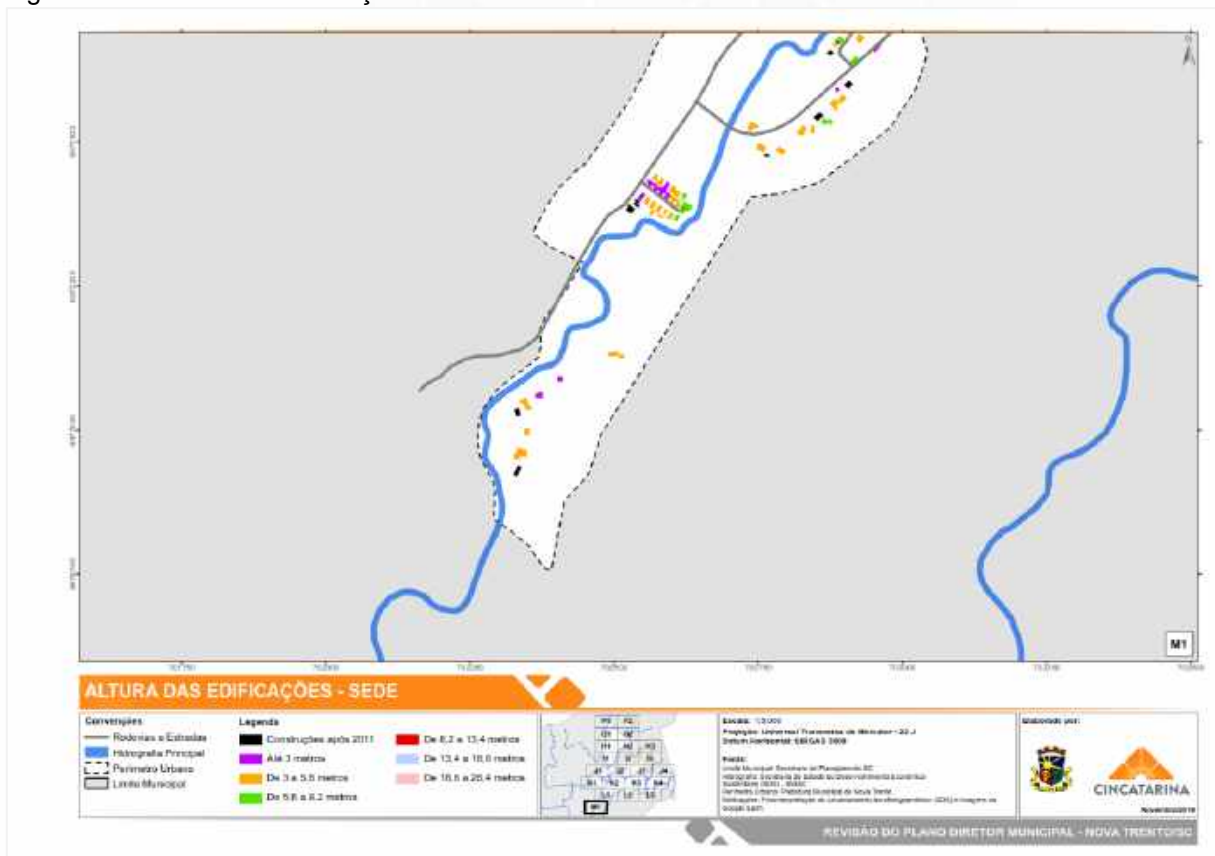
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 280 - Volumetria da Sede L3.



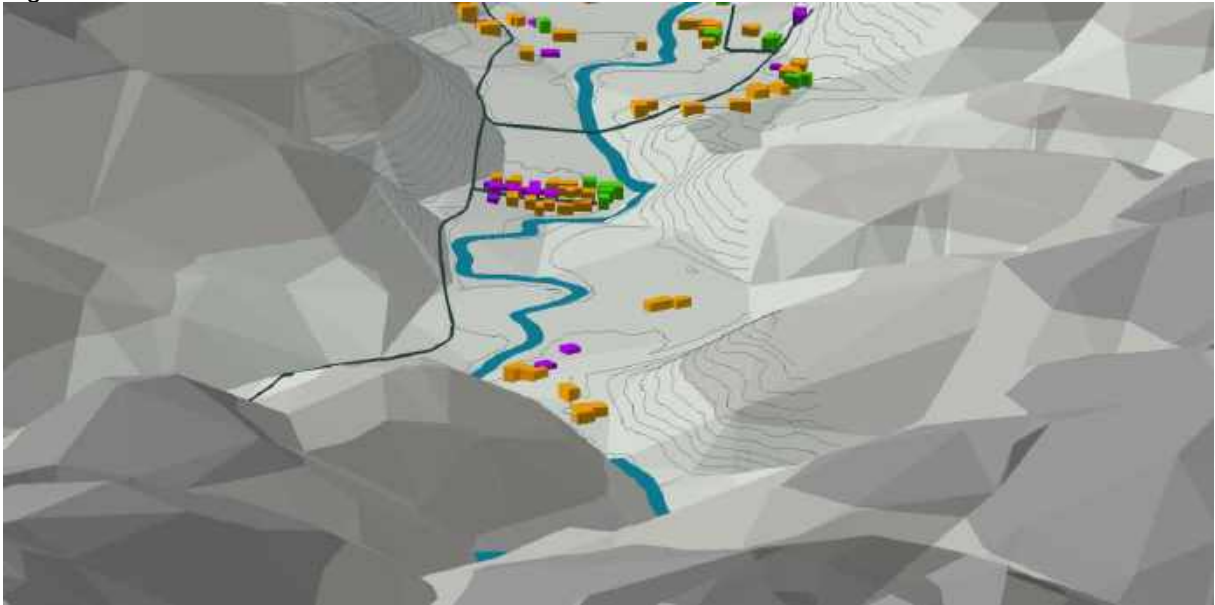
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 281 - Altura das edificações da Sede M1.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 282 - Volumetria da Sede M1.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 283 - Volumetria da Sede M1.



Fonte: CINCATARINA (2019)

A Figura 284, apresenta um panorama da Sede de Nova Trento com vista do Morro da Cruz, o qual auxilia no entendimento dos volumes verticais dentro da paisagem da cidade, sendo nítido a presença de edificações com poucos pavimentos.

Figura 284 - Vista do Morro da Cruz.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Em geral, o gabarito das edificações residenciais normalmente encontra-se nas faixas de até 3 m, 3m - 5,6 m e 5,6 m - 8,2 m de altura, já as edificações com destinação comercial, mista, industrial e religiosa podem chegar a 26,4 m de altitude. Em suma, os gabaritos dos edifícios existentes do município respeitam os parâmetros da legislação vigente, bem como, é nítida predominância de edificações nas faixas de altura de até 3 m, 3m - 5,6 m e 5,6 m - 8,2 m nas áreas urbanas analisadas.

3.2.7 Ocupações irregulares

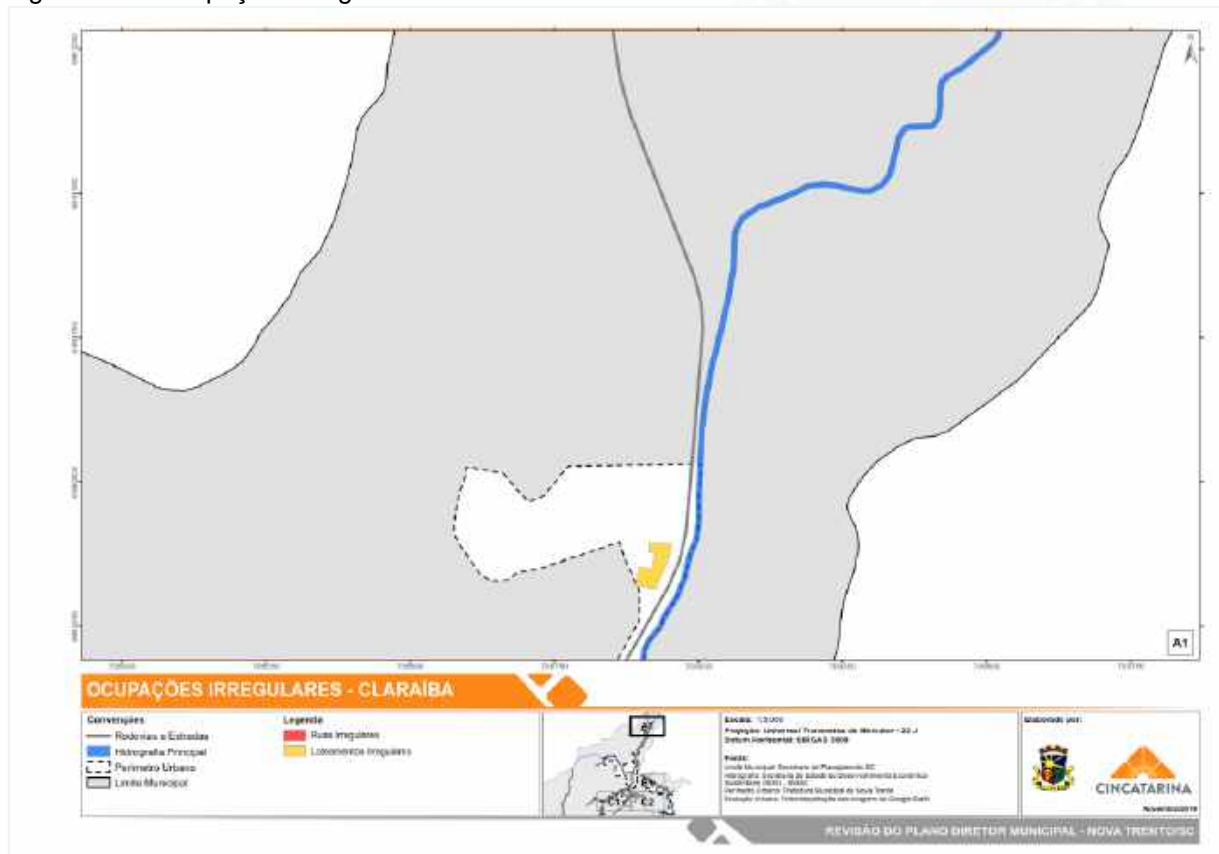
A ocupação irregular é um problema recorrente nos centros urbanos e traz consigo sérios reflexos nas áreas ambientais e urbanísticas, são provenientes de invasões irregulares ou de loteamentos clandestinos e não observam os requisitos mínimos urbanísticos, sociais, ambientais e econômicos.

Tratam-se habitualmente de moradias desqualificadas e incapazes de ser exercida de forma plena e digna. Nos locais em que ocorrem ocupações irregulares é notório o estabelecimento de população de menor poder aquisitivo, atraídas por menor valor imobiliário. As regiões com ocupações desordenadas acabam entrando em um contexto de carência urbanística e social, desamparados das políticas públicas da cidade.

O apontamento das ocupações irregulares, ocorreu em conformidades com as informações repassadas pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, os dados apontados são referentes ao mês de maio de 2019.

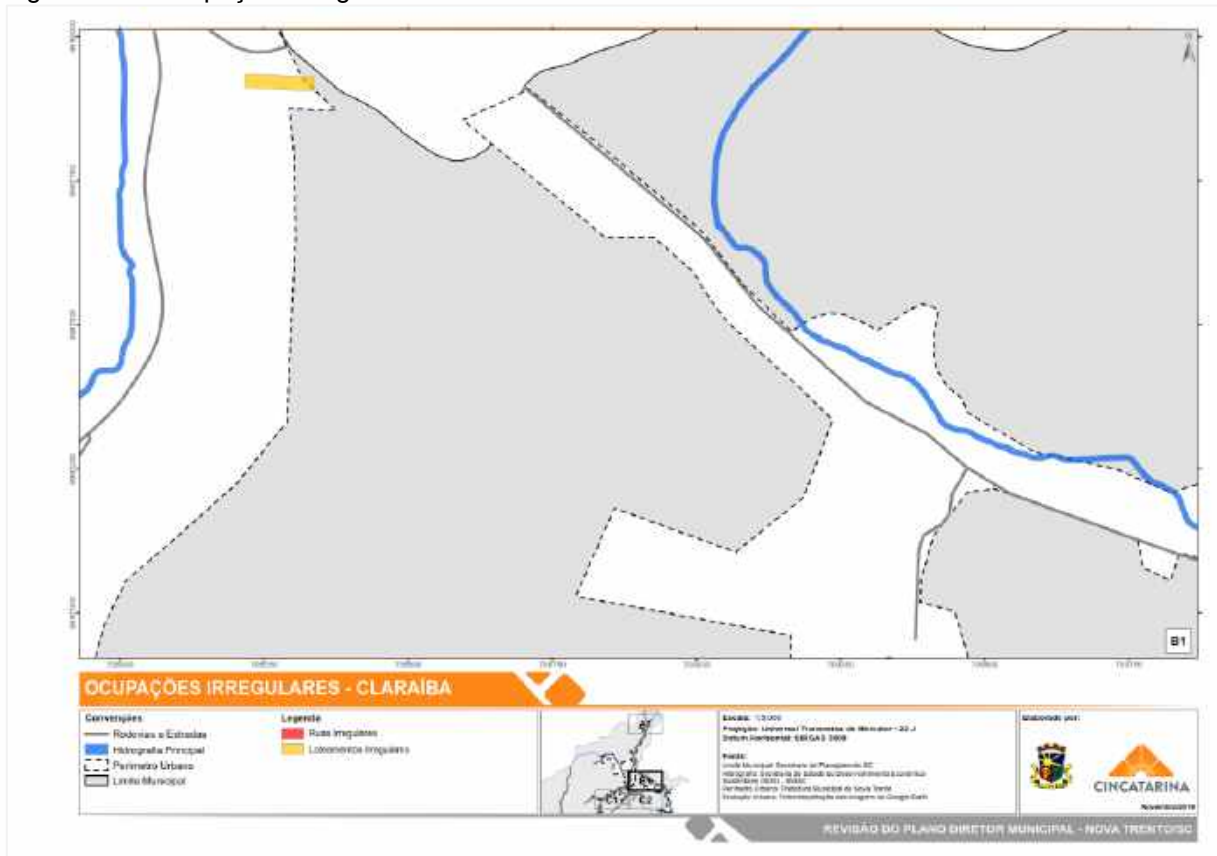
No Distrito do Claraíba, nos deparamos com 4 áreas de ocupações irregulares, apresentadas nas proximidades das SC-108 e SC-418.

Figura 285 - Ocupações irregulares no Distrito do Claraíba.



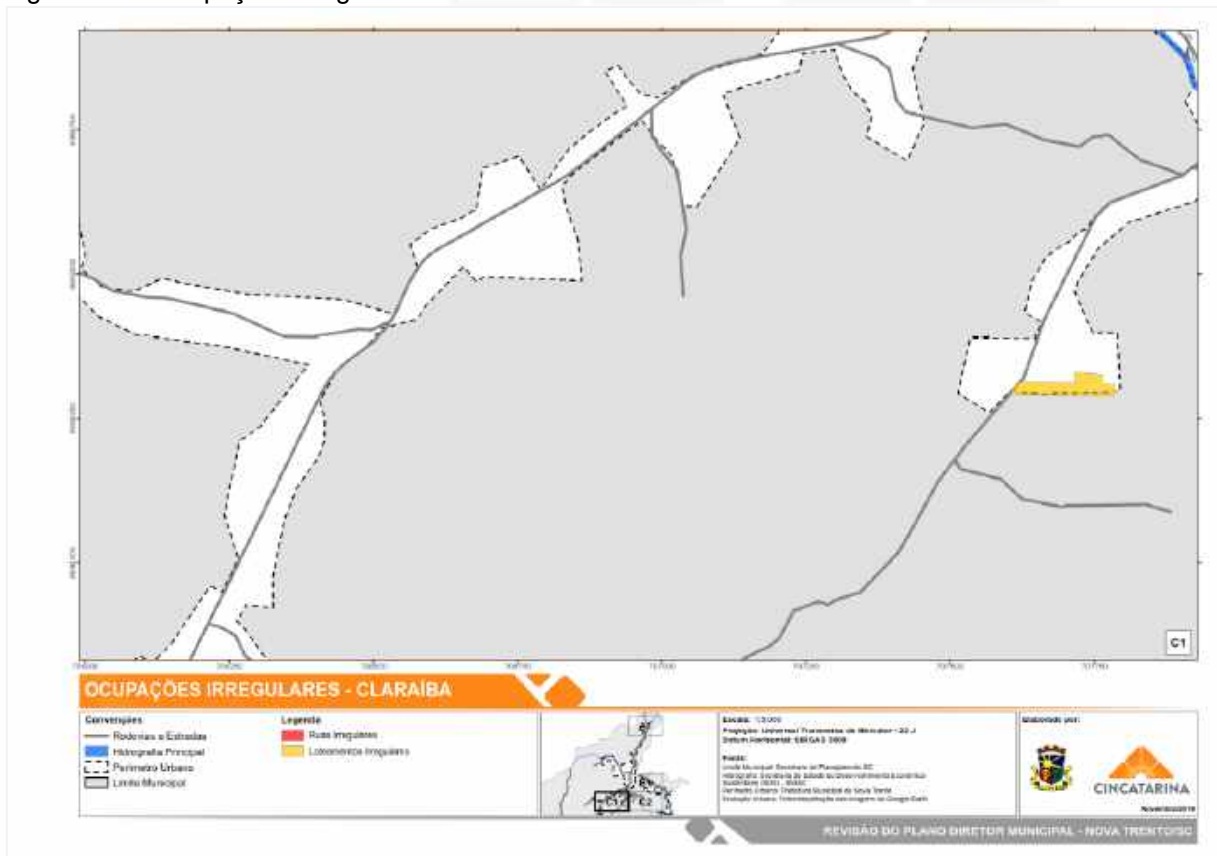
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 286 - Ocupações irregulares no Distrito do Claraíba.



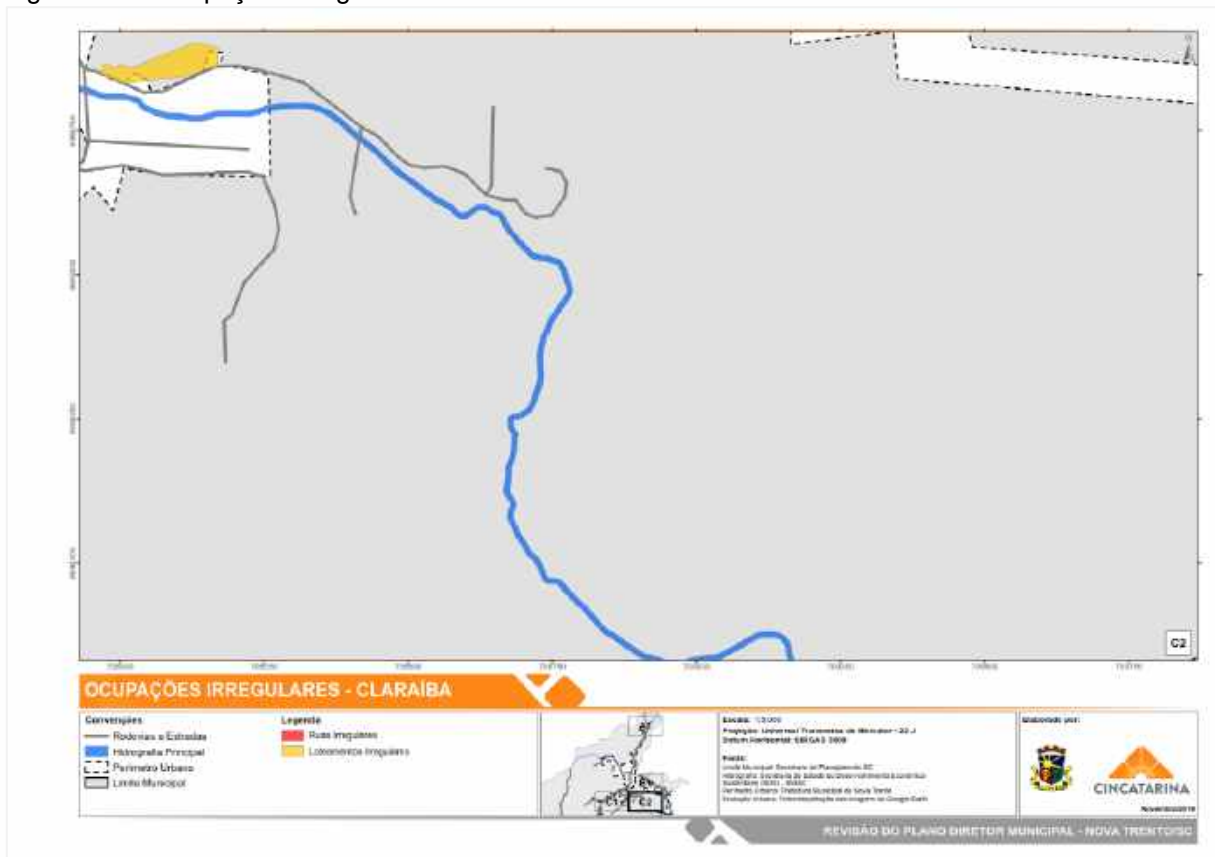
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 287 - Ocupações irregulares no Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 288 - Ocupações irregulares no Distrito do Claraíba.

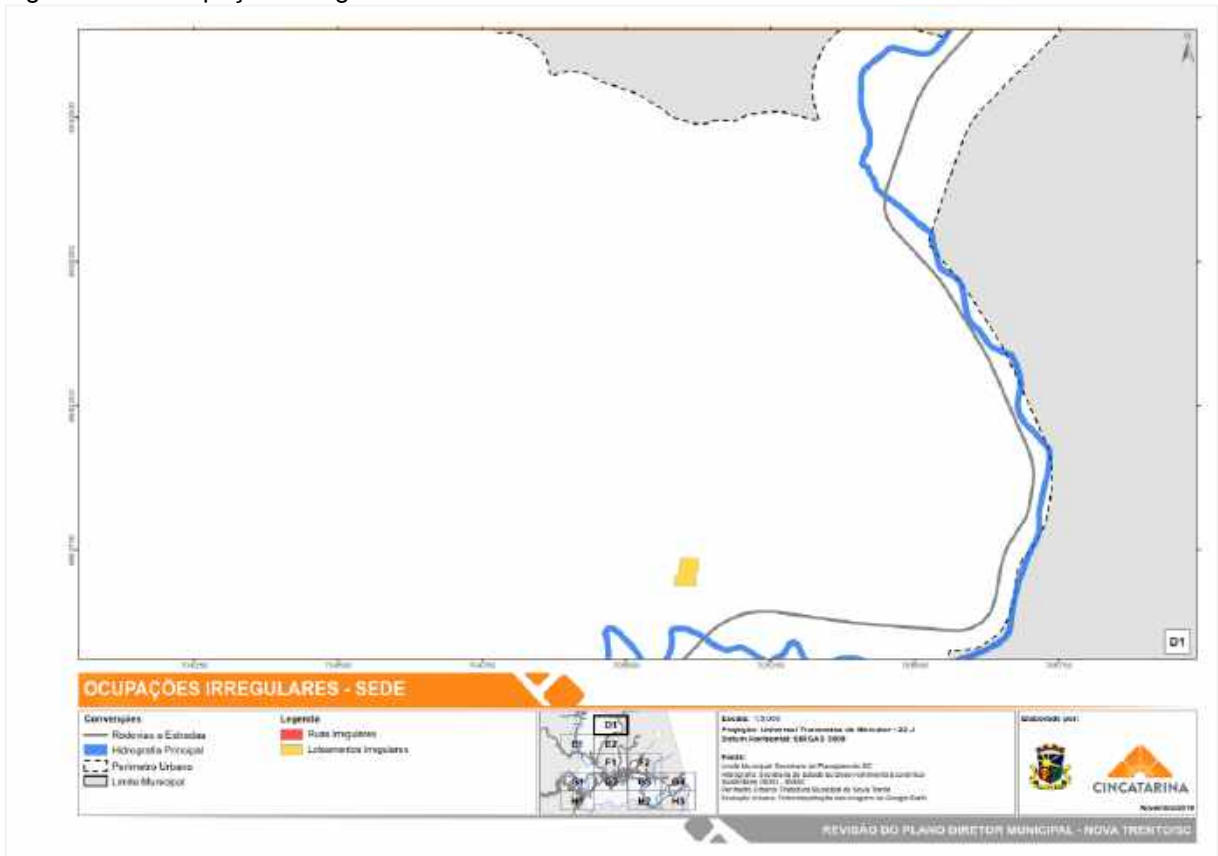


Fonte: CINCATARINA (2019)

Já na Sede do município são encontradas 30 áreas com ocupações irregulares, situadas em todos os sentidos do perímetro urbano, com menor evidência a área central. Todavia, a Sede de Nova Trento apresenta elevado número de áreas com ocupações irregulares, estas são frutos de parcelamentos irregulares, ocupações em áreas de risco, cabe salientar, que algumas destas áreas possuem infraestrutura, entretanto, fora dos padrões urbanísticos vigentes.

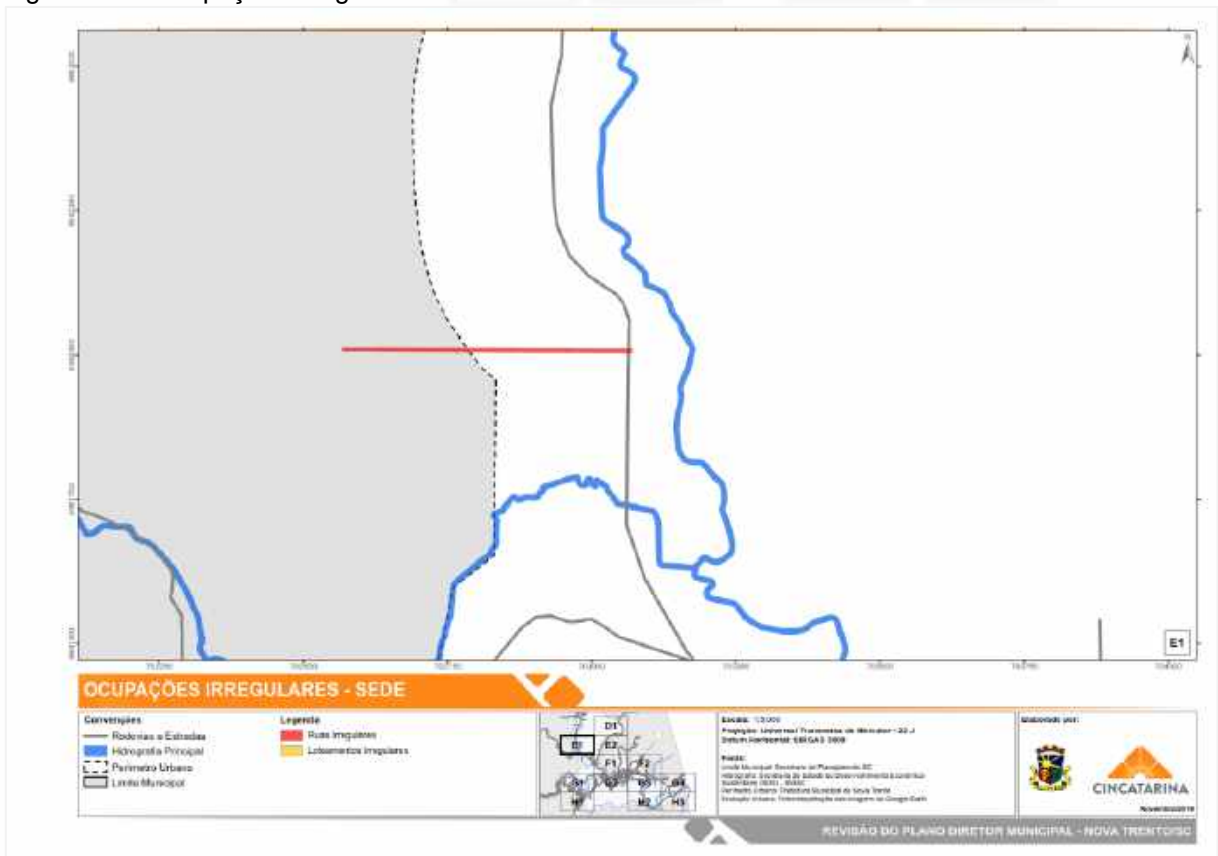
Das áreas encontradas 21 são ocupações irregulares e 9 são ruas irregulares, sendo essas: Rua Luiz Mazera, Rua Cecília Dadam Daros, Rua Valenteim Motta, Rua Vicente Vargas, Rua Cecília Floriani Veneri, Rua Gentil Botamedi, Rua Maestro Virgilio Tomasi e Rua Bernadina Bosso. As ocupações irregulares estão dispostas nas figuras a seguir:

Figura 289 - Ocupações irregulares da Sede.



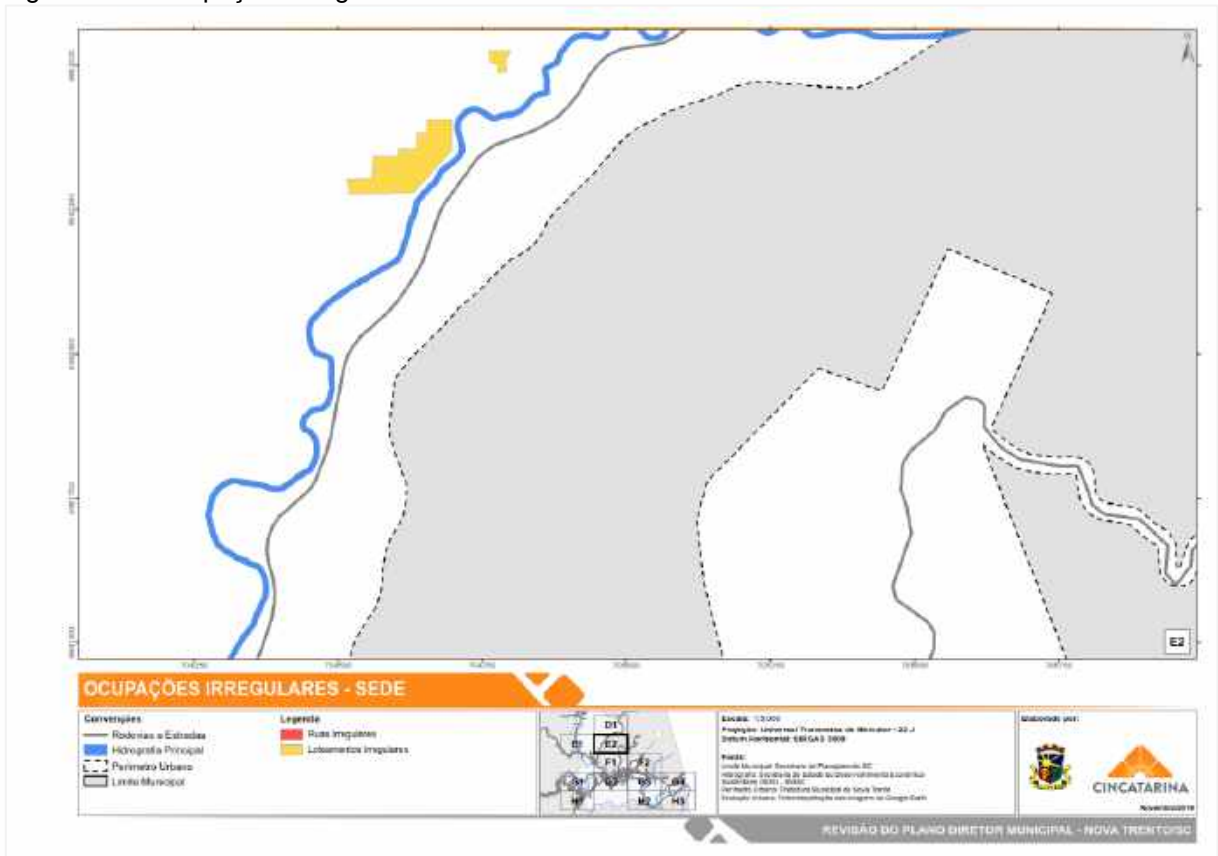
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 290 - Ocupações irregulares da Sede.



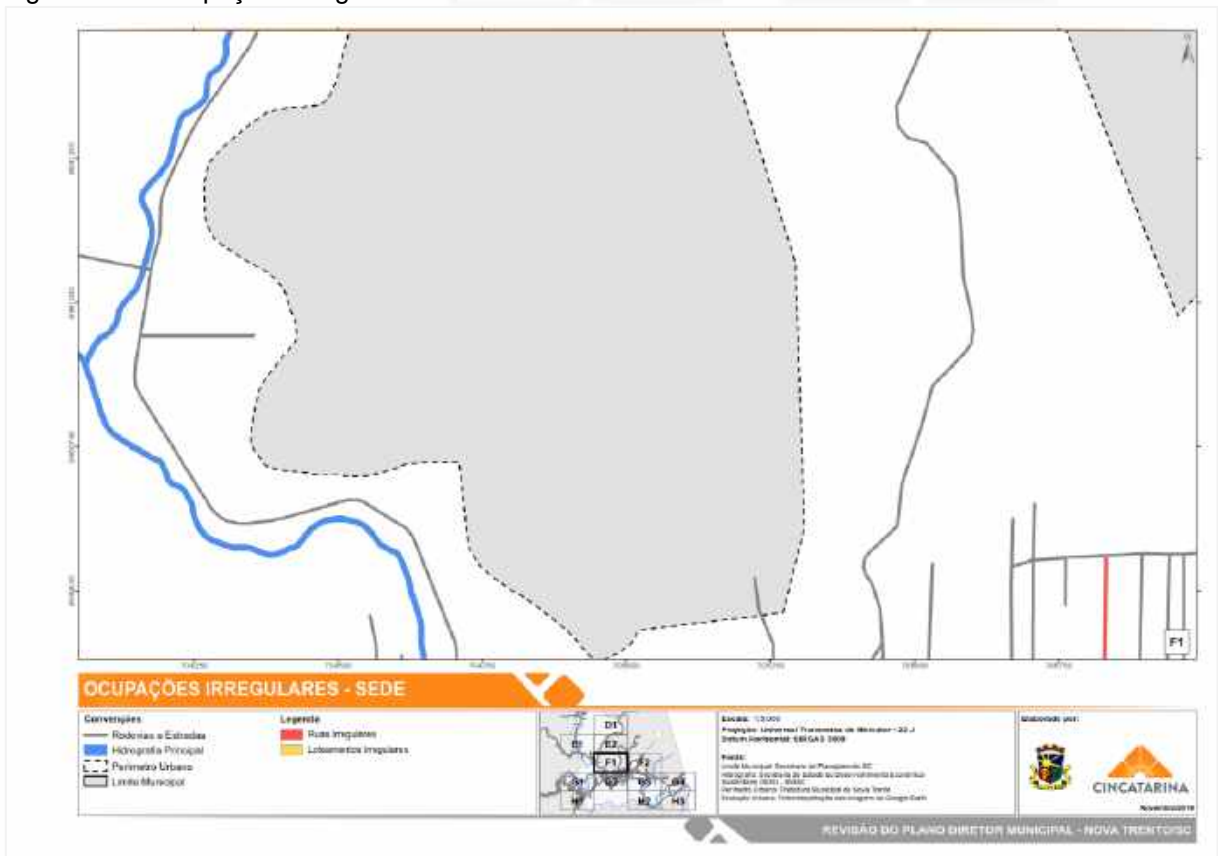
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 291 - Ocupações irregulares da Sede.



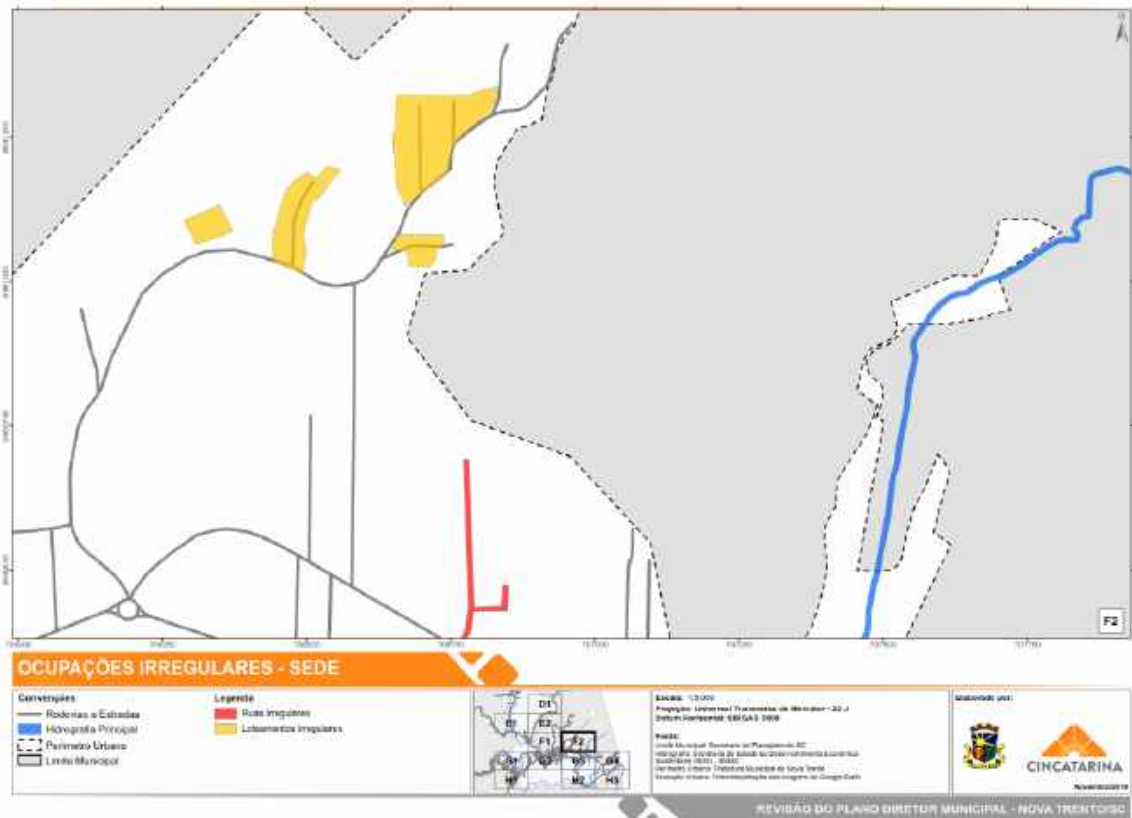
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 292 - Ocupações irregulares da Sede.



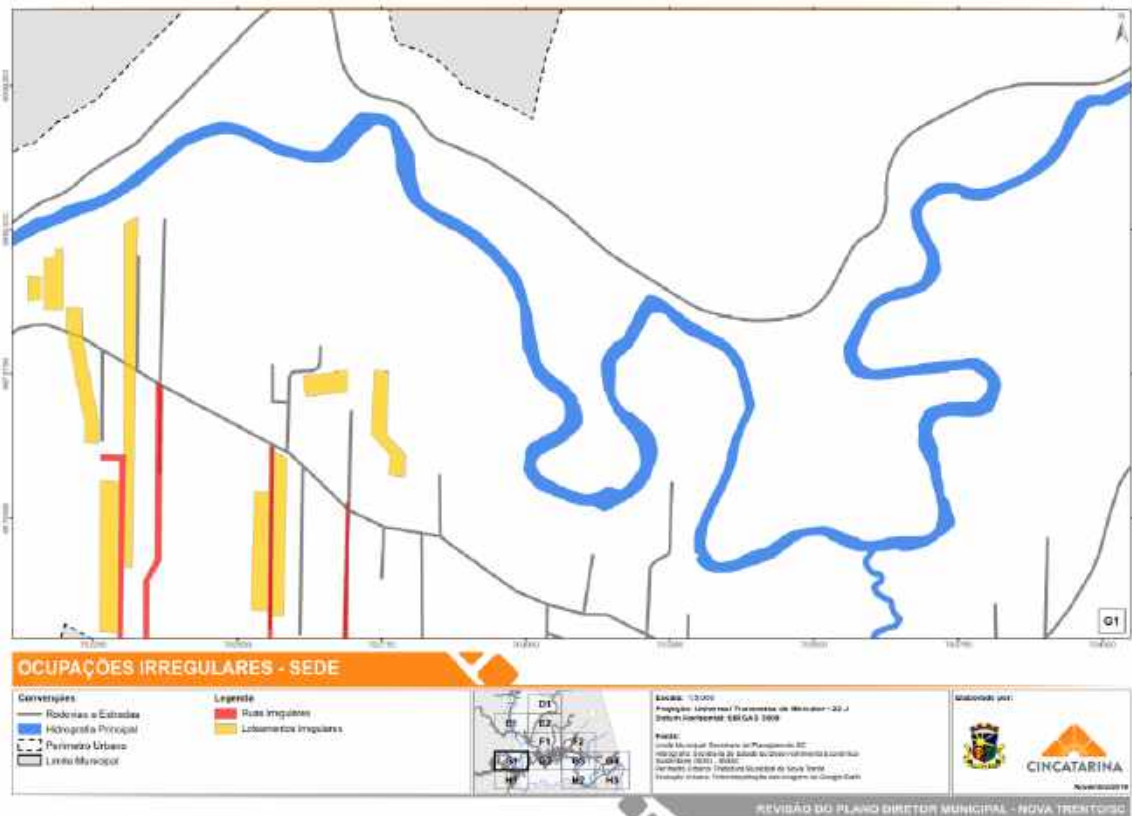
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 293 - Ocupações irregulares da Sede.



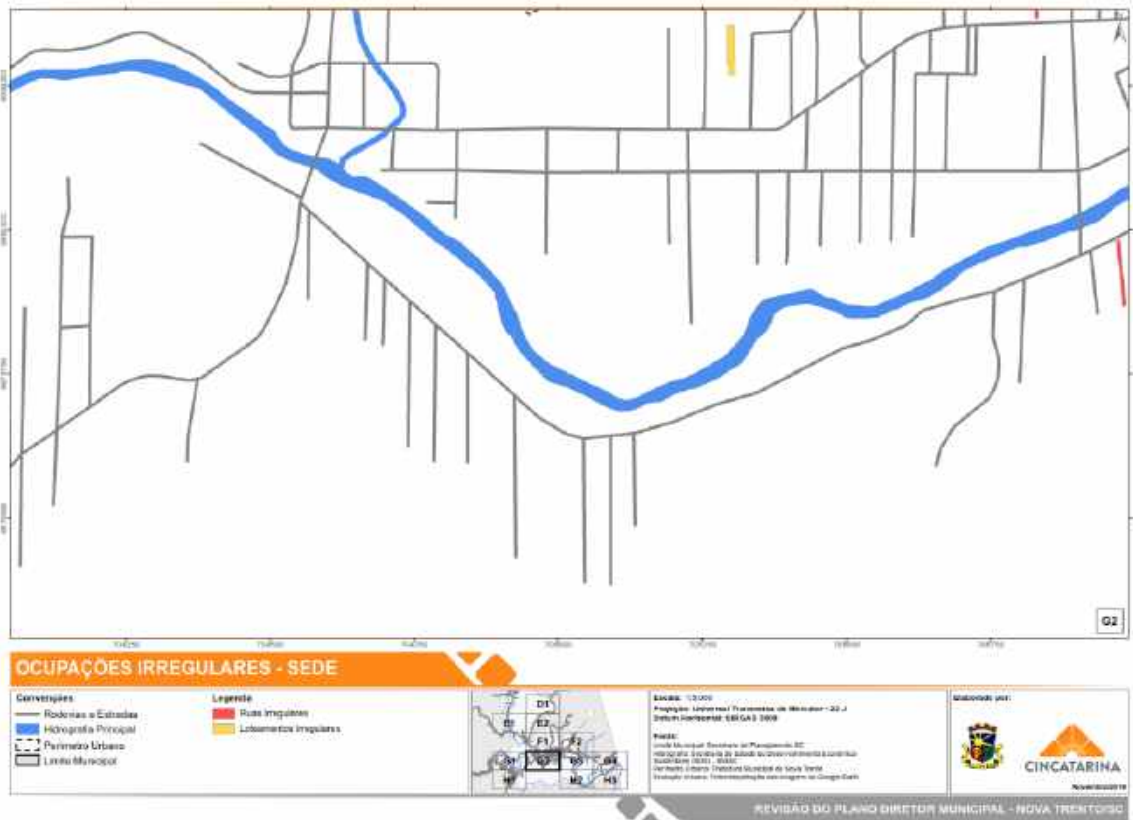
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 294 - Ocupações irregulares da Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 295 - Ocupações irregulares da Sede.



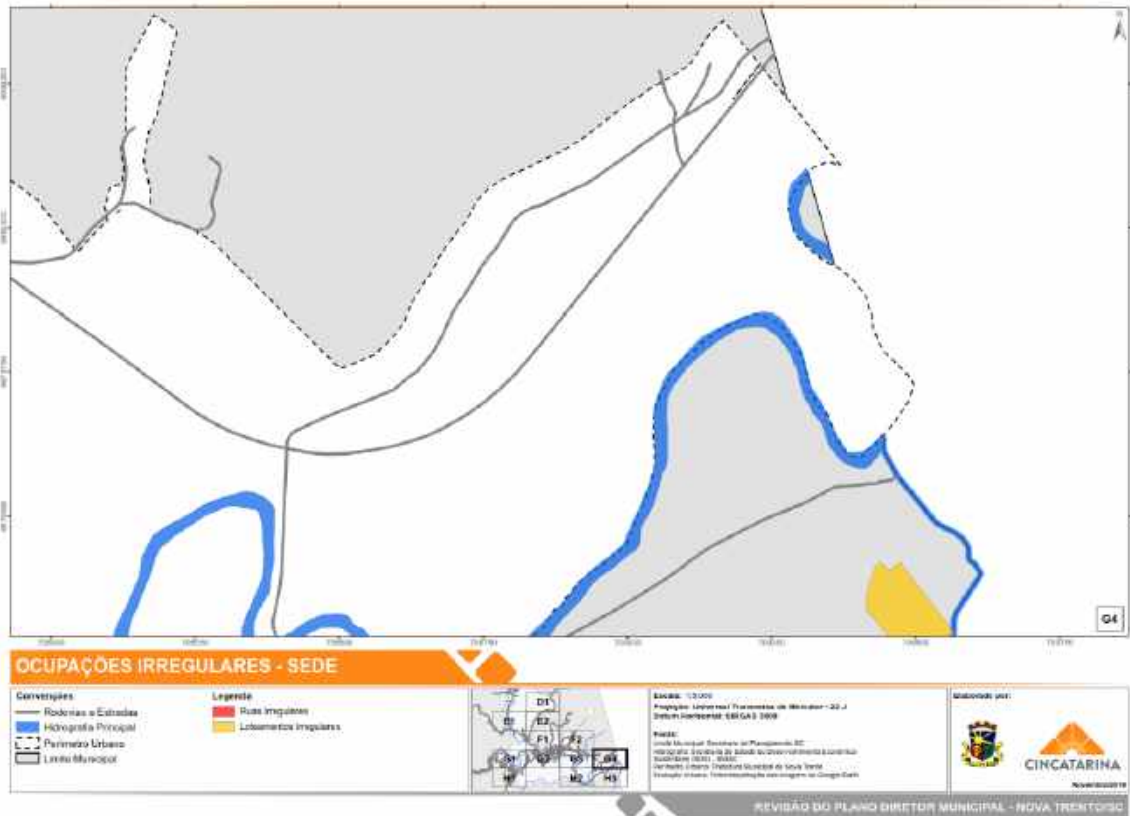
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 296 - Ocupações irregulares da Sede.



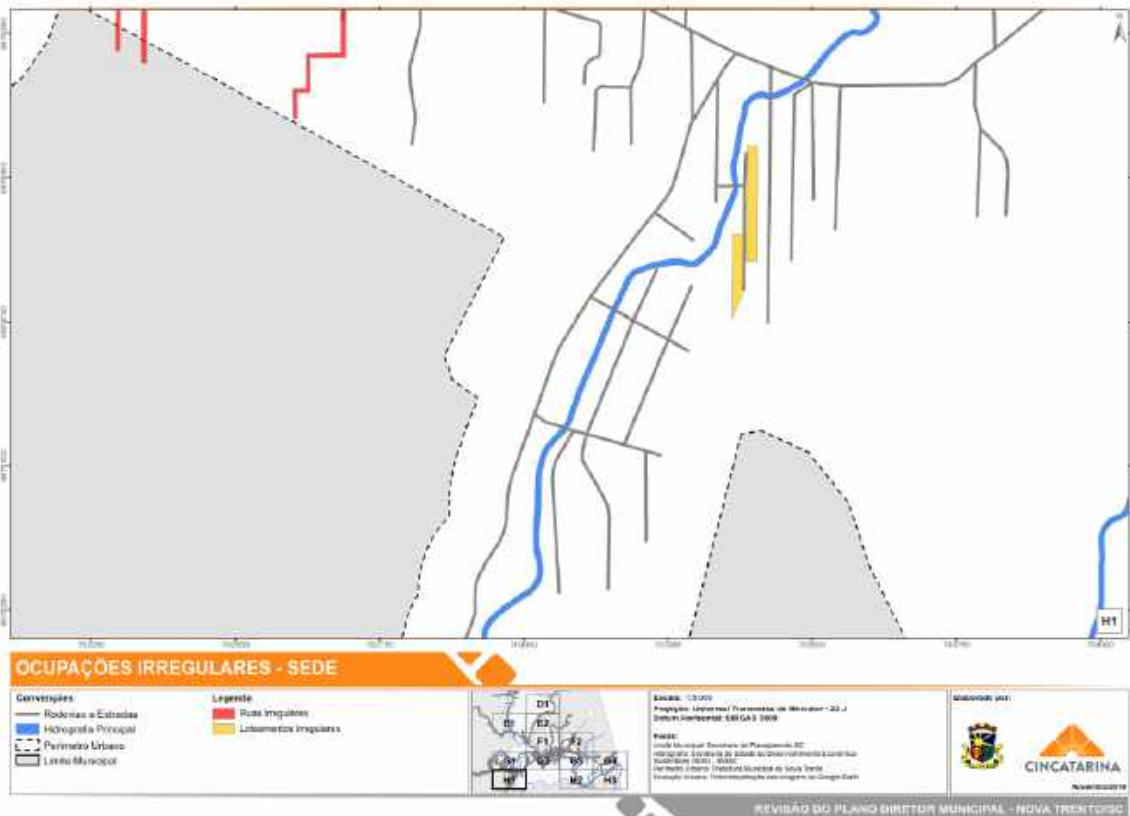
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 297 - Ocupações irregulares da Sede.



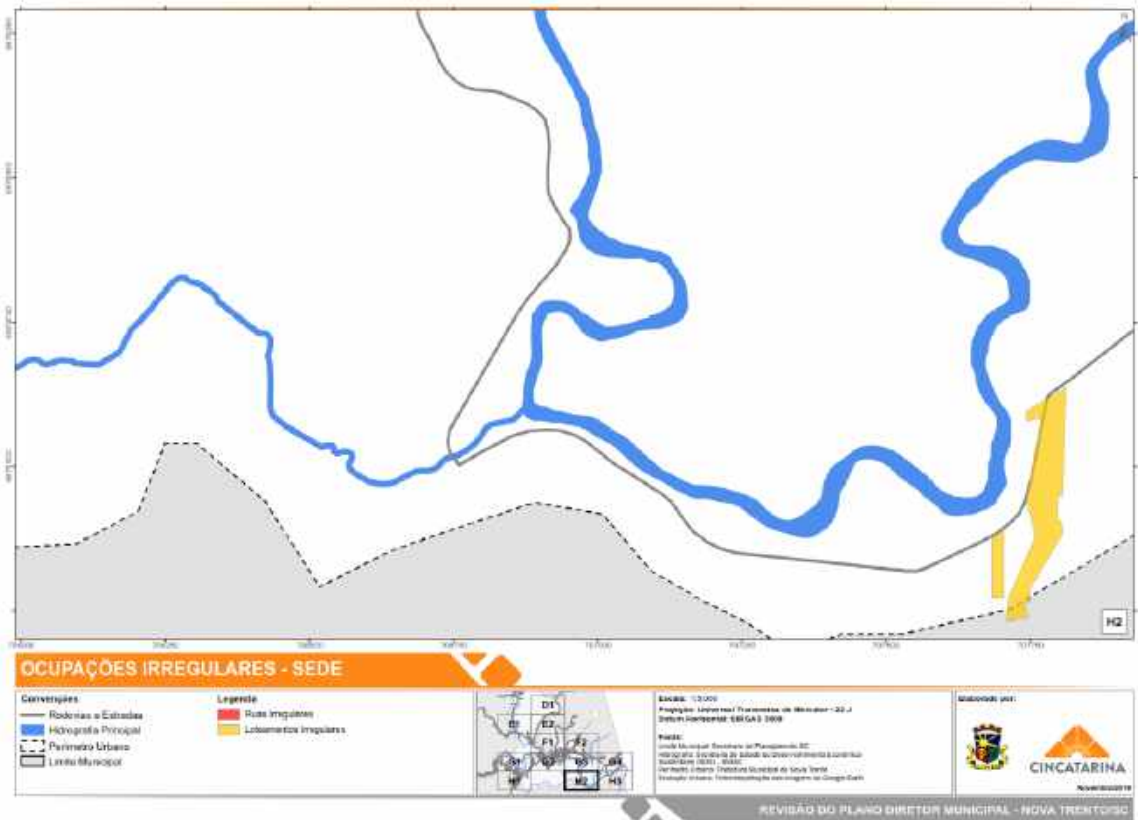
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 298 - Ocupações irregulares da Sede.



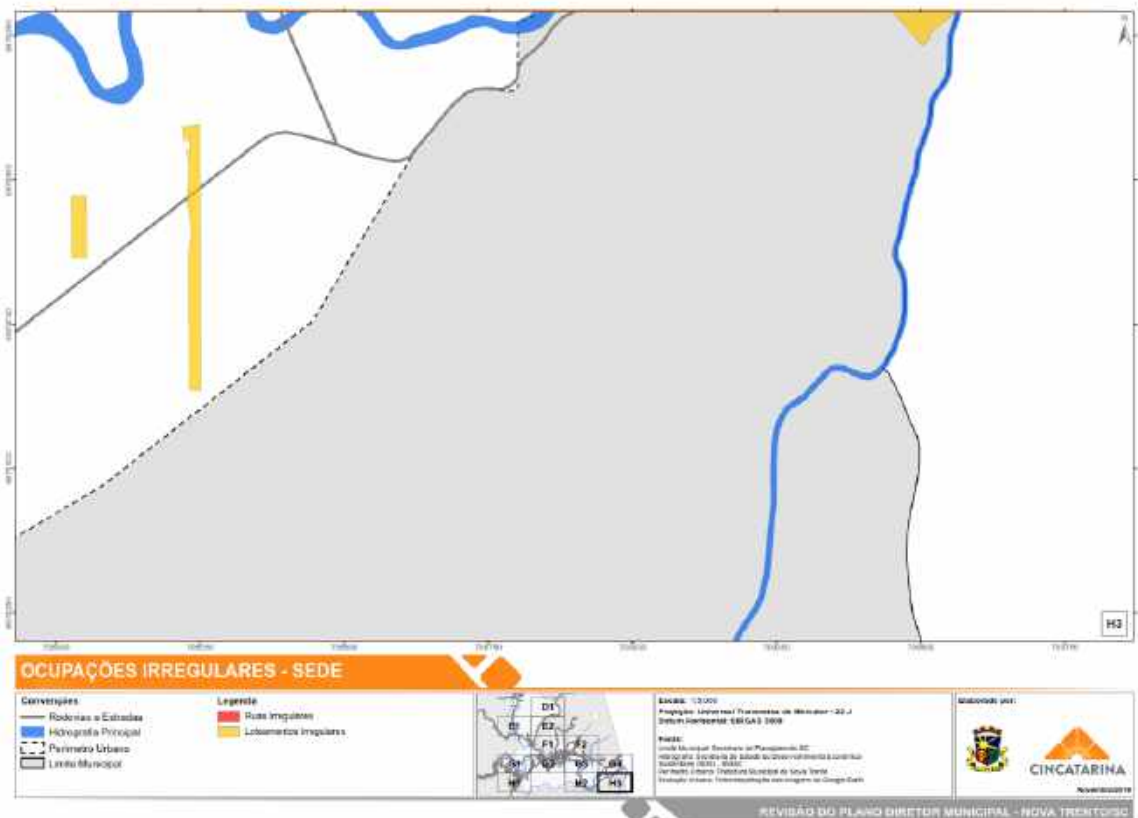
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 299 - Ocupações irregulares da Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 300 - Ocupações irregulares da Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

No Distrito do Aguti, não foram apontadas ocupações irregulares pela municipalidade.

No geral todas estas áreas não observaram os parâmetros legais para o parcelamento e ocupação do solo urbano. Sendo necessária averiguação de cada situação, para a futura regularização ou remoção destas ocupações conforme seu perfil ocupacional, visando sempre a melhor técnica e melhor segurança da população que ali está inserida. Cabe evidenciar que o município vem buscando a regularização destas áreas junto aos proprietários.

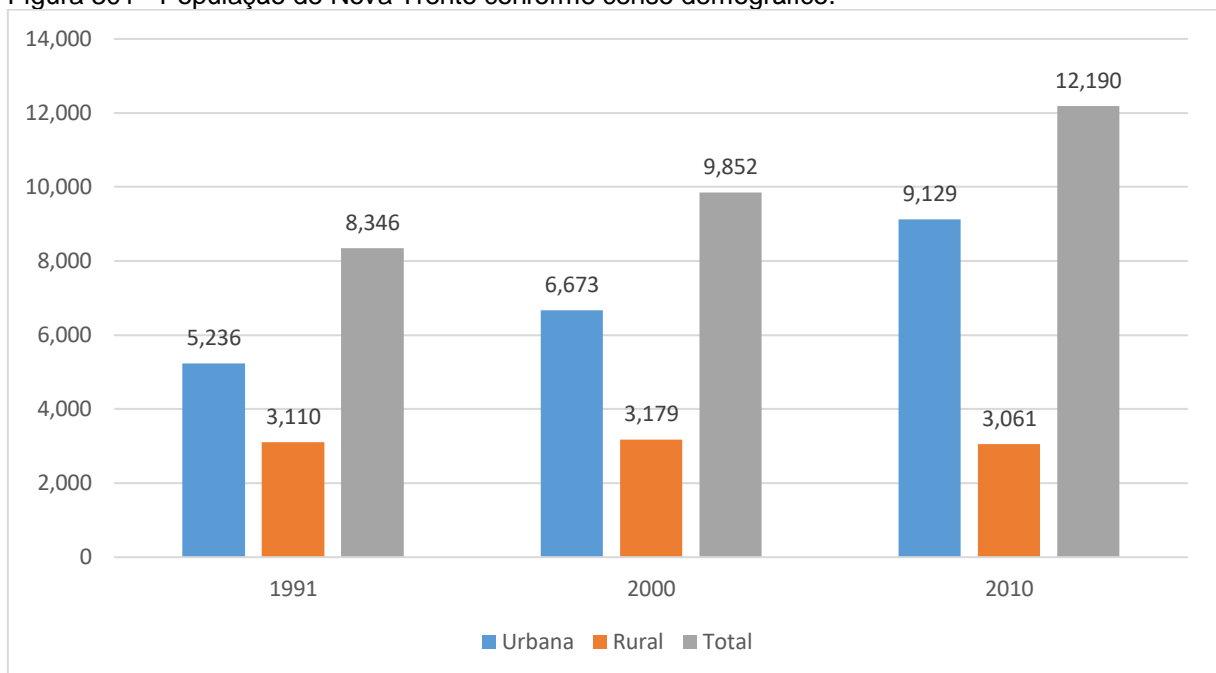
4 CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONÔMICA

4.1 População

Para a elaboração de um planejamento abrangente é necessário conhecer e apresentar as características populacionais do município em estudo. A Figura 301, apresenta os dados de crescimento populacional de Nova Trento.

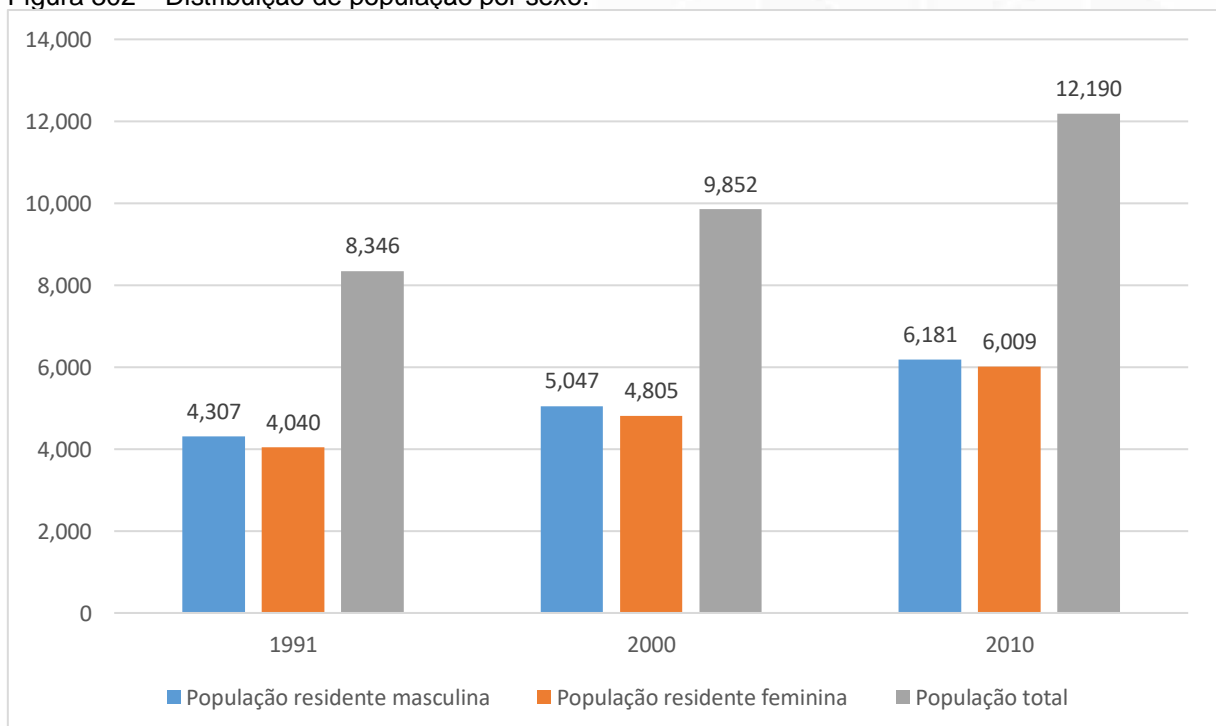
Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 1,86%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 62,74% para 67,73%.

Entre 2000 e 2010, a população de Nova Trento cresceu a uma taxa média anual de 2,15%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 67,73% para 74,89%. Em 2010 viviam, no município, 12.190 pessoas. Já a população estimada para o município em 2018 era de 14.312 pessoas segundo o IBGE (2018).

Figura 301 - População de Nova Trento conforme censo demográfico.


Fonte: IBGE (2010)

A distribuição da população por sexo é demonstrada na Figura 302, nota-se que a população feminina em 2010 era cerca de 49,29%, havendo equivalência entre população feminina e masculina neste período.

Figura 302 – Distribuição de população por sexo.


Fonte: IBGE (2010)

Já a distribuição da população por faixa etária é demonstrada na Tabela 18, onde é apresentada a relação entre os censos de 1991, 2000 e 2010, apontando também a taxa de envelhecimento nestes anos.

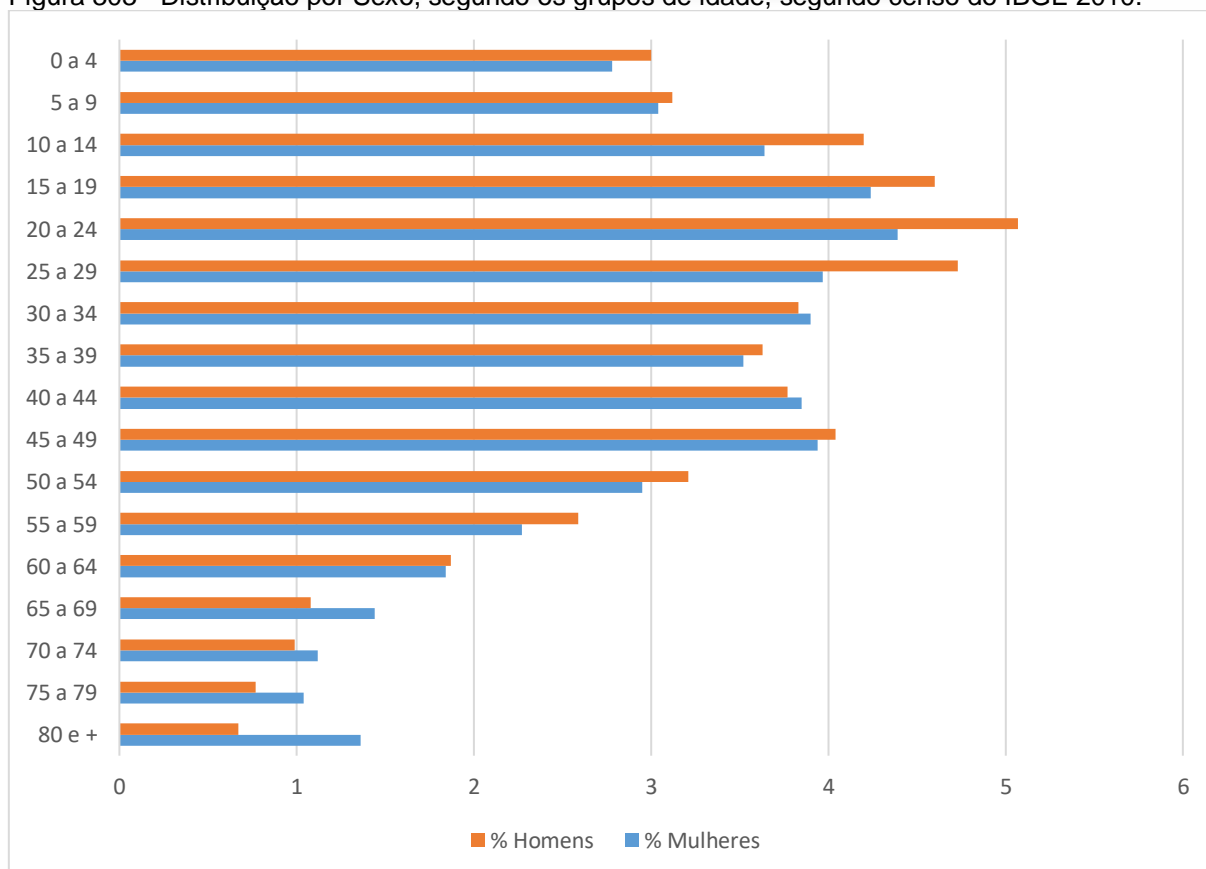
Tabela 18 - Distribuição da população por faixa etária.

Estrutura Etária	População (1991)	População (2000)	População (2010)
Menos de 15 anos	2.484	2.500	2.356
15 a 64 anos	5.335	6.572	8.800
65 anos ou mais	527	780	1.034
Razão de dependência	56,44	49,91	38,52
Taxa de envelhecimento	6,31	7,92	8,48

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013)

Na Figura 303, temos apresentado a relação por sexo e faixa etária no município de Nova Trento, as quais abrangem de 0 a 80 anos ou mais. Podemos observar, em homens e mulheres a faixa etária mais presente no município são 20 a 30 anos.

Figura 303 - Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade, segundo censo do IBGE 2010.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013)

Outro elemento importante para entendermos o desenvolvimento de um município é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal ou IDHM que considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano, e quanto mais próximo de 0, menor o desenvolvimento humano. O município de Nova Trento possui o IDHM de 0,827, o qual é considerado na faixa alta (IDHM entre 0,700 a 0,799).

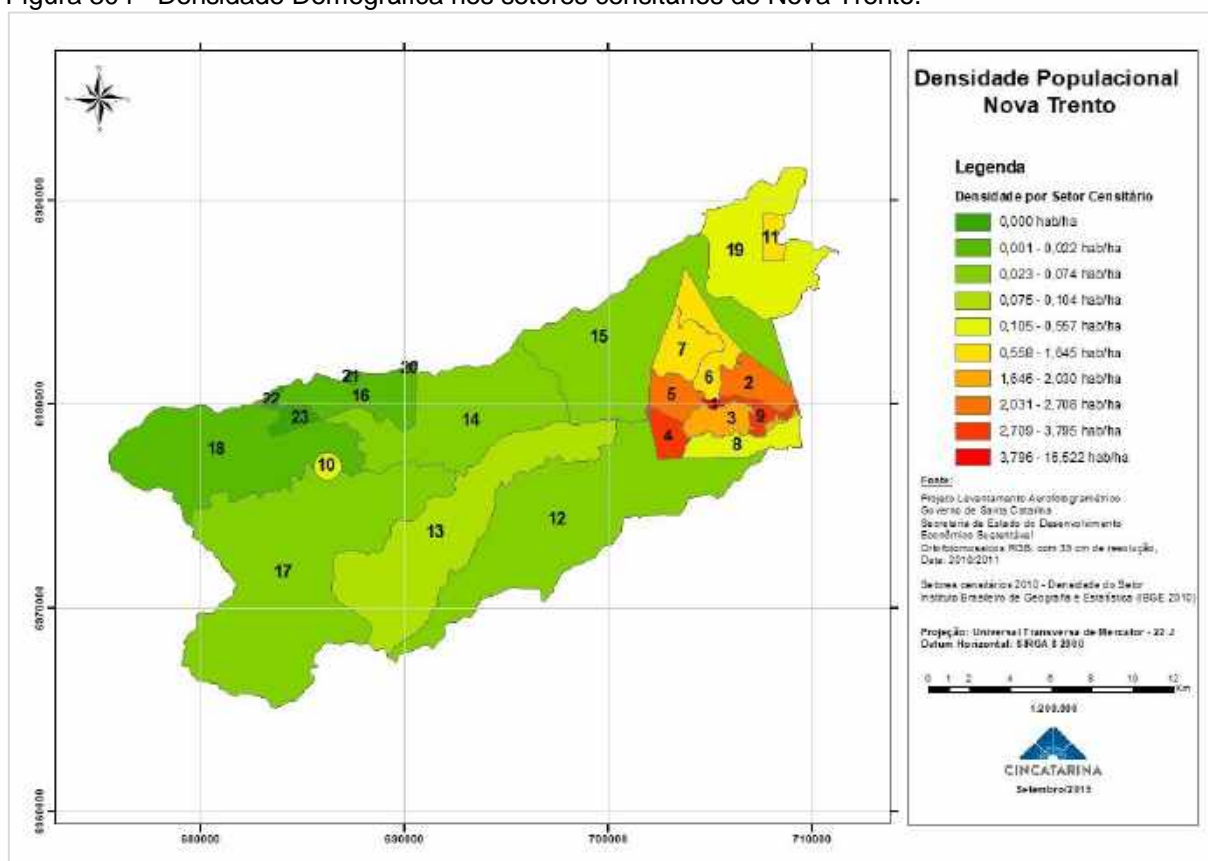
4.1.1 Densidade demográfica

A Densidade Demográfica Municipal é a relação entre o número de habitantes e a área do município. Já a densidade demográfica urbana expressa o número total de pessoas residindo na área urbana dividida pela referida área de ocupação.

As densidades são de extrema importância para o planejamento urbano, pois são utilizadas no dimensionamento e localização da infraestrutura, dos equipamentos sociais e de serviços públicos, cita-se: esgotamento sanitário, energia elétrica, água, escolas, transporte coletivo, parques, área de lazer e outros.

Baseado nas informações populacionais do Censo Demográfico de 2010, Nova Trento possui uma densidade demográfica de 30,26 hab./km² ou 0,30 hab./ha.

A densidade demográfica urbana foi calculada a partir dos dados dos setores censitários do IBGE (2010), sendo que setor 1 apresenta a maior densidade com 16,52 hab/ha. A representação das densidades demográficas do município é apresentada de acordo com a Figura 304.

Figura 304 - Densidade Demográfica nos setores censitários de Nova Trento.


Fonte: CINCATARINA (2019)

As densidades por setor censitário são apresentadas conforme a Tabela 19 a seguir:

Tabela 19 - Densidade Demográfica dos setores censitários na sede de Nova Trento.

CÓDIGO	POPULAÇÃO	ÁREA (HA)	DENSIDADE (HAB/HA)
Urbano			
1	641	38,80	16,52
2	1.631	602,36	2,71
3	1.038	511,32	2,03
4	1.276	336,22	3,80
5	1.142	457,36	2,50
6	831	715,30	1,16
7	1.029	686,65	1,50
8	235	636,63	0,37
9	850	235,24	3,61
10	80	143,58	0,56
11	376	228,60	1,65
TOTAL	9.129	4592,05	1,99

CÓDIGO	POPULAÇÃO	ÁREA (HA)	DENSIDADE (HAB/HA)
Rural			
12	376	6156,90	0,06
13	489	4680,89	0,10
14	205	3752,57	0,06
15	344	4642,62	0,07
16	26	1203,22	0,02
17	562	8301,58	0,07
18	83	4139,29	0,02
19	976	2557,73	0,38
TOTAL	3.061	35434,81	0,09
TOTAL GERAL	12.190	40026,86	0,31

Fonte: IBGE (2010)

O setor censitário mais populoso do município, conforme Censo Demográfico (IBGE, 2010) é o setor 2 com 1.631 habitantes. O setor 16 é o menos populoso com 26 habitantes, além disso não foram apresentadas as informações dos 23 setores pelo fato de 4 deles não possuírem dados disponíveis.

4.2 Base econômica

4.2.1 IDMS

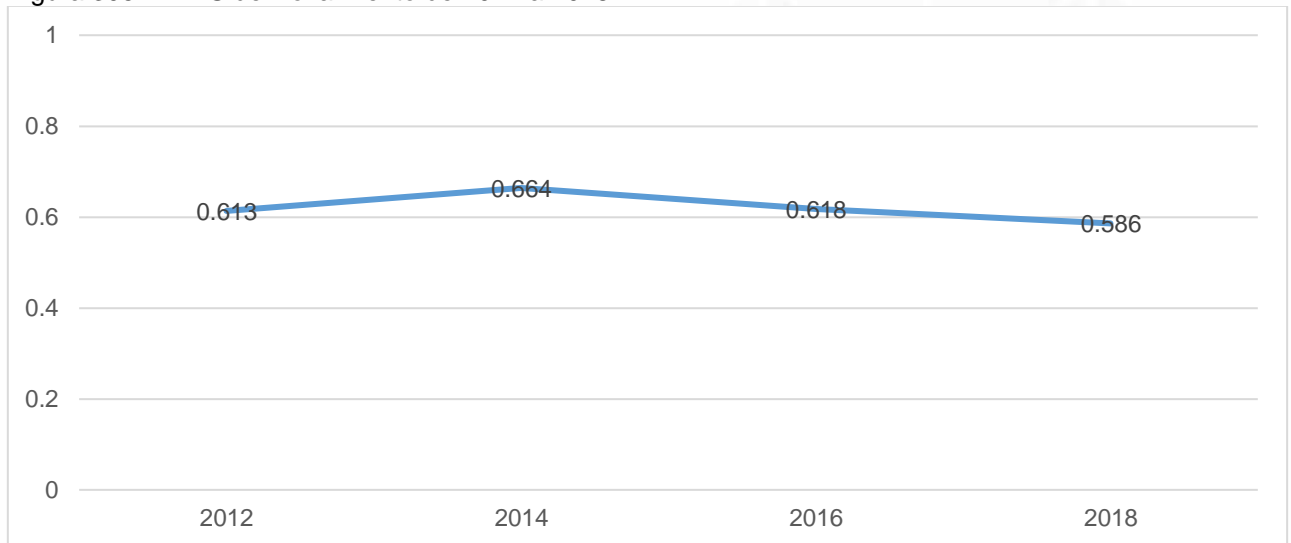
O Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável - IDMS é uma das ferramentas do Sistema de Indicadores da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, que tem como objetivo avaliar os municípios segundo seu nível de desenvolvimento sustentável.

Para composição do IDMS é utilizada a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de quatro índices: dimensão sociocultural, econômica, ambiental e político institucional, indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território.

Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar

as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável. A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional. Na Figura 305 é possível observar a evolução do IDMS no município desde 2012, percebe-se leve queda entre os anos de 2016 e 2018.

Figura 305 - IDMS de Nova Trento de 2014 a 2018.

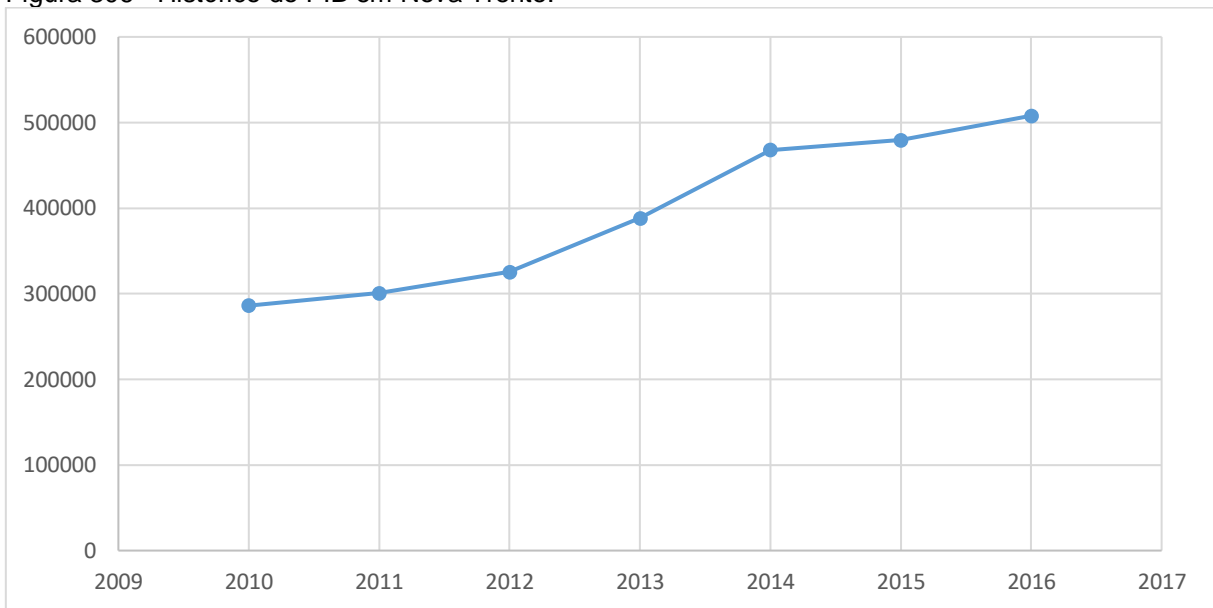


Fonte: FECAM (2018)

4.2.2 PIB e PIB per capita

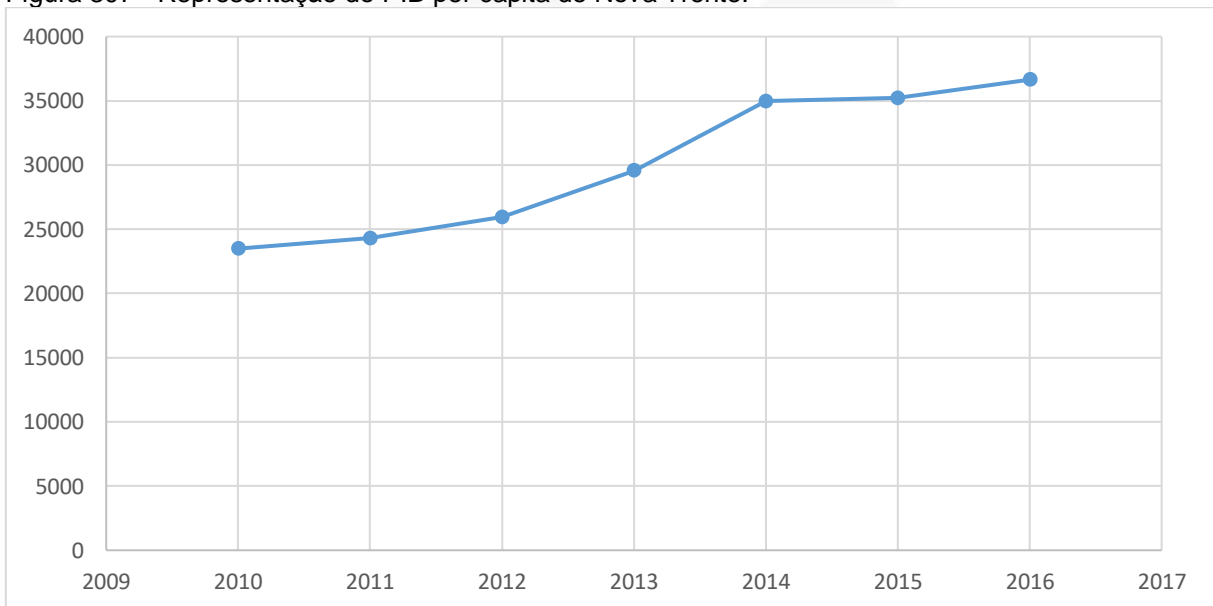
O PIB ou Produto Interno Bruto, representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período, sendo o principal indicador usado para mensurar o crescimento econômico dos países, estados e municípios. Para calcular o valor final desses bens e serviços produzidos, o IBGE deduz o valor estimado das matérias-primas adquiridas de outros setores, para que um mesmo produto não seja contabilizado duplamente.

Por exemplo, se um artesão comprou um pedaço de madeira por R\$ 20,00, transformou em uma cadeira e vendeu por 45,00, ele contribuiu com R\$ 25,00 para a geração de riqueza, produziu R\$ 25,00 de Valor Adicionado. Ao final, deduz-se do Valor Adicionado e acrescenta-se o valor dos impostos sobre produtos para a obtenção do PIB. Na Figura 306, pode-se observar os valores do PIB do município entre os anos de 2010 a 2016 e na Figura 307 o PIB per capita do mesmo período.

Figura 306 - Histórico do PIB em Nova Trento.


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2016)

Nota: Os dados da série revisada têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais.

Figura 307 - Representação do PIB per capita de Nova Trento.


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2016)

Nota: Os dados da série revisada têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais.

4.2.3 Valor adicionado

O Valor adicionado – VA é o componente principal (85%) para formação do índice de retorno do ICMS ao Município. É apurado anualmente para cada município e

tem como base o movimento econômico (vendas das empresas, vendas da produção agropecuária, consumo de energia elétrica e serviços de telecomunicação) ocorridos no mesmo.

Já o índice de participação dos municípios - IPM no produto da arrecadação do ICMS é formado pelo somatório resultante de dois critérios, sendo eles:

a) Do rateio de 15% (quinze por cento) em partes iguais entre todos os municípios do Estado e;

b) Da participação do município no valor adicionado em relação ao valor adicionado do Estado, considerando-se a média dos dois últimos anos e peso equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento).

O valor adicionado de Nova Trento é apresentado na Tabela 20, a seguir:

Tabela 20 - Valor adicionado de Nova Trento em 2016.

VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES	VALOR	UNIDADE
Série revisada	450.310,64	(x 1000) R\$
Agropecuária	15.462,69	(x 1000) R\$
Indústria	241.763,00	(x 1000) R\$
Serviços - exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	130.791,98	(x 1000) R\$
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	62.292,98	(x 1000) R\$

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2016)

Nota: Os dados da série revisada têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais.

Os dados de 2016 estarão sujeitos a revisão na próxima divulgação.

4.2.4 Índice de pobreza, emprego e desemprego

Uma das formas de mensurar a pobreza é através do índice de Gini, instrumento criado pelo matemático italiano Conrado Gini cujo objetivo é medir o grau de concentração de renda de um determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

A incidência de pobreza no município é de 0,42 (PNUD, Ipea. FJP, 2013), isso quer dizer que em cada 100 pessoas, 42 pessoas possuem dificuldade no acesso a serviços como saúde, educação, água potável e nutrição razoável. O índice também considera o percentual da população não alfabetizada e a longevidade. Pode-se observar na Tabela 21, a evolução dos índices de pobreza no município entre os anos de 2000 e 2010.

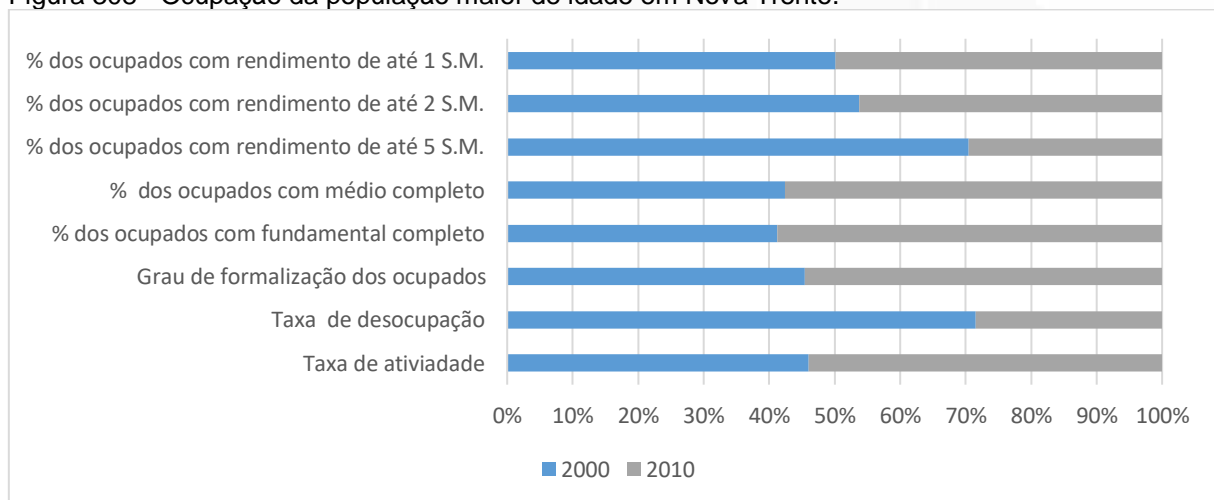
Tabela 21 - Representação dos índices em Nova Trento entre os anos de 1991 e 2010.

Índices de Pobreza	1991	2000	2010
Renda per capita	382,29	552,05	847,77
% de extremamente pobres	3,34	3,03	2,06
% de pobres	19,88	7,23	2,54
Índice de Gini	0,42	0,44	0,35

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013)

Outro fator relacionado com a pobreza de uma região é a taxa de atividade e desocupação da população. Para o município de Nova Trento, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa, passou de 65,42% em 2000 para 76,61% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação, ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada passou de 2,71% em 2000 para 1,08% em 2010. Na Figura 308 pode-se observar esta e outras variações (PNUD, Ipea e FJP, 2013).

Figura 308 - Ocupação da população maior de idade em Nova Trento.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013)

Relacionado à ocupação da população, na Figura 309 é apresentado para o quesito emprego remunerado, o comportamento do município entre os anos de 2006 a 2016. Em relação ao emprego, o município de Nova Trento apresentava segundo o Cadastro Central de Empresas (fonte do IBGE) para 2016 um total de 5.802 pessoas ocupadas, sendo que dessas 4.995 eram assalariadas. Ainda em relação à essas

informações o município contava com 622 empresas atuando no referido ano com 609 unidades produtivas.

Figura 309 - Quantidade de pessoas empregadas assalariadas entre os anos de 2006 a 2016.



Fonte: Cadastro Central de Empresas, IBGE (2016)

4.2.5 Setores econômicos

O município de Nova Trento possui atividades econômicas nos setores primário, secundário, terciário (comércio e serviço). Segundo o IBGE o município em 2016, alcançou o PIB per capita de R\$ 36.644,68.

A seguir quadros que mostram as principais culturas cultivadas no município, bem como resultados das lavouras temporárias e permanentes. Com relação à produção da pecuária serão apresentados dados do efetivo, do rebanho e os produtos de origem animal. E também, os produtos de silvicultura. Informações que realçam as principais produções com relação ao setor primário que movimenta a economia municipal.

No ano de 2017, as lavouras temporárias de maior relevância foram os cultivos de milho, mandioca e fumo, conforme pode ser observado na Tabela 22.

Tabela 22 - Lavouras temporárias- quantidade produzida, área plantada e valor da produção no município de Nova Trento em 2017.

CULTURA	QUANTIDADE (toneladas)	ÁREA PLANTADA (hectares)	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$) (X1000)
Cana de açúcar	108	27	50,00
Cebola	60	6	18,00
Feijão	81	110	284,00
Fumo	1.078	539	9.702,00
Mandioca	2.873	497	2.097,00

CULTURA	QUANTIDADE (toneladas)	ÁREA PLANTADA (hectares)	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$) (X1000)
Milho	1.004	395	643,00

Fonte: Produção Agrícola Municipal 2017, IBGE (2017)

As lavouras permanentes também têm sua importância para a econômica local, destacando-se as frutíferas. A Tabela 23 apresenta os dados referentes a safra 2017.

Tabela 23 - Lavouras permanentes - quantidade produzida, área plantada e valor da produção no município de Nova Trento em 2017.

CULTURA	QUANTIDADE (toneladas)	ÁREA PLANTADA (hectares)	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)
Banana	198	38	198,00
Uva	396	66	634,00

Fonte: Produção Agrícola Municipal 2017, IBGE (2017)

Com relação às atividades da pecuária, o efetivo do rebanho no município de Nova Trento, que é mais representativo é o rebanho de galináceo e posteriormente o de bovinos. Os demais rebanhos também apresentam papel fundamental para economia municipal. A aquicultura também tem sua participação na economia municipal, com destaque para produção de tilápias. Na Tabela 24 pode ser observado o rebanho total do município para o ano de 2017.

Tabela 24 - Efetivo do rebanho no município de Nova Trento em 2017.

EFETIVO DO REBANHO		QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$) (X1000)
Aquicultura	Tilápia	3.000 kg	18,690
Bovinos	Rebanho	1.612 cabeças	-
	Vacas ordenhadas	209 cabeças	-
Galináceo	Rebanho	23.439 cabeças	-
	Galinhas	5.000 cabeças	-
	Ovino	68 cabeças	-
	Suíno	983 cabeças	-
	Caprinos	25 cabeças	-
	Equino	46 cabeças	-

Fonte: Produção da Pecuária Municipal 2017, IBGE (2018)

Com relação aos produtos de origem animal, o mais representativo para o ano em estudo, foi produção de leite que mais movimentou valores, em seguida a produção de mel, que contribuem na geração de emprego e renda, conforme pode ser observado na Tabela 25.

Tabela 25 - Produção de origem animal no município de Nova Trento em 2017.

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$) (X1000)
Leite	150.000 litros	375,00
Mel de abelha	6.155 kg	79,00

Fonte: Produção da Pecuária Municipal 2017, IBGE (2017)

A Tabela 26, apresenta informações referente as atividades de silvicultura do município, atividade que contribuem na geração de emprego e renda para município.

Tabela 26 - Extração de silvicultura no município de Nova Trento em 2017.

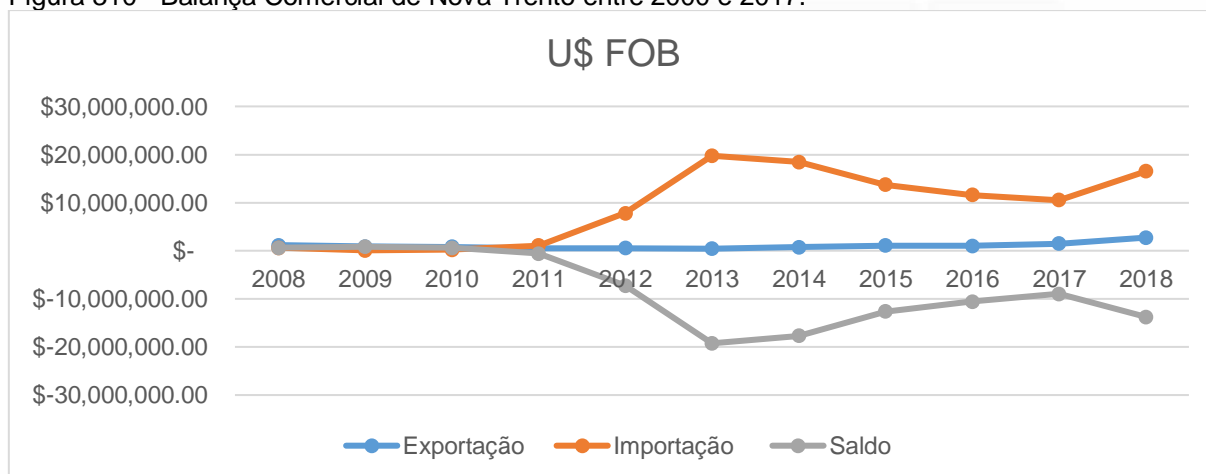
PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$) (X100)	
Silvicultura	Eucalipto	2.962 ha	-
	Pinus	129 ha	-
Madeira em tora	3.665 m ³	182,00	
Lenha	38.900 m ³	1.291,00	

Fonte: Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2017, IBGE (2017)

4.2.6 Balança comercial

A Balança Comercial é a diferença entre a Exportação e a Importação. Se as exportações forem maiores que as importações, há um superávit comercial. Se as importações apresentarem valores maiores que as exportações, há um déficit comercial. Na Figura 310, pode-se observar a variação da Balança Comercial do município entre os anos de 2008 a 2018. A partir do ano de 2011 percebe-se o aumento acelerado das importações.

Figura 310 - Balança Comercial de Nova Trento entre 2000 e 2017.



Fonte: MDIC (2019)

5 INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA

5.1 Infraestrutura social

O levantamento da infraestrutura social, leva ao conhecimento da realidade da infraestrutura ofertada pelo município a população, são equipamentos essenciais como os de educação, saúde, lazer, esporte e segurança pública. Com sua identificação são possíveis as verificações do atendimento das demandas em cada área da infraestrutura.

5.1.1 Educação

Em relação à quantidade de alunos matriculados no ano de 2017 nas redes públicas e privadas, temos um total de 2.035 alunos, conforme apresentado na Tabela 27, nota-se, que maior quantia de alunos encontram-se nos matriculados no ensino fundamental, com uma média de 1.336 alunos.

Tabela 27 - Número de matrículas nas escolas públicas e privadas de Nova Trento em 2017.

MATRÍCULA	QUANTIDADE
ENSINO PRÉ-ESCOLAR	274
Escola pública municipal	274
Escola pública estadual	0
Escola pública federal	0
Escola privada	0
ENSINO FUNDAMENTAL	1.336
Escola pública municipal	813
Escola pública estadual	553
Escola pública federal	0
Escola privada	0
ENSINO MÉDIO	425
Escola pública municipal	0
Escola pública estadual	425
Escola pública federal	0
Escola privada	0
Total	2.035

Fonte: IBGE (2017) apud Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional (2017)

Já o número de docentes atuantes nestas instituições de ensino encontra-se descrito na Tabela 28, onde são apresentados dados do ensino pré-escolar e ensino médio. Identifica-se maior número de docentes em escolas estaduais de ensino médio.

Tabela 28 - Número de docentes nas escolas públicas e privadas de Nova Trento em 2017.

DOCENTES	QUANTIDADE
ENSINO PRÉ-ESCOLAR MUNICIPAL	21
ENSINO MÉDIO ESTADUAL	22

Fonte: IBGE (2017) apud Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional (2017)

No que confere a quantidade de instituições públicas e privadas para cada faixa de ensino, apresenta-se na Tabela 29, 5 escola para ensino pré-escolar, 5 para ensino fundamental e 1 para ensino médio, deve-se observar que a mesma instituição pode ofertar mais de uma faixa de ensino.

Tabela 29 - Número de escolas públicas e privadas de Nova Trento em 2017.

ESCOLAS	QUANTIDADE
ENSINO PRÉ-ESCOLAR	5
Escola pública municipal	5
Escola pública estadual	0
Escola pública federal	0
Escola privada	0
ENSINO FUNDAMENTAL	5
Escola pública municipal	4
Escola pública estadual	1
Escola pública federal	0
Escola privada	0
ENSINO MÉDIO	1
Escola pública municipal	0
Escola pública estadual	1
Escola pública federal	0
Escola privada	0

Fonte: IBGE (2017) apud Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional (2017)

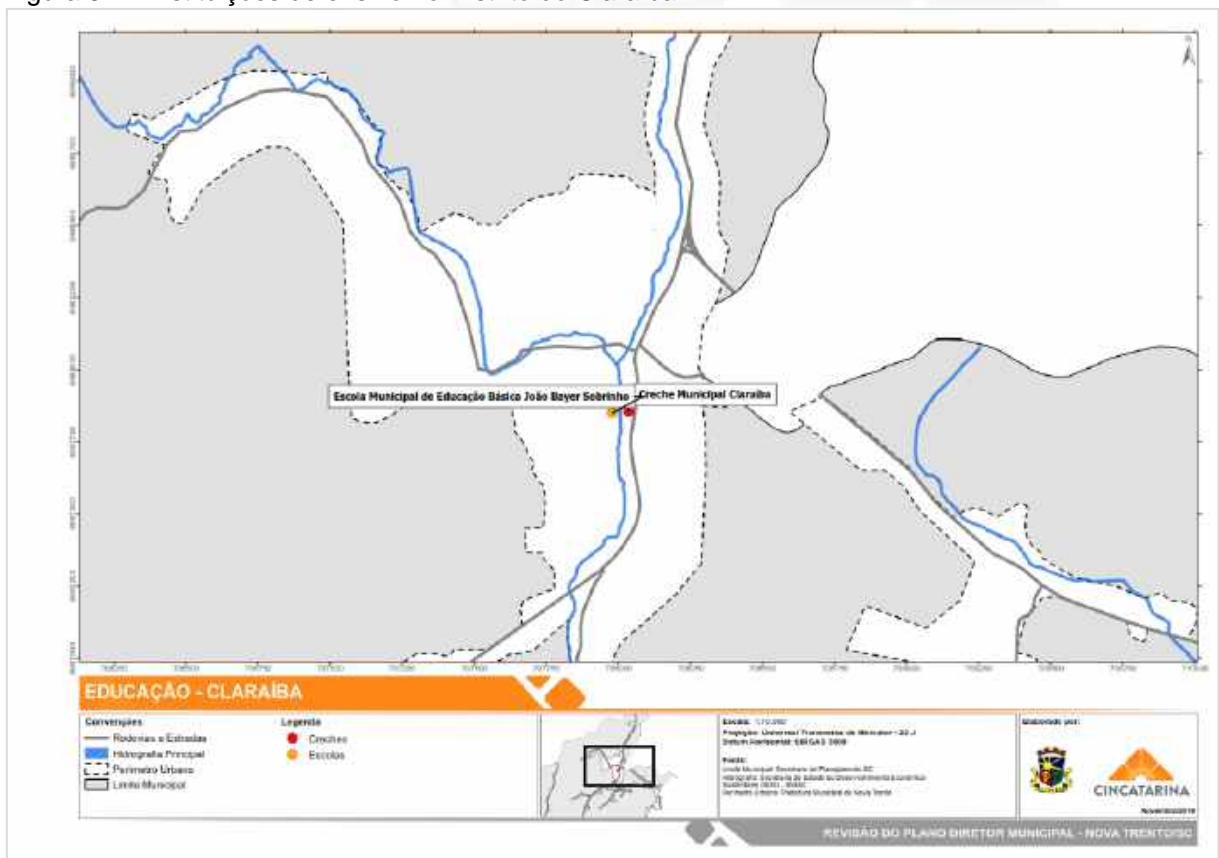
As instituições de ensino nos âmbitos municipais e estaduais, estão dispostas na Tabela 30 e nas Figura 311 a Figura 313, estão disponíveis as creches, CMEI e escolas municipais e estaduais, seus respectivos endereços. Todas as localidades do município são atendidas por instituições de ensino em níveis: pré-escolar, fundamental e médio.

Figura 311- Instituições de ensino no Distrito do Aguti.



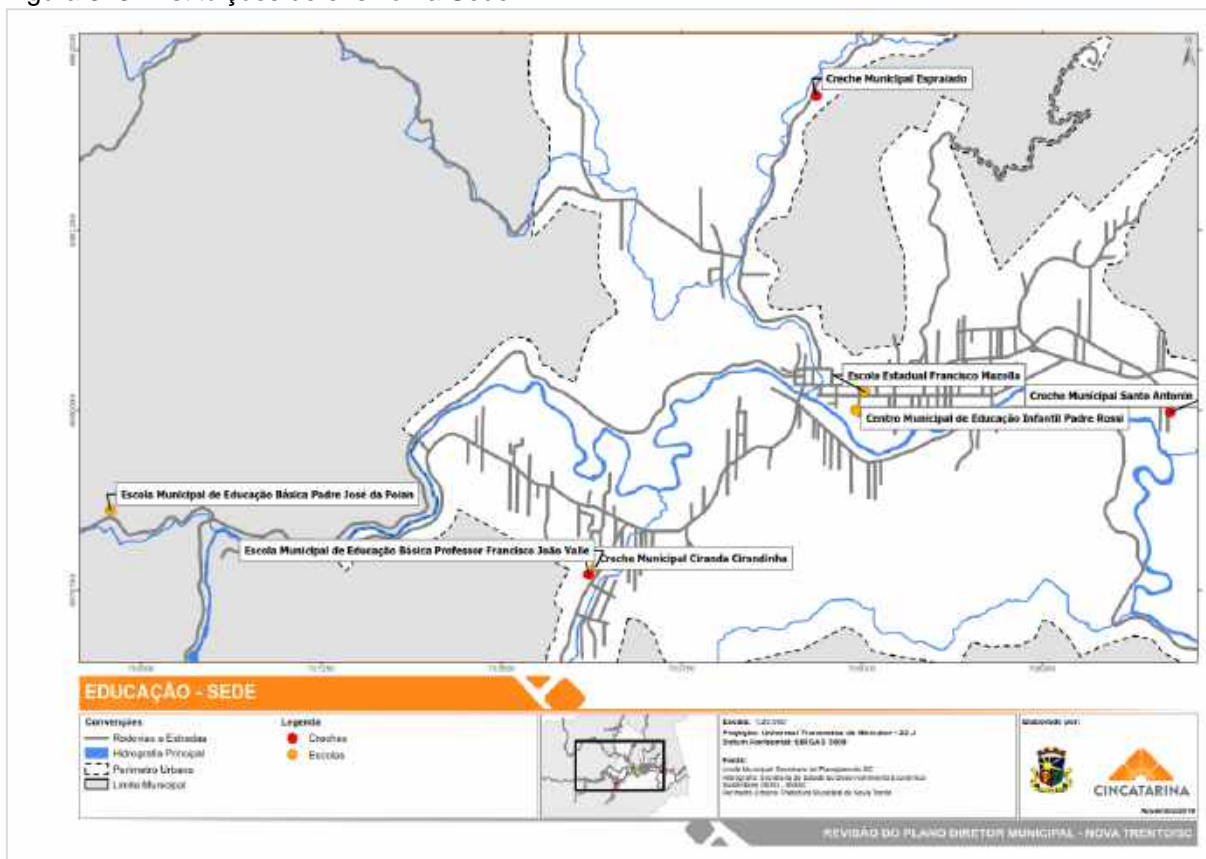
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 312- Instituições de ensino no Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 313- Instituições de ensino na Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 30 - Instituições de ensino municipal.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO MUNICIPAL E ESTADUAIS	
Creche / CMEI /Escola Municipal	Endereço
Creche Municipal Ciranda Cirandinha	Rua Francisco Dalsenter, 86 - Bairro: Trinta Réis
Creche Municipal Espirado	Rua Brusque nº 118 - Bairro: Espirado
Creche Municipal Claraíba	Rua Geral, nº 7201 - Distrito de Claraíba
Creche Municipal Santo Antônio	Rua Clemente Demonti nº 78 - Bairro: Ponta Fina Norte
Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi	Rua Francisco Valle, nº 170 - Bairro: Centro
Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle	Rua Francisco Dalsenter, 32- Bairro: Trinta Réis
Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho	Rua Inominada nº 80 - Distrito de Claraíba
Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian	Estrada Geral s/n - Bairro: Baixo Salto
Escola Municipal de Educação Básica de Aguti	Rua Geral Aguti, s/n - Distrito do Aguti
Escola Estadual Francisco Mazzola	Rua Francisco Vale – Bairro: Centro

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Trento (2019)

5.1.2 Saúde

Os dados referentes ao quantitativo de recurso da saúde de Nova Trento são apresentados na Tabela 31 e o quantitativo da cobertura da atenção básica encontra-se presente na Tabela 32, segundo dados da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, no ano de 2014.

Tabela 31 - Recursos na Saúde no Município de Nova Trento.

QUANTITATIVO DE RECURSOS NA SAÚDE ANO DE 2014	
Quantidade de Médicos	11
Quantidade total de Enfermeiros	14
Quantidade total de Cirurgião Dentista (2013)	13
Número de Leitos Hospitalares Totais	51
Número de Leitos Hospitalares SUS	51
Número de Leitos Hospitalares Totais por mil habitantes	4,07
Número de Leitos Hospitalares SUS por mil habitantes	4,07
Número de Médicos por 1000 habitantes	0,88
Número de Enfermeiros por 1000 habitantes	1,12
Cirurgiões Dentistas por mil habitantes (2013)	0,96

Fonte: SES-SC/RIPSA - Secretaria de Estado da Saúde (2014); FECAM (2019)

Tabela 32 - Cobertura da Atenção no Município de Nova Trento.

QUANTITATIVO DA COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA EM 2014	
Número de Consultas Médicas	41.305
Número de internações hospitalares	1.315
Número de Internações Hospitalares (SUS) por 100 habitantes	10,48
Número de procedimentos diagnóstico de imagenologia (2013)	2.801
Número de procedimentos diagnósticos de patologia clínica 2014	45.255
Número de Procedimentos Diagnósticos por Consulta Médica (SUS) - Patologia Clínica	0,07
Número de Procedimentos Diagnósticos por Consulta Médica (SUS) - Imagenologia	1,10

Fonte: SES-SC/RIPSA - Secretaria de Estado da Saúde (2014); FECAM (2019)

Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNESNet, 2019), Nova Trento contava em 2019, com 23 estabelecimentos de saúde, divididos nos seguintes setores (Tabela 33).

Tabela 33 - Estabelecimentos de saúde no município de Nova Trento.

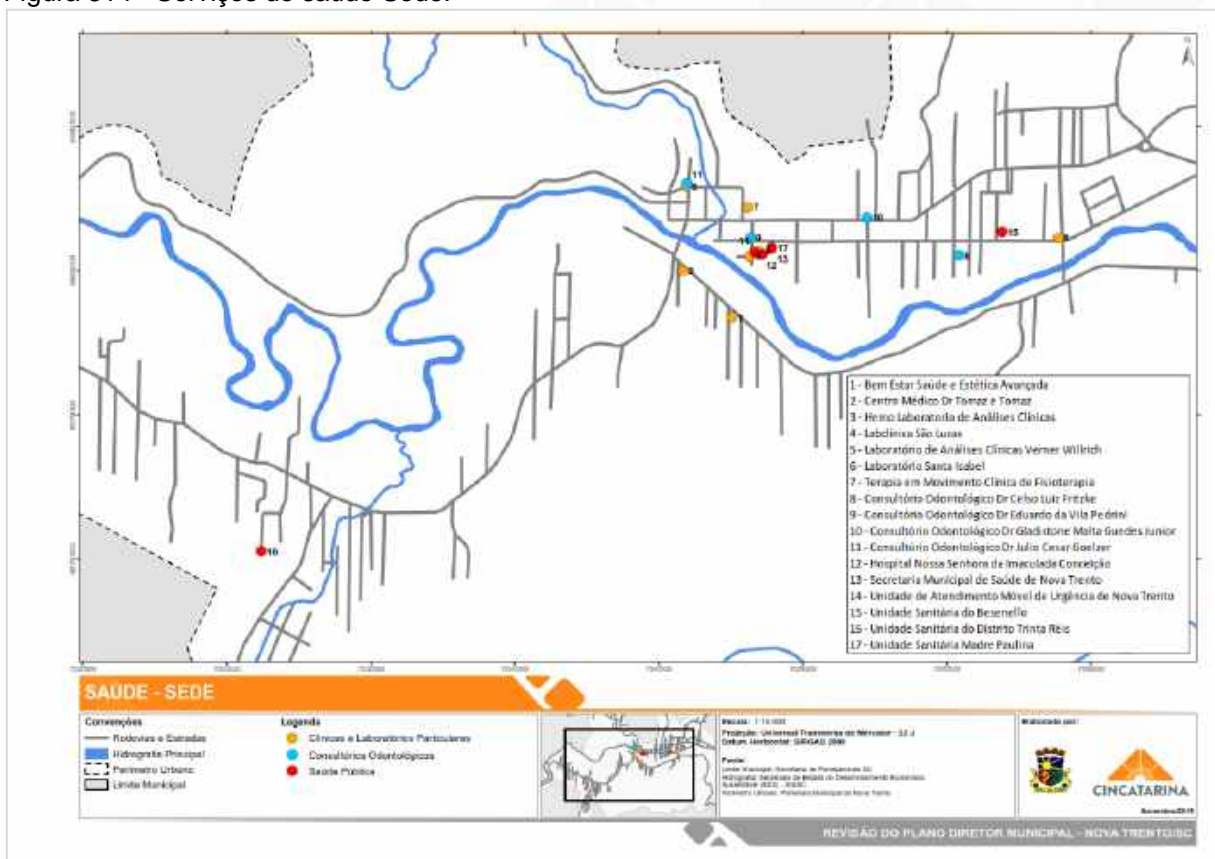
TIPO DE ESTABELECIMENTO	TOTAL
Posto de saúde	1
Centro de saúde/unidade básica	5
Hospital geral	1
Consultório isolado	4
Clínica/centro de especialidade	2
Unidade de apoio diagnose e terapia (sadt isolado)	6
Unidade móvel de nível pré-hospitalar na área de urgência	1
Central de gestão em saúde	1

TIPO DE ESTABELECIMENTO	TOTAL
Centro de apoio a saúde da família	1
Unidade de atenção em regime residencial	1
Total	23

Fonte: CNESNet (2019)

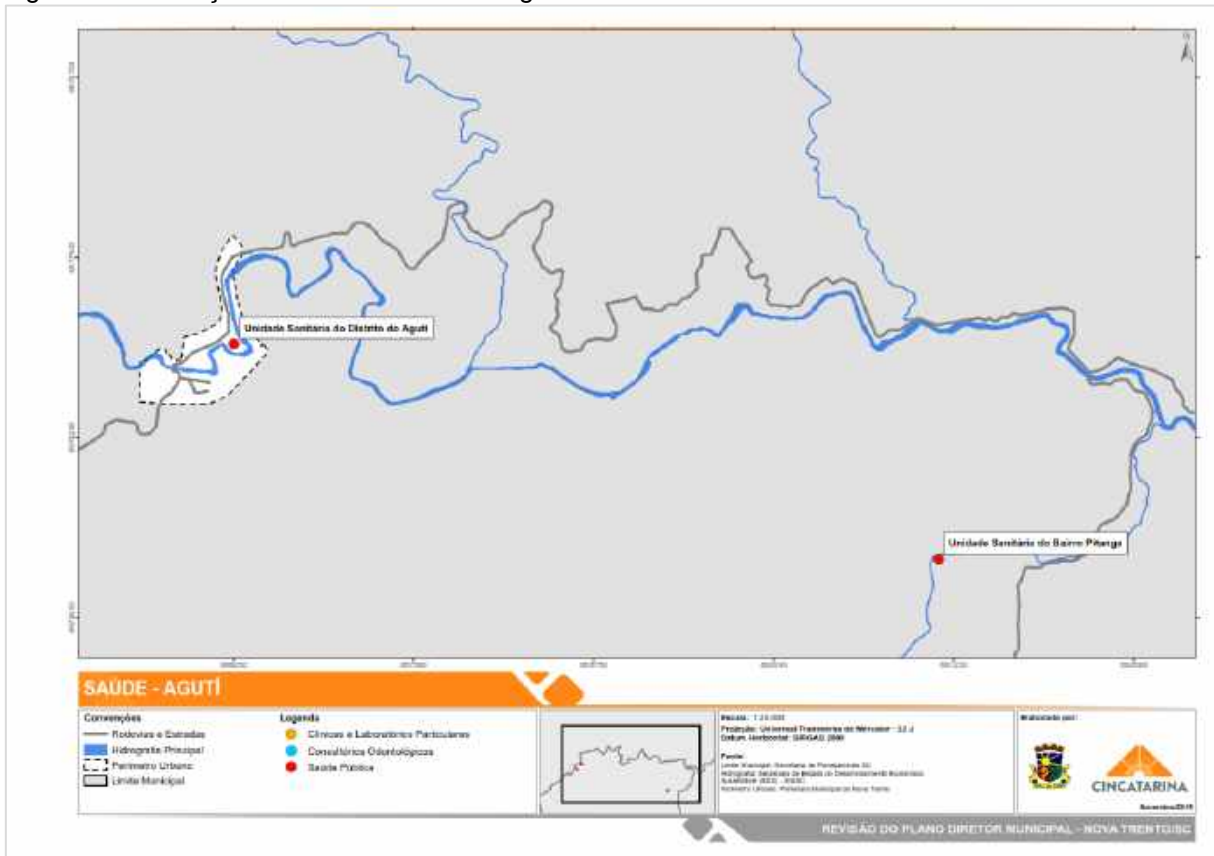
As entidades e serviços de saúde públicas e privados existentes em Nova Trento, em conformidade com as informações da municipalidade, estão dispostas na Tabela 30 nas Figura 314 a Figura 316 , divididos em clínicas, laboratórios, consultórios odontológicos, particulares, públicos e sem fins lucrativos.

Figura 314 - Serviços de saúde Sede.



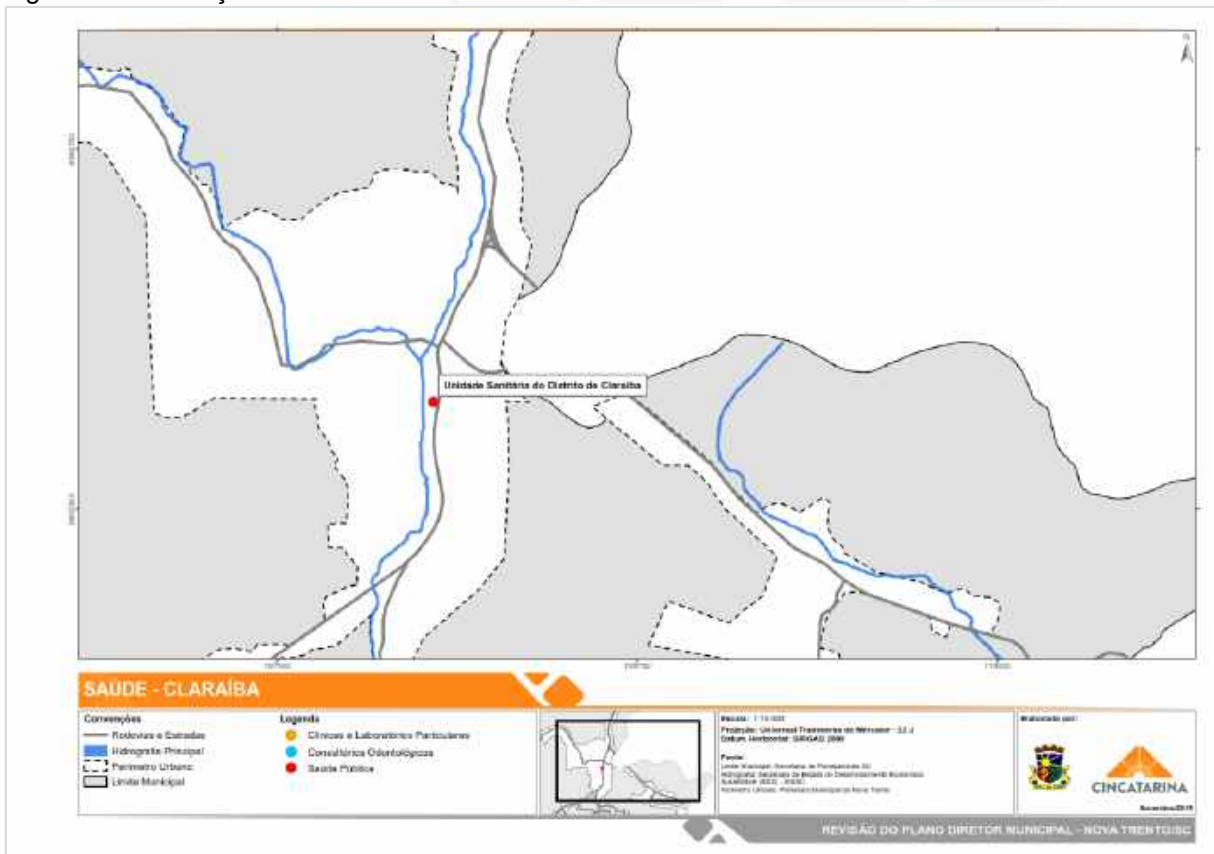
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 315- Serviços de saúde Distrito do Aguti.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 316 - Serviços de saúde Distrito do Caraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 34 - Instituições de ensino municipal.

ENTIDADES E SERVIÇOS DE SAÚDE		
TIPOLOGIA	NOME	ENDEREÇO
Clínicas e laboratórios particulares	Bem-Estar Saúde e Estética Avançada	Rua João Bayer Sobrinho, nº 266
	Centro Médico Dr Tomaz e Tomaz	Rua João Bayer Sobrinho, nº 43
	Hemo Laboratório de Análises Clínicas	Rua Floriano Peixoto, nº 114
	Labclínica São Lucas	Rua Nereu Ramos, nº 379
	Laboratório de Análises Clínicas Verner Willrich	Praça Getúlio Vargas, nº 120
	Laboratório Santa Isabel	Rua dos Imigrantes, nº 905
	Terapia em Movimento Clínica de Fisioterapia	Rua Marechal Deodoro, nº 30
Consultórios odontológicos	Consultório Odontológico Dr Celso Luiz Fritzke	Rua Duque de Caxias nº 13
	Consultório Odontológico Dr Eduardo da Vila Pedrini	Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 46
	Consultório Odontológico Dr Gladistone Malta Guedes Junior	Rua Santo Inácio, nº 487
	Consultório Odontológico Dr Julio Cesar Goelzer	Praça Getúlio Vargas, nº 170
Públicos e sem fins lucrativos	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Trento	Rua Salvador Gessele, nº 50
	Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição	Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 151
	Instituto Terapêutico Desafio Jovem	Rua Tijucas, s/n, Mato Queimado
	Secretaria Municipal de Saúde de Nova Trento	Rua Nereu Ramos, nº 164
	Unidade de Atendimento Móvel de Urgência de Nova Trento	Rua Floriano Peixoto, nº 121
	Unidade Sanitária do Bairro Pitanga	Rua Geral Pitanga, s/n
	Unidade Sanitária do Besenello	Rua dos Imigrantes, s/n
	Unidade Sanitária do Distrito de Claraíba	Rua Geral Claraíba, s/n
	Unidade Sanitária do Distrito do Aguti	Rua Geral Aguti, s/n
	Unidade Sanitária do Distrito Trinta Réis	Rua Clara Teresa Tomasini Bottamedi, s/n
Unidade Sanitária Madre Paulina	Rua Nereu Ramos, nº 164	

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Trento (2019)

5.1.3 Assistência social

O número de beneficiados com o Programa Bolsa Família até o ano de 2012 era de 162 pessoas, segundo dados MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013). Além das informações acima temos levantamento número total de famílias que podem ser atendidas nas unidades do CRAS, conforme tabela a seguir:

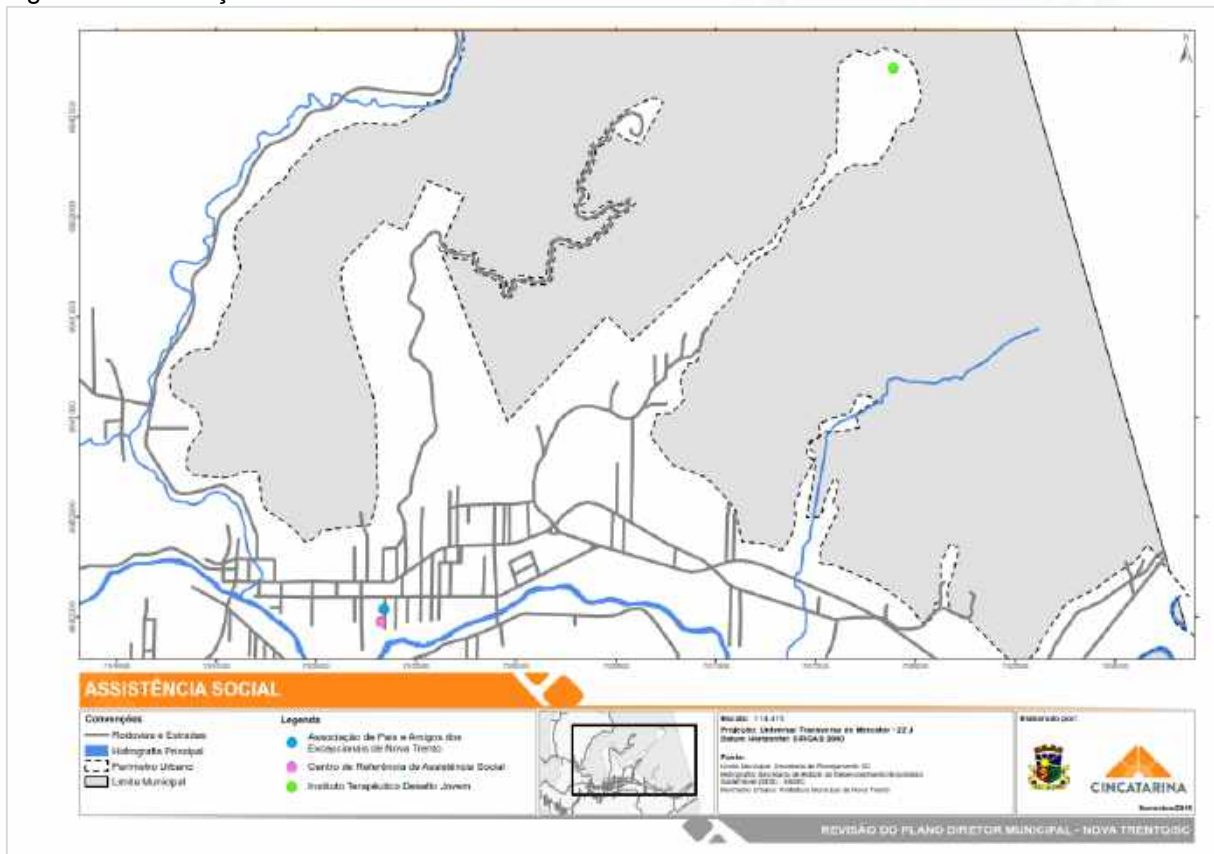
Tabela 35 - Capacidade de atendimento nas unidades do CRAS.

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO NAS UNIDADES DO CRAS	
Ano	2013
Total	2.500

Fontes: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013.) FECAM (2019)

Cabe destacar a disposição dos equipamentos e serviços de assistência social do município, onde encontramos a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro Terapêutico Desafio Jovem, apresentado a seguir:

Figura 317 - Serviços de assistência social.



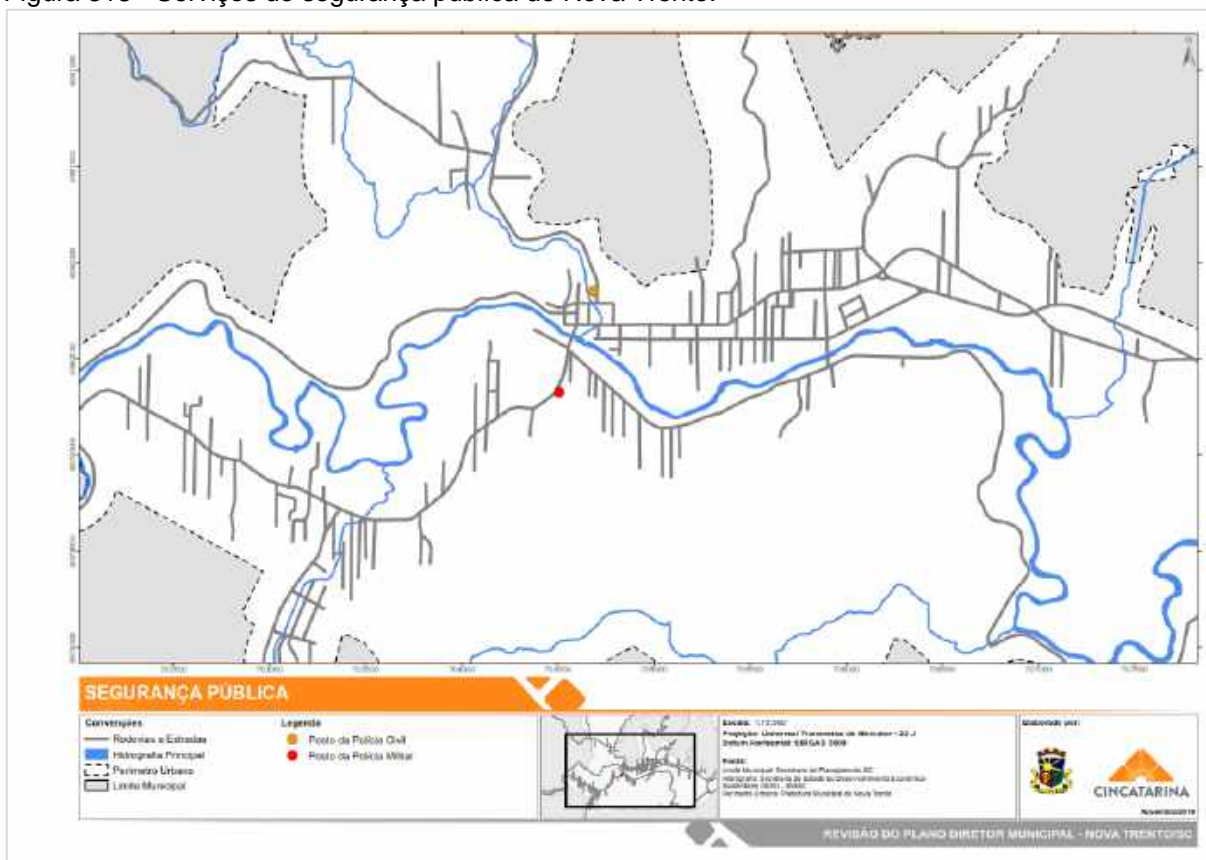
Fonte: CINCATARINA (2019)

5.1.4 Segurança pública

Na segurança pública, situa-se em Nova Trento, a Polícia Militar localizada na Rua Alferes, a Delegacia de Polícia Civil, localizada na Rua Gentil Battisti Archer. Os serviços de atendimento referentes ao corpo de bombeiros são realizados pela unidade do município vizinho de São João Batista, segundo a Prefeitura Municipal de Nova Trento (2017).

Os serviços de segurança pública de Nova Trento, apresentam-se dispostos conforme a Figura 308, a seguir:

Figura 318 - Serviços de segurança pública de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

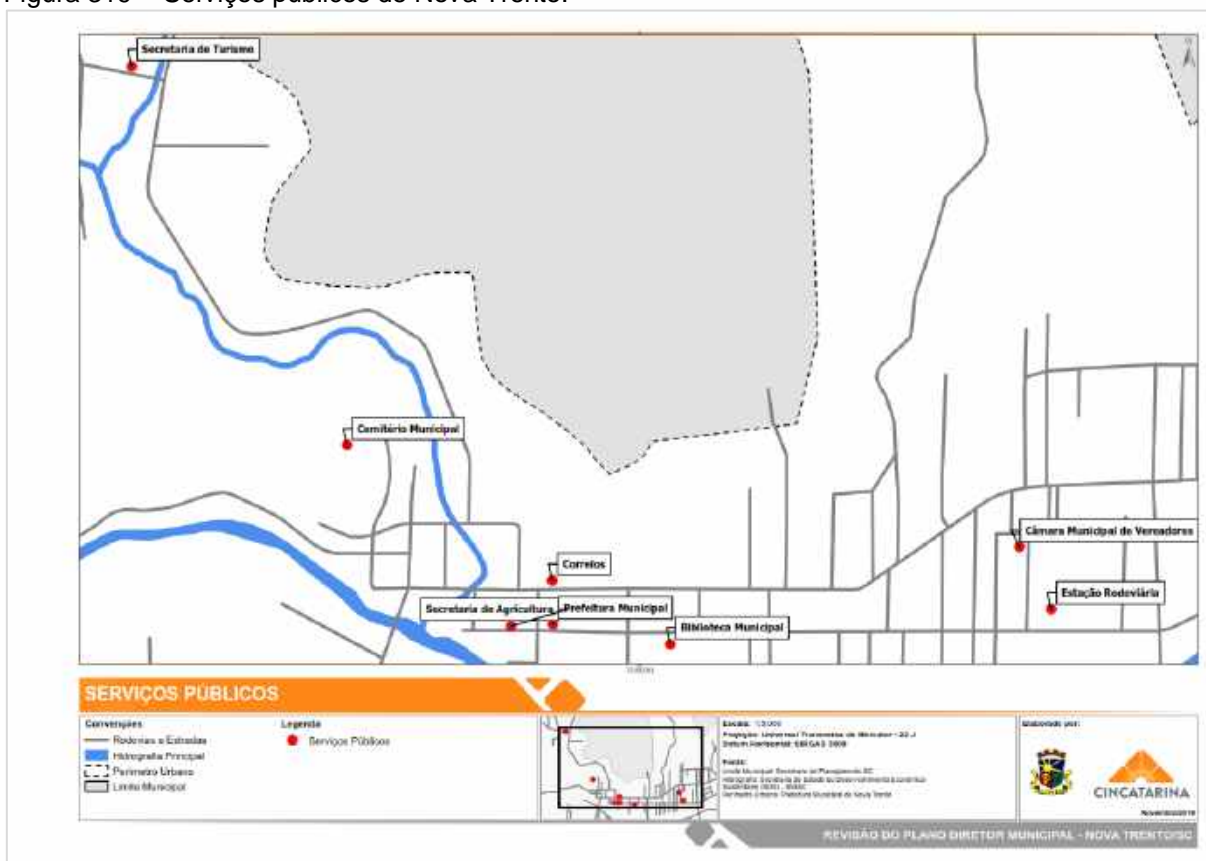
5.1.5 Serviços públicos

Os serviços públicos compreendem, um a série de atividades e serviços necessários para o funcionamento da cidade e atendimento aos cidadãos, estão relacionados, a municipalidade, justiça, deslocamentos, informações dentre outros.

No município os serviços públicos elencados foram: câmara de vereadores, prefeitura, cemitério municipal, secretaria da agricultura, correios (Sede⁹), secretaria do turismo, rodoviária e biblioteca municipal, os quais estão dispostos conforme a Figura 319.

⁹ Nos distritos do Aguti e do Claraíba, há o funcionamento de agências comunitárias dos correios.

Figura 319 - Serviços públicos de Nova Trento.



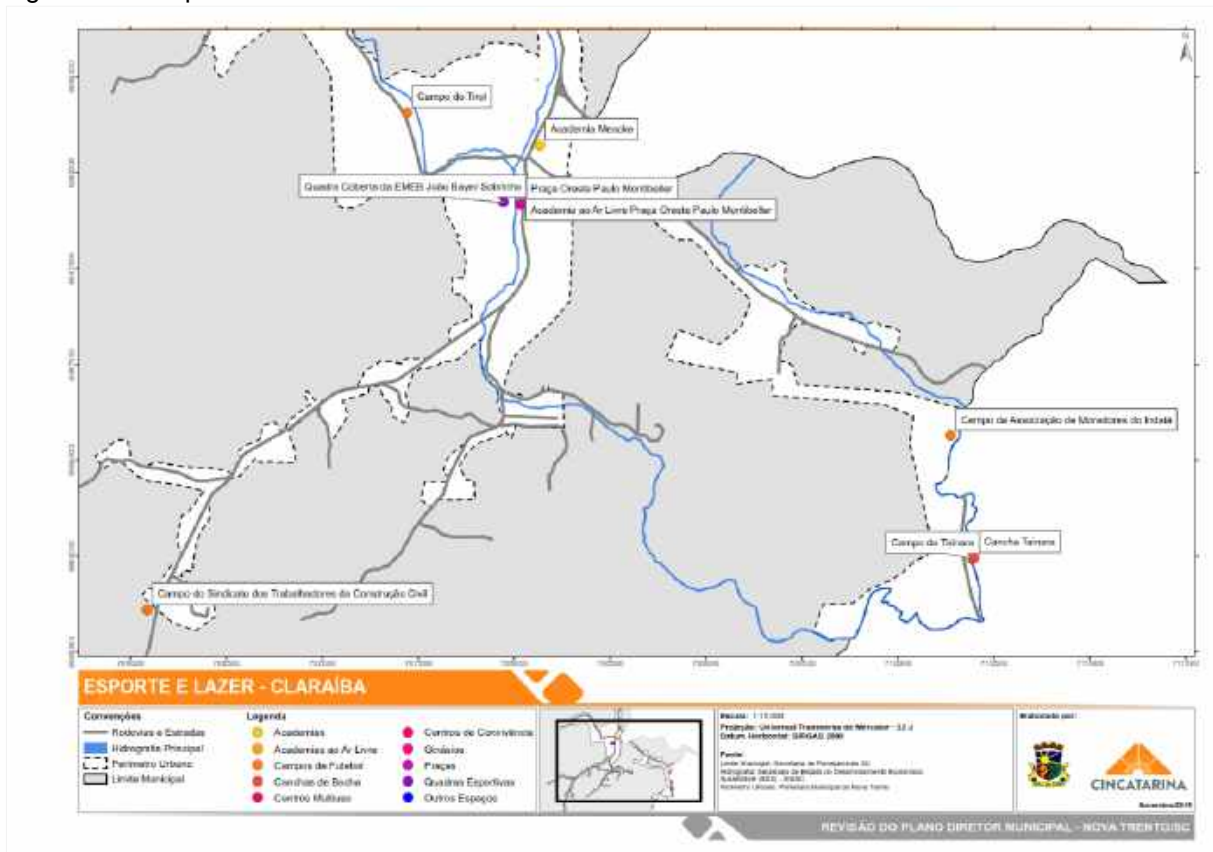
Fonte: CINCATARINA (2019)

5.1.6 Esporte e lazer

Os espaços públicos de lazer e esporte desempenham diversas funções para os cidadãos, eles são um respiro em áreas urbanas densificadas, sendo parte da identidade de espaços urbanos qualificados, além disso, possibilitam a recreação, a interação e o convívio social de todos os munícipes, além de visarem práticas que auxiliam na saúde dos munícipes

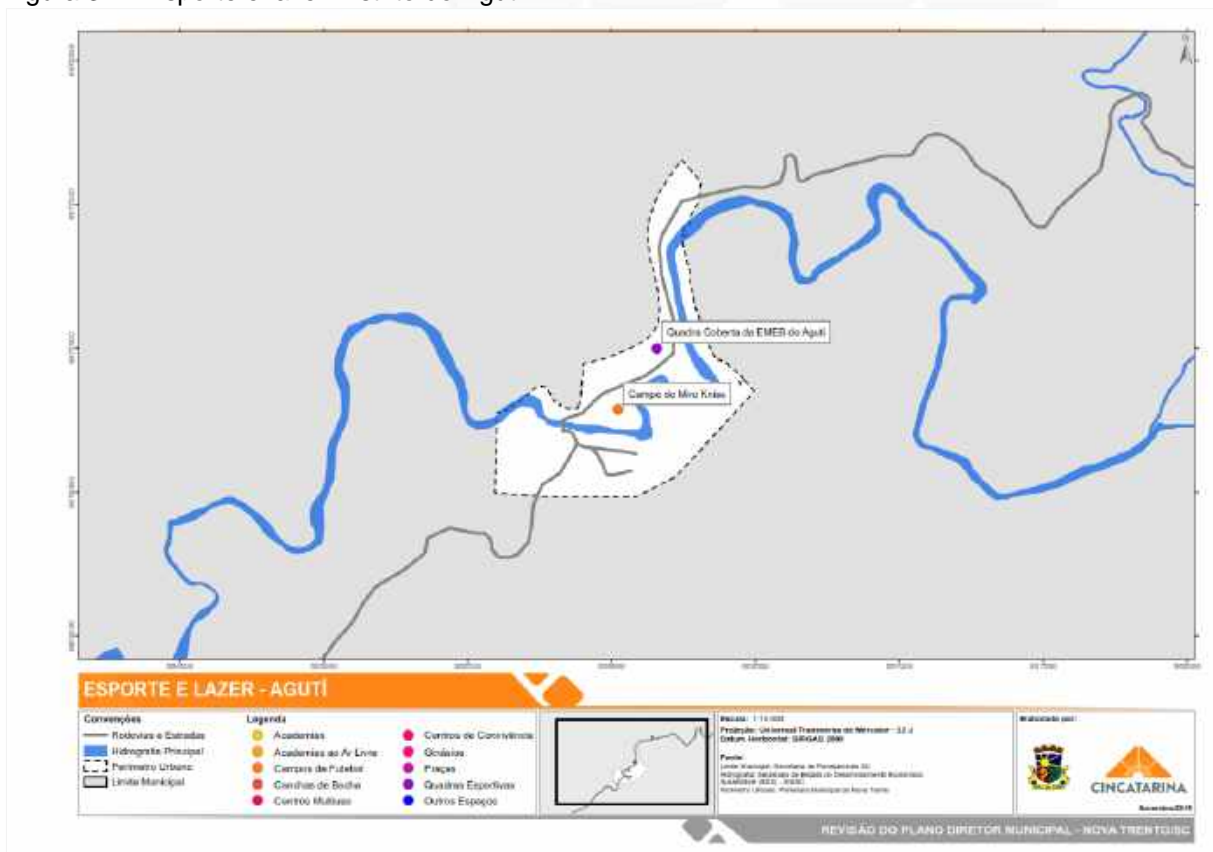
A relação das áreas de lazer e espaços esportivos instalados no município tanto públicos e como privados, consistem em ginásios, praças públicas, academias ao ar livre, quadras esportivas, centros de convivência, academias de ginástica, campos de futebol society e suíço, canchas de bocha, centro multiuso, dentre outros. Os espaços existentes estão dispostos nas Figura 320 a Figura 329 e na Tabela 36 a seguir:

Figura 320 - Esporte e lazer Distrito do Claraíba.



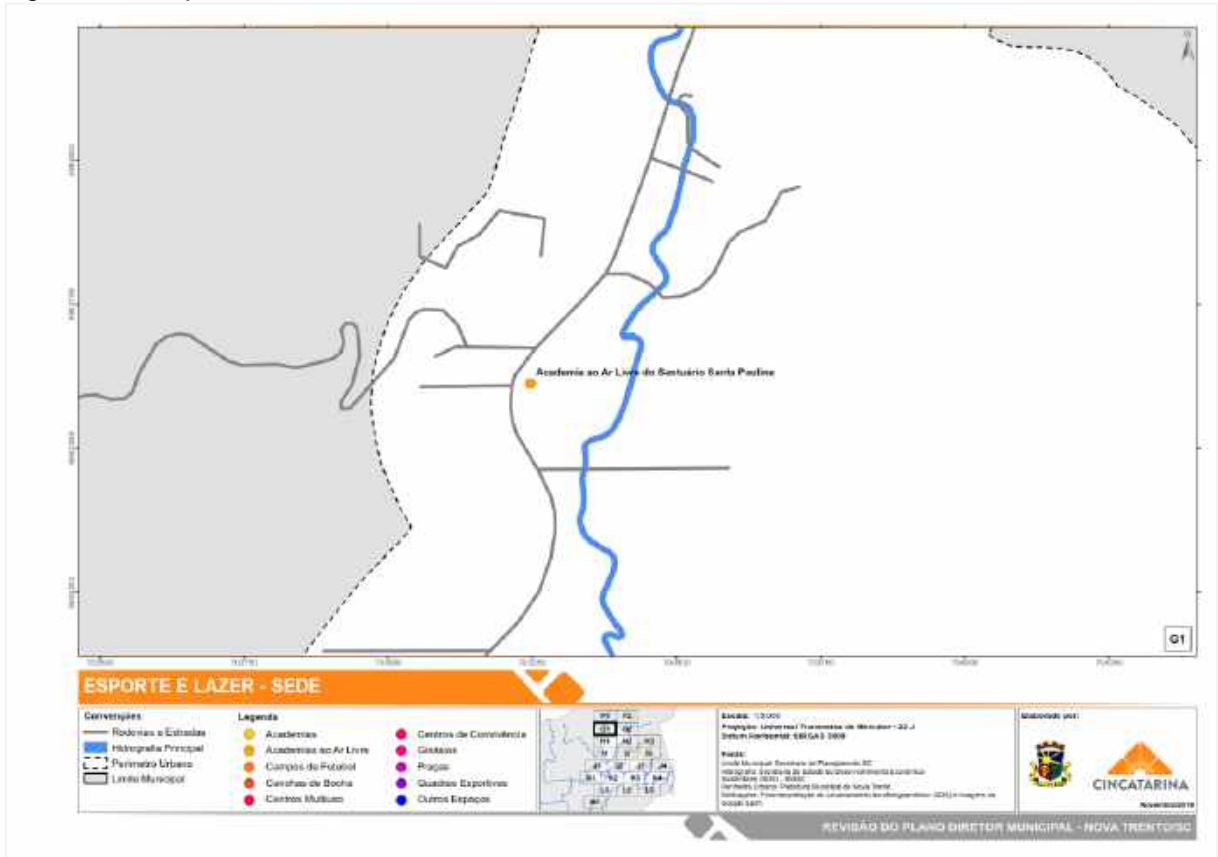
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 321- Esporte e lazer Distrito do Aguti.



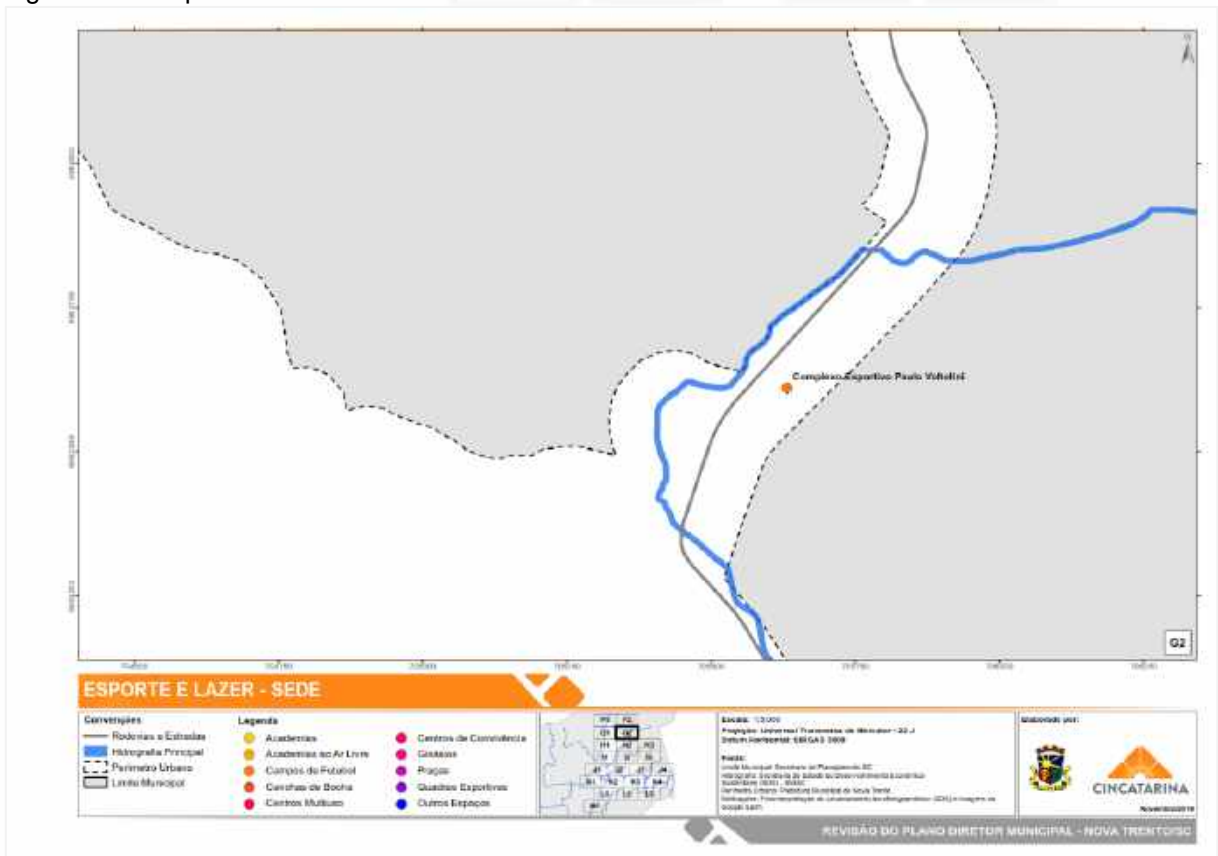
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 322 - Esporte e lazer na Sede.



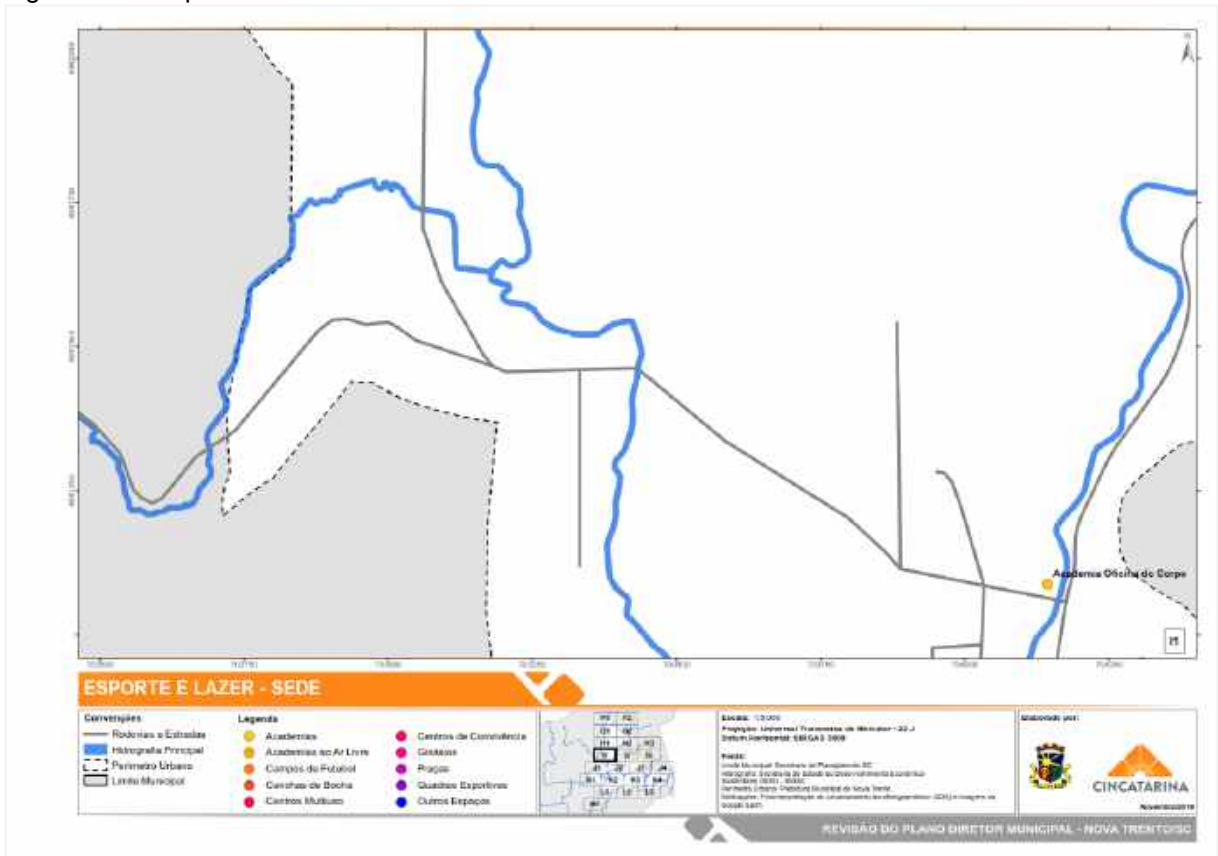
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 323 - Esporte e lazer na Sede.



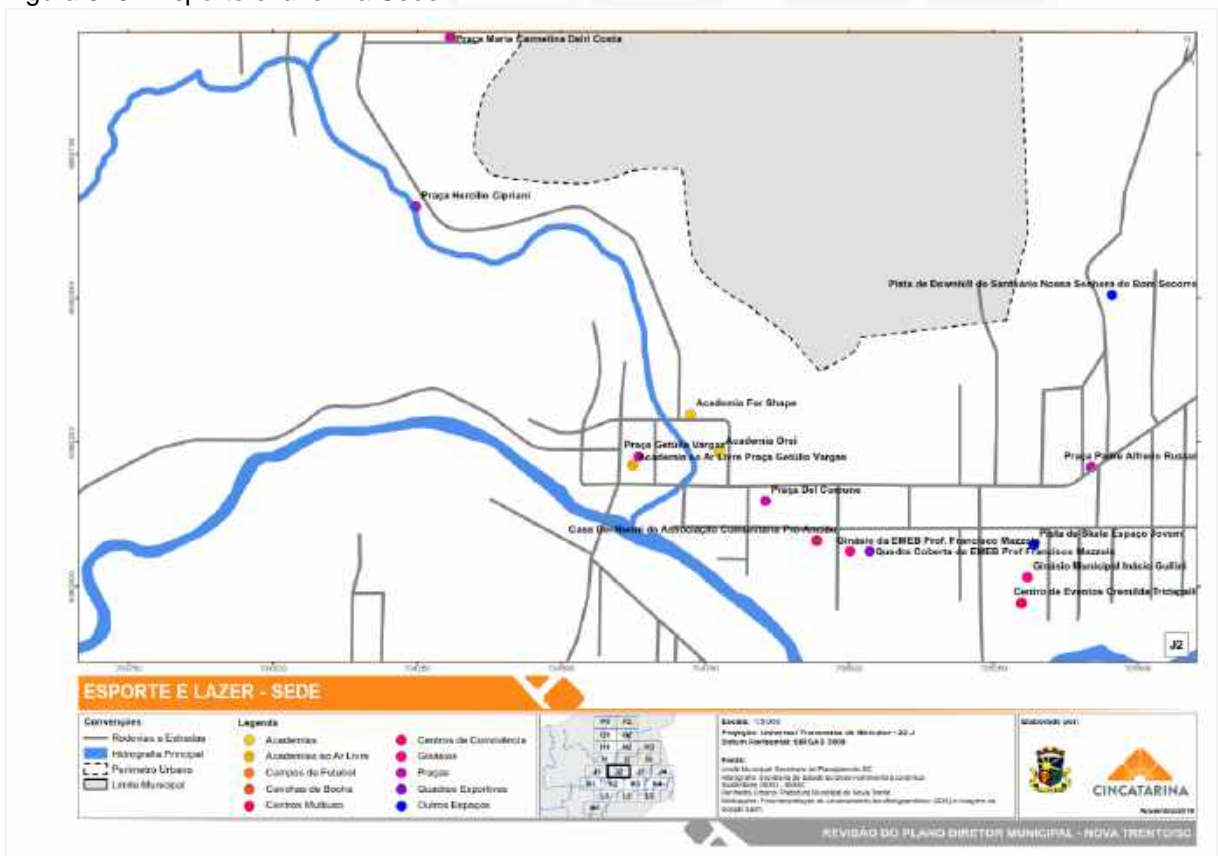
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 324 - Esporte e lazer na Sede.



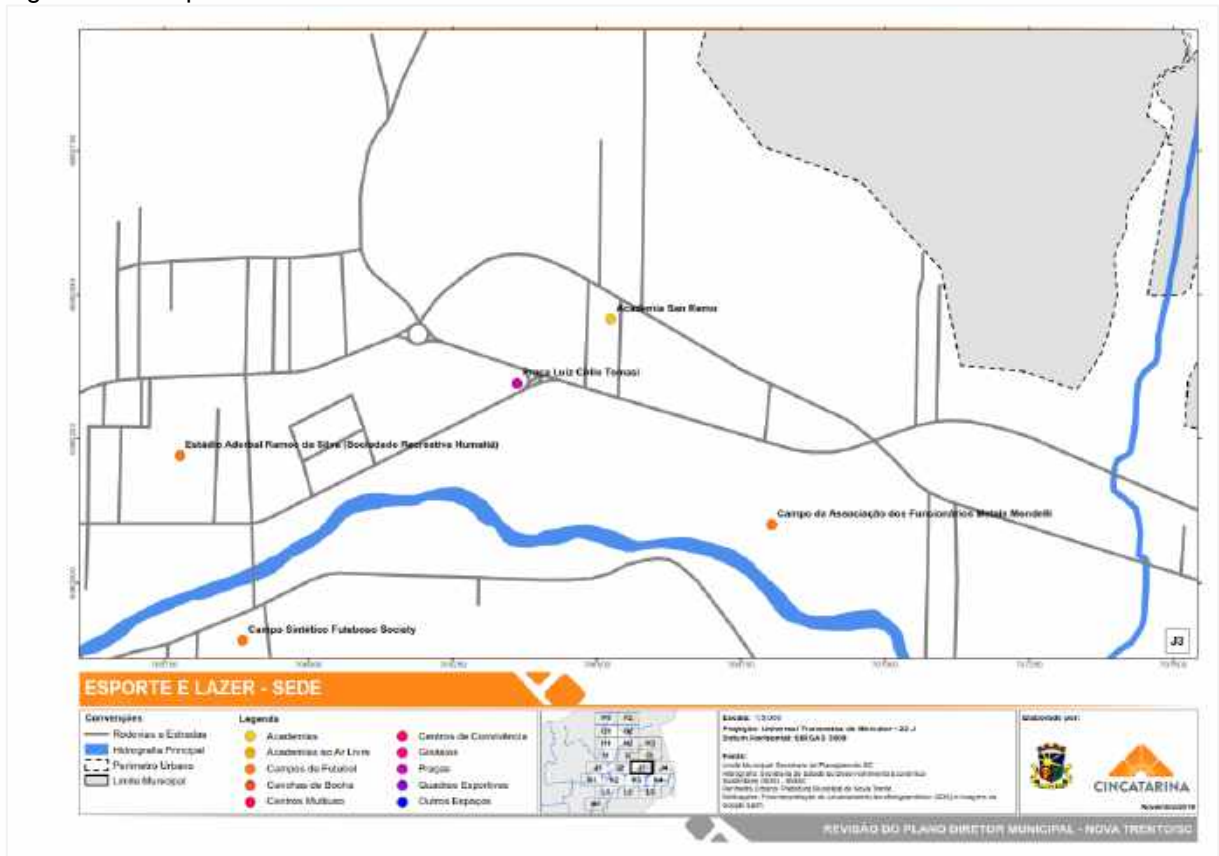
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 325 - Esporte e lazer na Sede.



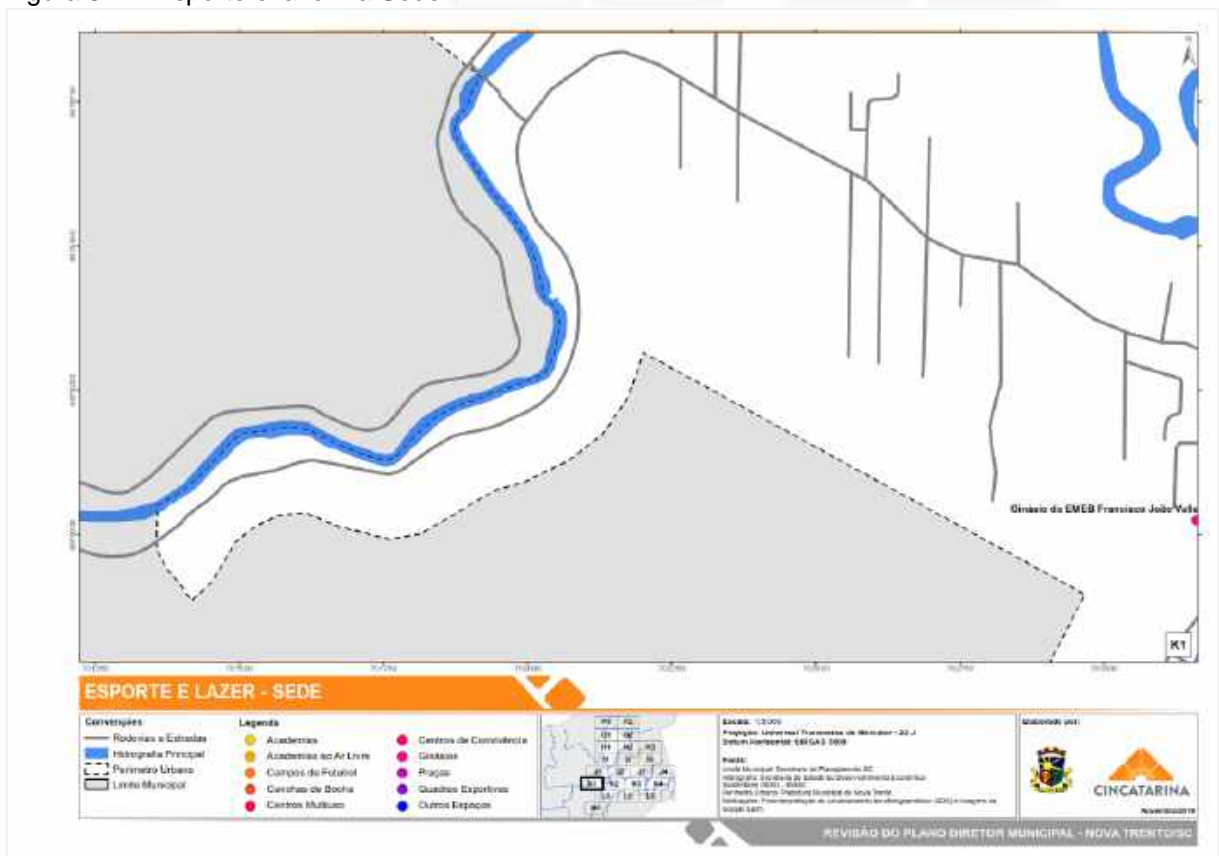
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 326 - Esporte e lazer na Sede.



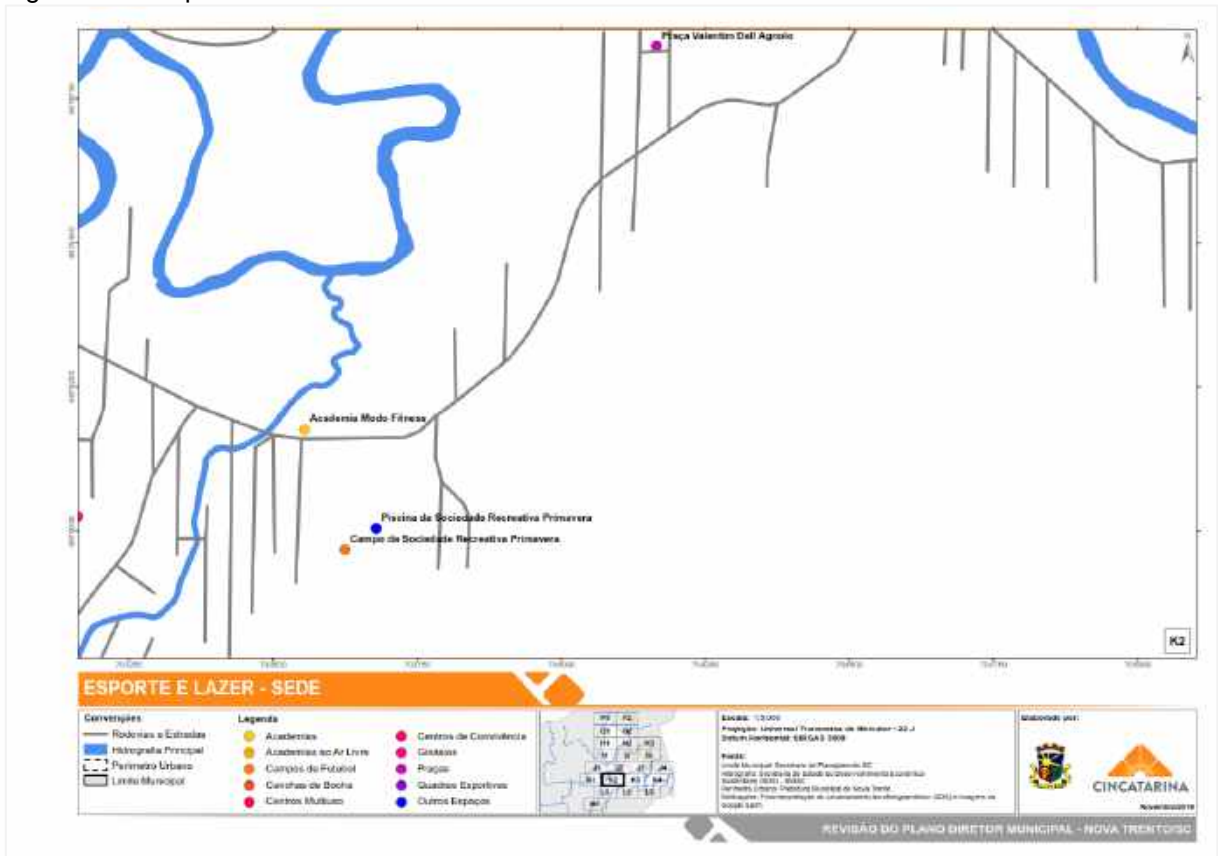
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 327 - Esporte e lazer na Sede.



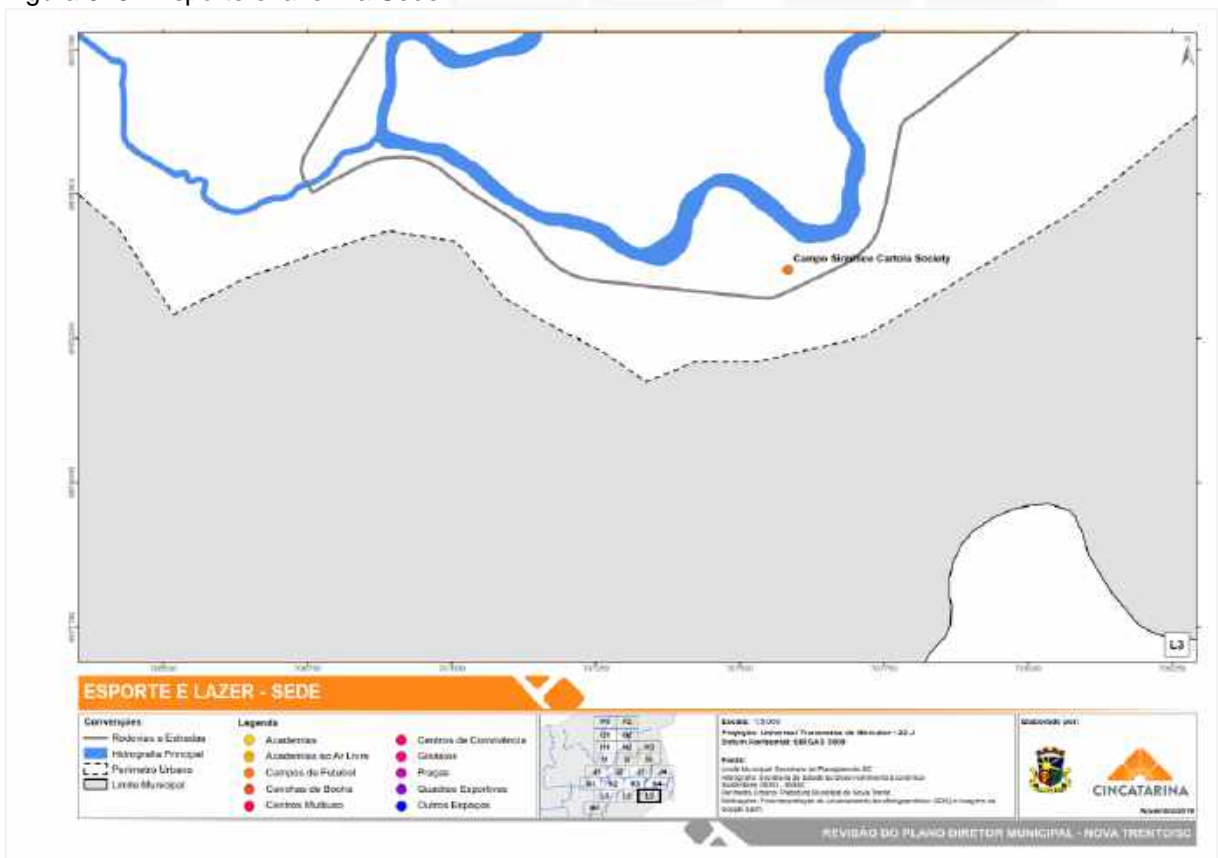
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 328 - Esporte e lazer na Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 329 - Esporte e lazer na Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 36 - Relação de espaços de lazer e práticas esportivas de Nova Trento.

ESPAÇOS DE LAZER E ESPORTE
GINÁSIOS
<ul style="list-style-type: none"> • Ginásio Municipal Inácio Gullini (Centro) • Ginásio da EMEB Prof. Francisco João Valle (Trinta Réis) • Ginásio da EEB Prof. Francisco Mazzola (Centro)
PRAÇAS PÚBLICAS:
<ul style="list-style-type: none"> • Praça Getúlio Vargas (Centro) • Praça Del Comune (Centro) • Praça Hercílio Cipriani (Cascata) • Praça Luiz Cirilo Tomas (Besenello) • Praça Padre Alfredo Russel (Centro) • Praça Valentim Dell Agnollo (Trinta Réis) • Praça Maria Carmelina Dalri Costa (Vígolo) • Praça Oreste Paulo Montibeller (Claraíba)
ACADEMIAS AO AR LIVRE INSTALADAS:
<ul style="list-style-type: none"> • Da Praça Getúlio Vargas (Centro) • Do Santuário Santa Paulina (Vígolo) • Da Praça Oreste Paulo Montibeller (Claraíba)
QUADRAS ESPORTIVAS:
<ul style="list-style-type: none"> • Quadra coberta da EMEB do Aguti (Aguti) • Quadra coberta da EMEB João Bayer Sobrinho (Claraíba) • Quadra descoberta da EMEB Padre José Dapoian (Baixo Salto) • Quadra coberta da EEB Prof. Francisco Mazzola (Centro)
CENTROS DE CONVIVÊNCIA:
<ul style="list-style-type: none"> • Casa Dei Nonni da Ass. Comunitária Pró-Ancião (Centro) • Casa Dei Nonni Páscoa Voltolini (Trinta Réis) • Casa Dei Nonni João Eccer (São Valentim) • Casa Dei Nonni do Aguti (Aguti)
ACADEMIAS DE GINÁSTICA:
<ul style="list-style-type: none"> • Academia São Remo (Besenello) • Orsi Academia (Centro) • Oficina do Corpo (Cascata) • Modo Fitness (Trinta Réis) • Mescke Academia (Claraíba) • Academia For Shade Studio (Centro)
CAMPOS DE FUTEBOL, SOCIETY, SUÍÇO:
<ul style="list-style-type: none"> • Complexo Esportivo Paulo Voltolini (Morro da Onça) • Campo do Tirol (Claraíba) • Campo da Ass. Moradores Indaiá (Indaiá) • Campo do Tainara (Indaiá) • Campo do João Pereira (Espriado De Baixo) • Campo do Sindicato Trabalhadores Construção Civil (Claraíba) • Estádio Aderbal Ramos da Silva S R Humaitá (Besenello) • Campo Sintético Cartola Society (Ponta Fina Sul) • Campo da Associação Funcionários Metais Mondelli (Besenello) • Campo Sintético Futeboso Society (Velha) - Campo da Soc. Recreativa Primavera (Trinta Réis) • Campo do Juca Abelino (São Valentim) • Campo do Miro Kniss (Aguti) • Campo da Ass. Moradores Baixo Capivara Ambac (Baixo Capivara)

ESPAÇOS DE LAZER E ESPORTE
CANCHAS DE BOCHA:

- Canchas Acarpetadas do Complexo Inácio Gullini (Centro)
- Cancha do Pinho (Besenello)
- Cancha do Nico (Cascata)
- Cancha do Dinho (Espreado)
- Cancha da Soc. Rec. Primavera (Trinta Réis)
- Cancha do Silvério (Trinta Réis)
- Cancha do Augusto (Espreado)
- Cancha do Sindicato Construção Civil (Claraíba)
- Cancha da Biquinha (São Roque)
- Cancha Família Dalri (São Roque)
- Cancha Pedro Melzi (Claraíba)
- Cancha do Nelson (Indaiá)
- Cancha da Ass, Moradores Indaiá (Indaiá)
- Cancha Tainara (Indaiá)
- Cancha do Miro (Aguti)

CENTRO MULTIUSO:

- Centro de Eventos Cremilda Tridapalli (Centro)

OUTROS ESPAÇOS:

- Pista de Skate Espaço Jovem (Centro)
- Pista de Downhill do Santuário N. S. Bom Socorro (Centro)
- Clube de Tiro 9º Legião (São Valentim)
- Associação Neotrentina ee Taekwondo (Trinta Réis)
- Associação Trilheiros Trentolama (Trinta Réis)
- Circuito de Cicloturismo (Centro)

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Trento (2019)

5.1.7 Patrimônio histórico-cultural

O conceito de patrimônio é descrito no Art. 216 da Constituição Federal, que além de defini-lo, também estabelece em seu § 1º ao poder público juntamente com a comunidade a obrigação de mantê-lo, identifica-lo, tomba-lo e tomar as demais medidas cabíveis a seu respeito. Sendo a definição dada ao patrimônio por este decreto:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

As medidas referentes ao patrimônio podem ser estabelecidas nas mais diversas esferas de governo, ou seja, nível municipal, estadual ou federal. No nível federal o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN é o responsável por este serviço, já no Estado de Santa Catarina o principal responsável é a Fundação Catarinense de Cultura - FCC, sendo que os municípios do estado também podem criar a seu critério órgão ou fundações para preservação de seus aspectos históricos e culturais.

O Plano Diretor de Nova Trento, aborda diretrizes para a preservação do patrimônio histórico cultural do município, tanto na sede como nos distritos do município, apontando as belezas naturais, arquitetônicas e culturais a serem preservadas. Porém, não foram identificadas na legislação municipal, obras e/ou bens culturais tombados, o mesmo ocorreu ao nível federal.

Já o estado de Santa Catarina pela FCC, identifica oficialmente como bem tombado uma área de Mata Atlântica na localidade de Ribeirão Branco, que abrange cerca de 550.932.759 m², a qual foi tombada pelo Decreto nº 2.133 de 21 de agosto de 1997. Apesar de possuir um rico patrimônio histórico de casarões e edifícios, esse é o único patrimônio contemplado com tombamento oficial em Nova Trento.

5.1.8 Cultura e eventos

A cultura pode ser identificada como sendo um sistema conjunto de maneiras específicas de pensamentos, crenças ou formas apreendidas de fazer coisas, representando características dos seres humanos e não resultantes de heranças genéticas. (SILVA; SANTOS; CRISTOFOLINI, 2002)

A cultura é um importante meio de obtenção de conhecimento, ela é uma indispensável política pública e deve estar presente nos planos de governos municipais. O patrimônio cultural representa um conjunto de memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade, é construído por meio das mais diversas formas de expressão, sejam artísticas, tecnológicas, além, dos espaços para manifestações culturais.

Nova Trento apresenta um grande complexo cultural com apelo religioso, suas características históricas-culturais foram mantidas e reunidas a sua importância religiosa.

Para Silva, Santos e Cristofolini (2002), o município de Nova Trento é caracterizado por sua história da colonização com imigrantes trentino-italianos e sua forte preservação dos usos e costumes demonstrados na religiosidade, tradições musicais, artísticas, folclóricas e gastronômicas, além disso, o município foi cenário da vida e obra de Santa Paulina, movendo diversos turistas-peregrinos a cidade.

São destaque na cultura do município os grupos tradicionalistas e culturais, os quais são responsáveis pela divulgação, preservação e manutenção das tradições artísticas, literárias e folclóricas de Nova Trento. Os eventos e festas típicas são majoritariamente voltados a celebrações religiosas, além delas, as festas típicas que remetem os colonizadores, também estão presentes nos festejos do município.

A festa Incanto Trentino celebra as tradições dos imigrantes de Trento, região da Itália. São apresentadas canções em dialeto Trentino, danças e músicas folclóricas, gastronomia típica, shows e bailes. A festa ocorre junto as comemorações da emancipação do município, no mês de agosto.

As festas religiosas ocorrem durante todo o ano no município, sendo elas: Festa da Canonização de Madre Paulina, que acontece no terceiro domingo de maio, no Santuário de Santa Paulina; Festa Litúrgica de Santa Paulina, no segundo domingo de julho com romarias e missas; Festa da Beatificação de Madre Paulina, no segundo domingo de outubro, com missas, romarias e orações, no Santuário Santa Paulina; Festa de Páscoa, ocorre na véspera da sexta-feira da paixão, onde os fiéis sobem o Morro da Cruz e no Sábado de Aleluia e Domingo de Páscoa são realizados procissões no Centro e no Santuário Santa Paulina e; Festa de Santa Cruz, que acontece no primeiro domingo de maio em homenagem à Nossa Senhora do Bom Socorro. O calendário de eventos de Nova Trento está disposto na tabela a seguir:

Tabela 37 - Eventos programados em Nova Trento para o ano de 2019.

EVENTO	DESCRIÇÃO	DATA	LOCAL
Encontro de Trilheiros - Trento Lama	Circuito de trilha de moto realizado em Zona Rural, organizada pela associação Trentolama.	Março	Sociedade Recreativa Primavera Rua Alferes, Trinta Réis
Pasqualina	Eventos alusivos às comemorações pascais, ocorrem nas duas semanas que antecedem e, no dia de Páscoa, gratuito e voltado aos residentes e visitantes.	Março ou abril, dependendo do calendário anual.	Praça Getúlio Vargas
Festa do Padroeiro São Virgílio	Festividade religiosa.	Último final de semana do mês de junho	Igreja Matriz São Virgílio e Salão Paroquial

EVENTO	DESCRIÇÃO	DATA	LOCAL
Festa de Santa Paulina	Evento alusivo ao aniversário de morte de Santa Paulina (09/07) e fundação da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição (12/07).	Julho (dia depende do calendário anual)	Santuário Santa Paulina Rua Madre Paulina, s/n, Vígolo
Rock na Praça	Em comemoração ao dia mundial do Rock, e com intuito de atingir também um novo público, os jovens, criou-se o evento, gratuito e aberto à comunidade e visitantes, valorizando as bandas Neotrentinas.	Julho	Praça Getúlio Vargas
Copa Challenge de Mountain Bike	Uma dentre as 09 etapas desta Copa, cuja costuma reunir cerca de 500 atletas de diversos níveis e cidades, desde o iniciante ao profissional.	Variável entre os meses de julho e agosto (determinada pela organização do evento).	Circuito Interno em Zona Urbana e Rural em Nova Trento
Incanto Trentino	A Festa Incanto Trentino é o principal evento cultural do município, cujo objetivo é manter vivas as tradições trentino italianas	Início de agosto	Ginásio Inácio Gulini
Festival Sons e Dons	Canto, Poesia e Dança são as categorias nas quais os participantes podem concorrer neste festival que une a religiosidade e a arte	Final de setembro	Centro Comercial do Santuário Santa Paulina Rua Madre Paulina, s/n, Vígolo
Dia da Criança na Praça	Evento alusivo ao dia das crianças, com atividades diversas voltadas às mesmas.	12 de outubro	Praça Getúlio Vargas
Pedalatrento	O Pedalatrento surgiu em 2011 com a proposta de promover um evento que chamasse a atenção para o incentivo e uso da bicicleta, como atividade esportiva, competitiva ou simplesmente como meio de locomoção.	Outubro	Circuito Interno em Zona Urbana e Rural em Nova Trento
Campeonato Estadual de Downhill	Etapa de evento estadual cujo desafio é a descida do Morro da Cruz com bicicleta.	Novembro	Morro da Cruz
Natal	Comemorações natalinas Religiosas, Culturais e Artísticas, sempre com a presença do Papai Noel para as crianças. Acontece durante o mês de dezembro e o início de suas comemorações é realizado no Santuário Santa Paulina com o Natal Luz.	Dezembro	Praça Getúlio Vargas
Réveillon no Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro	Evento alusivo à virada do ano.	31 de dezembro	Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro Estrada Geral Morro da Cruz

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Trento (2019)

Os grupos culturais são formados por bandas, academias de letras, grupos de teatro, danças e músicas e orquestra filarmônica. Cabendo destaque para os seguintes grupos culturais:

- Sociedade Filarmônica Neotrentina, fundada em 1889 pelo padre Ângelo Sabbatini, o qual completa 130 anos de fundação, mantém até hoje a Banda Musical Padre Sabbatini, fundada em 1889, sendo reconhecida como banda não militar mais antiga do estado de Santa Catarina. O padre italiano de Macerata, assumiu o cargo de pároco da então Vila de Nova Trento, trouxe consigo a ideia de fundar uma banda musical, o qual fundou em 5 de outubro de 1889 junto aos esforços da população local. Atualmente a banda realiza shows em diversos locais e já se apresentou na Itália. (O Trentino, 201-)

Figura 330 - Sociedade Filarmônica Neotrentina.



Fonte: Turismo Nova Trento (2019)

- Terno de Reis do Vigolo, foi criado no bairro de mesmo nome, ele mantém os aspectos do Terno de Reis que surgiu em Portugal, foi trazido ao Brasil pelos

imigrantes açorianos e portugueses. A manifestação faz alusão ao nascimento de Jesus e a visita dos Reis Magos ao presépio em Belém, através de grupos de cantoria, alguns com apresentações teatrais que vão de casa em casa anunciando o Natal. O grupo neotrentino realiza apresentações em diversas localidades de Nova Trento e demais cidades vizinhas. (O Trentino, 201-)

- A Academia de Letras de Nova Trento, fundada em 2011, possui 23 acadêmicos, foi idealizada pela poetiza Academia de Letras de Nova Trento, a entidade visa a valorização da literatura e manutenção da diversidade de manifestações culturais. (O Trentino, 201-)
- O Grupo de Teatro Dialectale Cuore Trentino, formado por atores amadores do município que apresentam peças totalmente em dialeto valsuganoto e roveretano, falado pelos imigrantes trentino-italianos. Os integrantes do grupo já se apresentaram na Itália, em teatros da Província de Trento. (O Trentino, 201-)
- O Grupo Musical I Pargoleti, fundado em 2007, canta e compõem músicas tradicionais e populares italianas, regatando canções que retroage ao período de colonização do município. Seus membros fazem dezenas de apresentações em festas típicas, familiares, eventos educativos e sociais, dentre outros. (O Trentino, 201-)
- O Grupo Folk Nea Tridentum, foi fundado em 2004, tem o objetivo de apresentar a genuína dança Trentina oriunda da região de Castelo Tesino, no Trentino, Itália, terra de origem da maioria dos imigrantes que colonizaram a cidade. Seus integrantes trabalham de forma voluntária para o desenvolvimento do grupo, que busca a promoção da história, da cultura e do desenvolvimento humano, suas apresentações ocorrem diversos eventos da região. (O Trentino, 201-)

Figura 331 – Grupo de Dança Folk Nea Tridentum.



Fonte: Turismo Nova Trento (2019)

5.1.9 Turismo

Nova Trento é um local rico em atrativos turísticos sejam eles históricos, culturais, gastronômicos ou naturais. É considerada a segunda maior estância turística religiosa do Brasil, somente ficando atrás da cidade de Aparecida no estado de São Paulo, sendo única cidade não capital que apresenta dois santuários religiosos. A natureza do município é repleta de montanhas e trilhas em meio a Mata Atlântica, com nascentes e cascatas, havendo diversos locais para práticas esportivas. Além disso, o município também faz parte da Rota Turística do Vale Europeu.

5.1.9.1 Pontos turísticos

Os pontos turísticos de Nova Trento exprimem os valores histórico-culturais de seu povo e colonização. A área central da cidade com seus casarios antigos,

juntamente com a Igreja Matriz São Virgílio e a Capela Santa Ágata (a mais antiga do município) formam o centro histórico-cultural da cidade.

A Casa Salamanca é uma das primeiras construções realizadas pelos imigrantes trentinos, localiza-se no cruzamento das Rua Santa Inácio e Rua Marechal Deodoro, construída na década de 1880, pela família Trainotti, foi alugada primeiramente como pensão. Mais tarde foi alugada para Madre Paulina, tornando-se uma casa assistencial. Em 1896, o espaço transformou-se no Externato Imaculada Conceição, a denominação de Casa Salamanca foi dada pelo Padre Rossi, neste mesmo ano. O Externato permaneceu ali até 1901. Em sua história a casa passou por diversos usos entre eles: residência, sorveteria, café, casa assistencial, local de festas e eventos, cooperativa, cinema, banco, loja de eletrodomésticos e atualmente no edifício funcionam uma loja, uma lotérica e um despachante.

Figura 332 - Casa Salamanca em Nova Trento.



Fonte: Turismo Nova Trento (2019)

Recentemente, percebemos o surgimento dos museus como atrativos turísticos e como eles veem provendo seus locais de inserção. As pessoas tem despertado cada vez mais para o turismo cultural, sempre em busca de conhecimentos, histórias, fatos

e curiosidades, ou seja, conhecer um pouco mais da história de um local, este mercado turístico abrange cada vez um número maior turistas.

É possível observar o crescente número de museus como atrativo turístico, observam-se museus sendo inclusos em pacotes turísticos e até mesmo, como roteiro dos próprios visitantes. Em Nova Trento, os museus que remetem sua história, cultura e tradição, estão apresentados na Tabela 38.

Tabela 38 - Museus de Nova Trento.

MUSEU	ENDEREÇO
Cenário Vida Mecanizada de Santa Paulina	Endereço: Rua Madre Paulina, s/n, Vígolo
Museu Colonial	Endereço: Rua Madre Paulina, s/n, Vígolo
Museu da Cultura Italiana e Mercado de Pulgas Possui em seu acervo mais de cinco mil peças.	Endereço: Estrada Geral Morro da Cruz s/n
Museu de Seda	Endereço: Rua Madre Paulina, s/n, Vígolo

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Trento (2019)

5.1.9.2 Turismo rural

O turismo rural é próspero no município, havendo propriedades rurais que oferecem a atividade para turista e visitantes, além de opções de espaços para eventos diversificados como no caso do Sítio Vita Sul Monte (Figura 333). Já no Sítio da Prosperidade (Figura 334), encontramos a oferta de café colonial e produtos artesanais e um contato direto com a natureza e vida do campo.

Figura 333 - Sítio Vita Sul Monte em Nova Trento.



Fonte: Turismo Nova Trento (2019)

Figura 334 - Sítio Prosperidade em Nova Trento.



Fonte: Turismo Nova Trento (2019)

5.1.9.3 Turismo religioso

O turismo religioso como conhecemos, surgiu dos primeiros deslocamentos no mundo antigo, chamados de peregrinações, onde os povos deslocavam-se para seus locais de adoração. O peregrino atual busca continua na busca pelos seus locais sagrados, porém, sem deixar de lado os requisitos de conforto como: meios de transporte, segurança, hospedagem, restaurante e outros serviços, o que torna muitos locais economicamente dependentes desta modalidade de turismo. Pode-se afirmar que perante o número de visitas a lugares sagrados, é possível identificar a magnitude expressa pelo turismo religioso no mundo, o qual constitui-se como um fenômeno cultural.

Nova Trento é um cenário marcante na história religiosa do Brasil, pois, a primeira santa brasileira viveu em seu território. O município move multidões de fiéis todos os anos em busca de conforto espiritual.

Os caminhos religiosos fazem parte do circuito de peregrinação do município, os principais são o Caminho de Santa Paulina – Peregrinação Interna e Caminho de Santa Paulina – Amabilíssimo. O primeiro é realizado entre os meses de maio e junho, onde são percorridos 30 km, em doze horas de caminhada, com paradas para

contemplação dos espaços religiosos e alimentação. Já o segundo caminho, contempla trilhas dentro da Mata Atlântica, trechos urbanos e áreas rurais, tem um percurso de 60 km e abrange os municípios de Camboriú, Tijucas, Canelinha e Nova Trento, sendo seu início em Camboriú e finda em Nova Trento.

Ainda em rotas e caminhos religiosos há o Encontro dos Santuários, com saída do Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro e chegada ao Santuário Santa Paulina, o percurso tem prolongamento de 10 km. A Caminhada Noturna, realizada na anualmente na Quinta-feira Santa, na Estrada Geral Morro da Cruz, com percurso de 5 km. A Peregrinação Noturna do Santuário Santa Paulina, todas as segundas-feiras, no Complexo do Santuário Santa Paulina. Também relacionado ao turismo religioso, acontece o Vale Sagrado Cicloturismo – Roteiro Cidade Santa, um roteiro de dois dias realizado nas zonas urbana e rural de Nova Trento.

No município são encontrados diversos locais para manifestações religiosas, dentre capelas, igrejas, santuários e oratórios, cabe salientar que foram elencados os principais locais religiosos, havendo outros espaços além dos apontados. Na Tabela 39 é possível verificar o nome, tipologia e localização destes espaços.

Tabela 39 - Capelas, igrejas, santuários e oratórios em Nova Trento.

CAPELAS/ IGREJAS/ SANTUÁRIO/ ORATÓRIO	LOCALIDADE
Capela Coração de Maria	Bairro Morro da Onça
Capela Nossa Senhora da Paz	Vígolo
Capela Sagrada Família	Pitanga
Capela Sagrado Coração de Jesus	Ribeirão Veado
Capela Santa Ágata	Bairro Besenello
Capela Santa Ana	Bairro Molha
Capela Santa Luzia	Ribeirão Bonito
Capela Santo Anjo da Guarda	Bairro de Indaiá
Capela Santo Antônio	Bairro Alto Salto
Capela Santo Estanislau	Bairro Valsugana
Capela Santo Inácio de Loyola	Alto Pitanga
Capela Santo Isidoro	Serraval
Capela São Cristóvão	Bairro de Ponta Fina Sul
Capela São Cristóvão	Oito Casas
Capela São Francisco Xavier	Bairro Conquista
Capela São Mártires das Missões	Bairro Frederico
Capela São Paulo	Distrito de Aguti
Capela São Sebastião	Lageado
Capela São Valentim	Bairro São Valentim
Igreja Assembleia de Deus	Centro

CAPELAS/ IGREJAS/ SANTUÁRIO/ ORATÓRIO	LOCALIDADE
Igreja Evangélica	Distrito de Claraíba
Igreja Matriz São Virgílio	Centro
Igreja Nossa Senhora de Lourdes	Vígolo
Igreja São José	Distrito de Claraíba
Oratório Cristo Rei	Ribeirão da Velha
Oratório do Calvário	Bairro Trinta Réis
Oratório Nossa Senhora Aparecida	Bairro Salto
Oratório Nossa Senhora Medianeira das Graças	São Valentim
Oratório Santa Luzia	Bairro Espriado
Oratório Santo Antônio	Bairro de Ponta Fina Norte
Oratório São José	Bairro Espriado
Oratório São Carlos Borromeu	Morro da Cruz
Oratório São Roque	Bairro Salto
Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro	Centro
Santuário Santa Paulina	Vígolo

Fonte: Turismo Nova Trento (2019)

Nova Trento possui dois santuários religiosos, o Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro (Figura 335) e o Santuário de Santa Paulina (Figura 336). O primeiro santuário citado, situa-se no Morro da Cruz, possui um caminho com as 14 estações da Via Sacra, sua origem deve-se a implantação da estátua de Nossa Senhora do Bom Socorro em 1912, ao qual veio da França, anteriormente a isto, ocorreu no município a instalação de cruzeiros nos morros mais altos do município, em comemoração a virada do século XIX para o século XX: Monte Barão de Charlach (com 1.148 metros), Monte Lima (com 1.090 metros), Monte Bela Vista (com 850 metros) e Monte Morro da Onça, atual Morro da Cruz (com 525 metros de altitude).

Figura 335 - Santuário de Nossa Senhora de Bom Sucesso em Nova Trento.



Fonte: Turismo Nova Trento (2019)

O Santuário de Santa Paulina, preserva as relíquias que fizeram parte da vida da primeira santa brasileira e parte da história da fundação da cidade, como o antigo engenho da família da santa, o museu colonial e uma réplica do casebre onde a Santa Paulina cuidava de doentes. O santuário atrai milhares de fiéis, especialmente em datas comemorativas e finais de semana, cerca de 70 mil pessoas visitam ele todos os meses. Santa Paulina, chamada Amábile Lucia Visintainer, é de origem trentina-italiana, chegou na região com sua família em 1875, convencida de sua vocação religiosa cria a Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição e mais tarde segue para São Paulo para dar prosseguimento a seu trabalho, onde funda as casas assistenciais. Ela falece nesta mesma cidade em 1942 aos 77 anos, sendo que seu primeiro milagre foi confirmado pelo vaticano em 1966. Foi beatificada em 1991 e canonizada em 2002, passando a ser chamada de Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus.

Figura 336 - Santuário de Santa Paulina em Nova Trento.



Fonte: Turismo Nova Trento (2019)

5.1.9.4 Gastronomia

Nova Trento possui mais de trinta locais para apreciação da gastronomia neotrentina, onde é possível saborear, massas, queijos e vinhos. O bairro mais famoso por sua culinária é o Vígolo, próximo ao Santuário de Santa Paulina, onde há várias opções de restaurantes, lanchonetes e vinícolas especialmente.

O município possui grande variedade de produtos coloniais como queijos e embutidos, sucos de uva, mel, frutas, cachaça e vinho. Cabendo destaque na fabricação de produtos coloniais, a Fábrica de Laticínios Trentolat - Queijos Finos, a qual foi fundada em 1999, em conjunto a província autônoma di Trento, os queijos são produzidos por técnicas rústicas trazidas da Itália e adaptadas as condições regionais de fabricação. Outro lugar para compra de produtos coloniais em Nova Trento é a Loja Sabor da Terra, que comercializa queijos e vinhos coloniais.

Além dos produtos coloniais, Nova Trento traz diversas vinícolas, com produção de vinhos artesanais e industrializados, sendo elas atrativo para o Enoturismo, as quais são citadas na Tabela 40.

Tabela 40 - Vinícolas de Nova Trento.

VINÍCOLA	LOCALIZAÇÃO
Vinícola Neotrentina	Rua Madre Paulina, 2021 - Vígolo
Vinhos Vô Luiz	Rua Madre Paulina – Vígolo
Vinhos Girola	Rua Madre Paulina, 2379 - Vígolo
Vinícola Vattaro	Rua Santo Inácio, 490 – Centro
Vinícola Castel	Rodovia SC 410– Claraíba
Vinícola Buono	Rua Madre Paulina, 1272 – Vígolo
Vinhos e Sucos Bela Vista	Rua Ribeirão Bela Vista – Bela Vista

Fonte: Turismo Nova Trento (2019)

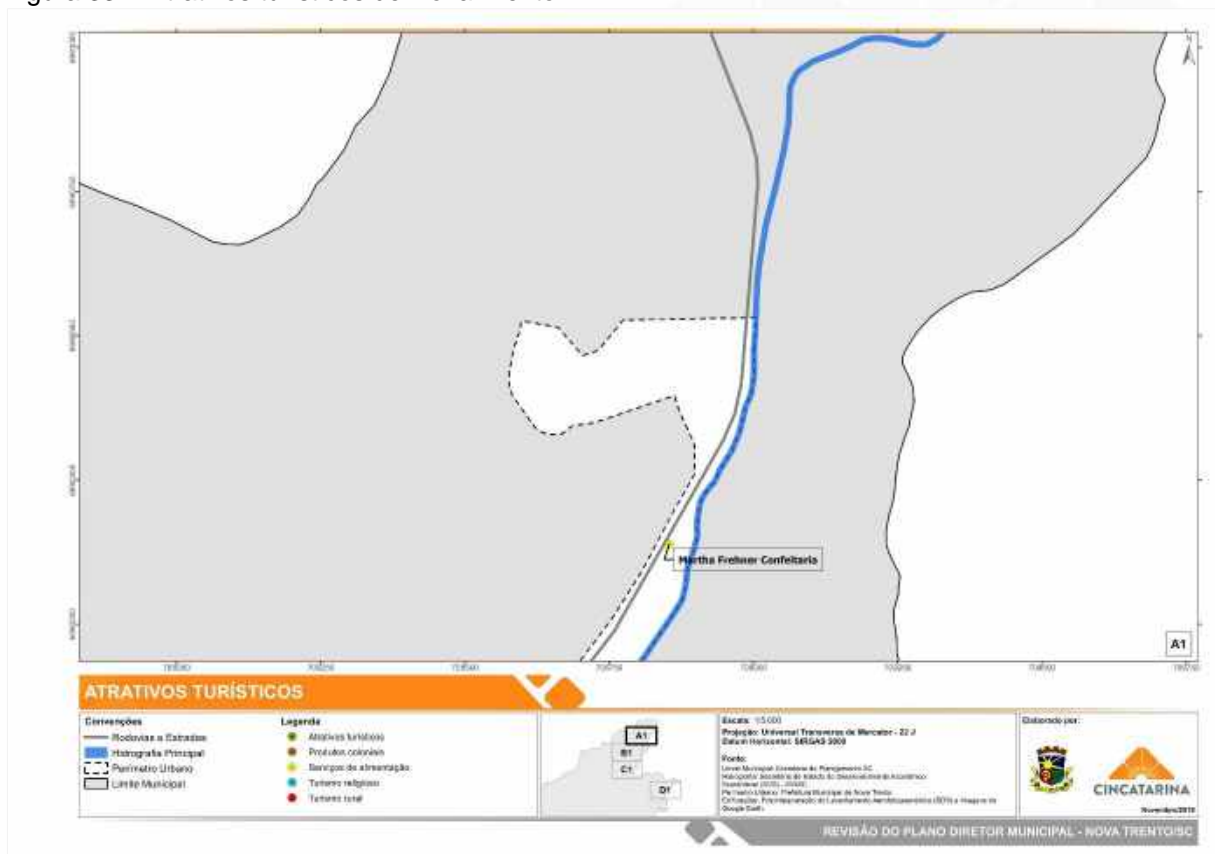
Nos restaurantes, churrascarias e pizzarias do município é possível desfrutar da gastronomia tipicamente italiana, como massas, carnes, saladas, sobremesa e pizzas. Os principais restaurantes do município são: Restaurante La Bella Polenta, Pizzaria Paiol, Farias Pizza e Burguers, Casa Boso Pousada e Restaurante, Mantoanelli Pizzaria, Pizzeria e Café Di Iggió e Ivete, Restaurante Cantina Italiana, Restaurante Morro da Cruz, Restaurante Sabor Caseiro, Beer Lounge - Pizzaria e Choperia, Churrascaria Dalla Brida Restaurante e Produtos Coloniais, Restaurante e Lanchonete Orsi Girola, Restaurante Grelha e Brasa, Restaurante Trevo, Churrasqueira na Brasa, Comercial e Restaurante Dalnete, Restaurante e Lanchonete Bertoldi, Restaurante Morro da Cruz e Restaurante Santuário. Em muitos destes locais é possível resgatar as tradições da cozinha italiana tanto no sabor, quanto nos ambientes tipicamente ornamentados que remetem aos momentos da colonização de Nova Trento.

Além dos restaurantes a cidade dispõe de cafés, bares, lanchonetes e confeitarias, com opções diversificadas que vão desde cafés coloniais a rodízio de comida japonesa. A comida japonesa é oferecida em forma de rodízios e pratos tradicionais no Sushimeh Japanese Food e no Torento Sushi Bar. As lanchonetes do município são Lanchonete Dalri e Lanchonete Giga Lanches, as quais oferecem lanches e salgados. Os cafés e as confeitarias disponibilizam inúmeros pratos, tais como lanches naturais, fritos, assados, doces, produtos coloniais, café, bebidas em geral, sucos, vinhos, bolos, tortas, strudel de maçã e banana, cucas, pães e dentre outros, os quais são encontrados no Roberta Sgrott Confeitaria e Café (Café anexo a Pousada Aconchego), Café Colonial da Adega Bastiani (Anexo ao espaço da Adega

Bastian), Café Colonial Girola; Grani D'oro Caffè, Martha Frehner Confeitaria, Café na Roça, Cofee Pam e Cristina Elete Confeitaria.

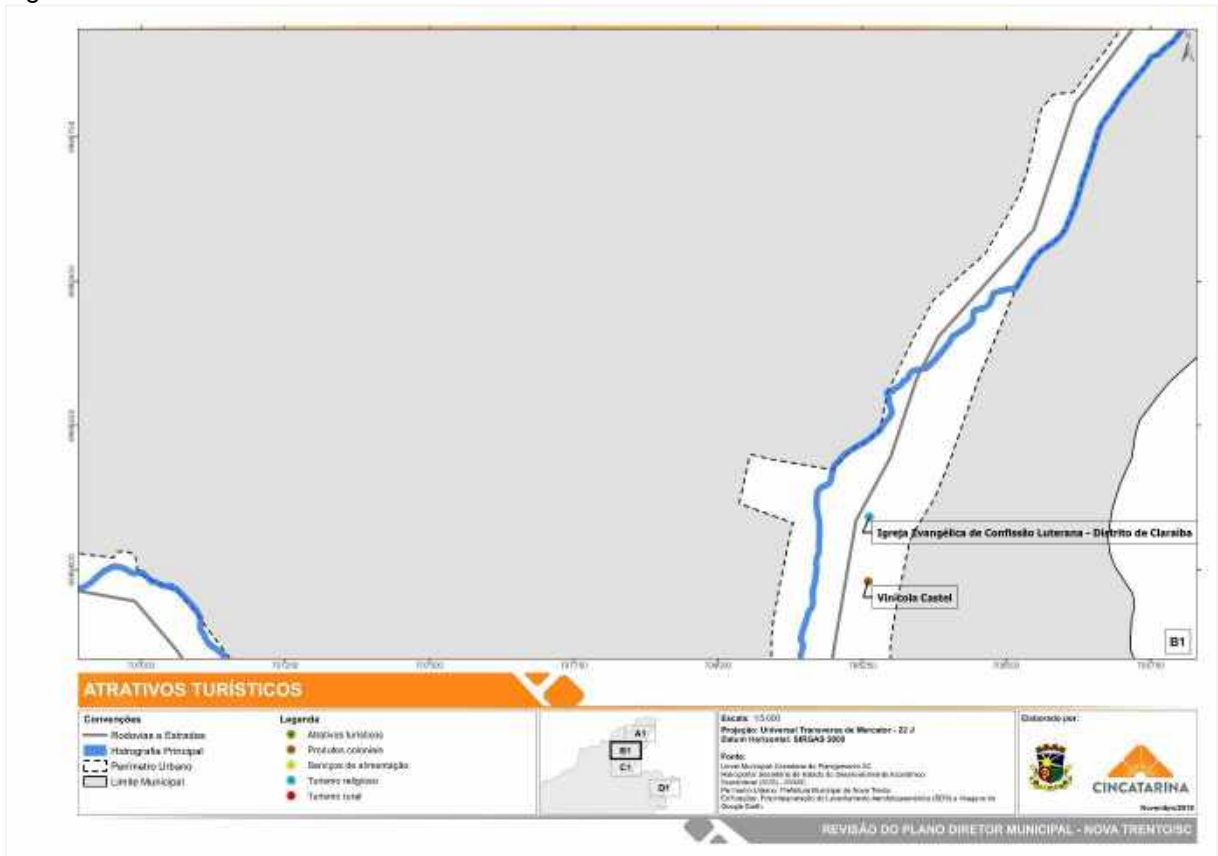
Os mapeamentos os atrativos turísticos de Nova Trento, referente aos textos de atrativos turísticos, turismo rural, turismo religioso e gastronomia, estão dispostos nas Figura 337 a Figura 364. Tal mapeamento é essencial para a delineação de investimentos no setor turístico do município, bem como a definição do uso do solo.

Figura 337- Atrativos turísticos de Nova Trento.



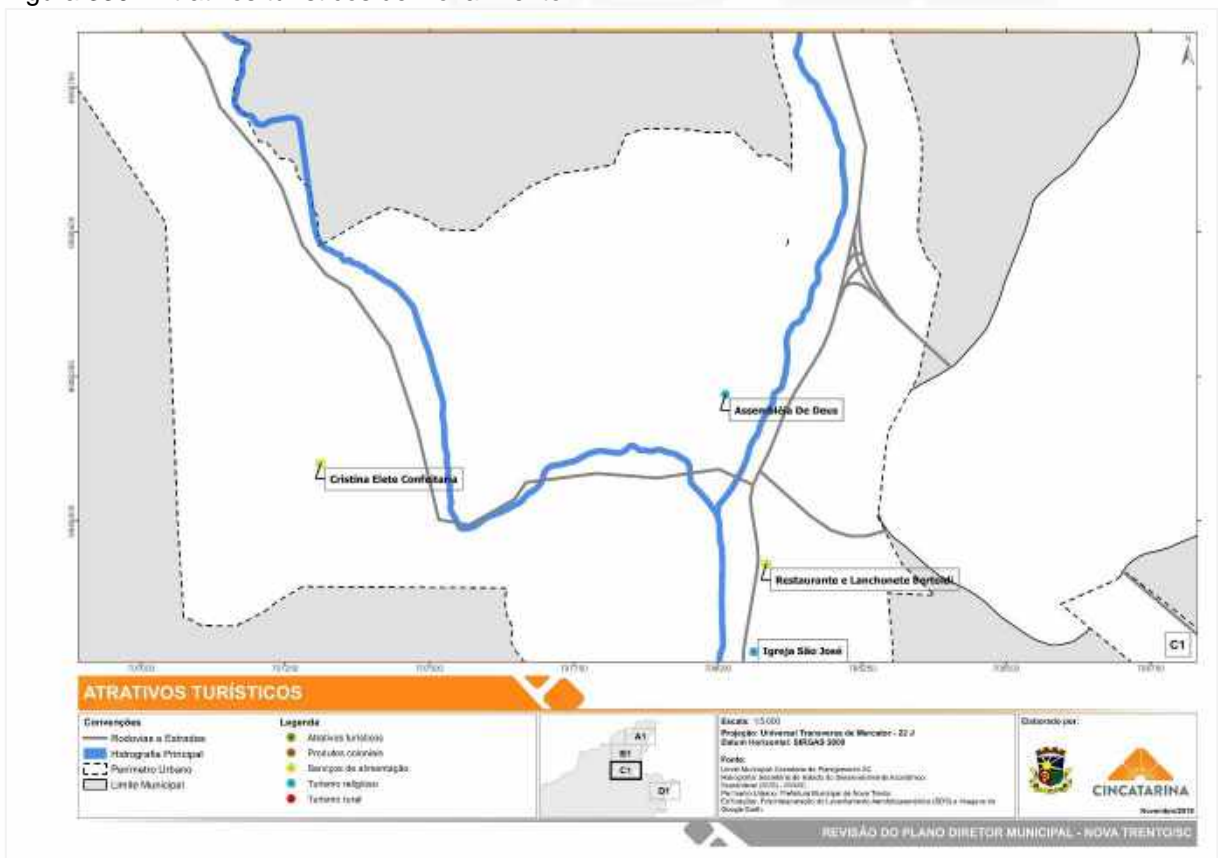
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 338 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



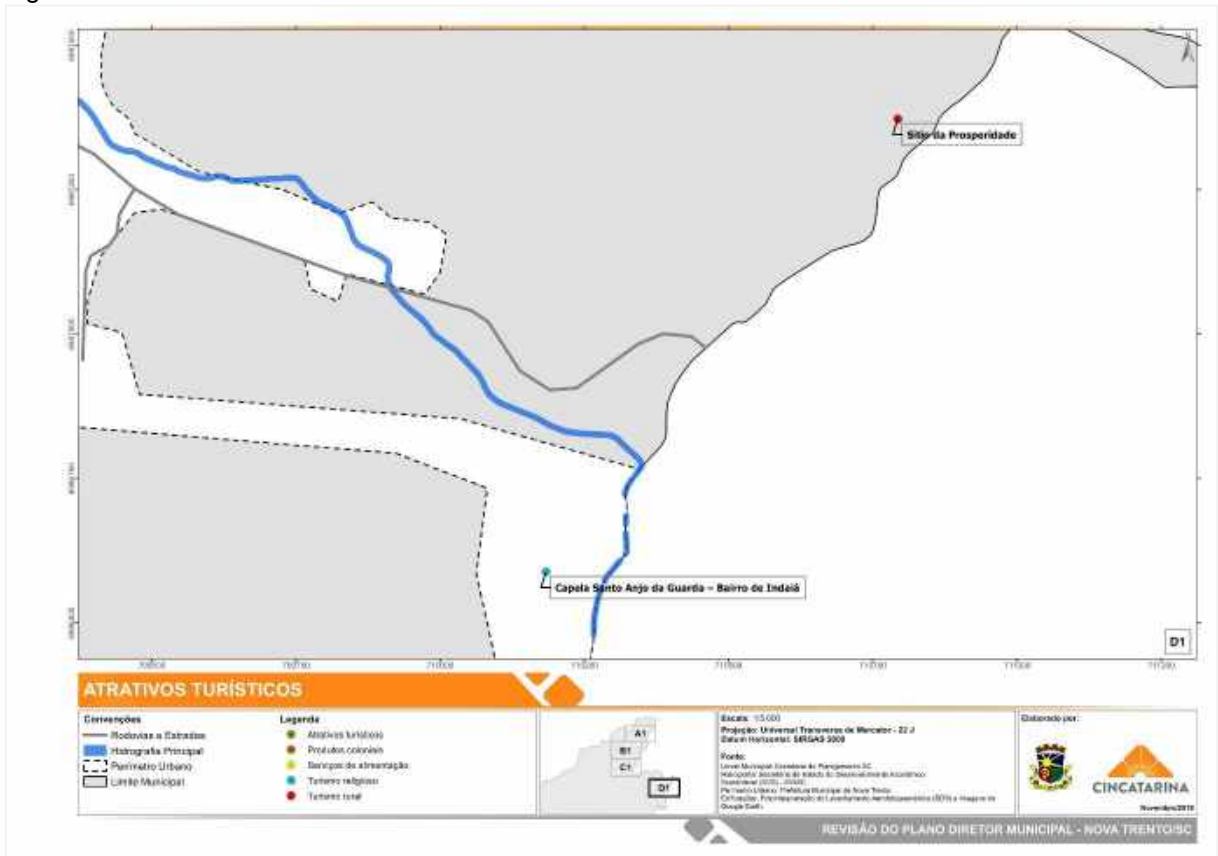
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 339 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



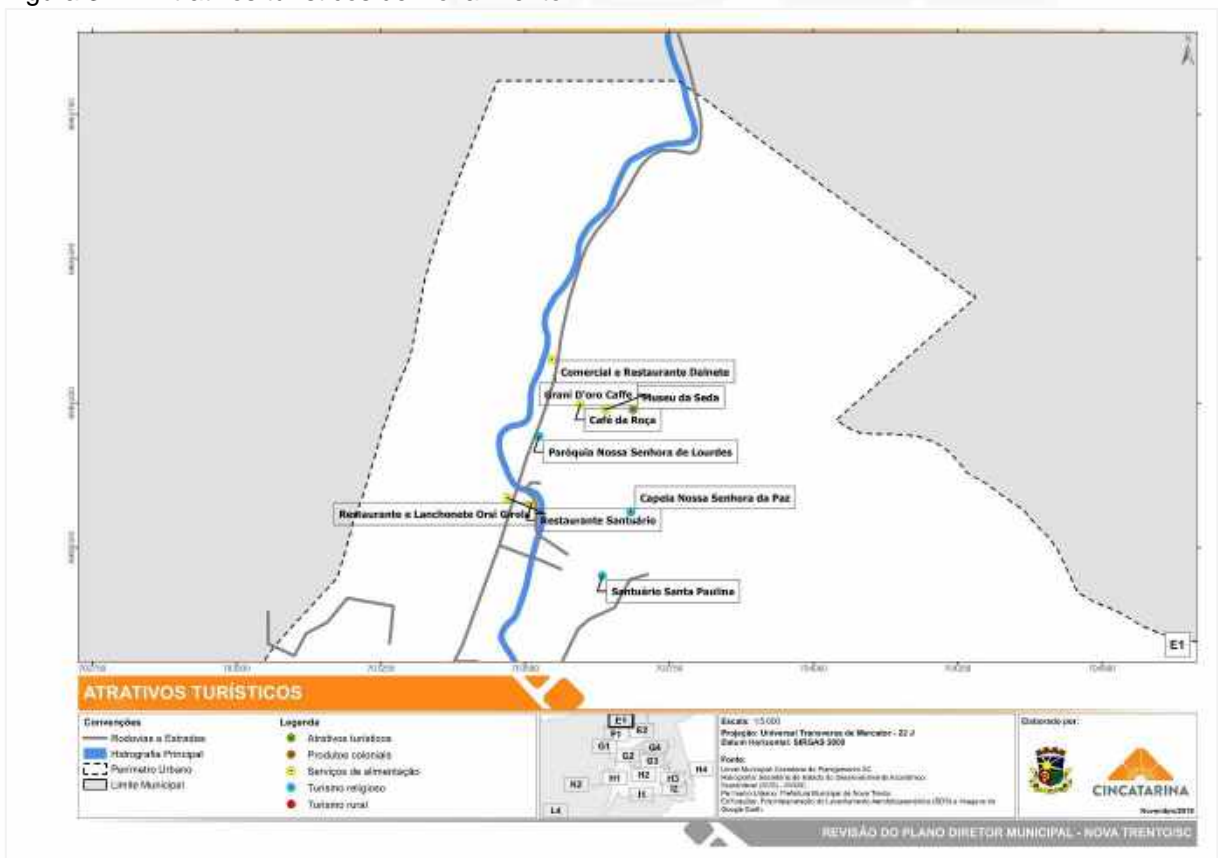
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 340 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



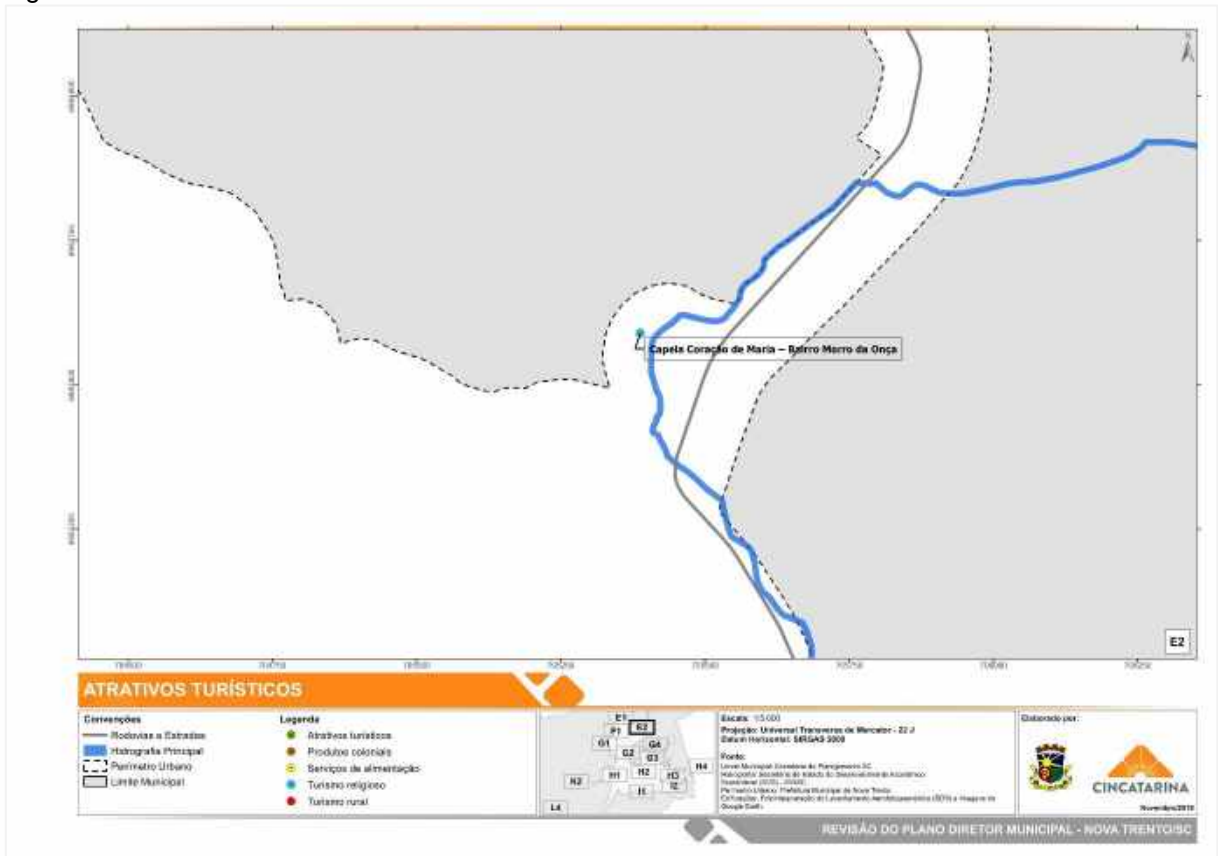
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 341 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



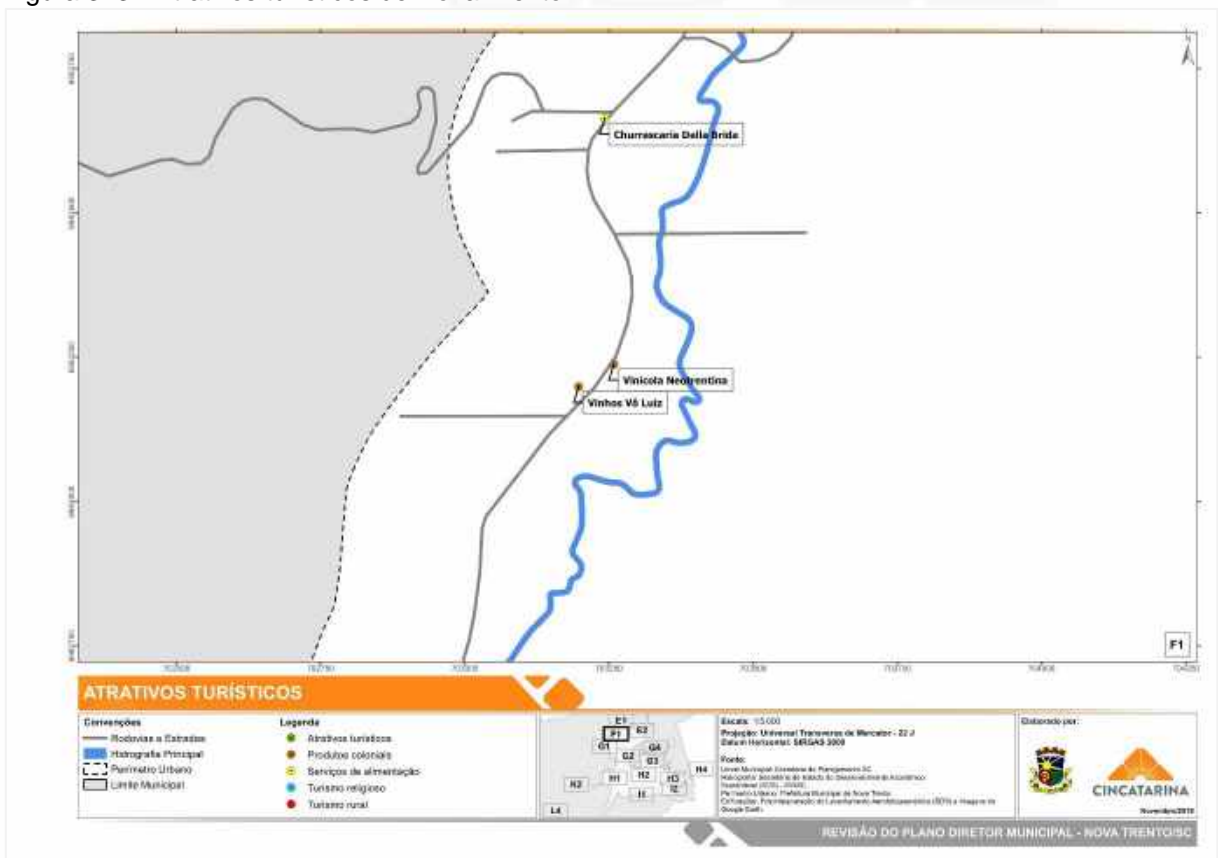
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 342 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



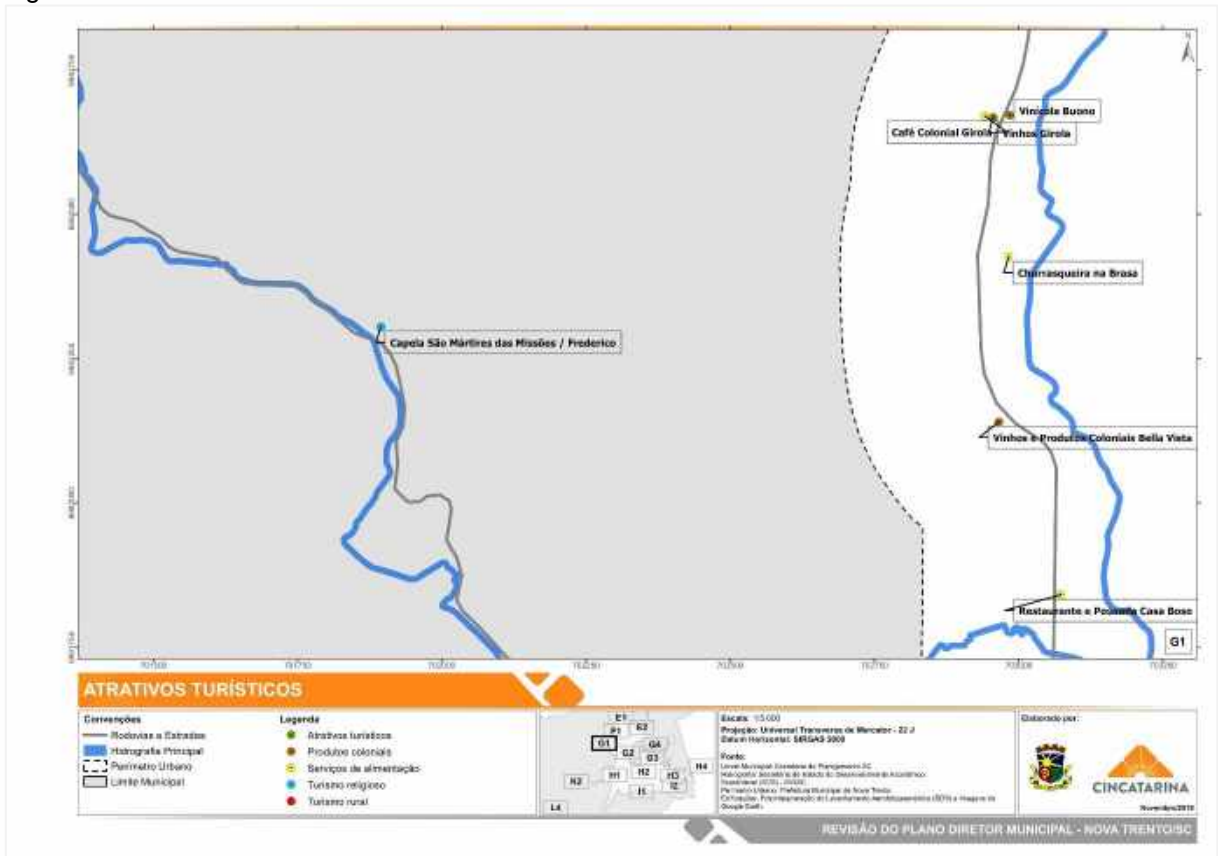
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 343 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



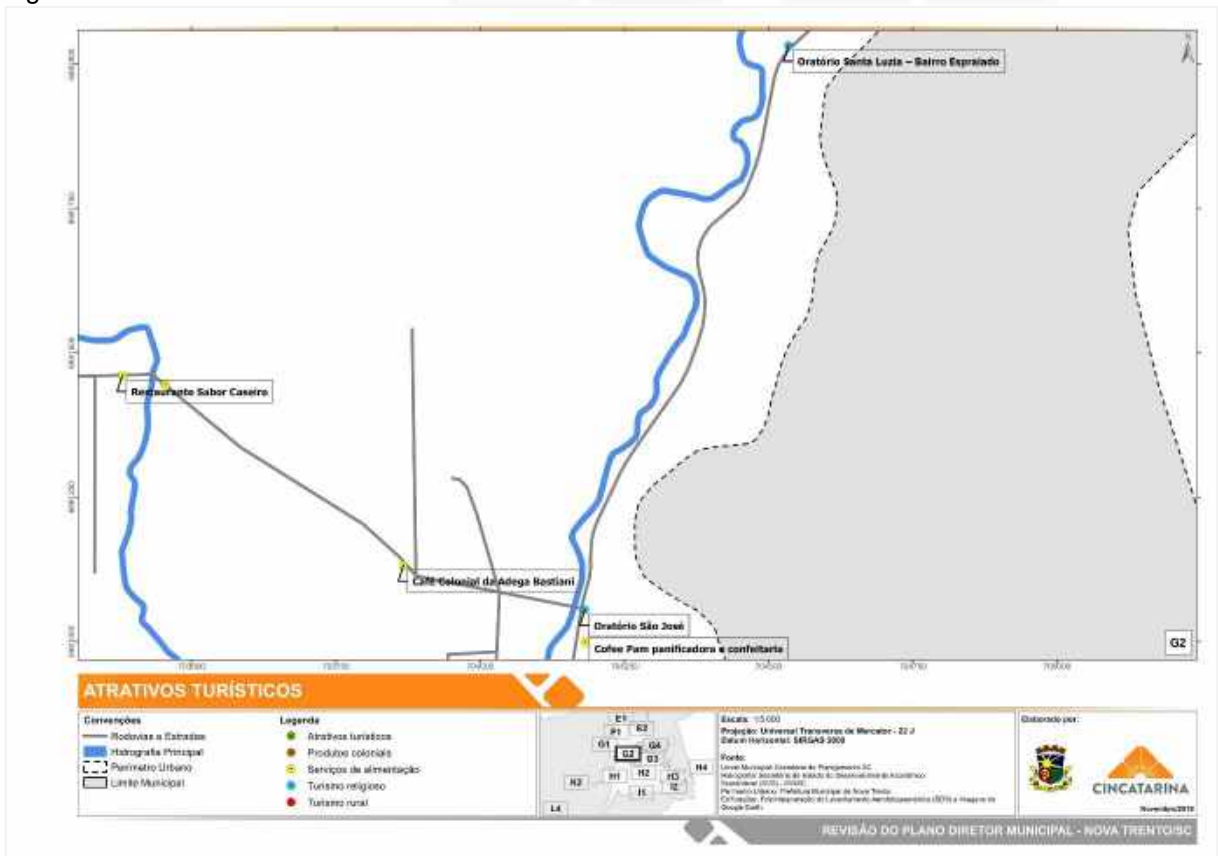
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 344 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



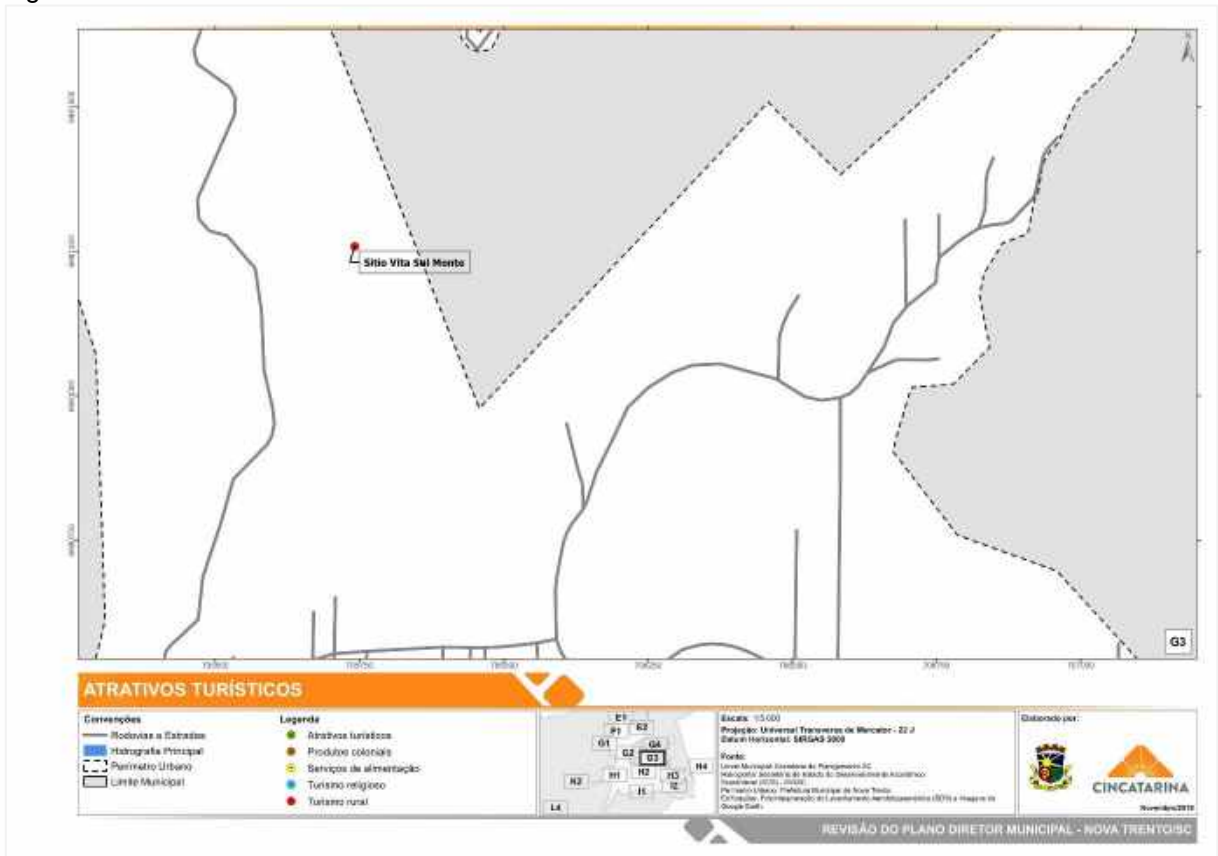
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 345 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



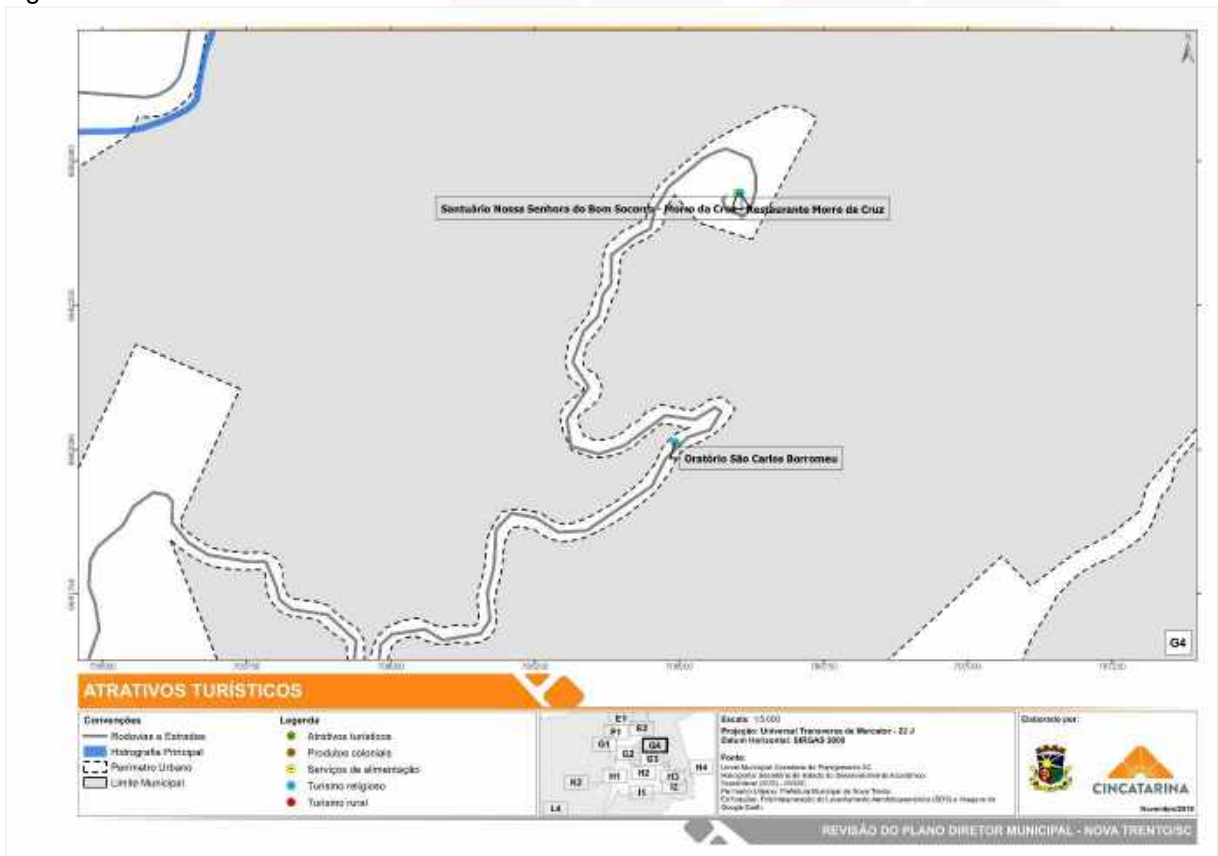
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 346 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



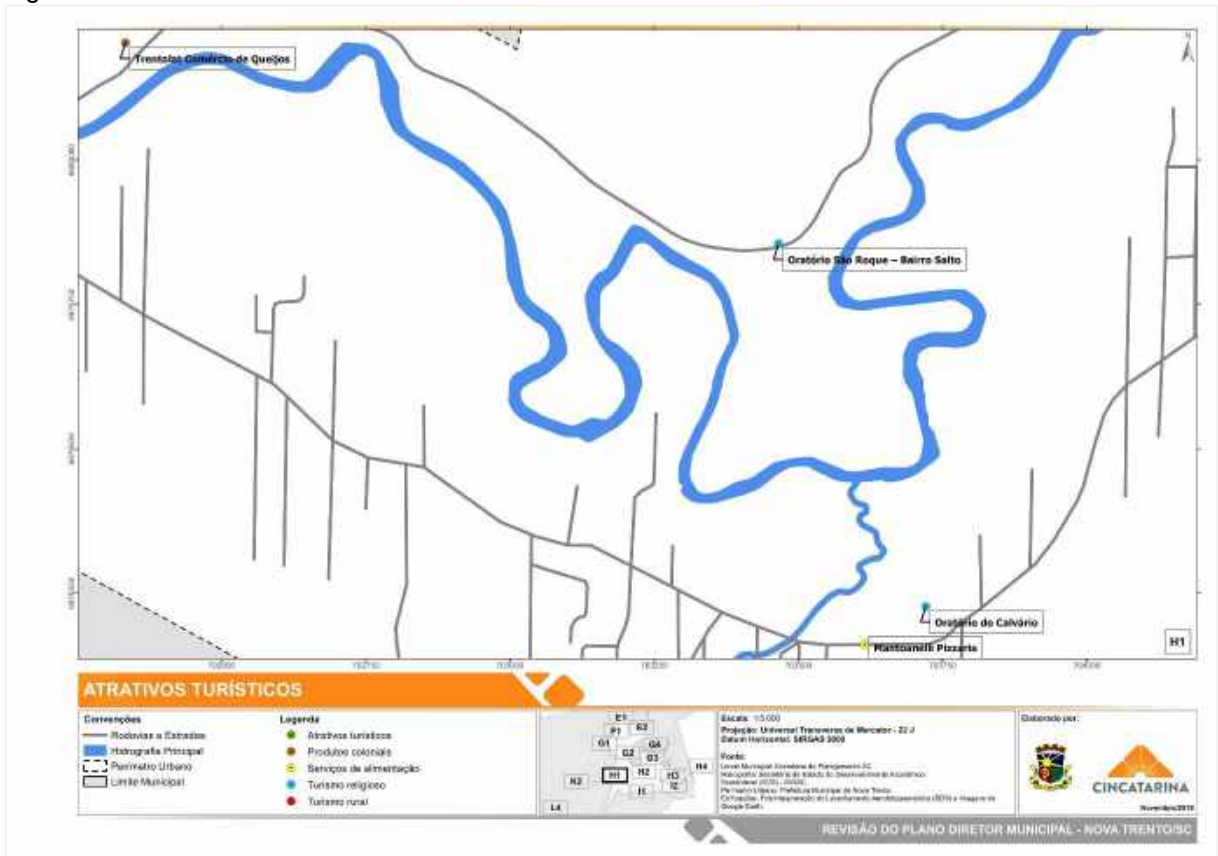
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 347 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



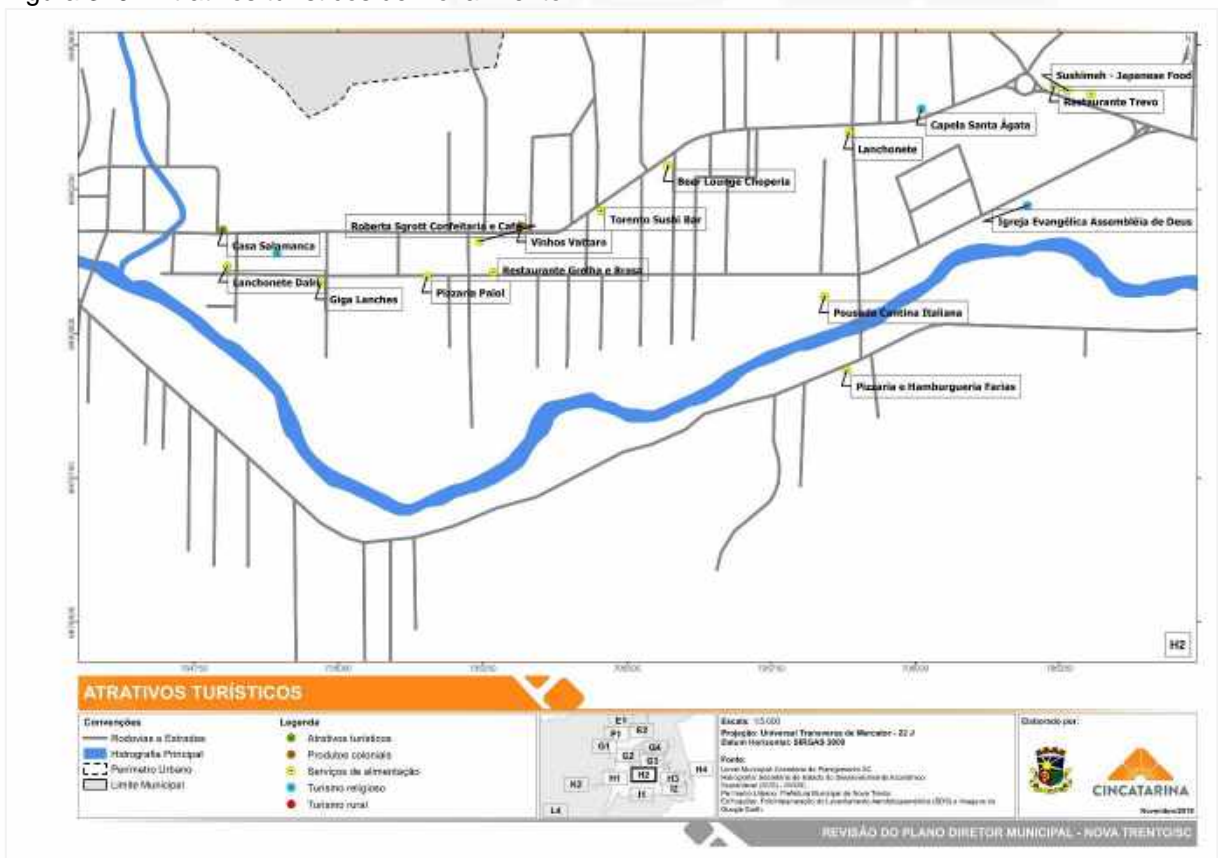
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 348 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



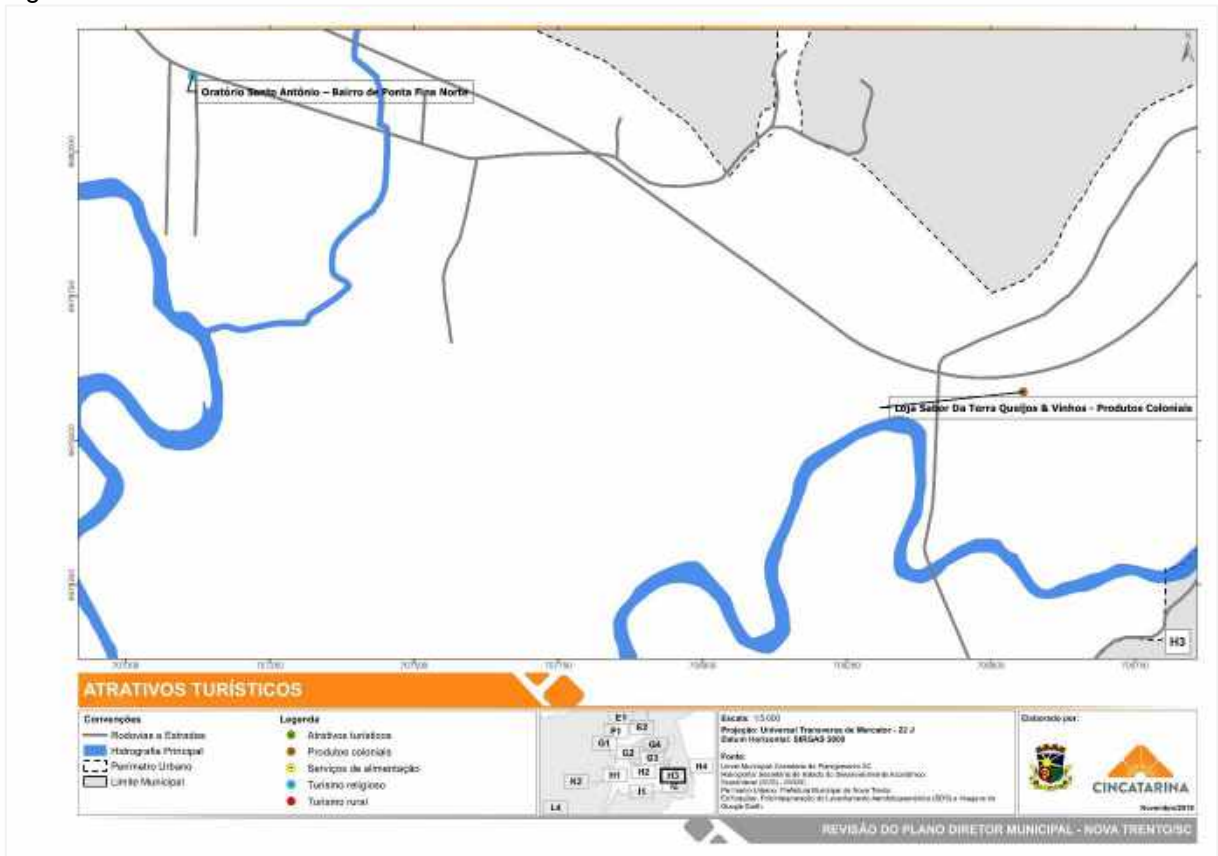
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 349 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



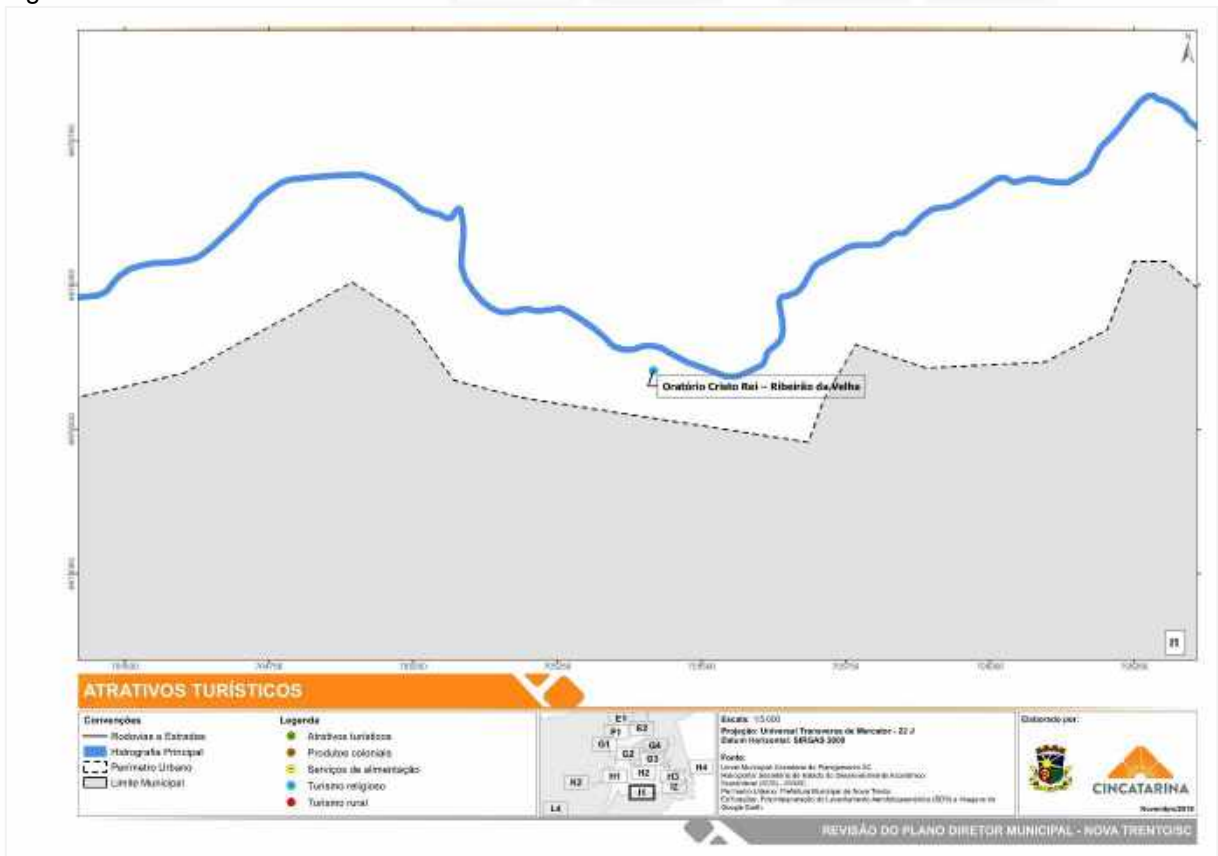
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 350 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



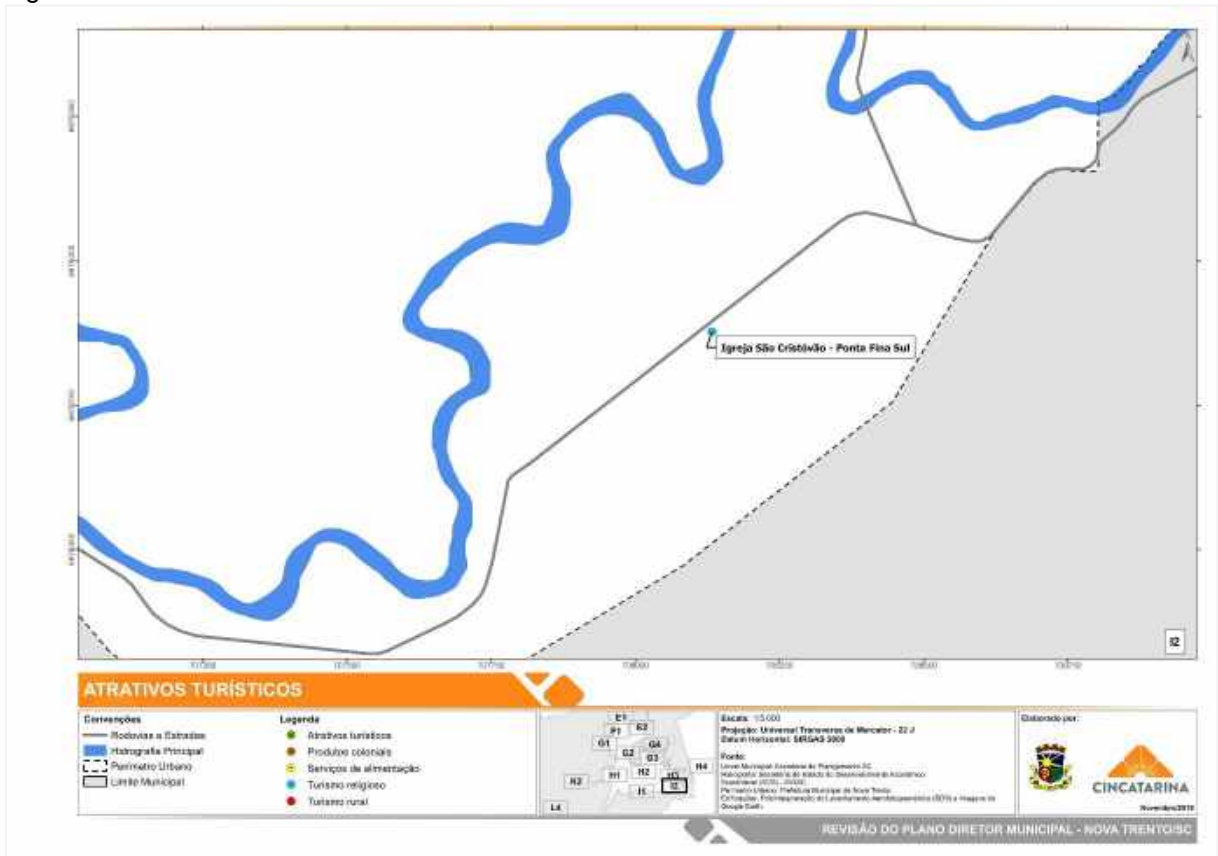
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 351 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



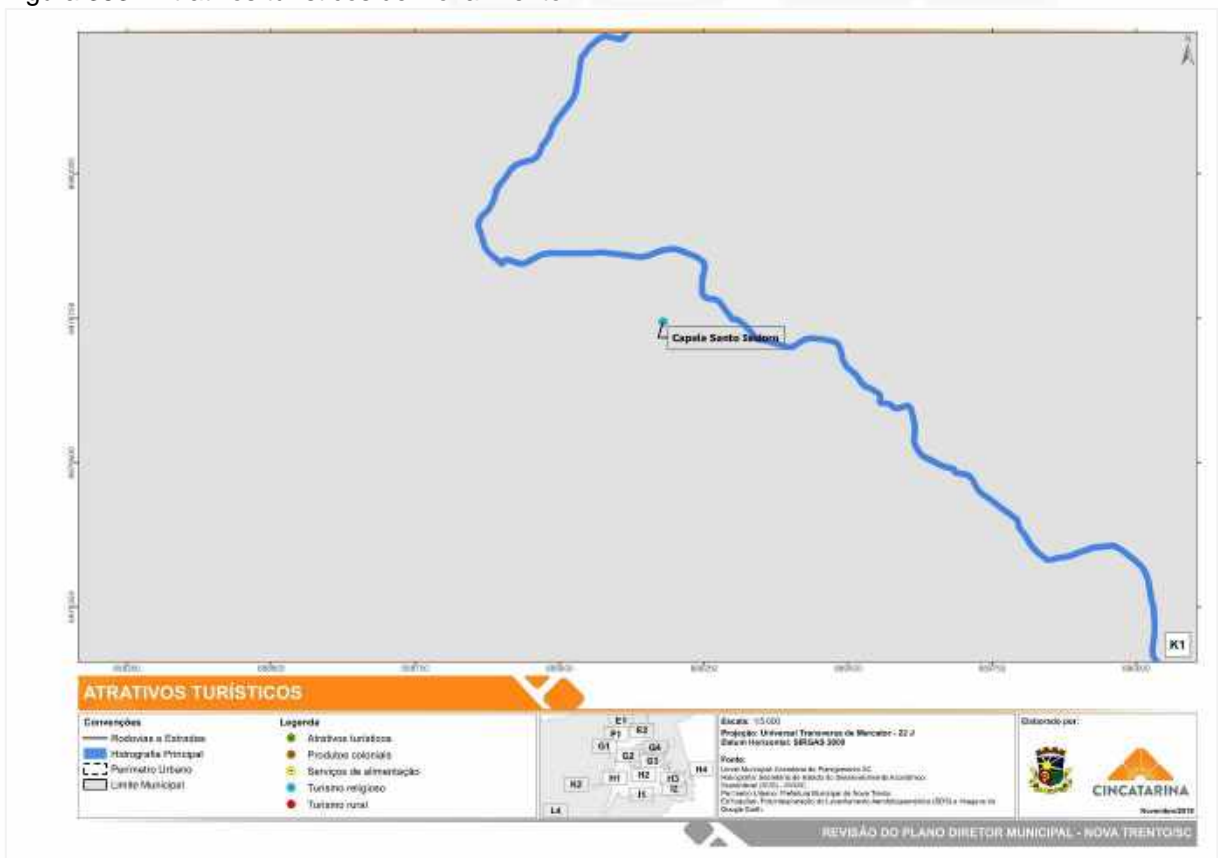
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 352 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



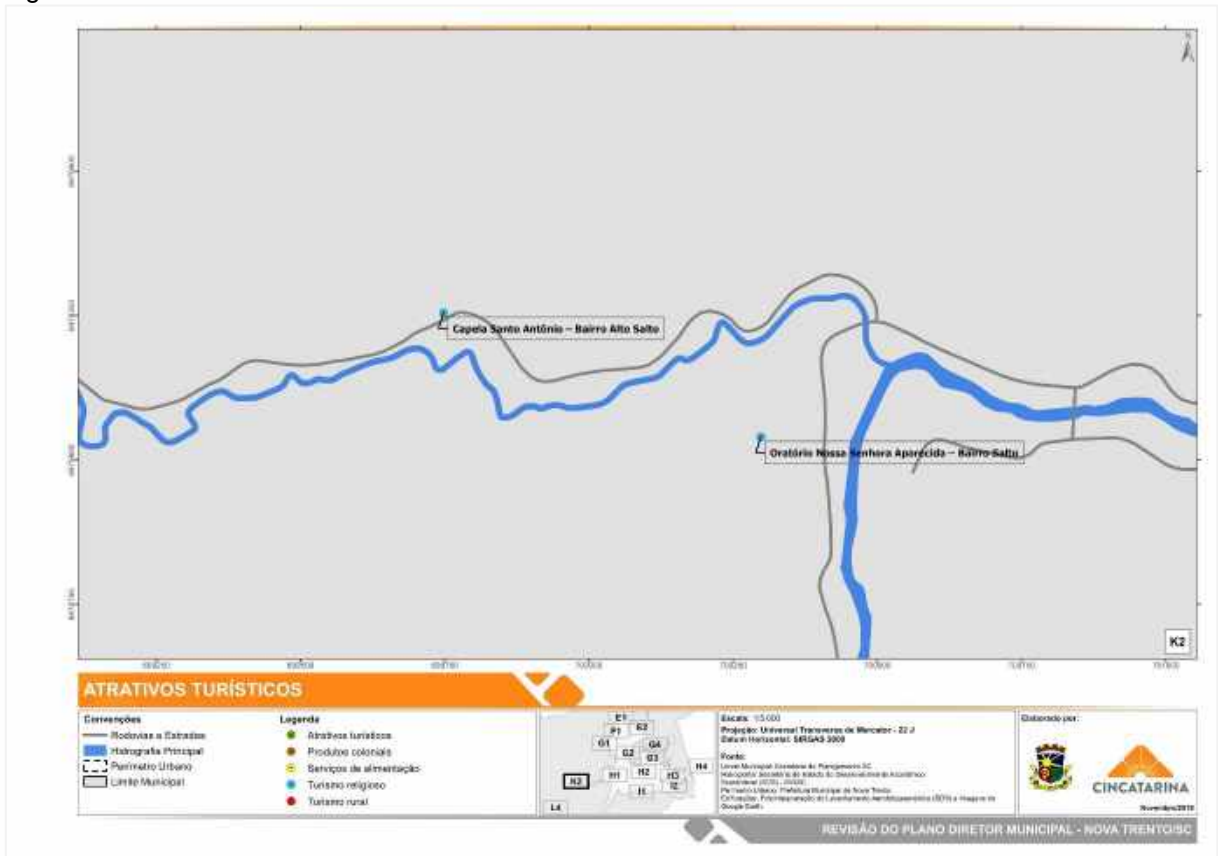
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 353 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



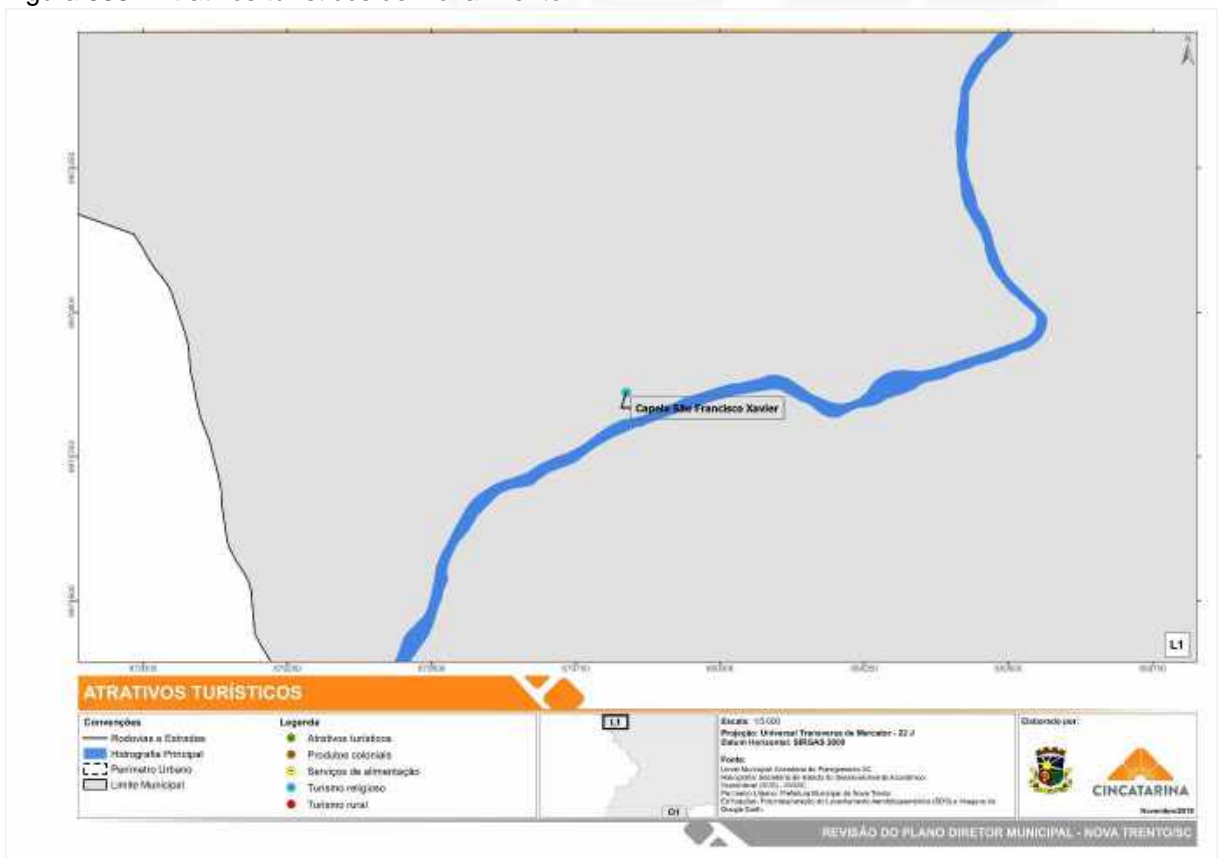
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 354 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



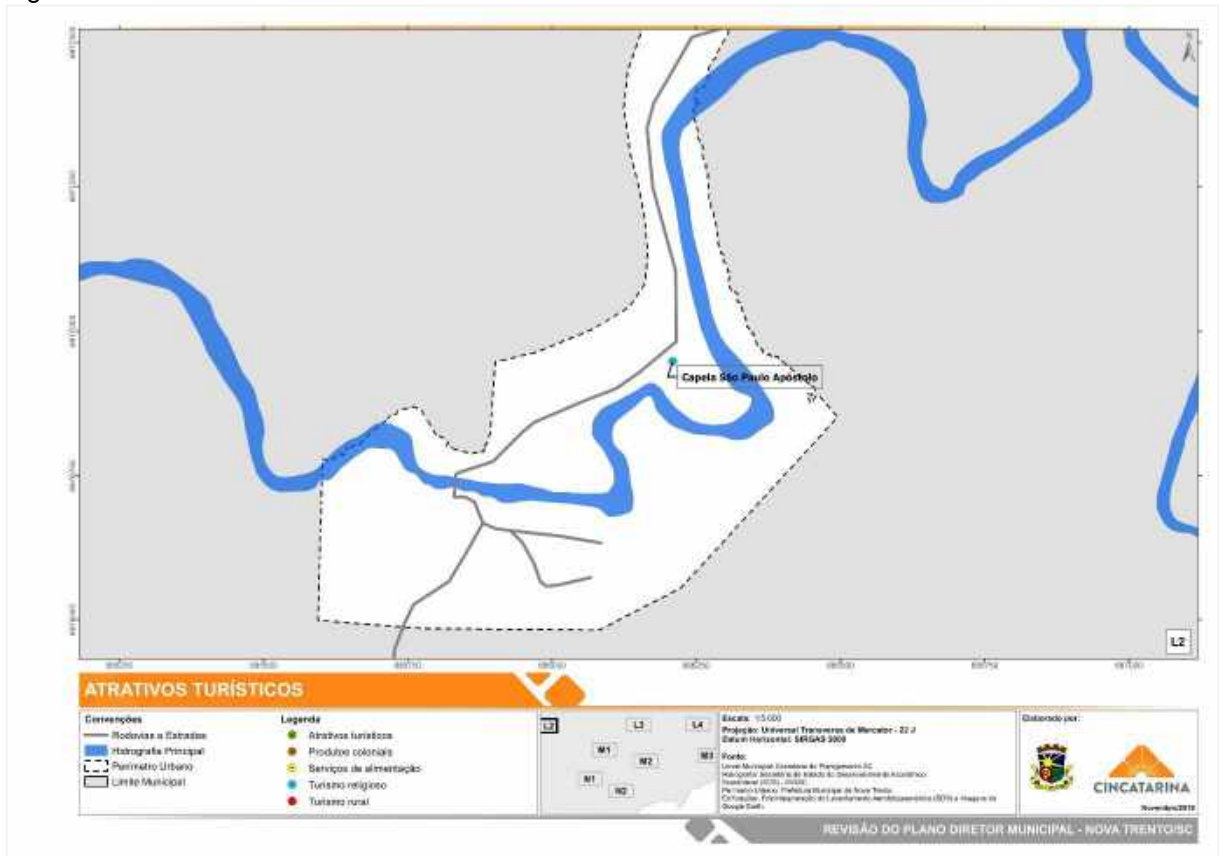
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 355 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



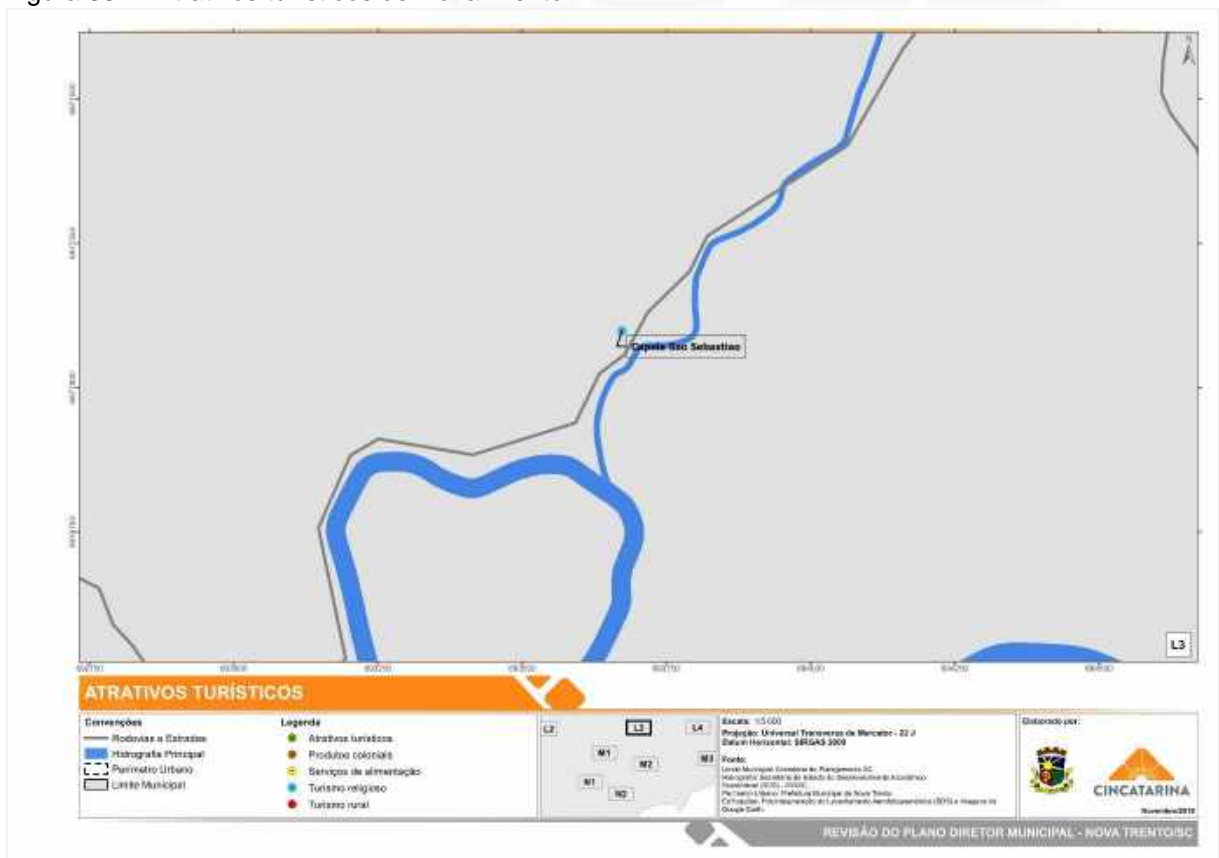
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 356 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 357 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



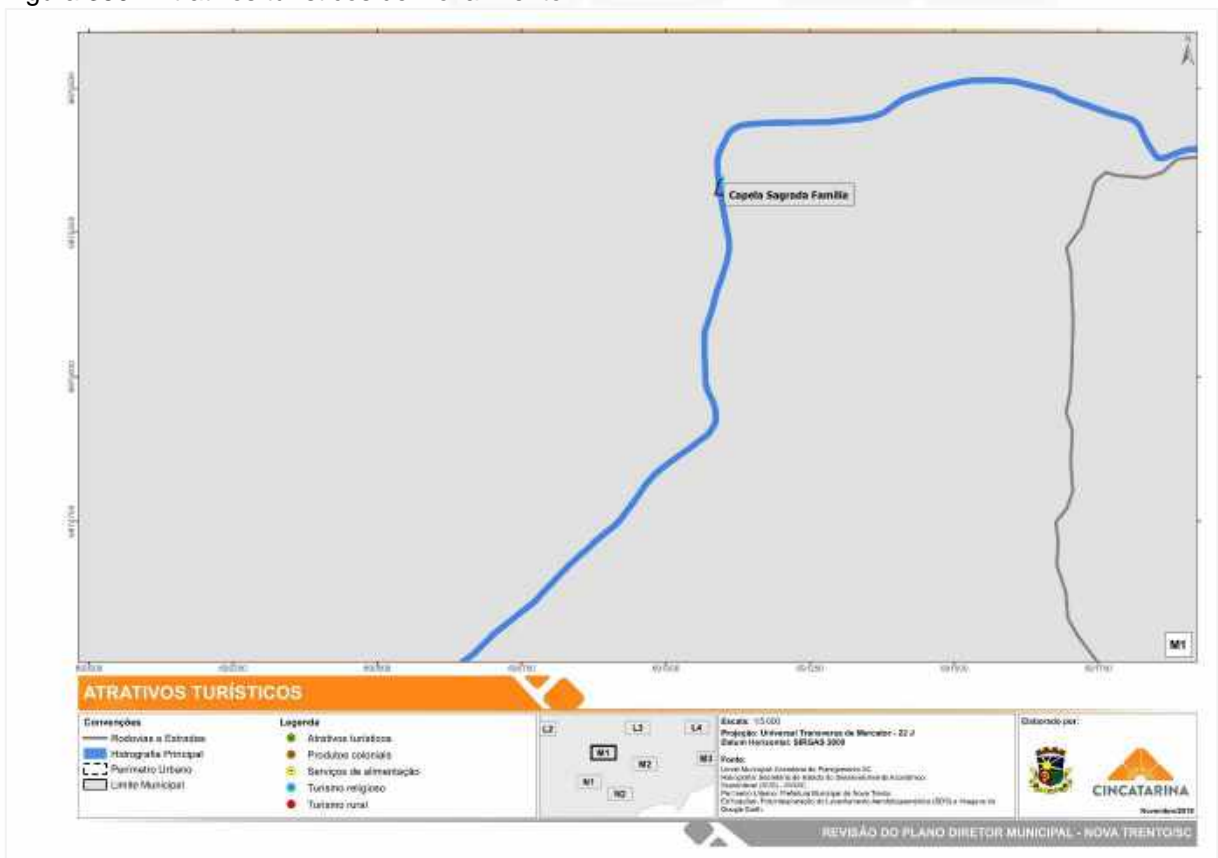
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 358 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 359 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



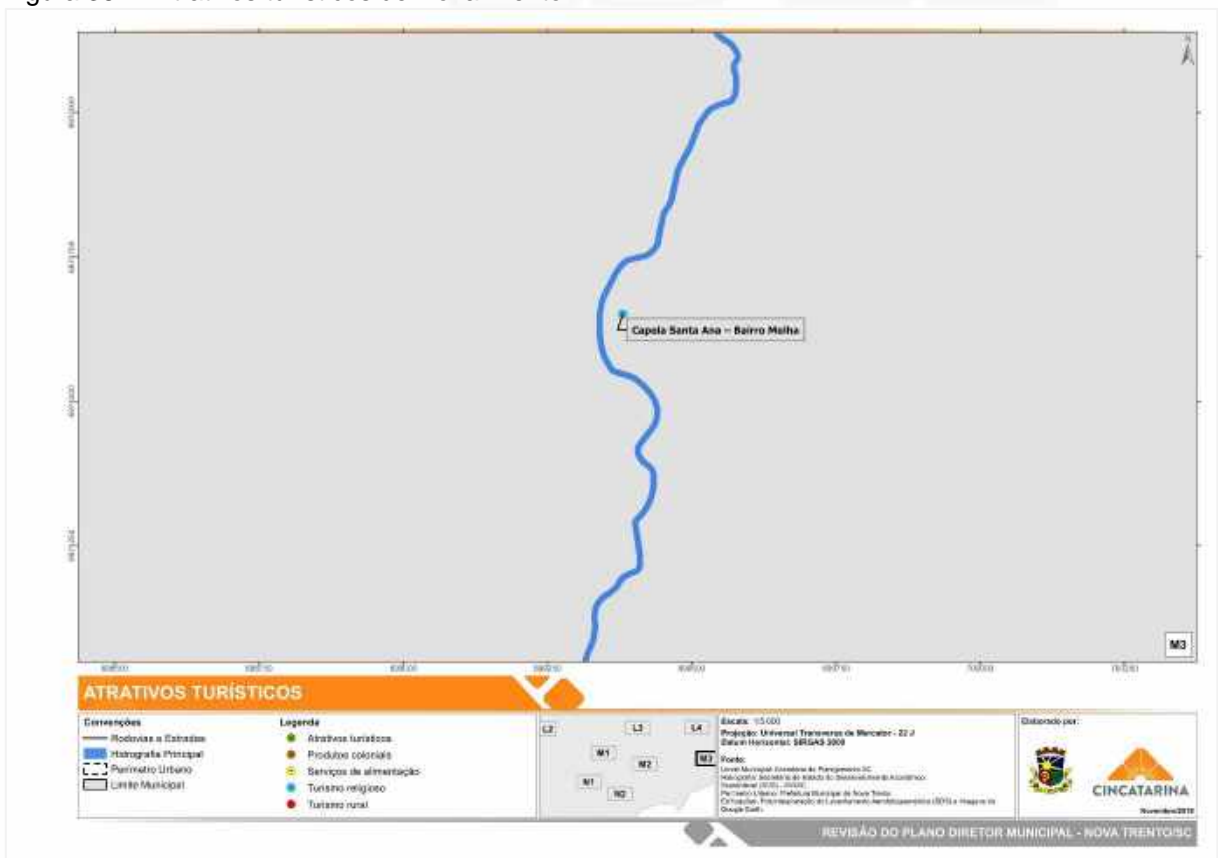
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 360 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



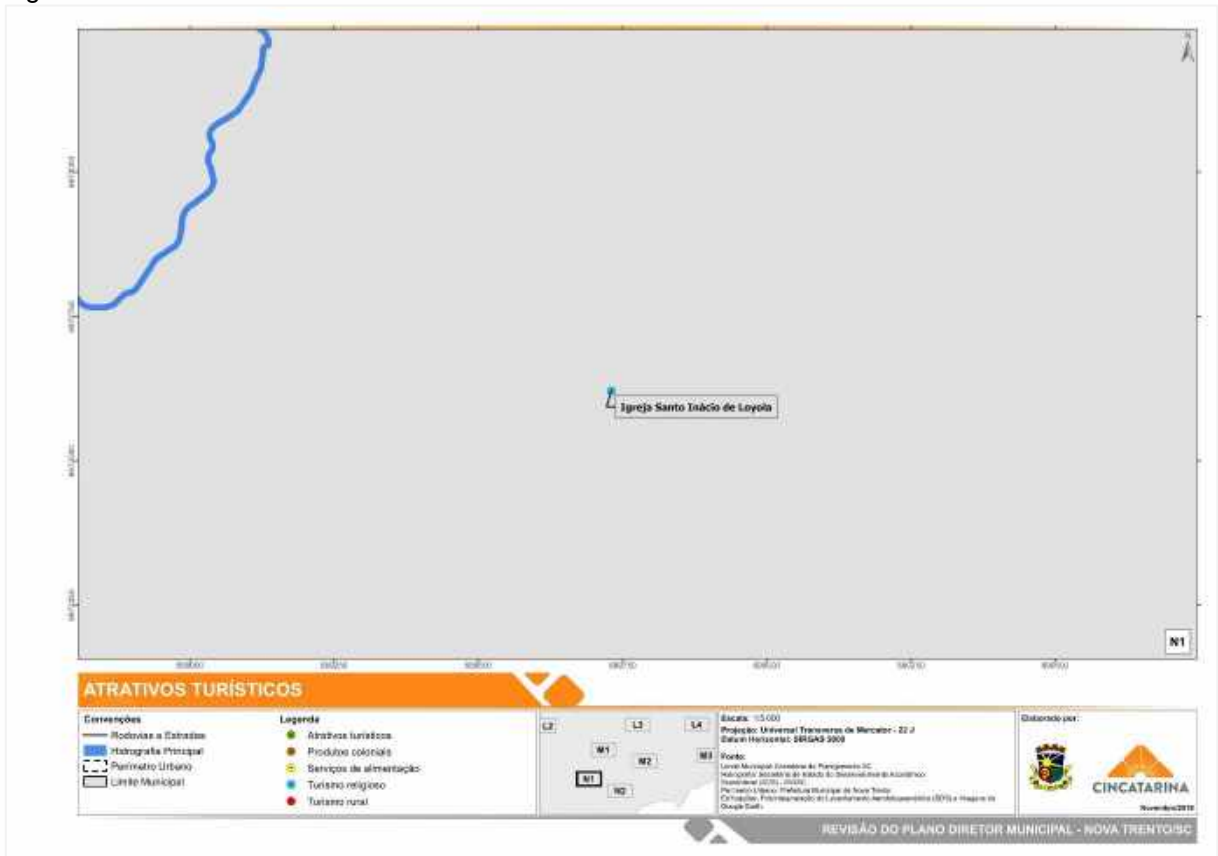
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 361 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 362 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



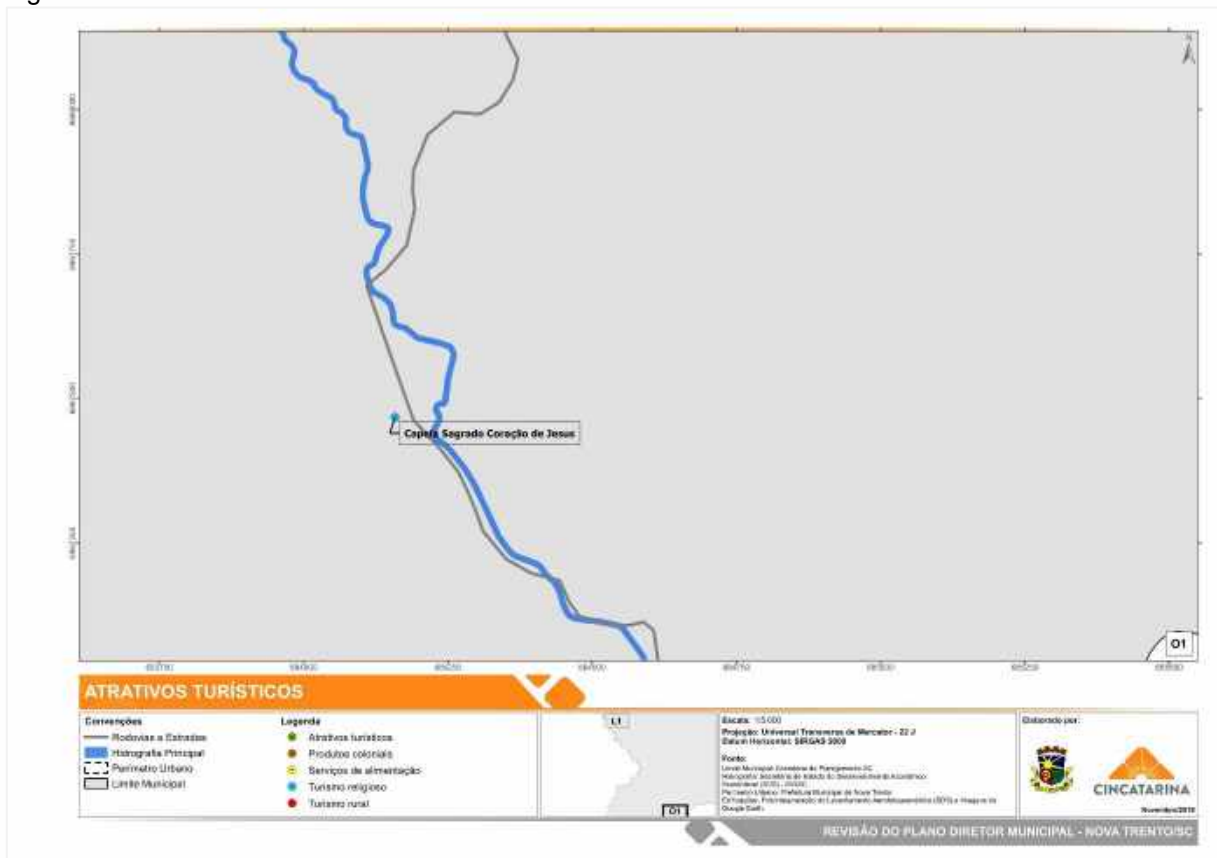
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 363 - Atrativos turísticos de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 364 - Atrativos turísticos de Nova Trento.

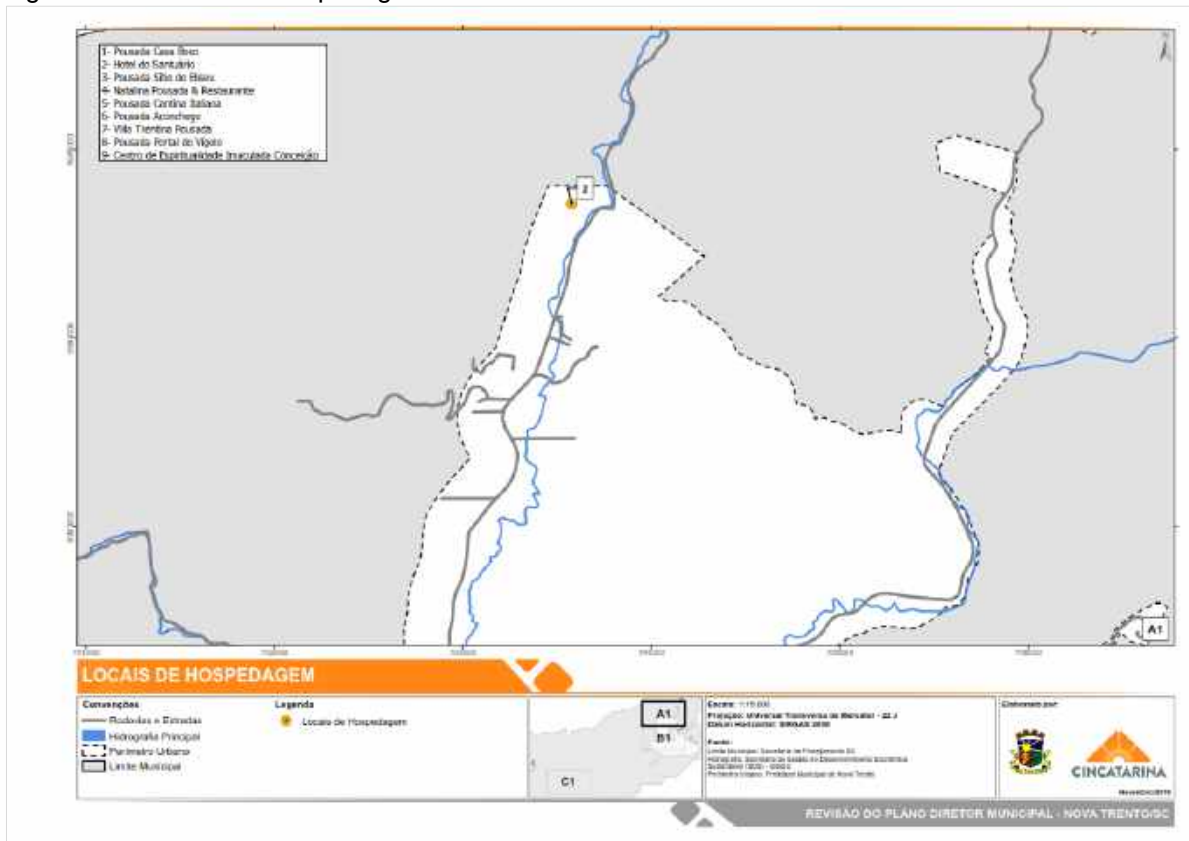


Fonte: CINCATARINA (2019)

5.1.9.5 Hospedagem

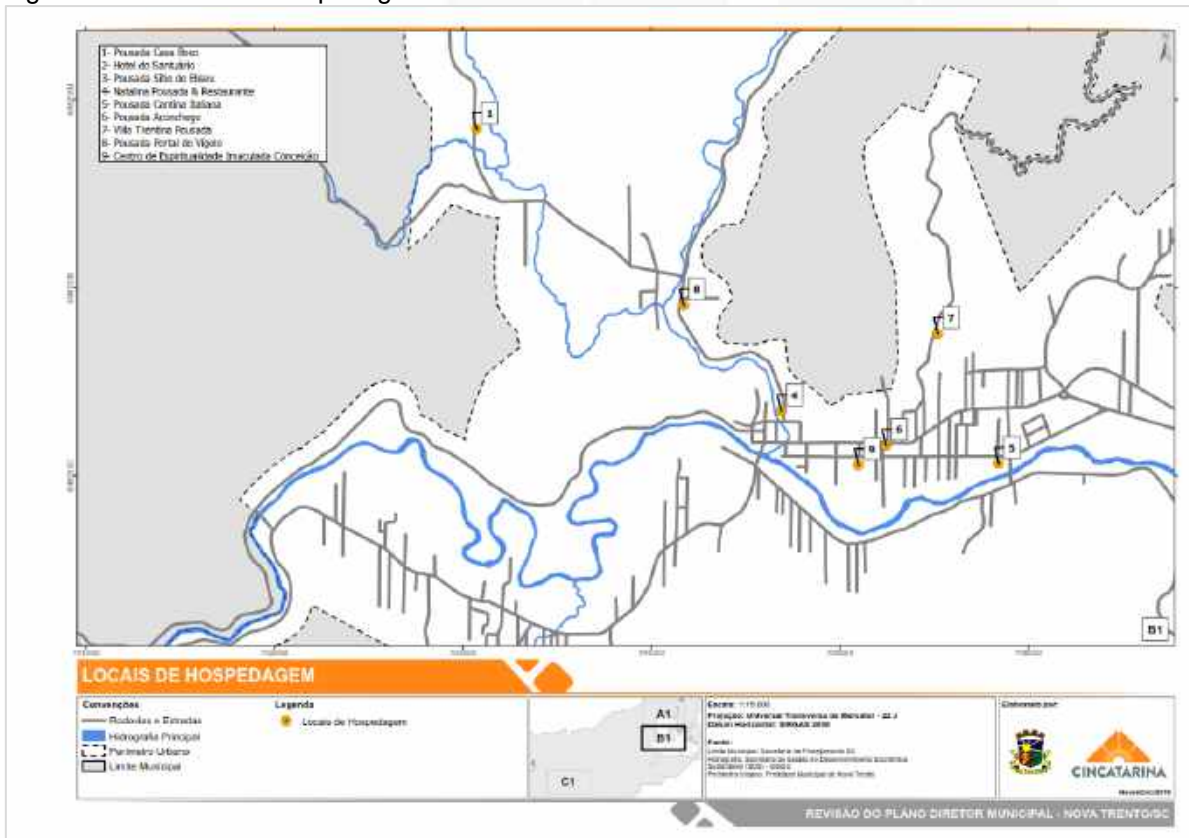
Os serviços de hospedagem para visitantes e turistas no município são realizados majoritariamente por pousadas, onde os serviços oferecidos em boa parte destes estabelecimentos contemplam, internet wi-fi, telefones, televisão, ar-condicionado, cafés da manhã coloniais e comidas típicas, além de estacionamentos para carros e ônibus. As acomodações das pousadas de Nova Trento abrangem todos os públicos e gostos. Geralmente estão localizadas em contato com a natureza e oferecem atividades ao ar-livre a seus hóspedes. A localização das pousadas e hotéis do município estão apresentadas nos Cartogramas entre a Figura 365 a Figura 367, sendo elas: Casa Boso Pousada e Restaurante, Pousada Rural Sítio Sr. Elizeu (Figura 368) Hotel do Santuário (Figura 369), Pousada Aconchego (Figura 370), Pousada e Centro de Espiritualidade Imaculada Conceição – CEIC (Figura 371), Pousada e Cantina Italiana (Figura 372), Pousada e Hospedaria Natalina, Pousada Portal do Vígolo (Figura 373) e Pousada Villa Trentina (Figura 374). Dispostos nas figuras a seguir:

Figura 365 - Locais de hospedagem de Nova Trento.



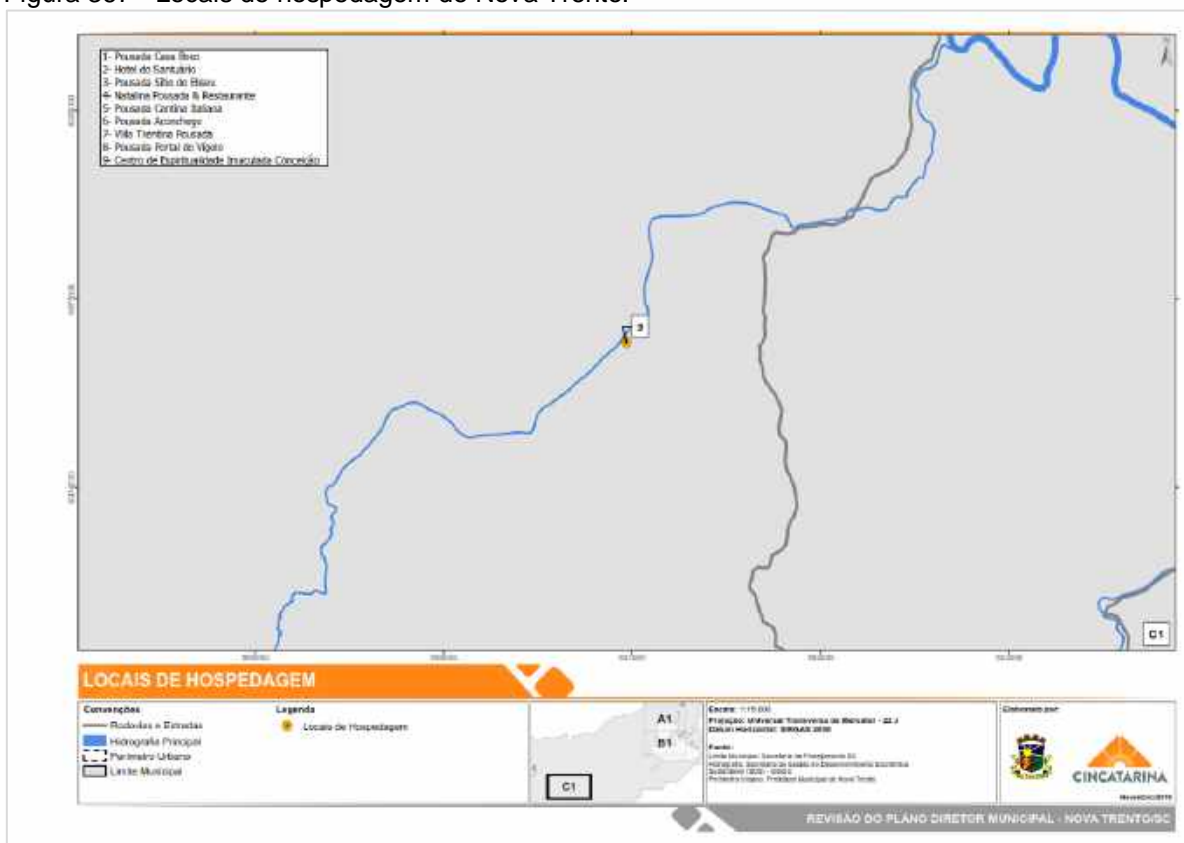
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 366 - Locais de hospedagem de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 367 - Locais de hospedagem de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 368 - Pousada Rural Sítio Sr. Elizeu.



Fonte: Turismo Nova Trento (2019)

Figura 369 - Hotel do Santuário.



Fonte: Turismo Nova Trento (2019)

Figura 370 - Pousada Aconchego.



Fonte: Turismo Nova Trento (2019)

Figura 371 - Pousada e Centro de Espiritualidade Imaculada Conceição - CEIC.



Fonte: Turismo Nova Trento (2019)

Figura 372 - Pousada e Cantina Italiana.



Fonte: Turismo Nova Trento (2019)

Figura 373 - Pousada Portal do Vígolo.



Fonte: Turismo Nova Trento (2019)

Figura 374 - Pousada Villa Trentina.



Fonte: Turismo Nova Trento (2019)

5.2 Infraestrutura urbana

A infraestrutura urbana, é compreendida como um sistema composto por equipamentos e serviços necessários para o desenvolvimento das funções urbanas, visa promover adequadas condições de seus sistemas a comunidade interessada. São exemplos destes sistemas: rede de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana, limpeza urbana, sistema de energia elétrica, sistemas de comunicação e demais.

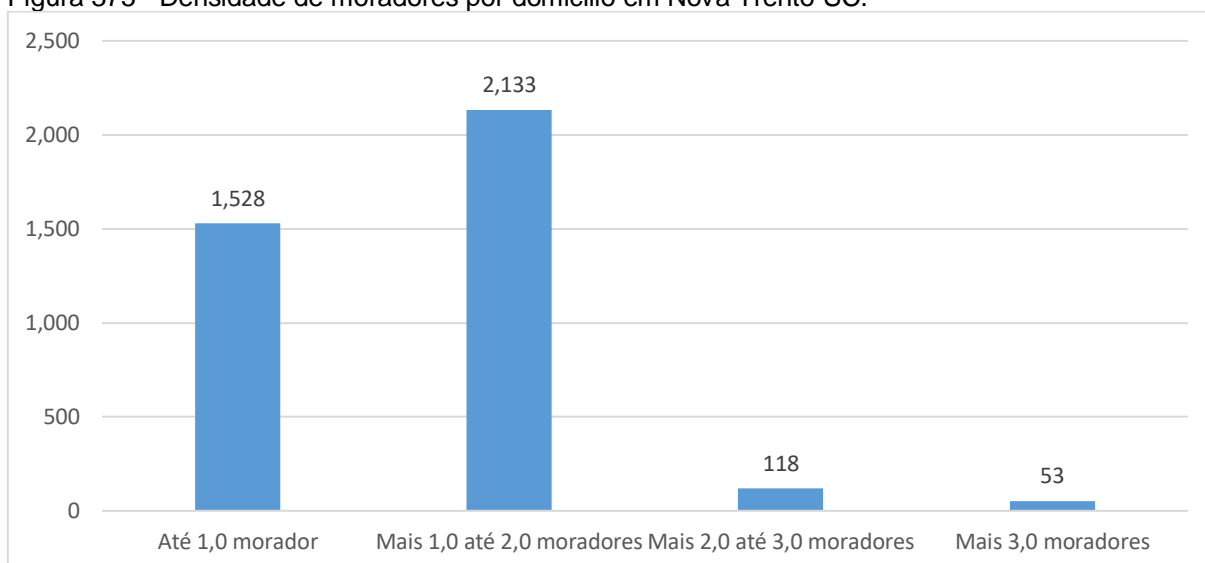
Estes sistemas são normalmente compostos por subsistemas, tais como, um subsistema de abastecimento de água de uma cidade, que possui uma dimensão física, constituída por equipamentos de captação, reservatórios, estações de tratamento e rede de distribuição, além da parte da prestação de serviços composta por manutenção, medição de consumo e cobrança de tarifas, controle da qualidade da água e atendimento ao público.

5.2.1 Habitação

A habitação destaca-se como uma necessidade básica do ser humano, sendo determinante para a qualidade de vida da população. O conhecimento sobre os domicílios e o acesso aos serviços de infraestrutura básica fornecem os subsídios necessários para traçar a caracterização da área e as condições oferecidas aos seus moradores.

Conforme informações do Censo do IBGE (2010), o município possuía 2.898 domicílios na área urbana e 934 na área rural, apresentando uma densidade de moradores por domicílios, conforme demonstra a Figura 375. Observa-se na mesma que a maior parte das residências apresenta até dois moradores por domicílio.

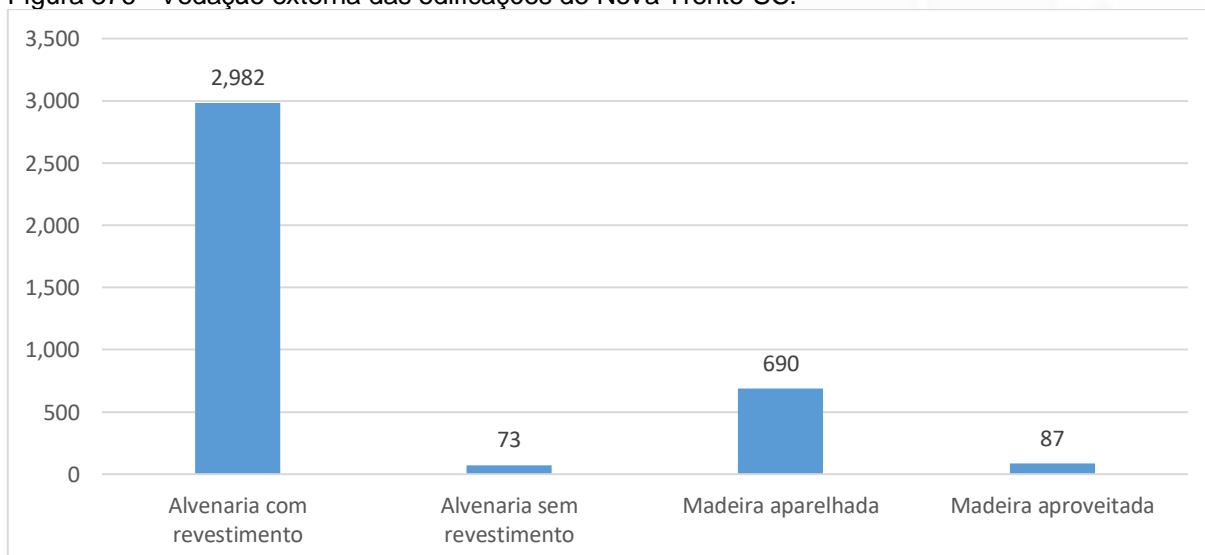
Figura 375 - Densidade de moradores por domicílio em Nova Trento-SC.



Fonte: IBGE (2010)

As vedações externas das edificações averiguada pelo Censo (IBGE, 2010), estão dispostas na Figura 376, apresentando 78% em alvenaria com revestimento, 18% em madeira aparelhada, 2% em madeira aproveitada e 2% em alvenaria sem revestimento.

Figura 376 - Vedação externa das edificações de Nova Trento-SC.



Fonte: IBGE (2010)

Em relação a taxa de ocupação por setores censitários, a Tabela 41 apresenta a distribuição de domicílios por setor censitário e a taxa de ocupação para cada um dele.

Tabela 41 - Distribuição de domicílios por setor censitário em Nova Trento.

SETOR	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO	TAXA DE OCUPAÇÃO
Urbano			
1	199	612	3,08
2	513	1.631	3,18
3	330	1.038	3,15
4	385	1.276	3,31
5	373	1.142	3,06
6	284	831	2,93
7	340	1.029	3,03
8	66	235	3,56
9	269	850	3,16
10	27	80	2,96
11	112	376	3,36
TOTAL URBANO	2.898	9.100	3,14
Rural			
12	113	376	3,33
13	150	489	3,26
14	67	202	3,01
15	113	344	3,04
16	10	26	2,60
17	163	562	3,45
18	24	83	3,46
19	293	976	3,33
TOTAL RURAL	933	3.058	3,28
TOTAL GERAL	3.831	12.158*	3,17

Fonte: IBGE (2010)

*O resultado diz respeito a quantidade de moradores em domicílios particulares permanentes e não a população residente.

Na área urbana, o setor 8 é o que possui a maior taxa de ocupação por domicílio com 3,56 hab./dom, já na área rural a maior taxa de ocupação se encontra no setor 18, com 3,46 hab./dom.

5.2.2 Saneamento básico

O saneamento básico pode ser definido como um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e

manejo das águas pluviais urbanas. Ele garante uma melhor condição de vida a população e auxilia indiretamente na qualidade do meio ambiente. Ao dar um destino adequado ao esgoto e aos resíduos sólidos, evita-se a poluição de rios e lagos, por exemplo.

É importante destacar que todas as cidades devem garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, ou seja, devem levar esses serviços a todas as residências.

5.2.2.1 Abastecimento de água

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), autarquia Municipal criada através de Lei Municipal em 1991, é atualmente a responsável pelo abastecimento de água do município. O início da operação da SAMAE no município ocorreu em 16 de outubro de 1993, data em que foi inaugurada a ETA instalada na localidade de Vasca.

Atualmente o município possui 2 sistemas públicos de tratamento de água gerenciados pela autarquia e um terceiro sistema independente, e privado, que atende a região do Santuário de Santa Paulina. Há ainda, de acordo com informações da SAMAE, pequenos sistemas coletivos que utilizam água de mananciais superficiais, no entanto não há cadastro ou qualquer tipo de controle sobre esses sistemas.

O sistema principal do município, que atende a sede municipal e maior parte do perímetro urbano, conta com captação superficial de água através de dois ribeirões. A captação se dá através de duas barragens de elevação de nível em concreto, compostas por caixa de coleta e tubulação perfurada com tela. A água captada é direcionada, por gravidade, à estação de tratamento de água através de adutora DN 200 mm. A estação de tratamento é composta por sistema filtração através de dois clarificadores de contato, seguidos por conjunto de filtros lentos descendentes e processo de desinfecção e fluoretação.

A estação de tratamento de água do sistema sede é do tipo filtração completa, encontra-se em um ponto elevado do município (coordenadas UTM: 702306 m E; 6977280 m S), no bairro Vasca, e apresenta as seguintes etapas de tratamento:

Filtração rápida ► Filtração Lenta ► Fluoretação ► Desinfecção

O sistema de abastecimento do distrito de Claraíba, também operado pela autarquia, atende a comunidade através de 3 pequenas captações superficiais, sendo a principal fonte desse sistema o Ribeirão Claraíba. A água captada é direcionada, por gravidade, à ETA Claraíba, onde é submetida aos processos de filtração (filtros lentos descendentes), desinfecção e fluoretação. Após o tratamento esta é reservada e segue para distribuição. O tratamento de água se dá através de estação de tratamento de água do tipo filtração lenta, que possui 4 filtros lentos de fluxo descende.

O sistema de abastecimento do Santuário Santa Paulina atende o Santuário e os centros comerciais que fazem parte desse complexo. Trata-se de um sistema isolado e privado, não sendo gerido pela administração pública.

5.2.2.2 Esgotamento sanitário

A NBR 9.648 (ABNT, 1.986) define esgoto sanitário como: “despejo líquido constituído de esgotos domésticos e industrial, águas de infiltração e contribuição pluvial parasitária”, sendo o esgoto doméstico o efluente do uso da água para higiene e necessidades humanas, o industrial o despejo líquido resultante de processos fabris, a água de infiltração a água subterrânea que penetra nas tubulações e a contribuição pluvial parasitária uma parcela das águas de chuva, que inevitavelmente são absorvidas pela rede coletora de esgoto sanitário.

Não existe no município de Nova Trento sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário, sendo empregadas soluções individuais para tal finalidade.

A Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico, dispõe em seu Art. 45.

“Ressalvadas as disposições em contrário das normas do titular, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.”

“§ 1 Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.”

Sistemas de tratamento individuais podem ser soluções satisfatórias para o tratamento dos efluentes, desde que estejam corretamente dimensionados, executados e com a devida manutenção e controle do tratamento. Portanto, é uma alternativa possível caso seja inviável economicamente ou tecnicamente a implantação do sistema coletivo de coleta e tratamento de esgoto.

O Código de Obras Municipal, instituído pela Lei nº 1.738 de 2000, define que todas as edificações que não sejam servidas por rede pública de coleta de esgoto sanitário deverão possuir sistema de tratamento de efluentes individual ou coletivo projetado em conformidade com as recomendações municipais e normas da ABNT. Assim, para efeito de liberação e regularização de obras, a prefeitura municipal de Nova Trento exige apresentação de projeto de sistema de tratamento individual que inclua fossa séptica e filtro anaeróbio.

Apesar desta lei estar em vigor desde 2000, de acordo com o censo demográfico de IBGE de 2010, apenas 75,1% dos domicílios urbanos possuíam naquele ano sistema de tratamento com fossa séptica, restando aos outros 24,9% outras formas de tratamento e disposição do esgoto, como: emprego de fossas rudimentares, diretamente em cursos d'água, rede pluvial etc. Na situação rural, o cenário é mais crítico, com apenas 32,4% dos domicílios fazendo o uso de fossas sépticas para o tratamento de seus efluentes.

Na Tabela 42 é possível observar os dados relacionados ao tipo de esgotamento sanitário existente no Município por setor e situação: urbano ou rural.

Tabela 42 - Domicílio que possuem fossa séptica - IBGE 2010

Setor	Distrito	Situação	Domicílios	Sistema de esgotamento sanitário através de fossa séptica %
421150405000001	Sede	Urbano	199	92,5
421150405000002	Sede	Urbano	513	78,4
421150405000003	Sede	Urbano	330	63,6
421150405000004	Sede	Urbano	385	94,8
421150405000005	Sede	Urbano	373	73,7
421150405000006	Sede	Urbano	284	46,8
421150405000007	Sede	Urbano	340	84,4
421150405000016	Sede	Urbano	66	71,2
421150405000017	Sede	Urbano	269	65,8
421150410000001	Aguti	Urbano	27	51,9
421150415000001	Claraíba	Urbano	112	74,1
421150405000008	Sede	Rural	113	33,6
421150405000009	Sede	Rural	150	14,7
421150405000010	Sede	Rural	67	22,4
421150405000011	Sede	Rural	113	3,5

421150405000013	Sede	Rural	10	10,0
421150410000002	Aguti	Rural	163	41,7
421150410000003	Aguti	Rural	24	16,7
421150415000002	Claraíba	Rural	293	51,2

Fonte: IBGE (2010)

Com o passar dos anos houve uma melhoria nos procedimentos de avaliação dos projetos, o que provavelmente deve ter contribuído para uma evolução do número de domicílio com sistemas de tratamento individual adequado.

Destaca-se que a legislação municipal não explicita a obrigatoriedade da manutenção dos sistemas implantados, não havendo dados no município que indiquem se os domicílios realizam a limpeza periódica de seus sistemas. Assim, não se pode assegurar que os sistemas implantados estão operando adequadamente.

Em julho de 2019, o SAMAE celebrou o contrato 25/2019 com a empresa CGM Engenharia e Topografia Ltda para a elaboração de nova concepção e projetos executivos do sistema de esgotamento sanitário para a sede urbana municipal, prevendo a execução de novo levantamento topográfico, estudos ambientais e estudo de viabilidade para embasar a construção dos produtos.

5.2.2.3 Limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos

Conforme Constituição Federal os serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos urbanos são de titularidade do Município. Em Nova Trento as responsabilidades e fiscalizações dos serviços de manejo, coleta, transporte e destino final dos resíduos sólidos estão divididas conforme a Tabela 43 a seguir:

Tabela 43 - Responsáveis por cada tipo de resíduo no município.

TIPO DE RESÍDUO	ENTE RESPONSÁVEL
Resíduos Domiciliares	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Resíduos Recicláveis	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Resíduos dos serviços de Limpeza pública	Secretaria de Obras
Resíduos dos serviços de saúde	Secretaria Municipal de Saúde

Fonte: Prefeitura de Nova Trento (2019)

Cabe ressaltar que os resíduos comerciais que possuem as características semelhante à dos domiciliares também são coletados pelo poder público. A Tabela 44 apresenta os atuais executores dos serviços de limpeza e manejo de resíduos sólidos no município.

Tabela 44 - Responsáveis pelos serviços de manejo, coleta, de transporte, de destino final dos resíduos sólidos.

SERVIÇO	EXECUTOR
Coleta Convencional	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Coleta seletiva	Reciclagem Wanat
Coleta de resíduos dos serviços de Limpeza pública	Secretaria de Obras
Coleta de resíduos da saúde	Servioeste Soluções Ambientais Ltda
Triagem da coleta seletiva	Reciclagem Wanat
Destino final dos resíduos da saúde	Servioeste Soluções Ambientais Ltda
Disposição final dos resíduos domiciliares	Recycle Catarinense de Resíduos Ltda

Fonte: Prefeitura de Nova Trento (2019)

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, naquele ano, o serviço de coleta de resíduos atendia aproximadamente 97,6% da população permanente urbana do município, em relação a área rural esses valores eram inferiores a 50%, os dados setorializados são apresentados na Tabela 45.

Tabela 45 - População atendida pelos serviços de coleta de resíduos por setor em 2010.

Setor	Distrito	Situação	População	Atendida por serviço de coleta (%)	Não atendida por serviço de coleta (%)
01	Sede	Urbano	612	100,0	0,0
02	Sede	Urbano	1631	98,2	1,8
03	Sede	Urbano	1038	99,9	0,1
04	Sede	Urbano	1276	100,0	0,0
05	Sede	Urbano	1142	98,3	1,7
06	Sede	Urbano	831	99,5	0,5
07	Sede	Urbano	1029	96,1	3,9
16	Sede	Urbano	235	91,9	8,1
17	Sede	Urbano	850	98,4	1,6
01	Aguti	Urbano	80	0,0	100,0
01	Claraíba	Urbano	376	97,6	2,4
08	Sede	Rural	376	26,6	73,4
09	Sede	Rural	489	15,7	84,3
10	Sede	Rural	202	18,8	81,2
11	Sede	Rural	344	36,0	64,0
13	Sede	Rural	26	30,8	69,2
02	Aguti	Rural	562	41,8	58,2
03	Aguti	Rural	83	0,0	100,0
02	Claraíba	Rural	976	73,5	26,5
População urbana (%)				97,6	2,4
População rural (%)				42,5	57,5
População total (%)				83,8	16,2

Fonte: IBGE (2010)

Nas informações disponibilizadas pelo Censo não há diferenciação entre a coleta convencional e coleta de resíduos recicláveis. Não sendo possível aferir a cobertura desses serviços separadamente. Conforme informações da Secretaria de Meio Ambiente, atualmente, a coleta de recicláveis atende, a cada 3 meses, todo o município de Nova Trento.

5.2.2.4 Drenagem de águas pluviais

O sistema de drenagem faz parte de um conjunto de equipamentos públicos existentes na área urbana e é sensato que o mesmo seja planejado de forma integrada com os demais equipamentos públicos existentes, como as redes de água, de esgotos sanitários, de cabos elétricos e telefônicos, pavimentação de ruas, guias e passeios, parques, áreas de recreação e lazer, entre outros.

Apesar da extrema importância que a gestão das águas pluviais apresenta para a saúde, segurança e bem-estar das comunidades urbanas, este segmento tem sido deixado de lado por muitas administrações municipais e de forma geral é tratada de modo superficial, com falhas no planejamento, execução e fiscalização das obras. As redes de drenagem são deficientes em dimensão, extensão e número de bocas de lobo porque as administrações aplicavam o conceito antigo de drenagem “escoar rapidamente as águas da chuva de uma determinada área, transferindo vazões e problemas para jusante das bacias”, desconsiderando parcial ou completamente os parâmetros técnicos. Esse comportamento tem se convertido em ônus econômico cada vez maior e representa muitos riscos para população urbana.

A maioria das divisas municipais de Nova Trento são divisores de água, ou seja, montanhas que separam as duas bacias hidrográficas, a Bacia do Rio Tijucas e a Bacia do Itajaí-Açú, que fazem parte do sistema da vertente do Atlântico. Pertencendo a Bacia Hidrográfica do Rio Tijucas, Nova Trento encontra-se em uma situação privilegiada, pois o principal rio do Município, o Rio do Braço, recebe poluição hídrica somente do Município de Leoberto Leal, onde este rio tem sua nascente. Após Leoberto Leal, o Rio do Braço deságua paralelo à rodovia SC-411, passando por Nova Trento e São João Batista, onde junta suas águas com o Rio Tijucas, o qual passa por Canelinha e finalmente banha a cidade de Tijucas onde cruza com a rodovia BR-101,

na qual há duas grandes pontes. Poucos quilômetros após, deságua no oceano Atlântico, a cerca de 50 km ao norte de Florianópolis.

Além do Rio do Braço, Nova Trento é cortada pelo Ribeirão Alferes e dos Porcos. Sendo o Alferes que apresenta maior volume fluvial, drenando a região ao norte do Município e conduzindo toda sua vazão para o rio do Braço, onde se encontra com suas águas após cruzar o centro da cidade.

Observa-se a ocorrência de ocupações de várzeas e/ou planícies de inundações ao longo do Rio do Braço. Além do não atendimento dos aspectos legais de ocupação, essas áreas ficariam desprovidas de infraestrutura de drenagem adequada, fazendo com que as soluções para estas ocupações não planejadas sejam bastante onerosas ou até mesmo inviáveis em função do nível do lençol freático e do refluxo de elevação do nível dos rios.

A responsabilidade pela execução das obras e manutenção da drenagem urbana no Município é da Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, criada a partir da Lei nº 1.130, de 28 de maio de 1991.

De acordo com a Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, não existem registros cadastrais da rede de drenagem. Segundo a mesma secretaria, estima-se que a malha viária do município apresente a seguinte configuração:

Tabela 46 - Situação da pavimentação da malha viária do município de Nova Trento.

TIPO DE PAVIMENTO	EXTENSÃO (KM)	%
Pavimento asfáltico	8	1,08
Pavimento com pedras	30	4,07
Sem pavimento	700	94,85
Total	738	100,00

Fonte: Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento (2019)

5.2.2.4.1 Sistema de macrodrenagem

A macrodrenagem existente na região urbana de Nova Trento é caracterizada pela presença do Rio do Braço, principal rio que corta o Município e a cidade de Nova Trento, aliado a pequenos, porém importantes ribeirões que drenam regiões montanhosas do Município, como o Frederico, o Alferes, da Onça e dos Porcos.

O Rio do Braço ao cruzar o Município de Nova Trento, encontra uma calha de drenagem relativamente plana, ondulada e espraçada. Onde o Rio serpenteia-se pela planície Trentina em direção ao Município vizinho de São João Batista.

A estrutura de Macrodrenagem implantada no Município é composta de pontes e galerias, que possuem como principal função conduzir as águas pluviais, através das calhas naturais para os respectivos cursos d'água.

5.2.2.4.2 Sistema de microdrenagem

A distribuição das precipitações pluviais ao longo do ano é bastante regular e uniforme, não havendo período de estiagem definido.

Em geral, na área central da cidade, o sistema de drenagem de águas pluviais existente é adequado. Há, no entanto, áreas com problemas pontuais de drenagem, que, segundo informações do município, já foram estudadas e tiveram seus projetos de adequação elaborados.

5.2.3 Energia elétrica

A energia elétrica do Município é fornecida pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC, com 5.394 unidades consumidoras até julho de 2018. A Tabela 47 e a Figura 377 apresentam o número de ligações por classe.

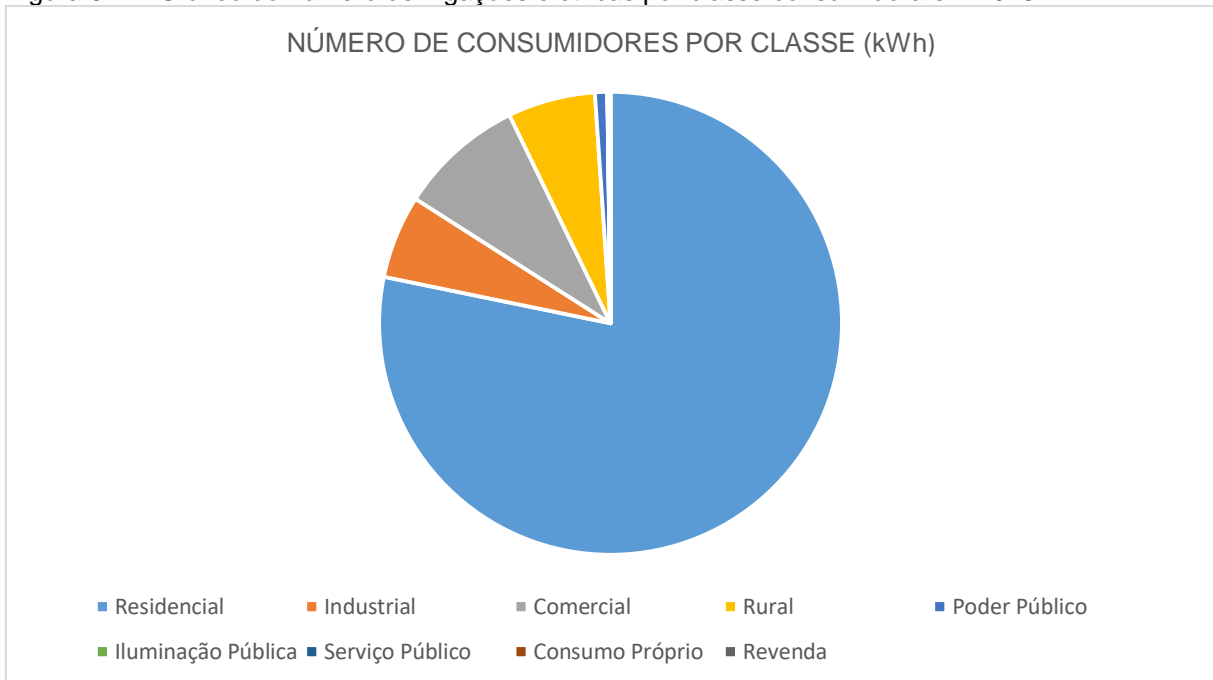
Tabela 47 - Ligações elétricas por classe de consumidores em Nova Trento de 2014-2018.

NÚMERO DE CONSUMIDORES POR CLASSE (kWh)					
CLASSES	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial	3.902	3.986	4.085	4.153	4.185
Industrial	256	277	289	299	311
Comercial	398	392	396	460	469
Rural	324	331	331	328	327
Poder Público	33	48	46	45	46
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	8	10	11	9	9
Consumo Próprio	-	1	1	1	1
Revenda	1	1	1	1	1
Total geral	4.923	5.047	5.161	5.297	5.350

Fonte: CELESC (2018)

*Observações: dados referentes até julho de 2018.

Figura 377 - Gráfico do número de Ligações elétricas por classe consumidora em 2018.



Fonte: CELESC (2018)

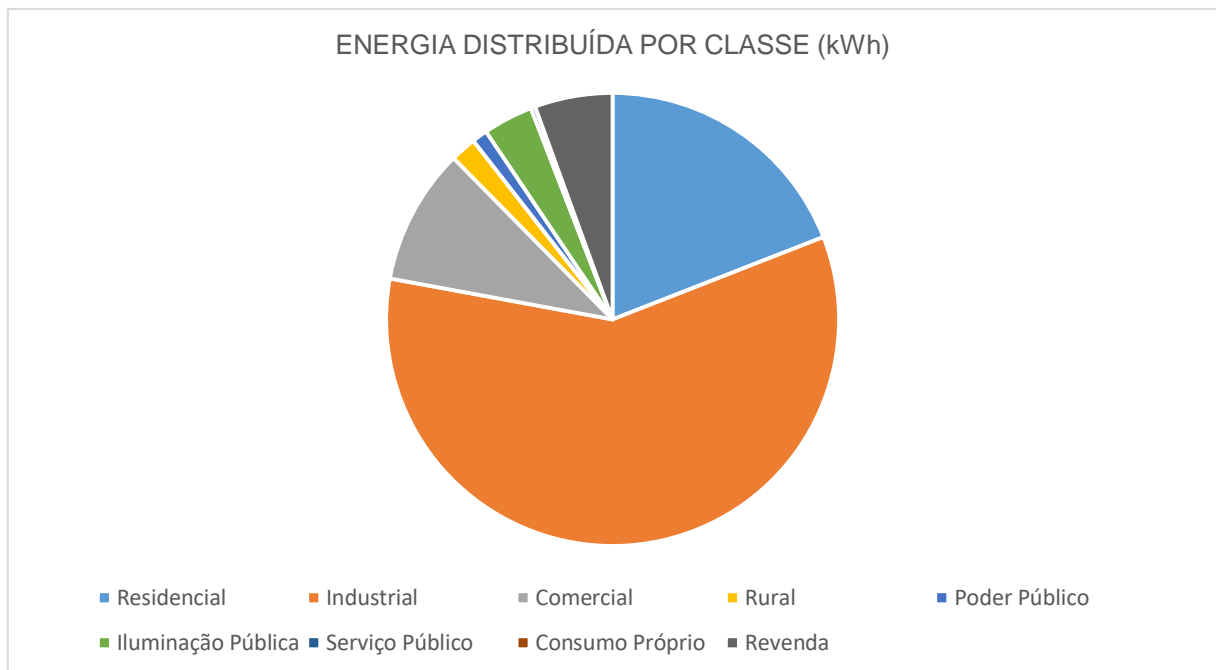
Já a Tabela 48 e a Figura 378 apresentam o consumo de energia elétrica por classe, em kWh.

Tabela 48 - Energia distribuída por classe de consumidores em Nova Trento em 2017.

ENERGIA DISTRIBUÍDA POR CLASSE (kWh)	
CLASSES	JANEIRO- DEZEMBRO DE 2017
Residencial	10.218.762
Industrial	31.515.867
Comercial	5.208.209
Rural	991.223
Poder Público	588.280
Iluminação Pública	1.908.379
Serviço Público	168.635
Consumo Próprio	3.692
Revenda	2.975.978
Total geral	53.579.025

Fonte: CELESC (2018)

Figura 378 - Proporção de consumo de energia elétrica por classe consumidora em 2017.

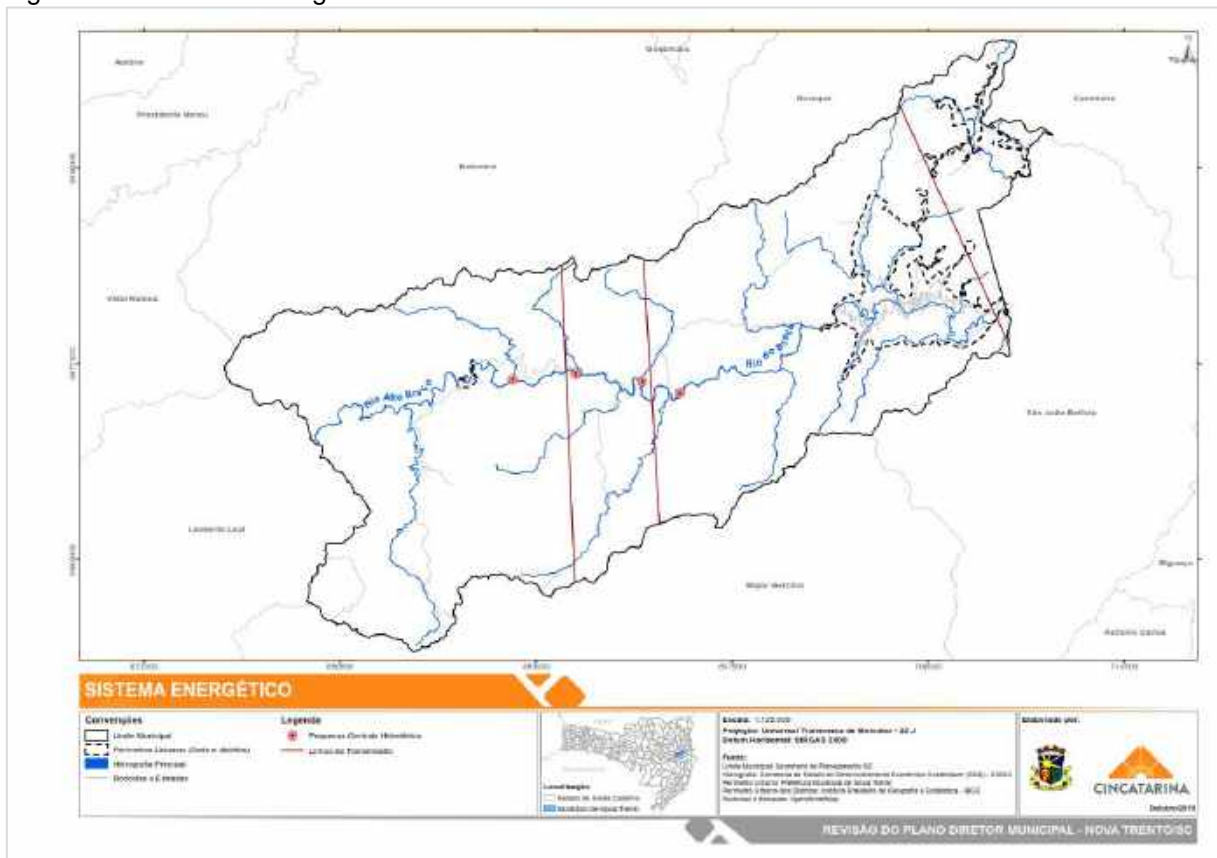


Fonte: CELESC (2018)

Em Nova Trento, nos deparamos com quatro PCH-Pequeñas centrais hidrelétricas, localizadas no Rio do Braço e Rio Braço Alto, dispostas conforme a Figura 379, havendo grande capacidade de geração de energia nos cursos d'água do município. Além das PCH's o sistema energético do município, é composto por três linhas de transmissão de energia, também apresentadas na mesma figura.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as PCH's em Nova Trento são denominadas de PCH Aguti, PCH São Sebastião e PCH São Valentim, com uma quarta em processo de construção. As centrais operantes, são de responsabilidade da empresa do setor elétrico Cortesa. Instaladas no Rio Alto Braço, as PCH têm capacidade total de 10 megawatts e se conectam ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que compreende todo o sistema de produção e transmissão de energia elétrica no Brasil.

Figura 379 - Sistema energético de Nova Trento.



Fonte: CIMCATATINA (2019)

5.2.4 Comunicações

Os principais meios de comunicação do município estão dispostos na Tabela 49. Observa-se que, além dos veículos de comunicação destacados, Nova Trento conta com acesso a jornais e revistas de circulação regional e nacional. Em relação à internet móvel, o município já é atendido por 3G e 4G, conforme demonstrado na mesma tabela.

Tabela 49 - Principais meios de comunicação do município.

TIPO DE VEÍCULOS	EMPRESA
Jornais	O Trentino (semanal)
Rádios AM e FM	Rádio 102 FM e Rádio Nova Trento FM
Emissoras de TV	Globo, Rede Vida, Record, Record News, Bandeirantes e SBT
Agências de correios	03 agências
Telefonia	CLARO (4G), OI (4G), TIM (4G), VIVO (4G) e NEXTEL (3G)

Fontes: Correios (2019); ANATEL (2019); ADJORISC (2019); Rádios (2019)

5.2.5 Mobilidade urbana

A mobilidade urbana é um vasto tema, que vai além do debate referente ao transporte urbano e engloba questões de planejamento urbano, como o uso e a ocupação do solo. A saúde e a qualidade de vida das pessoas estão profundamente ligadas às suas condições de locomoção diárias, por isso a importância de se buscar modelos de cidades sustentáveis.

5.2.5.1 Hierarquização viária

A hierarquia do sistema viário envolve de maneira integrada todas as modalidades de transporte sejam motorizadas ou não motorizadas, assim como, engloba a infraestrutura necessária para atender o fluxo de cada um deles. Deste modo, para classificar a hierarquização viária de um município é primordial identificar o papel que cada tipo de via exerce na circulação urbana, considerando os diversos modais de transporte e não somente os veículos motorizados.

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) em seus artigos 60 e 61 discorrem quanto a classificação viária, a qual define as velocidades máximas permitidas em cada tipo de via, a menos que, o órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via regulamente velocidades superiores ou inferiores, através de sinalização. O código ainda em seu Anexo I, divide as vias em urbanas (vias de trânsito rápido, arteriais, coletoras e locais) e rurais (rodovias e estradas), com as seguintes definições:

VIA - superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central.

VIA DE TRÂNSITO RÁPIDO - aquela caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível. Velocidade máxima: oitenta quilômetros por hora.

VIA ARTERIAL - aquela caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade. Velocidade máxima: sessenta quilômetros por hora.

VIA COLETORA - aquela destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade. Velocidade máxima: quarenta quilômetros por hora.

VIA LOCAL - aquela caracterizada por interseções em nível não semaforizadas, destinada apenas ao acesso local ou a áreas restritas.

VIA RURAL - estradas e rodovias. Velocidade máxima: trinta quilômetros por hora.

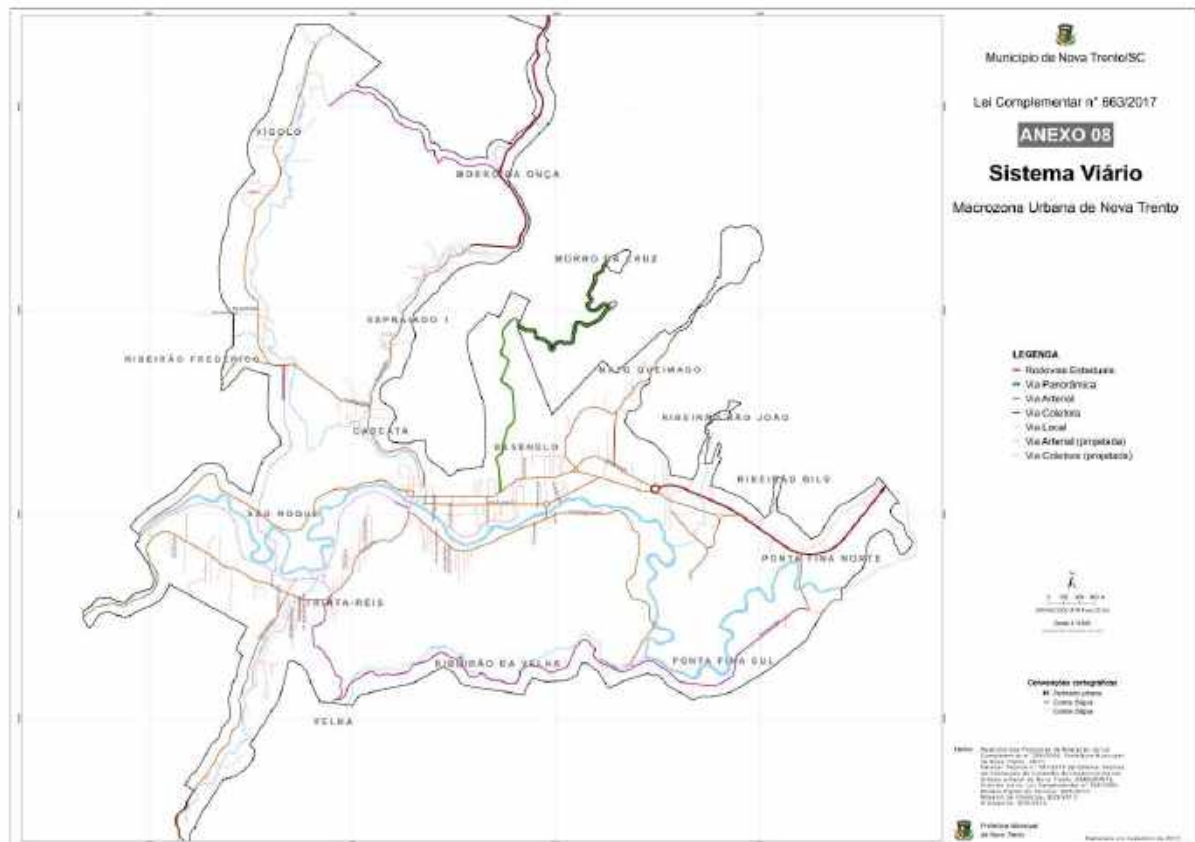
VIA URBANA - ruas, avenidas, vielas, ou caminhos e similares abertos à circulação pública, situados na área urbana, caracterizados principalmente por possuírem imóveis edificados ao longo de sua extensão. (BRASIL, 1997)

A Lei Complementar nº 266/2009, discorre acerca das normas das relativas ao Plano Diretor, entre os artigos 175 a 181, são tratadas as diretrizes para a rede viária do município. O artigo 176, discorre acerca da circulação das vias, estabelecendo que a hierarquização do sistema viário se vincula a classificação de incomodidade constante no artigo 141, I a IV.

Ainda na lei do Plano Diretor, no Capítulo III, são estipuladas estratégia de melhoria do sistema viário e transporte público coletivo de passageiros.

A definição do sistema viário da macrozona urbana de Nova Trento é apresentada no Mapa do Anexo 8 da lei do Plano Diretor, o qual está disposto na Figura 380, este anexo foi alterado pela Lei Complementar 663/2017. Cabe ressaltar que não há mapeamento do sistema viário dos distritos do Aguti e do Claraíba.

Figura 380 - Mapa do Sistema Viário da Macrozona Urbana de Nova Trento.



Fonte: Nova Trento (2008)

5.2.5.2 Principais conflitos no sistema viário

Um dos principais conflitos no sistema viário, averiguado “*in-loco*” nas vias de Nova Trento foi a largura, que por muitas vezes são extremamente estreitas e não ultrapassam cinco metros de largura. Tais vias geralmente não apresentam a possibilidade de alargamento devido estarem situadas em áreas consolidadas, onde as edificações possuem recuos frontais pequenos ou inexistentes. A Travessa Antônio Demonti, na Figura 381, exemplifica esta tipologia de via, nela é notória que a largura da via impossibilita até mesmo a realização de manobras com veículos, além disso, também é visível a falta de infraestrutura destinada a pedestres.

Figura 381 – Travessa Antônio Demonti, Centro, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

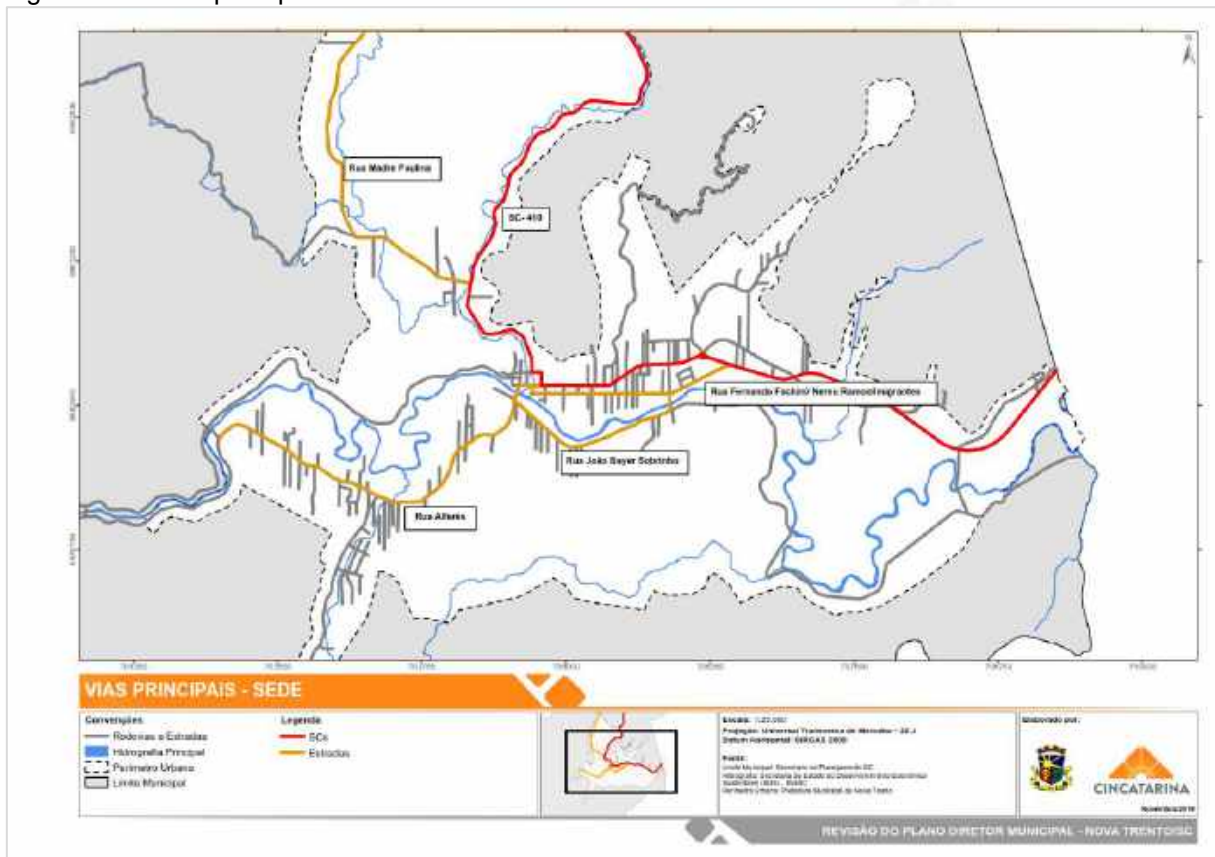
5.2.5.2.1 Vias principais

Para definição dos pontos de conflito de trânsito existentes, foi necessário analisar as características das vias do município e identificar a hierarquização viária do município de Nova Trento. Neste trabalho, o conceito de vias principais foi definido como sendo aquelas vias que apresentam maior fluxo e quantidade de acessos, tendo como característica a existência de comércios, serviços e polos geradores de viagem.

Por conta disso, são as principais vias de circulação dos diversos modais de transporte que estão de passagem ou transitando pelo município para seus deslocamentos diários visto que, também refletem diretamente no trânsito e na

segurança viária da população residente na região. Estas vias estão identificadas na Figura 382.

Figura 382 - Vias principais da sede urbana de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

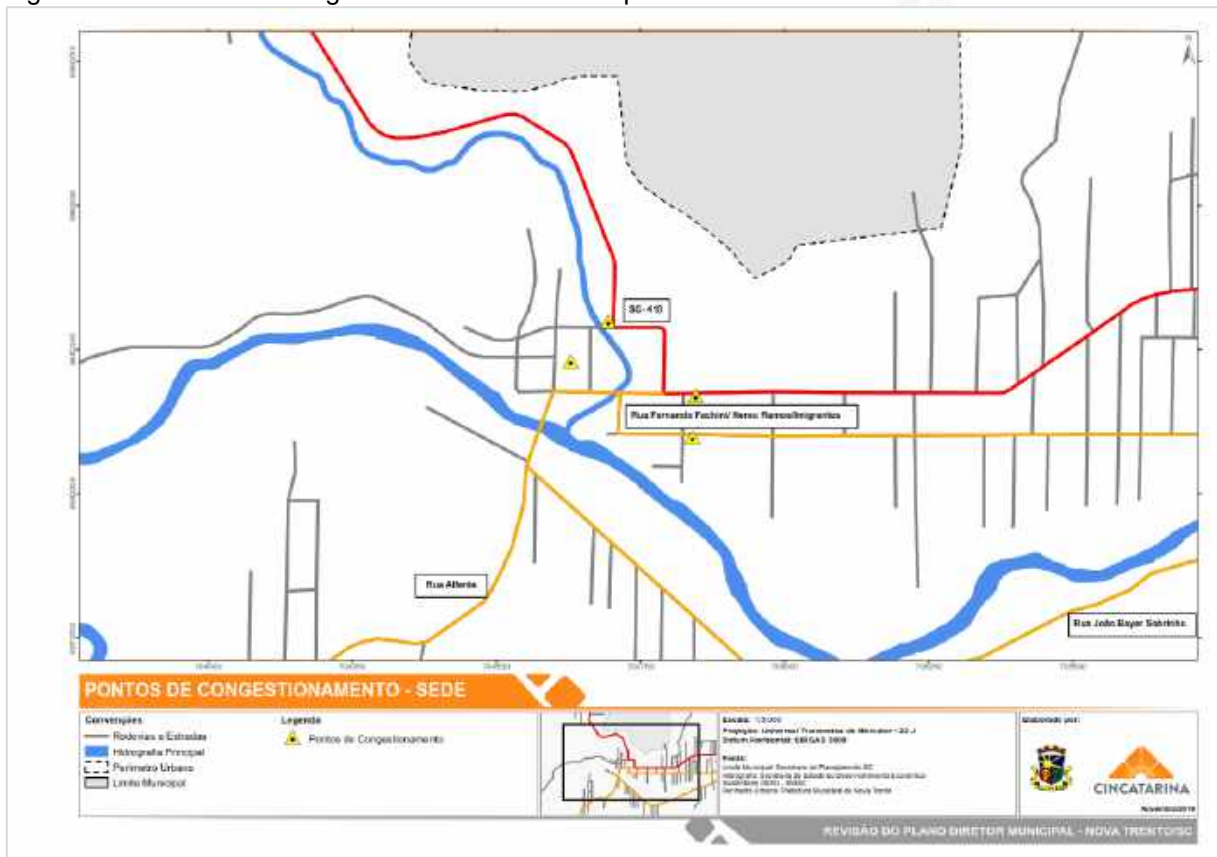
5.2.5.2.2 Pontos de congestionamento

Os dados referentes aos pontos de congestionamento no município de Nova Trento foram identificados através de pesquisa de campo em horários de pico, e também em consulta com a Prefeitura Municipal e moradores do município.

Foram apontados quatro pontos de congestionamento: na Praça Getúlio Vargas, Na Rua Santo Inácio (em frente à Praça Del Comune), no cruzamento entre a Rua Floriano Peixoto e Rua Nereu Ramos e a última entre a ponte Governador Nereu Ramos e a Rua Hipolito Boiteux (SC- 410), os quais estão demonstrados na Figura 383. Estes pontos de congestionamento são mais intensos em horários de pico, como das 07:30 às 08:00hrs, das 11:30 às 13:30hrs, das 18:00 às 19:30hrs e estão

associadas as vias principais, ao fluxo advindo dos polos geradores de tráfego e a ampliação dos problemas de trânsito associados a estes.

Figura 383 - Pontos de congestionamento no município de Nova Trento.



Fonte: CINCATARINA (2019)

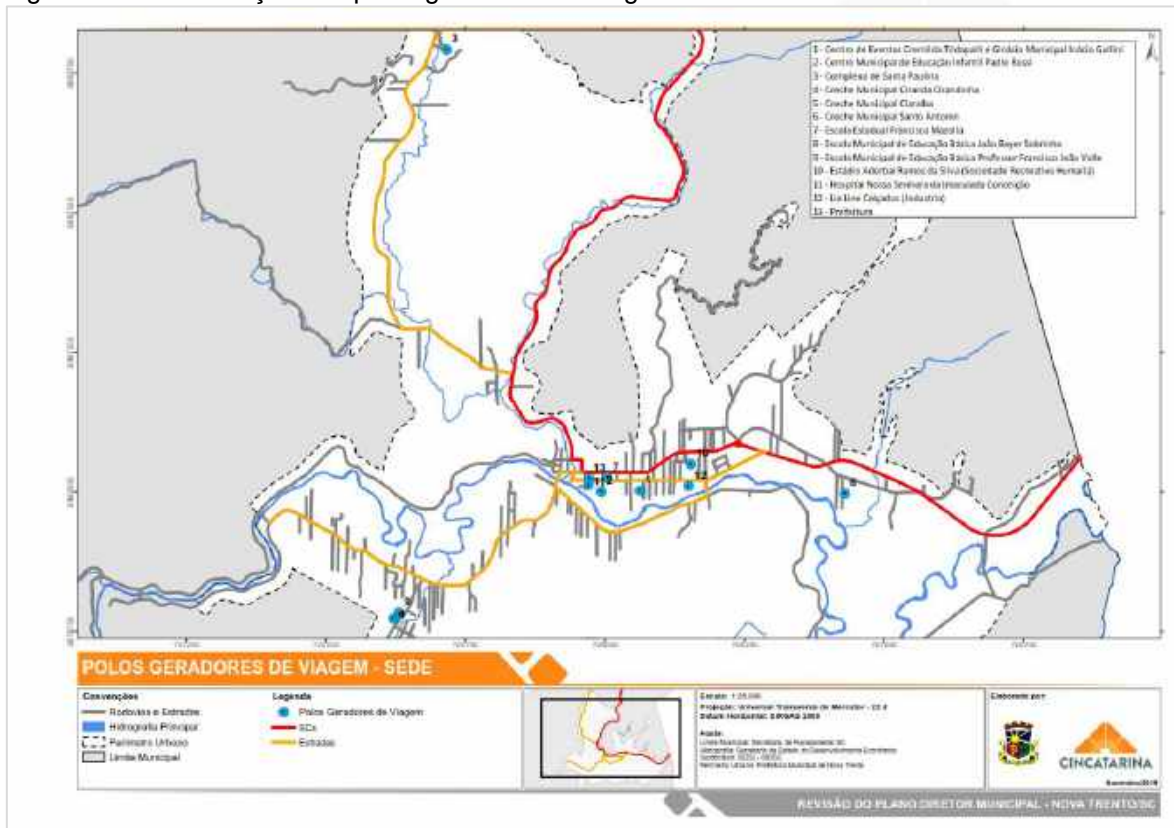
5.2.5.2.3 Principais polos geradores de viagens

O trânsito resulta das necessidades de deslocamento das pessoas por motivo de trabalho, de negócios, de educação, de saúde e de lazer e acontece em função da ocupação do solo pelos diferentes usos.

Os destinos que ocasionam esses deslocamentos, são por sua vez, caracterizados como polos geradores de viagens, e são definidos segundo o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN (2001), como empreendimentos de grande porte que atraem ou produzem grande número de viagens, causando reflexos negativos na circulação viária em seu entorno imediato, prejudicando a acessibilidade de toda a região, além de agravar as condições de segurança de veículos e pedestres.

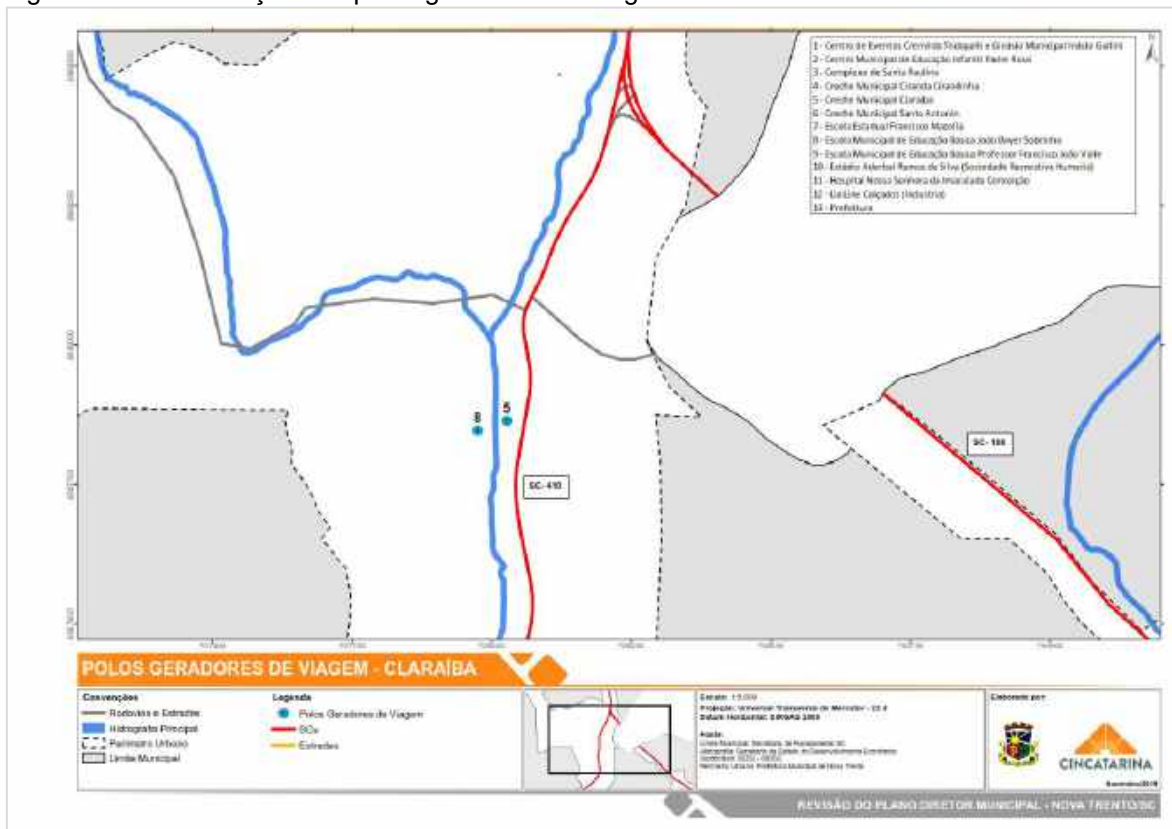
Baseados neste conceito, foram identificados 13 polos geradores de viagens em todo o município, com suas localizações apresentadas na Figura 384 para a Sede e na Figura 385 para o Distrito de Claraíba.

Figura 384 - Localização dos polos geradores de viagens da Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 385 - Localização dos polos geradores de viagens do Distrito do Claraíba.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Percebe-se que os empreendimentos urbanos e religiosos instalados no município de Nova Trento, que surgiram a partir do adensamento de novas atividades comerciais e de serviços, tornam-se polos geradores de viagens devido aos seus usos e a concentração de pessoas diariamente nestes locais. Fator que hoje, altera significativamente as condições de circulação das pessoas e seus veículos no sistema viário adjacente aos polos geradores de viagens bem como, altera o padrão das viagens em sua região de influência.

5.2.5.3 Pavimentação das vias

A pavimentação é uma estrutura de múltiplas camadas construída sobre a superfície de terraplenagem e destinada, técnica e economicamente, a resistir aos esforços oriundos do tráfego e a melhorar as condições de rolamento ao usuário, com conforto, economia e segurança.

Para que o município apresente melhorias na mobilidade urbana, é primordial a execução e manutenção da pavimentação das vias dos municípios, essas obras

auxiliam diretamente no fluxo dos diferentes modais de transporte e na qualidade de vida da população.

A pavimentação existente nas vias de Nova Trento é composta por pavimentação asfáltica, paralelepípedos e blocos (lajotas) cimentícios sextavado.

A maioria das vias centrais recebem pavimentação em paralelepípedos, sendo que a SC-410 recebe pavimentação asfáltica no sentido São João Batista – Nova Trento, até a frente da Praça Padre Alfredo Russel. As vias locais geralmente apresentam pavimentação com blocos cimentícios sextavados e paralelepípedos.

Nos levantamentos realizados, foi verificada a existência de várias vias sem nenhum tipo de pavimentação de maneira especial em regiões periféricas das áreas urbanas.

Constatou-se ainda em verificação “in loco”, que devido ao tipo de pavimentação de diversas ruas da cidade ser em material drenante, e, agravado fluxo de veículos de carga que apresentam excesso de peso para o tipo de pavimento presente, em vários trechos, a pavimentação está sendo danificada.

5.2.5.4 Acessibilidade

Segundo a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 acessibilidade é:

A possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000).

Ainda de acordo com a mesma lei, o planejamento e a urbanização das vias públicas, parques e de outros espaços de uso público devem ser elaborados e executados de modo a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000).

A LC nº 266/2009, lei do Plano Diretor Participativo, em seu artigo 291, discorre sobre diretrizes para melhoria do sistema viário e transporte público, o inciso III, aborda como uma das diretrizes a acessibilidade universal ao meio urbano e rural.

Nos levantamentos realizados, observou que existem pontos com passeios acessíveis, entretanto, muitos não forma rotas acessíveis que interliguem os edifícios públicos e privados com grande concentração e circulação de pessoas de maneira

que permita a caminhabilidade contínua entre estas edificações. Como podemos observar no exemplo da Figura 386, onde não há infraestrutura destinada a pedestres.

Figura 386 – Falta de infraestrutura para pedestres na Rua José Gandin, Trinta Réis, Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

No que se refere a acessibilidade de todas as pessoas, inclusive daquelas com deficiência ou mobilidade reduzida, visualizamos passeios executados com sinalização tátil e de alerta por exemplo, porém, inviabilizam a circulação segura e contínua de pessoas com deficiência visual por ausência de padronização e/ou seguimento das normativas técnicas, em frente a cada terreno. Assim como, a presença de passeios públicos com irregularidades, deterioração e falta de manutenção, impedem que pessoas em cadeira de rodas, com carrinhos de bebê ou muletas exerçam seu direito a caminhabilidade.

5.2.5.5 Modalidades de transporte

5.2.5.5.1 Pedestres

As pessoas deslocam-se diariamente através do próprio esforço, ou seja, sem o uso do sistema motorizado, utilizando a infraestrutura viária disponível (passeios, calçadas, calçadões, vias exclusivas). Este deslocamento pode ser desde a origem

até o destino, ou como complemento de outros modais de transporte, de maneira a acessar um ponto de ônibus ou para chegar até o estacionamento do seu veículo, por exemplo.

É importante destacar que se considera como pedestre todas as pessoas que podem se deslocar pelas áreas cuja prioridade ou exclusividade é deste, integrando também os usuários de cadeira de rodas.

Deste modo, é necessário planejar e manter os locais destinados ao tráfego de pedestres, com condições que possibilitem um adequado fluxo, com segurança, conectividade e conforto. A qualidade deste modo de deslocamento, inclui a continuidade e a atratividade dos percursos, assim como, a facilidade de percorrer entre eles.

Nos levantamentos realizados no município, observou que na grande maioria das vias, não existe uma sequência de passeios públicos executados com padrões construtivos, o que faz com que a caminhabilidade contínua e segura não seja possível para todas as pessoas, devido as irregularidades no pavimento, falta de manutenção e as vezes até a ausência do mesmo. Isto, é demonstrado na Figura 387, cuja via paralela à Rua Santo Inácio, não apresenta passeios apenas pavimentação para veículos.

Figura 387 - R. Santo Inácio, Nova Trento.



Fonte: Google Street View (2017)

Deste modo, foi observado que, por vezes, os pedestres realizam seus deslocamentos pela pista de rolamento, disputando espaço com outros modais de transporte e comprometendo a segurança viária.

5.2.5.5.2 Bicicletas

A bicicleta é um dos meios de transporte mais eficientes, é uma tecnologia apropriada principalmente para atender pequenas distâncias e com baixo custo operacional.

Para que os ciclistas transitem com segurança, é necessária uma infraestrutura adequada e destinada a esse modal de transporte. No município de Nova Trento não existe legislação destinada ao modal cicloviário, ou que mencione sobre a infraestrutura para este.

O CTB em seu anexo I, traz as definições de ciclofaixa e ciclovia:

CICLOFAIXA - parte da pista de rolamento destinada à circulação exclusiva de ciclos, delimitada por sinalização específica.

CICLOVIA - pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum. (BRASIL, 1997).

O município não possui qualquer estrutura para circulação de ciclistas (ciclovias, ciclofaixas, bicicletários, bebedouros, sinalização e arborização). Todavia há uma grande utilização deste modal por munícipes para deslocamentos diários (trabalho, estudo e lazer), e também se faz notória a utilização deste modal por turistas atraídos pelo cicloturismo, devido as paisagens naturais do município, bem como sua topografia. Um exemplo de evento que atrai diversos participante é o Pedalatreto.

Vale ressaltar que a ausência dessa infraestrutura condiciona uma visível falta de segurança aos usuários, além do desestímulo da utilização do mesmo.

5.2.5.5.3 Transporte público coletivo

Atualmente, o município de Nova Trento não conta com serviço de transporte público coletivo municipal. O transporte coletivo existente é intermunicipal, com linhas disponíveis para os municípios de Blumenau, Brusque, Tijucas, Major Gercino e Florianópolis, como ponto de partida no Terminal Rodoviário Angelo Maurici, no bairro Besenello. A seguir são disponibilizados, a linhas e respectivos horários:

- **Tijucas x Canelinha x São João Batista**
Segunda à Sexta: 06:00 – 11:30 – 13:00 -15:10 -17:10 -19:25
Sábados: 13:00 – 15:10 -17:10
- **Tijucas x Canelinha x São João Batista x Nova Trento**
De Segunda à Sábado: 06:55 -11:30
- **Tijucas x Canelinha x São João Batista x Nova Trento x Brusque**
De Seg. á Sábado: 09:00
- **Tijucas X Canelinha x São João Batista x Major Gercino**
Domingos: 09:45 -17:30
- **São João Batista X Canelinha x Tijucas**
Segunda à Sexta: 05:10 – 06:10 -06:45 -16:10 -18:00
Sábados: 06:10 -06:45 -16:10
- **Nova Trento x São João Batista x Tijucas**
Segunda à Sábado: 08:15 -12:50
- **Brusque x Nova Trento x São João Batista x Tijucas**

De Segunda à Sábado: 11:10

- **São João Batista x Major Gercino**
Segunda à Sábado: 12:20
- **Major Gercino x São João Batista**
Segunda à Sábado: 13:15
- **Major Gercino x São João Batista x Nova Trento x Brusque x Blumenau**
De Segunda à Sexta: 06:00 - 06:50
Aos Sábados: 06:50
- **Blumenau x Brusque x Nova Trento x São João Batista x Major Gercino**
Segunda à Sexta: 15:15 - 17:00
Sábados: 15:15
- **Major Gercino x São João Batista x Canelinha x Tijucas**
Domingos: 08:15 - 16:00

5.2.5.5.4 Transporte público individual – táxis e mototáxis

A Lei nº 926, de 06 de abril de 1989; estabelece normas para a execução do serviço público de transporte rodoviário municipal de passageiros, por carros de aluguel (táxis). Em seus artigos 31, 32 e 33 são fixados os horários de funcionamento e plantões. Ainda na mesma lei ficam estabelecidos os 10 primeiros pontos de táxi do município e respectivo número de vagas, dispostos conforme o art. 34 a seguir:

- I - Ponto nº 1 (um), localizado na Praça da Bandeira, em frente a Prefeitura Municipal, com 07 (sete) vagas;
- II - Ponto nº 2 (dois), localizado à Praça Getúlio Vargas, em frente ao Cartório Rachadel, com 02 (duas) vagas;
- III - Ponto nº 3 (três), localizado em frente ao Supermercado Archer, com 01 (uma) vaga;
- III - Ponto nº 3 (três) localizado em frente ao Supermercado Archer, com 02 (duas) vagas; (Redação dada pela Lei nº 1059/1990)
- IV - Ponto nº 4 (quatro), localizado em frente a Comercial Dalbosco, no Trinta Réis, com 01 (uma) vaga;
- V - Ponto nº 5 (cinco), localizado em frente a Comercial Trento, no Bairro Vígolo, com 01 (uma) vaga;
- VI - Ponto nº 6 (seis), localizado em frente ao monumento à Madre Paulina, com 01 (uma) vaga;
- VII - Ponto nº 7 (sete), localizado no Distrito de Claraíba, em frente a casa do Sr. Carlos Mescke, com 02 (duas) vagas;
- VIII - Ponto nº 8 (oito), localizado no Distrito de Aguti, em frente a Comercial Mayer, com 02 (duas) vagas;
- IX - Ponto nº 9 (nove), localizado ao lado do Trevo da SC-411, com 01 (uma) vaga;
- X - Ponto nº 10 (dez), localizado em frente ao Comércio de Gêneros Alimentícios Voltolini, no Trinta Réis, com 01 (uma) vaga.

Cabe salientar, que posteriormente a esta lei foram criados outros pontos de táxi, assim como novas vagas, as quais foram adequando-se as demandas.

As diretrizes para estabelecimento das tarifas do serviço de táxi também são definidas na Lei nº 926, de 06 de abril de 1989, entre os artigos 37 a 40. As tarifas serão fixadas e reajustadas pela municipalidade, a qual repassará os valores aos proprietários de carro de aluguel.

5.2.5.5.5 Transporte privado

No município de Nova Trento, os bairros Centro, Besenello, Vígolo e Espriado possuem um fluxo de maior intensidade no uso do transporte individual motorizado, essencialmente por estas áreas contarem com grande parte dos estabelecimentos comerciais, supermercados, escolas, locais turísticos e diversos outros polos geradores de viagens, o que acaba gerando conflitos na mobilidade urbana do município.

Mesmo sendo um município de pequeno porte e com deslocamentos relativamente curtos, as vias centrais, caracterizadas como principais, recebem a maior procura por estacionamentos públicos, devido ao considerável uso do transporte individual motorizado.

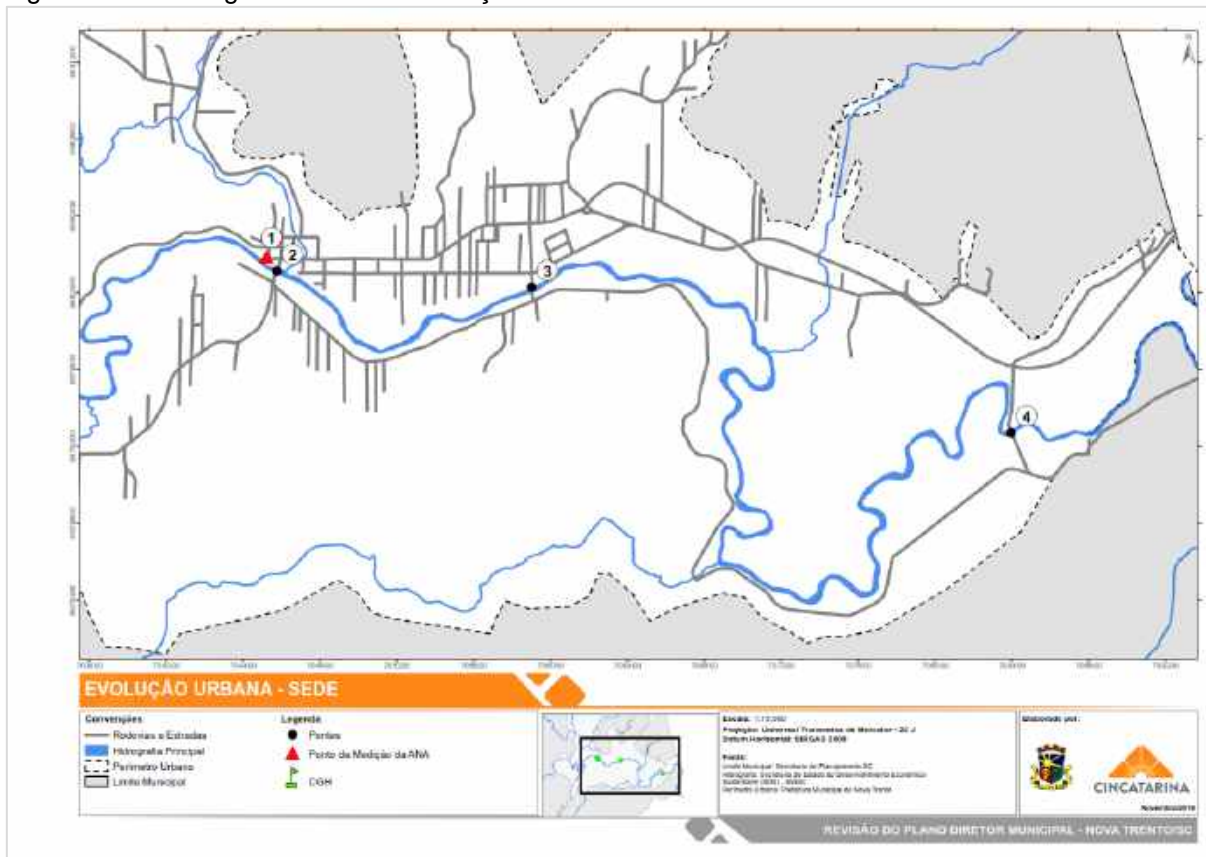
No geral, percebe-se que atualmente no município, o modal motorizado é prioridade e os deslocamentos a pé e por bicicleta não são estimulados tanto quanto deveriam, seja no quesito infraestrutura de passeios ou de malha cicloviária ou na atratividade dos caminhos percorridos, com arborização, locais de convivência, descanso e demais mobiliários urbanos.

5.2.5.5.6 Navegabilidade dos cursos d'água

Para a possibilidade de navegabilidade fluvial, foram avaliados os principais cursos d'água de Nova Trento, sendo o Rio Alto Braço e o Rio do Braço, que contemplam respectivamente o distrito de Aguti e a Sede do município. No distrito do Claraíba, não constam aferições realizadas pela ANA, além disso, não existem cursos d'água com a possibilidade de navegabilidade. Os trechos avaliados estão presentes nas Figura 388 e Figura 392. O Rio Alto Braço, pertence a região serrana de Santa

Catarina, nasce no município de Angelina, seguindo se leito até encontrar o Rio do Braço, nas proximidades do perímetro urbano da Sede, o qual desagua no Rio Tijucas.

Figura 388 – Navegabilidade do Rio Braço na Sede do Nova Trento.



Fonte: Google Earth (2018); CINCATARINA (2019)

O Rio do Braço na Sede do município, apresenta largura média em torno de 24 m entre suas margens, segundo as medições da Agência Nacional de Águas - ANA, entre os anos de 1944-2018, as quais são aferidas nas coordenadas S 27° 17' 9.96" - W 48° 56' 0.96" (ponto 1 da Figura 388). No mesmo período e local, foram realizadas as medições de profundidade da lâmina d'água, onde a média averiguada foi de 0,8 m, conforme apresentado na Tabela 50. Deve-se ressaltar que a vazão do rio se modifica de acordo com a estação da chuva.

Tabela 50 – Cursos d'água de Nova Trento.

Medição no Rio do Braço*	
Código da estação	84095000
Nome da estação	Nova Trento
Localização	S 27° 17' 9.96" - W 48° 56' 0.96"
Período (ano)	1944-2018
Número de aferições	1061
Largura média (m)	24,38
Profundidade da lâmina d'água (m)	0,80
Altitude (m)	35

Área de Drenagem (Km²)	598
--	-----

Fonte: ANA (2019) adaptado por CINCATARINA (2019)
 Nomeado nas aferições da ANA como Rio Alto Braço.

Sobre o Rio do Braço, na Rua Alferes, no ponto 2 da Figura 388, encontramos a primeira ponte no perímetro urbano da Sede, identificada Figura 389, a qual possui uma extensão aproximada de 47 m. Ainda, é possível verificar a impossibilidade de navegação para embarcações de grande e médio porte, porém, embarcações de pequeno porte, podem circular por este trecho do rio, com diversas finalidades, como exploração turística, práticas esportivas, pesca, dentre outras atividades que se adequem a infraestrutura do local.

Figura 389 - Ponte do ponto A na Rua Alferes.



Fonte: Google Street View (2011)

Ainda na Sede de nova Trento, seguindo o leito do rio no sentido leste, encontramos no prolongamento da Rua Clara Cipriani no ponto 3 da Figura 388, a segunda ponte sobre o Rio do Braço, com extensão aproximada de 70 m, identificada na Figura 390, que em termos de navegabilidade, apresenta-se com impeditivo para navegação de grandes e médias embarcações, porém, como a primeira ponte, pode ser navegável para pequenas embarcações e ainda utilizada para atividades que se adequem a sua atual infraestrutura.

Figura 390 - Ponto do ponto B no prolongamento da Rua Clara Cipriani.



Fonte: Google Street View (2011)

A última ponte no perímetro urbano da Sede no ponto 4 da Figura 388, apresentada na Figura 391, situa-se na Rua Henrique Dadam, no extremo leste, sua extensão aproximada é 44 m, assim com as demais pontes constitui uma condicionante impeditiva para embarcações de médio e grande porte, sob sua infraestrutura. Pode-se afirmar, que no trecho urbano da Sede o Rio do Braço, apresenta impeditivos para navegação de médio e grande porte, isto devido ao porte do curso d'água e também das infraestruturas edificadas sobre o mesmo.

Figura 391 – Ponto C - Navegabilidade do Rio do Braço na Sede do Nova Trento.



Fonte: Google Earth (2018); CINCATARINA (2019)

No distrito de Aguti, utilizamos como parâmetro para aferição dos cursos d'água, dois pontos de medição da ANA no leito do Rio Alto Braço que são medidos em duas CGH, além de observamos o tamanho da ponte localizada na área urbana do distrito, tais pontos estão na Figura 392 a seguir:

Figura 392 - Navegabilidade do Rio Braço Alto no distrito de Aguti.



Fonte: Google Earth (2018); CINCATARINA (2019)

O primeiro ponto de aferição refere-se a CGH Aguti Montante, na Tabela 51, situada nas coordenadas S 27° 19' 12.00" - W 49° 7' 18.12", referente ao ponto 6 da Figura 392, onde a média de largura entre as margens é de aproximadamente 21 m, segundo a ANA, entre os anos 2015 a 2017. Além disso, também neste período a profundidade da lâmina d'água média encontrada foi de 1,57 m. Observando que a vazão do rio neste trecho é modificada devido a presença de barragens sobre o leito do rio.

Tabela 51 – Cursos d'água de Nova Trento.

Medição no Rio Alto Braço	
Código da estação	84074000
Nome da estação	CGH Aguti Montante
Localização	S 27° 19' 12.00" - W 49° 7' 18.12"
Período (ano)	2015-2017

Medição no Rio Alto Braço	
Número de aferições	12
Largura média (m)	21,18
Profundidade da lâmina d'água (m)	1,5772
Altitude (m)	206.0
Área de Drenagem (Km²)	395.0

Fonte: ANA (2019) adaptado por CINCATARINA (2019)

No segundo ponto de aferição, na Tabela 52, que refere-se as medições da CGH Aguti Barramento, situada nas coordenadas S 27° 19' 9.84" - W 49° 6' 2.88", referente ao ponto 5 da Figura 392, temos a profundidade de lâmina d'água de 0,6 m, segundo a ANA no ano de 2015. Já a largura entre margens, aproximada deste trecho é de 40 m, porém, neste ponto de aferição, nos deparamos com um barramento, o qual faz a largura do curso d'água alarga-se, devido ao represamento do curso d'água para geração de energia. Este barramento, em termos de navegabilidade, torna-se um impeditivo para a navegação contínua sobre o Rio Alto Braço.

Tabela 52 – Cursos d'água de Nova Trento.

Medição no Rio Alto Braço	
Código da estação	84075000
Nome da estação	CGH Aguti Barramento
Localização	S 27° 19' 9.84" - W 49° 6' 2.88"
Período (ano)	2015
Número de aferições	4
Largura média (m)*	40
Profundidade da lâmina d'água (m)	0,6
Altitude (m)	193
Área de Drenagem (Km²)	400

Fonte: ANA (2019) adaptado por CINCATARINA (2019)

* Medição realizada por meio das imagens do Google Earth (2018)

No centro do Distrito de Aguti, nos deparamos com uma ponte, situada no ponto 6 da Figura 392, que realiza a ligação entre os trechos urbanos do distrito, sua extensão aproximada é 35 m, tal ponte localiza-se junto ao primeiro ponto de aferição da ANA, devido a isso, pode-se afirmar que o rio não apresenta porte para navegabilidade de médias e grandes embarcações, porém, viabiliza a utilização de pequenas embarcações e práticas de atividades esportivas, pesca e atividades que se adéquem a infraestrutura existente no local.

O transporte fluvial representa um serviço vital para promoção da mobilidade urbana, tendo em vista que a utilização desse recurso desafogaria as malhas urbanas e demais modais de transporte, além de tratar-se de uma modalidade de transporte

sustentável. Porém, os cursos d'água presentes no distrito de Aguti e na Sede do município, possuem impeditivos para determinadas tipologias de navegação, o que representa uma restrição para o total aproveitamento do modal de transporte hidroviário, isso, devido a infraestruturas existentes sobre o leito dos rios, advindos da necessidade de deslocamentos e também pela impossibilidade contínua devido aos barramentos criados para produção de energia. Entretanto, deve-se enfatizar a possibilidade de navegação de embarcações de pequeno porte, nestes cursos d'água, principalmente para práticas esportivas e pesca.

CAPÍTULO II – LEITURA COMUNITÁRIA

O plano diretor é um instrumento básico da política de planejamento e desenvolvimento urbano, ou seja, seu objetivo é organizar o crescimento e o funcionamento da cidade como um todo, incluindo áreas rurais e urbanas. É uma lei municipal que deve ser discutida com todos os segmentos da população, é a forma de planejar o território, ocupar os espaços e prever a localização das atividades, garantindo melhores condições aos moradores.

O plano diretor conta com algumas etapas, a primeira é a Leitura Técnica, a qual conta com indicadores socioeconômicos e análise de dados por uma equipe técnica capacitada e a segunda, a Leitura Comunitária que busca fazer uma leitura da realidade local através da participação popular, ou seja, faz com que as pessoas que vivem na cidade olhem para o seu cotidiano de uma forma coletiva. Para que seja efetiva essa etapa deve-se realizar mobilizações, reuniões e materiais informativos de fácil linguagem.

Nesse capítulo se fará o relato da leitura comunitária, envolvendo diferentes eventos: Palestra Técnica, Reuniões Comunitárias, Formulários da Leitura Comunitária e Contribuições por e-mail. Cabe destacar, que o intuito do presente relatório é manter a plena transparência no processo de Revisão do Plano Diretor, bem como demonstrar a efetiva participação popular no Planejamento Urbano do município de Nova Trento

6 METODOLOGIA

A metodologia apresentada foi elaborada de acordo com os estudos realizados pelos técnicos do CINCATARINA, incorporado às diversas técnicas utilizadas no planejamento urbanístico. Busca tornar o processo de revisão mais efetivo e dinâmico visando à participação popular e de membros da sociedade civil, respeitando os princípios fundamentais do planejamento integrado: conhecer, compreender, julgar e intervir.

Para confecção desta Leitura Comunitária, optou-se pelo cruzamento de dados recolhidos durante audiências, reuniões comunitárias, palestra técnica e formulários online, copilando as informações em tabelas e textos. Por conseguinte,

este documento constitui uma memória das atividades realizadas, com os técnicos da comissão de revisão do plano diretor, os quais representam as diversas entidades e órgãos participantes, bem como da comunidade presente nas audiências e reuniões comunitárias.

Neste sentido, vale ressaltar, que os documentos constituintes deste relatório englobam a visão da comunidade, assim como a dos técnicos do município e da comissão de revisão. Valendo-se que todo o material produzido, fornecerá uma gama de conhecimento que irá auxiliar nas tomadas de decisões e/ou argumentações necessárias ao processo de construção das próximas etapas do processo de revisão.

A documentação que segue nos APÊNDICE A e APÊNDICE B, contemplam a publicação em diário oficial dos decretos que regulamentam o processo participativo de revisão do plano diretor no município de Nova Trento e nomeiam a comissão que irá fazer parte do processo, bem como a Resolução nº 001/2019 que estabelece os locais e as datas da palestra técnica e reuniões comunitárias, disposto no APÊNDICE C .

Cabe ainda, destacar que o intuito deste material é manter a plena transparência nos processos, bem como demonstrar a efetiva participação popular no Planejamento Urbano do município de Nova Trento.

7 PALESTRA TÉCNICA

Esta etapa busca capacitar os agentes envolvidos no processo de revisão do Plano Diretor, além de coletar dados do Município, dando início ao conhecimento e reconhecimento dos temas a serem estudados.

A Palestra Técnica, é um evento consultivo e deliberativo direcionado aos integrantes das comissões de revisão do Plano Diretor, comissão técnica, membros do poder executivo, bem como a população em geral, como forma de capacitação baseado no conhecimento e entendimento da realidade municipal, além de propostas para ações que irão compor a revisão do Plano Diretor.

Na palestra técnica realizada no dia 09 de setembro de 2019, com início às 13h30min, participaram os membros representantes da sociedade civil, sendo eles: comissão de revisão do Plano Diretor, comissão técnica, membros do poder executivo, bem como a população em geral, totalizando 20 participantes.

A equipe do CINCATARINA contou com a interlocução da Prefeitura Municipal de Nova Trento para as atividades de divulgação e articulação do espaço de realização do evento.

A programação do evento ocorreu primeiramente com a apresentação dos temas e posteriormente foi elaborado uma dinâmica de grupo através de leitura interativa, com aplicação de questionário. Durante a realização, buscou-se compreender os anseios de cada participante no que tange a cidade almejada.

Os assuntos explanados pela equipe técnica do CINCATARINA no dia do evento foram:

- Conexões e segurança: tratando dos temas, uso do solo e a maneira como sua diversificação pode melhorar a qualidade de vida da população, os benefícios das fachadas ativas, bem como a imagem da cidade de acordo com a tipologia em que está inserida e o seu impacto sobre o desenho urbano;
- Espaços públicos: neste item foram discutidos temas relacionados aos passeios públicos, arborização e sua contribuição para a qualidade do ar, amenização da temperatura no verão e manutenção da biodiversidade, bem como a importância do mobiliário urbano e a maneira como ambos influenciam na qualidade de vida da população;
- Mobilidade: foram debatidos temas relacionados ao transporte público e aos meios de transporte alternativos, como a bicicleta. Bem como a acessibilidade das calçadas e vagas eficientes para veículos;
- Cultura e lazer: abordaram-se temas referentes ao patrimônio cultural e sua importância na história do município. Além dos relacionados ao lazer, como praças, parques e ambientes convidativos devidamente sombreados, iluminados com mobiliário urbano, pista de caminhada e atrativos coletivos.

Ainda foram explanadas as etapas do diagnóstico técnico e a estrutura metodológica de trabalho que será realizada, bem como a cidade que o Plano Diretor fomenta e a importância da participação pública. Os materiais apresentados no evento, bem como lista de presença (APÊNDICE D), ata (APÊNDICE E) e registros fotográficos, estão dispostos nas figuras a seguir:

Figura 393 - Fotos – Palestra Técnica.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 394 – Palestra Técnica.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 398 - Slides da Palestra Técnica – Slide 7 e 8.

CIDADE PARA AS PESSOAS

PRINCIPAIS DIRETRIZES

Imagem da Cidade	Espaços Públicos	Mobilidade	Cultura e Lazer
Mistério	Segurança	Transportes públicos	Patrimônio cultural
Parques urbanos	Arborização	Vidas alternativas	Qualidade rural
Fatorias sociais	Mobilidade urbana	Acessibilidade	Indústria criativa
História pública		Vagas de emprego	Economia compartilhada

CIDADE PARA AS PESSOAS

USO MISTO

Mesclar o uso residencial com trabalho, escola e comércio proporcionando distâncias mais curtas, atraindo pessoas a transitar no local, transformando assim, o ambiente em um espaço convidativo e seguro em todos os períodos do dia.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 399 - Slides da Palestra Técnica – Slide 9 e 10.

CIDADE PARA AS PESSOAS

USO MISTO

EXEMPLO NEGATIVO

EXEMPLO POSITIVO

CIDADE PARA AS PESSOAS

PARÂMETROS

A imagem da cidade deve ornar com a tipologia que está inserida. O Impacto sobre o desenho urbano está ligado ao seu dimensionamento e no que é permitido construir.

Mesmo m² construído, porém com gabaritos e tamanhos de lotes diferentes.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 400 - Slides da Palestra Técnica – Slide 11 e 12.

CIDADE PARA AS PESSOAS

PARÂMETROS URBANÍSTICOS

ADENSADA

ESPRAIADA

CIDADE PARA AS PESSOAS

IMAGEM DA CIDADE

Qual tamanho do lote ideal?
Gabarito ideal?
Recuos?
Paredes cegas?

EXEMPLO NEGATIVO

EXEMPLO POSITIVO

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 401 - Slides da Palestra Técnica – Slide 13 e 14.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 402 - Slides da Palestra Técnica – Slide 15 e 16.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 403 - Slides da Palestra Técnica – Slide 17 e 18.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 404 - Slides da Palestra Técnica – Slide 19 e 20.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 405 - Slides da Palestra Técnica – Slide 21 e 22.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 406 - Slides da Palestra Técnica – Slide 23 e 24.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 407 - Slides da Palestra Técnica – Slide 25 e 26.

CIDADE PARA AS PESSOAS

MOBILIDADE

MEIOS ALTERNATIVOS

TRANSPORTE PÚBLICO E MEIOS ALTERNATIVOS

O transporte público conecta e integra as partes mais distantes da cidade, sendo uma ótima solução para desafogar o trânsito nas principais vias.

Assim como a diversificação do solo, o uso da bicicleta traz maior energia às ruas, sendo uma alternativa eficiente e sustentável de se deslocar.



CIDADE PARA AS PESSOAS

MOBILIDADE

ACESSIBILIDADE

ACESSIBILIDADE

Proporciona o direito de ir e vir de pessoas com mobilidade reduzida.

EXEMPLOS NEGATIVOS



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 408 - Slides da Palestra Técnica – Slide 27 e 28.

CIDADE PARA AS PESSOAS

MOBILIDADE

ACESSIBILIDADE

EXEMPLOS POSITIVOS



CIDADE PARA AS PESSOAS

MOBILIDADE

VAGAS DE VEÍCULO

VAGAS DE VEÍCULOS

Deve-se pensar no fluxo e em sua forma, estipulando a quantidade de vagas preferenciais e comuns.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 409 - Slides da Palestra Técnica – Slide 29 e 30.

CIDADE PARA AS PESSOAS

MOBILIDADE

VAGAS DE VEÍCULO

MODELOS USUAIS

Existem várias tipologias, pensar e planejar o desenho de vagas para veículos na cidade é fundamental.



CIDADE PARA AS PESSOAS

MOBILIDADE

VAGAS DE VEÍCULO

MODELOS DE CIDADES PARA PESSOAS



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 410 - Slides da Palestra Técnica – Slide 31 e 32.

CIDADE PARA AS PESSOAS

CULTURA E LAZER

HERITAGEM CULTURAL

PATRIMÔNIO CULTURAL

São edificações, locais e tradições que contam a história da região. A preservação do patrimônio da cidade é fundamental para a memória coletiva, e torna a cidade singular.



CIDADE PARA AS PESSOAS

EXEMPLO NEGATIVO



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 411 - Slides da Palestra Técnica – Slide 33 e 34.

CIDADE PARA AS PESSOAS

EXEMPLO POSITIVO



CIDADE PARA AS PESSOAS

CULTURA E LAZER

ATRATIVOS RURAIS

ATRATIVO RURAL

O turismo rural está em expansão, bem como a procura de casas de campo, como refúgio da rotina das cidades. Se faz necessário o planejamento da ocupação ordenada, atrativa para turistas e moradores, respeitando a paisagem rural e propiciando a sustentabilidade e a qualidade de vida.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 412 - Slides da Palestra Técnica – Slide 35 e 36.

CIDADE PARA AS PESSOAS

CULTURA E LAZER

AMBIENTES CONVITATIVOS

Praças, parques e locais de convívio no entorno da cidade trazem permanência e qualidade de vida para os moradores.



CIDADE PARA AS PESSOAS

CULTURA E LAZER

EVENTOS COMUNITÁRIOS

Eventos comunitários que envolvam a comunidade como feira de orgânicos, festas de tradições e comidas típicas, trazem identidade para o local além da interação e participação da população.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 413 - Slides da Palestra Técnica – Slide 37 e 38.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 414 - Slides da Palestra Técnica – Slide 39 e 40.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 415 - Slides da Palestra Técnica – Slide 41 e 42.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 416 - Slides da Palestra Técnica – Slide 43 e 43.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Certamente o envolvimento, através da participação na palestra, é de grande valia durante o processo de revisão do Plano Diretor do município de Nova Trento, pois há uma troca técnica de informações e discussões sobre as perspectivas futuras do município. Estas contribuições encontram-se registradas nos questionários aplicados, os quais são insumo essencial para as próximas etapas dos trabalhos de revisão do Plano Diretor.

7.1 Questionário

Os questionários aplicados aos presentes na Palestra Técnica, visam o entendimento da cidade ideal, vista pelo olhar dos técnicos, por meio de imagens, conceitos e proporções. Foram aplicados num total de 15 questionários, com 8 perguntas.

Na Figura 417, temos conceitos de imagens a respeito de ventilação e insolação dos edifícios. Processando as escolhas dos técnicos, percebe-se a identificação com modelos que ofereçam melhor condicionamento térmico, diversificação de volume, maior quantidade de espaços verdes e áreas com médio a baixo adensamento ocupacional. As respostas (Figura 418) demonstram que a primeira imagem apresentada obteve 100% de preferência pelo item 2, na segunda imagem o item 1 obteve 93% votos e na última imagem o item 1 também alcançou 93% votos.

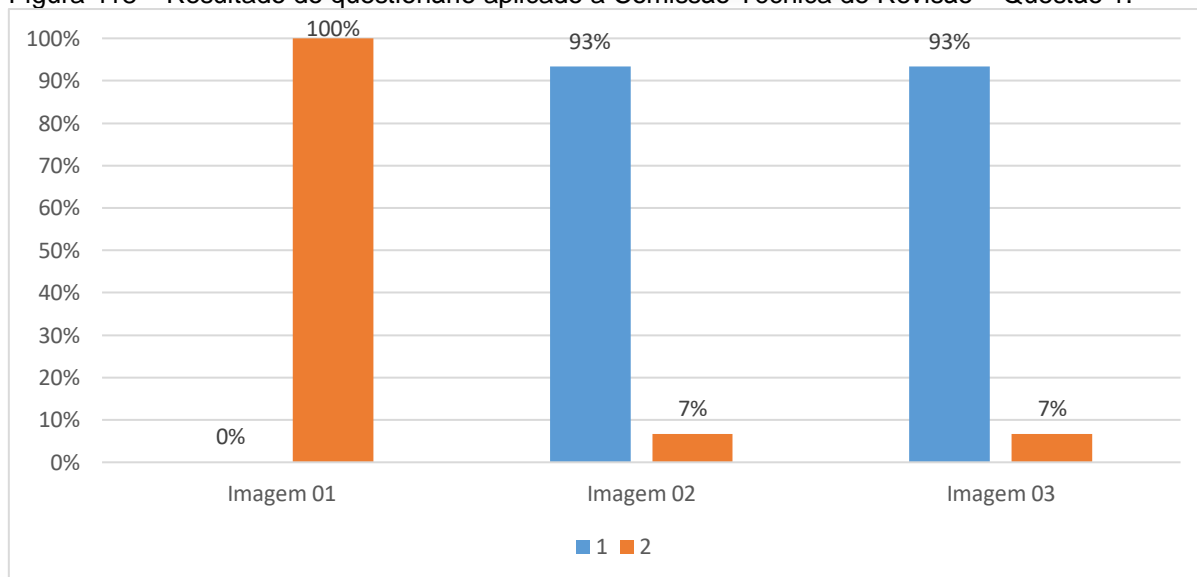
Figura 417 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 1.

1 - As edificações devem respeitar a topografia e a cultura da cidade. Também é importante considerar a ventilação e insolação dos edifícios. Portanto, marque dentro de cada imagem, entre as opções 1 e 2, o que mais se adequa ao que você gostaria de ver na sua cidade:



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 418 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 1.



Fonte: CINCATARINA (2019)

A questão 2, que engloba as questões 2.0, 2.1, 2.2 e 2.3, busca compreender as dimensões de gabarito, frente de terreno e aplicação ou não de paredes cegas em divisas. Para a disposição da área construída sobre um terreno (Figura 419 e Figura 420), entendeu-se como mais favorável o modelo com três andares, no entanto, é considerável a diferente opinião dos técnicos, necessitando-se uma diversificação de modelos.

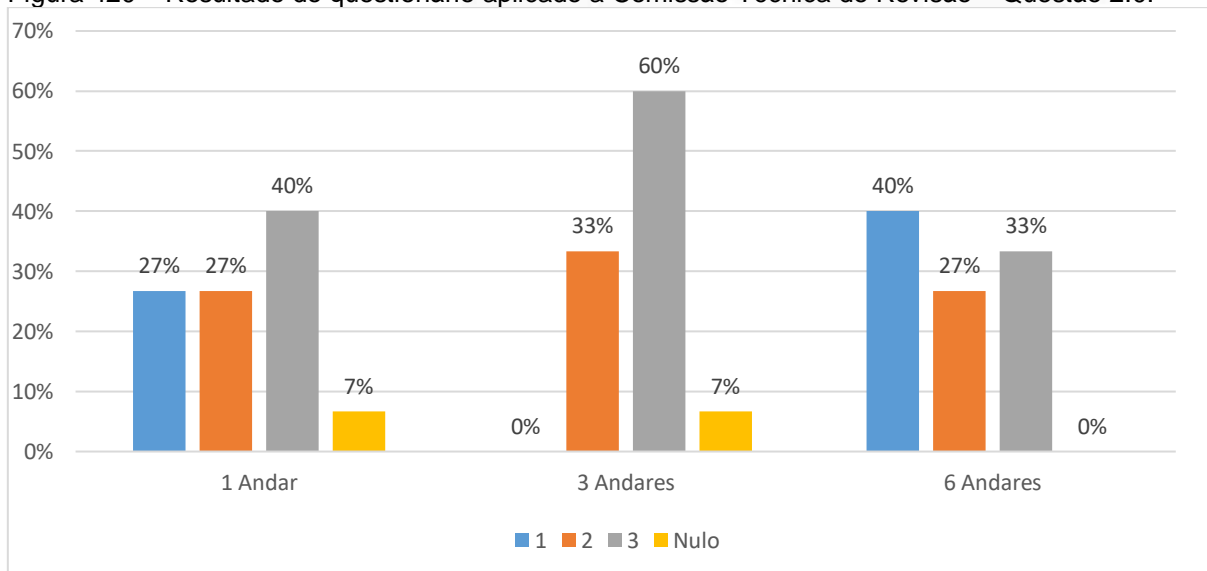
Figura 419 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.0.

2.0 - Nos três formatos, temos a mesma área construída e o mesmo terreno. Ordene de 1 a 3 sendo 1 intolerável e 3 desejável.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 420 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.0.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Segundo maior parte dos técnicos, a frente mínima favorável para terrenos (Figura 421 e Figura 422), seria de 10 a 12 metros.

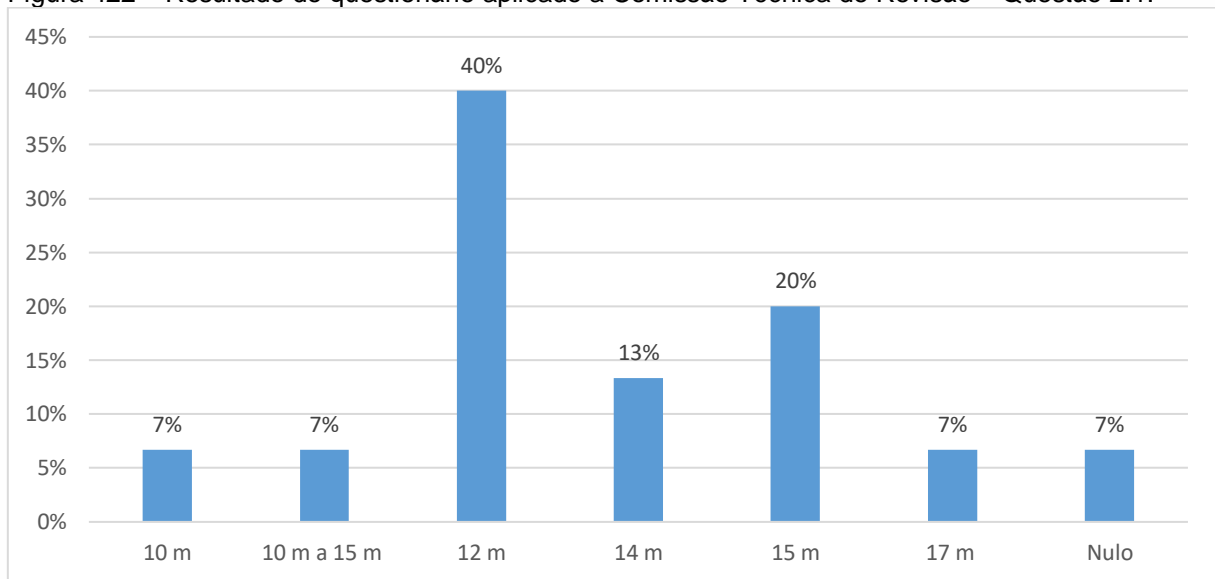
Figura 421 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.1.

2.1 - A frente do terreno deve ter qual medida mínima?



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 422 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.1.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Já em relação às divisas cegas (Figura 423 a Figura 425), maior parte dos questionados (73%) acreditam que possam ser implantadas paredes cegas nas divisas laterais e de fundos, entanto, nas divisas frontais todos concordaram em não se utilizar dela.

Figura 423 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questões 2.2 e 2.3.

2.2 - Para você, deve ser permitido construir na divisa com o vizinho (parede cega)?

2.3 - Para você, deve ser permitido construir parede cega de frente para a rua?



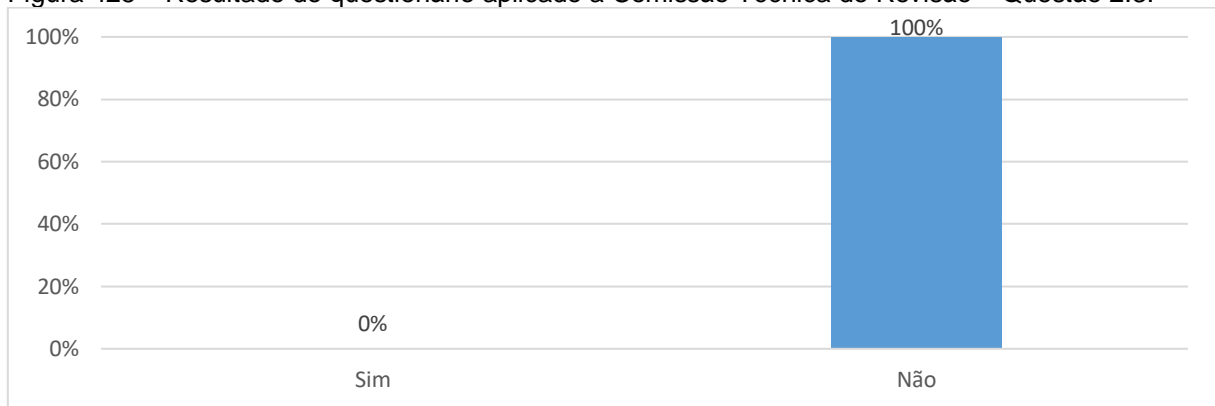
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 424 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.2.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 425 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.3.



Fonte: CINCATARINA (2019)

A questão 3 (Figura 426 e Figura 427), pauta a respeito da utilização dos passeios sobre o emprego de rampas nos passeios de acesso aos lotes, sendo desaprovada por 93% participantes, para utilização dos passeios para tais fins.

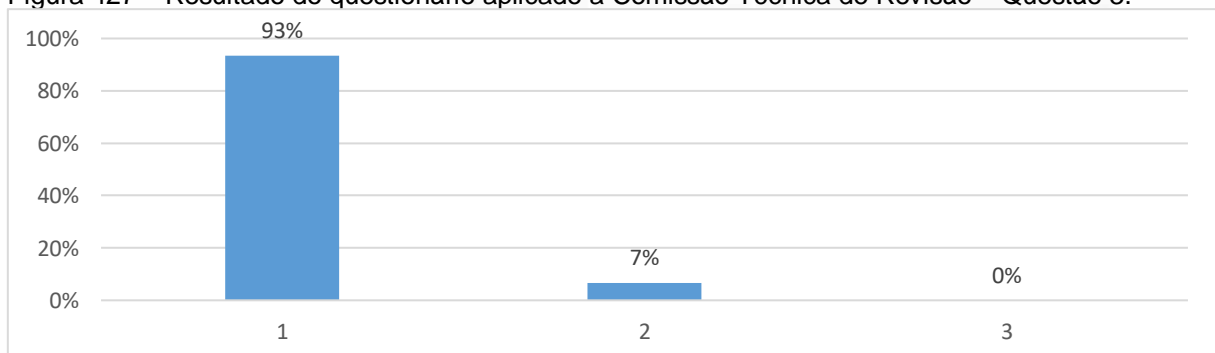
Figura 426 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 3.

3 - Na cidade todos tem o direito de ir e vir. Observando a imagem ao lado, percebemos que cada acesso de veículo utilizou a calçada como sua rampa particular. No seu ponto de vista, que nota de 1 a 3, você dá para essa imagem, sendo 1 para intolerável e 3 para desejável:



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 427 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 3.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Posteriormente, na questão 4 (Figura 428 e Figura 429), questionou-se disposição de mostruários de lojas em passeios, o qual fora desaprovado por 60%

dos participantes. A existência de espaços para disposição de mesas, com faixa livre para pedestres e piso direcional é identificada como positiva por 67% respondentes. A implantação do mobiliário urbano com acessibilidade devida é considerada adequada por 87% participantes. Em relação à instalação e dimensões de toldos sobre passeios, os respondentes não entraram em consenso sobre sua aplicabilidade. Já a padronização das calçadas em toda a cidade, foi apontada como necessária por 87% participantes.

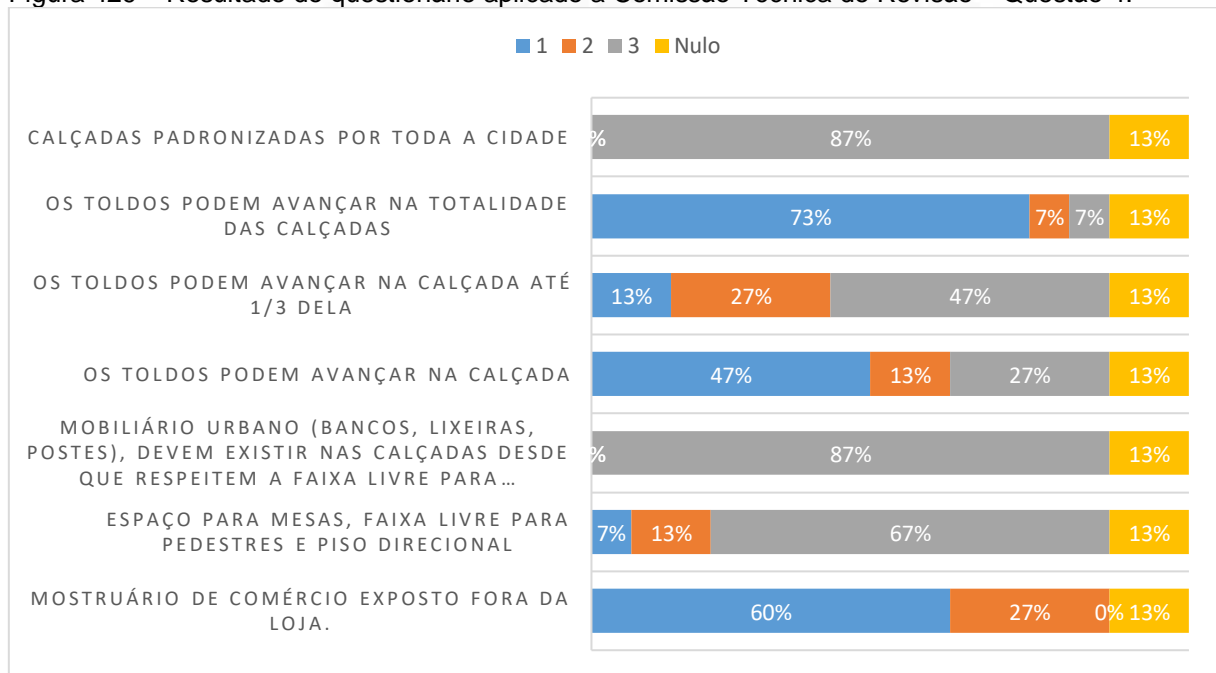
Figura 428 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 4.

4 - O uso misto, comercial e residencial fomenta a segurança da localidade pois oxigena a vida em diversos horários. No seu ponto de vista, assinale as opções abaixo, sendo 1 para intolerável e 3 para desejável.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 429 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 4.



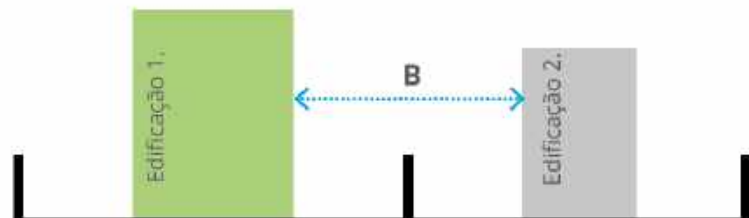
Fonte: CINCATARINA (2019)

Na Figura 430 e Figura 431, referente a questão 5, são averiguadas as dimensões apropriadas para recuos laterais e fundos, os quais interferem diretamente no condicionamento térmico das edificações, os entrevistados apontaram dimensões

diversificadas, não havendo concordância. Todavia o valor de 3 m fora apontado por 47% participantes.

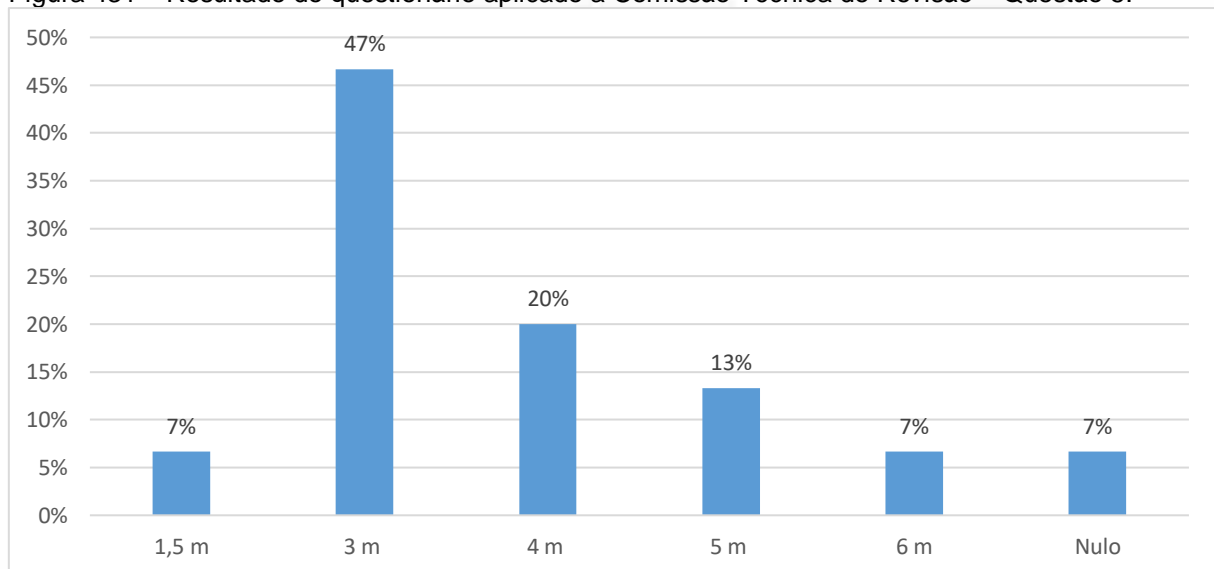
Figura 430 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 5.

5 - Analisando a insolação e ventilação desejada para sua cidade e levando em consideração que atualmente, os recuos laterais e fundos são de 1,50 metros, responda:



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 431 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 5.



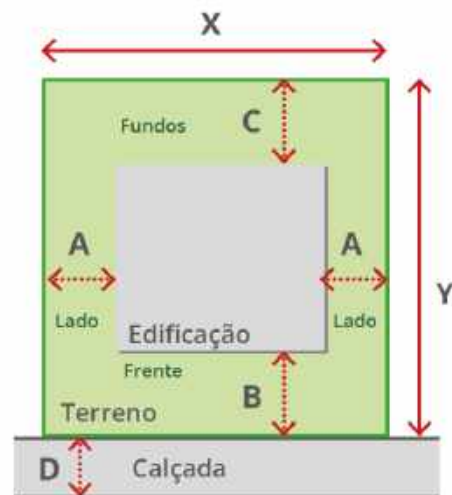
Fonte: CINCATARINA (2019)

Seguindo para a questão 6 (Figura 432 e Figura 433), são averiguados os aspectos de recuos frontais, laterais e fundos, bem como testada e profundidade dos lotes, além disso, também são questionadas a largura ideal para calçadas. A dimensão de frente de lotes apontada como ideal, por 40% entrevistados foi de 12,00 m, não havendo consenso dos participantes. Na profundidade, também não houve consenso de um valor. É necessário ressaltar a necessidade de diversificação nas dimensões mínimas dos lotes, especialmente devido as diferentes necessidades de uso do solo. Os valores para os recuos frontais, laterais e de fundos foram questionados, não houve consenso entre os respondentes em relação às dimensões apropriadas para os mesmos, ficando evidente a necessidade de diversificação de

tais valores, atendo-se a limites mínimos para o conforto ambiental das edificações. Também para a definição de dimensões mínimas para calçadas não houve consenso entre os questionados.

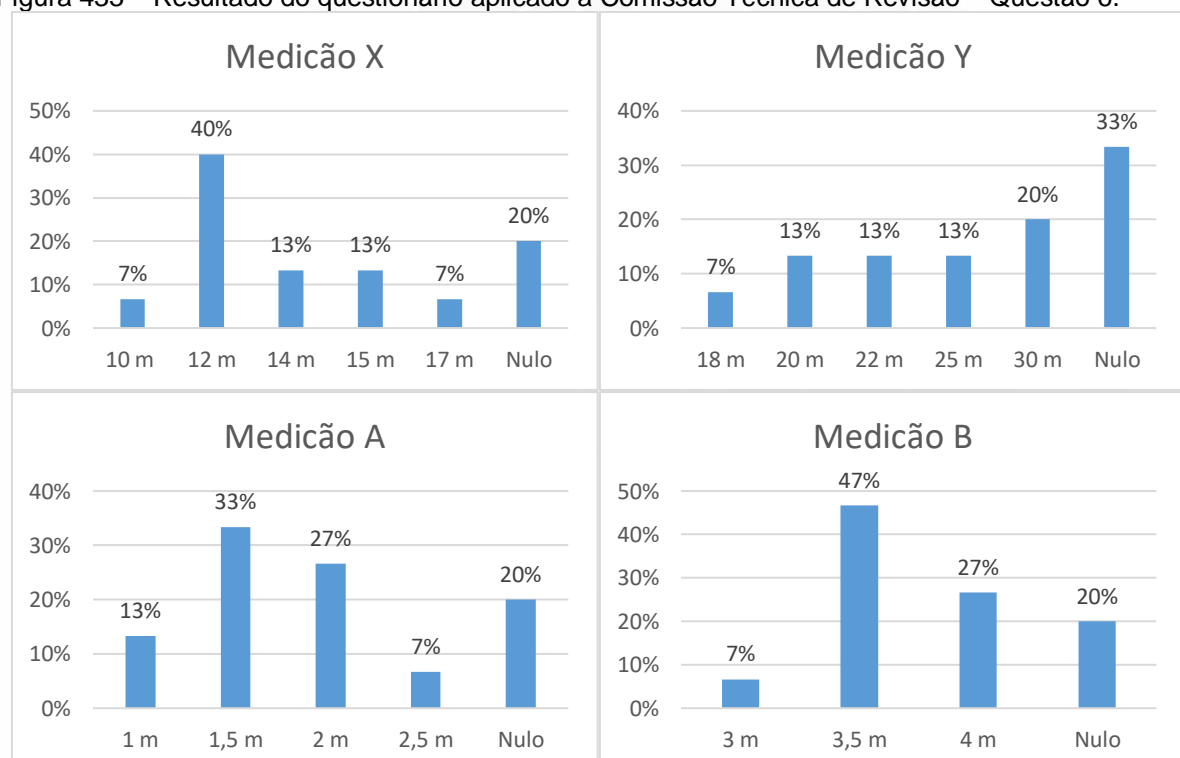
Figura 432 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 6.

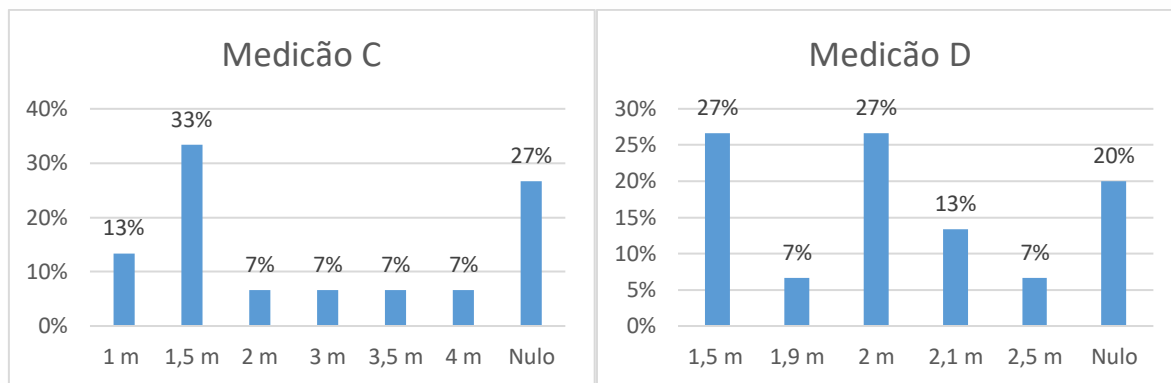
6 - Atualmente a maioria dos lotes urbanos possui as seguintes diretrizes: tamanho mínimo de lote urbano de 360,00m², frente mínima de 12,00 metros, com recuo frontal de 3,50 metros e recuo lateral e fundos de 1,50 metros.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 433 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 6.



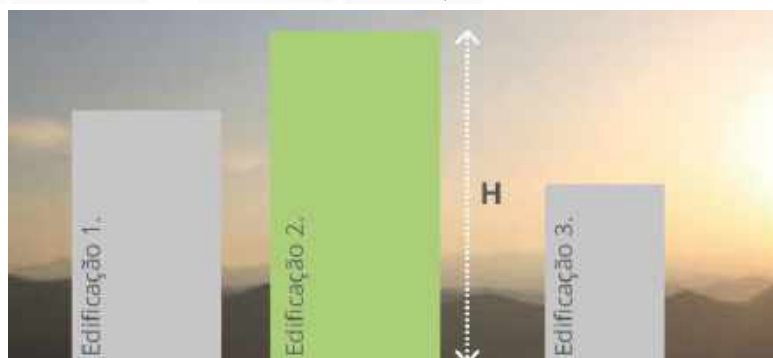


Fonte: CINCATARINA (2019)

A questão 7, na Figura 434, visa identificar a altura ideal das edificações pela visão dos membros da comissão técnica, cujos valores identificados estão dispostos na Figura 435, sendo preferencial a altura 6 de pavimentos por 27% dos entrevistados, entretanto, os demais membros apresentaram respostas com valores diversos, notando-se a necessidade de diversificação de altura de edificações.

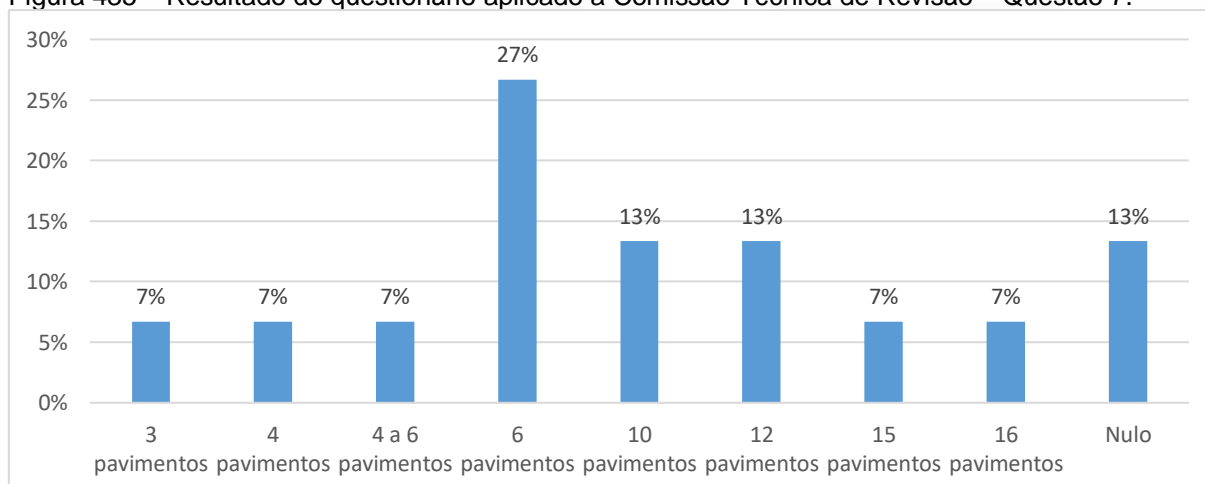
Figura 434 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 7.

7 - A paisagem da cidade é composta por diversas volumetrias, as quais devem ornar com a cidade em que estão inseridas. Em sua opinião, qual é o número máximo de pavimentos "H" que você julga ideal para a cidade?



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 435 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 7.



Fonte: CINCATARINA (2019)

A questão 8, na Figura 436 e na Figura 437, apresenta a relação da disposição de passeios e estacionamentos. O modelo A, demonstra estacionamentos no alinhamento predial com rebaixo total do passeio, tal modelo foi considerado intolerável para 60% participantes, havendo tendência para a não utilização do mesmo. O modelo B, apresenta os estacionamentos inseridos diretamente nas vias, com passeios livres para pedestres, o qual os respondentes não entraram em concordância quanto sua aplicabilidade. O modelo C, apresenta a utilização da parte frontal do lote como estacionamento, sem rebaixo total do passeio, o qual não obteve aprovação de 53% respondentes. O modelo D, com estacionamentos aos fundos de lotes, é considerada desejável por 73% questionados.

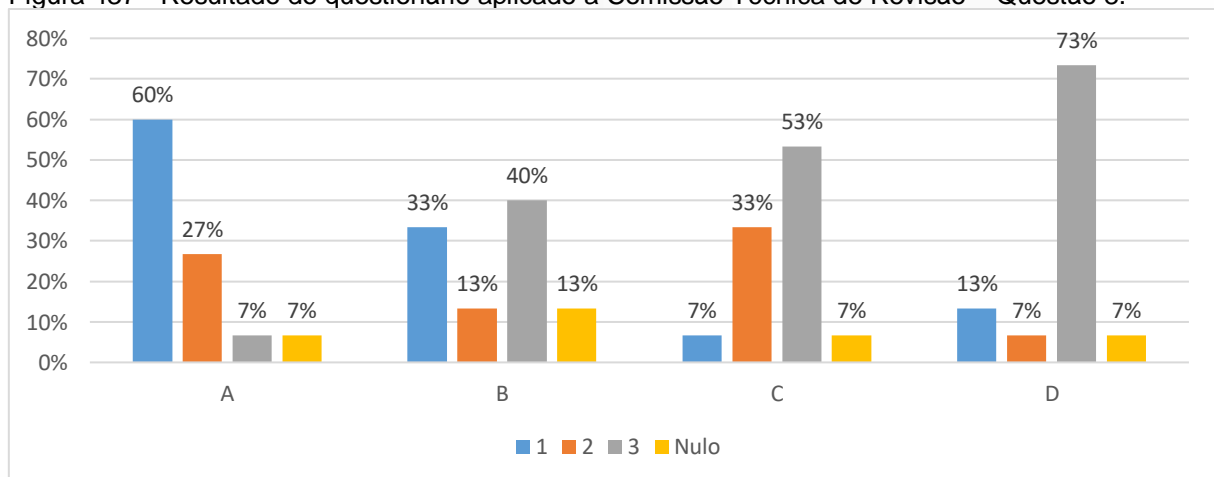
Figura 436 – Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 8.

8 – Observe as imagens abaixo e pontue de 1 a 3 cada uma delas. Sendo 1 para intolerável e 3 para desejável.



Fonte: CINCATARINA (2019)

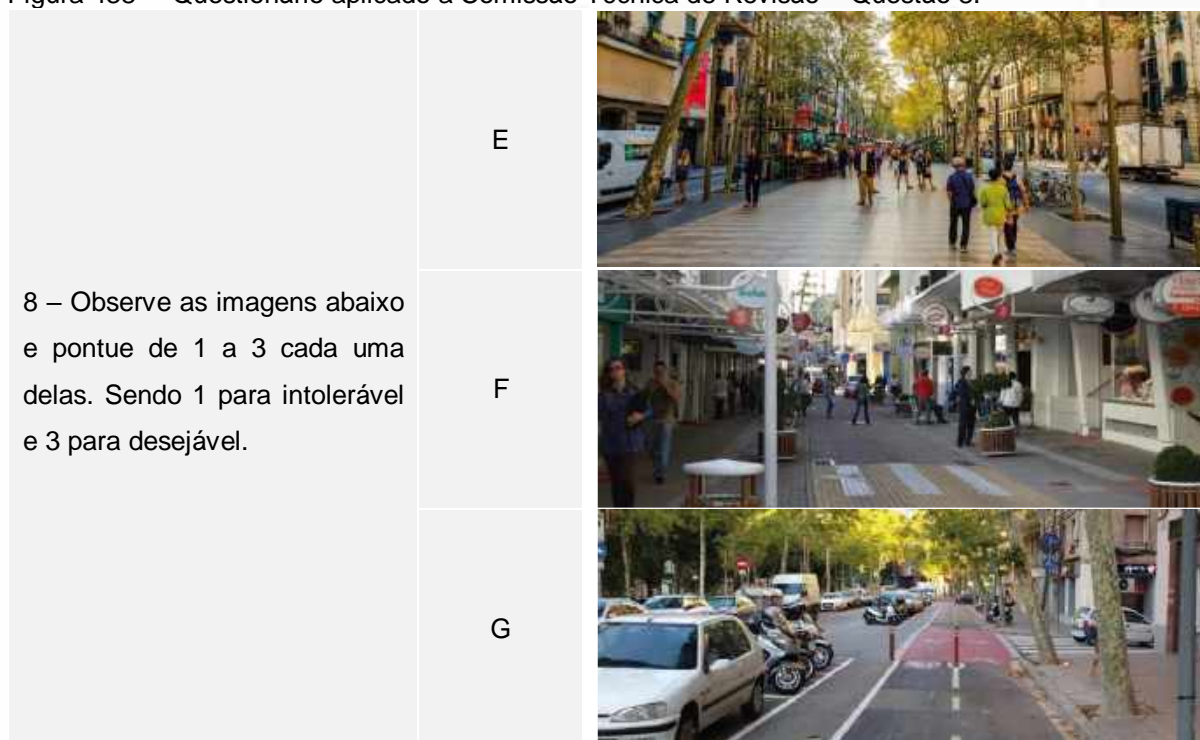
Figura 437 - Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 8.



Fonte: CINCATARINA (2019)

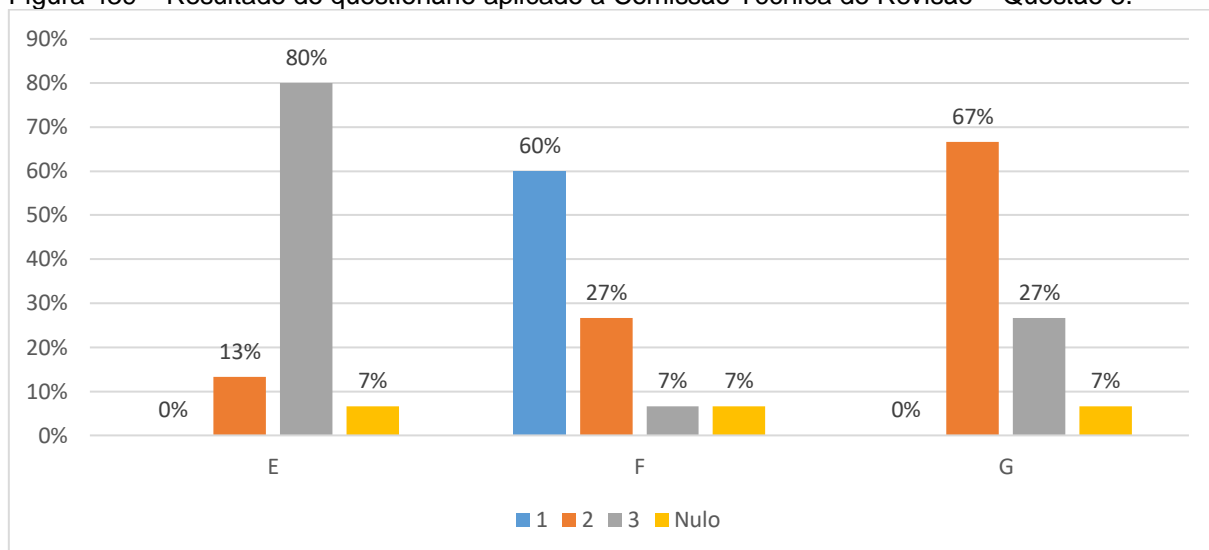
Na continuação da questão 8, na Figura 438 e na Figura 439, foram apresentadas três tipologias de vias, sendo que primeira imagem obteve maior aprovação da comissão técnica de revisão do Plano Diretor do município, onde a via apresentada oferece preferência para circulação de pedestres, a vegetação é apropriada ao porte do passeio e circulação de veículos ocorre de forma secundária, além disso, são encontrados mobiliários urbanos que não obstruem o livre deslocamento. A segunda, com vias peatonais, foi considerada intolerável por 60% entrevistados. Já a terceira imagem, foi considerada aceitável por 67% participantes.

Figura 438 – Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 8.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 439 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 8.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Na aplicação do questionário a comissão técnica de revisão do plano diretor, notou-se, o anseio por parâmetros urbanísticos e edífícios que proporcionem a cidade melhor condições ambientais, como maior arborização urbana, ampliação de passeios, espaços para descanso e lazer, diversificação de volumes dos edífícios, dimensões de lotes diversificadas, passeios adequados, e vias com preferência para modais não motorizados.

8 REUNIÃO COMUNITÁRIA

A leitura comunitária é proveniente das reuniões realizadas com a comunidade. A metodologia adotada para a construção do Plano Diretor Participativo de Nova Trento foi a CDP, que representa um método de ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos, proporcionando uma apresentação compreensível, facilmente visualizável e compatível com a situação das áreas de interesse para o planejamento. Baseia-se em critérios de eficiência, de adequação dos meios e recursos de controle de resultados, evitando com isso os erros de uma simples eliminação de deficiências. A classificação dos elementos da estrutura municipal segundo Condicionantes, Deficiências e Potencialidades atribui aos mesmos uma função dentro do processo de desenvolvimento do Município. Isto significa que as tendências de desenvolvimento podem ser percebidas com maior facilidade. Da mesma forma, as medidas podem ser classificadas em três grupos de

demanda: Condicionantes: geram uma demanda de manutenção; Deficiências: geram uma demanda de recuperação e melhoria; Potencialidades: geram uma demanda de inovação.

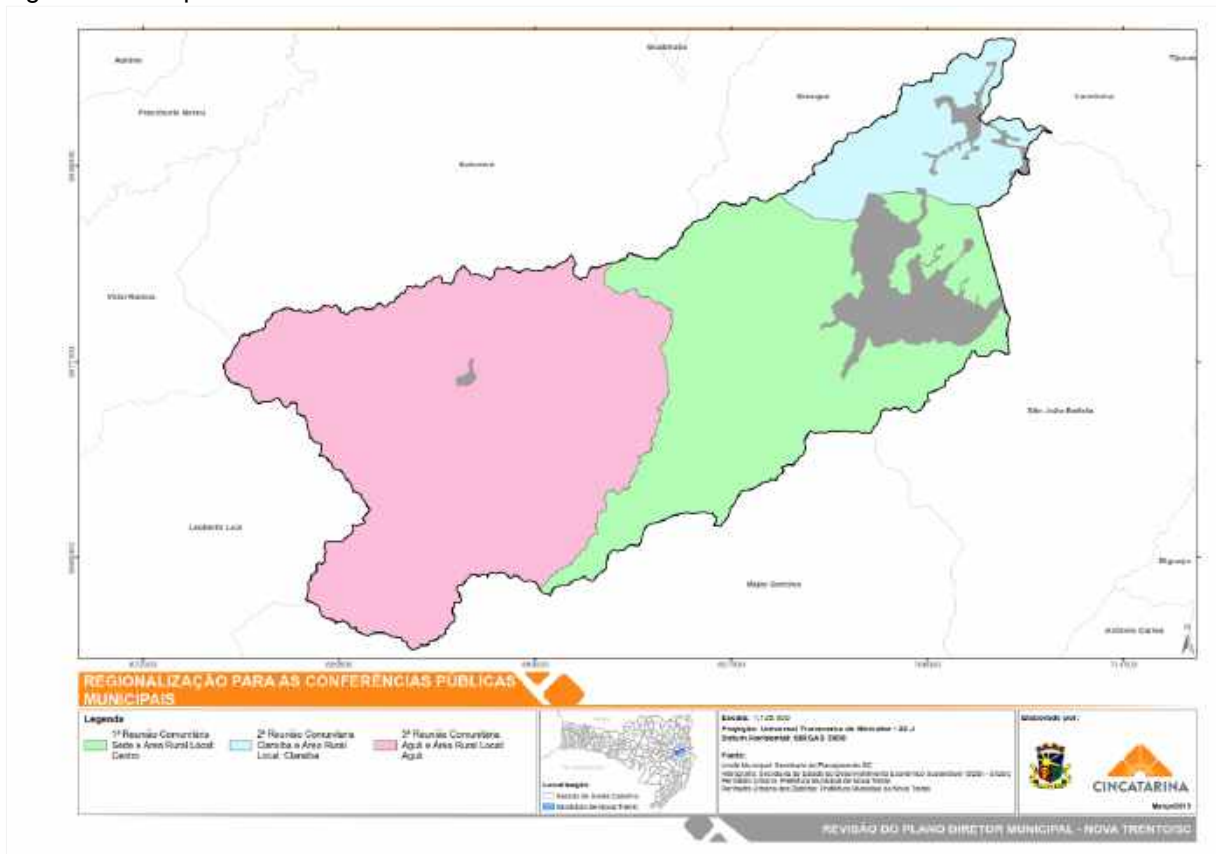
Para atender o objetivo principal do Plano Diretor Participativo, que é a participação irrestrita e inclusiva, utilizaremos a técnica de Metaplan para a aplicação da metodologia CDP. O Metaplan é caracterizado pelas técnicas de moderação e de visualização móvel com utilização de fichas coloridas, com pequenos grupos. A utilização dessa técnica de visualização com fichas (cartolinas em cores variadas) promove e prioriza a participação, com respeito a igualdade de opiniões, dando espaço para que todos possam responder às perguntas apresentadas pelo moderador. Com essa técnica e metodologia trabalhamos em grupos, objetivando aumentar a eficácia da comunicação e garantir a intensa criação e geração de ideias consistentes, seja no grande grupo ou em pequenos grupos

Com base nas informações obtidas na etapa de Leitura Comunitária, procede-se a uma descrição avaliativa das condições atuais dos setores de interesse para o planejamento.

A metodologia foi aplicada através de Reuniões Comunitárias, as quais subsidiaram uma leitura do município através da concepção e perspectiva da população. Estes eventos foram realizados com a comunidade em locais pré-estabelecidos, onde datas e locais de realização foram divulgados com um mínimo de 15 dias de antecedência, no diário oficial, além de redes sociais e outros veículos de comunicação.

Para a operacionalização das reuniões comunitárias, o município de Nova Trento foi dividido em 3 regiões pré-definidas: Reunião Comunitária I - Sede e áreas rurais, Reunião Comunitária II – Distrito de Claraíba e áreas rurais e Reunião Comunitária III – Distrito de Aguti e áreas rurais. As regiões foram definidas considerando critérios fundamentais para a discussão do planejamento, tais como: interesses econômicos, sociais, populacionais e urbanísticos. Além de considerar, a mobilidade de acesso e a localização, com o intuito de facilitar a participação de todos os munícipes. As regiões foram subdivididas, conforme a Figura 440 e convocadas pelo edital nº 01/2019 de 30 de julho de 2019, publicado no Diário Oficial de Santa Catarina, disposto no APÊNDICE F.

Figura 440- Mapa da divisão das Conferências Públicas.



Fonte: CINCATARINA (2019)

De acordo com a metodologia aplicada, após a abertura da reunião comunitária, foi exposto aos presentes os conceitos de Planejamento Urbano, Plano Diretor e cidades para todos. Após a apresentação do conteúdo¹⁰ (Figura 441 a Figura 455), foi explicado e aplicado aos participantes a metodologia participativa do CDP. O método foi aplicado dentro de cinco eixos: Econômico e Social, Estruturação Urbana, Mobilidade Urbana, Qualificação Ambiental e Proteção ao Patrimônio Histórico.

¹⁰ Apresentação utilizada nas audiências dos dias 17, 18, 19 de setembro de 2019.

Figura 441 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 1 e 2.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 442 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 3 e 4.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 443 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 5 e 6.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 444 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 7 e 8.

PRINCIPAIS EIXOS

CIDADE PARA AS PESSOAS

- ESPAÇOS PÚBLICOS
- CONEXÕES E SEGURANÇA
- CULTURA E LAZER
- MOBILIDADE
- CIDADE PARA AS PESSOAS
- CIDADE PARA AS EMPRESAS

CIDADE PARA AS PESSOAS

COMERCÍOS E SEGURANÇA

IMAGEM DA CIDADE
A imagem da cidade deve ditar como o espaço público e privado urbano está ligado à sua dimensãoamento e como é permitido construir.

FACHADAS ATIVAS
O contato visual entre o interior das edificações e o espaço público é essencial para a segurança e a vitalidade da cidade.

USO MISTO
Mesclar o uso residencial, comercial e de serviços proporciona distâncias mais curtas, atendendo pessoas a trabalhar no local, reduzindo assim, o ambiente em um espaço convidativo e seguro em todos os sentidos do dia.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 445 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 9 e 10.

CIDADE PARA AS PESSOAS

ESPAÇOS PÚBLICOS

CALÇADAS
Calçadas amplas, com espaço para vegetação e mobiliário urbano, permitem que mais pessoas estejam e permaneçam na rua.

ARBORIZAÇÃO
Condições para a qualidade do ar e ameniza a temperatura. Condições as cidades se tornam mais densas, a arborização é essencial para a drenagem da água e a manutenção da biodiversidade.

MOBILIÁRIO URBANO
O Mobiliário urbano estimula a interação entre as pessoas e o ambiente. Sua existência que garante uma experiência positiva do espaço e estimula a vitalidade urbana.

CIDADE PARA AS PESSOAS

ESPAÇOS PÚBLICOS

CALÇADAS
Calçadas amplas, com espaço para vegetação e mobiliário urbano, permitem que mais pessoas estejam e permaneçam na rua.

ARBORIZAÇÃO
Condições para a qualidade do ar e ameniza a temperatura. Condições as cidades se tornam mais densas, a arborização é essencial para a drenagem da água e a manutenção da biodiversidade.

MOBILIÁRIO URBANO
O Mobiliário urbano estimula a interação entre as pessoas e o ambiente. Sua existência que garante uma experiência positiva do espaço e estimula a vitalidade urbana.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 446 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 11 e 12.

CIDADE PARA AS PESSOAS

MOBILIDADE

TRANSPORTE COLETIVO
O transporte público conecta e integra as partes mais distantes da cidade, sendo uma ótima solução para desafogar o trânsito nas principais vias.

MEIOS ALTERNATIVOS
Assim como a diversificação do solo, o uso de bicicleta traz maior energia às ruas, sendo uma forma eficiente e econômica de se deslocar a média distância.

CIDADE PARA AS PESSOAS

MOBILIDADE

ACESSIBILIDADE
Calçadas e ambientes bem planejados e acessíveis proporcionam o direito de ir e vir de pessoas com mobilidade reduzida.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 447 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 13 e 14.

CIDADE PARA AS PESSOAS

MOBILIDADE

VAGAS DE VEÍCULOS

Estacionamentos bem projetados são essenciais para a eficiência da mobilidade urbana.

CIDADE PARA AS PESSOAS

PATRIMÔNIO CULTURAL

CULTURA E LAZER

PATRIMÔNIO
O patrimônio cultural na paisagem, conta a história do local, pela forma que eles foram construídos, materiais utilizados e etc. A preservação dessas edificações é fundamental para a manutenção da memória coletiva e torna a cidade singular.

Preservar a fachada e dar novos usos para edificações históricas mantém viva a identidade do local, podendo ser um forte atrativo turístico;

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 448 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 15 e 16.

CIDADE PARA AS PESSOAS

CULTURA E LAZER

PATRIMÔNIO CULTURAL

PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO
Imagens naturais ou históricas também devem ser mantidas e preservadas. Elas fazem parte da história da cidade, e também podem ser um potencial turístico local.

CIDADE PARA AS PESSOAS

CULTURA E LAZER

AMBIENTES CONVIVATIVOS
Praças, parques e ambientes convidativos e locais de convívio entorno da cidade trazem qualidade de vida da cidade.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 449 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 17 e 18.

CIDADE PARA AS PESSOAS

CULTURA E LAZER

EVENTOS COMUNITÁRIOS

EVENTOS COMUNITÁRIOS
Eventos comunitários que envolvam a comunidade como feira de orgânicos, festas de tradições e comidas típicas, trazem identidade para o local além da interação e participação da população.

CIDADE PARA AS PESSOAS

CULTURA E LAZER

ATRATIVOS RURAIS

ATRATIVO RURAL
O turismo rural está em expansão, bem como a procura de casas de campo, como refúgio da rotina das cidades. Se faz necessária o planejamento da ocupação ordenada, atrativa para turistas e moradores, respeitando a paisagem rural, e privilegiando a sustentabilidade e a qualidade de vida.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 450 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 19 e 20.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 451 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 21 e 22.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 452 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 23 e 24.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 453 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 25 e 26.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 454 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 27 e 28.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 455 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 29 e 30.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Após apresentação, foi disponibilizado tempo para os participantes identificarem as condicionantes, deficiências e potencialidades de cada eixo, os quais

posteriormente foram expostos ao grande grupo, sendo avaliados coletivamente. As tabelas apresentadas para cada reunião estão dispostas nos textos a seguir, os quais apresentam o resultado dos sentimentos e percepções da comunidade, coletados em cada Reunião Comunitária.

8.1 Reunião comunitária 1: Sede e áreas rurais

A primeira reunião comunitária realizou-se na Casa dei Noni, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 244, Centro, no dia 17 de setembro de 2019. O evento contou 17 participantes. Os documentos dispostos nos APÊNDICE G, APÊNDICE H e APÊNDICE I, apresentam respectivamente lista de presença, convite da reunião comunitária e ata.

As Figura 456 a Figura 459, demonstram a apresentação realizada pela equipe técnica do CINCATARINA. Já as Tabela 53 a Tabela 57, demonstram a participação da comunidade, através da metodologia CDP.

Figura 456 – Registros fotográficos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 457 – Registros fotográficos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 458 – Registros fotográficos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 459 – Registros fotográficos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 53 – Econômico Social – 1ª Reunião Comunitária.

ECONÔMICO SOCIAL
CONDICIONANTES

Atividade econômica rural
 Eficiente administração pública, confiança nos gestores e legisladores
 Emprego
 Prestação de serviços
 Turismo(3x)

DEFICIÊNCIAS

Agilizar projetos no ministério público – desmembramento
 Assistência às comunidades da periferia do município
 Atrair mais empresas, oferecendo incentivos
 Burocracia na hora de construir
 Ensino superior e técnico
 Eventos musicais e teatrais
 Falta de clubes de lazer
 Falta de incentivo para abrir indústria
 Fiscalização de obras e posturas
 Incentivo a loteamentos de pequeno porte, pois não há grandes glebas
 Incentivo ao turismo
 Indústria
 IPTU progressivo, gera especulação imobiliária
 Menos burocracia na abertura de novas empresas
 Qualificação profissional
 Turismo rural

POTENCIALIDADES

Áreas de convivência
 Clubes de lazer
 Empreendedorismo rural
 Esportes
 Gastronomia
 Incentivo a abertura de empresas
 Indústria artesanal (móveis)
 Turismo religioso, rural, gastronômico e cultural (4x)
 Vitivinicultura

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 54 – Estruturação Urbana – 1ª Reunião Comunitária.

ESTRUTURAÇÃO URBANA
CONDICIONANTES

Para aumentar o desenvolvimento da cidade reduzir as distâncias para a construção civil - recuos
 Topografia/Relevo (3x)

DEFICIÊNCIAS

Ampliação da área industrial, residencial e mista, pois é restritiva
 Diminuição da metragem de recuo lateral nas edificações
 Edificações irregulares
 Incentivo a construções de áreas mistas
 Leis mais acessíveis para construção civil
 Limitar a altura dos edifícios
 Maior recuo frontal para estacionamentos
 Parcelamento do solo irregular
 Reduzir o número de pavimentos dos edifícios

POTENCIALIDADES

Ampliar largura das calçadas
 Áreas rurais de lazer
 Aumentar a altura das edificações
 Embelezamento urbano
 Expansão da área urbanizada
 Indústrias
 Limpeza dos lotes
 Limpeza urbana
 Melhorar a rede de energia
 Praças
 Ruas asfaltadas

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 55 – Mobilidade Urbana – 1ª Reunião Comunitária.

MOBILIDADE URBANA
CONDICIONANTES

Ciclistas
 Há deficiências generalizadas
 Pedestres
 Via públicas estreitas

DEFICIÊNCIAS

Calçadas
 Calçadas irregulares (2x)
 Estacionamento
 Não existe ciclofaixas/ciclovias (2x)
 Não existe transporte público (2x)
 Padronização das calçadas

POTENCIALIDADES

Estacionamento somente de um lado da via
 Pavimentação asfáltica

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 56 – Qualificação Ambiental – 1ª Reunião Comunitária.

QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL
CONDICIONANTES

Ambiência com a natureza
 Áreas verdes (3x)
 Cachoeiras
 Córregos e rios que cortam a cidade

DEFICIÊNCIAS

Ausência de árvores nas ruas
 Diminuir o recuo dos rios, nascentes e córregos em áreas urbanas consolidadas (2x)
 Excesso de áreas verdes no perímetro urbano – APP
 Falta de parque lineares
 Fiscalização ambiental
 Não existe saneamento básico

POTENCIALIDADES

Aproveitamento e uso da APP
 Arborização
 Áreas verdes/lazer em frente aos empreendimentos – lotes de frente loteamentos
 Catalogar cachoeiras e áreas de lazer para o turismo
 Preservação ambiental
 Preservar as nascentes
 Valorização do rio do Braço

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 57 – Proteção ao Patrimônio Histórico – 1ª Reunião Comunitária.

PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
CONDICIONANTES

Belezas naturais
 Edificações históricas
 Eventos culturais
 Festividades tradicionais
 Patrimônio arquitetônico
 Patrimônio cultural
 Patrimônio histórico
 Rios e monumentos
 Santuário de Santa Paulina
 Sentimento de identidade cultural do povo

DEFICIÊNCIAS

Falta de preservação da memória da cidade
 Falta de recursos para restauração de edifícios
 Incentivo ao patrimônio histórico (construções)
 Incentivo às tradições (idiomas, danças, músicas e canto)
 Inventário do patrimônio histórico
 Museu histórico
 Não há incentivos para edificações típicas italianas

POTENCIALIDADES

Capacidade de atrair turistas interessados na história do município
 Construções típicas
 Exploração sustentável do patrimônio histórico
 Incentivo à cultura e ao lazer
 Incentivo à cultura italiana
 Restauração dos prédios históricos
 Santuários religiosos

Fonte: CINCATARINA (2019)

Ao final da primeira reunião comunitária, as principais solicitações e tópicos abordados pela comunidade foram: Incentivos para indústrias e empresas, turismo, burocracia, faixas de APP, construções e loteamentos irregulares, recuo frontal das edificações, limpeza urbana, embelezamento das vias públicas, falta de ciclovias/ciclofaixas, pavimentação de vias, padronização de passeios, preservação do meio ambiente, eventos e festividades, cultura e tradições, edificações antigas e religiosas.

8.2 Reunião comunitária 2: Distrito do Claraíba e áreas rurais

A segunda reunião comunitária realizou-se na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, localizada na sede do distrito do Claraíba, no dia 18 de setembro de 2019. O evento contou 12 participantes. Os documentos dispostos nos APÊNDICE J, APÊNDICE K e APÊNDICE K, apresentam respectivamente lista de presença, convite da reunião comunitária e ata.

As Figura 460 a Figura 463, explanam a apresentação realizada pela equipe técnica do pela CINCATARINA. Já as Tabela 58 a Tabela 62, demonstram a participação da comunidade, através da metodologia CDP.

Figura 460 – Registros fotográficos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 461 – Registros fotográficos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 462 – Registros fotográficos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 463 – Registros fotográficos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 58 – Econômico Social – 2ª Reunião Comunitária.

ECONÔMICO SOCIAL
CONDICIONANTES
Industrialização Indústrias moveleiras Turismo
DEFICIÊNCIAS
Área de lazer Auxílio/incentivo à capacitação dos profissionais envolvidos com o turismo Deficiência de instituições bancárias Falta de estímulo a loteamentos Incentivos fiscais para a implantação de novas indústrias e empresas (2x) Prestação de serviços Telefonia /internet
PONTECIALIDADES
Áreas de lazer Desenvolvimento industrial Incrementa o turismo rural Indústria moveleira (2x) Instituições bancárias no Distrito do Claraíba Produtos coloniais Turismo

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 59 – Estruturação Urbana – 2ª Reunião Comunitária.

ESTRUTURAÇÃO URBANA
CONDICIONANTES
Áreas mistas Relevo
DEFICIÊNCIAS
Ampliar a área urbana, zonas de desenvolvimento, onde houver necessidade Construções irregulares Em determinadas situações, aumentar a área máxima para condomínios horizontais Em loteamentos novos, diminuir o comprimento máximo das ruas Falta praças e locais de convívio Incentivar construções de áreas mistas Reorganização do zoneamento ao longo das SC's (zona urbana de um lado e rural de outro) Rever limitação -Critérios inadequados para condomínios fechados como limite máximo da área Vias e acessos ruins
PONTECIALIDADES
Condomínios fechados Distrito do Claraíba é o elo de ligação entre os municípios de Nova Trento e Brusque Incentivo a áreas mistas Limitar os andares das edificações Loteamentos residenciais Pavimentação de vias de acesso à escola do Distrito do Claraíba Utilização da faixa de domínio do DEINFRA

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 60 – Mobilidade Urbana – 2ª Reunião Comunitária.

MOBILIDADE URBANA
CONDICIONANTES
Estradas estaduais Prática da caminhada
DEFICIÊNCIAS
Ampliação de estacionamentos Calçadas Calçadas acessíveis Condições das ruas Falta de identificação de pontos de táxi e transporte coletivo Falta de transporte coletivo Faltam ciclovias/ciclofaixas (2x) Há deficiência na mobilidade Melhoramento das calçadas Opção de nova vias públicas
POTENCIALIDADES
Calçadas padronizadas e acessíveis Estimular a prática de caminhadas Locais adequados para caminhadas

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 61 – Qualificação Ambiental – 2ª Reunião Comunitária.

QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL
CONDICIONANTES
Manter áreas verdes (2x)
DEFICIÊNCIAS
Áreas de APP ao longo de pequenos córregos no perímetro urbano Cuidado com os rios Diminuir as áreas de APP no perímetro urbano Incentivar o embelezamento das praças/jardins de casas Poluição dos rios Reduzir APP no perímetro urbano do Distrito do Claraíba Revisar o tamanho das áreas de APP de 50m pra 30m e de 30m para 15m
POTENCIALIDADES
Conservação da mata ciliar Embelezamento dos rios /margens com áreas verdes de lazer Utilização sustentável da topografia de modo geral e áreas verdes

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 62 – Proteção ao Patrimônio Histórico – 2ª Reunião Comunitária.

PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
CONDICIONANTES
Edificações históricas (2x) Festas populares Idiomas
DEFICIÊNCIAS
Estabelecer políticas de preservação da história e da cultura Incentivos para patrimônios históricos Levantamento de patrimônios históricos Prédios históricos sem conservação

POTENCIALIDADES

Grupos de canto e dança
Incentivo ao estudo das línguas
Incentivo fiscal para edificações de estilo arquitetônico típico
Incentivo para construções históricas
Preservação das festas populares e tradições

Fonte: CINCATARINA (2019)

Os assuntos de maior enfoque na segunda reunião comunitária foram: indústrias, capacitação profissional, incentivos para novas empresas, instituições bancárias, turismo, zoneamento, parcelamento do solo, condomínios fechados, gabarito das edificações, faixa de domínio das rodovias, transporte coletivo, locais para prática de caminhadas, faixa de APP dentro do perímetro urbano, embelezamento das vias urbanas, manutenção das áreas verdes, tradições, proteção do patrimônio histórico e cultural, bem como as edificações típicas, dentre outras.

8.3 Reunião comunitária 3: Distrito do Aguti e áreas rurais (Invalidada)

A terceira reunião comunitária realizou-se na Escola Municipal de Educação Básica de Aguti, localizada na sede do distrito, no dia 19 setembro de 2019. O evento contou 04 pessoas presentes, estando presente apenas os técnicos do CINCATARINA e representantes do município de Nova Trento. Não havendo quórum, a reunião comunitária foi cancelada e remarcada para o dia 16 de outubro de 2019.

As Figura 464 a Figura 467, atestam a falta de participantes, bem como os documentos dispostos nos APÊNDICE M, APÊNDICE N, APÊNDICE O, os quais apresentam respectivamente lista de presença, convite da reunião comunitária e ata.

Figura 464 – Registros fotográficos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 465 – Registros fotográficos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 466 – Registros fotográficos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 467 – Registros fotográficos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

8.4 Reunião comunitária 4: Distrito do Aguti e áreas rurais (remarcada)

A terceira reunião comunitária remarcada para a data 16 de outubro de 2019, realizou-se na Escola Municipal de Educação Básica de Aguti, localizada na sede do distrito, entre às 19h10min a 20h. O evento contou com a participação de 10 pessoas. O APÊNDICE P, estabelece nova data para a reunião comunitária cancelada no distrito por falta de quórum.

Os documentos dispostos nos APÊNDICE Q, APÊNDICE R e APÊNDICE S apresentam respectivamente lista de presença, convite da reunião comunitária publicado no site do município e ata. As Figura 468 a Figura 482 dispõem a apresentação utilizada nesta reunião comunitária.

As Figura 483 a Figura 485, explanam a apresentação realizada pela equipe técnica do CINCATARINA. Já as Tabela 63 a Tabela 67, demonstram a participação da comunidade, através da metodologia CDP.

Figura 468 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 1 e 2.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 469 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 3 e 4.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 470 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 5 e 6.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 471 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 7 e 8.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 472 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 9 e 10.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 473 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 11 e 12.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 474 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 13 e 14.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 475 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 15 e 16.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 476 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 17 e 18.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 477 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 19 e 20.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 478 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 21 e 22.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 479 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 23 e 24.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 480 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 25 e 26.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 481 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 27 e 28.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 482 - Apresentação da reunião comunitária no Distrito do Aguti, 16/09/2019 – Slide 29 e 30.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Programa de Desenvolvimento Regional
Nova Trento



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 483 – Registros fotográficos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 484 – Registros fotográficos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 485 – Registros fotográficos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 63– Econômico Social – 4ª Reunião Comunitária.

ECONÔMICO SOCIAL
CONDICIONANTES
Escolas (2x) Hospital Internet Empreendedorismo Plantação de fumo Pontos turísticos
DEFICIÊNCIAS
Atrativo para os turistas e cidadãos Falta de empresas e indústrias (2x) Incentivo fiscal Inexistência de hotéis/pousadas/restaurantes no Distrito do Aguti Qualificação profissional dos prestadores de serviços
POTENCIALIDADES
Esportes aquáticos nos rios Turismo ecológico Turismo religioso (2x)

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 64 – Estruturação Urbana - 4ª Reunião Comunitária.

ESTRUTURAÇÃO URBANA
CONDICIONANTES
Áreas mistas (comércios e residências)
DEFICIÊNCIAS
Fiscalização urbana Fornecimento de energia Infraestrutura turística Manutenção de estradas Parcelamento de solo (divisão/desdobro) Praças e espaços de convivência Revisão nº de pavimentos de construções de prédios Sinal de internet em espaços públicos Zoneamento municipal – Estudo de impacto de vizinhança
POTENCIALIDADES
Academia ao ar-livre Portais nas entradas da cidade

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 65 – Mobilidade Urbana – 4ª Reunião Comunitária.

MOBILIDADE URBANA
CONDICIONANTES
Calçadas
DEFICIÊNCIAS
Acessibilidade Ampliação da largura das calçadas Calçadas Calçadas estreita e sem acessibilidade Ciclofaixa e ciclovia Estacionamento Estacionamentos nos eventos da cidade – Centro Melhora a segurança nas estradas do interior Mobilidade urbana Placas toponímicas e nº nas casas Recuos frontais em estacionamentos Rodoviária Trânsito Transporte coletivo
POTENCIALIDADES
<i>Não houveram contribuições</i>

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 66 – Qualificação Ambiental – 4ª Reunião Comunitária.

QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL
CONDICIONANTES
Áreas verdes Mata nativa Paisagens Rios Topografia
DEFICIÊNCIAS
Agrotóxicos APP em rios estreitos – diminuir largura Caça e pesca ilegal Coleta seletiva no interior Desmatamento Fiscalização ambiental Poluição dos rios (2x)
POTENCIALIDADES
Natureza Parque Praças centrais Topografia

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 67 – Proteção do Patrimônio Histórico – 3ª Reunião Comunitária.

PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	
CONDICIONANTES	
Calvário Igrejas Morro da Cruz (2x) Santuário de Santa Paulina	
DEFICIÊNCIAS	
Festas e eventos culturais (2x) Mapeamento de edificações históricas	
PONTECIALIDADES	
Festas e eventos culturais (2x_ Mais eventos culturais Sitio Trilhas naturais Turismo religioso	

Fonte: CINCATARINA (2019)

Nesta reunião comunitária, os aspectos mais evidenciados pela população, foram: escolas, turismo, qualificação profissional, incentivo fiscal, áreas mistas, fornecimento de energia e internet, manutenção de vias, parcelamento do solo, gabarito das edificações, zoneamento, padronização e acessibilidade das calçadas, sinalização viária, áreas verdes, faixas de APP, fiscalização ambiental, poluição dos rios, festividades, eventos culturais e locais religiosos.

8.5 Considerações das reuniões comunitárias

Ao final das três reuniões comunitárias válidas, obtiveram-se um total de 39 participações, com 11 mesas formadas, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 68 – Resumo das reuniões comunitárias.

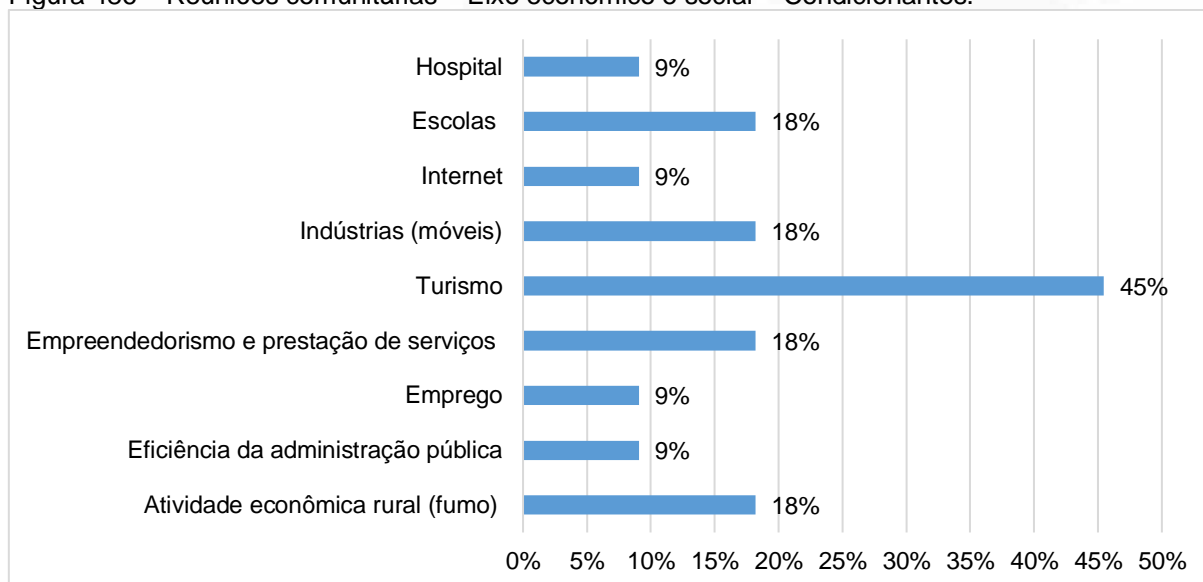
REUNIÕES COMUNITÁRIAS				
REUNIÃO	LOCAL	DATA	QUANTIDADE DE PESSOAS	Nº DE MESAS
1	Casa dei Noni	17/09	17	4
2	E. M.E.B. João Bayer Sobrinho	18/09	12	4
3	E. M.E.B. de Aguti	19/09	Cancelada	-
4	E. M.E.B. de Aguti	16/10	10	3
TOTAL			39	11

Fonte: CINCATARINA (2019)

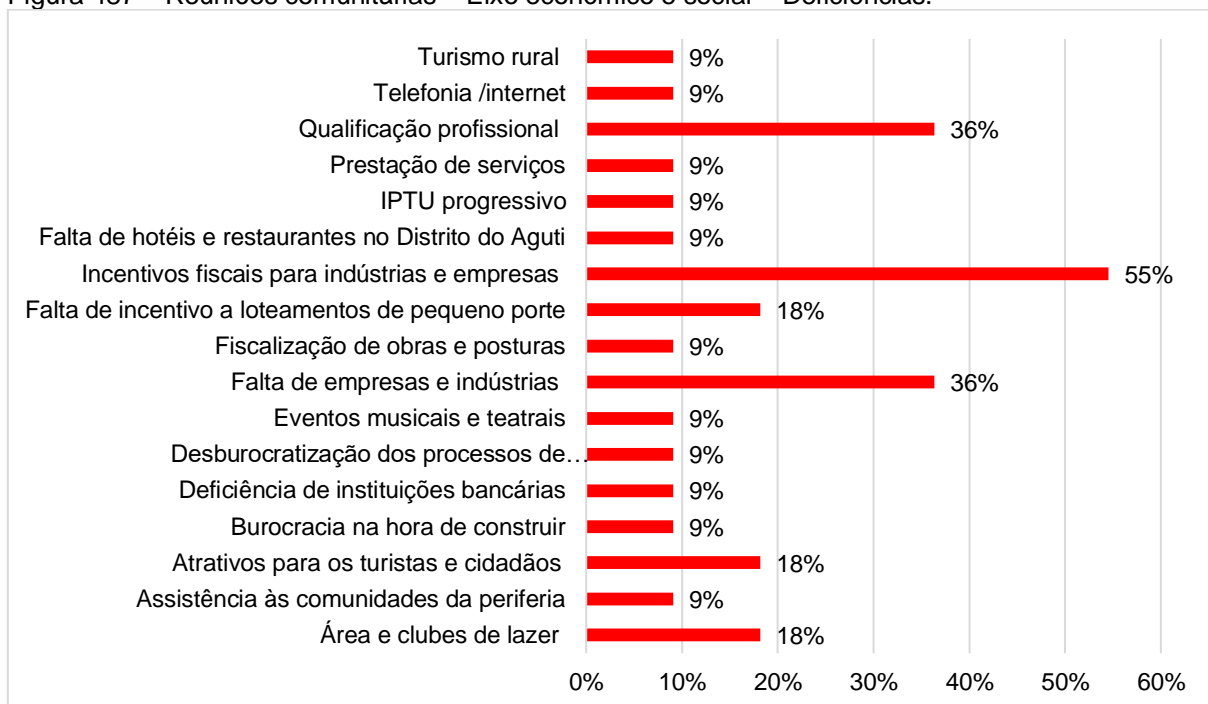
Entre as Figura 486 e Figura 500, são apresentadas de maneira sintetizadas as informações coletas por meio da metodologia CPD, durante as reuniões comunitárias, dentro dos cinco eixos.

No eixo econômico e social (Figura 486 a Figura 488) as principais condicionantes foram turismo, escolas, indústrias moveleiras, empreendedorismo e prestação de serviços, bem como atividades econômicas na zona rural. Já as principais deficiências faltam de incentivos fiscais para empresas e indústrias, bem como a falta destas no município, além da necessidade de qualificação profissional. As potencialidades mais apontadas foram turismo, indústria moveleira e áreas de lazer e convivência.

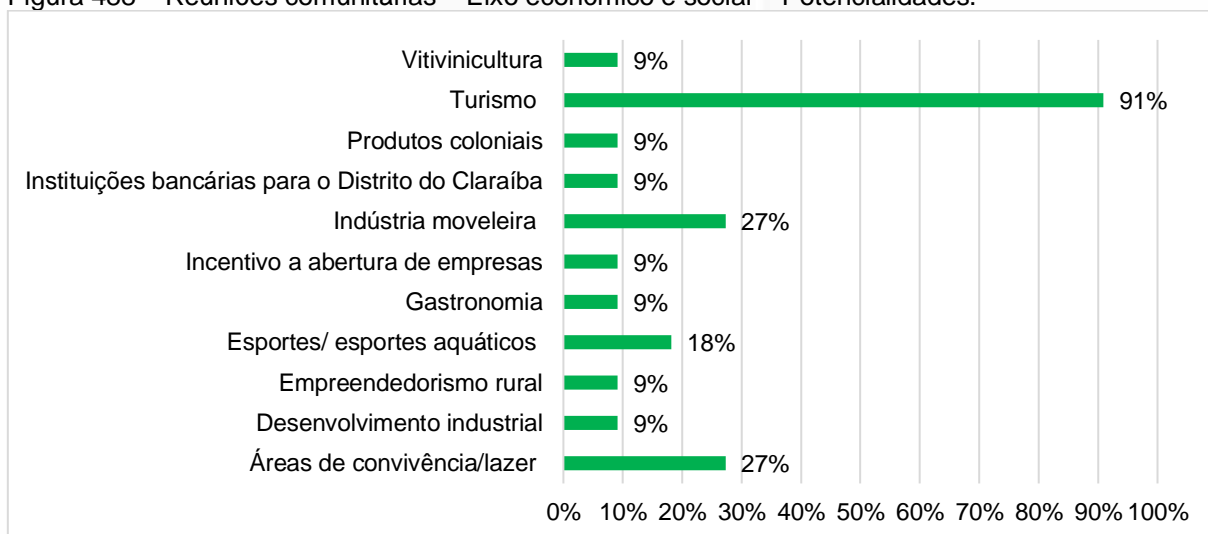
Figura 486 – Reuniões comunitárias – Eixo econômico e social – Condicionantes.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 487 – Reuniões comunitárias – Eixo econômico e social – Deficiências.


Fonte: CINCATARINA (2019)

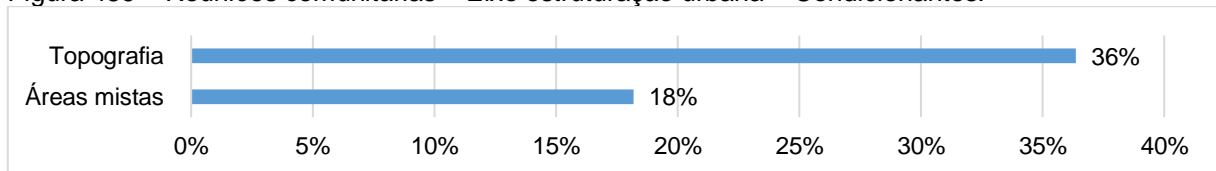
Figura 488 – Reuniões comunitárias – Eixo econômico e social – Potencialidades.


Fonte: CINCATARINA (2019)

No eixo estruturação urbana (Figura 489 a Figura 491), as condicionantes apontadas foram a topografia e as áreas mistas. As deficiências mais elencadas são as construções e parcelamentos irregulares, ampliação de zonas e perímetro urbano, o tamanho máximo das vias em novos loteamentos, incentivos para construções de usos mistos, revisar o gabarito das edificações, manutenção das estradas, recuos das edificações e rever a limitação da área máxima para condomínios fechados. Já as potencialidades mais indicadas são pela comunidade neste eixo foram:

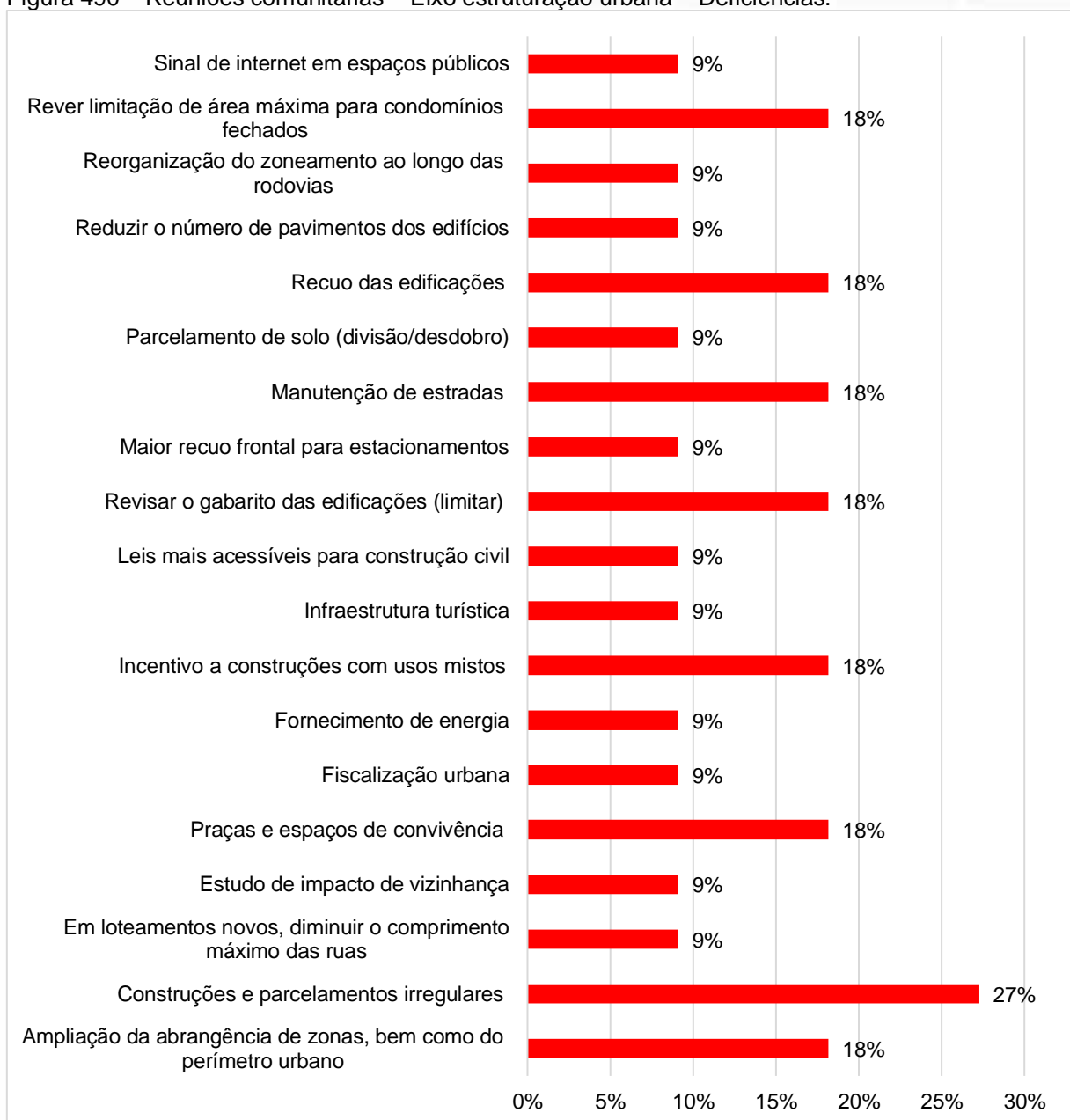
embelezamento urbano, áreas de lazer em meios urbanos e rurais, pavimentação de vias e condomínios e loteamentos.

Figura 489 – Reuniões comunitárias – Eixo estruturação urbana – Condicionantes.

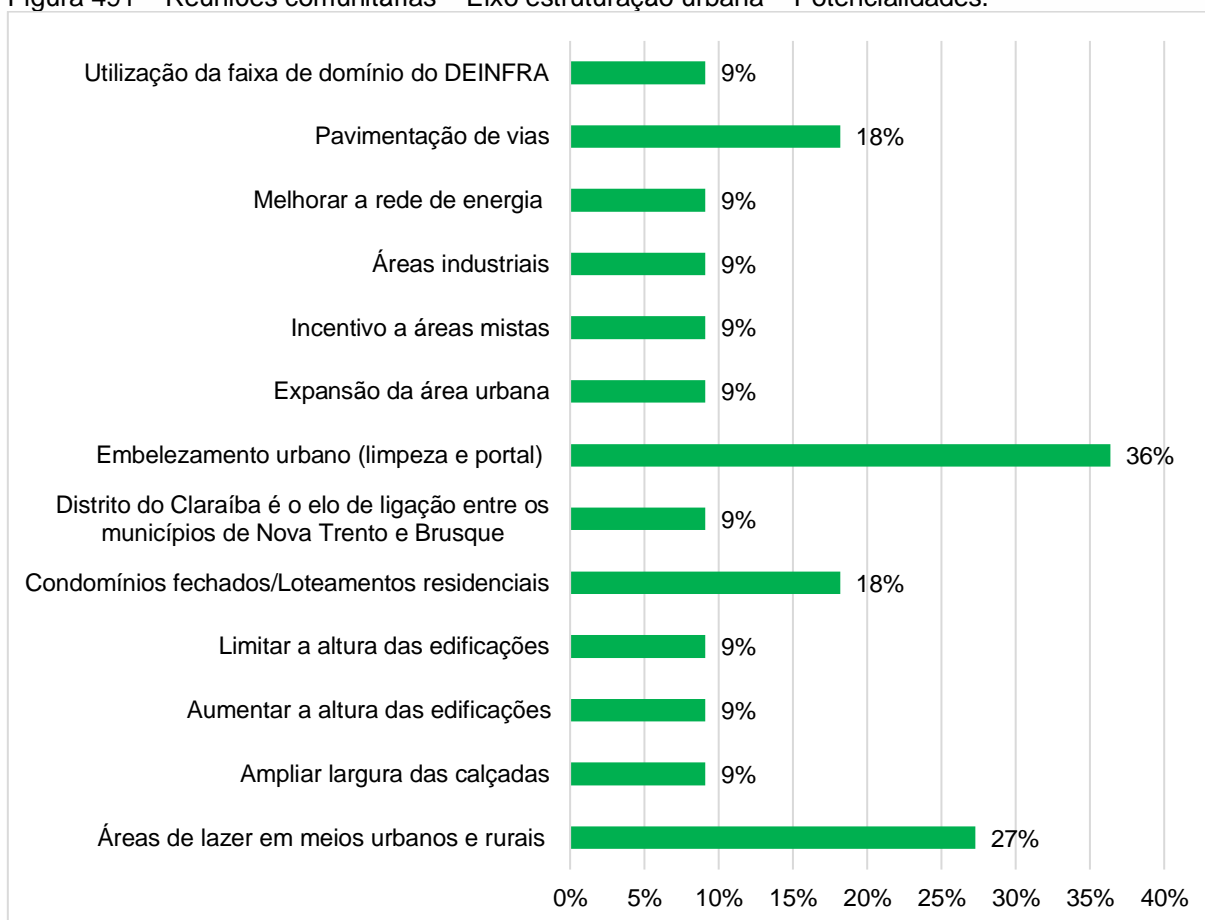


Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 490 – Reuniões comunitárias – Eixo estruturação urbana – Deficiências.

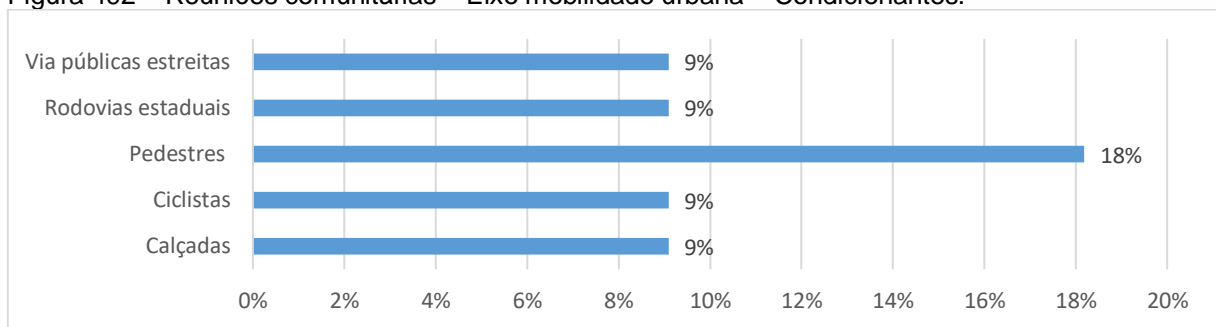


Fonte: CINCATARINA (2019)

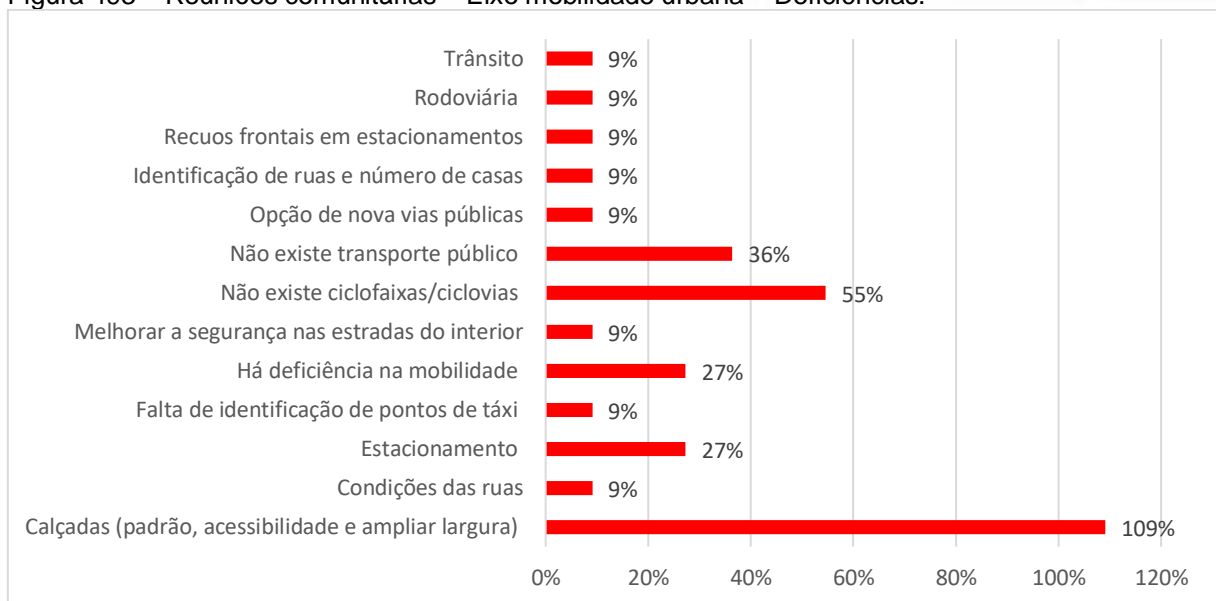
Figura 491 – Reuniões comunitárias – Eixo estruturação urbana – Potencialidades.


Fonte: CINCATARINA (2019)

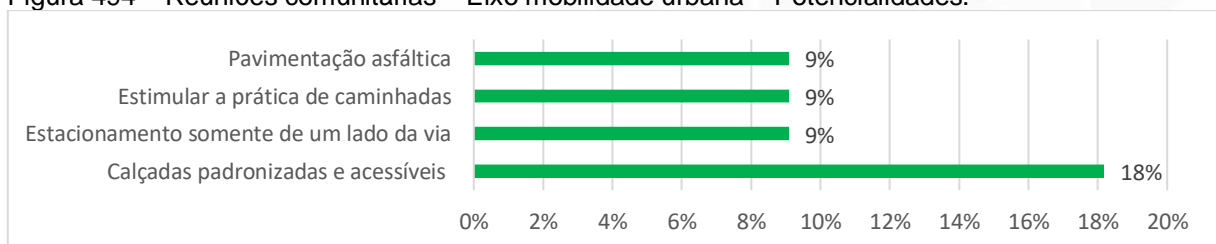
No eixo mobilidade urbana (Figura 492 a Figura 494), nas condicionantes não houve destaques nos apontamentos, todavia, são consideradas condicionantes as vias estreitas, rodovias estaduais e calçadas, bem como os cidadãos. Já as deficiências mais apontadas foram as calçadas (padronização, acessibilidade e ampliação de largura), bem como a falta de transporte público e ciclovias/ciclofaixas. A principal potencialidade apontada foi a padronização e acessibilidade nas calçadas, os demais itens apontados foram relacionados a pavimentação, estacionamento e prática de caminhadas.

Figura 492 – Reuniões comunitárias – Eixo mobilidade urbana – Condicionantes.


Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 493 – Reuniões comunitárias – Eixo mobilidade urbana – Deficiências.


Fonte: CINCATARINA (2019)

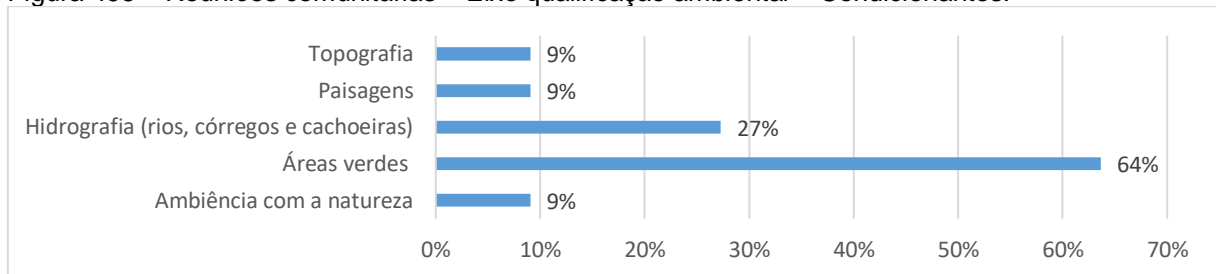
Figura 494 – Reuniões comunitárias – Eixo mobilidade urbana – Potencialidades.


Fonte: CINCATARINA (2019)

No eixo de qualificação ambiental (Figura 495 a Figura 497), as condicionantes mais evidências pela comunidade foram as áreas verdes e a hidrografia. As deficiências mais indicadas são o tamanho das faixas de APP dentro do perímetro urbano, a poluição e o cuidado com os rios, bem como a fiscalização ambiental. Já as

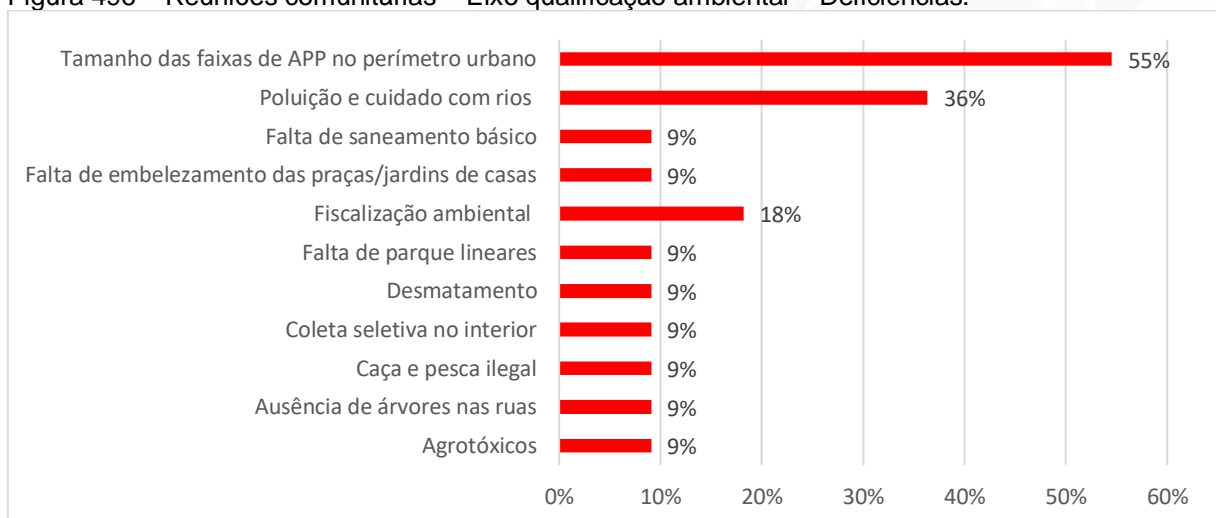
principais potencialidades são a preservação de áreas verdes e recursos hídricos, topografia, aproveitamento e usos das APP das margens de rios.

Figura 495 – Reuniões comunitárias – Eixo qualificação ambiental – Condicionantes.



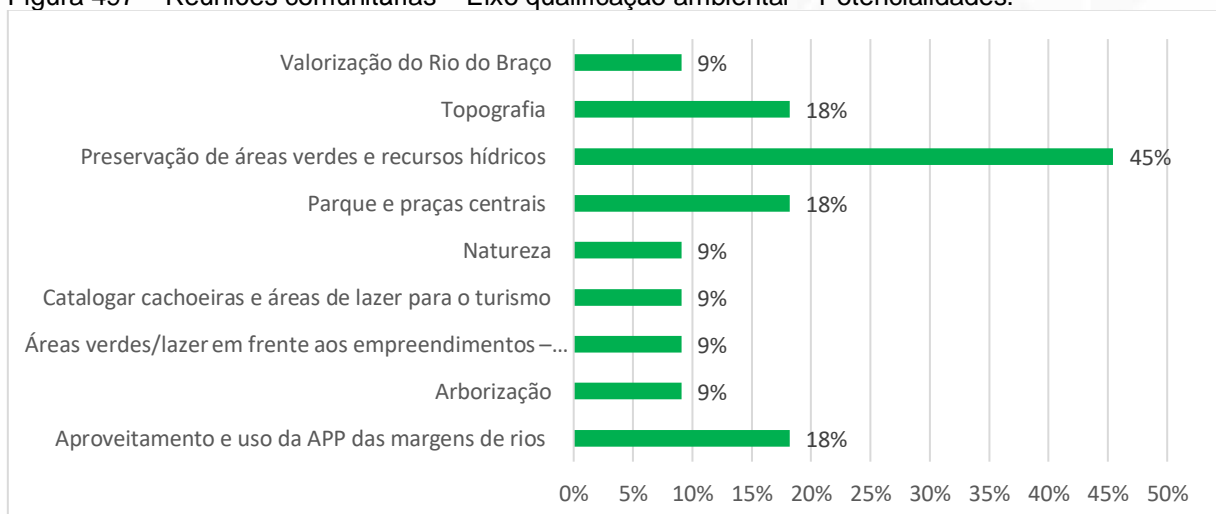
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 496 – Reuniões comunitárias – Eixo qualificação ambiental – Deficiências.



Fonte: CINCATARINA (2019)

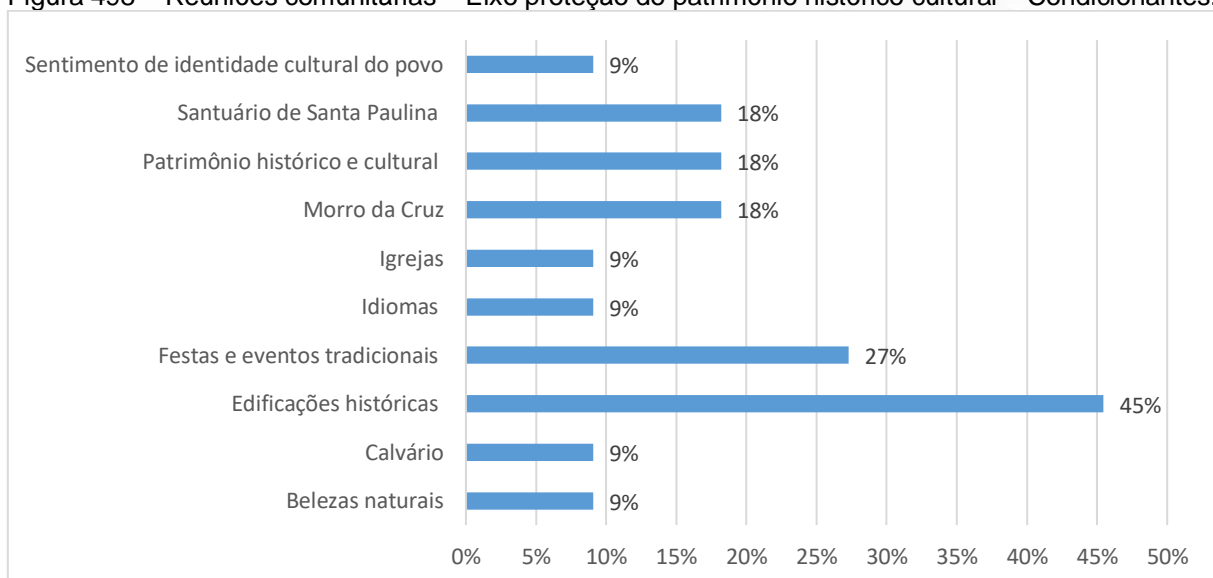
Figura 497 – Reuniões comunitárias – Eixo qualificação ambiental – Potencialidades.



Fonte: CINCATARINA (2019)

No eixo proteção do patrimônio histórico cultural (Figura 498 a Figura 500), as condicionantes mais indicadas pela comunidade foram as edificações históricas, festas e eventos tradicionais, o Santuário de Madre Paulina, o patrimônio histórico cultural e o Morro da Cruz. As deficiências mais evidenciadas são a falta de recursos para manutenção e restauração de edifícios históricos, falta de inventário referente ao patrimônio do município, bem como o estabelecimento de políticas para a preservação do mesmo. Já as principais potencialidades estão na preservação e incentivos a festividades, tradições italianas e cultura, assim como, incentivos para construções históricas.

Figura 498 – Reuniões comunitárias – Eixo proteção do patrimônio histórico cultural – Condicionantes.



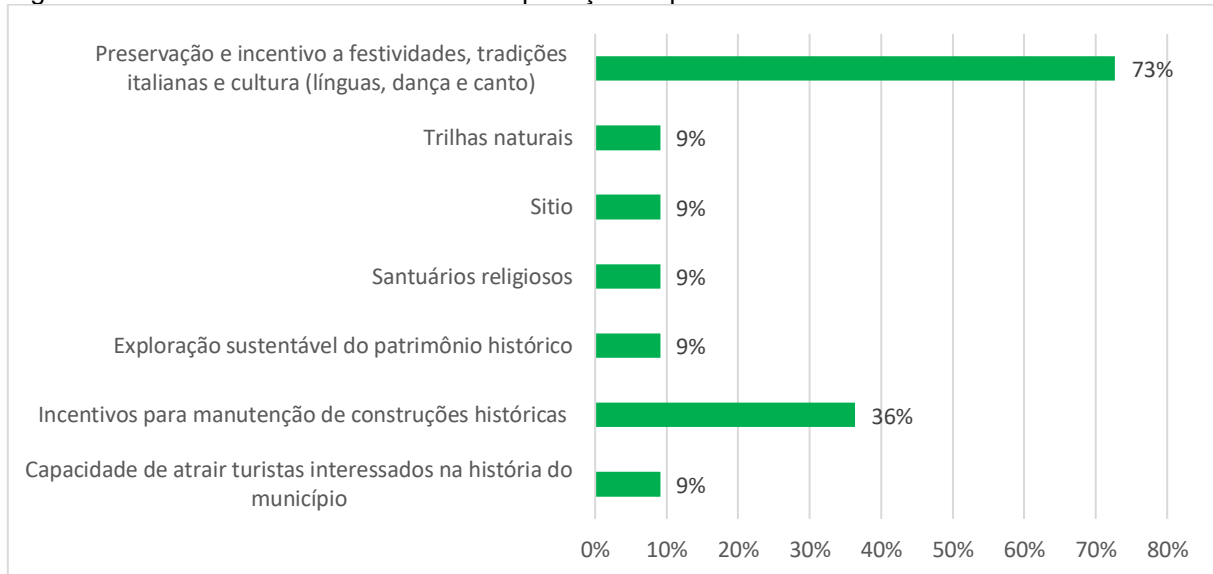
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 499 – Reuniões comunitárias – Eixo proteção do patrimônio histórico cultural – Deficiências.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 500 – Reuniões comunitárias – Eixo proteção do patrimônio histórico cultural – Potencialidades.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Ao final, percebeu-se que foi obtida efetiva participação da comunidade nos cinco eixos trabalhados. Os assuntos com maior enfoque foram: turismo, qualificação ambiental, incentivos a empresas e indústrias, topografia, construções e parcelamentos irregulares, embelezamento urbano, áreas de lazer em meios urbanos e rurais, calçadas (padronização, acessibilidade e ampliação de largura), tamanho das faixas de APP no perímetro urbano, poluição e cuidados com os rios, preservação áreas verdes e recursos hídricos, edifícios históricos, patrimônio histórico e cultural, preservação e incentivos a cultura e festividades. Cabe salientar a preocupação da comunidade com relação à insuficiência de algumas infraestruturas urbanas, como a ausência de ciclovias/ciclofaixas, visto a busca e uso de bicicletas no município.

9 FORMULÁRIO DE LEITURA COMUNITÁRIA

Outra de forma de contribuição comunitária, foi registrada por meio do preenchimento dos formulários on-line e físicos, cujo acesso foi vinculado ao site da Prefeitura Municipal de Nova Trento (Figura 501), site revisão do plano diretor (Figura 502 e Figura 503) e também acessado pelo link: <https://forms.gle/hfxsAovqwzY9Zr2a8>. Já a versão física (Figura 504 e Figura 505), foi disponibilizada no protocolo do município aos interessados.

Figura 501 - Acesso ao formulário de contribuição por meio do site da Prefeitura Municipal de Nova Trento.

#Plano Diretor

Plano Diretor: reuniões comunitárias acontecem nesta semana

Publicado em 16/09/2019 às 20:54 - Atualizado em 16/09/2019 às 20:56

Primeiro encontro será nesta terça-feira (17), às 19h, na Casa dei Nonni



A Prefeitura Municipal de Nova Trento convida a população para participar das reuniões comunitárias sobre a Revisão do Plano Diretor Participativo do município. O primeiro encontro acontece nesta terça-feira (17), às 19h, na Casa dei Nonni, no Centro.

Já na quarta (18) e quinta-feira (19) serão realizadas reuniões comunitárias, também às 19h, nas escolas dos Distritos de Claraíba e de Aguti, respectivamente. O objetivo é informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor Participativo.

Durante os encontros, a equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Catarinense (CINCATARINA) fará uma exposição da importância da revisão da lei, além de deliberar sobre o recorte espacial de cada região. Também haverá espaço para debate das proposições.

Outra forma de participação no Plano Diretor é por meio de um formulário online, que está disponível no link <http://bit.ly/2kgqfXg>. Mais informações sobre o processo de revisão podem ser acessadas no site: <https://planejamentourbano.cincatarina.sc.gov.br/default.aspx?municipio=novatreto>.

Cronograma

Dia 17 (terça-feira) às 19h: Reunião Comunitária na Casa Dei Nonni do Centro

Dia 18 (quarta-feira) às 19h: Reunião Comunitária na Escola do Claraíba

Dia 19 (quinta-feira) às 19h: Reunião Comunitária na Escola do Aguti

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Trento (2019)

Figura 502 - Página do site de revisão do Plano Diretor - Acesso ao formulário de contribuição.



Participação - Material de Apoio - Plano Diretor - Legislação - Audiência Pública - Palestra Técnica - Reuniões Comunitárias - Eventos

Planejamento Urbano

REVISÃO DO PLANO DIRETOR NOVA TRENTO

PARTICIPE!

CLIQUE AQUI PARA PREENCHER O FORMULÁRIO

Participação

Tendo em vista que o Município tem por premissa, para que cumpra com as suas funções sociais, propiciar à população o exercício de seus direitos básicos: moradia, transporte público, saneamento básico, saúde, educação, lazer e trabalho. É por este motivo que dá a importância do Plano Diretor, que identifica dentro da cidade, suas potencialidades e seus pontos negativos, introduzindo uma Política Urbana sustentável para que o desenvolvimento social, econômico e ambiental da cidade seja contínuo. Portanto, a contribuição da população é fundamental em todas as fases do processo, de elaboração, implementação, monitoramento e fiscalização.

Vamos juntos pensar a cidade que queremos!

Contribua preenchendo o Formulário no GoogleForms, acesse os Links:

Formulário Plano Diretor

Ou ainda, você pode participar:

- Preenchendo um formulário, por escrito, através da central de atendimento à Prefeitura Municipal de Nova Trento.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 503 - Formulário de leitura comunitária de Nova Trento.



Formulário - Plano Diretor Nova Trento

O objetivo deste questionário é conhecer a sua opinião, saber sobre o lugar que você mora e identificar os problemas da sua comunidade.

***Obrigatório**

Qual o seu endereço? *

Sua resposta

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 504 – Modelo do formulário físico de contribuição – Parte 1.

Formulário - Plano Diretor Nova Trento

O objetivo deste questionário é conhecer a sua opinião, saber sobre o lugar que você mora e identificar os problemas da sua comunidade.

Nome:

CPF:

Qual o seu endereço?

Qual o bairro?

Idade:

- | | |
|--------------------------|------------------|
| <input type="checkbox"/> | Menor de 17 anos |
| <input type="checkbox"/> | De 18 a 24 anos |
| <input type="checkbox"/> | De 25 a 40 anos |
| <input type="checkbox"/> | De 41 a 59 anos |
| <input type="checkbox"/> | Acima de 60 anos |

Com relação aos itens abaixo, qual o nível de satisfação na sua cidade:

(Marque com X)

	Bom	Aceitável	Ruim
Comércios e Serviços			
Trânsito			
Transporte Público			
Oferta de moradias			
Distribuição de água			
Coleta de esgoto			
Coleta de lixo			
Iluminação Pública			
Limpeza urbana			
Conservação de edifícios			
Condições das calçadas			
Ciclovias e ciclofaixas			
Lazer e esportes			
Acessibilidade			
Drenagem de água			
Escolas e creches			
Posto de saúde e hospital			
Segurança urbana			

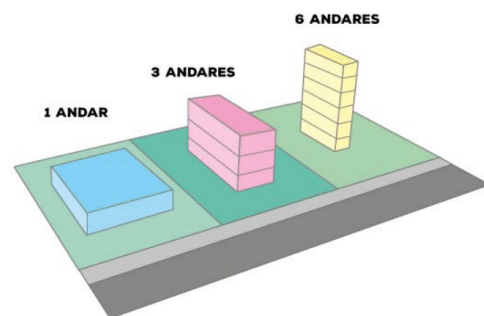
Uso misto comercial e residencial fomenta a segurança da rua pois oxigena a vida em diversos horários. No seu ponto de vista, sobre os espaços públicos / calçadas, assinale as opções a seguir:
(Marque com X)



	Intolerável	Aceitável	Desejável
Mostruário fora das lojas			
Mesas na calçada			
Lixeiras e bancos nas calçadas			
Toldos podem avançar a calçada			
Calçadas padronizadas			
Calçadas acessíveis			
Arborização adequada			

Na imagem temos a mesma área construída e o mesmo terreno porém com afastamentos e andares diferentes. Considerando que a imagem da cidade está relacionada ao bem-estar de cada cidadão, opine sobre cada formato:

(Marque com X)



	Intolerável	Aceitável	Desejável
1 andar			
3 andares			
6 andares			

Realização:



Figura 505 – Modelo do formulário físico de contribuição – Parte 2.

Na cidade todos tem o direito de ir e vir. Observando a imagem, percebemos que cada acesso de veículo utiliza a calçada pública como rampa particular. No seu ponto de vista isto é:

(Marque com X)



Intolerável	Aceitável	Desejável
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Para você, deve ser permitido construir na divisa do terreno? (Parede Cega)

(Marque com X)



	Sim	Não
Parede cega na fachada (imagem)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Parede cega no muro com o vizinho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quais atividades você gostaria que se localizassem próximas a sua residência?

(Marque com X)

<input type="checkbox"/>	Residências e edifícios
<input type="checkbox"/>	Escolas e creches
<input type="checkbox"/>	Comércios de pequeno porte
<input type="checkbox"/>	Mercados
<input type="checkbox"/>	Atendimento a veículos (oficinas mecânicas e postos de gasolina)

<input type="checkbox"/>	Postos de saúde, clínicas e laboratórios
<input type="checkbox"/>	Indústrias de pequeno porte - até 10 funcionários
<input type="checkbox"/>	Locais religiosos
<input type="checkbox"/>	Quadra poliesportiva, praça e parques de recreação
<input type="checkbox"/>	Cinemas e bares
<input type="checkbox"/>	Transporte público
<input type="checkbox"/>	Posto policial

Quais dos itens abaixo deve ser priorizado no município?

(Marque com X)

<input type="checkbox"/>	Critérios mais rígidos para aprovação de loteamentos
<input type="checkbox"/>	Definição clara do zoneamento da cidade
<input type="checkbox"/>	Melhoria do trânsito da cidade
<input type="checkbox"/>	Controle do padrão das construções
<input type="checkbox"/>	Melhor distribuição dos serviços urbanos
<input type="checkbox"/>	Atividades culturais
<input type="checkbox"/>	Espaços para práticas de esportes
<input type="checkbox"/>	Espaços de lazer para jovens e adultos
<input type="checkbox"/>	Transporte público de qualidade
<input type="checkbox"/>	Comércio
<input type="checkbox"/>	Coleta de lixo
<input type="checkbox"/>	Tratamento de Esgoto

Quando você fala da sua cidade, que imagem lhe vem à mente?

Por quê?

Deixe sua contribuição!

Realização:

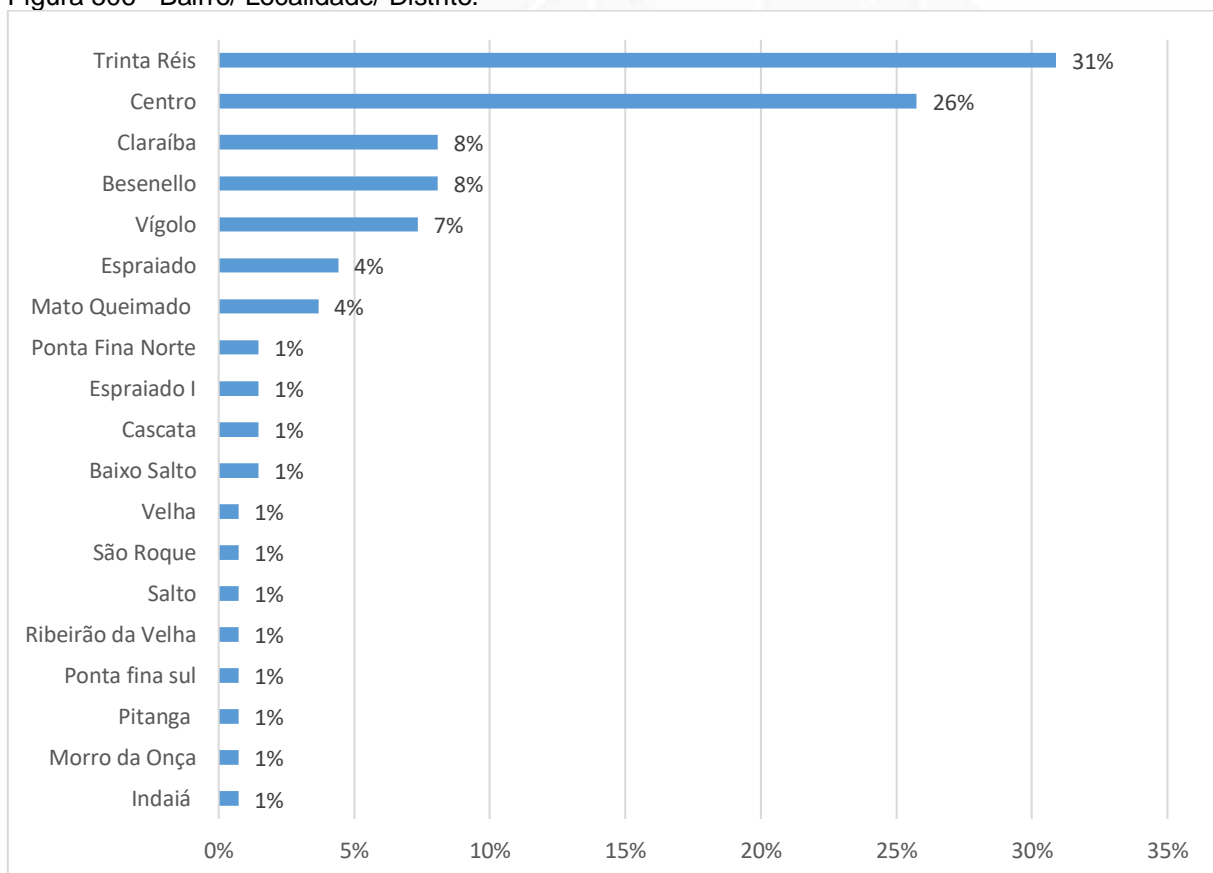


As contribuições recolhidas por meio dos formulários, foram analisadas buscando identificar as similaridades mediante aos anseios da população, sobre temas relevantes para a elaboração da revisão do plano diretor. As repostas apresentadas neste documento foram recebidas até o dia 06 de novembro de 2019, data estabelecida para o fechamento das contribuições. Cabe salientar, que as questões do formulário on-line e físico são as mesmas, diferenciando-se apenas na solicitação de nome e CPF na versão física.

As repostas recebidas estão apresentadas por meio de gráficos e tabelas. Conforme repassado pela municipalidade, não houveram contribuições pelos formulários físicos disponibilizados. Foram coletadas 136 repostas por meios dos formulários on-line.

Os participantes residem majoritariamente nas localidades do Trinta Réis, Centro, Claraíba, Besenello e Vígolo, regiões com maior nível de urbanização do município. Vale ressaltar que moradores de todas as localidades responderam o questionário, conforme podemos visualizar na Figura 506.

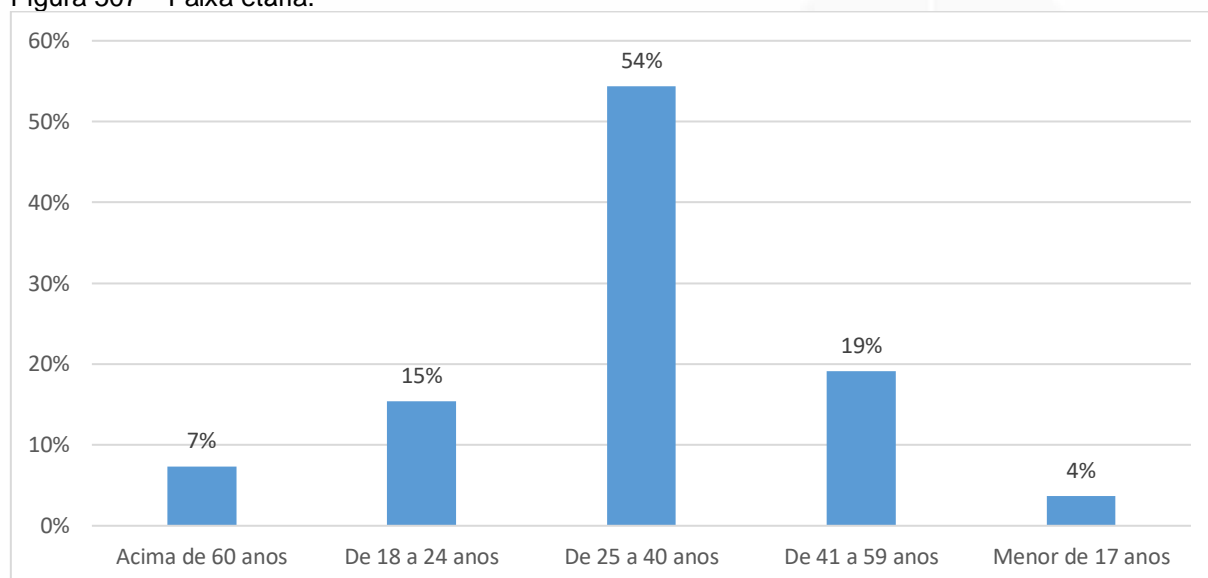
Figura 506 - Bairro/ Localidade/ Distrito.



Fonte: CINCATARINA (2019)

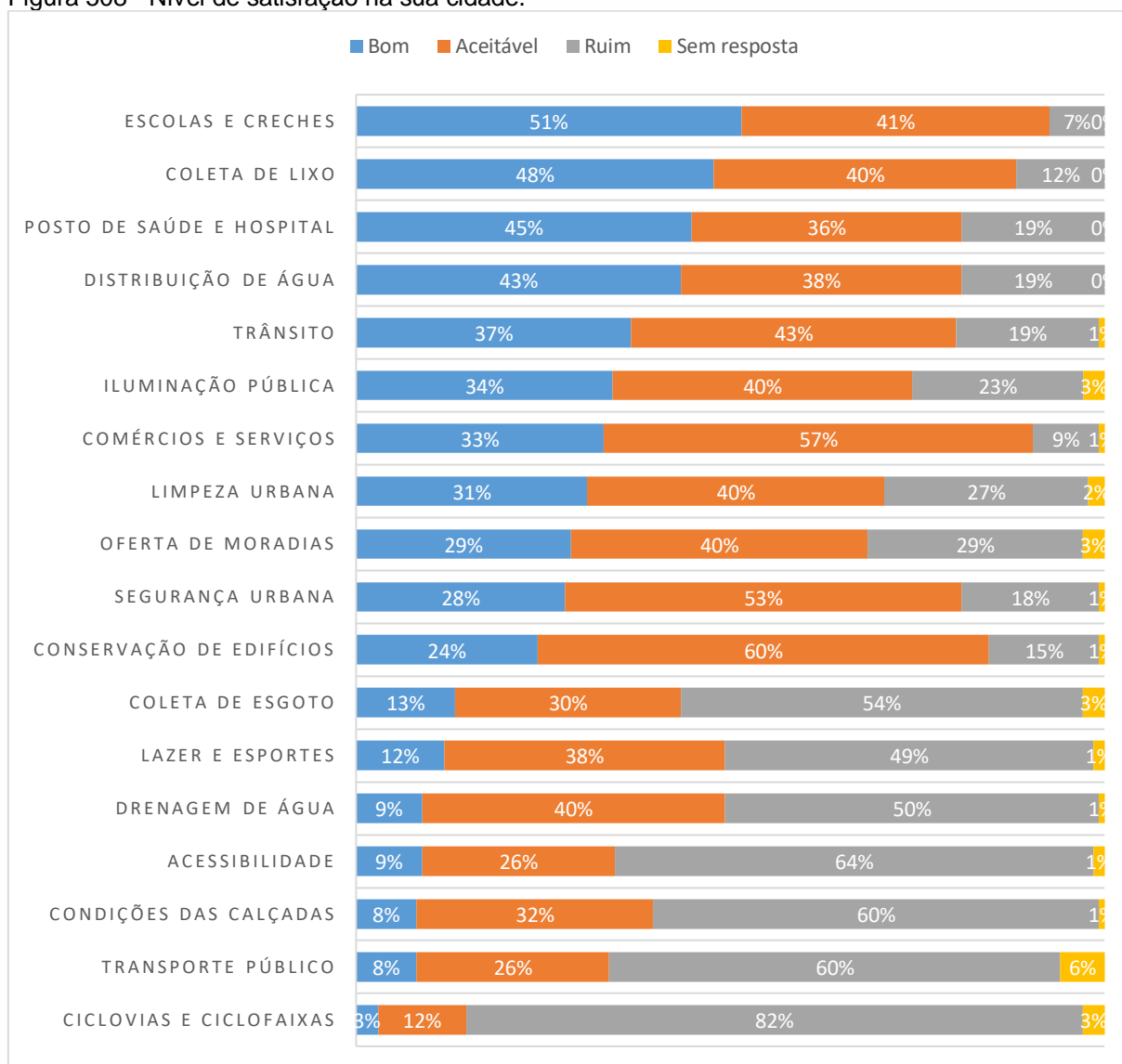
Já em relação a faixa etária dos participantes, a maior participação (54%) ocorreu da faixa etária de 25 a 40 anos, seguidas por 19% da faixa etária de 41 a 59 anos, evidenciando-se a maior participação da faixa adulta da população de Nova Trento.

Figura 507 – Faixa etária.



Fonte: CINCATARINA (2019)

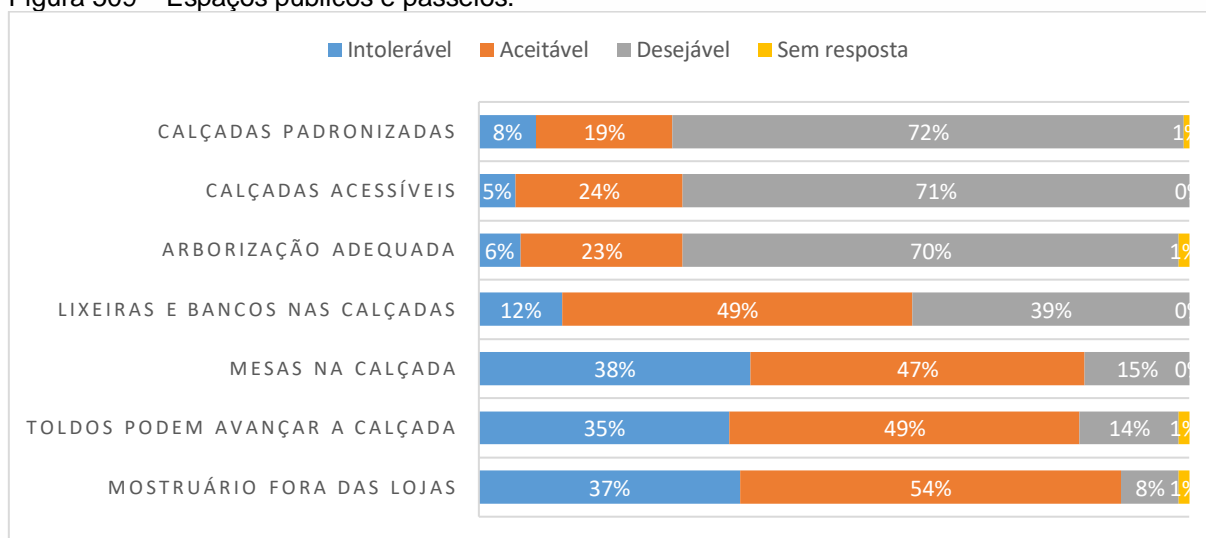
O nível de satisfação com relação a serviços e infraestrutura urbana, também foi questionado, a maior insatisfação da comunidade foi relacionada a insuficiência de ciclovias e ciclofaixas, seguida por acessibilidade, transporte público, condição das calçadas, coleta de esgoto, drenagem de água, lazer e esporte. Os serviços considerados aceitáveis pela comunidade são: trânsito, iluminação pública, comércios e serviços, limpeza urbana, oferta de moradias, segurança urbana e conservação de edifícios. Os serviços considerados majoritariamente bons são escolas e creches, coleta de lixo, postos de saúde e hospital e distribuição de água.

Figura 508 - Nível de satisfação na sua cidade.


Fonte: CINCATARINA (2019)

A questão referente às repostas da Figura 509, questiona a respeito dos anseios dos espaços públicos e calçadas, especificamente sobre os aspectos de padronização de passeios, espaços para descanso e mobiliário urbano. Percebe-se nas respostas, que a maioria considera desejável as calçadas padronizadas e acessíveis, bem como a arborização adequada. Os itens considerados aceitáveis por maior parte são: mostruários fora das lojas, lixeira e bancos nas calçadas, todos que avancem sobre os passeios e mesas sobre as calçadas. Nenhum item foi considerado majoritariamente intolerável.

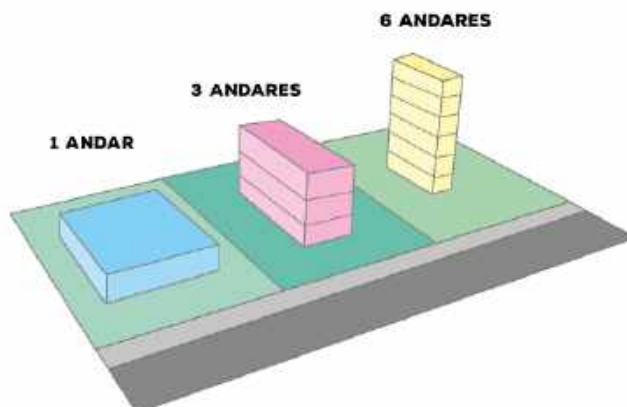
Figura 509 – Espaços públicos e passeios.



Fonte: CINCATARINA (2019)

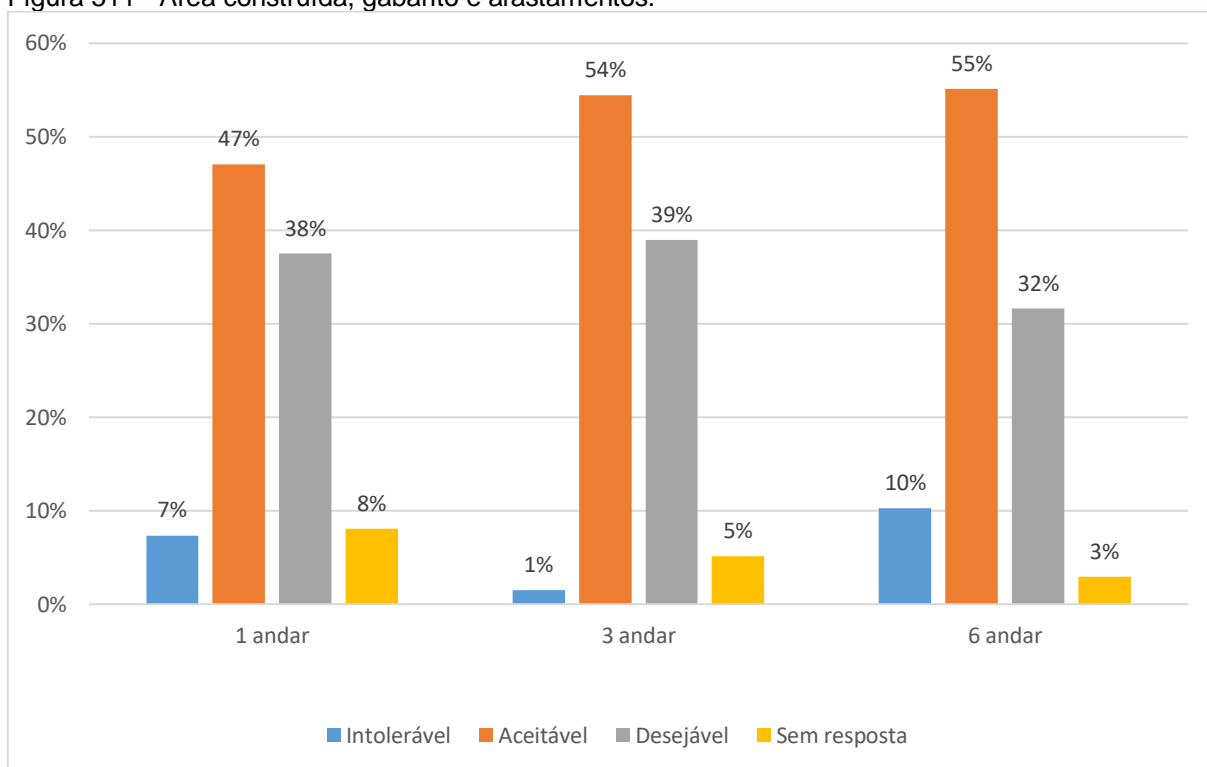
A imagem apresentada na questão (Figura 510), demonstra edifícios com a mesma área construída e o mesmo padrão de terreno, porém, com afastamentos e andares diferentes, questionando qual o modelo ocupacional preferível pela comunidade, apresentando modelos de 1 andar, 3 andares e 6 andares, ressaltando que quanto maior o gabarito maior serão os afastamentos. O modelo de três pavimentos, apresenta-se como o mais desejável pelos respondentes e o modelo de seis pavimentos o mais aceitável, porém, como apenas um número de diferença de com relação ao de três pavimentos. Observando as respostas apresentadas na Figura 510, fica evidente o desejo de diversificação de volumes dentro das áreas urbanas de Nova Trento, todavia, com respeito a paisagem existente.

Figura 510 – Imagem questionando a relação de área construída, gabarito e afastamentos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 511 - Área construída, gabarito e afastamentos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

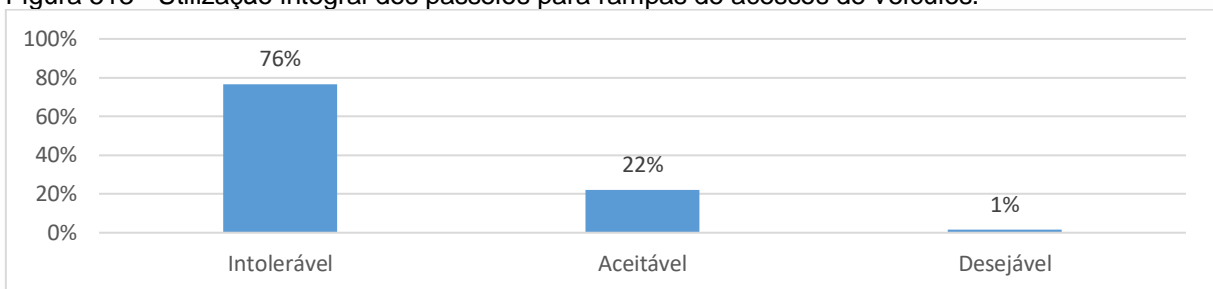
Os respondentes foram questionados acerca da utilização integral dos passeios públicos como rampa para acesso de veículos, representa na Figura 512, utilizada na questão, 76,5% dos questionados consideraram intoleráveis os usos de rampas desta maneira, sendo considerada 22% aceitável e 1,5% desejável, conforme a Figura 513.

Figura 512 - Imagem da questão da utilização integral dos passeios para rampas de acessos de veículos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

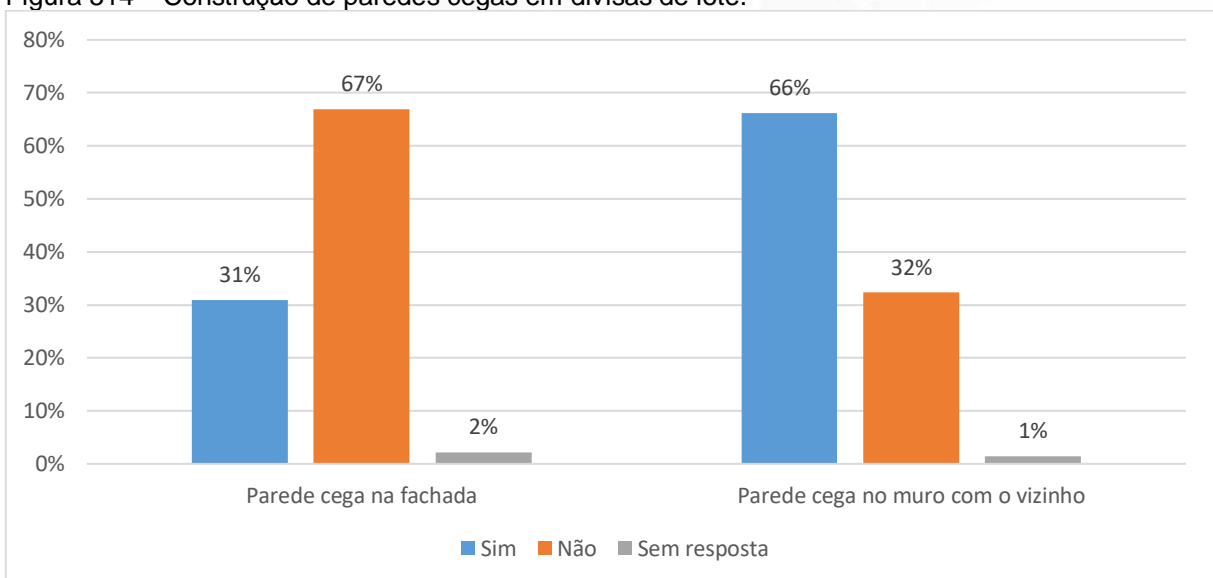
Figura 513 - Utilização integral dos passeios para rampas de acessos de veículos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Ainda os respondentes foram questionados sobre a permissibilidade de se construir em divisas de lotes tanto frontais, quanto laterais. A construção de paredes cegas em recuos frontais, foi considerada intolerável por 67% dos respondentes. Já a construção de parede cegas em divisas laterais e de fundos é desejável por 66% participantes.

Figura 514 – Construção de paredes cegas em divisas de lote.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Os participantes da pesquisa foram questionados sobre quais atividades gostariam que se localizassem próximas as suas residências, as preferências ficaram em quadras poliesportivas, praças e parques, seguidas por postos policiais, comércios de pequeno porte, escolas e creches, mercados, transporte público, cinemas e bares e residências e edifícios. Já os locais que incidiram menor preferência, foram atendimento a veículos, indústrias de pequeno porte e locais religiosos.

Figura 515 - Atividades você gostaria que se localizassem próximas a suas residências.



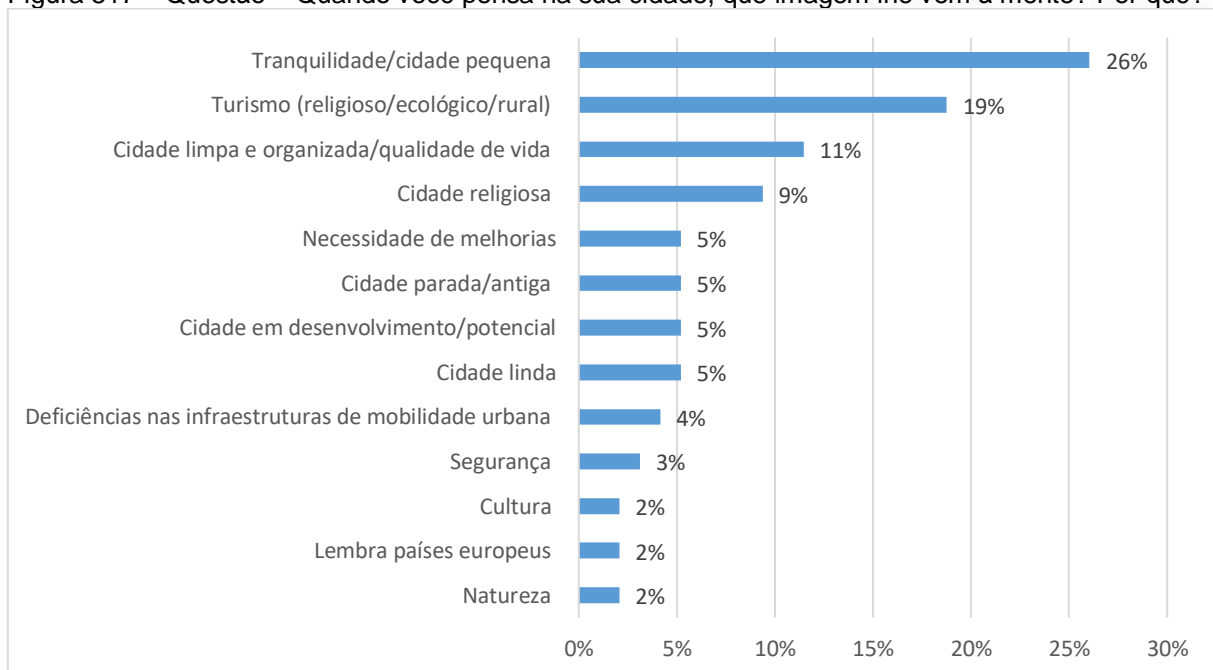
Fonte: CINCATARINA (2019)

Também foram questionados quais os itens que devem ser priorizados nos municípios, sendo primeiramente apontado tratamento de esgoto, espaços de lazer, transporte público e coleta de lixo, os demais itens também apresentaram altos níveis de prioridade. Visualizando que as principais demandas apontadas pelos respondentes foram relacionadas a serviços de saneamento básico, espaços de lazer e infraestruturas de mobilidade urbana.

Figura 516 - Itens que deve ser priorizado no município.


Fonte: CINCATARINA (2019)

Os munícipes que responderam o questionário online foram questionados também que imagem tinham de sua cidade e por qual motivo. Palavras que expressam a imagem da cidade segundo as colocações dos respondentes foram: tranquilidade, turismo, cidade limpa e organizada, cidade religiosa, dentre outras. Foram recebidas 96 respostas nesta questão, dispostas no APÊNDICE T e Figura 517, agrupadas e apontadas de forma quantitativa, quando similares.

Figura 517 – Questão – Quando você pensa na sua cidade, que imagem lhe vem à mente? Por quê?


Fonte: CINCATARINA (2019)

O formulário on-line apresentava uma janela para contribuições, a qual não era obrigatória o preenchimento. Nesse campo foram recebidas 68 contribuições (APÊNDICE U) que apresentaram temas diversificados. Os maiores destaques nessas contribuições foram:

- Áreas para práticas esportivas;
- Cidadania;
- Clarificação dos usos de cada zona;
- Desburocratizar leis relacionadas ao parcelamento do solo;
- Diminuir tamanho das faixas das áreas de proteção permanente dos rios;
- Diversificação das atividades econômicas;
- Educação;
- Engajamento conjunto dos cidadãos e poder público;
- Falta de empregos;
- Falta de incentivos para abertura de empresas e indústrias;
- Fiscalização em construções clandestinas;
- Melhoria na rede de energia e iluminação pública;
- Melhoria nas infraestruturas de mobilidade urbana (calçadas e ciclovias/ciclofaixas);
- Melhoria nos serviços e infraestrutura urbana;
- Melhoria nos sistemas e serviços do saneamento básico;
- Necessidade de espaços voltados a cultura e ao lazer;
- Necessidade de respeitos as legislações vigentes;
- Organização de associações de moradores;
- Potencial para investimentos;
- Priorização do turismo e eventos;
- Regularização de imóveis;
- Regularização do funcionamento do comércio;
- Saúde;
- Serviços de limpeza urbana;
- Valorização de edificações antigas.

10 CONTRIBUIÇÕES POR E-MAIL

Outra forma de recebimento de contribuição e/ou esclarecimento de dúvidas disponibilizada durante a revisão do Plano Diretor foi através do endereço eletrônico (e-mail) pensarnovatrento@cincatarina.sc.gov.br, por meio deste foram recebidas quatro contribuições até o dia 06 de novembro de 2019. As contribuições estão disponíveis nos ANEXO G a ANEXO J e remetem-se aos seguintes assuntos:

- ANEXO G e ANEXO H– Trata acerca da localização de áreas de uso público e sua cessão ao município, no ato do parcelamento do solo, bem como a escolha destas áreas por parte da municipalidade. Não havendo concordância na disposição destas áreas em frente aos novos loteamentos;
- ANEXO I - Ampliação da ZEIC na localidade do Vígolo, para implantação de um loteamento e para fins de regularização fundiária das ocupações já estabelecidas, visto que metade do terreno estabelece em área urbana e outra rural, no atual perímetro urbano. Cabendo salientar que de acordo com o solicitante, possui o terreno possui documentação registada, na matrícula nº 9.304 pertencente ao perímetro urbano, conforme a Lei Municipal nº 966/89, que dispõe do Código Tributário Municipal;
- ANEXO J – Redução das faixas de APP, para a possibilitar novas construções, visto o alto número de rios e nascentes.

11 CONTRIBUIÇÕES NO PROTOCOLO DO MUNICÍPIO

As contribuições pelo protocolo do município de Nova Trento, foram recebidas até o dia 06 de novembro de 2019, estão disponibilizadas nos ANEXO K e ANEXO L.

No ANEXO K, os solicitantes Ricardo Boso, Silvio César Correia e Daso Soluções Imobiliárias, remeteram a mesma solicitação, sendo que foram propostas revogações, alterações e adições a Lei do Plano Diretor Participativo de Lei nº 266/2009, sendo a síntese destas apresentadas a seguir:

- Revogação de disposições contrárias da lei do plano diretor, de modo especial, Lei nº 1736/2000 Código de Zoneamento e da Lei nº 1737/2000 Código de Parcelamento;
- Alterações nos parâmetros de análise de projetos, quanto aos índices vigente em áreas de interesse especial, zonas e macrozonas;
- Alteração no limite do gabarito de edificações de uso misto, quando do uso não residencial;
- Viabilização de condomínios verticais, observando a alteração do Art. 234.
- Mudanças nos trâmites de análise do estudo de impacto de vizinhança;
- Alteração da tabela de parâmetros urbanísticos, quanto a recuos e gabaritos, bem como, as definições de características de algumas zonas;
- Alteração na largura mínima de passeios para 1,20m de faixa livre, no Art.180;
- Acrescentar-se tamanho máximo de lotes, bem como alterar o tamanho mínimo de lotes;
- Ampliar ZEIC-Vígolo a título de regularização de loteamentos pré-existentes;
- Definir meios facilitadores para lotes que se apresentem em mais de uma zona, sem alteração de legislação e/ou mapas;
- Solicitação para redução de exigências para permissão de parcelamento do solo;
- Solicitada a necessidade de retirada de laudo geotécnico para desmembramentos;
- Mudanças na cessão de áreas de usos públicos no ato do parcelamento do solo;
- Alteração de tamanhos de lotes no Art.173, para possibilitar a regularização fundiária de imóveis consolidados;
- Retirada da exigência de arborização das vias de circulação, em loteamentos convencionais no Art.186;
- Revogação e alteração de grande parte do Art. 192, que dispõe acerca dos requerimentos para o estudo preliminar para parcelamentos do solo, a título de desburocratizar os processos.

No ANEXO L o solicitante Celso, propõe alterações nas zonas da Lei nº 266/2009, bem como alterações em seus índices urbanísticos, além de mudanças nos códigos de parcelamento do solo, bem como alteração no tamanho das calçadas.



12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o fechamento do diagnóstico da revisão do plano diretor utilizaremos a metodologia do CDP, o qual apresenta de uma maneira visual, compreensível e ordenada, as condicionantes, deficiências e potencialidades do município, formando dados relevantes para o planejamento urbanístico. A classificação destes três grupos ocorre da seguinte maneira:

- **Condicionantes:** são elementos que existem e devem ser mantidos no município, preservados ou conservados, podem configurar restrições ou impedimentos, exemplo disto são as características naturais do município, como rios ou topografia.
- **Deficiências:** são elementos e situações de carácter negativo, que prejudicam o desenvolvimento urbano e devem ser analisados e melhorados.
- **Potencialidades:** geram demandas de inovação, os quais são elementos, recursos ou vantagens que até o momento não foram aproveitadas devidamente e podem ser incorporadas e potencializadas ao desenvolvimento futuro do município.

As informações avaliadas nesta análise, foram retiradas dos levantamentos e estudos realizados na Leitura Técnica e Leitura Comunitária do município de Nova Trento. O CDP será apresentado em cinco eixos estratégicos para a explanação específica em cada setor do planejamento territorial, sendo eles: Econômico e Social, Estruturação Urbana, Mobilidade Urbana, Qualificação Ambiental e Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural.

12.1 Econômico e social

Através da análise dos aspectos socioeconômicos, é possível averiguar contrastes existentes em Nova Trento, relacionados principalmente em área providas de infraestrutura, equipamentos, serviços e comércios, e em contraponto, outras áreas com necessidades de qualificação e inserção de infraestrutura e equipamentos para o seu desenvolvimento.

CONDICIONANTES

- Existência de diversos pontos e atrativos turísticos, relacionados a religiosidade (igrejas, santuários, capelas e oratórios) e belezas naturais do município;
- No setor primário há significativa produção vegetal (mandioca, milho e fumo), bem como na produção animal (galináceos);

DEFICIÊNCIAS

- Existência de população residente em ocupações irregulares na Sede e no Distrito do Claraíba;
- O índice de desenvolvimento municipal sustentável de 2018 foi de 0,586, sendo considerado nível médio-baixo;
- Possui uma média salarial de 1,9 salários mínimos, estando na posição 221 de 295 municípios catarinenses, em relação à média salarial dos trabalhadores (IBGE, 2017). Indicando que está abaixo da média estadual. Manifestando a necessidade de fomento de melhorias e/ou incentivo a novas atividades econômicas;
- Custo oneroso para oferta de serviços públicos em loteamentos distantes da área consolidada, de modo especial ao sul do perímetro urbano da Sede;
- Falta de padronização de horários de comércio e serviços;
- Há necessidade de oferta de comércios e serviços (áreas de usos misto) em localidades periféricas do perímetro urbano da sede e distritos, visto a predominância de áreas residenciais;
- Demandas para legislações mais flexíveis e consistentes, visto que a população encara a legislação vigente como burocrática e desigualitária, considerando ela um dos limitadores do desenvolvimento;
- Alta demanda por parte da população por espaços de lazer, recreação, práticas esportivas voltadas para todos os segmentos da sociedade;
- Demandas de regularização fundiária;
- Necessidade de unificação da legislação urbanística, visto que estão vigentes duas leis de Plano Diretor (Lei nº 1735/2000 e LC nº 266/2009) e seus

respectivos códigos, cabe salientar que as disposições contrárias a lei de 2009, não se aplicam atualmente;

- As restrições apontadas para o desenvolvimento econômicos são baixa qualificação da mão de obra na prestação de serviços, incompreensão acerca da legislação e falta de infraestrutura.

PONTENCIALIDADES

- Existência de meios de comunicação, tais como: 03 agências de correios, 02 rádios, circulação de jornal e sinal 4G. Todavia, com necessidade de melhoria na área de abrangência nos sistemas de telecomunicação, especialmente no Distrito do Aguti e áreas rurais.
- Fomento à integração da sociedade civil organizada aos processos de tomada de decisão da gestão do município, dotando os cidadãos da responsabilidade de cobrança da manutenção de continuidade dos planos de ações;
- A paisagem natural de Nova Trento, é uma aliada no desenvolvimento econômico, visto que o turismo ecológico, ativa uma cadeia econômica capaz de gerar benefícios nos setores comerciais e de prestação de serviços, conseqüentemente aumenta a arrecadação municipal;
- No turismo, as potencialidades elencadas recorrem-se ao fortalecimento do turismo religioso e ecológico, bem como a necessidade de preparação dos empreendedores para o atendimento aos turistas;
- Desenvolvimento com manutenção da essência da cidade;

Por fim, vale lembrar que foram comuns diversos aspectos socioeconômicos, identificados nas leituras técnica e comunitária, principalmente no que diz respeito a necessidade de novas fontes econômicas, de modo especial na exploração turística. Assim como a necessidades de qualificação profissional, medidas para aumento da renda média, visto que são baixos os números em relação à média estadual.

12.2 Estruturação urbana

Através da análise dos aspectos da estruturação urbana apresentados nas Leituras Técnica e Comunitária, foi possível retratar as diversidades socioespaciais, as barreiras físicas, a predominância no uso do solo, as tendências de expansão do município e a paisagem urbana, identificados nas leituras e explanados nos apontamentos a seguir.

CONDICIONANTES

- As tendências de crescimento da malha urbana do município direcionam-se: na Sede para os sentidos sudoeste, noroeste e nordeste, no Distrito do Claraíba no sentido sudeste, cabendo salientar que no Distrito do Aguti não houveram ampliações da malha urbana na última década;
- A tipologia viária predominante no tecido urbano é a “espinha de peixe”, onde as vias não apresentam continuidade e desembocam o fluxo do trânsito apenas nas vias principais;
- As edificações existentes são predominantemente térreas, fator que auxilia a preservação da paisagem natural sobre a área construída, além de auxiliar em questões de isolamento e ventilação;
- Existência do cruzamento entre as rodovias SC-110 e SC-370, no Distrito do Claraíba, o que conferiu o desenvolvimento econômico e ocupacional do distrito;
- A existência de edificações com usos mistos, foi averiguada em diversas regiões da cidade, principalmente na área central da Sede e do Distrito do Claraíba, sua existência fomenta a autonomia local por serviços e demandas de empregos, além de ser uma condicionante positiva para mobilidade, pois, possibilita a redução de deslocamentos.

DEFICIÊNCIAS

- Na questão dos usos do solo, é evidenciado as atividades rurais em solo urbano e vice-versa, deixando as áreas urbanizadas com características semi-rurais, carecendo de delimitação de usos adequados a cada meio;
- Existência de lotes subutilizados na região leste da Sede, os quais impactam negativamente no desenvolvimento do uso do solo e afetam o uso e a distribuição de serviços e equipamentos públicos;
- A legislação de zoneamento não apresenta classificação de uso do solo que contemple todas as atividades econômicas existentes, o que pode gerar dificuldades na abertura de novos estabelecimentos e na fluidez dos processos administrativos;
- Existência de loteamentos e ruas irregulares, desprovidas de infraestruturas e caracterizadas por padrão de ocupação inadequados, representado por vias sem pavimentação, inexistência de passeios e falta de observância de parâmetros urbanísticos;
- Concentração dos espaços destinados a lazer e recreação somente nas áreas centrais da Sede e dos distritos, havendo a necessidade da criação de novas áreas com melhor distribuição pelo perímetro urbano;
- Os espraiamentos urbanos na Sede, apresentam-se majoritariamente nos sentidos sul (Velha), leste (Ribeirão Bilú, Ponta Fina Norte e Ponta Fina Sul) e ao Noroeste (Vígolo). Nos distritos há menor incidência de espraiamentos urbanos, pois, seus perímetros urbanos são compactos e compatíveis com as ocupações presentes.

POTENCIALIDADES

- Potencial de crescimento sem grandes construções que destoem da paisagem, preservando a imagem e identidade da cidade;
- Topografia favorável para novas ocupações, no sentido leste do perímetro urbano da Sede, pois a região também apresenta áreas com vazios urbanos e é dotada de infraestrutura básica, além do mais, situa-se próximo a SC-410;

- Uso de menor preferência próximo a residências: locais para manutenção de veículos, edificações passíveis de médio a alto nível de incômodo e locais religiosos;
- Uso de maior preferência próximos a residências são: quadras poliesportivas, praças e parques, seguidas por postos policiais, comércios de pequeno porte, escolas e creches, mercados, transporte público, cinemas e bares e residências e edifícios;
- Desejável a possibilidade de construção em recuos laterais e de fundos (parede cega), bem como a não construção de paredes cegas nos recuos frontais das edificações;
- Alto fluxo de turistas e munícipes nas áreas centrais de Nova Trento, assim como, na região do Vígolo, favorecendo a utilização de fachada ativa;
- Modelos ocupacionais que proporcionem melhor condicionamento térmico, voltada a realidade do município;
- Possibilidade de instalação de empresas e indústrias em áreas rurais, desde que os usos sejam compatíveis ao ambiente, com preferência as relacionadas as principais cadeias produtivas do município;
- Fiscalização e criação de instrumentos para a coibição de parcelamentos e ocupações irregulares do solo, de modo especial nos perímetros urbanos da Sede e do Distrito do Claraíba.

Por fim, vale ressaltar que o estudo de estruturação urbana é de suma importância para nortear as legislações de uso e ocupação do solo e parcelamento do solo, bem como as diretrizes de crescimento e planejamento urbano. Dito isso, é de senso comum, prever a flexibilidade e variedade do uso do solo, promovendo a facilitação de abertura de empreendimentos de acordo com seu nível de incomodidade. Também, vale destacar o desejo pelo resgate da identidade do município ornando com seus aspectos naturais e turísticos.

12.3 Mobilidade urbana

Quando analisamos a mobilidade urbana, item este, fundamental para a qualidade de vida da população, levamos em conta os deslocamentos diários de

munícipes e turistas, a maneira como ocorrem estes deslocamentos, os meios de transporte utilizados e as principais vias utilizadas. Analisamos ainda, aspectos relacionados a acessibilidade, segurança, atrativos e infraestrutura existentes.

CONDICIONANTES

- O eixo estruturante do município é a SC-410, tanto na Sede quanto no Distrito do Claraíba;
- A topografia das áreas urbanizadas em sua maioria é plana e a tipologia predominante da malha viária é a “espinha de peixe”;
- As vias do município são estreitas, fator desfavorável para a implantação de infraestruturas urbanas (estacionamentos, calçadas, arborização e sinalização);
- O fluxo do trânsito é considerado bom em detrimento ao porte do município, não havendo muitos pontos de congestionamento;
- No Rio do Braço é possível haver a navegação de embarcações de pequeno porte em alguns trechos, todavia, apenas com destinação recreacional ou de pesca.

DEFICIÊNCIAS

- A sinalização viária apresenta carências na localização de faixas de pedestres, indicações de placas padronizadas para atrativos turísticos, falta de identificação de ruas, bem como sinalização viária;
- Ausência de pavimentação em vias da região sul do perímetro urbano da Sede, bem como demanda de manutenção das vias rurais;
- Devido a precariedade ou ausência de infraestrutura viária, os munícipes são condicionados muitas vezes, ao uso de automóveis, pois, os deslocamentos em outros modais tornam-se inviáveis, inacessíveis e em muitas áreas inseguros, de modo especial para os moradores de regiões periféricas, como a exemplo da localidade da Velha;
- Falta de regularização de acessos aos terrenos – rampas nos passeios e rebaixe total de meio-fio para acesso de veículos;

- Inexistência de infraestrutura para ciclistas;
- Insuficiência dos serviços de transporte coletivo e infraestruturas relacionadas, que implicam diretamente nos deslocamentos de população longínquas e posteriormente na falta de diversificações de modais de transporte coletivo em detrimento do transporte individual;
- Necessidade de adequação, manutenção, construção e padronização dos passeios públicos em conformidades as normas de acessibilidade, visto que em diversas regiões do município os passeios apresentam-se de modo inadequados, inexistentes e/ou obstruídos;
- Necessidade de instalação de mobiliário urbano nos passeios públicos para descanso e permanência de transeuntes;
- Polos geradores de tráfegos estão concentrados nas vias centrais.

POTENCIALIDADES

- Facilidade de escoamento de produção e bens pelas SC-108 e SC-410, visto que já apresentam pavimentação;
- Estruturação das vias – Ampliação da malha asfáltica, calçamento e padronização dos passeios públicos, manutenção nas estradas do interior e melhoria da infraestrutura em acessos a pontos turísticos, tanto urbanos quanto rurais;
- Criação de infraestrutura adequada para a diversificação e integração dos modais de transporte, especialmente os de uso coletivo e não motorizados como: ônibus, bicicletas, patinetes, etc;
- Alto potencial para a criação e implantação de infraestrutura cicloviária, pois, diversos munícipes e visitantes utilizam o modal, tanto para deslocamento a trabalho, quando para lazer, visto a topografia plana favorável para sua implantação;
- Implantação de rotas acessíveis ligando áreas estratégicas do perímetro urbano, como áreas institucionais e de interesse turístico;
- Preferência por modelos de estacionamento que não interfiram na fachada ativa bem como a segurança dos pedestres.

As análises do eixo de mobilidade urbana, demonstram que o município possui carência em infraestrutura viária, porém um alto potencial para a instalação das

mesmas, visando oportunizar e integrar os diferentes meios de transporte, em destaque, os veículos não motorizados e os coletivos, bem como a padronização dos passeios públicos com acessibilidade, evidentes, tanto pelo olhar técnico como comunitário. Vale também destacar que Nova Trento é servido por duas rodovias estaduais que são forte aliada ao deslocamento intermunicipal, de modo especial a SC-410.

12.4 Qualificação ambiental

Os aspectos relacionados à qualificação ambiental são relacionados as áreas de preservação ambiental, geologia, recursos hídricos, topografia, áreas de risco, arborização urbana, tratamento paisagístico, saneamento básico, dentre outros. E como estes afetam a vivência nos espaços urbanos.

CONDICIONANTES

- Os remanescentes vegetais são encontrados em todas as partes do município, especialmente pela existência de espaços conservados e preservados, como a Reserva Biológica Estadual da Canela Preta;
- O relevo de Nova Trento é caracterizado por montanhas e planícies fluviais, elementos marcantes na paisagem das margens do Rio do Braço;
- Há áreas de riscos geológicos e hidrológico que se encontram em várias regiões de Nova Trento, especialmente no seu perímetro urbano;
- Existência de praças: Praça Getúlio Vargas (Centro); Praça Del Comune (Centro); Praça Hercílio Cipriani (Casata); Praça Luiz Cirilo Tomas (Besenello); Praça Padre Alfredo Russel (Centro); Praça Valentim Dell Agnollo (Trinta Réis); Praça Maria Carmelina Dalri Costa (Vígolo) e Praça Oreste Paulo Montibeller (Claraíba);
- Áreas de preservação permanente dentro do perímetro urbano, com destaque para as faixas existentes nas margens do Rio do Braço, o qual apresenta maior número de ocupações em suas margens;
- O consumo energético do município conta com 5.350 unidades consumidoras;

DEFICIÊNCIAS

- Anseio por tratamento paisagístico e de ajardinamento nas vias urbanas, com porte adequado nos passeios, visto que atualmente o município não conta com arborização nas vias destoando da imagem de cidade voltada a natureza;
- Demanda por áreas verdes em áreas urbanas voltadas para lazer e recreação;
- Atualmente, o município possui 378 imóveis em áreas de risco;
- Demandas de controle de criação de animais em áreas urbanas, visto que tal uso é incompatível com a infraestrutura de espaços urbanizados;
- Evidenciada a necessidade de manutenção e melhorias de serviços e infraestrutura relacionados ao saneamento básico (coleta seletiva, limpeza urbana, abastecimento de água e esgotamento sanitário), demonstrado pelo alto índice de insatisfação destes itens.

POTENCIALIDADES

- As zonas ZVP, ZEIC, ZI, AUL, AEICSIL, AEIR, ZUL, ZIF, ZEUC, ZCUT, ZQUAA, apresentam taxa de permeabilidade superiores a 30%, fator primordial para diminuição de alagamentos ou inundações, de modo especial pelo município situar-se em planícies fluviais propícias a inundações;
- Potencial para a exploração de minérios - jazidas minerais de argila, feldspato, ouro, tungstênio, água mineral para engarrafamento, além de cascalho, saibro e areia usados para construção civil e caulim, minério de ouro, minério de tungstênio e quartzo, usados para fins industriais;
- Nova Trento apresenta potencial para geração de energia, por meio de hidrelétricas, já havendo no município 04 pequenas centrais hidrelétricas, localizadas no Rio do Braço e Rio Braço Alto;
- Recursos hídricos com potenciais para atividades lazer;
- Potencialidade para incentivos à iniciativa privada ao plantio e conservação de jardins e arborização viária na Sede e nos distritos;
- Para que o setor da agricultura desenvolva-se de modo sustentável e como menor incidência de poluentes nocivos, é necessário a fiscalização sobre o uso de agrotóxicos.

Em suma, os aspectos relacionados a qualificação ambiental, voltaram principalmente as demandas por novos espaços de lazer, preservação de remanescentes vegetais, tratamento paisagístico urbano, além de serem elencados as demandas relacionadas a ampliação do saneamento básico, bem como a gestão de áreas de risco.

12.5 Proteção do patrimônio histórico e cultural

O patrimônio é composto pelo conjunto dos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, ícones portadores de referência à identidade, à ação, à memória da cidade ou região, que caracteriza e destaca-se como uma particularidade do município. Neste sentido, o levantamento do CDP nas reuniões comunitárias evidenciou os pontos para a valorização da cultura e memória de Nova Trento.

CONDICIONANTES

- Fachadas históricas que mantêm as características arquitetônicas remanescentes do período de colonização;
- Eventos tradicionalista e religiosos que mantêm viva a cultura local, tais como: Encontro de Trilheiros - Trento Lama, Pasqualina, Festa do Padroeiro São Virgílio, Festa de Santa Paulina, Rock na Praça, Copa Challenge de Mountain Bike, Incanto Trentino, Festival Sons e Dons, Dia da Criança na Praça, Pedalatrento, Campeonato Estadual de Downhill, Natal e Réveillon no Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro;
- No município localiza-se uma área de Mata Atlântica tombada pela Fundação Catarinense de Cultura através do Decreto nº 2.133 de 21 de agosto de 1997, situada na localidade de Ribeirão Branco;
- Os edifícios religiosos (santuários, igrejas, capelas e oratórios), são de fundamental importância no município, pois, são locais de manutenção dos costumes locais, especialmente os religiosos. Além de serem essências para o turismo religioso de Nova Trento;
- Preservação da imagem de cidade pequena e tranquila;

- Paisagem e beleza natural;
- Tradições culturais de imigrantes Trentino.

DEFICIÊNCIAS

- Deficiência na manutenção do patrimônio histórico-cultural, no que tange a preservação de fachadas de edifícios históricos;
- Necessidade de atualização da lista de locais e bens de interesse do município para tombamentos, constantes no Plano Diretor vigente;
- Falta de valorização da cultura local: música, línguas, canto e dança;
- Deficiência em questões ornamentais e ausência de identidade visual nas áreas urbana;
- Falta de incentivos para a restauração, manutenção e tombamento de bens do patrimônio histórico municipal.

POTENCIALIDADES

- Acervo representativo de imóveis, bens, locais a serem tombados, com grande potencial a serem explorados turisticamente, visto que a cidade já tem parte de sua economia voltada ao turismo;
- Explorar e valorizar a diversidade cultural dos imigrantes, explorando a culinária típica, apresentações de canto e danças, bem como, os produtos coloniais;
- Fazer inventário dos bens do patrimônio histórico e cultural de Nova Trento, tanto materiais quanto imateriais;
- Criação de legislação específica para preservação do patrimônio histórico cultural do município, visto a necessidade de estipulação de parâmetros para a preservação dos bens existentes em Nova Trento.

Ao final, este diagnóstico expôs as análises da combinação de leituras técnicas e comunitário, apresentado o cenário observado em ambas, explanando as demandas inerentes ao município de maneira global.

Na próxima fase, far-se-á a elaboração do prognóstico, o qual será baseado no conteúdo deste documento. O prognóstico do município buscará balizar as medidas

necessária para a revisão da legislação urbanística, atendo as demandas averiguadas no diagnóstico do município, apontando diretrizes, metas e ações para o desenvolvimento territorial ordenado e equilibrado da cidade. Vale ressaltar, que o diagnóstico do município é parte do instrumento norteador da revisão da legislação urbanística de Nova Trento.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADJORISC- Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina. **Jornal O Trentino**. Nova Trento, SC. 2019. Disponível em: <<http://institucional.adjorisc.com.br/jornais/1476/jornal-o-trentino>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

ALFERO.2013. Disponível em: <<https://alferonovarento.files.wordpress.com/2013/12/prefeitura-municipal-nova-trento.jpg>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

ALFERO.2018. Disponível em: <<https://alfero.com.br/2018/12/10/nova-trento-decada-de-1960/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

ANA – Agência Nacional de Águas. Séries Históricas de Estações. 2018. Disponível em: <http://www.snirh.gov.br/hidroweb/publico/medicoes_historicas_abas.jsf>. Acesso em: 13 dez. 2018.

ANDRADE, K.; CAVALCANTI, I. F. A. Climatologia dos sistemas frontais e padrões de comportamento para o verão na América do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE METEOROLOGIA, 13, **Anais**. 2004.

ANM - Agência Nacional de Mineração. **Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE**. 2019. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/assuntos/ao-minerador/sigmine>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 13.969**, Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9.648**, Estudo de concepção de sistemas de esgoto sanitário, 1986.

ATLAS ESCOLAR DE SANTA CATARINA, 1991. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento - Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/atlas/AtlasBranco.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

AYALA CARCEDO, F.J. **Introducion a los riesgos geologicos**. In: Riesgos geologicos. Madrid: Instituto Geologico y Minero de España. 1987. v.1. p. 3-19.

BANDA PADRE SABBATINI. 2013. Disponível em: <<https://alfero.com.br/2013/05/01/construcao-da-igreja-matriz-de-nova-trento/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BANDA PADRE SABBATINI. 2013. Disponível em: <<https://alferonovarento.files.wordpress.com/2013/05/igreja-matriz.jpg>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BANDA PADRE SABBATINI. 2013. Disponível em: <<https://alferonovarento.files.wordpress.com/2013/01/vigolo-02.jpg>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BASEI, M. A. S. Cinturão Dom Feliciano em Santa Catarina. 201 p. Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1985.

BASEI, M. A. S. Geologia e modelagem geotectônica dos terrenos pré-cambrianos das regiões suloriental brasileira e uruguaia: possíveis correlações com províncias similares do sudoeste africano. 124 p. Dissertação (Livre-docência) – Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2000.

BASEI, M. A. S.; CAMPOS NETO, M. C.; CASTRO, N. A.; NUTMAN, A. P.; WEMMER, K.; YAMAMOTO, M. T.; HUECK, M.; OSAKO, L.; SIGA, O.; PASSARELLI, C. R. Tectonic Evolution of the Brusque Group, Dom Feliciano belt, Santa Catarina, Southernmost Brazil. *Journal of South American Earth Science*, v. 32, p. 324-350, 2011.

BÖHLKE et al., 1978; LOWE-MCCONNELL, 1987; CASTRO & CASATTI, 1997. **Diversidade, endemismo e análise biogeográfica de siluriformes em sistemas hídricos pouco explorados no extremo sul da Bahia (*osteichthyes: ostariophysa*) Projeto BioBahia.** Disponível em: <http://www.nossacasa.net/nossosriachos/doc/Projeto_BioBahia.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.** 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.** Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

BRASIL. **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº. 11.445 de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

BRASIL. Ministério das Comunicações. ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações. 2019. Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/se/public/cmap.php>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CADORIN, Jonas. 2012. Disponível em: <<https://alfero.com.br/2012/12/06/nova-trento-santa-catarina/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

CADORIN, Jonas. 2017. Disponível em:
<<https://alfero.com.br/category/bairros/pitanga/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CADORIN, Jonas. 2018. Disponível em: <<https://alfero.com.br/2018/12/07/igreja-do-sagrado-coracao-de-jesus-centro-de-nova-trento/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

CADORIN, Jonas. 2018. Disponível em:
<<https://alfero.com.br/2018/09/14/homenagem-civica-decada-de-1940/>>. Acesso em:
22 mar. 2019.

CADORIN, Jonas. 2018. Disponível em: <<https://alfero.com.br/2018/09/27/comicio-do-candidato-a-governador-o-sr-celso-ramos-o-dr-armindo-augusto-doutel-de-andrade-na-praca-getulio-vargas-no-ano-de-1960/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CADORIN, Jonas. 2018. Disponível em: <<https://alfero.com.br/2018/09/17/escola-reunida-bairro-trinta-reis-nova-trento-sc-1966/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CADORIN, Jonas. 2018. Disponível em:
<<https://alfero.com.br/category/bairros/cascata/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CADORIN, Jonas. 2018. Disponível em: <<https://alfero.com.br/2018/09/14/campanha-de-coleta-de-metais-em-1942/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CELESC-Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. **Dados de consumo. Nova Trento. 2018. Disponível em:** <<http://www.celesc.com.br/portal/index.php/celesc-distribuicao/dados-de-consumo>>. **Acesso em: 27 mar. 2019.**

CHEREM. Jorge J, et al. 2004. **Lista dos Mamíferos do Estado de Santa Catarina, Sul do Brasil.** Disponível em: <<http://www.lamaq.ufsc.br/files/2013/10/33-Cherem-20041.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

CIBILS FOTOJORNALISMO. 2007. Disponível em:
<http://br.geoview.info/vista_aerea_de_nova_trento,5662735p>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CIPRIANI, Alexandre Aldo. 2013. Disponível em:
<<https://alfero.com.br/2013/12/12/vigolo-igreja-nossa-senhora-de-lourdes/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CIPRIANI, Alexandre Aldo. 2013. Disponível em:
<<https://alfero.com.br/category/sobrenome/bado/>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

COMITÊ TIJUCAS BIGUAÇU. **Mapa Bacia Hidrográfica do Rio Tijucas.** 2015. Disponível em: <<http://www.aguas.sc.gov.br/base-documental-tijucas/mapas-tijucas>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

CORREIOS - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. 2019. Disponível em:
<<http://www.buscapep.correios.com.br/sistemas/agencias/>> Acesso em: 25 mar. 2019.

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Setorização de áreas de alto e muito alto risco a movimentos de massa, enchentes e inundações:**

atualização de mapeamento, Nova Trento, Santa Catarina. 2018. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/20746>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

DALPRA, Vantuir. 2016. Disponível em: <<https://alfero.com.br/2016/01/09/construcao-do-edificio-do-senhor-luiz-vargas/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

EMBRAPA. **Atlas climático da região sul**. 2012.

EMBRAPA. **Solos do Estado de Santa Catarina**. 2004.

EPAGRI. **Atlas Climatológico do estado de Santa Catarina**. 2007.

EPAGRI. **Monitoramento diário**. Relatórios. CIRAM, 2009.

EPAGRI/CIRAM. Mapas de Usos do Solo. **MAPA DE SANTA CATARINA – SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS**. SDR de Brusque.

Disponível em:

<http://ciram.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1172&Itemid=543>. Acesso em: 28 mar. 2019.

EPAGRI/CIRAM. **Velocidade média do vento em Major Gercino**. 2019. Disponível em: <<http://www.ciram.sc.gov.br/agroconnect/#>>. Acesso em: 21 de mar. 2019.

FECAM - Federação Catarinense de Municípios. **Assistência Social**. 2019.

Disponível em: <<https://indicadores.fecam.org.br/banco-indicadores/variavel/codMunicipio/172/codIndicador/1311/ano/2019>>

Acesso em: 25 mar. 2019.

FECAM - Federação Catarinense de Municípios. **IDMS de Nova Trento**. 2018.

Disponível em:

<<https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/codIbge/4211504/ano/2018/codMunicipio/172>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

FECAM - Federação Catarinense de Municípios. **Saúde**. 2019. Disponível em:

<<https://indicadores.fecam.org.br/banco-indicadores/navegacao/codMunicipio/172>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

FUNDAÇÃO SOS MATA ANTLÂNTICA. Atlas da Mata Atlântica dos Municípios (2014-2015). Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GASPER, A.L. **Inventário florístico florestal de Santa Catarina: espécies da Floresta Ombrófila Mista**. Rodriguésia v. 64, n. 3, Rio de Janeiro (2013).

GEOAMBIENTE Sensoriamento Remoto Ltda. **PROJETO DE PROTEÇÃO DA MATA ATLÂNTICA EM SANTA CATARINA (PPMA / SC)**. Relatório Técnico do Mapeamento Temático Geral do Estado de SC. São José dos Campos – SP. Agosto 2008, 90p.

GROSSELLI, Renzo Maria. Vencer ou Morrer: Camponeses trentinos (vênets e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: UFSC, 1987. p. 483.

HUECK, M.; BASEI, M. A. S.; CASTRO, N. A. Origin and evolution of the granitic intrusions in the Brusque Group of the Dom Feliciano Belt, south Brazil: petrostructural analysis and whole-rock/isotope geochemistry. *Journal of South American Earth Sciences*, v. 69, p. 131-151, 2016.

IBAMA. 2003. **Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção**. Anexo à instrução normativa nº 3, de 27 de maio de 2003, do Ministério do Meio Ambiente, Brasília.

IBGE - Inst. Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/nova-trento/panorama>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Ensino - matrículas, docentes e rede escolar**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/nova-trento/pesquisa/13/5902>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Extração vegetal e Silvicultura**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/nova-trento/pesquisa/16/12705>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico do PIB em Nova Trento**. 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/nova-trento/pesquisa/38/0?tipo=grafico&indicador=47001>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pecuária**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/nova-trento/pesquisa/18/16459>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola - Lavoura Temporária**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/nova-trento/pesquisa/14/10193>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola - Lavoura Permanente**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/nova-trento/pesquisa/15/11863?ano=2017>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Quantidade de pessoas empregadas assalariadas entre os anos de 2006 a 2016**. 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/nova-trento/pesquisa/19/29761>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Representação do PIB per capita de Nova Trento.** 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/nova-trento/pesquisa/38/0?tipo=grafico&indicador=47001>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Valor adicionado de Nova Trento.** 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/nova-trento/pesquisa/38/0>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

IFFSC - INVENTÁRIO FLORÍSTICO FLORESTAL DE SANTA CATARINA – Volume 3 – Floresta Ombrófila Mista. Edifurb, 2013.

IMA -Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina. **Reserva Biológica Estadual da Canela Preta.** 2019. Disponível em: <<http://www.ima.sc.gov.br/index.php/ecosistemas/unidades-de-conservacao/reserva-biologica-estadual-da-canela-preta>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

KLEIN, Roberto Miguel. **Mapa fitogeográfico de Santa Catarina.** 1978. Herbário Barbosa Rodrigues, Itajaí, Santa Catarina, Brasil.

LUCAS, E.M.: **Diversidade e conservação de anfíbios anuros no Estados de SC, Sul do Brasil,** 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41134/tde-02122008-163811/pt-br.php>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

MDIC – Ministério da economia, indústria, comércio exterior e serviços. **Balança comercial de Nova Trento.** 2019. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipio?municipio=4211504>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

MENEZES, N.A.; BUCKUP, P.A.; FIGUEIREDO, J.L. & MOURA, R.L. 2003. **Catálogo das espécies de peixes marinhos do Brasil.** Universidade de São Paulo, São Paulo.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **CNESNet - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.** Nova Trento. 2019. Disponível em: <http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Unidade.asp?VEstado=42&VMun=421150>. Acesso em: 25 mar. 2019.

MITTERMEIER, R.A.; WERNER, T.; AYRES, J.M. & FONSECA, G.A.B. **O país da megadiversidade.** Ciência hoje. 14 (81): 19-27.1992.

MONTEIRO, C.A.F.; Chuvás. **IN: Atlas Geográfico de Santa Catarina.** Florianópolis: Gráfica do DEGC, 1957 p. 9-10.

NOVA TRENTO. **Decreto nº 90 de 5 de setembro de 2012.** Aprova e institui o plano municipal de Saneamento Básico destinado à execução dos Serviços De Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário e Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos do município de Nova Trento e dá outras providências.

NOVA TRENTO. **Histórico**. 2017. Disponível em:
<<https://www.novatreto.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/37323>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

NOVA TRENTO. **Lei complementar nº 266, de 02 de janeiro de 2009**. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Nova Trento e dá outras providências.2009.

NOVA TRENTO. **Lei Municipal nº 1.130 de 28 de maio de 1991**. Altera e desmembra o item V do artigo 13, da nova redação ao artigo 24, acrescenta artigo, transforma em SECRETARIAS os “DEPARTAMENTOS” da Lei nº 948 de 26/06/89, artigo 27 e os da Lei nº1.000 de 26/01/90, artigos 25 e 26 e dá outras providências.

NOVA TRENTO. **Lei nº 926, de 06 de abril de 1989**. Estabelece normas para a execução ao serviço público de transporte rodoviário municipal de passageiros, por carros de aluguel (táxis).

NOVA TRENTO. **Lei Ordinária Municipal nº 1.136 de 4 de julho de 1991**. Cria o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAMAE) e dá outras providências.

NOVA TRENTO. **Lei Ordinária Municipal nº 1.738 de 29 de dezembro de 2000**. Institui o Código de Obras do município de Nova Trento e dá outras providências.

NOVA TRENTO. **Lei Ordinária Municipal nº 2.714 de 28 de junho de 2019**. Estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras Providências.

NOVA TRENTO. **Linhas de ônibus intermunicipais**. 2019 Disponível em:
<<https://alferonovatreto.files.wordpress.com/2013/01/vigolo-02.jpg>>. Acesso em: 31 set. 2019.

NOVA TRENTO. **Município firma convênio com o Corpo de Bombeiros**. 2017. Disponível em:
<<https://www.novatreto.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/33857/codNoticia/418914>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

O TRENTINO. **Culturais**. 201-. Disponível em:<<https://otrentino.com.br/grupos-culturais/>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

O TRENTINO. **Fotos Históricas**. 2019. Disponível em:
<<https://otrentino.com.br/fotos-historicas/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

O TRENTINO.**O Trentino**. 2017. Disponível em: <<https://otrentino.com.br/historia/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

PAGLIA, A.P.; FONSECA, G.A.B.d.; Rylands, A.B.; HERRMANN, G.; AGUIAR, L.M.S.; CHIARELLO, A.G.; LEITE, Y.L.R.; COSTA, L.P.; SICILIANO, S.; KIERULFF, M.C.M.; MENDES, S.L.; TAVARES, V.C.; MITTERMEIER, R.A. & PATTON, J.L. 2012. **Lista anotada dos mamíferos do Brasil/Annotate checklist of Brazilian mammals**. 2. ed. Arlington, Conservation International.

PEZZI, L.P; CAVALCANTI, I.F.A.: O Jato Subtropical Sobre a América do Sul no Período de 1980 a 1989. **VIII Cong. Bras. Met / IICong. Lat. Iber. Met.** v. 2. p. 148-151, 1994.

PIVA, Olávia Picole. 2012. Disponível em:
<<https://alfero.com.br/2012/11/22/seminario/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.
Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Nova Trento. 121 p. 2012.

PNUD; Ipea;FJP. Atlas de desenvolvimento humano no brasil. Nova Trento, SC. 2013. Disponível em:
<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/nova%20trento_sc#demografia>. Acesso em: 22 mar. 2019.

RÁDIOS. **Busca de rádio.** Nova Trento. 2019. Disponível em:
<<https://www.radios.com.br/busca/?q=nova+trento&qfilter=completo>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

REIS, R.E.; Z.M.S. LUCENA; C.A.S. LUCENA e L.R. MALABARBA. 2003. Peixes, p.117-145. In: C.S. Fontana, G.A. Bencke e R.E. Reis (ed.). 2003. **Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de Extinção no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, EDIPUCRS. 632p.

RIBEIRO, Edson. 2016. Disponível em: <<http://rotasantacatarina.com.br/santuariode-santa-paulina-em-nova-trento-apos-10-anos-recebe-1-milhao-de-visitantes-por-ano/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. Ampliação da Lavra de Calcário. Botuverá. 2016.

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. Barragem de contenção de cheias no Rio Itajaí-Mirim a montante da cidade de Botuverá/SC. 2014.

ROLIM, G.S.; CAMARGO, M.B.P.; LANIA, D.G.; MORAES, J.F.L. **Classificação climática de Köppen e de Thornthwaite e sua aplicabilidade na determinação de zonas agroclimáticas para o Estado de São Paulo.** Bragantia, v.66, p.711-720, 2007.

RTK CONSULTORIA LTDA. **RIMA –Relatório de Impacto Ambiental da PCH Frei Rogério.** 2009.

SANTA CATARINA, Atlas Geográfico de Santa Catarina: diversidade da natureza - Fascículo 2 / Santa Catarina. Secretaria de Estado do Planejamento. Diretoria de Estatística e cartografia; Isa de Oliveira Rocha (Org) - Florianópolis: Ed. UDESC.2014.

SANTA CATARINA. **Atlas geográfico de Santa Catarina.** Vegetação e uso da terra. 2016.

SANTA CATARINA. FCC-Fundação Catarinense de Cultura. **Nova Trento.** Disponível em: <<http://www.cultura.sc.gov.br/index.php/a->

fcc/sobre/patrimoniocultural/benstombados/4370-4370-nova-trento>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SANTA CATARINA. **Lei nº 10.949, de 09 de novembro de 1998**. Dispõe sobre a caracterização do estado em dez regiões hidrográficas. 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável. **Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina**. 2018. Disponível em: <<http://www.aguas.sc.gov.br/base-documental/plano-estadual-biblioteca>>. acesso em: 20 mar.2019.

SAR. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Santa Catarina. Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina. Relatório do Projeto Piloto. Florianópolis. 2005 (mimeo). 170p.

Secretaria de Estado do Planejamento . **Mapa de Nova Trento em 1938**.Disponível em:<<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/cidades/novatrento/174-1-1938-01.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

Secretaria de Estado do Planejamento . **Mapa de Nova Trento em 1944**.Disponível em:<<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/cidades/novatrento/174-1-1944-01.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

SEGALLA, M V. **Brazilian Amphibians: List of Species**. Disponível em <http://www.sbherpetologia.org.br/images/LISTAS/Lista_Anfibios2016.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

SEVEGNANI, L; SCHROEDER, E. **Biodiversidade catarinense, potencialidades, ameaças**. Blumenau, Edifurb, 2013.

SIAGAS – Sistema de Informações de Águas Subterrâneas. **Recursos hídricos subterrâneos**. 2019. Disponível em: <http://siagasweb.cprm.gov.br/layout/pesquisa_complexa.php>. Acesso em: 18 mar. 2019.

SILVA, Renata; SANTOS, Roselys Izabel Corrêa Dos; CRISTOFOLINI, Duane. **Turismo religioso transformações socioculturais em Nova Trento – SC**. UNIVALI. 2002. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/79-turismo-religioso.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

TUBELIS, A.; NASCIMENTO, F. J. L. do. **Meteorologia descritiva: fundamentos e aplicações brasileiras**. São Paulo: Nobel, 1980. p. 374.

TURISMO NOVA TRENTO. **Casa Salamanca**. 2019. Disponível em: <<https://turismo.novatrento.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9428>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Grupo de Dança Folk Nea Tridentum**. 2019. Disponível em: <<https://turismo.novatrento.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9329>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Hotel do Santuário**. 2019. Disponível em:
<<https://turismo.novatreto.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9335>>.
Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Igrejas e capelas de Nova Trento**. 2019. Disponível em:
<<https://turismo.novatreto.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9332>>
Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Museu da Cultura Italiana e Mercado de Pulgas**. 2019. Disponível em:
<<https://turismo.novatreto.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9326>>.
Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Pousada Aconchego**. 2019. Disponível em:
<<https://turismo.novatreto.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9334>>.
Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Pousada e Cantina Italiana**. 2019. Disponível em:
<<https://turismo.novatreto.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9333>>.
Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Pousada e Centro de Espiritualidade Imaculada Conceição - CEIC**. 2019. Disponível em:
<<https://turismo.novatreto.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9414>>.
Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Pousada Portal do Vígolo**. 2019. Disponível em:
<<https://turismo.novatreto.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9336>>.
Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Pousada Rural Sítio Sr. Elizeu**. 2019. Disponível em:
<<https://turismo.novatreto.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9411>>.
Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Pousada Sítio Nona Lurdes**. 2019. Disponível em:
<<https://turismo.novatreto.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9337>>.
Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Pousada Villa Trentina**. 2019. Disponível em:
<<https://turismo.novatreto.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9406>>.
Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Santuário de Santa Paulina**. 2019. Disponível em:
<<https://turismo.novatreto.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9331>>.
Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro**. 2019. Disponível em:
<<https://turismo.novatreto.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9325>>.
Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Sítio Prosperidade em Nova Trento**. 2019. Disponível em: <<https://turismo.novatreto.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9437>> Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Sítio Vita Sul Monte**. 2019. Disponível em: <<https://turismo.novatreto.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9429>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Sociedade Filarmônica Neotrentina**. 2019. Disponível em: <<https://turismo.novatreto.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9328>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

TURISMO NOVA TRENTO. **Vinícolas de Nova Trento** 2019. Disponível em: <<https://turismo.novatreto.sc.gov.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

UETZ, P.; HOŠEK, J. 2015 (Eds.). **The Reptile Database**. Disponível em: <<http://www.reptile-database.org>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

VITOUSEK, P.R. 1997. **Diversidade e invasões biológicas em ilhas oceânicas**. Pp. 230-244 in WILSON, E.O. (ed.). Biodiversidade. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

WIKIAVES, 2019. Disponível em: <<https://www.wikiaves.com.br/especies.php?t=c&c=4211504>>. Acesso em: 29 mar. 2019>. Acesso em: 29 mar. 2019.

WILDNER, W.; CAMOZZATO, E.; TONIOLO, J.A.; BINOTTO, R.B.; IGLESIAS, C.M.F.; LAUX, J .H. Mapa geológico do estado de Santa Catarina. Porto Alegre: CPRM, 2014. Escala 1:500.000. Programa Geologia do Brasil. Subprograma de Cartografia Geológica Regional.

APÊNDICES**APÊNDICE A – REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO
DIRETOR**

DECRETO Nº 148/2019 Publicação Nº 2133489

DECRETO Nº 148 / 2019

ESTABELECE O REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO da lei complementar nº 266, de 02 de janeiro de 2009, que dispõe sobre o PLANO DIRETOR Participativo do município de NOVA TRENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

gian francesco voltolini, PREFEITO do município DE NOVA TRENTO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 94, V e VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e,

CONSIDERANDO que o Plano Diretor Participativo é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal,

CONSIDERANDO que o Poder Executivo municipal de Nova Trento está promovendo, o processo de revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento, em atenção ao disposto no art. 322, I, da Lei Complementar nº 266, de 02 de janeiro de 2009,

CONSIDERANDO a necessidade de se definir, de forma sistematizada, as normas que regerão o processo de revisão, a partir de um regimento geral que contenha as regras de participação e controle social, DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Regimento Geral do processo de revisão da Lei Complementar nº 266, de 02 de janeiro de 2009, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Nova Trento, na forma dos dispositivos anexos.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 069, de 08 de abril de 2019.
Nova Trento/SC, 23 de agosto de 2019.

gian francesco voltolini
Prefeito Municipal

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 266, DE 02 DE JANEIRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

CAPÍTULO I
Das DISPOSIÇÕES GERAIS, DAS FINALIDADES E DO ÂMBITO DE ATUAÇÃO

Art. 1º O presente regimento geral tem por finalidade reger o processo participativo de revisão da Lei Complementar nº 266, de 02 de janeiro de 2009, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Nova Trento, de forma a garantir:

- I – a promoção de instâncias e mecanismos de diálogo e participação social;
- II – o estabelecimento de regras claras, validadas coletivamente e que vigorem durante todo o processo de revisão;
- III – a disponibilização e a produção de informações sobre a realidade do município;
- IV – a combinação de estudos técnicos com a visão da sociedade sobre o município por ela desejado, resultante do processo de participação social, regulamentando o uso da propriedade urbana e rural em prol do bem coletivo, da segurança, do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º Plano Diretor Participativo é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, parte integrante do processo

de planejamento municipal, integrador das políticas públicas, especialmente ordenamento territorial, moradia e regularização fundiária, saneamento ambiental, transporte e mobilidade, proteção e defesa civil.

§ 2º O projeto de Lei Complementar de revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento é matéria de iniciativa do Poder Executivo municipal, contando com participação e controle social em todas as fases do processo.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS DO PROCESSO

Art. 2º O processo de revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento tem por objetivo:

- I – criar e ampliar canais de participação e controle social por parte dos cidadãos e das instâncias representativas dos vários segmentos sociais;
- II – tomar transparentes, inclusivos e acessíveis os processos de planejamento e gestão da política urbana;
- III – promover ações de capacitação de representantes da sociedade, para que possam atuar nos processos decisórios relativos ao planejamento e gestão da política urbana;
- IV – contribuir para identificar as prioridades da sociedade civil aplicáveis ao planejamento urbano;
- V – acompanhar, avaliar e articular projetos, programas e políticas públicas, na revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento, especialmente verificando limites e possibilidades de articulação com programas e políticas públicas aplicáveis ao planejamento urbano;
- VI – buscar a continuidade entre o processo de planejamento e de implementação, de forma a impedir a descaracterização das diretrizes urbanísticas do município que serão estabelecidas.

CAPÍTULO III DAS ETAPAS DO PROCESSO

Art. 3º O processo participativo de revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento será dividido nas seguintes etapas:

- I – Etapa 1, denominada "Coleta de dados": esta etapa compõe-se da coleta inicial de dados e informações existentes no município e a preparação da leitura técnica;
 - II – Etapa 2, denominada "Preparação do Processo de Planejamento Participativo": esta etapa preparativa para os atos subsequentes envolve a palestra técnica e as reuniões comunitárias, e resultará no desenvolvimento da metodologia a ser observada no processo de revisão;
 - III – Etapa 3, denominada "Diagnóstico": esta fase objetiva a elaboração de um diagnóstico com a realidade da área em estudo, compatibilizando leitura técnica (levantamento de dados técnicos) e a leitura comunitária (leitura de dados advindos das reuniões comunitárias e manifestações da comunidade);
 - IV – Etapa 4, denominada "Análise do Município": consiste no momento em que a Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento fará a leitura dos materiais apresentados, retificando ou ratificando-os;
 - V – Etapa 5, denominada "Prognóstico": consiste na fase de elaboração da versão do anteprojeto que buscará balizar as medidas necessárias para a revisão da legislação urbanística, atendo as demandas averiguadas na leitura técnica e comunitária do município, apontando diretrizes, metas e ações para o desenvolvimento territorial ordenado e equilibrado da cidade;
 - VI – Etapa 6, denominada "Diretrizes": consiste no momento em que serão definidas as diretrizes que balizarão o Plano Diretor Participativo;
 - VII – Etapa 7 denominada "Preliminar das minutas dos anteprojetos de lei complementar e legislação acessória": nesta fase serão apresentadas as minutas dos anteprojetos de lei de revisão do Plano Diretor Participativo, bem como da codificação edilícia e urbanística, por parte da entidade contratada para o seu desenvolvimento, qual seja, o Consórcio Intermunicipal Catarinense (CIMCATARINA);
 - VIII – Etapa 8; denominada "Análise do Município": momento em que a Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento promoverá a análise das minutas apresentadas, sugerindo eventuais alterações;
 - IX – Etapa 9, denominada "Adaptação das minutas dos anteprojetos": esta fase, que poderá ser dispensada caso não haja alteração ou emenda nos anteprojetos analisados, tem como fito proporcionar eventuais ajustes ao texto proposto;
 - X – Etapa 10, denominada "Análise do Município": momento em que a Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento promoverá a análise das minutas apresentadas, analisando a inserção de eventuais modificações previamente sugeridas;
 - XI – Etapa 11, denominada "Aprovação dos anteprojetos": etapa que encerra o ciclo dos anteprojetos no que diz respeito à sua análise preliminar, tem como mote principal obter a chancela da equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Catarinense (CIMCATARINA), da Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural (CMDUR), de forma a viabilizar o encaminhamento do texto à Procuradoria Geral do Município (PGM) para a confecção do texto final do projeto de lei que será submetido à audiência pública;
 - XII – Etapa 12, denominada "Audiência Pública Final": esta é a etapa em que o projeto de lei de revisão do Plano Diretor Participativo, bem como da legislação acessória, serão submetidos à deliberação popular que, uma vez ratificando-as, legitimará o envio do texto à Câmara Municipal de Vereadores para deliberação. No caso de serem aprovadas propostas de alteração ao texto submetido à audiência pública (emendas), estas serão remetidas aos órgãos relacionados na Etapa 11, os quais, uma vez reconhecida a legalidade e a viabilidade de implementação das mesmas, recomendarão a integração das emendas ao texto final a ser confeccionado.
 - XIII – Etapa 13, denominada "Revisão Final": momento final do processo de revisão, no qual a Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento encaminhará a versão final do texto, elaborado pela Procuradoria Geral do Município, ao Chefe do Poder Executivo para o devido encaminhamento à Câmara Municipal de Vereadores para deliberação.
- Parágrafo único. Em todas as etapas do processo, a equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Catarinense (CIMCATARINA) subsidiará os atores locais envolvidos e a população com informações técnicas necessárias ao desenvolvimento do processo.

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 4º O Poder Executivo municipal garantirá a participação da população, a plena realização dos trabalhos necessários ao processo, a ampla publicidade e o acesso às informações, na forma do art. 40, § 4º, incisos I a III, e do art. 43, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e de acordo com as recomendações do Conselho das Cidades, do Ministério das Cidades, em especial a Resolução nº 25, de 18 de março de 2005.

CAPÍTULO V DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Art. 5º Fica assegurada a participação da sociedade civil em todas as etapas do processo de revisão do Plano Diretor Participativo, mediante os seguintes instrumentos de gestão democrática e participação social:

- I – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento;
- II – Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento;
- III – Palestra Técnica;
- IV – Reuniões Comunitárias;
- V – Consulta Pública;
- VI – Audiência Pública Final de Revisão do Plano Diretor Participativo.

§ 1º Será garantido o respeito à diversidade, especificamente pela realização de debates por temas e por divisões territoriais, bem como, pela alternância dos locais de discussão.

§ 2º Será garantido, a qualquer interessado, o amplo acesso aos documentos e informações especialmente por meio da:

- I – ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social disponíveis;
- II – ciência do cronograma e dos locais das reuniões, da apresentação dos estudos e propostas sobre o Plano Diretor Participativo, com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias corridos;
- III – publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo.

§ 3º Poderão ser criados ambientes virtuais de interação social, em especial por meio da internet, cuja metodologia e prazo de duração serão validados pela Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento.

Seção I

Do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento (CMDUR)

Art. 6º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento (CMDUR), concebido de acordo com a Lei Complementar nº 266, de 02 de janeiro de 2009, é um órgão colegiado, de natureza deliberativa, consultiva e propositiva, componente do Sistema Municipal de Participação e Controle Social no planejamento e na gestão das políticas territorial e urbanística locais, composto por representantes do poder público e da sociedade civil, nos termos de seu Regimento Interno, homologado pelo Decreto nº 124, de 26 de abril de 2016.

Parágrafo único. Além das competências e atribuições regimentais, compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento (CMDUR) no processo de revisão:

- I – garantir a efetiva participação da sociedade civil no processo de revisão do Plano Diretor Participativo;
- II – fiscalizar o cumprimento de determinações legais sobre conteúdo mínimo do Plano Diretor Participativo;
- III – validar as ações de participação e controle social do processo;
- IV – validar a divisão territorial do município em áreas, para realização de eventos comunitários;
- V – validar o calendário de eventos do processo;
- VI – acompanhar, e validar, durante todo o processo de revisão do Plano Diretor Participativo, o cadastro das organizações e associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil, referido nesta norma;
- VII – acompanhar e validar as ações de sensibilização, mobilização, divulgação, informação, capacitação e organização da participação popular no processo de revisão do Plano Diretor Participativo, inclusive os eventos referidos nesta norma;
- VIII – fiscalizar a compatibilização da leitura técnica com a leitura comunitária ao longo de todo o processo;
- IX – promover o incremento dos mecanismos de participação e controle social;
- X – propor critérios para decidir prioridades na garantia do cumprimento das regras estabelecidas coletivamente;
- XI – apoiar a divulgação de produtos gerados por estudos e projetos que possam ser utilizados como subsídios ao processo de revisão do Plano Diretor Participativo;
- XII – acompanhar, no âmbito Câmara Municipal de Vereadores do Município de Nova Trento, a tramitação do projeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo de Nova Trento e de proposições que impactem no ordenamento físico-territorial;
- XIII – sugerir atos regulamentares para orientar decisões em casos omissos na presente norma.

Seção II

Da Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento

Art. 7º Fica criada a Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento, composta por 8 (oito) membros integrantes do Poder Executivo municipal, entre titulares e suplentes, a ser nomeada por Decreto.

§ 1º São atribuições dos membros da Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento:

- I – acompanhar e supervisionar todas as etapas do processo de revisão, de responsabilidade do Poder Executivo municipal, incluindo-se a participação nos eventos e demais atividades pertinentes ao processo;
- II – coletar, repassar e promover todos os atos necessários ao acesso das informações relacionadas ao planejamento urbano e territorial acessíveis ao município para a equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Catarinense (CIMCATARINA);
- III – supervisionar a compatibilização da leitura técnica com a leitura comunitária ao longo de todo o processo;
- IV – elaborar respostas oficiais, pareceres e recomendações técnicas de acordo com as atribuições profissionais dos cargos e funções de seus integrantes;
- V – organizar e manter atualizado um cadastro para contato com as organizações e associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil interessados no processo;
- VI – realizar todos os atos internos e externos necessários ao levantamento de informações junto aos órgãos públicos, especialmente as empresas concessionárias;
- VII – redigir e fazer publicar convocações e editais necessários ao processo;
- VIII – garantir a entrega de convites e convocações, bem como manter e organizar os avisos de recebimento;
- IX – promover a divulgação das reuniões e eventos pertinentes ao processo;
- X – apoiar administrativa e operacionalmente a execução das reuniões e eventos pertinentes ao processo;
- XI – providenciar e garantir o devido registro do processo através de filmagens, gravações de áudio e fotografias, bem como, lavrar ata dos eventos do processo de revisão, notadamente a palestra técnica, as reuniões comunitárias e a audiência pública final;
- XII – convocar, participar e coordenar as reuniões e ações do grupo de trabalho municipal;
- XIII – definir a divisão territorial preliminar do município em áreas para a realização de eventos comunitários;
- XIV – estabelecer contato e troca de informações com os demais órgãos públicos das esferas estaduais e federais, inclusive empresas

concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços públicos, visando à colaboração destes no processo de revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento;

XV – prestar apoio aos poderes executivo e legislativo municipal e a qualquer outro órgão público, de forma a poder esclarecer quaisquer questões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor Participativo, para tanto acompanhando os atos da administração pública e a tramitação legislativa;

XVI – auxiliar o Chefe do Poder Executivo municipal na resposta e no encaminhamento das demandas dos munícipes no tocante às reivindicações que não forem referentes ao processo de revisão do Plano Diretor Participativo, e;

XVII – analisar e manifestar-se sobre as leituras técnicas, comunitárias, diagnóstico e prognóstico, as minutas ou propostas de alteração legislativas encaminhados pelo Consórcio Intermunicipal Catarinense (CINCATARINA).

§ 2º A Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor Participativo.

Art. 8º Não haverá hierarquia nem relação de subordinação entre os integrantes da Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento, que deverão zelar pela consideração e respeito mútuos, ressalvadas as prerrogativas do membro nomeado como coordenador/presidente, a quem competirá a coordenação das reuniões da comissão.

Art. 9º A Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento buscará estabelecer contatos com representantes do poder público, em especial com o Poder Judiciário, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público, a fim de estabelecer tratativas necessárias ao acompanhamento do processo.

Seção III

Dos Eventos

Art. 10. Os eventos são partes integrantes do processo de elaboração da revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento, constituem em espaços públicos para assegurar um processo amplo e democrático de participação e controle social e são divididos em:

I – eventos municipais;

II – eventos comunitários ou territoriais;

§ 1º Os eventos municipais serão a palestra técnica, as reuniões comunitárias e a audiência pública final, que objetivam dar publicidade a cada etapa do processo de elaboração, especialmente:

I – instaurar oficialmente e tornar público o processo participativo de revisão do Plano Diretor Participativo;

II – apresentar os resultados e produtos da leitura da realidade municipal referida nesta norma;

III – apresentar as regras da consulta pública e da audiência pública final;

IV – apresentar a versão preliminar de anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo;

V – submeter à aprovação pelos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento as eventuais emendas à versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo.

§ 2º Os eventos comunitários ou territoriais terão como objetivos a realização do levantamento preliminar, de caráter consultivo, do ponto de vista das comunidades sobre questões relativas às suas respectivas realidades locais e ao Município como um todo.

Seção IV

Da Palestra Técnica

Art. 11. A palestra técnica é um evento consultivo e deliberativo direcionado aos integrantes da Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento (CMDUR), bem como a toda a população, tendo por objetivos:

I – a elaboração da visão estratégica, dos eixos estratégicos e de propostas para ações que deverão compor o Plano Diretor Participativo e garantir sua efetiva implementação;

II – a definição das bases para elaboração do macrozoneamento do município;

III – definição de regras para a instituição do sistema de acompanhamento e controle do Plano Diretor Participativo de Nova Trento.

Parágrafo único. A palestra técnica será organizada e promovida pelo Consórcio Intermunicipal Catarinense (CINCATARINA).

Seção V

Das Reuniões Comunitárias

Art. 12. No processo de revisão do Plano Diretor Participativo, as reuniões comunitárias, com fulcro no art. 40, § 4º, I, do Estatuto da Cidade, tem por objetivo informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor Participativo, e atender aos seguintes requisitos:

I – realização em estrita observância à presente norma e validado pelo Município de Nova Trento;

II – convocação por edital e anúncio pela imprensa local;

III – realização em locais e horários acessíveis à maioria da população;

IV – serem dirigidas pelo Poder Executivo municipal, que garantirá a exposição, pela equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Catarinense (CINCATARINA), sobre os temas que serão abordados e discutidos pelos presentes;

V – garantia da participação de todos os cidadãos, independentemente de comprovação de residência ou qualquer outra condição;

VI – garantia de registro de presença dos participantes, através de lista de presença, e;

VII – garantia de registro em vídeo e áudio para subsidiar a lavratura da respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao projeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

Parágrafo único. As reuniões comunitárias observarão as regras constantes nesta seção e nas subseções seguintes.

Subseção I

Dos Locais das Reuniões Comunitárias

Art. 13. As reuniões comunitárias serão abertas a todos que queiram participar, não havendo qualquer tipo de restrição.

Art. 14. Os espaços a serem realizadas as reuniões comunitárias serão definidos pelo Município de Nova Trento, sob sua responsabilidade, e deverão comportar no mínimo 120 (cento e vinte) pessoas.

Art. 15. O local deverá ser dotado de estrutura adequada de acomodações aos participantes e organizadores, bem como, equipado com estruturas de som e imagem, de modo a proporcionar condições adequadas de exposição, participação e gravação dos fatos ocorridos,

respeitando as normas de acessibilidade universal.

Art. 16. A divulgação da reunião comunitária deverá ocorrer de acordo com o plano de mobilização e divulgação aprovado.

Subseção II

Da Condução das Reuniões Comunitárias

Art. 17. O público presente deverá assinar lista de presença, que ficará disponível durante toda a reunião comunitária em local acessível. Esta lista deverá conter:

- I – nome legível e endereço;
- II – número do documento de identificação e CPF;
- III – instituição ou bairro que representa (se for o caso);
- IV – telefone e e-mail para contato;
- V – assinatura.

Art. 18. A direção dos trabalhos das reuniões comunitárias caberá ao presidente da Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento, com o apoio do Consórcio Intermunicipal Catarinense (CIMCATARINA).

Parágrafo único. O presidente da Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento poderá delegar a condução dos trabalhos a um técnico do Consórcio Intermunicipal Catarinense (CIMCATARINA).

Art. 19. São prerrogativas da direção da reunião comunitária:

- a) designar um ou mais secretários(as) para assisti-lo;
- b) realizar a apresentação de objetivos e regras de funcionamento da reunião comunitária, ordenando o curso dos debates;
- c) indicar os expositores;
- d) orientar sobre a pertinência das intervenções orais e das questões formuladas;
- e) dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da reunião comunitária, em caso de sua reabertura ou continuação, quando reputar conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante.

Art. 20. São atribuições do(s) secretário(s) (as):

- a) inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;
- b) controlar o tempo das intervenções orais;
- c) registrar o conteúdo das intervenções;
- d) sistematizar as informações;
- e) elaborar a ata da sessão;
- f) encaminhar a documentação produzida na reunião comunitária ao Consórcio Intermunicipal Catarinense (CIMCATARINA) para a guarda da mesma.

Subseção III

Dos Participantes das Reuniões Comunitárias

Art. 21. Será considerado participante da reunião comunitária qualquer cidadão ou cidadã presente, sem distinção de qualquer natureza, interessados em contribuir com o processo de discussão no âmbito da RC.

Art. 22. São direitos dos participantes:

- a) manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da reunião comunitária, respeitando as disposições previstas neste regimento;
- b) debater as questões tratadas no âmbito da reunião comunitária;
- c) formular propostas e sugerir alterações sobre o objeto da discussão.

Art. 23. São deveres dos participantes:

- a) respeitar o regimento da reunião comunitária;
- b) respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;
- c) tratar com respeito e civilidade os participantes da reunião comunitária e seus organizadores.

Subseção IV

Da Duração e da Ordem das Reuniões Comunitárias

Art. 24. O tempo de duração da reunião comunitária será de 02 (duas) horas, com início às 19h e término às 21h.

Parágrafo único. Em caso de prorrogação, esta não poderá exceder 60 (sessenta) minutos.

Art. 25. A reunião comunitária terá a seguinte ordem:

- a) 19h – abertura, com apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da reunião;
- b) 19h10 – exposição, por parte do Consórcio Intermunicipal Catarinense (CIMCATARINA), da importância da revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento, e deliberações sobre o recorte espacial na respectiva região em análise e demais materiais de base pertinentes;
- c) 19h40 – início da dinâmica de aplicação;
- d) 20h30 – debate das proposições;
- e) 21h – encerramento.

Art. 26. Na abertura da reunião comunitária a direção da mesa procederá a esclarecimentos quanto aos objetivos da mesma e as regras gerais segundo as quais se processarão os trabalhos.

Art. 27. Após a abertura, a direção da mesa passará a palavra aos expositores.

Art. 28. É condição indispensável para a participação nos debates e manifestação pública o preenchimento prévio da ficha de inscrição, que será disponibilizada com antecedência, sendo que a ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores. As fichas serão numeradas no ato da entrega à mesa.

Art. 29. Durante a reunião comunitária, técnicos do Consórcio Intermunicipal Catarinense (CIMCATARINA) ficarão à disposição dos participantes para auxiliar na formulação dos questionamentos e preenchimento da ficha, caso seja necessário;

Art. 30. Concluída a fase de debate e manifestações públicas, a direção da mesa procederá o encerramento da reunião comunitária;

Subseção V

Dos Registros das Reuniões Comunitárias

Art. 31. A gravação, lista de presença e fichas de inscrição serão publicados em local específico no site da revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 32. Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro por parte dos participantes da reunião comunitária.

Art. 33. A ata a ser lavrada será subscrita pela direção da mesa e pelo(a) secretário(a) responsável, e submetida à análise e subscrição, facultativa, pelos membros dos Conselhos que estiverem presentes na reunião comunitária. A ata será anexada a lista de presença.

Art. 34. Todas as inscrições efetuadas serão respondidas pela equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Catarinense (CIMCATARINA), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a reunião comunitária. As respostas serão publicadas no site da revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento.

Art. 35. O Consórcio Intermunicipal Catarinense (CIMCATARINA) deverá encaminhar para o Município de Nova Trento um relatório síntese com todas as demandas surgidas nas reuniões comunitárias, assim como as justificativas técnicas para os encaminhamentos.

Seção VI

Da Consulta Pública

Art. 36. A consulta pública constitui um mecanismo participativo, de caráter consultivo, aberto a qualquer interessado.

§ 1º A consulta pública tem por objetivo receber contribuições por escrito da sociedade civil sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo, ou aspecto específico no processo de revisão, devendo observar, os seguintes requisitos mínimos:

I – divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando seu objeto, regras e o prazo de realização;

II – disponibilização prévia, a qualquer interessado:

a) dos documentos que serão objeto da consulta, em linguagem simples e objetiva;

b) dos estudos e do material técnico utilizado como fundamento para a versão preliminar do anteprojeto;

III – sistematização das contribuições recebidas;

IV – publicidade de seus resultados;

V – compromisso de resposta às propostas recebidas.

§ 2º A consulta pública será regida por regras próprias, que deverão estar de acordo com os requisitos mínimos previstos no parágrafo anterior e serem previamente aprovadas pela Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento.

§ 3º A consulta pública fica dividida em 2 (duas) etapas sendo que essas devem obedecer aos seguintes prazos:

I – a primeira que apresentará a legislação vigente que será alterada, se encerra antes da confecção do instrumento técnico de participação popular;

II – a segunda iniciará a partir do momento que publicada a nova proposta de lei revisada, se encerrando no dia anterior a audiência pública final.

Seção VII

Da Audiência Pública Final de Revisão do Plano Diretor Participativo

Art. 37. A audiência pública final de revisão do Plano Diretor Participativo, também denominada de conferência final, é o evento que tem como objetivo a aprovação do projeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo e legislação acessória.

§ 1º A audiência pública final será regida por regras próprias, previamente estipuladas em regimento próprio, será uma e realizada na zona urbana central do município.

§ 2º A audiência pública final de revisão do Plano Diretor Participativo, evento público e aberto a qualquer interessado, deve atender aos seguintes requisitos mínimos:

I – registro das eventuais propostas de emendas apresentadas nos anais da audiência, e;

II – publicação e divulgação dos anais do evento.

Art. 38. No caso de serem aprovadas propostas de alteração do texto submetido à audiência pública final (emendas), observar-se-á o disposto no art. 3º, XII, deste Regimento.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. Constitui anexo deste Regimento o diagrama ilustrativo com a descrição de cada uma das etapas do processo de revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento.

Art. 39. A presente norma entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento/SC, 23 de agosto de 2019.

Gianfrancesco Voltolini

Prefeito Municipal

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

APÊNDICE B- NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

27/08/2019 (Terça-feira)	DOM/SC - Edição Nº 2913	Página 588
Nova Trento		
PREFEITURA		
CONVOCAÇÃO		
		Publicação Nº 2135206
CONVOCAÇÃO		
<p>GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, em cumprimento ao disposto no Artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal CONVOCA as entidades civis organizadas e a população em geral para a AUDIÊNCIA PÚBLICA que fará realizar às 10 horas do dia 03 de setembro de 2019, no Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, situado na Rua Ida Orsi Feller, nº 100, Centro, Nova Trento/SC, para apresentar, discutir e definir as prioridades e metas da Administração Municipal relacionadas a investimentos e geração de despesas a serem incluídas na LEI DE PRETRIZES ORÇAMENTÁRIA E LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2020 e extraídas dos objetivos e metas da Administração aprovada em audiência pública, pela Câmara Municipal e constante da Lei do PLANO PLURIANUAL 2018/2021.</p> <p>A sua participação é muito importante.</p> <p>Nova Trento, 23 de agosto de 2019. GIAN FRANCESCO VOLTOLINI Prefeito Municipal</p>		
DECRETO Nº 150/2019		
		Publicação Nº 2135432
DECRETO Nº 150, DE 26 DE AGOSTO DE 2019		
nomeia a Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
<p>gian francesco voltolini, PREFEITO do município DE NOVA TRENTO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 94, V e VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e nos termos do art. 7º, do Regimento Geral do Processo de Revisão da Lei Complementar nº 266, de 02 de janeiro de 2009, homologado pelo Decreto nº 148/2019, DECRETA:</p> <p>Art. 1º A Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento será composta pelos seguintes servidores:</p> <p>I - Membros titulares:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Christiano Celmer Balz, designado como Presidente;b) Eduardo Fabris da Silva, designado como Secretário;c) Celso Mitsuyoshi Fujihara;d) Fabiano Alex Berghahn; <p>III - Membros suplentes:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Josiane Adler Salim;b) Varley Orlando Dalbosco;c) Vladimir dos Santos;d) Henrique Minatti Diegoli <p>Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 069, de 08 de abril de 2019.</p> <p>Nova Trento/SC, 26 de agosto de 2019. gian francesco voltolini Prefeito Municipal</p> <p>Jucelino Marino Chini Secretário Municipal Administração e Finanças</p> <p>Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.</p>		
PARECER 003/2019 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
		Publicação Nº 2135426
PARECER 003/2019: PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RELATIVO À APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O EXERCÍCIO DO ANO DE 2019		

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Trento, no cumprimento de suas atribuições legais estabelecidas na Lei (federal) n 8.742/1993, assim como, instituído pela Lei Municipal nº 1.445/95 e consolidado pela Lei nº 2.622/16 de 17/11/2016, se reuniu em cinco de Agosto de 2019 no auditório da Casa da Cidadania, para analisar e aprovar o Plano de Ação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de Nova Trento para o exercício do ano de 2019. O plano foi devidamente apresentado pela coordenadora do CRAS Itamará Domingos, bem como foi debatido, avaliado, e aprovado pela plenária em unanimidade.

O Conselho Municipal faz uma retificação no quesito do Cofinanciamento Estadual, uma vez que posteriormente o preenchimento do plano, foi deliberado em reunião de CIB (Comissão Intergestora Bipartite) pelo cofinanciamento estadual para os serviços de Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 28.819,12 (vinte e oito mil, oitocentos e dezenove reais e doze centavos) referente ao ano de 2019, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Este conselho se compromete em acompanhar e fiscalizar o cumprimento deste plano ao longo do exercício do ano de 2019, bem como a aplicação dos recursos destinados pelo Governo Federal, Estadual e Municipal para os fundos de todas as proteções sociais. Sendo assim, o Conselho Municipal de Assistência Social se manifesta no sentido de aprovar o Plano Municipal de Assistência Social para o ano de 2019.

Nova Trento, 20 de Agosto de 2019.

Samantha Lazzarotto Franzoi

Presidente do CMAS de Nova Trento

APÊNDICE C – RESOLUÇÃO Nº001/2019 – ESTABELECE LOCAIS E DATAS DA PALESTRA TÉCNICA E REUNIÕES COMUNITÁRIAS

RESOLUÇÃO Nº 001/2019

Publicação Nº 2136941

Resolução nº 001 / 2019

Estabelece as datas, locais e horários para a realização da palestra técnica e das reuniões comunitárias relativas ao processo de revisão do plano diretor participativo de nova trento E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CHRISTIANO CELMER BALZ, coordenador da COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO de nova trento, Estado de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 150/2019, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 94, art. 7º, do Regimento Geral do Processo de Revisão da Lei Complementar nº 266, de 02 de Janeiro de 2009, homologado pelo Decreto nº 148/2019, resolve:

Art. 1º Estabelecer o dia 9 de setembro de 2019 como data da palestra técnica a que alude o art. 11, do Decreto nº 148/2019, a ser realizada na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Nova Trento, localizada na Rua Ida Orsi Feller, nº 100, Centro, Nova Trento/SC, com início às 19h.

Art. 2º Estabelecer o seguinte cronograma para as reuniões comunitárias a que alude o art. 12, do Decreto nº 148/2019:

I – Dia 17 de setembro de 2019, com início às 19h - Reunião comunitária do bairro Centro, a ser realizada na Casa dei Noni, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 244, Centro, Nova Trento/SC;

II – Dia 18 de setembro de 2019, com início às 19h - Reunião comunitária do Distrito de Claraíba, a ser realizada na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, localizada na sede do distrito;

III – Dia 19 de setembro de 2019, com início às 19h - Reunião comunitária do Distrito de Aguti, a ser realizada na Escola Municipal de Educação Básica de Aguti, localizada na sede do distrito.















Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, 27 de agosto de 2019.

CHRISTIANO CELMER BALZ
Coordenador da Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

APÊNDICE D - LISTA DE PRESENÇA DA PALESTRA TÉCNICA

LISTA DE PRESENÇA - REVISÃO DO PLANO DIRETOR		HORA INÍCIO: 15:40		HORA FIM: 15:00	
DATA: 09/09/19		LOCAL: CATEIRA DE VEREADORES			
MUNICÍPIO: NOVA TRENTO		ASSUNTOS: PALESTRA TÉCNICA			
NOME	Nº IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENDEREÇO	PARTICIPANTES		ASSINATURA
			BAIRRO OU INSTITUIÇÃO REPRESENTANTE	E-MAIL	
ELARISSA ANFAIN	47554668	FRAIBURGEO	CINCATARINA	elariissa@cincatarina.sc.gov.br	
ANGELA TRIDIPALLI	6911.9167	RA FENICE SUZUET, 1024	ARQ. PAD. ARQUITECTOS	angelatridipalli@gmail.com	
Luís Fausto Braga Kambauer	5469822	Florianópolis	CinCATARINA	luisfausto@cincatarina.sc.gov.br	
GUSTAVO MARCONDES	4.428.718	Fraiburgo	CINCATARINA	gustavo@cincatarina.sc.gov.br	
Chastano Alves Belo	5409234	Moana Trento	Parabeira	chastano@smm.com	
SALVIO O. SOARES	263.971	NOVA TRENTO	PROFE. F. U. A	salvio@centrofrederico.com.br	
Maria da Conceição	1.607.765	R. Avenida. União	População	maria_tomazini@gmail.com	
Maria de Fátima	1.521.534	Trav. Fátima, 144	População	mariafatima@netmail.com.br	
ROBERTO LUIZ BOSSO	088.716.169-15	Rua PEDRA TALARU 189, 113	CENTRO	roberto_bosso@hotmail.com	
ISRAEL SILVEIRO	5840100	R. Jaramá	CENTRO	israel_silveiro@hotmail.com	
GELSO M. FUJITHARA	50048260	R. SAN MARIN, 112 N. TRENTO	PRETERUMS	celso@novotrento.sc.gov.br	
THIAGO A. REZZINI	058059089	R. INDEPENDÊNCIA - 353	TRINTE ABIZ	rezzini@guilic.com	
FABIANO A. BESSERIAN	82746762949	NOVA TRENTO	USOLO / SMINT	BESSERIAN@BOLETO.COM	
HELENA CANOIAN	1612.1645034	Av. CAVAL SOLTEIRO 128	CENTRO	HELENA@YAHOO.COM.BR	
Márcia Mulyer	082.684.919-90	Claranda - N. T.	Claranda	marciamulyer@ig.com.br	

APÊNDICE E - ATA DA REUNIÃO PALESTRA TÉCNICA

www.cincatarina.sc.gov.br E-mail: cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3256-3400
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

ATA DA PALESTRA TÉCNICA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.

No dia nove do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às treze horas e quarenta minutos, na Câmara de Vereadores do município de Nova Trento, foi realizada a palestra técnica do processo de revisão do plano diretor. A vigente ata destaca os principais pontos apresentados. A reunião foi aberta pelo presidente da comissão especial de revisão do plano diretor participativo, sr. Christiano Celmer Balz, que deu uma breve introdução, e em seguida passou a palavra para a diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Clarissa Anrain, que falou sobre objetivo da palestra, e fez uma breve apresentação do Consórcio Intermunicipal – CINCATARINA. Logo após, deu início a apresentação da revisão do plano diretor, explanando seus objetivos, e destacando sua importância. Em seguida, citou as etapas necessárias para a revisão, que se iniciou por: coleta de dados, planejamento participativo, primeira análise do município, diagnóstico e prognóstico, segunda análise do município, minuta de lei, terceira análise do município, audiência pública, revisão final, e por último a aprovação da câmara de vereadores. Após, citou e explicou detalhadamente as diretrizes que vem sendo trabalhadas na revisão, sendo: econômico e social, estruturação urbana, mobilidade urbana, qualificação ambiental e patrimônio histórico cultural. Salientou que, o que foi apresentado até o momento, tinha o objetivo de estimular a reflexão sobre a cidade existente hoje, e a cidade almejada para o futuro. Depois, explanou sobre o método CDP, o qual é aplicado nas reuniões comunitárias, com o intuito de identificar as condicionantes, deficiências e potencialidades da região. Com os resultados, é criado painéis, e os técnicos juntamente com a população discutam os itens que permanecerão ou não no quadro. Informou que os dados coletados, auxiliarão na elaboração do diagnóstico. Após, citou as formas de participação popular, sendo: formulários online ou disponibilizados pela prefeitura, site do município, reuniões comunitárias, audiência pública, dinâmica do método CDP, e pelas redes sociais. Em seguida foi distribuído questionários, com o intuito de captar através dos presentes, qual a visão do município atualmente. O diretor de gestão de desenvolvimento regional, sr. Gustavo Marcondes utilizou a palavra e explanou sobre o site do município, e suas funções. Informou também que todos os eventos que ocorrerem, estarão disponíveis no site. Aproveitou o momento, destacou a importância da participação efetiva da população nos eventos. Após algumas colocações, sr. Christiano fez o encerramento da palestra. A presente ata segue assinada por mim, estagiária de administração, Karoline da Silva Ribeiro, pela diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Clarissa Anrain, pelo diretor de gestão de desenvolvimento regional, sr. Gustavo Marcondes, pelo presidente da comissão especial, sr. Christiano Celmer Balz, como sinal de sua aprovação, Nova Trento, nove de setembro de dois mil e dezenove.

Karoline da Silva Ribeiro
KAROLINE DA SILVA RIBEIRO
Estagiária de Administração do
CINCATARINA


CLARISSA ANRAIN
Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do
CINCATARINA

Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Blencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Centro
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.075-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 751, 1º Andar, Sala 01, Centro
Foz de Iguaçu/Estado de Santa Catarina – CEP 88.580-000



www.cincatarina.sc.gov.br E-mail: cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (49) 3256-3400
O Coletivo Inovando a Gestão Pública


GUSTAVO MARCONDES
Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional do
CINCATARINA


CHRISTIANO CELMER BALZ
Presidente da Comissão Especial de Revisão do
Plano Diretor Participativo de Nova Trento



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Silveira, 1825, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Centro
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.580-000

APÊNDICE F – CONVOCAÇÃO PARA REUNIÕES COMUNITÁRIAS

EDITAL Nº 001/2019 - PLANO DIRETOR

Publicação Nº 2136936

edital nº 001 / 2019

CONVOCAÇÃO PARA AS REUNIÕES COMUNITÁRIAS REFERENTES AO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC.

CHRISTIANO CELMER BALZ, coordenador da COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO de nova trento, Estado de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 150/2019, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 94, art. 7º, do Regimento Geral do Processo de Revisão da Lei Complementar nº 266, de 02 de janeiro de 2009, homologado pelo Decreto nº 148/2019, CONVOCA a população interessada, a participar das reuniões comunitárias do processo de revisão do Plano Diretor Participativo, a que se alude o art. 12, do Decreto nº 148/2019, que ocorrerão, nos termos da Resolução nº 001/2019, nas seguintes datas, locais e horários:

I – Dia 17 de setembro de 2019, com início às 19h - Reunião comunitária do bairro Centro, a ser realizada na Casa dei Noni, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 244, Centro, Nova Trento/SC;

II – Dia 18 de setembro de 2019, com início às 19h - Reunião comunitária do Distrito de Claraíba, a ser realizada na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, localizada na sede do distrito;

III – Dia 19 de setembro de 2019, com início às 19h - Reunião comunitária do Distrito de Aguti, a ser realizada na Escola Municipal de Educação Básica de Aguti, localizada na sede do distrito.

Nova Trento, 27 de agosto de 2019.

CHRISTIANO CELMER BALZ

Coordenador da Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

APÊNDICE G- LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NA SEDE E ÁREAS RURAIS

LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO COMUNITÁRIA - PLANO DIRETOR			
DATA: 17/09/19	HORA INICIO: 19:35	HORA FIM: 21:35	
MUNICÍPIO: NOVA TRENTO	LOCAL: CASA DEI NONNI		
ASSUNTOS: REUNIÃO COMUNITÁRIA 01			
PARTICIPANTES			
NOME	Nº IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENDEREÇO	BAIRRO OU INSTITUIÇÃO REPRESENTANTE
Maria de Lourdes Yamami Cypriani	1.607.765	R. Augusto Cipriani	Basandão
Maria Tereza Terezianni Ellen	1.531.581	Trav. Pedro Gontt. Silva 144	Centro
WILSONE MUFFI D'GOLLI	6254720	RUA ALFEGES	TRINTA REIS
Juliano Euban	1411072	RUA ALFERES	TRINTA REIS
FRABIANO A. BERGHAHN	82766762949	RUA WILHELO C. ZANUVEA, 110	VIGOKO
Abelardo Cabral	5469374	R. Cláudia Tereza Terezianni B.	Trinta Reís
OSION SALIM	052.416.745.42	Praso del Comune	Centro
Paulo Furtado	146946	Centro	
Celso M. FUSTHARA	5004.8260	R. SAN MARINHA, 112 N. TEREZAS	P.M.N.T.
OSCAR J. SIVIGRO	03334930960	R. Independência	
Fernando J. de Medeiros	075580819	R. Alois C. Spott	
EDUARDO VARGAS	052.119.9380	R. Marechal Deodoro	Centro
Valdemar Fontaneli	03060201906	Rua Pedroza Puffler	Federico
EDUARDO FABRIS DASILVA	026.613.10732	RUA TERESA S. GARDIN	VELHA
ISRAEL SILVEIRO	5040100	R. Roseli Terezianni Gardin	CENTRO



**APÊNDICE H – CONVITE DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NA SEDE E ÁREAS
RURAIS**

PLANO DIRETOR

Reunião Comunitária I

O **Município de Nova Trento** através do CIMCATARINA, convida a todos para participar das reuniões comunitárias do **Plano Diretor de Nova Trento**.

17 de setembro, às 19 horas

Local: Casa dei Noni

R. Nereu Ramos, n°224 Bairro Centro - Nova Trento.

Participe!

Mais informações:

cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br



APÊNDICE I – ATA DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NA SEDE E ÁREAS RURAIS

www.cincatarina.sc.gov.br E-mail: cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3256-3400
O Coletivo Inovando e Gestão Pública

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO COMUNITÁRIA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.

No dia dezessete do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas e quinze minutos, na Casa Dei Noni, localizada no bairro Centro, foi realizada a primeira reunião comunitária do processo de revisão do plano diretor. A vigente ata destaca os principais pontos apresentados. A reunião foi aberta presidente da comissão especial de revisão do plano diretor participativo, sr. Christiano Celmer Balz, dando uma breve introdução. Logo após, passou a palavra para a diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Clarissa Anrain, que deu uma prévia dos assuntos que posteriormente seriam abordados. Em seguida fez a apresentação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CINCATARINA. Após, deu início a apresentação do processo de revisão do plano diretor, explanando as etapas necessárias para a revisão, sendo: coleta de dados, planejamento participativo, primeira análise do município, diagnóstico e prognóstico, segunda análise do município, minuta de lei, terceira análise do município, audiência pública, revisão final, e a aprovação da câmara de vereadores. Citou as formas de contribuição popular, que se iniciou por: reunião comunitária, palestra técnica, questionários online ou disponibilizado pela prefeitura, protocolos da prefeitura, audiências públicas, e pelas redes sociais. Em seguida, citou os eixos que vêm sendo trabalhados, explanando detalhadamente, exibindo exemplos positivos e negativos existentes. Após destacar o objetivo da reunião, apresentou a metodologia do método CDP (condicionantes, deficiências e potencialidades). Destacou e explicou os cinco eixos norteadores trabalhados, sendo: econômico e social, estruturação urbana, mobilidade urbana, qualificação ambiental, e o patrimônio histórico cultural. Os presentes dividiram-se em grupos para a aplicação da dinâmica. Após a execução, os resultados foram expostos em cartazes, denominado quadro CDP. As técnicas sra. Clarissa e a sra. Gesiane Heusser Lermen, juntamente com a população presente na reunião, entraram em um consenso e validaram os itens que deveriam permanecer no quadro. Sra. Clarissa informou que todos os dados coletados serão compilados, e gerado planilhas. Salientou que nem todos os problemas expostos, cabe ao plano diretor solucionar, porém irá gerar informação para que o município faça a utilização na tomada de decisão. O assessor de gabinete e também integrante da comissão especial de revisão do plano diretor, solicitou a todos que participassem efetivamente no processo de revisão, para o alcance de um melhor resultado. Um munícipe tomou a palavra e destacou que é de responsabilidade dos representantes legais da comunidade, estarem presentes na reunião, para o acompanhamento do processo. Depois dessas colocações, sra. Clarissa agradeceu a presença de todos e solicitou a divulgação das próximas reuniões, e assim deu por encerrada a reunião. A presente ata segue assinada por mim, estagiária de administração, Karoline da Silva Ribeiro, pela analista técnica em gestão de desenvolvimento regional IV, sra. Gessiane Heusser Lermen, pela diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Clarissa Anrain, e pelo presidente da comissão especial, sr. Christiano Celmer Balz, como sinal de sua aprovação. Nova Trento, dezessete de setembro de dois mil e dezenove.


KAROLINE DA SILVA RIBEIRO
Estagiária de Administração do
CINCATARINA

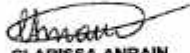

GESIANE HEUSSER LERME
Analista Técnica em Gestão de Desenvolvimento
Regional IV do
CINCATARINA

Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bitencourt, 1385, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Centro
Pitangueiras/Estado de Santa Catarina – CEP 89.079-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Friburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.560-000



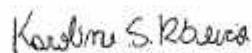
www.cincatarina.sc.gov.br E-mail: cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3256-3400
O Coletivo Inovando a Gestão Pública



CLARISSA ANRAIN
Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do
CINCATARINA



CHRISTIANO CELMER BALZ
Presidente da Comissão Especial de Revisão do
Plano Diretor Participativo









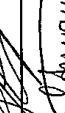





Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bitencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Centro
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800



1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Frederico/Estado de Santa Catarina – CEP 88.520-000

**APÊNDICE J- LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO
 DISTRITO DO CLARAÍBA E ÁREAS RURAIS**

LISTA DE PRESENÇA - REVISÃO DO PLANO DIRETOR				CINCATARINA MUNICIPAL GOVERNMENT	
DATA: 18/09/19	HORA INÍCIO: 19:30	HORA FIM:			
MUNICÍPIO: NOVA TRENTO	LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL CLARAÍBA				
ASSUNTOS: REUNIÃO COMUNITÁRIA II					
PARTICIPANTES					
NOME	Nº IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENDEREÇO	BAIRRO OU INSTITUIÇÃO REPRESENTANTE	E-MAIL	ASSINATURA
Maristela Travençolo Filla	1.571.584	Trav. Fichel Bastos Filla, 44	Centro	maristela.filla@clarai.ba	
Maiara Melzi	5.334.453	Ava. Atên. Melzi, 59	Clarabo	maiaramelzi@regmail.com	
Maria de Lourdes Silveira	1.507.675	R. Augusto G. Pinim	Perseus	maria_tamara_melzi@regmail.com	
FABIANO A. BERGHATTIN	82766762949	Rua Vitorio Cardoso Zanuda 110	VIGOSO	BERGHATTIN@VOCACIA.Blog.com.br	
Celso M. Furtado	5.004.826-0	R. Srv. Martin, 112	CENTRO	celso@nova-trento.sc.gov.br	
Suzana J. Botto	089.8862396	RUA PEDRO PIPPI	VIGOSO	LUIS LUCIANO BOTTO@HOTMAIL.COM	
Silvia K. Corvelo	024928899	87 Trindade Reis	TRINDADE REIS	---	
Antonete Alves Bal	0425799981	Trindade Reis	Trindade Reis	CEBAL@GMAIL.COM	
Caracelo m Balto		RUA PADRE A. BURZO	CENTRO	---	
CLARISSA ANRAIN	4755.660-8	FRAI BURGIO	CINCATARINA	clarissa@cinccatari.no.sc.gov.br	
MATEUS DAVINO FERREIRA	095.422099-79	RUA BRUSELSE, 142	APREMAN	mateusdajoneira@hotmail.com	
VALENTIM CARMILO CASSETI	1.666.085	EST. GER. AUTO SILVA	APREMAN	PRIMALUNA.VALENTINO@GMAIL.COM	

**APÊNDICE K- CONVITE DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO DISTRITO DO
CLARAÍBA E ÁREAS RURAIS**

PLANO DIRETOR

Reunião Comunitária II

O **Município de Nova Trento** através do CIMCATARINA, convida a todos para participar das reuniões comunitárias do **Plano Diretor de Nova Trento**.

18 de setembro, às 19 horas

Local: Escola Municipal de Educação
Básica João Bayer Sobrinho

Sede do Distrito de Claraíba - Nova Trento.

Participe!

Mais informações:

cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br

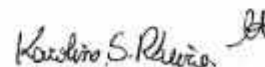


**APÊNDICE L – ATA DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO DISTRITO DO CLARAÍBA
E ÁREAS RURAIS**

www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (49) 3256-3400
O Coletivo Inovando a Gestão Pública.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO COMUNITÁRIA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.

No dia dezoito do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas e vinte minutos, na Escola Municipal Claraíba, foi realizada a segunda reunião comunitária do processo de revisão do plano diretor. A vigente ata destaca os principais pontos apresentados. A reunião foi aberta pela diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Clarissa Anrain, que fez as devidas apresentações, e deu uma breve introdução. Logo após, deu início a apresentação da revisão do plano diretor. Iniciou explanando todo o processo necessário para a revisão, que começou por coleta de dados, planejamento participativo, primeira análise do município, diagnóstico e prognóstico, segunda análise do município, minuta de lei, terceira análise do município, audiência pública, revisão final, e a aprovação da câmara de vereadores. Depois, citou as formas de contribuição popular, iniciando por reunião comunitária, palestra técnica, questionários online ou disponibilizado pela prefeitura, protocolos da prefeitura, audiências públicas, e pelas redes sociais. Em seguida, sobre o processo de elaboração do diagnóstico. Explicou que com os resultados em mãos é possível identificar os problemas reais do município. Após, apresentou os eixos norteadores, que vem sendo trabalhados, iniciando por: conexão de segurança, cultura e lazer, mobilidade urbana, e espaços públicos. Explanou detalhadamente, exibindo exemplos positivos e negativos existentes. Salientou que o plano diretor não trata somente da área urbana, mas também fornece diretrizes para o crescimento da cidade nas áreas rurais, utilizando princípios de sustentabilidade. Destacou que o objetivo do plano diretor, é alcançar a cidade ideal para todos. Em seguida, falou sobre a metodologia do método CDP, dinâmica que posteriormente seria aplicada. Explanou que é um método que conta com a contribuição popular para identificar as condicionantes, deficiências e potencialidades do município. Os eixos utilizados são: econômico e social, estruturação urbana, qualificação ambiental, patrimônio histórico e cultural. Elucidou que utilizando esses eixos, é possível coletar dados e criar diretrizes de crescimento para o município. Após a explanação, os presentes se dividiram em grupos, para a aplicação do método, e posteriormente a exibição dos resultados em painéis. Após executada a dinâmica, e os resultados em mãos, as técnicas juntamente com os presentes, entraram em um consenso e validaram os itens que deveria permanecer no quadro. Sra. Clarissa informou que o plano diretor não atende todos os itens, porém os dados coletados irão gerar um material, e posteriormente entregue a prefeitura, para a utilização em tomadas de decisões. Um dos presentes utilizou a palavra, e fez uma observação com relação a carência da participação popular nas reuniões, e também do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural. Dr. Fabiano, esclarece que a finalidade da Comissão Especial de Revisão, não é de substituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural nas reuniões, mas ser intermediário entre o CIMCATARINA, poder executivo, conselho e a câmara de vereadores. Por fim, salientou que os membros do conselho deveriam estar presentes. Após algumas colocações, sra. Clarissa agradeceu a presença de todos, e solicitou a divulgação para a próxima reunião comunitária, e deu por encerrada a reunião. A presente ata segue assinada por mim, estagiária de administração, Karoline da Silva Ribeiro, pela analista técnica em gestão de desenvolvimento regional IV, sra. Gesiane Heusser Lermen, pela diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Clarissa Anrain, pelo presidente da comissão especial, sr. Christiano Celmer Balz, como sinal de sua aprovação. Nova Trento, dezoito de setembro de dois mil e dezenove.



Sede do CIMCATARINA
Rua General Liberato Bitencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Centro
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Friburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 88.500-000



www.cincatarina.sc.gov.br E-mail: cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (49) 3255-3400
O Coletivo Inovando e Gestão Pública


KAROLINE DA SILVA RIBEIRO
Estagiária de Administração do
CINCATARINA


GESIANE REISSER LERMEN
Analista Técnica em Gestão de Desenvolvimento
Regional IV do
CINCATARINA


CLARISSA ANRAIN
Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do
CINCATARINA


CHRISTIANO CELMER BALZ
Presidente da Comissão Especial de Revisão do
Plano Diretor Participativo de Nova Trento

Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1886, 13º Andar, Sala 1365, Bairro Centro
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-600

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 781, 1º Andar, Sala 01, Centro
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000

**APÊNDICE N- CONVITE DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO DISTRITO DO AGUTI
E ÁREAS RURAIS (CANCELADA)**

PLANO DIRETOR

Reunião Comunitária III

O **Município de Nova Trento** através do CIMCATARINA, convida a todos para participar das reuniões comunitárias do **Plano Diretor de Nova Trento**.

19 de setembro, às 19 horas

Local: Escola Municipal de Educação
Básica de Aguti

Sede do Distrito de Aguti - Nova Trento.

Participe!

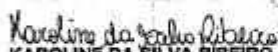
Mais Informações:

cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br



**APÊNDICE O - ATA DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO DISTRITO DO AGUTI E
ÁREAS RURAIS (INVALIDADA)****CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO
SANTA CATARINA****ATA DA TERCEIRA REUNIÃO COMUNITÁRIA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO
DIRETOR DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.**

No dia dezenove do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, na Escola Municipal de Educação Básica de Aguti, estava previsto a realização da terceira reunião comunitária de revisão do plano diretor, que além de ser voltado ao estímulo dos municípios, a refletir sobre: "a cidade que temos e a cidade que queremos", tem como premissa a identificação das condicionantes, deficiências, e potencialidades dentro do município, através da contribuição da população, sendo a base da construção que norteará o desenvolvimento da cidade. Contando apenas com um município, o presidente da comissão especial de revisão do plano diretor participativo, e a equipe técnica do Consórcio Interfederativo – CINCATARINA. Como a participação popular é parte fundamental do processo e por não haver quórum de municípios, deu por encerrada a terceira reunião comunitária. A presente ata segue assinada por mim, estagiária de administração, Karoline da Silva Ribeiro, pela analista técnica IV, Sra. Gesiane Heusser Lermen, pela supervisora de atuação governamental, Sra. Clarissa Anrain, e pelo presidente da comissão especial de revisão do plano diretor participativo de Nova Trento, Sr. Christiano Celmer Balz, como sinal de sua aprovação. Nova Trento, dezenove de setembro de dois mil e dezenove.


KAROLINE DA SILVA RIBEIRO
Estagiária de Administração
CINCATARINA
GESIANE HEUSSER LERMEN
Analista Técnica IV
CINCATARINA
CLARISSA ANRAIN
Supervisora de Atuação Governamental
CINCATARINA
CHRISTIANO CELMER BALZ
Presidente da Comissão Especial de Revisão do
Plano Diretor Participativo**Inovação e Modernização na Gestão Pública**

☎ CNPJ 12.076.745/0001-82
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

📍 Sede do CINCATARINA
Rua General Lúcio de Stanzani, 1.600, 13º Andar, Sala 1301, Bairro Centro
Fornecedores: Ficaço de Santa Catarina – CEP 55.070-000
Telefone: (48) 3360 1630

📍 Central Executiva do CINCATARINA
Rua Marechal Floriano, 701, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fazenda/Estado de Santa Catarina – CEP 85.580-00
Telefone: (41) 3307 1121

APÊNDICE P- RESOLUÇÃO N°003/2019 – ESTABELECE DATA DA NOVA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO DISTRITO DOAGUTI

RESOLUÇÃO N° 003/ 2019

Publicação N° 2175089

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO – SANTA CATARINA
COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

RESOLUÇÃO n° 003, de 27 de setembro de 2019.

A COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE NOVA TRENTO, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas pelo Regimento Geral do processo de revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Trento (Decreto Municipal n° 148/2019),

RESOLVE:











Art. 1º Estabelecer como data da reunião comunitária no distrito de Aguti o dia 16 de outubro de 2019, a ser realizada na Escola Municipal de Educação Básica de Aguti, às 19 horas.

Nova Trento, 27 de setembro de 2019

CHRISTIANO CELMER BALZ

Coordenador da Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor

APÊNDICE Q - LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO DISTRITO DO AGUTI E ÁREAS RURAIS

LISTA DE PRESENÇA		HORA INÍCIO 19:30		HORA FIM 20:12		CINCATARINA	
DATA: 16/10/2019		MUNICÍPIO: Nova Trento		LOCAL: Aguti			
ASSUNTOS: Reunião Comunitária							
PARTICIPANTES							
NOME	Nº IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENDEREÇO	BAIRRO OU INSTITUIÇÃO REPRESENTANTE	E-MAIL	ASSINATURA		
Natália Emergini	100-161.653-61	R. Roberto Silva, Novo Horizonte	E.M.E.B. Aguti	Nataliaemergini-nt@it.com.br			
Elaine B. Lucendo	083.743.4998	Est. Pitonez	E.M.E.B. Segredo	elaineb@it.com.br			
Christiane de Sá	0225941981 5469374	Trilha Reis	Prefeitura NT	csbair2@gmail.com			
EDUARDO FABRIS DA SILVA	4349254	CC-7 PAO	PRFCC-777777	PRFCC777777@it.com.br			
Leio Rauler		Aguti NT	Aguti NT				
Della Fachini	415.3215934	Centro	Prefeitura	delafachini@it.com.br			
FROMANO ALEX BERGIMATTIN	82766762949	Centro	Prefeitura	BERGIMATTIN@it.com.br			
Alair R. Rauter		AGUTI					
Geiziane Dummer Dummer	4.502.708	Fraiburgo	CINCATARINA	geiziane@cincatarina.sc.gov.br			
Francoise Vergina Luiso	04694234445	FRAIBURGO	CINCATARINA	françoise@cincatarina.sc.gov.br			

APÊNDICE R – CONVITE DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NA SEDE E ÁREAS RURAIS PUBLICADO NO SITE DO MUNICÍPIO



#Plano Diretor

Aguti sediará reunião sobre Plano Diretor nesta quarta-feira (16)

Publicado em 14/10/2019 às 09:14 - Atualizado em 14/10/2019 às 09:14



Evento, às 19h, é aberto a toda a comunidade neotrentina

A Prefeitura Municipal de Nova Trento convida a população para participar da reunião comunitária, nesta quarta-feira (16) para tratar sobre a Revisão do Plano Diretor Participativo do município. O evento será às 19h, na Escola Municipal de Educação

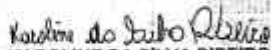
Básica Aguti.

O encontro tem como objetivo informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor Participativo. Na oportunidade, a equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Catarinense (CINCATARINA) abordará a importância da revisão da lei e será aberto espaço para debate das proposições.

A comunidade de Nova Trento também pode participar do processo respondendo a um formulário online, disponível pelo link <http://bit.ly/2kgqDXg>. Outras informações sobre o Plano Diretor podem ser acessadas no site <https://planejamentourbano.cimcatarina.sc.gov.br/default.aspx?municipio=novatrento>.

**APÊNDICE S - ATA DA REUNIÃO COMUNITÁRIA NO DISTRITO DO AGUTI E
ÁREAS RURAIS.****CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO
SANTA CATARINA****ATA DA QUARTA REUNIÃO COMUNITÁRIA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO
DIRETOR DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.**

No dia dezesseis do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas e dez minutos, na Escola Municipal de Educação Básica de Aguti, localizada na sede do distrito de Aguti, foi realizada a quarta reunião comunitária de revisão do plano diretor. A vigente ata destaca os principais pontos apresentados na reunião, a qual reuniu populares do município de Nova Trento, membros do poder executivo, e a equipe técnica do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA. A reunião comunitária foi aberta pela analista técnica IV, Sra. Geslane Heusser Lermen, que saudou a todos e fez as devidas apresentações. Logo após, deu início a apresentação de revisão do plano diretor. Iniciou explanando como ocorre o processo de revisão, bem como as formas em que a população possa participar. Falou sobre o pensamento que vem sendo utilizado, como uma das ferramentas na revisão, que é: “qual a cidade que temos e a cidade que queremos”. Explanou que através do levantamento de dados, mapas, tabelas, formulários, e o método CDP (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades), é possível obter dados para o diagnóstico, bem como formular o prognóstico para o município. Em seguida, elucidou os principais eixos norteadores que vêm sendo trabalhados, sendo: espaços públicos, conexão e segurança, cultura e lazer, e mobilidade urbana, exibindo exemplos positivos e negativos existentes. Depois, apresentou a dinâmica do método CDP (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades), e explicou como ocorreria a aplicação do método. Foi cedido um tempo para a execução, onde os eixos utilizados foram: econômico e social, estruturação urbana, mobilidade urbana, qualificação ambiental, e patrimônio histórico cultural. A arquiteta e urbanista, Sra. Franciele Vergínia Cíviero, e a Sra. Geslane, criaram painéis e em conjunto com os presentes validaram as condicionantes, deficiências e potencialidades de cada eixo. Durante essas validações, os populares interagiram, deixando sugestões de melhorias para o município. Após o término da formação dos painéis, declarou-se encerrada a audiência. A presente ata segue assinada por mim, estagiária de administração, Karoline da Silva Ribeiro, pela arquiteta urbanista, Sra. Geslane Heusser Lermen, pela arquiteta urbanista, Sra. Franciele Vergínia Cíviero, e pelo presidente da comissão especial de revisão do plano diretor participativo de Nova Trento, Sr. Christiano Celmer Balz como sinal de sua aprovação. Nova Trento, dezesseis de outubro de dois mil e dezenove.


KAROLINE DA SILVA RIBEIRO
Estagiária de Administração
CINCATARINA


GESLANE HEUSSER LERME
Arquiteta Urbanista
CINCATARINA


FRANCIELE VERGÍNIA CÍVIERO
Arquiteta Urbanista
CINCATARINA


CHRISTIANO CELMER BALZ
Presidente da Comissão Especial de Revisão do
Plano Diretor Participativo

Inovação e Modernização na Gestão Pública

☎ CNPJ: 12.016.740/0001-82
🌐 www.cincatarina.sc.gov.br
📧 informacoes@cincatarina.sc.gov.br

📍 Sede do CINCATARINA
Rua General Câmara Ribemont, 1489, CP Anjos, São José, Santa Catarina
Florianópolis/Sede de Santa Catarina – CEP 85.000-100
Telefone: (48) 3060-1020

📍 Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, CP Anjos, Sala 01, Centro
Florianópolis/Sede de Santa Catarina – CEP 85.000-000
Telefone: (48) 3060-1020

APÊNDICE T - QUANDO VOCÊ FALA DA SUA CIDADE, QUE IMAGEM LHE VEM À MENTE? POR QUÊ?

A cidade como é. Porque é a nossa cara.
A cidade ideal
A imagem que me vem em mente é um campo arborizado, devido a tranquilidade que o município transparece.
Aconchegante. É uma cidade acolhedora, uma cidade bela.
Aconchego.
Alemanha ou Portugal
Alto potencial com ressalvas.
Apenas destinada ao turismo religioso. Muitas das visitas que recebemos é destinada apenas à apreciação da paisagem da cidade e não como vivência dos equipamentos e da cidade em si.
Apenas turismo religioso, cultura; pois a prefeitura não investe em mais nada.
As calçadas são horríveis para fazer caminhada e no mato queimado continuam avançando com entradas de carros futuramente será problema sério
Bela, verde, culturalmente rica e tranquila, mas pobre em serviços, agredida paisagística mente, definhando economicamente pois faltam empresas e empregos para reter jovens valores.
Calçamento. Acho linda nossa cidade com cara de cidade pequena. Não gostaria que asfaltassem nossas ruas.
Cidade agradável
Cidade agradável para se viver. Nova Trento consegue manter a segurança e ultimamente está em evolução quanto ao embelezamento e atividades variadas em locais públicos.
Cidade Boa, porem um pouco atrasada com o plano diretor, em relação a aprovação de loteamentos desmembramentos e recuos de rios.
Cidade Calma, bem cuidada e com bastante turismo religioso
Cidade de grandes perspectivas e boas para o futuro.
Cidade limpa e organizada.
Cidade limpa e organizada.
Cidade linda, mas em questão a educação é decepcionante, principalmente aqui em Claraíba e pra quem tem filho com alguns limites e dificuldades comprovadas na aprendizagem, decepcionante.
cidade italiana
Cidade pequena e desordem.
Cidade pequena e desordem.
Cidade pequena, aconchegante, porém com uma percepção cara e errônea sobre loteamentos. Há muitos terrenos sem utilização e que serviriam para o desenvolvimento do município. Quando desejamos comprar terrenos os mesmos custam uma fortuna. O mesmo acontece com os aluguéis residenciais, são altos. Isso é apenas uma das percepções que possui de nosso município.
Cidade pequena, que devido à sua constituição territorial deverá expandir-se nos seus arredores. Com provável verticalização na área central.
Cidade pequena, que não evolui em comércio e em expansão cultural.
cidade Religiosa
Cidade Turista, sem crescimento em modo geral.
Cidade turística
Crescimento Planejado
Desinteresse político com o trânsito no centro da cidade
Elefante Branco. Tem potencial, mas nada é feito pelo coletivo.
Felicidade! Porque é esse sentimento que tenho em morar aqui e é o que desejo que tenhamos ainda por muitas gerações.

<p>fim do mundo, pois deveriam proporcionar mais coisas na cidade para crescer, tanto comercialmente, etc.</p>
<p>Fraca</p>
<p>Gastronomia Italiana</p>
<p>Igreja matriz. É um cartão postal da cidade.</p>
<p>Imagem de uma cidade top limpa bem organizado</p>
<p>Limpeza / organização</p>
<p>Lugar abençoado ótimo para se viver</p>
<p>Lugar bom de morar.</p>
<p>Lugar bom para se viver</p>
<p>Minha casa. Pelo zelo.</p>
<p>Morro da Cruz. Lugar mais lindo da região e transborda paz, ar puro e natureza.</p>
<p>Natureza! Lugar sensacional para morar como privilegiados com tudo o que todos procuram</p>
<p>Nossa cidade além de ser turística religiosa, tinha que valorizar por completo a demais cidade, parece que existe só o complexo do santuário Santa Paulina, tem de existir por igual conhecimento...</p>
<p>Nova Trento uma cidade bonita, com potencial para melhorias sem grandes proporções.... porque já tem sua fama, só falta incentivo poder público para realizar suas ações de forma mais ordenada.</p>
<p>Organização e meio ambiente preservado</p>
<p>Organização, padronização, cuidados com vias públicas, etc.</p>
<p>Organizada. Devido ao grande fluxo de turistas que passam nela.</p>
<p>Ótima cidade para viver e construir família, porém falta um parquinho para as crianças nos trinta reis</p>
<p>Ótima da morar</p>
<p>Pacata. Falta indústria para mais emprego e mais moradores.</p>
<p>Pacífica</p>
<p>Pequena e calma</p>
<p>Pessoas andando de bicicleta no meio da rua, quase sendo atropelados, principalmente na rodovia por não haver espaço adequado, até mesmo pedestres tendo que, por vezes, andar junto aos carros, pois as calçadas estão precárias, ou simplesmente não existem. Nenhuma área de lazer pública como um parque, uma trilha, pois espaço não falta na cidade. Pessoas admirando os administradores públicos pela maquiagem feita na cidade, mas pensar em evoluir, desenvolver, crescer e se tornar um lugar melhor pra viver, não, pois há uma falsa sensação de que crescer possa bagunçar a cidade e perder as raízes culturais próprias dos moradores, sendo que isso depende única e exclusivamente deles, não do meio em que vivem.</p>
<p>Potencial para turismo ecológico desperdiçado</p>
<p>Pouca oportunidade de empregos e pior baixos salários</p>
<p>Precisa melhora muito ainda</p>
<p>Quando falo de Nova Trento digo que é uma boa cidade para morar, a taxa de assalto, de uso e tráfico de drogas é baixa. Um lugar tranquilo, onde as crianças podem andar na rua sozinhas, pois nunca ouvimos falar em sequestro. As escolas e creches atendem à demanda do município! Por outro lado, Nova Trento não se desenvolve como os demais municípios da região. Talvez se o prefeito não quisesse uma "comissão" de todo empresário que quer montar um negócio em Nova Trento, a cidade seria mais desenvolvida, com mais comércios, fábricas, desta forma aumentando a concorrência entre as empresas já existentes, consequentemente valorizando os salários dos trabalhadores.</p> <p>A prefeitura deveria buscar parcerias com empresas que querem se desenvolver no município e oferecer o suporte necessário, até mesmo burocrático para ajudar o município crescer, isso irá gerar mais renda e impostos para a cidade, podendo ser investidos na qualidade de vida dos neotrentinos.</p>
<p>Que precisa ser um pouco mais cuidada</p>

Religião, formada de igrejas, porém com acesso ruim.
Santa Paulina, pois é dela que Nova Trento tem seu potencial. Sem Santa Paulina Nova Trento ainda vivia nos tempos passados
Santa Paulina, porque é a única coisa que parecem que trabalham.
Santa Paulina. Turismo. Única coisa que traz turismo para Nova Trento!
Santuário Santa Paulina
Santuário Santa Paulina. Nossa cidade é turística religiosa
Saúde
Segurança
Segurança e paz. Porque Nova Trento é uma cidade segura e isso transmite paz a seus moradores, espero que isso se mantenha sempre.
Segurança. Pois somos uma cidade com baixo índice de criminalidade.
Sítio. porque o poder público não quer que os munícipes invistam na sua casa (maioria para moradia) e no seu comércio para subsistência. normas e leis muito amarradas que não deixam ninguém fazer nada. comércio e serviços locais não se desenvolvem.
Sou neotrentino o quero que nossa cidade cresça nos padrões.
Tradição fé
Tranquila
Tranquila
Tranquilidade
Tranquilidade
Turismo
Turismo
Turismo
Turismo religioso
Turismo Religioso, porque é o assunto mais comentado na cidade.
Turismo religioso, por conta do Santuário de Santa Paulina.
Turismo rural, religioso, gastronômico e de esportes radicais. Pois todos esses Nova Trento tem potencial de sobra.
Turismo, ele quem fomenta a cidade.
Turismo. Pois é uma das principais atividades do município
Um lugar que é turismo, mas nos finais de semana não tem uma loja uma padaria aberta pra quem vem a cidade
Uma cidade com ótima qualidade de vida; com bons destinos turísticos e rica em gastronomia.
Uma cidade pequena
Uma cidade que parou no tempo.
Uma cidade rica em cultura, com povo acolhedor e com muitos potenciais, inclusive paisagísticos. Porém o desleixo do poder público, a falta de fiscalização e a vista grossa por parte das autoridades em casos específicos acaba limitando o nosso desenvolvimento.
Uma cidade turística, com pouquíssimo investimento de grandes empresas
Uma cidade turística em crescimento, se adequando com melhorias, queria que tivesse mais prédios, seria bom um posto de combustível no bairro trinta Reis.
Uma cidade mal organizada, devido às construções irregulares ainda presentes no município sem aprovação prévia. Na rua em que vivo se observa vais casas que não tem alvará para ter sido construída. sem seguir nenhuma norma de aprovação.
Vejo uma cidade de antiga geração, que não pensa em ir para frente, pois não pode nem aderir ao asfalto no centro da cidade pois tira a (tradição) de uns que se dizem italianos. Cidade onde quem é natural tem preconceito de quem vem de fora para morar.

APÊNDICE U - DEIXE SUA CONTRIBUIÇÃO!

<p>Toda e qualquer obra nova deveria ter a sua manutenção garantida por lei. Não adianta ficar fazendo um monte de obras e depois, com o passar do tempo, ficar inutilizada por abandono. Precisamos urgente de uma escola municipal no centro com atendimento de todo o ensino fundamental.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Implantar as ciclofaixas nas principais ruas da cidade, surtindo em maior segurança aos transeuntes; - Pessoas mais capacitadas para o atendimento no setor público (prefeitura, hospital, etc.) - Mais ruas pavimentadas; - Nova camada de asfalto na Rua dos Imigrantes; - Rua Alferes poderia ser asfaltada; - Estudantes do município terem o subsídio de 100% do transporte universitário, a exemplo do que ocorre nas cidades vizinhas. - Implantar o ensino do idioma italiano como disciplina eletiva na rede municipal de ensino, a fim de não perdermos a identificação com as origens culturais.
<p>A cidade possui alto potencial de investimento e de comércio, contudo, a centralização de investimentos faz com que não se fomentem novos projetos em bairros mais afastados do centro e Vígolo.</p>
<p>A prefeitura deveria ter um serviço de recolhimento de móveis, eletrodomésticos e outros itens que não são recolhidos normalmente.</p>
<p>Acredito que é preciso priorizar o turismo e eventos na cidade. Pois ele quem sustenta a cidade e através dele a cidade irá prosperar cada dia.</p>
<p>Alemanha ou Portugal...o porquê? Procure saber sobre essas cidades (Países), daí vos vão saber o porquê!</p>
<p>Algumas melhorias tanto no calçamento (que poderia ser asfaltada) como no trânsito, como espelhos em lugares de mais necessidade, e também lombadas onde alguns lugares no espraiado os carros pegam muita velocidade...</p>
<p>Alterar Recuo do Rio, (DIMINUIR), Leis mais acessíveis para loteamentos, (Por exemplos um loteamento com 12 lotes ser isento de área verde área pública. Leis mais acessíveis em relação a desmembramentos, poder desmembrar mais lotes em relação a tamanho do terreno e a matrícula mãe.</p>
<p>Apenas uma reivindicação sobre a necessidade de adequada limpeza nas ruas de bairros aos arredores do centro. Ruas sem saída onde há terrenos em que os moradores ou proprietários de terrenos sem construção não cuidam o que acaba deixando as ruas cheias de mato e sujeira. Isso acaba gerando descontentamento devido a alguns moradores frente de suas casas limpas e outros não.</p>
<p>Áreas públicas de lazer, torna a cidade passível de investimentos empresariais que agregam ao desenvolvimento da mesma. Desburocratização para legalizar terrenos e construções, sem tantas taxas ridículas para que todos tenham direito a um lugar para viver e chamar de seu.</p>
<p>Atenção com quem deseja promover vendas de terrenos.</p>
<p>Ciclovias na cidade, por favor!</p>
<p>Comércio e serviços voltados para o turismo, inclusive nos finais de semana.</p>
<p>Como Arquiteto e Urbanista tenho o prazer de colaborar preenchendo esse questionário. Uma pena ele ser genérico e não específico da nossa cidade, pois cita várias opções (ciclofaixas, etc.) que não condizem com a nossa realidade.</p>
<p>Como saber com exatidão, o que podemos construir no nosso terreno. Onde obter o plano diretor.</p>
<p>deveriam haver mais áreas para esportes, como exemplo o donwhill, acho que seria algo que iria movimentar a cidade no ponto de comércio, oficinas especializadas, etc. Poderiam fornecer terrenos para empresas de fora para se instalarem e promover o aumento de empregos e comércio, e também asfaltar a estrada e fazer calçadas boas em todas as áreas, deixando sempre em dia a limpeza, pois no trinta reis é uma vergonha a areia aos redores da estrada, quem vem de fora de Nova Trento é que mais percebe, nós já acostumamos, mas é muito mais glamoroso viver em um lugar limpo, cuidado e organizado</p>
<p>Deveriam sim mudar essa cidade nem asfalto tem se a gente precisar no domingo algo pra comprar tudo fechado imagina pros turistas chegar e achar o centro morto, pessoas de mente fechada credo</p>

Diminuir afastamento dos rios menores para 15 metros. Controlar melhor o padrão de afastamento das vias, principalmente no centro da cidade e Trinta Réis.
Eleição está chegando!!! Querem descobrir quem sou? (48) 99110 9530
Espero que Nova Trento cresça em todos os segmentos, mas pra isso precisamos de políticos mais competente com seus bairros não somente o centro
Falta incentivo por parte do prefeito a busca de novas e boas empresas. Nos últimos 8 anos desconheço a geração de novas empresas. É ridículo nosso município fazer isso e municípios vizinhos
Falta mais geração de emprego como indústrias. Pessoas estão trabalhando fora, voltando para dormir e acabam consumindo muita coisa fora da cidade.
Gostaria de mais médicos bons como Dr. Luan, excelente pessoa! Mais áreas de lazer, aqui na ponta fina não temos, o mais perto é o centro, e de pé fica longe.
Gostaria muito que a cidade investisse mais em turismo de esportes outdoor, exemplo! Trekking (monte barão, montainbike (todo o interior), downhill (morro da cruz), trike (morro da cruz), parapente (morro da cruz), trilhas para 4x4... temos uma cidade turística muito conhecida e um potencial para turismo de esporte imenso; que poderia ser muito mais aproveitado!
Gostaria que fosse revisto quanto a questão de construção em APP, o recuo do Rio poderia ser menor para que possamos utilizar melhor nossos lotes. Falta no plano diretor, abordagem quanto ao IPTU em relação à APPs, em outros municípios (Brusque por exemplo), é possível através de levantamento por profissional habilitado, isentar total ou parcialmente o IPTU de imóveis que se encontram em APP, visto que o cidadão não pode usufruir desta área, portanto, não faz sentido pagar por algo que não possa utilizar.
Independente de partidos prefeituras deveriam organizar associações de moradores e juntos planejar. Mas digo funcionar mesmo essa organização.
Lugar religioso, seguro, propício para criar seus filhos.
Maior fiscalização em construções residencial clandestina
Melhorar as vias públicas e executar a Avenida Beira Rio.
melhoras o calçamento da rua alferes
Melhoras o tratamento e a distribuidora de água, e inaceitável um único local para abastecimento com uma população crescente. Precisa sim de uma rede pro Vígolo e uma no mato queimado interligado as demais pra ajudar sendo um serviço que a anos não se investe e novas estruturas. Vergonhoso. Hospital com especialista e não clínicos gerais, uma estrutura enorme e um atendimento lento e despreparado parecem que não gostam do que fazem. Menos cargo público mais trabalho, secretarias lotadas de desocupados e que não tem preparo e passam a tarde tomando café, menos salários pra pagar e mais trabalho pra quem ficar, informatização da área de tributos e jurídico da prefeitura um investimento certo por se tratar de um mecanismo que ajuda nas cobranças judiciais. Informatização dos projetos arquitetônicos já foi o tempo do papel projetos digitais bem elaborados sem ter necessidade de papel. Atualização da forma de ver a gestão sendo sustentável.
Melhoria na energia
Melhorias na coleta de lixo, iluminação pública e estradas do interior.
Melhorias na coleta de lixo, iluminação pública e estradas do interior.
MUDANÇA.
Não temos mais médicos no posto de saúde do Trinta
Não temos empresas grande no baixo porque o plano diretor não permite
Necessário ciclovias.
Necessidade urgente de Vigor econômico, faltam alternativas para nosso imenso interior, urge levar desenvolvimento para "as costas" da cidade, gerar empregos, renda e consumo interno, reter valores; valorizar e fomentar as antigas artes para servir ao Eco e ao Agriturismo, ao Turismo de Aventura, estimular criação de pequenas indústrias artesanais e favorecer expansão das existentes.
No novo plano diretor deve ser aceito loteamentos até 10 lotes sem ter que doar área institucional .de 10 pra cima mais rígidos nas leis
Nossa cidade como todas as outras tem sempre algo a melhorar , teria que ter ciclovias, asfalto na cidade toda até para dar mais comodidade aos visitantes , trazer mais turistas , seria melhor

<p>para todos os cidadãos da cidade , pois poderiam caminhar, correr e passear com seus filhos principalmente os de colo com seus carrinhos . Precisamos trazer mais empresas de médio e grande porte a nossa cidade para alavancar o crescimento e o trabalho de carteira assinada que automaticamente gerando mais empregos, o dinheiro gira na própria cidade e pode assim também. Aumentar a arrecadação para a prefeitura que conseqüentemente poderá investir na cidade. Temos que ter mais lazer na cidade para os nossos jovens e moradores da cidade. Precisamos de cursos profissionalizantes para ter pessoas mais qualificadas para o mercado de trabalho Nova Trento tem que crescer.</p>
<p>Nossa cidade é linda. Se todos respeitarem seus deveres fica mais fácil pedir por seus direitos. Aqui todos querem dar seu jeitinho.</p>
<p>Nosso centro aos finais de semana deveria ter comércio aberto, principalmente aos domingos, assim geraria mais empregos e atrairia turistas ao centro</p>
<p>O bairro onde moramos é tranquilo, só acho que a prefeitura deveria ter alguma lei para o corte de mato próximo as vias de acesso, muitas calçadas estão tomadas por mato, fica difícil caminhar até o santuário, sinalizar melhor os espaços públicos.</p>
<p>O município deveria cobrar mais a regularização das casas. Não sendo permitido a construção de moradias sem o mínimo de segurança. Melhorar as calçadas hoje é bem difícil para um portador de necessidade especiais se deslocar pela cidade! É preciso se colocar no lugar dessas pessoas e entender que uma calçada com a largura de um metro não vai trazer segurança ao pedestre. HOJE NAO DEVERIA SE DAR TAMANHA IMPORTÂNCIA AO AITOMOVÉL. MAIS SIM DAR SEGURANÇA AO PEDESTRE E CICLISTAS. ASSIM COMO INCENTIVAR O TEANSPORTE COLETIVO DE QUALIDADE NO MUNICÍPIO.</p>
<p>O município deveria se preocupar com a legalização de ruas que existem a muito tempo. Fazer com que se tenha legalidade destas vias.</p>
<p>O Plano Diretor de Nova Trento é muito burocrático, ele deveria ser feito para facilitar a vida dos moradores. Eu nunca vi precisar de planta com engenheiro para colocar número em uma casa, só aqui em Nova Trento mesmo! Deveriam facilitar as escrituras para famílias com contrato de compra e venda, além de beneficiar as famílias, geraria mais arrecadação de IPTU e taxas de lixo para o município. Os impostos e alvarás em Nova Trento são muito altos, uma pessoa que tem MEI, precisa pagar mais de R\$ 300,00 por ano, só para poder costurar na sala de sua casa, isso é um ABSURDO! Os valores precisam ser reavaliados e corrigidos. O atendimento dos funcionários públicos deveria ser melhor, eu sei que nem sempre estamos em um dia bom, mas quem é funcionário público escolheu trabalhar com o povo, então o mínimo é ser gentil e educado, com quem lhe paga o salário!</p>
<p>O plano diretor, deveria trabalhar para diminuir o afastamento dos rios.</p>
<p>O que tem que ser melhorado é a saúde, não falando das pessoas, mas sim de um atendimento médico mais profissionalizado e recursos para atender a população.</p>
<p>Obrigada!</p>
<p>Obrigado</p>
<p>Os jovens agradeceriam se houvesse locais para artes, ex.: espaços para teatros, cinema, exposições.</p>
<p>Passar recuo do rio grande para 30m e do rio pequeno para 15m. Mudar as leis em relação a loteamentos e desmembramentos, ser mais acessível a população. Nova Trento tem muito terreno grande, e a área institucional e área verde que o município exige e muito grande. Teria que ter uma lei para tantos lotes não precisa doar essas áreas ao município.</p>
<p>Pelas pessoas que convivem no município</p>
<p>Penso que as obras de pavimentação não deveriam ser feitas em etapas. Começou? Termina! Até porque os impostos passam a ser cobrados de todos, mesmo que alguns não sejam beneficiados. A educação está desassistida no tocante do profissionalismo dos professores. Todas as semanas muitas faltas e os nossos filhos sem aula. Não é possível que haja mestres que faltem todos e as semanas sem que ninguém os puna. Enquanto isso os punidos são nossos filhos. Uma lástima.</p>
<p>Poderia ter um parquinho para crianças com academia para idosos nos trinta reis</p>
<p>Poderiam melhorar no trânsito e na drenagem de água, quando chove tudo fica alagado</p>
<p>Poderíamos incentivar mais os jovens a cuidar do que é de Nova Trento. Praças, pontos turísticos, no nosso interior criar atrativos pra visitas, esportes, hospedagens rústicas. Incentivar a</p>

criação de mais grupos de dança, pequenas bandinhas típicas de sopro ou corda. Nova Trento tem tudo pra crescer, só precisamos dar oportunidade as pessoas que vestem a camisa.
Precisamos contribuir para o crescimento da nossa cidade, o turismo religioso não vai sustentar a nossa cidade. veja os comércios fechando, impressas demitindo.!!
Precisamos melhorar a imagem de Nova Trento. Apenas Santa Paulina trás turismo para nós. Estamos parados no tempo no quesito construção e empresas. Nova Trento é uma cidade burocrática, no qual essa burocracia não serve para nada. Queremos empresas, giro de capital, moradores novos. Crescimento da cidade!!!!?
Que através deste questionário seja feito o que realmente nossa cidade precisa, para o bem comum de todos, que nosso dinheiro seja aplicado de forma ordenada e correta...e que Deus abençoe os que estão à frente.
Que posso dizer, muito falta nesta cidade e, não sou eu que estou inventando... rede de esgoto, a acessibilidade, entre tantas, falta uma administração capaz de olhar em geral!!!
Retirada dos buchinhos no centro da cidade, padronização das calçadas no Vígolo.
Revejam o plano diretor para as áreas de construção. Pois 30 MT para um córrego de 20cm de largura é absurdo.
Turismo
Um problema que afeta meu dia a dia é a falta de qualidade nas estradas do bairro Trinta Reis. Estrada cheia de buracos.
Uma cidade com potencial incrível muito mal administrada.
Vivemos num lugar maravilhoso e depende de nós, cidadãos neotrentinos, com o auxílio do poder público, para torná-lo cada vez melhor. Precisamos do engajamento de todos. Precisamos vislumbrar o que queremos no futuro e começarmos a prepará-lo agora!

ANEXOS

ANEXO A - RISCO HIDROLÓGICO LEVANTADOS PELO CPRM – RISCO DE INUNDAÇÃO- SETORES 06, 12, 21, 33, 38 e 39



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018

SC_NOVATRE_SR_06_CPRM
Bairro Cascata - Rua Brusque
UTM - 22 J 704218m E 6980724m N (SIRGAS 2000)



Google Earth

Descrição: Extensa área, comercial e residencial, sujeita a inundações, devido ao aumento do nível d'água do Ribeirão Alfereis.

Tipologia do processo: Inundação

Gravidade do risco: Alto

Quantidade de imóveis em risco: 10

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 40

ORS: - O número de pessoas e moradia é aproximado, devido a Defesa Civil realizar o censo dentro do setor.

- Os locais que atualmente são passagens inundáveis, mas permanecem passíveis de manutenção futuro poderão ser tornados de novo não suscetíveis as intervenções inadequadas - segun

Sugestões

Instalação de placas de alerta para as áreas de risco, através de meios de comunicação (redes sociais, colunas), permitindo a tomada de decisão dos moradores das áreas de risco em caso de alerta de chuva intensa ou contínua.

Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de elaborar projetos.

Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei.

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, minimizados a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também consequentemente em certos aspectos do lixo.

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município.

Executar manutenção dos drenagens pluviais cessadas de forma, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfilho escoamento de águas durante a estação chuvosa.

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar toda a área de risco, orientada e já adotar as medidas preventivas cabíveis.



1



2



3



4



5



6

Legenda:

-  Delimitação do setor de risco
-  Sentido da drenagem
-  Nível da água durante a inundação

Nota:

- 1- As informações contidas neste plano não focaram exclusivamente em observações de campo e avaliações quantitativas;
- 2- Foram realizadas as pesquisas e levantamentos necessários para a elaboração do presente plano de contingência e os dados quantitativos;
- 3- O plano de risco é preliminar, este setor de risco é preliminar e que pode ocorrer em situações posteriores de trabalho.

Equipe técnica

Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)

Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018
SC. NOVATRE, SR. 12, CPRM
Bairro Trinta Réis - Rua Alfereis
UTM - 22, J 703497m E 6979168m N (SIRGAS 2000)



Legenda:

Delimitação do setor de risco



Sentido da drenagem

Nível da água durante a inundações

Notas

- 1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
- 2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser avaliadas por estudos geotécnicos e/ou hidrologia quantitativa;
- 3- O tipo de risco e a importância dos setores são determinadas a partir de uma correlação a partir do potencial de risco.

Descrição: Extensa área, comercial e residencial, sujeita a inundações devido ao aumento do nível d'água do Rio.

Tipologia do processo: Inundação

Gravidade do risco: Alto

Quantidade de imóveis em risco: 25

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 100

OBS: 1- O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.

2- Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

- Instituição de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de comunicação pública (rádio, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alarmas de chuvas intensas no continente;
- Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrologias com a finalidade de embasar projetos;
- Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;
- Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, estimulando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte de lixo;
- Elaboração de um plano de contingência que envolva a área rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;
- Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito funcionamento das águas durante a estação chuvosa;
- A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica
Luís Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES



Nova Trento - SC
Março de 2018
SC_NOVATRE_SR_21_CPRM
Bairro Trinta Réis - Rua Alfêres
UTM - 22 J 701359m E 6978993m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Residências instaladas na margem esquerda do Rio do Braço em local sujeito a inundação. Local sem pavimentação e sem drenagem pluvial, com casas de madeira sobre pilares. A inundação atinge até a marca de 0,5 metro no interior das casas.

Tipologia do processo: Inundação
Grau de risco: Alto
Quantidade de imóveis em risco: 1
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 4

OBS: ¹ O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
² Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.



Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou cometas;

Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar projetos;

Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte do lixo;

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;

Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.



5 Nível da água durante a inundação

4 Sentido da drenagem

3 Delimitação do setor de risco



2

1



Delimitação do setor de risco



2

1

1

Legenda:
1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser embasadas por estudos geológico-geotécnicos e/ou hidrológicos quantitativos;
3- O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho.

Equipe técnica
Luís Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES



Nova Trento - SC
Março de 2018
SC. NOVATRE, SR. 33, CPRM
Bairro Cascata - Rua Militão Costa Filho
UTM - 22, J 704025m E, 6980888m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Residências instaladas às margens de um córrego localizado no Bairro Cascata – Rua Militão Costa Filho. As casas estão localizadas dentro da planície de inundação do riacho e estão sujeitas a inundações periódicas.

Tipologia do processo: Inundação
Grau de risco: Alto
Quantidade de imóveis em risco: 17
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 68

DBS: 1- O número de pessoas e moradias é aproximado, devido a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
2- Os locais que atualmente não possuem moradias, mas possuem a planície de inundação fixada podem se tornar áreas de risco caso intervenções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de comunicação pública (rádio, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de chuvas intensas no cotidiano;
Desenvolvimento de estudos geodésicos e hidrologias com a finalidade de embasar projetos;
Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, incentivando a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientização da comunidade sobre o risco;

Elaboração de um plano de contingência que envolva a área rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;

Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impacte o perfil do terreno e cause enchentes durante a estação chuvosa;
A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já admitir as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica
Luís Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



Legenda:
1- Delimitação do setor de risco
2- Sentido da drenagem
3- Sentido da drenagem
4- Nível da água durante a inundação

Notas:
1- As informações contidas neste trabalho se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser autorizadas por estudos geológico-geotécnicos e/ou hidrográficos parciais ou totais;
3- O tipo de risco permitido nas áreas são definidos, e que foram considerados a partir do potencial de risco.



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018

SC_NOVATRE_SR_38_CPRM
Bairro Cascata - Rua Madre Paulina
UTM - 22.J 703916m E 6981096m N (SIRGAS 2000)



Descrição Residência isolada nas margens de um córrego localizado no Bairro Cascata – Rua Madre Paulina. As casas estão localizadas dentro da planície de inundação do riacho e estão sujeitas a inundações periódicas.

Tipologia do processo: Inundação
Grau de risco: Alto
Quantidade de imóveis em risco: 15
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 60

OBS: O número de pessoas e moradia é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do site.
Devido às áreas que mudam constantemente, mas possuem moradias, mas permanecem para serem avaliadas, pois podem ser usadas para construção ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de circulação pública (rádio, sirenes, celulares), permitindo a evacuação eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas;
Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrologicos com a finalidade de embasar projetos;
Fiscalização e proibição da construção em recostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os idosos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte de lixo;

Elaboração de um plano de contingência que envolva o zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;

Evitar manutenção das chuvas pluviais e demais de chuvas, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfil do escoamento das águas durante a ocorrência de chuvas;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, em períodos de estiagem, promover a baixa do número de acorridos para percorrer e visitar todas as áreas de risco existentes e já sob as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica
Luís Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



Legenda:
1. Delimitação do setor de risco
2. Sentido da drenagem
3. Círculo
4. Nível da água durante a inundações

Notas:
1. As informações contidas neste trabalho se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
2. Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser autorizadas por entidades públicas/governos ou instituições parcerias;
3. O grau de risco e parâmetros dos setores são dinâmicos, e que foram concebidos a partir de informações pontuais de trabalho.



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES



Nova Trento - SC
Março de 2018
SC NOVATRE, SR. 39, CPRM
Bairro Cascata - Rua Militão Costa Filho
UTM - 22 J 783939m E 6980879m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Residência instalada nas margens de um córrego localizado no Bairro Cascata – Rua Militão Costa Filho. As casas estão localizadas dentro da planície de inundação do riacho e estão sujeitas a inundações periódicas.

Tipologia do processo: Inundação
Grau de risco: Alto
Quantidade de imóveis em risco: 1
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 4

DBS: 1- O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
2- Os locais que atualmente não possuem murallas, mas possuem aplanície de inundação fixa podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de comunicação pública (rádio, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alarmas de chuvas internas no comitê;

Desenvolvimento de estudos geodésicos e hidrologias com a finalidade de embasar projetos;

Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, visando-se a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientização da comunidade;

Elaboração de um plano de contingência que envolva a área rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;

Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfilho escoamento das águas durante a estação chuvosa;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco, combatidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.



Legenda: Delimitação do setor de risco → Sentido da drenagem → Nível da água durante a inundação

Equipe técnica
Luís Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)

Notas
1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser atendidas por estudos geológicos/gestores de risco/Inteligência Territorial;
3- O tipo de risco apresentado nas setas são direções, e que foram concebidas a partir de informações pontuais de terreno.

ANEXO B – RISCO HIDROLÓGICO LEVANTADOS PELO CPRM – RISCO DE ENXURADA - SETORES 27 E 32



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018

SC. NOVATRE_SR_27_CPRM
Bairro Ribeirão da Velha - Estrada Geral Ribeirão da Velha
UTM - 22 J 706821m E 6978533m N (SIRGAS 2000)



Google Earth
map © 2018 DigitalGlobe

Descrição: Residências instaladas às margens de um riacho localizado no Bairro Ribeirão da Velha. As casas estão localizadas na planície de inundação do riacho e estão sujeitas a enxurradas e inundações periódicas.

Tipologia do processo: Enxurrada
Grau de risco: Muito Alto
Quantidade de imóveis em risco: 9
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 36

ORR: 1 O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.

Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem ser tomados áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de veiculação pública (mídia, sirenes, cêbulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas;

Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar projetos;

Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte do lixo;

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;

Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.



1



2



3



4



5



6

Legenda:

- Delimitação do setor de risco
- Sentido da drenagem
- Círculo
- Círculo

Equipe técnica

Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)

Notas

1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;

2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser embasadas por estudos geológico-geotécnicos (ou hidrológicos quantitativos);

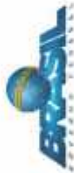
3- O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho.



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018

SC NOVATRE, SR. 32, CPRM
Bairro Mato Queimado - Rua Tijucas
UTM - 22, J 706675m E 6980997m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Residências instaladas às margens de um córrego localizado no Bairro Mato Queimado. As casas estão localizadas dentro da planície de inundação do riacho e estão sujeitas a encurruadas e inundações periódicas.

Tipologia do processo: Encurruado
Gravidade do risco: Muito Alto
Quantidade de imóveis em risco: 32
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 128

DBS: 1- O número de pessoas e unidades é aproximado, baseado a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.

2- Os locais que atualmente não possuem moradias, mas possuem a planície de inundação fixado podem se tornar áreas de risco caso tenham intervenções inadequadas sem serem realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de circulação pública (rádio, sirenes, celulares), permitindo a evacuação eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas;

Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrologicos com a finalidade de embasar projetos;

Fiscalização e proibição da construção em recostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os idosos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte de lixo;

Elaboração de um plano de contingência que envolva o setor rural e urbano para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;

Evitar manutenção das dunagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, em períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco existentes e já adotar as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica
Luís Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



Delimitação do setor de risco



Sentido da drenagem



Nível da água durante a inundação

Notas
1- A informação contida nesta planilha se baseia exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser atendidas por entidades públicas/governos ou por Interiores parcerias;
3- O tipo de risco apresenta nos setores são diferentes, e por isso ocorrem a diferentes potências de risco.

**ANEXO C – RISCO GEOLÓGICO LEVANTADOS PELO CPRM – RISCO DE
DESLIZAMENTO - SETORES 04, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 17, 23, 24, 25, 35, 36,
37 E 40**



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018

SC_NOVATRE_SR_04_CPRM
Bairro Mato Queimado - Rua Tijucas
UTM - 22 J 706287m E 6981018m N (SIRGAS 2000)



Google Earth
map © 2018 CBRS/Airbus



Serviço Geológico do Brasil

Descrição: Residências construídas muito próximas a corte vertical em base de encostas. O material do talude de corte é saprolítico, resultante da alteração de granitos. Alguns blocos de rocha são preservados em meio ao solo.

Tipologia do processo: Deslizamento

Gravidade do risco: Alto

Quantidade de imóveis em risco: 15

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 60

OBS: - O número de pessoas e moradia é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
- Os locais que atualmente não possuem muretas, mas pertencem ao plano de inundação futuro podem sofrer áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões:

- Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de usinas de sinalização pública (luzes, sirenes, celulares), permitindo a remoção e fuga dos moradores das áreas em risco em caso de alerta de chuvas intensas ou contínuas.
- Desenvolvimento de estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e esgoto a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre as fachadas e telhados dos edifícios. Além disso, verificar e reparar os pontos de vazamento de água de encanamentos.
- Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas.
- Realização de programas de educação voltados para a criação em unidade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, estimulando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do cuidado desastrosos no município.
- Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana, para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município.
- A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de seca, aproveitar a baixa ocorrência de inundações para percorrer e visitar todas as áreas de risco cadastradas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.



1



2



3



4



5



6

Legenda:

- Delimitação do setor de risco
- Sentido da drenagem
- Nível da água durante a inundação
- Cicatriz

Equipe técnica

Lais Carlos Bastos Freitas (REFO)

Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)

Nota:

1- As informações contidas neste trabalho foram exclusivamente em observações qualitativas;

2- flutuando-se que as intervenções estimadas devem ser avaliadas por estudos geológicos/governativos nos trabalhos quantitativos;

3- O CPRM, de sua competência, não se responsabiliza, e que torna necessário o atualizado período de validade.



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES



Nova Trento - SC
Março de 2018

SC NOVATRE, SR. 07, CPRM
Bairro Cascata - Rua Militão Costa Filho
UTM - 22, J 704052m E 6980759m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Residências construídas em alvenaria na base de talude de corte vertical constituído de rocha alterada. A encosta é composta por solos coluvionares argilosos com alta susceptibilidade a movimentos gravitacionais. O Solo exposto apresenta sulcos, ravinas e cicatrizes de deslizamento.

Tipologia do processo: Deslizamento

Grau de risco: Muito Alto

Quantidade de imóveis em risco: aprox. 44

OBS: 1- O número de pessoas e próximas é aproximado, levando a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
2- Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões:

- Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de comunicação pública (rádio, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficiente dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de curto prazo ou contínuos;
- Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas;
- Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ressaltando-se a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientização do cidadão desastre do livro;
- Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana, para aumentar a capacidade de resposta e percepção a desastres municipais;
- A Defesa Civil deve agir de modo preventivo, não permitindo a ocupação a curto prazo no âmbito de ocorrências para perceber e visitar todas as áreas de risco existentes e já adotar as medidas preventivas cabíveis.



Legenda:

Delimitação do setor de risco



Sentido da drenagem



Cicatrizes

Nível da água durante a inundação



Equipe técnica
Luís Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)

Notas
1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser avaliadas por equipes profissionais com habilitação para tal;
3- O tipo de risco e prioridade das ações de contenção, e que uma ocorrência em qualquer ponto de trabalho.



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES



Nova Trento - SC
Março de 2018
SC. NOVATRE, SR. 08, CPRM
Bairro Vígolo - Rua Guilherme Dallabrida
UTM - 22, J 703629m E. 6983474m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Residência construída em corte na base de talude íngreme (fotos 1 a 6). Material composto por rocha alterada recobertas por solos coluvionares, argilosos. Cobertura vegetal de grande porte.

Tipologia do processo: Deslizamento

Grav de risco: Alto

Quantidade de imóveis em risco: 1

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 4

OBIS: 1- O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.

2- Os locais que atualmente não possuem moradias, mas apresentam plântio de imantação ou temporodem se tornam áreas de risco caso haja intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões:

- Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de comunicação pública (rádio, sirenes, celulares), permitindo a remoção efetiva dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas;

- Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos civis, obras de contenção de erosões;

- Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do caráter desastroso do fenômeno;

- Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana, para aumentar a capacidade de resposta e percepção a desastres no município;

- A Defesa Civil deve agir de modo preventivo, não permitindo a ocupação de áreas de risco, devendo ser realizadas ações de fiscalização para garantir a segurança das áreas de risco e evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do caráter desastroso do fenômeno;

- A Defesa Civil deve agir de modo preventivo, não permitindo a ocupação de áreas de risco, devendo ser realizadas ações de fiscalização para garantir a segurança das áreas de risco e evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do caráter desastroso do fenômeno;

- A Defesa Civil deve agir de modo preventivo, não permitindo a ocupação de áreas de risco, devendo ser realizadas ações de fiscalização para garantir a segurança das áreas de risco e evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do caráter desastroso do fenômeno;



Delimitação do setor de risco



Sentido da drenagem

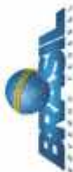


Nível da água durante a inundação

Notas

- 1- As informações contidas nesta planilha foram levantadas em observações de campo e avaliações qualitativas;
- 2- Recomenda-se que as intervenções em áreas de risco sejam realizadas por entidades públicas/governamentais ou por organizações da sociedade civil;
- 3- O tipo de risco e gravidade das áreas de risco são determinadas a partir da ocorrência de situações perigosas durante o trabalho.

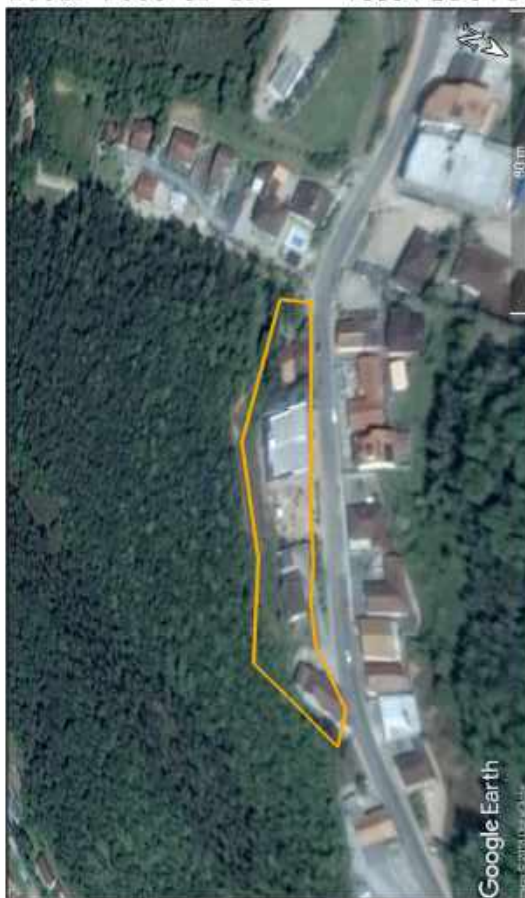
Equipe técnica
Luís Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018

SC NOVATRE, SR 09 CPRM
Bairro Trinta Réis - Rua Alfereis
UTM - 22, J 704484m E 6979778m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Edificações em bora de encosta íngreme. Material simplético resultante de alteração de massas, recobertos por solos entorrçados argilobolivos com alta suscetibilidade a movimentos gravitacionais. Há registros de deslizamentos localizados, sendo o último em novembro.

Tipologia do processo: Deslizamento
Grau do risco: Alto
Quantidade de pessoas em risco: 5
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 20

ORR: O número de pessoas e moradias é aproximado, devido à Defesa Civil realizar a contagem essa dentro do setor.
Os locais que atualmente não possuem muradas, mas pertencem ao plano de inundação futuro podem sofrer áreas de risco caso tenham intervenções inadequadas sem serem realizadas.

Sugestões:
- Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de comunicação pública (rádio, sirenes, celulares), possibilitando a remoção efetiva dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuva intensas ou contínuas;
- Desenvolvimento de estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e esgoto a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre a face dos taludes ou encostas. Além disso, verificar e reparar os pontos de vazamento de água de encanamentos;
- Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos civis, obras de contenção de encostas;

- Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus cursos comunitários, ressaltando a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizando os do entorno do bairro;

- Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana, para aumentar a capacidade de resposta e percepção a desastres municipais;

- A Defesa Civil deve agir de modo preventivo, não permitindo a ocupação de áreas de risco com base em ocorrências para prevenir e visitar todas as áreas de risco com base e já adotar as medidas preventivas possíveis.

Legenda:

- Delimitação do setor de risco
- Sentido da drenagem
- Nível da água durante a inundação

Notas:
1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
2- Recomenda-se que as intervenções em áreas de risco sejam realizadas por equipes multidisciplinares com profissionais especializados;
3- O tipo de risco e gravidade dos setores são determinados e que foram avaliados a partir de informações coletadas durante o trabalho.



Equipe técnica
Luís Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)

SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES



Nova Trento - SC
Março de 2018
SC NOVATRE, SR. 10, CPRM
Bairro Trinta Réis - Rua Alfereis
UTM - 22, J 703988m E, 6979383m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Residências construídas em alvenaria no base de encosta íngreme. O talude de corte é semi-verticalizado consistindo de material sapólitico resultante de alteração de granitos, recobertos por solos coluvionares argilosos com alta suscetibilidade a movimentos gravitacionais. Há registros de pequenos deslizamentos.

Tipologia do processo: Deslizamento
Gravidade do risco: Muito Alto
Quantidade de imóveis em risco: 15
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 60

ORSE: 1 - O número de pessoas a moradia é aproximado, devido a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro da casa.
2 - Os locais que atualmente são pequenas moradias, mas pertencem a planície de inundação futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de comunicação pública (rádio, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas no contante.

Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrologias com a finalidade de embasar projetos.

Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei.

Realização de programas de educação voltados para a criação em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, estimulando a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientização do correto descarte de lixo.

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município.

Executar manutenção dos drenagens pluviais e emissão de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos imprima o perfil do terreno e aumente a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município.

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica
Luís Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)

Delimitação do setor de risco



Sentido da drenagem



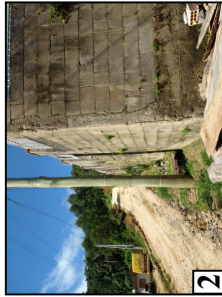
Notas
1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
2- Recomenda-se que as intervenções em áreas de risco sejam precedidas por estudos geológicos/geotécnicos e/ou hidrologias quantitativas;
3- O tipo de risco e gravidade dos setores são determinados a partir de uma ocorrência ou múltiplas ocorrências pontuais.



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018

SC NOVATRE_SR_II CPRM
Bairro Trinta Réis - Rua Otávio Piazza
UTM - 22 J 703800m E 6978943m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Residências construídas em madeira e alvenaria, instaladas em encosta íngreme, composta por solo derivado de alteração de rochas metamórficas (fotos 1 a 6).

Tipologia do processo: Deslizamento
Grav de risco: Alto
Quantidade de imóveis em risco: 13
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 52

OBS: ¹ O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
² Os locais que atualmente não possuem moradias, mas permanecerem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas;
Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar projetos;
Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte do lixo;

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;

Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica
Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



Delimitação do setor de risco



Sentido da drenagem



Nível da água durante a inundação

Notas

- 1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
- 2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser embasadas por estudos geológico-geotécnicos e/ou hidrológicos quantitativos;
- 3- O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho.



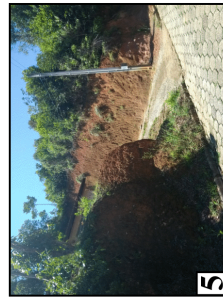
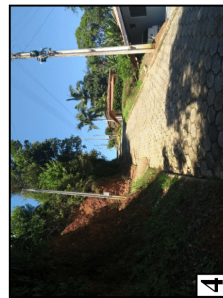
Cicatriz



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018

SC NOVATRE_SR_13 CPRM
Bairro Trinta Réis - Rua Cartões João Ruberfi
UTM - 22 J 703425m E 6978907m N (SIRGAS 2000)



Delimitação do setor de risco



Sentido da drenagem



Nível da água durante a inundação

Legenda:
Notas
1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser embasadas por estudos geológico-geotécnicos e/ou hidrológicos quantitativos;
3- O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho.

Descrição: Residências construídas em alvenaria na base de talude de corte vertical constituído de rocha alterada. A encosta é composta por solos coluvionares argilosos com alta suscetibilidade a movimentos gravitacionais. O Solo exposto apresenta sulcos e ravinas.

Tipologia do processo: Deslizamento
Grav de risco: Muito Alto
Quantidade de imóveis em risco: 32
Quantidade de pessoas em risco: 128

OBS: ¹ O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
² Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de comunicação pública (rádio, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas;
Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar projetos;

Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte do lixo;

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;
Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica
Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018

SC NOVATRE, SR 14, CPRM
Bairro Trinta Réis - Rua dos Poloneses
UTM - 22, J 702953m E 6978705m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Edificações em base de encosta íngreme, recobertas por solos colúvionares argilosissimos com alta susceptibilidade a movimentos gravitacionais. Residências em alvenaria e madeira.

Tipologia do processo: Deslizamento
Grau de risco: Alto
Quantidade de imóveis em risco: 13
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 52

OBS: O número de pessoas e unidades é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
O local que analisamos são posses, moradias, mas percebemos a urgência de monitoramento futuro podendo ser tornar áreas de risco caso intervenções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para os áreas de risco, através de meios de comunicação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alarmas de chuvas intensas no contante;
Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrologicos com a finalidade de embasar projetos;
Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para a criação em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, estimulando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte de lixo;

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;

Executar manutenção dos drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfilho escoamento das águas durante a estação chuvosa;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica
Luís Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



Legenda: Delimitação do setor de risco



Sentido da drenagem



Cincatraz



Nível da água durante a inundação

Notas
1- As informações contidas nesta planilha são baseadas exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser aprovadas por estudos geológico/geotécnicos e/ou hidrologicos (quantitativos);
3- O tipo de risco e prioridade das áreas são determinas, e que uma ocorrência a qualquer período de trabalho.



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018

SC, NOVATRE, SR, 17, CPRM
Bairro Trinta Réis - Rua Independência
UTM - 22, J 702778m E, 6977785m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Residências construídas em alvenaria na base de talude de corte vertical constituído de rocha alterada. A encosta é composta por solos coluvionares argilosos com alta susceptibilidade a movimentos gravitacionais. O Solo exposto apresenta sulcos e ravinas.

Tipologia do processo: Deslizamento
Grav do risco: Alto
Quantidade de imóveis em risco: 6
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 24

ORR: O número de pessoas e moradias é aproximado, devido à Defesa Civil realizar a contagem exaustiva do setor.
Os locais que atualmente não possuem muralhas, mas possuem plano de inundação futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de comunicação pública (rádio, sirene, celular), permitindo a remoção eficaz das moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas;
Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar projetos;

Facilitação e proibição da construção em muros, margens e interior das casas d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para a criação em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, visando a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizar os do consumo consciente de água;

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zonal rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;

Executar manutenção dos drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos imprima o perfilto incorreto das águas durante as estações chuvosas;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de resacas, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco concluídas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica
Luís Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



Legenda: Delimitação do setor de risco



Sentido da drenagem



Nível da água durante a inundação

Notas
1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser orientadas por estudos geotécnicos e/ou hidrográficos quantitativos;
3- O tipo de risco e geometria das áreas de delimitação, e que foram ocorridas em situações pontuais de trabalho.



Nível da água durante a inundação



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
 Março de 2018
 SC NOVATRE, SR 23 CPRM
 Rua José Batista Arshier
 701911m E 6979356m N (SIRGAS 2000)
 UTM - 22 J



Descrição: Residência construída em alvenaria no base de talude de corte vertical constituído de rocha alterada. A encosta é composta por solos coluvionares argilosiltosos com alta susceptibilidade a movimentos gravitacionais. O Solo exposto apresenta sulcos e ravinas.

Tipologia do processo: Deslizamento
Grau de risco: Alto
Quantidade de imóveis em risco: 9
Quantidade de pessoas em risco: 35

DRSE: 1 O número de pessoas e imóveis é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
 2 Os locais que atualmente não possuem muros, mas apresentam aptidão de inundação futuro podem se tornar áreas de risco caso consigam ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Isolação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de circulação pública (ônibus, metrô, ciclistas), permitindo a conexão eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas;
 Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrologicos com a finalidade de embasar projetos;
 Fiscalização e proibição da construção em recostas, margens e interior dos córregos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os idosos em seus centros comunitários, estimulando-se a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizar os do correto descarte de lixo;

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;

Evitar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa do nível de ocorrência para percorrer e visitar as áreas de risco (ruínas e pil) sob as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica
 Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)
 Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



Legenda:
 1: As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
 2: Recomenda-se que as intervenções em áreas de risco sejam realizadas por equipes profissionais devidamente habilitadas;
 3: O tipo de risco e parâmetros das áreas de delimitação, e que foram ocorridos a partir de informações parciais de trabalho.

Delimitação do setor de risco



Sentido da drenagem



Nível da água durante a inundação



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES



Nova Trento - SC
Março de 2018
SC_NOVATRE_SR_24_CPRM
Bairro Velha - Rua José e Josefina Darós
UTM - 22,J 704808m E 6979592m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Corte na base de encosta para edificação de residência. Encosta íngreme formada por rocha gnaissica alterada com presença de solos colúmbares e resíduos argilo-silicosos muito suscetíveis a movimentos gravitacionais. Círculo de escorregamento plano que atinge a entrada da residência durante evento em 2008. Ausência de drenagem superficial. Cobertura vegetal arbustiva e arbórea de pequeno/médio porte.

Tipologia do processo: Deslizamento
Grau do risco: Alto
Quantidade de imóveis em risco: 1
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 4

OBS: O número de pessoas e imóveis é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
Os locais que atualmente não possuem muralhas, mas pertencem a planície de inundação se futuro podem se tornar áreas de risco caso constatações de alterações inadequadas sejam realizadas.

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de comunicação pública (rádio, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz das moradores das áreas de risco em caso de alarme de chuvas internas no contante.

Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrologias com a finalidade de embasar projetos.
Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei.

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, estimulando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizando-os do correto descarte de lixo.

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município.

Executar manutenção dos drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos implique o perfúrio e assoreamento das águas durante a estação chuvosa;
A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.



Legenda:
 Delimitação do setor de risco
 Sentido da drenagem
 Nível da água durante a inundação
 Círculo de escorregamento

Equipe técnica
Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)

Notas
1- As informações contidas nesta planilha foram produzidas a partir de observações de campo e avaliações qualitativas;
2- Recomenda-se que as intervenções em áreas de risco sejam realizadas por equipes multidisciplinares (Defesa Civil, Engenharia, Geologia, etc.);
3- O tipo de risco e a gravidade dos setores são determinados a partir de dados de campo e de imagens de satélite.



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018

SC. NOVATRE, SR. 25 CPRM
Bairro Velha - Rua José e Ângelo Dalri
UTM - 22, J 705933m E. 6979830m N (SIRGAS 2000)



Serviço Geológico do Brasil

Descrição: Residências construídas em alvenaria na base e de talude de corte vertical constituído de rocha alterada. A encosta é composta por solos coluvionares argilosos com alta susceptibilidade a movimentos gravitacionais.

Tipologia do processo: Deslizamento

Grau de risco: Alto

Quantidade de imóveis em risco: 8

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 32

DRS: 1 O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.

2 Os locais que atualmente não possuem muradas, mas apresentam potencial de inundação futuro podem se tornar áreas de risco caso tenham ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Isolação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de circulação pública (ônibus, metrô, ciclistas), permitindo a conexão eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuva intensas ou contínuas.

Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrologicos com a finalidade de embasar projetos.

Facilitação e proteção da construção em recostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei.

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, estimulando-se a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte de lixo.

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município.

Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfilho escoamento das águas durante a ocorrência de chuvas.

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa do nível de córregos para percorrer e visitar todas as áreas de risco (ruínas e já) sob as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica

Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)

Julliana Gonçalves Rodrigues (REFO)









Legenda:

-  Delimitação do setor de risco
-  Sentido da drenagem
-  Nível da água durante a inundação

Notas

1: As informações contidas nesta planilha foram exclusivamente as observações de campo e avaliações qualitativas.

2: Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser embasadas por estudos geotécnicos e/ou hidrologicos quantitativos.

3: O tipo de risco e prioridade das áreas são determinas, e por uma ocorrência em qualquer período de trabalho.

CincaTARINA

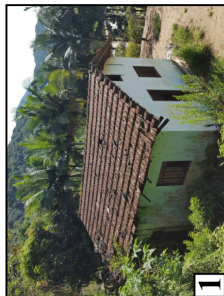
Fonte: CPRM (2018)



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018

SC. NOVATRE, SR. 35 CPRM
Bairro São Roque - Loteamento Sdrigotti
UTM - 22, J 703544m E 6980030m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Residências construídas em alvenaria na base e no topo de talude de corte vertical constituído de rocha alterada. A encosta é composta por solos colúvionares argilosos com alta susceptibilidade a movimentos gravitacionais e aterros lançados. O Solo exposto apresenta sulcos e ravinas e cicatriz de escorregamento.

Tipologia do processo: Deslizamento
 Grau de risco: Muito Alto
 Quantidade de imóveis em risco: 7
 Quantidade de pessoas em risco: aprox. 28

OBS: ¹ O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
² Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

- Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de comunicação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas;
- Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrologicos com a finalidade de embasar projetos;
- Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte do lixo;

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;

Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica
Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



Legenda:

Notas

1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser embasadas por estudos geológico-geotécnicos e em hidrologicos quantitativos;
3- O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho.



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018

SC NOVATRE, SR_36, CPRM
Bairro Trinta Réis - Rua Alferez
UTM - 22, J 704480m E, 6979830m N (SIRGAS 2000)



Legenda:
1- As informações contidas nesta planilha referem-se apenas a observações de campo e avaliações qualitativas.
2- Ressalta-se que as informações contidas nesta planilha foram obtidas por meio de fotografias aéreas e imagens de satélite.
3- O tipo de risco é determinado de acordo com o grau de risco observado no terreno.



Delimitação do setor de risco



Sentido da drenagem



Nível da água durante a inundação



Cicatriz

Descrição: Residências construídas em divencina no lésse de talude de corte vertical constituído de rocha alterada. A encosta é composta por solos coluvionares argilosiltosos com alta susceptibilidade a movimentos gravitacionais. O solo exposto apresenta sulcos e ravinas.

Tipologia do processo: Deslizamento

Grau de risco: Médio-Alto

Quantidade de imóveis em risco: 13

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 52

DBSE: O número de pessoas e moradores é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.

O local que atualmente não possuem murallas, mas apresentam aptidão de inundação futuro podem se tornar áreas de risco caso constatarem as intervenções inadequadas serem realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de comunicação pública (rádio, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alarmas de chuvas intensas no contante.

Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrologicos com a finalidade de embasar projetos.

Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei.

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, estimulando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte de lixo.

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município.

Executar manutenção das drenagens físicas e naturais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfilho escoamento das águas durante as estações chuvosas.

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica

Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES



Nova Trento - SC
Março de 2018
SC_NOVATRE_SR_37_CPRM
Bairro Trinta Réis
UTM - 22 J 703265m E 6978387m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Residências construídas em alvenaria na base de talude de corte vertical constituído de rocha alterada. A encosta é composta por solos colúvionares argilosos com alta susceptibilidade a movimentos gravitacionais. O Solo exposto apresenta sulcos e ravinas.

Tipologia do processo: Deslizamento
Grav de risco: Alto
Quantidade de imóveis em risco: 1
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 4

OBS: ¹ O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
² Os locais que atualmente não possuem moradias, mas permanecerem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de comunicação pública (rádio, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas;
Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrologicos com a finalidade de embasar projetos;
Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte do lixo;

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;
Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.



Legenda:

Notas

- 1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
- 2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser embasadas por estudos geológico-geotécnicos e/ou hidrologicos quantitativos;
- 3- O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho.



Delimitação do setor de risco



Sentido da drenagem

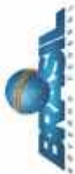


Nível da água durante a inundação



Cicatriz

Equipe técnica
Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES



Nova Trento - SC
Março de 2018

SC_NOVATRE_SR_40_CPRM
Bairro Espraiaido - Rua Brusque
UTM - 22, J 7049999m E 6982498m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Cuias construídas sobre cortes e aterros na talude. O muro da residência caiu devido a movimentação do terreno durante o período chuvoso. Têmicas são observadas nos muros das residências.

Tipologia do processo: Deslizamento

Gravidade de risco: Muito Alto

Quantidade de imóveis em risco: 2

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 8

OBS: O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.

Os locais que inicialmente não possuem muralhas, mas apresentam plântio de inundação no futuro podem ser áreas de risco, caso intervenções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de monitoramento público (muros, sinais, câmeras), permitindo a saída de áreas sensíveis para de risco em caso de alerta de chuvas intensas ou contínuas.

Desenvolvimento de estudos geodésicos e hidrologicos com a finalidade de embasar projetos.

Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior das ruas e áreas segundas margens estabelecidas por lei.

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, estimulando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientização do cenário desértico do local.

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município.

Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante as estações chuvosas.

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, proporcionar a baixa do nível de ocorrência para permitir o voltar todo às áreas de risco, colhidas e já sob as medidas preventivas cabíveis.



Delimitação do setor de risco



Sentido da drenagem

Sentido da drenagem

Nível da água durante a inundação

Notas

- 1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
- 2- Recomenda-se que as intervenções em áreas de risco sejam realizadas por entidades públicas, governamentais ou privadas qualificadas;
- 3- O tipo de risco gerado em áreas de risco, o grau de risco e o nível de ocorrência são resultados de análises qualitativas.

Equipe técnica

Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)

**ANEXO D – RISCO GEOLÓGICO LEVANTADOS PELO CPRM – RISCO
DESLIZAMENTO COMBINADO COM RISCO DE EROSIÃO – SETOR 34**



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018

SC NOVATRE, SR_34 - CPRM
Rua José Batisti Archer
701994m E 6979331m N (SIRGAS 2000)

UTM - 22 J



CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Descrição:
Residências instaladas na margem de um córrego localizado próximo a rua José Batisti Archer. No local, há um processo instalado de solapamento de margem. Há também residências próximas a encosta íngreme.

Tipologia do processo: Erosão; Deslizamento

Grau de risco: Alto

Quantidade de imóveis em risco: 8

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 32

OBS: 1- O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planos de andamento, foram postas para tomar áreas de risco, caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas;

Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrologicos com a finalidade de embasar projetos;

Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte do lixo;

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;

Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica
Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)

Legenda:

- Delimitação do setor de risco
- Sentido da drenagem
- Nivel da água durante a inundação
- Cicatriz

Notas

1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;

2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser embasadas por estudos geológico-geotécnicos (ou hidrologicos quantitativos);

3- O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho.



1



2



3



4



5



6

ANEXO E- RISCO GEOLÓGICO LEVANTADOS PELO CPRM – CORRIDA DE DISTRITOS – SETOR 05



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018

SC_NOVATRE_SR_05_CPRM
Bairro Mato Queimado - Rua Mato Queimado
UTM - 22 J 706287m E 6981420m N (SIRGAS 2000)



CPRM
Serviço Geológico do Brasil










Legenda:

- 1- Delimitação contida nos pontos de laser e reclusão entre as observações de campo e avaliações qualitativas;
- 2- Bacia onde se dá as intervenções estruturais dentro do orçamento por estudos geológicos/gestores com hidrologia quantitativa;
- 3- O grau de risco e parâmetro da zona de delimitação, este tem ocorrência a altitude periódica de trabalho.

Tipologia do processo: Corrida de detritos.
Grau de Risco: Muito Alto
Quantidade de imóveis em risco: 99
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 360

ORR: - O número de pessoas a serem afetadas é aproximado, devido a Dúvidas. O valor é estimado com base em dados de campo.
- Os locais que atualmente não possuem muros, mas apresentam alto risco de inundação no futuro podem ser zonas de alto risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

- Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de comunicação pública (rádio, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de alto risco iminentes ou contínuas;
- Desenvolvimento de estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e esgoto a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre a face dos taludes ou encostas. Além disso, verificar e reparar os pontos de vazamento de água de encanamentos;
- Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas;
- Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus contextos comunitários, ressaltando-se a evitar a ocupação de áreas inapropriadas para construção devido ao risco geológico e também conscientizando os moradores sobre o risco;
- Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana, para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;
- A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, em período de seca, apontar a falta no número de ocorrências para prevenir e visitar todos as áreas de risco mapeadas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica

Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)

**ANEXO F – RISCO GEOLÓGICO LEVANTADOS PELO CPRM –
SOLAPAMENTO DE MARGEM DE RIO – SETOR 18, 20, 22, 29 e 41**

SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Nova Trento - SC
Março de 2018

SC. NOVATRE, SR. 18 - CPRM
Bairro Trinta Réis - Rua Valério Maleski
UTM - 22 J 702889m E 6977658m N (SIRGAS 2000)

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Descrição: Residências instaladas na margem direita de um córrego localizado próximo a rua Valério Maleski (fotos 1 a 6). No local, há um processo instalado de solapamento de margem.

Tipologia do processo: Solapamento de margem de rio

Grau de risco: Alto

Quantidade de imóveis em risco: 6

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 24

OBS: 1- O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
2- Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas;

Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrologicos com a finalidade de embasar projetos;

Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte do lixo;

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;

Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.









BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Equipe técnica
Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)

Legenda:

- Delimitação do setor de risco
- Sentido da drenagem
- Nivel da água durante a inundação
- Cicatriz

Notas

- 1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
- 2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser embasadas por estudos geológico-geotécnicos (ou hidrologicos quantitativos);
- 3- O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho.



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES



Nova Trento - SC
Março de 2018
SC_NOVAIRE_SR_20 CPRM
Bairro Trinta Réis - Rua João Veneri
UTM - 22, J 702153m E 6979936m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Residências instaladas na margem direita de um córrego localizado próximo a rua João Veneri. No local, há um processo instalado de solapamento de margem.

Tipologia do processo: Solapamento de margem de rio
 Grau de risco: Alto
 Quantidade de imóveis em risco: 3
 Quantidade de pessoas em risco: aprox. 12

OBS: ¹ O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
² Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco, caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas;
Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidroológicos com a finalidade de embasar projetos;
Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte do lixo;
Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;

Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa;
A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.

Legenda:



Delimitação do setor de risco



Sentido da drenagem



Nível da água durante a inundação

Notas

- 1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
- 2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser embasadas por estudos geológico-geotécnicos e/ou hidroológicos quantitativos;
- 3- O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho.

Equipe técnica

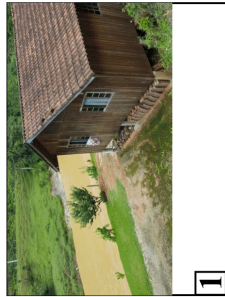
Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



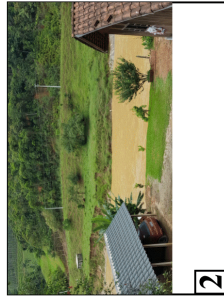
SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES



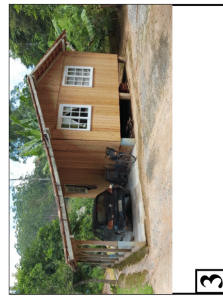
Nova Trento - SC
Março de 2018
SC NOVAIRE_SR_22_CPRM
Rua José Batista Arsher
701842m E 6979237m N (SIRGAS 2000)
UTM - 22 J



1



2



3



Descrição: Residências instaladas na margem direita de um córrego localizado próximo a rua José Batista Arsher. No local, há um processo instalado de solapamento de margem.

Tipologia do processo: Solapamento de margem de rio
Grau de risco: Alto
Quantidade de imóveis em risco: 2
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 8

OBS: ¹ O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
² Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

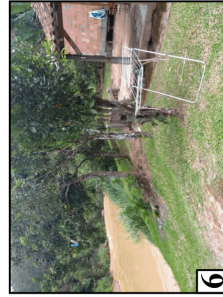
Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas;
Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar projetos;
Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizando-os do correto descarte do lixo;

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;
Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica
Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)



6



5



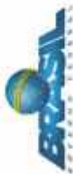
4

Delimitação do setor de risco → Sentido da drenagem → Nivel da água durante a inundação



Legenda:

Notas
1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser embasadas por estudos geológico-geotécnicos e ou hidrológicos quantitativos;
3- O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho.



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES



Nova Trento - SC
Março de 2018
SC NOVATRE, SR. 29 CPRM
Bairro Ribeirão da Velha - Rua Felipe Schimitz
UTM - 22 J 706670m E 6980050m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Residências instaladas na margem direita de um córrego, localizado próximo a rua José Felipe Schimitz. No local, há um processo instalado de soloamento de margem.

Tipologia do processo: Soloamento de margem de rio
Gravidade do risco: Muito Alto
Quantidade de imóveis em risco: 4
Quantidade de pessoas em risco: 16

OBS: - O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.
- Os locais que atualmente não possuem muralhas, mas apresentam plantas de inundação, não podem ser áreas de risco, caso intervenções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de circulação pública (rádio, sirenes, colares), permitindo a evacuação eficaz das moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas;
Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrologicos com a finalidade de embasar projetos;
Fiscalização e proibição da construção em recostas, margens e interior dos córregos, água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte de lixo;

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;

Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a ocorrência de chuvas;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, em períodos de estiagem, aproveitar a baixa do nível de ocorrência para percorrer e visitar as áreas de risco, realizando e já adotando medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica
Luís Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)

Setorização do risco
Sentido da drenagem
Nível da água durante a inundação
Cincatriná

Legenda:
1 - Delimitação do setor de risco
2 - Informações contidas nesta planilha referem-se apenas a observações de campo e avaliações qualitativas;
3 - Informações que as intervenções em áreas de risco são baseadas em estudos geotécnicos e hidrologicos qualitativos;
4 - O tipo de risco e prioridade das ações de intervenção, a ser feita, ocorrendo a realização periódica de trabalho.



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES



Nova Trento - SC
Março de 2018
SC NOVATRE_SR_41 CPRM
Bairro Ribeirão da Velha - Rua Felipe Schimitz
UTM - 22 J 706839m E 6978724m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Residências instaladas na margem do Ribeirão da Velha localizado próximo a rua Felipe Schimitz. No local, há um processo instalado de solapamento de margem.

Tipologia do processo: Solapamento de margem de rio.

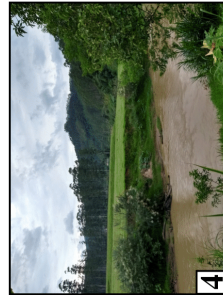
Grav de risco: Muito Alto

Quantidade de imóveis em risco: 3

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 12

OBS: 1- O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.

2- Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco, caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.



Legenda:

Notas

- 1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
- 2- Recomenda-se que as intervenções estruturais devam ser embasadas por estudos geológico-geotécnicos e/ou hidrológicos quantitativos;
- 3- O grau de risco e geometria dos setores são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do trabalho.

Delimitação do setor de risco



Sentido da drenagem



Nível da água durante a inundação

Sugestões

Instalação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores das áreas de risco em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas;

Desenvolvimento de estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar projetos;

Fiscalização e proibição da construção em encostas, margens e interior dos cursos d'água segundo normas estabelecidas por lei;

Realização de programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção devido ao risco geológico e também conscientizá-los do correto descarte do lixo;

Elaboração de um plano de contingência que envolva a zona rural e urbana para aumentar a capacidade de resposta e prevenção a desastres no município;

Executar manutenção das drenagens pluviais e canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa;

A Defesa Civil deve agir de modo preventivo e, nos períodos de estiagem, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e visitar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.

Equipe técnica

Luis Carlos Bastos Freitas (REFO)
Juliana Gonçalves Rodrigues (REFO)

ANEXO G- CONTRIBUIÇÕES POR E-MAIL – 1

Enviado por: mariatamanino@gmail.com

Recebido em 18 de setembro de 2019.

Prezados (as) Senhores (as) bom dia,

Na reunião comunitária realizada ontem dia 17/09/19, entre as sugestões levantadas pelos participantes foi mencionado que as áreas institucionais dos loteamentos deveriam ser definidas na parte da frente do loteamento.

Diante desta visível intenção da equipe técnica municipal, queremos aqui apresentar o seguinte argumento: As áreas institucionais só existem porque há parcelamento de solo, ou seja, porque existe o loteamento e " para" o loteamento. Elas têm que ser destinadas para o loteamento que está sendo constituído e não para atender as carências que o município tem em relação a espaços públicos ou de falta de infraestrutura que o município não pode oferecer.

Um empreendedor ao constituir um loteamento legalizado com toda a infraestrutura exigida, terá um elevado custo. Concordamos sim que o poder público exija a infraestrutura, cobre e acompanhe este empreendimento, porém exigir área institucional na parte da frente do loteamento é inviabilizar os loteamentos financeiramente. **QUAL O INCENTIVO QUE O MUNICIPIO OFERECE PARA O INVESTIDOR?**

Se o loteamento for realizado com toda a infraestrutura exigida, a área institucional também receberá a infraestrutura para atender os moradores do loteamento e demais pessoas que frequentarem o local.

Maria de Lourdes Tamanini Cipriani

Maristela Tamanini Feller

ANEXO H- CONTRIBUIÇÕES POR E-MAIL – 2

Enviado por: mariatamanino@gmail.com
Recebido em 18 de setembro de 2019.

Senhores (as), estou enviando documento elaborado pelos profissionais responsáveis pelo projeto de implantação do loteamento Della Giustina Tamanini na localidade de Vígolo, município de Nova Trento. Trata-se de áreas verde e institucional nos loteamentos. Esta argumentação fundamenta nossa posição quando afirmamos não concordar que áreas institucionais de loteamentos sejam dispostas nos terrenos da frente do loteamento. Atenciosamente. Maria de Lourdes Tamanini Cipriani.

Anexo do e-mail

Nova Trento, 18 de setembro de 2019.

PARECER TÉCNICO MF/04/2019

REFERÊNCIA: DO USO DE ÁREAS PÚBLICAS EM EMPREENDIMENTOS DE PARCELAMENTO DE SOLO URBANO (LOTEAMENTO)**ELABORAÇÃO: MATEUS DAVINO FERREIRA,**

Eng. Ambiental, Eng Ambiental e Sanitarista

VALENTIM CAMILO CASSETT,

Biólogo, Especialista em Biologia da Conservação

1. Fundamentação

A Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, qual dispõem sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências, determina que o parcelamento poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento.

Em seu Art. 5º é determinado que o Poder Público competente poderá complementarmente exigir, em cada loteamento, a reserva de faixa *non edificandi* destinada a equipamentos urbanos, sendo considerados esses, de acordo com a mesma lei, os urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.

Em complemento o Art. 6º demonstra que na elaboração do projeto de loteamento, o interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal, as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário.

Por sua vez, a Prefeitura Municipal, conforme Art. 7º, poderá quando for o caso, indicar, nas plantas apresentadas, de acordo com suas diretrizes de planejamento a localização aproximada dos terrenos destinados a equipamento urbano, comunitário e das áreas livres de uso público, que atendam prioritariamente a totalidade do empreendimento.

Em complemento, no entendimento do "Guia de atuação no ordenamento territorial e meio ambiente" do MP-SC (2015), as áreas verdes, são destinadas ao domínio público, porém que desempenhem função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando melhoria na qualidade ambiental e funcional.

Ensina também Silva (1995), que é de grande preocupação do direito urbanístico, a criação e preservação de áreas verdes, que se tornaram elementos urbanos vitais. Explana Silva (1995) que tais áreas vão adquirindo regime jurídico que as distinguem de outros espaços livres, e são, portanto, caracterizadas pela existência de vegetação contínua, amplamente livre de edificações, ainda que estas estejam ao seu redor.

Ainda sobre a função das áreas verdes, de acordo com José Afonso da Silva (1995):

*"O regime jurídico de áreas verdes pode incidir sobre espaços públicos ou privados. Realmente, a legislação urbanística poderá impor aos particulares a obrigação de preservar áreas verdes existentes em seus terrenos, ou mesmo impor a formação, neles, dessas áreas, ainda que permaneçam com sua **destinação ao uso dos próprios proprietários**. É que, como visto, as áreas verdes não têm função apenas recreativa, **mas importam em equilíbrio do meio ambiente urbano**, finalidade a que tanto se prestam as públicas como as privadas."*

Ainda com base no "Guia de atuação no ordenamento territorial e meio ambiente" do MP-SC (2015):

*"Fica clara a distinção entre área verde e outras áreas de preservação. Apesar da preservação arbórea comum às duas, a primeira pode permitir intervenções para lazer, a segunda, não. Além disso, enquanto as áreas de preservação permanente o são por características naturais, as áreas verdes **podem ser criadas e ter sua localização determinada pelo loteador**."*

2. Análise

Em observância aos instrumentos citados acima, entende-se que as áreas públicas são de grande importância para empreendimentos de parcelamento de solo, sendo sua localização também de grande importância para assegurar que o espaço tenha sua real funcionalidade atendida.

Para tanto vale pontuar que em princípio, as áreas de uso público e comum do empreendimento devem atender principalmente as demandas e interesses do conjunto de pessoas que irão fazer parte do empreendimento, atendendo assim as suas expectativas quanto a aquisição da qual irão fazer parte.

Dessa forma o projeto do empreendimento além de articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas e harmonizar-se com a topografia local, deve garantir aspectos urbanísticos atrativos para o público que irá diretamente investir no empreendimento, tais como feições relacionadas à segurança e proteção dos pedestres e moradores e ainda a qualidade ambiental. Frente essas necessidades, a viabilidade de execução do empreendimento pode estar associada e assegurada pela exploração dos espaços com maior potencial de valor agregado.

Ressalta-se ainda, que para uma área pública destinada ao espaço de área verde tenha sua real função ecológica atendida, as mesmas devem ser caracterizadas pela existência de vegetação contínua.

Tal inexistência pode incorrer em riscos de fragmentação de habitats, trazendo prejuízos a fauna e flora, especialmente pela possibilidade de degradação, da fuga e morte de animais em função da

pressão urbana ao entorno de um fragmento isolado, o qual não tenha ligação com um corredor ecológico em área contínua.

Todavia, se justificam que as áreas destinadas ao uso público possuam nível de qualidade mínimo, assim como já determinam os incisos do Art. 3 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que determinam que o loteamento não pode ser executado em determinadas áreas com características peculiares de risco. Dessa forma, tais áreas tampouco poderão ser destinadas áreas públicas, sendo elas com características:

"Art. 3º ...

i - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

V - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção."

Ainda se destaca que o conceito da expansão urbana proposto pelo parcelamento de solo para fins urbanos em zonas urbanas é de que ocorra uma reserva para o recebimento de novas edificações e áreas públicas para o crescimento de uma cidade, entretanto essa reserva de espaços públicos não pode ser entendida como sendo para suprir uma carência de serviços já ocasionados pela população anterior ao empreendimento.

Conforme a Constituição Federal, Art. 6º são direitos sociais da população geral a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, sendo competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios assegurar o suprimento dessas e não pelo empreendedor e por seu empreendimento, pois não cabe a ele tal competência.

Ao mesmo tempo, o empreendedor deve ser também entendido como um cidadão, que paga seus tributos, tais como Imposto Predial e Territorial Urbano, que devem ser revertidos a bem e melhorias da qualidade de vida dos munícipes.

Assim, não se pode onerar um empreendedor, buscando retirar de seu investimento, uma parcela significativa e com maior potencial de retorno, possivelmente atentando contra a viabilidade de execução do empreendimento em virtude da falta de planejamento ou de oportunidades da municipalidade em sanar as necessidades de população geral, que são de sua competência.

Visto o exposto, sabendo da função ecológica e ambiental de determinadas áreas públicas, da competência do estado em sanar as necessidades da população e da garantia de viabilidade da

execução de empreendimentos, acredita-se que não é aconselhável a determinação de localizações privilegiadas para áreas de uso público.

A apresentação de uma área sem condições restritivas, como mencionado no Art. 3 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, já é suficiente para assegurar a contribuição do empreendedor, que acima de tudo e de forma privada irá possibilitar o desenvolvimento do município.

3. Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Publicado no DOU de 20/12/1979.

SANTA CATARINA. Guia de atuação no ordenamento territorial e meio ambiente. Ministério Público. Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente. Florianópolis: MPSC, 2015.

SILVA, José Afonso. Direito Urbanístico Brasileiro. 2ª ed. Rev. E atual.. São Paulo: MALHEIROS EDITORES LTDA, 1995.

ANEXO I – CONTRIBUIÇÕES POR E-MAIL – 3

Enviado por: mariatamanino@gmail.com

Recebido em 18 de setembro de 2019.

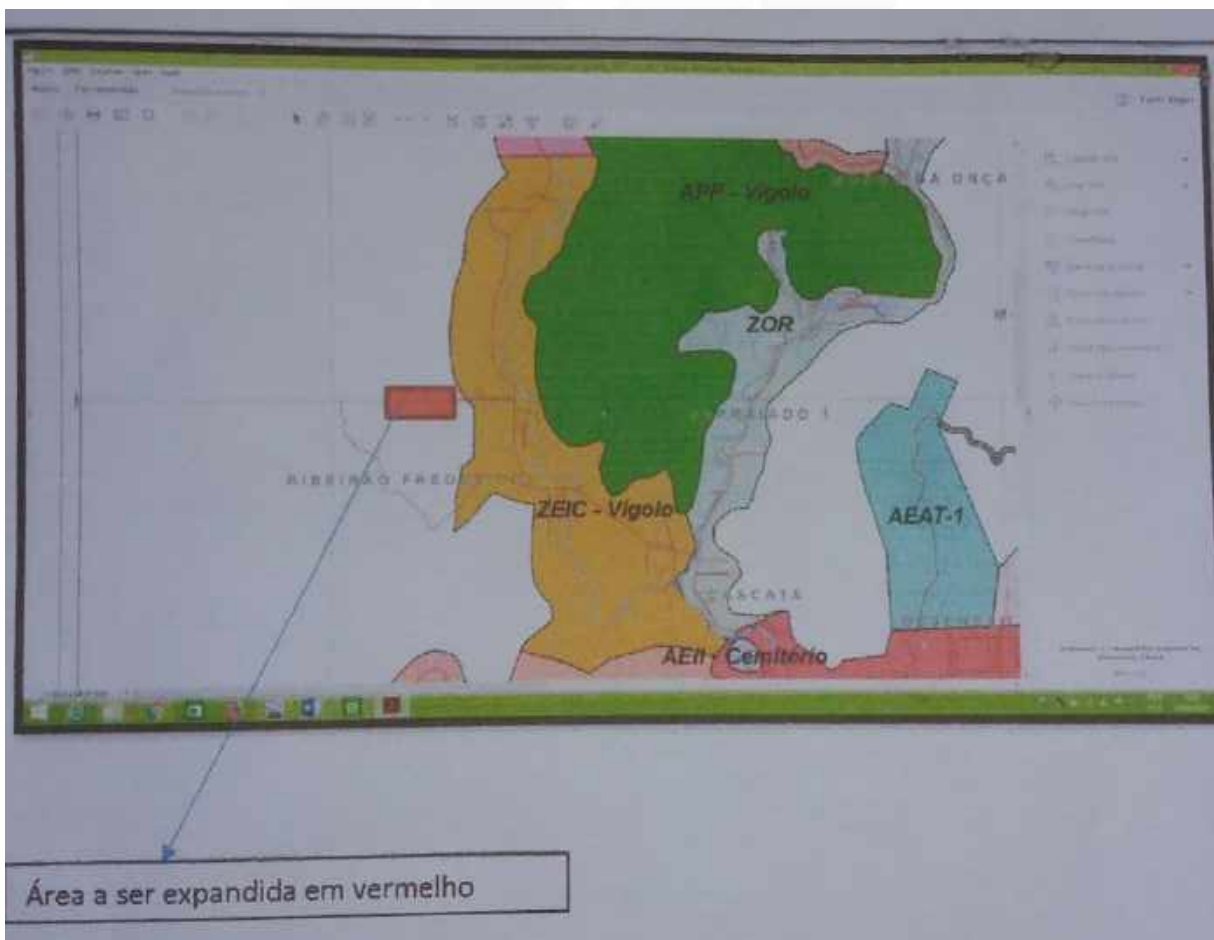
Somos de Nova Trento e estamos acompanhando as reuniões referentes a atualização do plano diretor há cerca de 01 (um) ano. Primeiramente porque moramos na cidade há 50 anos, queremos nos inteirar e contribuir para melhorias na qualidade de vida das pessoas da cidade.

Somos em 06 irmãos e possuímos um terreno no Bairro Vígolo. Para dividirmos esta terra entre os 06 (seis), necessitamos dar infraestrutura através de um loteamento. Quando entramos com o pedido inicial de viabilidade na Prefeitura de Nova Trento, tomamos conhecimento de que nosso terreno foi cortado ao meio (em zona urbana e rural) pelo plano diretor.

Este fato nos surpreendeu, pois, nosso terreno possui matrícula única, devidamente registrada no cartório de imóveis como terreno urbano, pagamos IPTU urbano deste 1989, conforme lei municipal nº 966 /89.

Diante disto, nossa solicitação (anexa), refere-se à correção do desenho, ampliando a ZEIC nesta área, para que possa incorporar um loteamento já existente (vizinho ao nosso terreno) e o nosso em fase de implantação.

Anexos do e-mail



"PROPOSTA nº12 –

Alteração do anexo 5 Mapa de Zoneamento da Macrozona Urbana de Nova Trento alterado na lei municipal 663/17. Artigo a ser Alterado Anexo 5: Mapa de Zoneamento da Macrozona Urbana de Nova Trento

Justificativa:

Ampliar a ZEIC (Vigolo), na localidade de Vigolo, para que possa incorporar loteamento já existente, e loteamento em fase de implantação, para fins de regularização das ocupações já construídas e a serem construídas.

O loteamento existente foi aprovado de acordo com a interpretação de que quando um imóvel abrange as duas zonas : urbana e rural, o parcelamento de solo seja autorizado, prevalecendo regras aplicáveis ao perímetro urbano .

Esta ampliação ajustará a situação existente, bem como viabilizará a implantação de um novo empreendimento para o bairro do Vigolo, considerando ainda, que o imóvel do loteamento em fase de implantação, possui documentação devidamente registrada, matrícula única nº 9.304, pertencente ao perímetro urbano, desde 1989, conforme lei municipal nº 966/89.

*Recebi a proposta em
30/05/19
Austiano César Barb*

ANEXO J – CONTRIBUIÇÕES POR E-MAIL – 4

Enviado por: julianoeccher@hotmail.com
Recebido em 04 de novembro de 2019.

Reduzir a distância para construção civil dos rios. Como nossa querida e limpa Nova Trento é muito rica em nascentes, rios e ribeirão fica muito difícil a cidade se desenvolver por essas medidas de hoje, que na verdade também não tem necessidade.

**ANEXO K - CONTRIBUIÇÕES PROTOCOLO DO MUNÍCIPIO – SOLICITANTE:
RICARDO BOSO, SILVIO CÉSAR CORREIA E DASO SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS****RELATÓRIO DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO LEI COMPLEMENTAR Nº
266/2009 E LEI 663/2017**

Plano Diretor Participativo do Município de Nova Trento

**PROPOSTA Nº1 – Revoga a Lei 1736/2000 “Código de Zoneamento” e a Lei
1737/2000 “Código de Parcelamento do Solo”****Artigo à ser alterado:****Art. 1**

Fica instituído, por meio da presente Lei e de seus anexos, o Plano Diretor Participativo do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, instrumento básico da política de desenvolvimento territorial e urbanístico local, denominado oficialmente Plano Diretor Participativo do Município de Nova Trento.

Justificativa:

Chancelar de uma vez por todas o nosso Plano Diretor Participativo como maior instrumento de planejamento participativo e democrático. Inclusive, único instrumento que o Conselho de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento pode atuar como conselho deliberativo, consultivo e propositivo. O conselho não pode intervir, por exemplo, no Código de Obras e Código de Posturas do município (ambos do mesmo ano 2000), que ainda estão em vigência.

Confirma-se a revogação, para evitar possibilidade de recorrência a essas Leis anteriores que não são mais aplicáveis. **Não são mais realidade em nosso município.**

Nova redação:**Art. 1**

Fica instituído, por meio da presente Lei e de seus anexos, o Plano Diretor Participativo do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, instrumento básico da política de desenvolvimento territorial e urbanístico local, denominado oficialmente Plano Diretor Participativo do Município de Nova Trento. **Revogam-se a partir deste, todas as disposições em contrário.**

PROPOSTA Nº2 – Flexibilidade em relação às áreas de especial interesse**Artigo à ser alterado:****Art. 12**

Parágrafo Único. As regras de uso e ocupação do solo serão definidas partindo da menor para a maior unidade espacial, de acordo com a ordem de prioridade estabelecida segundo a sequência dos incisos, a seguir:

- I - áreas de especial interesse;
- II - zonas;
- III - macrozonas.

Justificativa:

As áreas de especial interesse servem para conduzir e possibilitar determinados usos e atividades em locais com referida vocação antecipadamente observadas, porém, isso não significa que essa zona deve abster-se de receber outro tipo de atividade ou uso que esteja de acordo com a zona em que essa área de especial interesse esteja inserida. Exemplo: Todas as residências unifamiliares térreas existentes ao longo da Rua Florianópolis, estão irregulares por estarem na Área de Especial Interesse de Comércio, Serviços e Indústria Leve (AEICSIL).

Nova redação:**Art. 12**

Parágrafo Único. As regras de uso e ocupação do solo serão definidas partindo da menor para a maior unidade espacial, de acordo com a ordem de prioridade estabelecida segundo a sequência dos incisos, a seguir:

- I - áreas de especial interesse;
- II - zonas;
- III - macrozonas.

Parágrafo Único: No caso de áreas de especial interesse, o proprietário e/ou responsável técnico pode solicitar no momento da consulta de viabilidade, através de ofício justificativo destinado ao setor de engenharia, que sejam consideradas para análise, as regras de uso e ocupação do solo da zona em que está inserida a área de especial interesse, e/ou zona mais próxima. Essa solicitação terá sua aprovação condicionada ao primeiro parecer favorável que for emitido por qualquer instância, adotando rigorosamente o mesmo trâmite de aprovação de EIV.

PROPOSTA Nº3 – Exclusão de Art. 13**Justificativa:**

No sentido de pensamento da proposta nº2. Esse artigo se faz desnecessário.

PROPOSTA Nº4 – Exclusão de Art. 136**Artigo à ser excluído:**

Art. 136

Nas edificações de uso misto, o uso não-residencial deve limitar-se aos dois primeiros pavimentos e ter acesso próprio pelo logradouro público.”

Justificativa:

Não se aplica. A localização dos usos e as circulações horizontais e verticais em edificações mistas são definidas à partir de outros parâmetros de projeto, com orientação de normas técnicas e instruções normativas e devem ser de responsabilidade do profissional técnico habilitado.

PROPOSTA Nº5 – Viabilidade de Condomínios Horizontais**Artigo à ser alterado:**

Art 234. Inciso VI

Possuir entrada principal com afastamento de, no mínimo, 15,00m(quinze) metros da via pública, para fins de desobstrução do trânsito.

Nova redação:

Art 234. Inciso VI

Possuir entrada principal com afastamento de, no mínimo, 5,00m(cinco) metros da via pública, para fins de desobstrução do trânsito.

Justificativa:

Lembrando que o Condomínio Horizontal se difere de Parcelamento de Solo (Via loteamentos, ou desmembramentos). Ele não cria RUAS PÚBLICAS, e sim ruas particulares internas que ficam à critério do projetista e empreendedor. Portanto, nesse sentido, é necessário sim afastamento do portão de entrada do condomínio, porém, visto o fluxo de veículos da nossa cidade estipula-se 5,00m, como um recuo satisfatório – visto ser a metragem exigida para o recuo frontal em caso de estacionamento.

PROPOSTA Nº6 – Trâmite de Análise de EIV's (Estudo de Impacto de Vizinhança)**Artigo à ser alterado:**

Art. 267

O EIV terá sua aprovação condicionada a decisões favoráveis emitidas:

- I – em primeira instância, pelos órgãos competentes da Prefeitura;
- II – em segunda instância, pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento;
- III – em última instância, por ocasião da realização de audiência pública na comunidade afetada pelo empreendimento ou atividade, que serão realizadas na forma prevista nos arts. 308 a 310 desta Lei, bem como observando as regras mencionadas nas alíneas a seguir:

Justificativa:

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento não é necessariamente composto por técnicos. Sejam engenheiros de todas as classes, arquitetos, geógrafos, urbanistas, economistas, etc. E todos conselheiros têm voto igual. Ou seja, não compete ao conselho tomar decisões técnicas referentes a empreendimentos. Caso houver um parecer **desfavorável justificado** da primeira instância, o empreendedor ou a própria Prefeitura Municipal pode solicitar análise por parte das próximas instâncias, sequencialmente.

Nova redação:

Art. 267

O EIV terá sua aprovação condicionada ao primeiro parecer favorável que for emitido por qualquer instância, adotando rigorosamente o trâmite a seguir:

- I – em primeira instância, pelos órgãos competentes da Prefeitura;
- II – em segunda instância, pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento;
- III – em última instância, por ocasião da realização de audiência pública na comunidade afetada pelo empreendimento ou atividade, que serão realizadas na forma prevista nos arts. 308 a 310 desta Lei, bem como observando as regras mencionadas nas alíneas a seguir:

PROPOSTA Nº7 – ANEXO 1 – Tabela de parâmetros urbanísticos para a Ocupação do Solo**Alteração:**

Para todas as macrozonas, zonas e áreas de especial interesse:

Afastamento Mínimo Lateral/Fundos de 1,50m (retirar o $h/18$) e acrescer alínea (h) junto à alínea (f)

Alínea (h): "a partir do terceiro pavimento, o afastamento lateral se dará pela fórmula $1,5m + h/18$ ".

Justificativa: Para edificações de até dois pavimentos, um afastamento lateral mínimo de 1,50m é satisfatório para: circulação, ventilação, insolação e privacidade dos confrontantes.

Alteração nas seguintes zonas:

Zona de Ocupação Restrita (ZOR); Zona da Via Perimetral Norte (ZVP); Zona da Via Perimetral Sul (ZVP); Zona Industrial (ZI); Área de Uso Limitado de São Luiz (AUL-SL); Área de Especial Interesse Social (AEIS); Área de Especial Interesse de Comércio, Serviços e Indústria Leve (AEICSIL); Área de Especial Interesse Religioso da Santa Paulina (AEIR); Zona de Uso Limitado da Claraíba (ZUL-C); Zona de Expansão Urbana da Claraíba (ZEUC); Zona de Consolidação Urbana do Tirol (ZCUT) e Zona de Uso Limitado do Indaiá.

Número Máximo de Pavimentos: 04 (Quatro)

Justificativa:

Homogeneização de direitos para população construir e regularizar edificações.

Viabilizar edifícios verticalizados de pequeno porte em zonas que já possuam estrutura e área territorial abrangente para isso.

Alteração:

Para todas as macrozonas, zonas e áreas de especial interesse:

Afastamento Frontal (k)

- Acrescer alínea K

Alínea (k): "Para edificações localizadas em terrenos que possuam frente para rodovias estaduais, o afastamento frontal após o passeio público exigido, se dará somente pela largura da faixa de domínio ou faixa de domínio mais faixa adjacente, sendo largura definida à critério do órgão responsável pela sua manutenção."

PROPOSTA nº8- Alteração do nº Art.8º da Lei 663/17 que alterou a lei complementar 266/2009.

Artigo a ser Alterado

Art. 8º Ficam criadas as Áreas de Especial Interesse Ambiental e Turístico (AEAT) - Tipo 1 e Tipo 2, cujas áreas passam a integrar a Subseção XI, da Seção XI, do Capítulo III, do Título III, da Lei Complementar nº 266, de 02 de janeiro de 2009, em cuja subseção se altera o art. 133, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Subseção XI

Das Áreas de Especial Interesse Ambiental e Turístico (AEAT) - Tipo 1 e Tipo 2

Art. 133 As Áreas de Especial Interesse Ambiental e Turístico (AEAT) - Tipo 1 e Tipo 2, constituem-se de frações de glebas inseridas na Zona de Preservação Ambiental dos Morros da Onça e da Cruz ocupadas ou com potencial para ocupação ao longo da via de acesso ao Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, estratégica ao desenvolvimento turístico sustentável local.

§ 1º Da Área de Especial Interesse Ambiental e Turístico - Tipo 1 (AEAT-1):

I - constituem características da Área de Especial Interesse Ambiental e Turístico - Tipo 1 (AEAT-1):

- a) se localiza na porção baixa do Morro da Cruz, ao longo da Rua Nossa Senhora do Bom Socorro, com faixa de 100m (cem metros) para cada lado da via, do limite da Zona Urbana Central (na base do Morro) até a "curva do bananal", com alargamento nas áreas onde se localizam as residências das famílias de Nésio Trainotti, Wilson Mario Sgrott, João Simão Filho e Alaor Joaquim de Souza, para englobá-las na AEAT-1;
- b) possui relevo montanhoso, contendo algumas porções de baixa e média declividade próximas à Rua Nossa Senhora do Bom Socorro, com áreas atualmente não ocupadas, com vegetação secundária (nativa) em estágio médio e avançado de regeneração, além de alta suscetibilidade a deslizamento;
- c) ocupação esparsa com residências, comércios e serviços de suporte às atividades de turismo e eventos, existência de áreas com uso agrícola (plantações de banana), do Museu da Cultura Italiana e de atrativos turísticos do município.

II - constituem objetivos da Área de Especial Interesse Ambiental e Turístico - Tipo 1 (AEAT-1);

- a) regularizar as ocupações existentes;
- b) estimular e ordenar o adequado incremento do turismo ambiental e religioso;
- c) coibir usos e atividades potencialmente prejudiciais ao patrimônio natural e histórico existente;
- d) preservar as características ambientais do Morro da Cruz;
- e) condicionar a permissão para instalação de empreendimentos turísticos à apresentação de estudos ambientais e ao licenciamento ambiental.

III - constituem parâmetros urbanísticos da Área de Especial Interesse Ambiental e Turístico - Tipo 1 (AEAT-1) os constantes na Tabela de Parâmetros Urbanísticos para Ocupação do Solo do Anexo 1 desta Lei.

§ 2º Da Área de Especial Interesse Ambiental e Turístico - Tipo 2 (AEAT-2):

I - constituem características da Área de Especial Interesse Ambiental e Turístico - Tipo 2 (AEAT-2):

- a) se localiza na porção alta do Morro da Cruz, ao longo da Rua Nossa Senhora do Bom Socorro, com faixa de 15m (quinze metros) para cada lado da via, da curva do bananal até o Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, contemplando a área do Santuário;
- b) possui relevo montanhoso, contendo área plana no Santuário da Nossa Senhora do Bom Socorro, com vegetação secundária (nativa) em estágio médio e avançado de regeneração, além de alta suscetibilidade a deslizamento;
- c) existência de estações de orações, representando a Via Crucis, distribuídas ao longo da rua, chegando até ao Santuário;
- d) existência do Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro, no alto do Morro da Cruz, considerado a segunda atração turística mais visitada de Nova Trento, dotado de mirante, localizado a 525m de altitude, de onde é possível avistar boa parte do Vale do Rio Tijucas, inclusive a sua foz no Oceano Atlântico.

II - constituem objetivos da Área de Especial Interesse Ambiental e Turístico - Tipo 2 (AEAT-2);

- a) estimular e ordenar o adequado incremento do turismo ambiental e religioso;
- b) coibir usos e atividades potencialmente prejudiciais ao patrimônio natural e histórico existente;
- c) preservar as características ambientais do Morro da Cruz;
- d) preservar os bens imateriais e materiais existentes no conjunto edificado do Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro.

III - constituem parâmetros urbanísticos da Área de Especial Interesse Ambiental e Turístico - Tipo 2 (AEAT-2) os constantes na Tabela de Parâmetros Urbanísticos para Ocupação do Solo do Anexo 1 desta Lei.

Justificativa

Este artigo já foi deliberado em audiência pública e encaminhado para câmara técnica do CMDUR para reavaliação e reformulação da proposta, sendo que ficou deliberado pela câmara técnica e aprovado em plenária a criação de uma única área de interesse ambiental e turístico e seus parâmetros, diferente do que foi encaminhado para aprovação na câmara de vereadores, desrespeitando os trâmites burocráticos legais de alteração do plano diretor municipal e a autonomia decisória dos conselheiros, por este motivo solicito que seja respeitada a decisão do plenário do CMDUR e que este artigo seja redigido conforme apresentado.

Nova Redação

Art. 8º- Fica criada a Área de Especial Interesse Ambiental e Turístico (AEAT) e do Parque Municipal do Morro da Cruz, anexada ao Perímetro Urbano da Macrozona Urbana de Nova Trento, cujas áreas passam a integrar a Subseção XI, da Seção XI, do Capítulo III, do Título III, da Lei Complementar nº 266, de 02 de janeiro de 2009.

Fica determinado o desenho do zoneamento a ser criado da seguinte maneira devendo o mesmo a constar no mapa de zoneamento da Macrozona urbana de Nova Trento (anexo 5 da lei 266/2009)



Os parâmetros urbanísticos a serem aplicados nesta zona são as seguintes:

Parâmetros urbanísticos da AEAT

Zona	Uso	Nº máximo pavimentos	Coeficiente aproveitamento			Taxa de ocupação máxima	Taxa de permeabilidade	Afastamento mínimo		Tamanho mínimo do lote (m²)	Distância mínima (m)
			Mínimo	Básico	Máximo			Frontal	Lateral / Fundo		
Área de Especial Interesse Ambiental e Turístico AEAT	Residencial	3	0,1	0,8	1,0	60%	30%	6	1,5	500,00	12,00
	Residencial		0,1	0,8	1,0						
	Misto		0,1	0,8	1,0						

PROPOSTA nº9- Alteração de parte do no Art.9º da Lei 663/17 que alterou a Lei complementar 266/2009.

Artigo a ser Alterado

Art. 9º Ficam criadas as Áreas de Especial Interesse de Regularização Fundiária (AERF), as quais passam a integrar a Subseção XII, da Seção XI, do Capítulo III, do Título III, da Lei Complementar nº 266, de 02 de janeiro de 2009, em cuja subseção se altera o art. 134, que passa a vigorar com a seguinte redação "Subseção XII Das Áreas de Especial Interesse de Regularização Fundiária (AERF)

Art. 134 Consideram-se Áreas de Especial Interesse de Regularização Fundiária (AERF) aquelas localizadas em áreas consolidadas nas Áreas de Preservação Permanente - APP, nos termos da Lei federal nº 12.651/2012, com as seguintes características:

I - existência de ocupações irregulares em áreas urbanas consolidadas, classificadas como APP, localizadas em trechos de cursos d'água, tais como Rio do Braço, Ribeirão Frederico, Ribeirão do Alferes, Rio da Onça e Ribeirão da Vasca;

II - faixas marginais dos cursos d'água considerados pela legislação como APP, na faixa além dos 15 (quinze) metros, com ocupação urbana ou equipamento ou via pública consolidada.

§ 1º São objetivos da Área de Especial Interesse de Regularização Fundiária a identificação das ocupações irregulares existentes nessas áreas passíveis de regularização e realização do respectivo diagnóstico socioambiental, bem como a regularização de vias e equipamentos públicos inseridos em APP.

§ 2º Para fins da regularização prevista no caput, ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, será mantida faixa não edificável com largura mínima de 15 (quinze) metros de cada lado."

Justificativa

Este artigo já foi deliberado em audiência pública e encaminhado para câmara técnica do CMDUR para reavaliação e reformulação da proposta, sendo que ficou deliberado pela câmara técnica e aprovado em plenária sob justificativa e orientação do Ministério Público Estadual (MP/SC).

Nova Redação

Art. 9º Ficam criadas as Áreas

Art. 134 Consideram-se Áreas de Especial Interesse ...

§ 1º São objetivos da Área ...

§ 2º Para fins da regularização e novas construções prevista no caput, ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, será mantida faixa não edificável com largura mínima de 15 (quinze) metros de cada lado."

§ 3º Para fins de novas construções além da faixa não edificável de 15m o poder executivo deve realizar levantamento sócio ambiental para comprovar que a área trata-se de área urbana consolidada, devendo o mesmo tipificar os parâmetros de enquadramento individualmente, estabelecendo como distancia apropriada para novas construções, a média da distância das construções nos cinco (5) imóveis a direita e nos cinco (5) imóveis a esquerda do futuro empreendimento, limitado a distância mínima de 15m nas áreas de preservação permanente referenciadas pelos cursos d'água de qualquer largura desde que seja considerada área urbana consolidada..

PROPOSTA nº10- Alteração do no Art.14 da Lei 663/17

Artigo a ser Alterado

Art. 14- Os passeios das vias locais terão largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e pavimentação contínua e antiderrapante, garantindo a continuidade do traçado e largura pavimentada mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros)."

Justificativa

Para que possa ser possível garantir direito as pessoas com necessidades além de ser uma recomendação da promotoria de São Joao Batista

Nova Redação

Art. 180. Os passeios das Vias Locais terão largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).e pavimentação contínua e antiderrapante, garantindo a continuidade do traçado e largura pavimentada mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e com vão livre de passagem livre de 1,20m para circulação de pessoas de acordo com normas da ABNT.

PROPOSTA nº11- Alteração do anexo 1(Tabela de Parâmetros Urbanísticos para a Ocupação do Solo Macrozona Urbana de Nova Trento) da Lei 266/09

Artigo a ser Alterado

Alterar a coluna de valores referentes ao Tamanho mínimo de lote (m) e incluir a tabela de tamanho Máximo dos lotes (m); alterar o nº Máximo de pavimentos nas zonas ZUC,ZUCON,ZI,ZQU-I, ZQU-II,AEICSIL,ZUL,ZIC.

Justificativa

Pelo fato das características locais não apresentarem disponibilidade de terras para a ocupação em abundancia a diminuição aumenta a densidade populacional porem evita invasões nas Áreas de Preservação Permanente (APP's). limitar o tamanho Máximo dos lotes para atender legislação de parcelamento do solo (lei 6.766/1979) e pelo fato Deste artigo já ter sido

deliberado em audiência pública e não apresentado na última mudança do plano diretor concretizada pela lei municipal 663/17.

Nova Redação

Zona	Área (m²)
Zona Urbana Central (ZUC)	2.500,00
Zona Urbana de Consolidação (ZUCON)	2.500,00
Zona de Ocupação Restrita (ZOR)	10.000,00
Zona da Via Perimetral Norte (ZVP) (b)	5.000,00
Zona da Via Perimetral Sul (ZVP)	2.500,00
Zona de Especial Interesse Cultural – Vígolo (ZEIC)	2.500,00
Zona Industrial (ZI)	10.000,00
Zona de Qualificação Urbanística – Tipo I (ZQU-I)	2.500,00
Zona de Qualificação Urbanística – Tipo II (ZQU-II)	2.500,00
Área de Uso Limitado (de São Luiz) (AUL)	2.500,00
Área de Especial Interesse Social (AEIS)	500,00
Área de Especial Interesse de Comércio, Serviços e Indústria Leve (AEICSIL)	2.500,00
Área de Especial Interesse Religioso da Santa Paulina (AEIR) (b)	2.500,00
Zona de Uso Limitado da Claraíba (ZUL)	2.500,00
Zona Industrial da Claraíba (ZIC)	10.000,00
Zona Industrial Futura (ZIF)	-
Zona de Expansão Urbana da Claraíba (ZEUC)	15.000,00
Zona de Consolidação Urbana do Tirol (ZCUT)	15.000,00
Zona de Qualificação Urbana e Ambiental do Aguti (ZQUAA)	15.000,00
Zona de Expansão Urbana do Aguti (ZEUA)	15.000,00

PROPOSTA nº13 – Alteração de parte do Art. 151 da Lei 266/09**Artigo à ser alterado:**

Art. 151 Os parcelamentos para fins urbanos só poderão ser aprovados e executados se localizados na Macrozona Urbana de Nova Trento, na Macrozona Urbana da Claraíba ou na Macrozona Urbana do Aguti, de acordo com os limites e parâmetros fixados nesta lei e nos mapas de zoneamento constantes nos Anexos 5, 6 e 7 da presente Lei.

Parágrafo único. São considerados para fins urbanos os parcelamentos para outros fins que não compreendam a exploração agropecuária ou extrativista.

Justificativa:

Existem imóveis que possam estar em mais de um zoneamento ou que excedam a área prevista nos zoneamentos do plano diretor, sendo assim, para não ter que recorrer sempre à alteração dos mapas e anexos da lei, poderá se recorrer ao CMDUR em cada caso para parecer favorável.

Nova Redação:

Art. 151 Os parcelamentos para fins urbanos só poderão ser aprovados e executados se localizados na Macrozona Urbana de Nova Trento, na Macrozona Urbana da Claraíba ou na Macrozona Urbana do Aguti, de acordo com os limites e parâmetros fixados nesta lei e nos mapas de zoneamento constantes nos Anexos 5, 6 e 7 da presente Lei.

§1 São considerados para fins urbanos os parcelamentos para outros fins que não compreendam a exploração agropecuária ou extrativista.

§2 Nos parcelamentos de imóveis que excederem os limites das Macrozonas citadas no caput, o Poder Público Municipal deverá recorrer ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento a apreciação do caso concreto, afim de receber parecer favorável ou não, acerca da aceitação do parcelamento.

§3 Nos eventos previstos no §2, em caso do imóvel estar acomodado em mais de um zoneamento, será considerado o que abranger a maior área do imóvel.

PROPOSTA nº14 – Alteração do Art. 154 da Lei 266/09**Artigo à ser alterado:**

Art. 154 Não será permitido o parcelamento do solo:
I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes que seja implantado um sistema de drenagem da área e sem prejuízo da necessidade de elaboração dos estudos técnicos de impacto ambiental;
II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que se tenham sido previamente eliminados os riscos à

população;

III - em terrenos situados nas Áreas de Especial Interesse Ambiental, notadamente:

- a) topos de morro e áreas com declividades igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências específicas das autoridades competentes;
- b) mananciais e áreas de captação de água para abastecimento atual ou futuro;
- c) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios de água, sejam estes naturais ou artificiais.
- d) fundos de vale e faixas sanitárias dos corpos de água;
- e) reservas florestais e ecológicas;
- f) áreas de paisagem notáveis.

IV - em terrenos situados em áreas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis;

V - em terrenos situados fora do alcance dos equipamentos urbanos, especialmente das redes públicas de abastecimento de água potável e de energia elétrica, salvo se atendidas exigências específicas dos órgãos competentes;

VI - em imóveis dos quais resultem terrenos encravados ou lotes em desacordo com os padrões estabelecidos em lei;

VII - em imóveis que não possuam frente para logradouros públicos oficiais.

Justificativa:

Princípio da hierarquia das leis deve-se fazer vigente a lei federal, menos restritiva, menos onerosa ao munícipe.

A Administração Pública deve ser estruturada de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada, a fim de assegurar a celeridade, a economia e a eficiência das suas decisões.

Nova Redação:

Art. 154 Não será permitido o parcelamento do solo:

I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

V - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

PROPOSTA nº15 – Alteração de parte do Art. 155 da Lei 266/09**Artigo à ser alterado:**

Art. 155 Para os fins de parcelamento, nas áreas com declividade entre 20% (vinte por cento) e 30% (trinta por cento), assim como em terrenos com condições hidrológicas complexas e declividades de 0 (zero) a 5% (cinco por cento), ou terrenos que apresentem risco geológico, será exigido laudo geotécnico, elaborado por profissional habilitado, devidamente acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Justificativa:

A Administração Pública deve ser estruturada de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada, a fim de assegurar a celeridade, a economia e a eficiência das suas decisões. Por isso não se vê necessário à exigência do laudo geotécnico nos casos de desmembramento.

Nova Redação:

Art. 155 Para os fins de parcelamento **via loteamento**, áreas com declividade entre 20% (vinte por cento) e 30% (trinta por cento), assim como em terrenos com condições hidrológicas complexas e declividades de 0 (zero) a 5% (cinco por cento), ou terrenos que apresentem risco geológico, será exigido laudo geotécnico, elaborado por profissional habilitado, devidamente acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

PROPOSTA nº16 – Alteração de parte do Art. 156 da Lei 266/09**Artigo à ser alterado:**

Art. 156 Os projetos de parcelamento para o solo urbano situados na Área Especial de Interesse do Religioso de Santa Paulina, na Área Especial de Interesse de Comércio, Serviços e Indústria Leve e na Zona de Uso Limitado deverão ser:

I - apresentados à Prefeitura para que sejam submetidos à apreciação por seu órgão competente, a quem competirá emitir parecer técnico acerca de sua viabilidade ou inviabilidade;

II - aprovados ou reprovados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento, após recebimento e apreciação do parecer técnico referido no inciso I.

Justificativa:

Em face da celeridade, visto que a lei 266/09 já possui os parâmetros urbanísticos dispostos sobre cada zoneamento, não se faz necessário que sejam levados os desmembramentos à apreciação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento. Ainda, o parcelamento não dá direito à edificação, possuindo legislação pertinente para aprovação de benfeitorias. Por isso não se vê necessária a exigência de aprovação do conselho nos casos de desmembramento.

Nova Redação:

Art. 156 Os projetos de **loteamentos** situados na Área Especial de Interesse do Religioso de Santa Paulina, na Área Especial de Interesse de Comércio, Serviços e Indústria Leve e na Zona de Uso Limitado deverão ser:

I - apresentados à Prefeitura para que sejam submetidos à apreciação por seu órgão competente, a quem competirá emitir parecer técnico acerca de sua viabilidade ou inviabilidade;

II - aprovados ou reprovados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento, após recebimento e apreciação do parecer técnico referido no inciso I.

PROPOSTA nº17 – Alteração de parte do Art. 159 da Lei 266/09**Artigo à ser alterado:**

Art. 159 Os loteamentos serão divididos em três categorias:

I - loteamentos convencionais;

II - loteamentos populares;

III - loteamentos de interesse social.

§ 1º Loteamentos convencionais são aqueles em que se exige a implantação de infra-estrutura básica.

§ 2º Loteamentos populares são aqueles em que se exige a implantação da infra-estrutura mínima e são feitas exigências menores no tamanho dos lotes, visando o barateamento do custo da terra para classes menos favorecidas.

§ 3º Loteamentos de interesse social são aqueles executados pelo poder público ou com promoção a ele vinculada, que deverá providenciar a implantação da infra-estrutura mínima, com o fim de resolver problemas de assentamento de populações de baixa renda.

§ 4º Os loteamentos de interesse social e os loteamentos populares só poderão ser realizados nas Áreas de Especial Interesse Social.

§ 5º Lei municipal específica tratará da concessão de incentivos fiscais ao empreendedor que prover o loteamento popular com infra-estrutura básica.

Justificativa:

Pelas quase inexistência de áreas de especial interesse social impedindo a possibilidade de execução de loteamentos de interesse social ou populares.

Nova Redação:

Art. 159 (...)

I - (...)

II - (...)

III - (...)

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º (...)

§ 4º Os loteamentos de interesse social e os loteamentos populares poderão ser realizados nas Áreas de Especial Interesse Social, ou, se localizados em outros zoneamentos, deverão ser:

I - apresentados à Prefeitura para que sejam submetidos à apreciação pelo chefe do executivo, a quem competirá emitir parecer técnico acerca de sua viabilidade ou inviabilidade;

II - aprovados ou reprovados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento, após recebimento e apreciação do parecer técnico referido no inciso I.

III - remetido à audiência pública, após parecer favorável do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento.

§ 5º (...)

PROPOSTA nº18 – Alteração de parte do Parágrafo Único do Art. 160 da Lei 266/09

Artigo à ser alterado:

Art. 160 Constituem áreas de uso público para fins de parcelamento:

I - áreas destinadas ao sistema de circulação;

II - áreas institucionais, que são as destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

III - áreas verdes, que são espaços de uso público com cobertura vegetal arbustivo-arbórea, permitindo seu uso para atividades de lazer.

Parágrafo único. As áreas de uso público devem obedecer ao traçado e ao regime urbanístico estabelecidos neste Plano Diretor, e ser cedidas ao Município, ao qual compete a escolha da conformação e localização dessas áreas por instrumento público, sem qualquer ônus, no ato da aprovação do parcelamento do solo.

Justificativa:

Pela lei federal a localização é aproximada, conforme artigo 7º inciso III, da lei no 6.766/79. Assim sendo, se dará um pouco de liberdade ao investidor não tirando a liberdade do município de escolher a localização aproximada das referidas áreas.

Nova Redação:

Art. (...)

I - (...)

II - (...)

III - (...)

Parágrafo único. As áreas de uso público devem obedecer ao traçado e ao regime urbanístico estabelecidos neste Plano Diretor, e ser cedidas ao Município, ao qual compete a escolha da conformação e localização **aproximada** dessas áreas por instrumento público, sem qualquer ônus, no ato da aprovação do parcelamento do solo.

PROPOSTA nº19 – Alteração de parte do Art. 161 da Lei 266/09

Artigo à ser alterado:

Art. 161 No parcelamento do solo é obrigatória a destinação de áreas de uso público em todas as Zonas, nas proporções previstas em lei, observando-se na Macrozona Urbana de Nova Trento, Macrozona Urbana da Claraiba e Macrozona Urbana do Aguti, o percentual mínimo de 35% do total da gleba para as áreas de uso público, dos quais serão destinados:

I - um mínimo de 10% (dez por cento) da área total da gleba para as áreas verdes e;

II - um mínimo de 5% (cinco por cento) para as áreas institucionais destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários. (Redação dada pela Lei Complementar nº 663/2017)

§ 1º As áreas de uso público deverão ser proporcionais à densidade de ocupação prevista para a gleba, observando-se:

I - para as áreas destinadas ao sistema de circulação, as diretrizes de projetos do sistema viário proposto no Anexo 8 desta Lei;

II - com relação às Áreas Verdes, o previsto no inciso V do parágrafo 3º do art. 290, referente ao Programa de implantação e manutenção do Sistema de Áreas Verdes Urbanas (SAVU).

§ 2º Não será exigida a cessão de área verde e de áreas de uso público institucional destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários nos desmembramentos que resultem em até 5 (cinco) lotes urbanos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 663/2017)

§ 3º Os espaços livres de uso público e as áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários deverão ter acesso por via de circulação com largura igual ao tipo de arruamento que se encontra. (Redação dada pela Lei Complementar nº 663/2017)

§ 4º Revogado pela Lei Complementar nº 663/2017

§ 5º Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgoto, coleta de águas pluviais, energia elétrica, pavimentação, rede telefônica, e outros que venham a ser criados e como tal

classificados.

Justificativa:

Primeiramente, com a intenção de regularizar áreas já consolidadas faz-se necessário que os desmembramentos não tenham que entrar nas regras dos loteamentos, visto haver áreas nesta situação de irreversibilidade no município.

Como contrapartida, e com o intuito de não onerar o município, pode-se exigir que os interessados executem algumas benfeitorias, como instalação de água, energia, etc.

Segundo ponto, existem áreas menores no município (inferiores à 5000 m²), que se encaixadas nas regras dos loteamentos oficiais inviabilizam a sua execução. Por isso da adição do §6.

Nova Redação:

Art. 161 (...)

I - (...)

II - (...)

§ 1º (...)

I - (...)

II - (...)

§ 2º Não será exigida a cessão de área verde e de áreas de uso público institucional destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários nos desmembramentos. **Todavia, nos desmembramentos que resultem mais de 5 (cinco) lotes urbanos e, conseqüentemente, mais uma área remanescente, o Poder Público Municipal poderá exigir do parcelador que assuma as despesas com instalação da rede pública de abastecimento de água potável, de energia elétrica e escoamento de águas pluviais.**

§ 3º (...)

§ 4º (...)

§ 5º (...)

§ 6º A critério do órgão municipal competente, a área loteável inferior a 5.000m² (cinco mil metros quadrados) poderá ter área pública com percentual inferior a 35% (trinta e cinco por cento), desde que o loteamento esteja em região que já possua equipamentos comunitários próximos, ouvido o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento, limitado ao mínimo de 20% (vinte por cento) distribuídos em relação à áreas destinadas ao sistema de circulação, áreas institucionais e áreas verdes, de acordo com o critério do órgão

municipal competente, inclusive com a possibilidade de diminuição do previsto no artigo 162 desta lei.

PROPOSTA nº21 – Revogação do Art. 171 da Lei 266/09**Artigo à ser ampliado:**

Art. 171 Deverão ser implantadas pistas adjacentes às faixas não-edificáveis, destinadas ao trânsito de veículos e de pessoas e voltadas à manutenção dos cursos de água, a critério do órgão competente, desde que as referidas pistas sejam implantadas na forma da legislação aplicável a cada caso concreto.

Justificativa:

Artigo com entendimento complexo e sujeito à várias interpretações.

Nova Redação:

Art. 171 Revogado

PROPOSTA nº22 – Adição de parágrafos ao Art. 173 da Lei 266/09**Artigo à ser ampliado:**

Art. 173 Ficam estabelecidas na Tabela de Parâmetros Urbanísticos para Ocupação do Solo constante no Anexo-1 da presente Lei as dimensões e áreas mínimas para os lotes resultantes de projetos de loteamentos, desmembramentos e remembramentos.

Parágrafo único. Os lotes de esquina, bem como sua testada, serão, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) maiores que o lote mínimo exigido para a respectiva área de planejamento.

Justificativa:

Entendido pelos idealizadores desta proposta (profissionais da área de topografia e comercialização de imóveis) o MAIS IMPORTANTE ITEM PARA MODIFICAÇÃO, sendo necessária esta alteração para regularização das áreas já consolidadas dentro do município, cuja irreversibilidade é visível e reconhecida pela população.

Nova Redação:

Art. 173 (...)

§ 1º Os lotes de esquina(...)

§ 2º Mediante aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento é possível a aceitação de desmembramentos mesmo que destoantes do estabelecido no caput, desde que em áreas cuja irreversibilidade da situação seja constatada. O Chefe do Poder Executivo Municipal deverá emitir parecer favorável ou não e requerer ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento a apreciação do caso concreto, afim de receber parecer acerca do reconhecimento da área como consolidada, tendo em vista atenção aos seguintes itens: prazo de ocupação (que seja anterior ao ano de 2018); edificações existentes; natureza das edificações; existência e localização das vias de circulação (ruas, avenidas, etc.); existência de equipamentos públicos urbanos ou comunitários; existência de infraestrutura, ainda que parcial; lançamento de tributos, dentre outras situações peculiares, que indiquem a irreversibilidade da situação.

PROPOSTA nº23 – Revogação da alínea II do Art. 179 da Lei 266/09**Artigo à ser alterado:**

Art. 179 A seção transversal das vias e avenidas será sempre horizontal, com inclinação de 2% (dois por cento), e convexa, observadas as seguintes determinações:

I - a declividade mínima das ruas e avenidas será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e deverão ser providas de captação de águas pluviais a cada 50m (cinquenta metros);

II - as ruas e avenidas devem ter arborização nas duas faces, segundo os critérios estabelecidos na legislação ambiental do município e nos programas específicos a serem desenvolvidos.

Justificativa:

Pela alteração do texto do artigo 180 advinda pela redação da Lei Complementar 663/2017 não teria onde fazer a arborização, visto que diminuiu-se 0,5 metros da calçada.

Nova Redação:

Art. 179 (...)

I - (...)

II - revogado

~~Os passeios das Vias Locais terão largura mínima de 2,00m (dois metros) e pavimentação contínua e antiderrapante, garantindo a continuidade do traçado e largura pavimentada mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).~~

Os passeios das vias locais terão largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e pavimentação contínua e antiderrapante, garantindo a continuidade do traçado e largura pavimentada mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros). (Redação dada pela Lei Complementar nº 663/2017)

PROPOSTA nº24 – Alteração de parte do inciso IV do Art. 186 da Lei 266/09**Artigo à ser alterado:**

Art. 186 Em loteamentos convencionais, são de responsabilidade do loteador, além da implementação da infra-estrutura básica, a execução e o custeio das obras e as instalações de:

I - demarcação dos lotes, das vias e dos terrenos a serem transferidos ao domínio do Município, assim como a demarcação das áreas não edificáveis;

II - passeios com pavimentação contínua e antiderrapante;

III - pontes e muros de arrimo;

IV - arborização das vias de circulação e ajardinamento dos espaços livres de uso público e replantio nos fundos de vale.

Parágrafo único. Nos passeios a que se refere o inciso II do caput, será estimulada a implantação de áreas permeáveis, desde que não interrompam a continuidade da área destinada à passagem.

Justificativa:

Pela alteração do texto do artigo 180 advinda pela redação da Lei Complementar 663/2017 não teria onde fazer a arborização.

Nova Redação:

Art. 186 Em loteamentos convencionais, são de responsabilidade do loteador, além da implementação da infra-estrutura básica, a execução e o custeio das obras e as instalações de:

I - demarcação dos lotes, das vias e dos terrenos a serem transferidos ao domínio do Município, assim como a demarcação das áreas não edificáveis;

II - passeios com pavimentação contínua e antiderrapante;

III - pontes e muros de arrimo;

IV - ~~arborização das vias de circulação~~ e ajardinamento dos espaços livres de uso público e replantio nos fundos de vale;

Parágrafo único. Nos passeios a que se refere o inciso II do caput, será estimulada a implantação de áreas permeáveis, desde que não interrompam a continuidade da área destinada à passagem.

PROPOSTA nº25 – Alteração de parte do Art. 192 da Lei 266/09**Artigo à ser alterado:**

Art. 192 Após o recebimento da consulta de viabilidade de parcelamento do solo, o interessado estará habilitado a requerer do Poder Executivo Municipal a expedição de diretrizes urbanísticas básicas para o loteamento, apresentando, para este fim, requerimento de estudo preliminar.

§ 1º O requerimento de estudo preliminar deve ser entregue acompanhado de três vias da planta do imóvel e outros documentos, conforme discriminação a ser definida pelo Poder Executivo Municipal, devendo ser apresentados, anexos ao requerimento, os documentos necessários expedidos pelos órgãos nomeados na consulta de viabilidade de parcelamentos.

§ 2º As vias da planta do imóvel acima mencionadas deverão ser elaboradas conforme modelo a ser disponibilizado pelo Poder Público e coordenadas geográficas oficiais do Município, contando com a indicação de:

I - divisas do imóvel;

II - benfeitorias existentes;

III - existência e distância das nascentes e corpos d'água;

IV - quantificar e qualificar árvores significativas, bosques e florestas e áreas de preservação;

V - equipamentos comunitários e equipamentos urbanos no lote;

VI - servidões, faixas diversas de domínio ou ambas, existentes no local em escala;

VII - locais alagadiços ou sujeitos a inundação;
VIII - curvas de nível de 5 (cinco) em 5 (cinco) metros e indicação dos talwegues;
IX - áreas com declividade superior a 30% (trinta por cento);
X - planilha de cálculo da área do imóvel;
XI - arruamentos vizinhos em todo o perímetro, com a locação exata das vias e a distância para com os loteamentos próximos;
XII - apresentação da localização das edificações de significado histórico-cultural existentes, mesmo rurais, para resgate histórico da memória da ocupação do Município;
XIII - redes de alta tensão, cercas, localização dos cursos d'água, construções, monumentos naturais e artificiais existentes;
XIV - teste de sondagem e percolação onde estejam expressos os vários tipos de solo, com as respectivas profundidades e detecção de resíduos sólidos ou em decomposição, orgânicos ou não;
XV - localização de eventuais formações rochosas;
XVI - Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV para loteamentos com 100 (cem) lotes ou mais.

§ 3º Sempre que se fizer necessário, será exigida a extensão do levantamento altimétrico ao longo de uma ou mais divisas da área a ser loteada, até o talvegue ou divisor de água mais próximo.

§ 4º Todos os documentos e plantas deverão ser assinados pelo proprietário, ou seu representante legal, e por profissional legalmente habilitado para o projeto, com as respectivas anotações de responsabilidades técnicas (ART's) para cada etapa do projeto.

Justificativa:

Com a intenção de diminuir um pouco a burocracia.

Nova Redação:

Art. 192 (...)

§ 1º (...)

§ 2º (...)

I - (...)

II - (...)

III - (...)

IV - (...)

V - (...)

VI - (...)

VII - (...)
VIII - (...)
IX - (...)
X - (...)

XI - Arruamentos vizinhos em um perímetro de 200,00 metros em torno da área proposta, com a locação exata das vias e a distância para com os loteamentos próximos;

XII - (...)

XIII - (...)

XIV - teste de sondagem e percolação onde estejam expressos os vários tipos de solo, com as respectivas profundidades e detecção de resíduos sólidos ou em decomposição, orgânicos ou não, para loteamentos com 100 (cem) lotes ou mais.

XV - (...)

XVI - (...)

§ 3º (...)

§ 4º (...)

PROPOSTA nº26 – Alteração de parte do Art. 199 da Lei 266/09

Artigo à ser alterado:

Art. 199 A aprovação do projeto de desmembramento só será permitida quando:

I - os lotes desmembrados tiverem as dimensões mínimas previstas na presente Lei;

II - a parte restante do terreno, ainda que edificada, constituir lote independente com as dimensões mínimas previstas nesta Lei.

Justificativa:

Entendido pelos idealizadores desta proposta (profissionais da área de topografia e comercialização de imóveis) o MAIS IMPORTANTE ITEM PARA MODIFICAÇÃO, sendo necessária esta alteração para regularização das áreas já consolidadas dentro do município, cuja irreversibilidade é visível e reconhecida pela população.

Esta mudança já foi tratada no artigo 173 .

Nova Redação:

Art. 199 A aprovação do projeto de desmembramento só será permitida quando:

I - os lotes desmembrados tiverem as dimensões mínimas previstas na presente Lei;

II - a parte restante do terreno, ainda que edificada, constituir lote independente com as dimensões mínimas previstas nesta Lei.

Parágrafo Único - Mediante aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento é possível a aceitação de desmembramentos mesmo que destoantes do estabelecido nas alíneas I e II, desde que em áreas cuja irreversibilidade da situação seja constatada. O Chefe do Poder Executivo Municipal deverá emitir parecer favorável ou não e requerer ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Nova Trento a apreciação do caso concreto, afim de receber parecer acerca do reconhecimento da área como consolidada, tendo em vista atenção aos seguintes itens: prazo de ocupação (que seja anterior ao ano de 2018); edificações existentes; natureza das edificações; existência e localização das vias de circulação (ruas, avenidas, etc.); existência de equipamentos públicos urbanos ou comunitários; existência de infraestrutura, ainda que parcial; lançamento de tributos, dentre outras situações peculiares, que indiquem a irreversibilidade da situação.

PROPOSTA nº27 – Adição de artigo

Justificativa:

Com a intenção de permitir e documentar o uso de terrenos com muita profundidade.

Nova Redação:

Artigo XXX - Será permitido o parcelamento de até um lote de fundos desde que este tenha acesso individual com frente mínima de 5,00 (cinco) metros para via pública.

§ 1º Somente será permitido o desmembramento previsto no *caput*, desde que o lote remanescente mantenha a testada e área mínima prevista em lei para a respectiva zona em que está inserida.

§ 2º A parcela de área correspondente à frente mínima de 5,00 metros será parte integrante do lote, constituindo-se em acesso particular classificado como servidão, com comprimento máximo de 100,00 (cem)

metros, sendo vedada sua transformação em via pública e sua área desconsiderada para o cálculo dos índices urbanísticos.

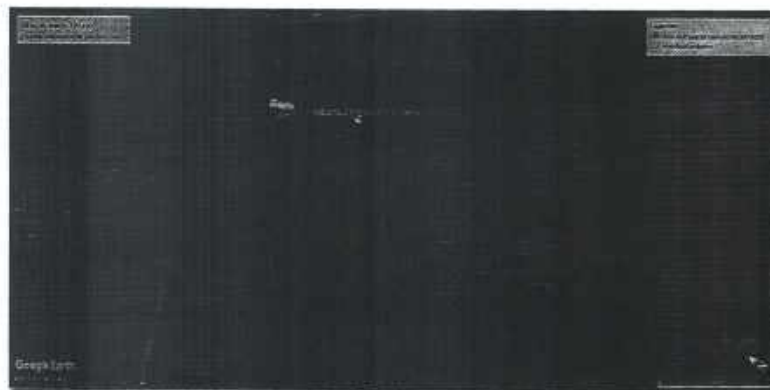
PROPOSTA Nº28 – Troca de Título “Câmara Técnica de Urbanismo” para “Câmara Consultiva de Urbanismo”

Artigo à ser alterado:

Todos os artigos que citam “Câmara Técnica de Urbanismo”

PROPOSTA Nº29 – Criação de duas novas Áreas Especiais de Interesse Social-AEIS para fins de regularização fundiária de parcelamento de solo e para implantação de futuros empreendimentos destinados a Área de Especial Interesse Social - AEIS. Segue abaixo localização geográfica espacial das áreas a serem criadas:

Área 1 : Objetivo- Regularização fundiária das propriedades existentes na localidade de Ponta Fina sul, localizadas nas ruas Felipe Shimitd, Francisco Trainotti e Nunes Rodrigo Pereira para implantação de futuros empreendimentos destinados a Área de Especial Interesse Social - AEIS



Área 1: Localidade de Ponta Fina Sul

**ANEXO L - CONTRIBUIÇÕES PROTOCOLO DO MUNICÍPIO – SOLICITANTE:
CELSO****Prefeitura Municipal
Nova Trento****PROPOSIÇÕES PARA ALTERAÇÕES DO PLANO
DIRETOR PARTICIPATIVO****1. Anexo I – Tabela de Parâmetros Urbanísticos para a Ocupação do Solo****1.1. 1ª PÁGINA****1.1.1. ZONA DE ESPECIAL INTERESSE CULTURAL – VÍGOLO (ZEIC)**

Texto atual: Afastamento Mínimo (lateral/fundos) = 1,5 (c)

Proposta de alteração: Afastamento Mínimo (lateral/fundos) = 1,5 + h/18 (f)

Justificativa: Manter coerência com os demais afastamentos mínimos de lateral/fundos quando o número máximo de pavimentos for maior que 2 pavimentos.

1.1.2. ZONA INDUSTRIAL (ZI)

Texto atual: Afastamento Mínimo (lateral/fundos) = 1,5 (c)

Proposta de alteração: Afastamento Mínimo (lateral/fundos) = 1,5 + h/18 (f)

Justificativa: Manter coerência com os demais afastamentos mínimos de lateral/fundos quando o número máximo de pavimentos for maior que 2 pavimentos.

1.1.3. OBSERVAÇÕES:

Alterar texto da observação (g):

Texto atual: (g) Não será considerado no cálculo do número de pavimentos o subsolo, quando este tiver sua cota maior ou igual a 1,50m do logradouro público.

Proposta de alteração: (g) Será considerado subsolo quando a cota do pavimento térreo estiver no máximo na cota de nível +1,20 mt em relação ao ponto médio da testada do imóvel.

Justificativa: Definir de maneira clara a consideração para definição de pavimento térreo, principalmente em terrenos com testadas em desnível, o que ocorre com frequência devido à característica topográfica do Município.

**Prefeitura Municipal
Nova Trento****1.2. 2ª PÁGINA****1.2.1. ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE DE COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA LEVE (AEICISIL)**

Texto atual: Afastamento Mínimo (lateral/fundos) = 1,5 (c)
Não admitido uso residencial.

Proposta de alteração: Afastamento Mínimo (lateral/fundos) = 1,5 + h/18 (f)
Rever admissão de uso residencial.

Justificativa: Manter coerência com os demais afastamentos mínimos de lateral/fundos quando o número máximo de pavimentos for maior que 2 pavimentos.
Ao longo da via com frente para este zoneamento já possui várias edificações exclusivamente residenciais.

1.2.2. ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE RELIGIOSO DA SANTA PAULINA (AEIR)

Texto atual: Afastamento Mínimo (frontal): residencial = 5,00 (i) (f)
Não residencial = 6,00
Misto = 6,00

Proposta de alteração: Afastamento Mínimo (frontal): residencial = 5,00 (i) (f)
Não residencial = 6,00 (i) (f)
Misto = 6,00 (i) (f)

Justificativa: Manter coerência com os demais afastamentos frontal mínimos para as atividades não residencial e misto, predominância das solicitações de licença de construção no local, considerando também a observação (b): evitar a ocupação exclusivamente residencial e proibir atividades incompatíveis com a ambiência cultural e religiosas do Santuário.

**Prefeitura Municipal
Nova Trento****1.2.3. ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE AMBIENTAL E TURÍST.- TIPO 1 (AET-1)**

Texto atual: Coeficiente de Aproveitamento: mínimo = 0,01
básico = 0,04
máximo = 0,03 e 0,04

Proposta : Reavaliar e definir coeficiente de aproveitamento máximo.
Reavaliar incoerência de taxa de ocupação 70% e taxa de permeabilidade de 70%.

Justificativa: Reavaliar coeficiente de aproveitamento máximo pois da forma como está definido para se construir, por exemplo, uma residência com 70,00 m2 haveria necessidade de um terreno com no mínimo 2.333,33 m2.
Para se construir, por exemplo, uma edificação comercial/turística com 150,00 m2 haveria necessidade de um terreno com no mínimo 3.750,00 m2.

1.2.4. ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE AMBIENTAL E TURÍST. – TIPO 2 (AET-2)

Texto atual: Coeficiente de Aproveitamento: mínimo = -
básico = 0,2
máximo = -

Proposta : Definir coeficiente de aproveitamento mínimo e máximo.

Justificativa: Definir coeficiente de aproveitamento mínimo e máximo para que se tenha parâmetros em caso de enquadramento de imóvel sub-construído/utilizado para fins de IPTU Progressivo ou outro dispositivo legal.
Atentar para a definição do coeficiente de aproveitamento máximo pois para se construir, por exemplo, uma residência com 70,00 m2 haveria necessidade de um terreno com no mínimo 2.333,33 m2 (0,03).
Para se construir, por exemplo, uma edificação comercial/turística com 150,00 m2 haveria necessidade de um terreno com no mínimo 3.750,00 m2 (0,04).

**Prefeitura Municipal
Nova Trento**

1.2.5. OBSERVAÇÕES:

Alterar texto da observação (i):

Texto atual: (i) Levar em consideração o desenho do perfil da Via Coletora da Área de Especial Interesse Religioso da Santa Paulina, em anexo, que determina que seja deixada uma distância de 13,50 (treze metros e cinquenta centímetros) do eixo da Rua Madre Paulina para iniciar a edificação.

Proposta de alteração: (i) Levar em consideração o desenho do perfil da Via Coletora da Área de Especial Interesse Religioso da Santa Paulina (AEIR), em anexo, que determina que seja deixada uma distância de 13,50 (treze metros e cinquenta centímetros) a partir do eixo da Rua Madre Paulina para definição do alinhamento predial dos terrenos de frente para esta via e a partir deste ponto obedecer o recuo frontal obrigatório.

Justificativa: Definir com maior clareza o futuro perfil da Rua Madre Paulina como novo alinhamento predial e evitar que novas edificações sejam construídas na área prevista para o alargamento da via pública.

1.3. 3ª PÁGINA

1.3.1. ZONA DE USO LIMITADO DA CLARAÍBA (ZUL-CLARAÍBA)

Texto atual: Afastamento Mínimo (lateral/fundos) = 1,5 (c)

Proposta de alteração: Afastamento Mínimo (lateral/fundos) = 1,5 + h/18 (f)

Justificativa: Manter coerência com os demais afastamentos mínimos de lateral/fundos quando o número máximo de pavimentos for maior que 2 pavimentos.



**Prefeitura Municipal
Nova Trento**



1.3.2. ZONA DE USO LIMITADO DO INDAIÁ (ZUL-INDAIÁ)

Texto atual: Coeficiente de Aproveitamento: mínimo = 0,01
básico = 0,03 e 0,04
máximo = 0,03 e 0,04

Proposta : Reavaliar e definir coeficiente de aproveitamento máximo.

Justificativa: Reavaliar coeficiente de aproveitamento máximo pois da forma como está definido para se construir, por exemplo, uma residência com 70,00 m2 haveria necessidade de um terreno com no mínimo 2.333,33 m2 (0,03). Para se construir, por exemplo, uma edificação comercial/turística com 150,00 m2 haveria necessidade de um terreno com no mínimo 3.750,00 m2 (0,04).

2. ART. 142 – 143 – 144 – 145

Texto atual: Art. 142 - Os usos e as atividades incômodas nível 1 poderão se instalar em todo o município.

Art. 143 - Os usos e atividades incômodas nível 2 poderão se localizar:
I - nas vias arteriais;
II - nas vias coletoras.

Parágrafo único. As vias citadas nos incisos I e II fazem parte da hierarquização viária definida nos mapas de zoneamento e sistema viário, constantes nos anexos 5, 6, 7 e 8.

Art. 144 - Os usos e atividades incômodas nível 3 somente poderão se localizar nas Zonas Industriais e Áreas de Especial Interesse de Comércio, Serviços e Indústria Leve.

Proposta : tornar o texto mais claro e objetivo.

Ex.: quais atividades podem ser instaladas nas vias panorâmicas e rodovias estaduais?

Atividades incômodas nível 2 podem se instalar em rodovias estaduais ou vias panorâmicas?

Justificativa: Tornar mais claro a legislação para informação em consulta de viabilidade e análises de projetos para requerimento de alvará de licença de construção.

**Prefeitura Municipal
Nova Trento**

3. ALÍNEA II DO ART. 234

Texto atual: Art. 234 - Todo e qualquer projeto de condomínio horizontal só será aprovado pelo Município, se:

- I - estiver de acordo com as normas de zoneamento constante na presente Lei;
- II - sua área máxima não ultrapassar os 30.000m² (trinta mil metros quadrados) na área urbana;

Proposta: Flexibilizar a área máxima do projeto de condomínio horizontal, a critério do setor técnico da administração pública municipal, baseando-se em projetos que, devido a sua forma ou locação, não comprometa a implantação de ampliação do sistema viário eventualmente a ampliar.

Justificativa: Normatizar critérios objetivando a otimização quanto a implantação de projetos de condomínios horizontais no município, de forma a não comprometer o crescimento ordenado, sob o aspecto ambiental e urbanístico, em detrimento de viabilizar empreendimentos que ofereçam maior conforto e segurança aos proprietários das unidades, assim como que a manutenção dessas infraestrutura não ficassem sob responsabilidade do município.

4. ART. 174

Texto atual: Art. 174 - A maior dimensão das quadras não poderá ser superior a 300m (trezentos metros).

Proposta: Rever esta dimensão de 300,00 metros, que já foi alterada em relação à Lei 266/2009, que fixava em 200,00 mt.

Justificativa: Devido a topografia do nosso município, a extensão de 300,00 mt. das vias dos novos empreendimentos impossibilita a abertura de novas vias que eventualmente viriam a ser necessários para melhorias do sistema viário (transversalmente).
Com vias públicas com comprimento de 300,00 mt. em novos empreendimentos, o caminho a percorrer pelos veículos de prestação de serviços públicos (coleta de lixo, por exemplo) teriam que ser maiores pois não haveria conexão com outras vias adjacentes.

**Prefeitura Municipal
Nova Trento****5. ART. 177 –parágrafo 1º**

Texto atual: Art. 177 – parágrafo 1º O bolsão de retorno deverá ter acesso por via de, no máximo, 300 m (trezentos metros) de comprimento, largura mínima de acordo com o tipo de via em que se encontra e praça de retorno com diâmetro maior ou igual a 18 m (dezoito metros)."

Proposta: Rever esta dimensão de 300,00 metros, que já foi alterada em relação à Lei 266/2009, que fixava em 100,00 mt.

Justificativa: Devido a topografia do nosso município, a extensão de 300,00 mt. das vias dos novos empreendimentos impossibilita a abertura de novas vias que eventualmente viriam a ser necessários para melhorias do sistema viário (transversalmente).
Com vias públicas com comprimento de 300,00 mt. em novos empreendimentos, o caminho a percorrer pelos veículos de prestação de serviços públicos (coleta de lixo, por exemplo) teriam que ser maiores pois não haveria conexão com outras vias adjacentes.

6. ART. 180

Texto atual: Art. 180 - Os passeios das vias locais terão largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e pavimentação contínua e antiderrapante, garantindo a continuidade do traçado e largura pavimentada mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros)"

Proposta: Rever esta dimensão de 1,50 metros, que já foi alterada em relação à Lei 266/2009, que fixava em 2,00 mt.

Que a largura seja de no mínimo 1,90 mt. para atender as normas de acessibilidade.

Justificativa: Com a largura do passeio de 1,50 mt é impossível o atendimento de acessibilidade recomendada pela NBR 9050.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR

A revisão do Plano Diretor elaborada pelo CINCATARINA resulta em lei municipal que organiza o crescimento e o funcionamento da cidade. Considera-se o Projeto da Cidade que queremos. Engloba princípios e regras orientadoras da ação dos agentes (públicos e privados) que constroem e utilizam o espaço urbano. Estes princípios inseridos no Plano Diretor é que vão nortear a construção dos outros níveis de planejamento.

O Consórcio Interfederativo Santa Catarina CINCATARINA é um consórcio Público, Multifinalitário, constituído na forma de associação Pública com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa



CNPJ: 12.075.748/0001-32

www.cincatarina.sc.gov.br

cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305,
Bairro Canto Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621